UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOSÉ ROGÉRIO BEIER

**ARTEFATOS DE PODER: DANIEL PEDRO MÜLLER, A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E A
CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1835-1849)**

Versão Revisada

SÃO PAULO
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**ARTEFATOS DE PODER: DANIEL PEDRO MÜLLER, A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E A
CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1835-1849)**

Versão Revisada

JOSÉ ROGÉRIO BEIER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Iris Kantor

SÃO PAULO

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: rogerio.beier@usp.br

Aos meus queridos pais, Roberto e Tereza.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, Roberto e Tereza, pelo hercúleo esforço de garantir-me uma educação de qualidade e, em especial, pela enorme paciência desde que decidi abandonar minha carreira inicial para dedicar-me à pesquisa em História. Não fosse o apoio incondicional deles nos momentos mais difíceis, a realização deste sonho jamais teria se concretizado. A eles, todo meu amor e respeito.

Agradeço muito à professora Dra. Iris Kantor que desde as primeiras aulas acreditou em meu potencial, incentivando-me à pesquisa acadêmica. Muito mais do que a excelente orientação deste trabalho, fez com que o caminho da pesquisa se tornasse menos árido, apontando caminhos e possibilidades, oferecendo muito generosamente seu tempo e experiência como pesquisadora e, sobretudo, sua amizade. Em todos esses anos de convívio meu respeito e admiração apenas aumentaram. Jamais poderei agradecê-la suficientemente por toda a ajuda que tem me dado.

Gostaria de agradecer de modo bastante especial à professora Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno (FAU-USP) e ao professor Dr. Antônio Carlos Robert Moraes (FFLCH-USP), pela leitura atenta e a imensa contribuição que deram para o aperfeiçoamento deste trabalho com suas observações e correções bastante pertinentes realizadas durante o exame de qualificação.

Agradeço também à CAPES e à FAPESP pelo subsídio financeiro que viabilizou a realização desta pesquisa; ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e à professora Dra. Vanderli Custódio pelo estágio oferecido antes mesmo da realização do projeto de mestrado; à professora Ana Maria de Almeida Camargo (FFLCH-USP), por me iniciar nos caminhos da pesquisa histórica; ao professor Dr. João Carlos Garcia (UPORTO) pelo convite de apresentar meu trabalho, ainda incipiente, na Universidade do Porto e por suas sempre atentas observações que contribuíram com o resultado aqui apresentado; a Eduardo Dutkenfer, que pacientemente tentou me ensinar a utilizar ferramentas de georreferenciamento para a elaboração de alguns mapas dessa dissertação; ao professor Dr. Jorge Pimentel Cintra, da Escola Politécnica da USP, especialmente pela ajuda com o cálculo matemático para a acurácia dos mapas consultados; à professora Antônia Terra de Calazans Fernandes (LEMAD-USP), pela oportunidade de pensar e preparar um material didático a partir do referencial cartográfico utilizado em minha pesquisa; ao professor Friedrich Renger (UFMG-MG), não só por indicar, mas por compartilhar comigo a versão digital do precioso mapa impresso do Barão de Eschwege, sem mencionar a tradução direta do alemão; aos professores, amigos e estagiários do Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica (LECH-USP) e da Cátedra Jaime Cortesão (CJC-USP), em especial à professora Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini.

Aos muitos funcionários tão prestimosos que me ajudaram nos arquivos e bibliotecas consultadas durante os quase três anos de pesquisa. Agradeço especialmente aos funcionários do

Arquivo Histórico Militar e da Academia de Ciências, ambos em Lisboa; ao diretor do Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Carlos Alberto Ungaretti Dias; a Maria Dulce de Faria, responsável pelo setor de cartografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; a Elzio José da Silva e Janaína Yamamoto, responsáveis pelo acervo cartográfico do Arquivo do Estado de São Paulo; a Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior, do Arquivo Público do Distrito Federal, não só por indicar, mas também por compartilhar a digitalização do precioso mapa manuscrito de Ângelo dos Santos Cardoso; a Robert Maine, responsável pelo setor de imagens da *Huntington Library*; a Bruno Rizio Santana, da Biblioteca Municipal Mário de Andrade e aos funcionários das bibliotecas Florestan Fernandes (FFLCH-USP), Vilanova Artigas (FAU-USP) e do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

A minhas irmãs, Adriana e Andréa Beier, minhas sobrinhas e sobrinho Daniella, Gabriella e Leonardo Beier, e aos amigos de longa data, pela fé apoio e incentivo sempre precisos justo quando o ânimo começava a esmorecer. Deixo aqui um agradecimento especial ao amigo Wellington Oliveira Teixeira, simplesmente imprescindível; a família Neves – Vanessa, DonAna e Seu Antônio Neves; aos amigos César Schaffer, Lourival Colle, Ronaldo Pinheiro e aos companheiros de primeira e última hora da graduação e pós-graduação da Universidade de São Paulo, responsáveis por inúmeras discussões na faculdade ou nas mesas de bar, que seguramente contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual, sem mencionar todo o apoio e incentivo, até mesmo financeiro, prestados em alguns momentos complicados pelos quais muitos estudantes passam quando decidem dedicar-se exclusivamente à pesquisa em História. Agradeço particularmente à Liana Machado Morelli, Juliana Amoasei dos Reis, Graciete Guerra da Costa, Lenora Barbo, Natalia Alavarce, Juliana Maggi Lima, Patrícia Brandão, Andréa Kim Ratto, Ariane Larocca, Flávia Cláudia Araújo, Felipe Leite Gil, Lucas Lespier, Magali Nogueira, Marcus Vinicius Correia Biaggi, Alberto Luiz Schneider, David Palacios, Leonardo Cândido Rolim, Caio Adam, Breno Ferreira, Leandro Lima da Silva, Kleber Corbalan, Lucas Montalvão Rabelo e a todos aqueles que conviveram comigo durante o intercâmbio de um semestre realizado na Universidade do Porto, em especial aos grandes amigos Peter Kantor e Juan Francisco Remolina Caviedes, que reforçaram a minha ideia de que verdadeiras amizades não distinguem fronteiras ou línguas.

Por fim, quero agradecer à companheira que me deu forças em todas as etapas de confecção desta dissertação. À Célia Regina da Silva, mais que meus agradecimentos ofereço todo meu amor. Por todo apoio, compreensão, paciência e, sobretudo, pela cumplicidade e companheirismo nesses três anos. Só você sabe exatamente o que passamos para que este trabalho pudesse sair. Além disso, agradeço pela leitura atenta nos momentos iniciais da pesquisa, pelas dicas, críticas e correções necessárias. Por tudo isso, esta dissertação também é dedicada a você.

RESUMO

Os principais objetos de estudo dessa dissertação são uma estatística e um mapa da Província de São Paulo, ambos encomendados pela recém-instituída Assembleia Legislativa Provincial, em 1835, ao engenheiro-militar Daniel Pedro Müller (1785-1841). Planejados para serem utilizados como instrumentos de poder a serviço de grupos da elite paulista, no controle da administração provincial, a reconstituição dos contextos de sua produção, impressão e circulação permitem estabelecer nexos entre esses artefatos e a sociedade que os produziu e utilizou pela primeira vez, ampliando a compreensão da dinâmica política, econômica e social da Província paulista da primeira metade do Oitocentos.

Para estudá-los buscou-se, inicialmente, reconstituir a trajetória de Daniel Pedro Müller, bem como caracterizar os grupos da elite paulista que passaram a ocupar os espaços de poder provincial a partir da transição do regime absolutista para a monarquia constitucional, no princípio da década de 1820, até o final da primeira metade daquele século. Em seguida, passou-se à análise dos artefatos propriamente ditos, buscando estabelecer relações entre esses objetos e os contextos político, econômico e social em que estavam inseridos. Por fim, a partir de dois exemplos concretos da economia política provincial – a apropriação das terras indígenas para o avanço das culturas de exportação e subsistência em direção ao Oeste e a orientação da política econômica ao desenvolvimento da infraestrutura viária paulista – buscou-se demonstrar como a construção territorial engendrada por estes artefatos serviu como instrumento de poder para a realização dos interesses e desígnios de autoridades administrativas em aliança com a elite mercantil-exportadora paulista.

PALAVRAS-CHAVE

Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo; Daniel Pedro Müller; Estatísticas; História da Cartografia; Populações indígenas; Engenheiros-militares.

ABSTRACT

The main study objects of this master's thesis are a statistic and a map of the Province of São Paulo, both commissioned in 1835 by the recently established Provincial Legislative Assembly to the military engineer Daniel Pedro Müller (1785-1841). Planned to be used as instruments of power to serve groups of the local elite in control of the provincial administration, the reconstitution of the contexts of its production, printing and circulation allows us to establish links between these artifacts and the society who produced and used them for the first time, expanding the comprehension of the political, economic and social dynamics of the Paulista province during the first half of the 19th century.

In order to study these artifacts we sought, in the first place, to rebuild the trajectory of Daniel Pedro Müller as well as to characterize the Paulista elite groups that came to occupy the spaces of provincial power from the transition from the absolutist regime to the constitutional monarchy in the beginning of the 1820's, up to the end of the first half of that century. Afterwards we went to the analysis of the actual artifacts, aiming to establish relationships between these objects and the political, economic and social context in which they were entered. Finally, from two concrete examples of the provincial economic politics – the appropriation of indigenous lands for the advancements of the exports and subsistence cultures towards the West part of the province and the guidance of the political economy for the development of the Paulista road infrastructure – we aimed to demonstrate how the territorial construction engendered by these artifacts was used as an instrument of power to attend the interests and intends of administrative authorities in alliance with the São Paulo exporting-mercantile elite.

KEYWORDS

Provincial Legislative Assembly of São Paulo; Daniel Pedro Müller; Statistics; History of Cartography, Indigenous populations; Military-engineers.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Detalhe de ilustração da <i>Pirâmide do Piques</i> inserida na <i>Planta da Imperial Cidade de São Paulo</i> (1841).	48
Imagem 2: Índice do conteúdo tratado pelo <i>Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo</i>	142
Imagem 3: Índice das tabelas dispostas no <i>Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo</i>	143
Imagem 4: <i>Itinerários das principais estradas da Província</i> , por Daniel Pedro Müller e Hercule Florence (1837).....	149
Imagem 5: Frontispício da primeira edição do <i>Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo</i>	151
Imagem 6: “Fórmula” da Carta de Engenheiros Civis expedida pelo Gabinete Topográfico (1841).	305
Imagem 7: Daniel Pedro Müller. Retrato pintado a óleo por sua neta Elisa de Beaurepaire Rohan Aragão.	359

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Tempo (em meses) em que a presidência da Província foi ocupada por políticos paulistas	80
Gráfico 2: Representatividade do Conselho Geral da Província segundo a área de origem ou interesse econômico dos conselheiros eleitos (1824-34).	92
Gráfico 3: Representatividade dos grupos sócio-profissionais no Conselho Geral da Província de São Paulo (1828-34).	94
Gráfico 4: Representatividade das regiões da Província de São Paulo entre os deputados que assumiram assentos em três ou mais legislaturas da Assembleia Legislativa Provincial (1835-49).	103
Gráfico 5: Legislação promulgada pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo entre 1835 e 1849, distribuída segundo o tema sobre o qual tratam as leis.	105
Gráfico 6: Incidência dos erros (em graus de latitude e longitude) na representação dos núcleos urbanos paulistas no <i>Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo</i> (1841).	180
Gráfico 7: Distribuição dos erros sistemáticos (média) segundo a região representada no <i>Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo</i> (1841).	183
Gráfico 8: Engenheiros militares atuantes na América portuguesa nos séculos XVII-XIX	255

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Detalhe da planta elaborada por Daniel Pedro Müller contendo o projeto para a construção da estrada do Piques, bem como da Pirâmide e Chafariz de mesmo nome. (1814).....	46
Mapa 2: Trecho do <i>Mappa do Campo de Guarapuav[a] e Territórios cor[...]</i> , por Daniel Pedro Müller.....	49
Mapa 3: <i>Carta Topographica de parte das terras pertencentes à Fazenda do Cubatam, que foi dos extintos jesuitas para semostrar as paragens em que se querem estabelecer os quatro cazaís de Ilheos</i>	53
Mapa 4: Cartucho do <i>Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo</i>	157
Mapa 5: Trecho do <i>Mappa Chorographico da Província de São Paulo</i> destacando as marcações de graus e minutos de longitude, nas bordas do mapa.....	164
Mapa 6: Trecho do <i>Mappa Chorographico da Província de São Paulo</i> , com destaque para a informação do meridiano de origem adotado por Daniel Pedro Müller.....	170
Mapa 7: Limites da Província de São Paulo, em 1837, segundo Daniel Pedro Müller.	172
Mapa 8: Detalhe da representação da região limítrofe entre as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro no <i>Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo</i> (1841).....	174
Mapa 9: Divisão administrativa da Província de São Paulo (1837).....	190
Mapa 10: Trecho do <i>Mappa Chorographico da Província de São Paulo</i> , com destaque para a representação atualizada das redes urbana e viária.....	192
Mapa 11: Dedicatória inserida no cartucho do <i>Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo</i> (1841).	193
Mapa 12: Detalhe do cartucho do <i>Mappa Chorographico da Provincia de San Paulo</i> (1841), exemplar mantido na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.....	199
Mapa 13: Detalhe do cartucho do <i>Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo</i>	200
Mapa 14: Exemplar do <i>Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo</i> com anotações de Sir Richard Francis Burton.	204
Mapa 15: <i>Carta Topographica da Província de São Paulo</i> (1847).....	207
Mapa 16: <i>Província de São Paulo</i> , um dos mapas encartados no <i>Atlas do Império do Brazil</i> , organizado pelo senador Cândido Mendes de Almeida e publicado em 1868, no Rio de Janeiro.....	210
Mapa 17: Detalhe do <i>Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo</i> (1841), com destaque para a área identificada como “Sertão desconhecido”.	218
Mapa 18: Trecho da versão fac-símile da <i>Carta Chorographica da Capitania de São Paulo</i> (1793).....	227
Mapa 19: Trecho do <i>Mappa da Capitania de São Paulo</i> copiado pelo Barão de Eschwege do original do tenente-coronel de engenheiros João da Costa Ferreira.....	228

Mapa 20: Mapa do distrito aurífero de parte da Província de São Paulo com uma parte da Província limítrofe de Minas Gerais, por W. von Eschwege (1833).	229
Mapa 21: Trecho da <i>Carta Topographica da Província de São Paulo</i> , destacando região descrita como “terrenos desconhecidos” na região do chamado “Oeste Paulista” (1847).....	231
Mapa 22: Trecho da carta <i>Província de São Paulo</i> , encartados no <i>Atlas do Império do Brasil</i> , organizado pelo senador Cândido Mendes de Almeida e publicado em 1868, no Rio de Janeiro.....	232
Mapa 23: Trecho da carta de Ângelo dos Santos Cardoso destacando a representação de populações indígenas na divisa entre as capitanias de Goiás e São Paulo (1750).....	237
Mapa 24: Trecho da <i>Carta Topographica da Província de São Paulo</i> , com destaque para região ocupada por criadores de gado, em terras de índios Kaingang, às margens do rio Paranapanema (1847).	247
Mapa 25: O “ <i>quadrilátero do açúcar</i> ”, seus principais núcleos produtores e a infraestrutura viária para o escoamento da produção até o porto de Santos	257
Mapa 26: Áreas econômicas da Província de São Paulo e seus principais produtos (1835-36).	267
Mapa 27: Principais vilas produtoras de açúcar na Província de São Paulo (1835-36).....	269
Mapa 28: Principais distritos produtores de açúcar da Província de São Paulo e suas respectivas distâncias, através da rede viária da época, em relação ao porto de Santos (1835-36).....	272
Mapa 29: Localização das Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo em 1835.....	275
Mapa 30: Localização das Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo em 1836.....	278
Mapa 31: Localização das Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo entre 1835-50.	283

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição sócio-profissional dos Presidentes da Província de São Paulo (1824-51)	81
Quadro 2: Distribuição dos presidentes da Província de São Paulo segundo a década em que nasceram.	81
Quadro 3: Distribuição sócio-profissional dos membros do Conselho da Presidência da Província (1824-34).	88
Quadro 4: Distribuição dos membros do Conselho Geral da Província de São Paulo segundo seus grupos sócio-profissionais (1828-34).	94
Quadro 5: Quantidade de legislaturas exercidas por deputados que assumiram cadeiras na Assembleia Legislativa da Província de São Paulo (1835-49).	100
Quadro 6: Distribuição dos deputados que exerceram três ou mais legislaturas na Assembleia Legislativa Provincial segundo os grupos sócio-profissionais (1835-1849).	102
Quadro 7: Despesas com as estradas de Barreira da Província de São Paulo em comparação ao total das despesas provinciais fixadas pelos deputados da Assembleia Legislativa Provincial (1836-49).	108
Quadro 8: Gratificações recebidas pelo diretor e oficiais que participaram da elaboração do <i>Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo</i> (1838).	137
Quadro 9: Divisão administrativa da Província de São Paulo segundo Daniel Pedro Müller (1838).	145
Quadro 10: Distribuição da população indígena em núcleos urbanos da Província de São Paulo (1836).	147
Quadro 11: Relação de mapas com a representação do território de São Paulo elaborados entre 1770-1878.	162
Quadro 12: Relação de mapas da Capitania, depois Província de São Paulo, para comparação das medidas de escalas entre eles (1770-1878).	165
Quadro 13: Estabelecimentos de agricultura existentes nos distritos do Vale do Paraíba.	175
Quadro 14: Precisão da localização dos núcleos urbanos representados por Daniel Pedro Müller em seu <i>Mappa Chorographico da Província de São Paulo</i> (1841).	177
Quadro 15: Precisão da localização dos núcleos urbanos do litoral paulista representados por Daniel Pedro Müller em seu <i>Mappa Chorographico da Província de São Paulo</i> (1841).	182
Quadro 16: Precisão da localização dos núcleos urbanos localizados na divisa entre as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro representados no <i>Mappa Chorographico da Província de São Paulo</i> (1841).	183
Quadro 17: Precisão da localização dos núcleos urbanos localizados na divisa entre as Províncias de São Paulo e Minas Gerais representados no <i>Mappa Chorographico da Província de São Paulo</i> (1841).	184
Quadro 18: Valores das taxas cobrados nas Barreiras das estradas provinciais de São Paulo em 1835.	264
Quadro 19: Principais portos de exportação da Província de São Paulo e valores exportados (1835-36).	266

Quadro 20: Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo, em 1835.....	274
Quadro 21: Valores arrecadados nas Barreiras mais rentáveis da Província de São Paulo, em 1835.	276
Quadro 22: Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo, em 1836.....	277
Quadro 23: Principais fontes de receitas provinciais previstas para os anos de 1835-40.....	279
Quadro 24: Comparativo entre as receitas arrecadadas e a renda obtida com as taxas de Barreiras (1835-50).	280
Quadro 25: Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo entre 1837-50.	281
Quadro 26: Comparativo das rendas arrecadadas com taxas de Barreira e as despesas realizadas com as estradas provinciais e a estrada de Santos no período de 1835-50.	282
Quadro 27: Relação de livros e instrumentos sugeridos por Daniel Pedro Müller para equipar o Gabinete Topográfico de São Paulo (1836).....	292
Quadro 28: Previsão orçamentária das despesas da Assembleia Provincial com o Gabinete Topográfico (1835-37)..	295
Quadro 29: Relação dos alunos matriculados no primeiro ano do Gabinete Topográfico (1836).....	295
Quadro 30: Relação dos instrumentos pertencentes ao Gabinete Topográfico elaborada por seu diretor, José Marcelino de Vasconcellos (1838).....	296
Quadro 31: Relação dos livros pertencentes ao Gabinete Topográfico, elaborada por seu diretor, José Marcelino de Vasconcelos (1838).	297
Quadro 32: Plano de Estudos para as aulas do curso de engenheiros do Gabinete Topográfico segundo as modificações sugeridas por José Jacques da Costa Ourique (1842).	302
Quadro 33: Relação dos alunos do Gabinete Topográfico habilitados para seguirem a aula de álgebra onde se acham matriculados.....	303
Quadro 34: Relação dos Alunos aprovados nos exames do Gabinete Topográfico e que concluíram o curso de Engenheiros de Estradas (1844).	304

LISTA DE ABREVIATURAS

BRASIL

AH-ALESP – Acervo Histórico - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

AHEX – Arquivo Histórico do Exército, RJ.

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo.

BMMdA – Biblioteca Municipal Mário de Andrade, SP.

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

CJC-USP – Cátedra Jaime Cortesão, Universidade de São Paulo.

DIPHCSPP – Documentos Interessantes para a História e Costume de São Paulo.

IEB-USP – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ.

LECH-USP – Laboratório de Estudos de Cartografia Histórica, Universidade de São Paulo.

MP/USP – Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

MRE – Ministério das Relações Exteriores, DF.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

CRL – Center for Research Libraries, Chicago.

HL – Huntington Library, California.

FRANÇA

BNF – Bibliothèque Nationale de France, Paris.

PORTUGAL

ACL – Academia Real de Ciências de Lisboa.

ACM – Arquivo Central da Marinha, Lisboa.

AHM – Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
PARTE I: ADMINISTRADORES: ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO	30
CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA DE DANIEL PEDRO MÜLLER: DE AGENTE DA COROA PORTUGUESA A FUNCIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO.....	31
1.1 Família e formação em Portugal.....	35
1.2 Agente da Coroa portuguesa na Capitania de São Paulo.....	40
1.3 Membro do Governo Provisório de São Paulo.....	55
1.4 Militar a serviço do Império do Brasil.....	59
1.5 Engenheiro a serviço da administração paulista.....	61
1.6 Frustrações do marechal Müller.....	64
1.7 Um homem na era das transições.....	66
CAPÍTULO 2: PROCESSO DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER PROVINCIAL (1821-50).....	70
2.1 As elites locais no Governo das províncias: transição do Estado absolutista para a monarquia constitucional.....	72
2.2 Espaços de poder: presidência e vice-presidência da Província (1824-51).....	78
2.3 Espaços de poder: Conselhos Provinciais (1824-1834).....	85
2.4 Espaços de poder: a Assembleia Legislativa Provincial (1835-49).....	96
2.5 Autonomia provincial e a construção territorial da Província de São Paulo.....	108
PARTE II: OS ARTEFATOS	112
CAPÍTULO 3: “UM INVENTARIO EXACTO DO PAIZ”	113
3.1 A Estatística como “ciência do Estado” (séculos XVII-XVIII).....	118
3.2 Estatísticas na América portuguesa.....	120
3.3 A organização de estatísticas durante o Primeiro Reinado.....	130
3.4 Os quadros estatísticos de Daniel Pedro Müller	132
3.5 Um instrumento de poder para a administração provincial paulista.....	154
CAPÍTULO 4: A BIOGRAFIA DE UM MAPA: <i>O MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVINCIA DE SÃO PAULO</i>	156
4.1 Técnicas empregadas na elaboração.....	159
4.2 Encomenda.....	185
4.3 Composição do desenho.....	187
4.4 Impressão.....	194
4.5 Apresentação do mapa aos deputados da Assembleia Legislativa Provincial.....	201
4.6 Circulação (séculos XIX-XXI).....	202

4.7	Um mapa para controlar o território paulista.....	211
PARTE III: RAZÕES DE ESTADO: ECONOMIA POLÍTICA PROVINCIAL.....		215
CAPÍTULO 5: UM SERTÃO DESCONHECIDO? A REPRESENTAÇÃO DO “OESTE PAULISTA” NO <i>MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVINCIA DE SÃO PAULO</i> (1841).		216
5.1	O Sertão: significado, usos práticos e ideológicos (séculos XVI-XIX).....	219
5.2	Representações cartográficas do “Oeste Paulista” como “Sertão desconhecido”.....	226
5.3	Descrições sobre as populações indígenas que habitavam os “sertões”.....	232
5.4	Práticas e políticas indigenistas nos séculos XVIII e XIX.	237
5.5	Novo impulso de exploração e conquista dos sertões.	242
5.6	Valorização fundiária nas regiões da lavoura de açúcar para exportação.	244
5.7	“Sertão desconhecido” e “Fundos territoriais”	249
5.8	Sob o “Sertão desconhecido”.....	251
CAPÍTULO 6: O GABINETE TOPOGRÁFICO DE SÃO PAULO E A FORMAÇÃO DE UM NOVO QUADRO TÉCNICO PARA AS OBRAS PÚBLICAS PROVINCIAIS (1835-1849).		253
6.1	Engenheiros militares a serviço da Coroa na Capitania/Província de São Paulo (séculos XVIII e XIX). 254	
6.2	O papel das <i>Barreiras</i> no desenvolvimento da rede viária paulista.....	261
6.3	Gabinete Topográfico de São Paulo: uma vida efêmera e intermitente.....	284
6.4	Uma escola de engenheiros como instrumento de governo da administração provincial.....	313
CONSIDERAÇÕES FINAIS		314
FONTES.....		317
Fontes Manuscritas		317
Fontes Impressas.....		323
Obras de Referência		330
Periódicos		331
BIBLIOGRAFIA.....		332
Teses de livre-docência, doutorado e dissertações de mestrado.....		332
Livros, capítulos e artigos publicados em periódicos acadêmicos.		333
APÊNDICES		344
APÊNDICE A – Membros do Governo Provisório de São Paulo, aclamados por povo e tropa aquartelada na capital, em junho de 1821.		344
APÊNDICE B – Deputados paulistas eleitos para as Cortes constituintes reunidas em Lisboa, em 1821.		345
APÊNDICE C – Deputados paulistas eleitos para a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, de 1823.		346
APÊNDICE D – Relação dos Presidentes da Província de São Paulo entre 1824 e 1851.		347
APÊNDICE E – Relação dos vice-presidentes que assumiram a presidência da Província de São Paulo entre 1824 e 1851.		348

APÊNDICE F – Conselheiros eleitos para o Conselho da Província de São Paulo (1824-34).	349
APÊNDICE G – Conselheiros eleitos para o Conselho Geral da Província de São Paulo (1828-34).	351
APÊNDICE H – Relação dos deputados eleitos para três ou mais legislaturas da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo (1834-49).....	353
APÊNDICE I – Relação dos núcleos urbanos elevados à categoria de capelas, freguesias ou vilas na Província de São Paulo (1801-37).....	355
APÊNDICE J – Relação de todos os estudantes que passaram pelo Gabinete Topográfico da Imperial Cidade de São Paulo (1836-1849).	357
ANEXOS	359
ANEXO A – Retrato de Daniel Pedro Müller (1785-1841)	359
ANEXO B – Transcrição de Ofício enviado por Daniel Pedro Müller ao governo triunvirato provisório da Capitania de São Paulo em 17 de outubro de 1814, no qual anexou a planta para a construção da estrada, pirâmide e chafariz do Piques.	360
ANEXO C – Transcrição do Ofício enviado por Daniel Pedro Müller em 25 de agosto de 1815, apresentando ao Conde de Palma o Mapa Histórico, Político e Geographico de S. Paulo.....	361
ANEXO D – Transcrição da Necrologia de Daniel Pedro Müller publicada na edição de 30 de agosto de 1841 do Diário do Rio de Janeiro.....	362
ANEXO E – Transcrição da Lei n. 16, de 11 de Abril de 1835, que autoriza o Governo a despender o que for necessário para a redação e impressão da estatística da Província.....	366
ANEXO F – Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo	369
ANEXO G – Transcrição da Lei n. 11, de 24 de Março de 1835, que determina o estabelecimento de Barreiras em todas as estradas existentes, ou que de novo se abrirem, atravessando a serra do mar nesta Provincia, ou seguindo para o Rio de Janeiro, para cobrança de taxa que devera ser aplicada às obras das mesmas estradas.....	370
ANEXO H – Transcrição da Lei n. 10, de 24 de março de 1835, que cria nesta capital um Gabinete Topográfico.....	374

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é o fruto de uma reflexão que começou a ser desenvolvida ainda em 2011 quando, estimulados pela elaboração de uma monografia para participação em um concurso promovido pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deparei-me pela primeira vez com um dos objetos de estudo deste trabalho: o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*¹.

Na verdade, em um primeiro momento, não foi exatamente o mapa que se encontrou nos acervos pesquisados, mas sim uma série de ofícios trocados entre agentes da administração provincial tratando de diversos aspectos técnicos do processo de produção daquele mapa, tais como as dificuldades encontradas para litografá-lo no Rio de Janeiro; a decisão de se mandar levantar uma chapa de cobre e, a partir dela, imprimir diversas cópias na França; o valor destinado pela Assembleia para a execução do trabalho ou, ainda, a quantidade de cópias que retornaram da oficina parisiense e o modo como os deputados decidiram distribuí-las entre os órgãos do governo provincial e da Corte, chegando até mesmo a colocar à venda alguns exemplares que restaram.

No entanto, em razão da natureza do trabalho apresentado ao concurso de monografias, a análise teve que se restringir apenas ao mapa e suas relações com a Assembleia Legislativa Provincial, buscando enquadrá-lo no contexto político-econômico provincial em que este objeto foi produzido, sugerindo, ao final, algumas das intenções e usos que a administração provincial pretendia dar a este artefato, categorizando-o como um instrumento de poder.

Esta dissertação, portanto, é um aprofundamento daquela pesquisa inicial que, além do mapa provincial, agregou outros objetos de estudo, tais como o *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de São Paulo*² e o Gabinete Topográfico da Imperial Cidade de São Paulo³. Em comum, além de terem sido elaborados ou organizados por Daniel Pedro Müller, engenheiro-militar português radicado em São Paulo desde 1802, todos esses objetos tiveram sua criação ordenada pelos deputados da Assembleia Legislativa Provincial tão logo esta passou a funcionar nos primeiros meses de 1835.

Ora, convém recordar que as Assembleias Legislativas Provinciais foram instituições criadas na esteira das reformas liberais decorrentes da Abdicação de d. Pedro I, que culminaram

¹ Cf. Daniel Pedro Müller. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 102,6 x 151,4 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

² Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3ª edição facsimilada. Introdução de Honório de Syllos. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978 [1838], 266p.

³ Com uma existência efêmera e intermitente, o Gabinete Topográfico pode ser caracterizado como uma espécie de repartição para as obras públicas que continha anexa a ela uma escola destinada a formar engenheiros práticos aptos a dirigirem as obras provinciais, especialmente, a construção e manutenção das estradas.

com o Ato Adicional de 1834. Tais reformas visavam, sobretudo, limitar o poder moderador e conceder maior autonomia aos poderes locais.

Segundo a historiadora Miriam Dolhnikoff, a instauração do poder provincial através do Ato Adicional de 1834 vinculou a ação política das elites locais ao aparelho de Estado e fez com que o governo central delegasse à Província parcelas do poder administrativo ao grupo dominante na região. Assim, a criação das Assembleias Provinciais não só deu capacidade tributária, legislativa e coercitiva a esses grupos regionais, mas determinou que a tônica de sua participação fosse a conciliação com o governo do Rio de Janeiro⁴. Pela primeira vez, grupos da elite paulista que vinham ocupando os espaços de poder provincial desde o começo da década de 1820, passaram a ter competência pela elaboração e aprovação de seu próprio orçamento, bem como pela criação de novos tributos, desde que os mesmos não prejudicassem as imposições gerais do Estado. Em suma, a partir de 1835, as elites paulistas passaram a eleger representantes para ocuparem cadeiras na Assembleia Legislativa com autoridade para determinar quais seriam as prioridades de investimento dos recursos arrecadados para o desenvolvimento da Província. Não era coincidência, portanto, que tais prioridades se alinhassem aos interesses e desígnios dos grupos da elite que dominassem as diferentes legislaturas da Assembleia Provincial.

Antes de se prosseguir com a apresentação do presente trabalho, convém fazer algumas considerações sobre a noção de elite que se vai empregar no decorrer de toda a dissertação. Embora se admita não haver consenso sobre o que se entende por elites, quem elas são e o que as caracteriza, sabe-se, todavia, tratar de um termo empregado em um sentido bastante lato, como bem apontou o historiador Flávio Heinz⁵. Nas ciências sociais, a noção de elite não é recente, tendo sido utilizada desde os trabalhos clássicos de Gaetano Mosca sobre “classe dirigente”, e Vilfredo Pareto sobre a “circulação das elites”, mantendo-se presente nos debates relativos às hierarquias sociais, ao poder ou à representação política.

Tendo em conta os objetivos propostos por este trabalho, adota-se uma concepção de elite muito próxima à utilizada pelo trabalho de Joseph L. Love⁶, isto é, aqui as elites são definidas “com

⁴ Cf. Miriam Dolhnikoff. *Caminhos da conciliação: o poder provincial paulista (1835-1850)*. São Paulo, 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 10-24.

⁵ Na introdução do livro que organiza sobre a história das elites, Flávio Heinz traz a definição do sociólogo suíço Giovanni Busino, autor de um livro de divulgação sobre o assunto: “Minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos aptidões etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”. [Ver Flávio Heinz. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: Flávio Heinz (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7].

⁶ Cf. Joseph L. Love. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

relação a um conjunto de posições formais julgadas relevantes para o exercício de poder político”. Trata-se da adoção de um critério posicional em detrimento de quaisquer outros critérios⁷.

Portanto, ao referir-se à “elite política” ou “elite dirigente” nesta dissertação, se estará fazendo menção a um grupo de homens que passaram a ocupar posições na administração paulista a partir de 1821 quando, com a escolha do Governo Provisório e as eleições para os deputados que representariam a Província nas Cortes de Lisboa, se iniciou o processo de construção de espaços do poder provincial em São Paulo, em substituição à antiga estrutura de governo do período colonial⁸.

Em relação às eleições ocorridas durante o Primeiro Reinado e Regências no Brasil, cabe recordar que as mesmas eram “indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembleias Parochiaes os Eleitores de Província, e estes os representantes da Nação, e Província⁹”. Embora o processo eleitoral instituído para a escolha dos indivíduos que deveriam ocupar os espaços de poder, quer no âmbito nacional, quer no provincial, representassem maior participação política das populações locais em comparação à política vigente no período colonial, deve-se considerar que os princípios que regulavam as eleições indiretas neste período determinou um Colégio Eleitoral restrito a uma minoria absoluta, que excluía a participação de 99% da população, como bem lembrou o historiador Arnaldo Daraya Contier¹⁰.

No ano de 1837, por exemplo, foram qualificados como eleitores de segundo grau em todos os Colégios Eleitorais da Província de São Paulo, apenas 595 indivíduos que, por sua vez, elegeram nove deputados para a Assembleia Geral. No âmbito municipal, a cidade de São Paulo qualificou apenas 75 eleitores em todas as suas freguesias para aquele mesmo ano de 1837. Como base de comparação, segundo os dados publicados na estatística de Daniel Pedro Müller para o ano de 1836, a Província de São Paulo contava uma população de 326.902 habitantes, dos quais 54.133 eram homens livres. A cidade, por sua vez, possuía 21.933 habitantes, sendo 4.067 homens livres¹¹.

Vê-se, portanto, que as elites se dirigiam a um eleitorado bastante reduzido tanto em relação à população da cidade, quanto da Província. Assim, embora houvesse pontos de divergência entre os indivíduos no interior dessa elite, o Colégio Eleitoral era constituído por um grupo de

⁷ Cf. Joseph L. Love; Bert J. Barickman. *Elites regionais*. In: Flávio Heinz (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77-97.

⁸ Mais especificamente, trata-se do grupo de indivíduos eleitos para os assentos dos Conselhos Provinciais (1824-34); os homens nomeados pelo Governo central para a posição de presidente da Província (1824-51); e os deputados eleitos – e seus respectivos suplentes – para os assentos da Assembleia Legislativa Provincial (1835-49).

⁹ Como consta no Artigo 90 da Constituição de 1824. [Ver “Constituição Política para o Império do Brasil (25 de março de 1824)”. Título 4º: Do poder Legislativo: Capítulo 6º: Das eleições. In: Paulo Bonavides; Roberto Amaral (orgs). *Textos políticos da história do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2002, vol. 8, p. 200-210].

¹⁰ Cf. Arnaldo Daraya Contier. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis; Campinas: Vozes; Unicamp, 1979, p. 248-250.

¹¹ Considerando-se esses totais populacionais, os 595 eleitores de segundo grau da província correspondiam a 0,18%, enquanto os 75 eleitores da cidade equivaliam a 0,34% do total de habitantes de São Paulo. Considerando-se apenas os homens livres, maiores de 20 anos de idade, esses números sobem para 1,10% e 1,84% respectivamente. [Ver Arnaldo Daraya Contier. *Imprensa e Ideologia em São Paulo... Op. Cit.*, p. 249; Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de S. Paulo*. 3ª edição fac-similada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. 148-152].

homens de origens socioeconômicas bastante similares, cujas ideias de projetos para o desenvolvimento da Província estavam, de modo geral, em linha com os interesses de ao menos um dos principais grupos econômicos, especialmente, aos dos proprietários de terras, senhores de engenho e negociantes de grosso trato.

Inspirados por essas reflexões e tomando-as como ponto de partida, um dos objetivos perseguidos no decorrer de toda a dissertação é o de estabelecer nexos entre os objetos de estudo escolhidos para esta pesquisa e a sociedade que os engendrou e utilizou pela primeira vez, no intuito ampliar a compreensão da dinâmica política, econômica e social da Província de São Paulo, sobretudo, no período que se estende de 1835 a 1849.

Destarte, as balizas cronológicas estabelecidas para esta pesquisa enfocam o período de elaboração e funcionamento de seus principais objetos de estudo. O ano de 1835 corresponde ao momento em que a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo promulga a legislação que encomendou a elaboração da estatística com o mapa provincial, bem como criou o Gabinete Topográfico de São Paulo¹². O ano de 1849, por sua vez, refere-se ao momento em que a mesma Assembleia extinguiu o dito Gabinete¹³.

Convém assinalar, porém, que a escolha de tais balizas serve mais para demarcar o período em que se concentrou o foco da análise, uma vez que em cada um dos capítulos dessa dissertação se retrocedeu ou avançou para além desses marcos a fim de reconstituir trajetórias de vida, por exemplo, fazer comparações do mapa de Müller com representações cartográficas de São Paulo do período colonial ou do Segundo Reinado, ou ainda, contextualizar social, política e economicamente a Capitania, depois Província de São Paulo.

No período de tempo recortado por esta pesquisa, o território da Província de São Paulo manteve-se estável, isto é, não houve perdas territoriais significativas para outras províncias. Até o fim da primeira metade do século XIX, os limites paulistas ainda incorporavam o território que atualmente conforma o Estado do Paraná, que então era conhecido como a quinta comarca da Província¹⁴. Tomando-se como referência as informações oferecidas pelo próprio Daniel Pedro Müller, os limites territoriais de São Paulo eram descritos da seguinte maneira:

¹² Tratam-se das leis nº10, de 24 de março de 1835 e nº16, de 11 de abril do mesmo ano. A primeira criou o Gabinete Topográfico na capital; enquanto a segunda autorizou o governo provincial a despendar o necessário para a redação e impressão da estatística. Os textos dessas leis encontram-se integralmente transcritos, respectivamente, nos anexos H e E, na parte final dessa dissertação.

¹³ O Gabinete Topográfico foi extinto pelo artigo 24º da Lei nº 27, de 23 de abril de 1849, no qual se pode ler: “Fica suprimido o gabinete topographico, revogada a lei de sua criação”. [Ver SÃO PAULO (Província). Lei n. 27, de 23 de abril de 1849. *Marca a receita e fixa a despesa provincial para o ano financeiro de 1849 a 1850*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1849/lei%20n.27,%20de%2023.04.1849.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013].

¹⁴ A Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, foi elevada à categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná, pela lei nº 704 de 29 de agosto de 1853.

Confina ao Norte com as Províncias de Minas Geraes, e Goyaz. Ao Sul com a do Rio-Grande de S. Pedro, e de Santa Catharina. Ao Leste com a do Rio de Janeiro, e Oceano Atlantico, e parte da Provincia de Santa Catharina; e ao Oeste com a de Matto-Grosso, Missões, d'Entre Rios [atual Argentina], e Republica do Paraguay¹⁵.

Por sua vez, considerando-se a divisão administrativa, a Província estava organizada em seis comarcas, 24 termos, uma cidade, 45 vilas, 44 freguesias e 20 capelas curadas¹⁶. Mais além dessas descrições, foram elaboradas para essa dissertação duas adaptações sobre o mapa de Müller que buscaram, sobretudo, destacar a representação dos limites e da divisão administrativa provincial contida naquela carta (ver mapas nº 7 e nº 9). Assim, cruzando-se as descrições dos limites territoriais e divisões administrativas feitas na estatística com a representação territorial destacada no mapa, evidencia-se que os espaços de ocupação efetiva de São Paulo constituíam apenas uma pequena parcela do patrimônio territorial paulista. Sobre os espaços que até então não haviam sido efetivamente ocupados – uma vasta área na porção Oeste do território representado – Müller inseriu uma grande legenda descrevendo-os como “Sertão desconhecido”.

O geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, em diálogo com os conceitos de “território” e “território usado”, propostos na obra de Milton Santos e Maria Laura Silveira, categoriza esses espaços formais que ainda não haviam sido ocupados, mas que já apareciam representados na cartografia sob a jurisdição de alguma autoridade, como “fundos territoriais”, isto é, “reservas de espaço para a expansão futura da ação colonizadora¹⁷”. Para Moraes, após a independência política do Brasil, as unidades geográficas que constituíam seu patrimônio territorial, herdado do período colonial, eram conformadas por espaços de ocupação efetiva, com suas respectivas economias regionais, “entremeadas por amplos espaços compostos por áreas de trânsito e fundos territoriais¹⁸”.

De modo complementar, Ilmar Rohloff de Mattos chama atenção para o fato de os construtores do Estado imperial terem introduzido uma nova concepção de Império distinta da anterior por referir-se a um Estado-nação, na qual o território era “imaginado como um território nacional¹⁹”. Tal mudança na concepção territorial de um Império levou Mattos à conclusão de que a expansão possível para o Império do Brasil deveria se dar no âmbito do território que aquela nação, recém-nascida, herdara do período colonial, isto é, sua expansão não deveria se dar para além de

¹⁵ Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo... Op. Cit.*, p. 10.

¹⁶ Ver relação completa das comarcas, termos, cidade, vilas, freguesias e capelas curadas no quadro nº9, inserido no terceiro capítulo dessa dissertação.

¹⁷ Cf. Antônio Carlos Robert Moraes. Território, região e formação colonial. Apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência Brasileira. In: Eulalia Ribera Carbo; Hector Mendoza Vargas; Pere Sunyer Martín (coords). *La integración del territorio en una idea de Estado. Mexico y Brasil, 1821-1946*. Mexico: UNAM-Instituto de Geografia; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2007, p. 500-501.

¹⁸ *Idem*, p. 502.

¹⁹ Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro*. In: CARBÓ, Eulalia Ribeira; Héctor Mendoza Vargas; Pere Sunyer Martín. *La integración del territorio en una idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946*. México: Instituto de Geografía UNAM, 2007, p. 589-608.

seus limites territoriais, mas sim “para dentro”, justamente em direção aos espaços que ainda não haviam sido ocupados²⁰.

As perspectivas propostas pelas reflexões de Moraes e Mattos motivaram à investigação das relações entre a representação dos espaços ditos “desconhecidos” com os interesses da administração provincial, conjugados aos da elite mercantil-exportadora, na aceleração do ritmo de expansão da fronteira agrícola em direção às áreas de ocupação futura, vale dizer: na apropriação de terras em espaços sabidamente habitados por diversas populações indígenas. Assim, outro objetivo perseguido por este trabalho será justamente o de associar a construção territorial engendrada pelos artefatos elaborados por Daniel Pedro Müller, aos interesses e desígnios das autoridades provinciais e grupos da elite paulista.

Para atingir os objetivos propostos por esta pesquisa, optou-se por organizar o trabalho em três partes, cada qual compreendendo dois capítulos. A primeira, intitulada *Administradores: entre a Colônia e o Império*, dedica-se a tratar dos responsáveis pela elaboração da estatística e do mapa provincial, centrando-se na reconstituição da trajetória de vida de Daniel Pedro Müller, bem como na caracterização dos grupos da elite paulista que passaram a ocupar os espaços de poder provincial a partir da década de 1820. A segunda parte, por sua vez, recebeu o título de *Os artefatos* justamente por colocar seu foco de análise sobre a estatística e o mapa provincial, cada qual sendo analisado em um capítulo exclusivamente dedicado ao estabelecimento das relações entre esses artefatos e os contextos técnicos e sociais de sua produção e circulação. Por fim, *Razões de Estado: economia política provincial* foi o título dado à terceira parte da dissertação, que traz dois exemplos concretos de como as autoridades provinciais e setores da elite paulista utilizaram, tanto os artefatos produzidos por Müller como a escola de engenheiros que ele ajudou a organizar, como instrumentos de poder na realização de seus interesses.

O estudo de cada uma dessas partes exigiu o uso de um repertório de fontes manuscritas e impressas de natureza bastante distinta, que foram organizadas e analisadas segundo os objetos e propósitos de cada um dos capítulos dessa dissertação. O primeiro capítulo, por exemplo, visa traçar o perfil biográfico de Daniel Pedro Müller, engenheiro-militar escolhido pela administração provincial para compor a estatística e o mapa provincial, bem como ajudar na organização do Gabinete Topográfico de São Paulo. Para a reconstituição de sua trajetória, especialmente os anos em que viveu em Portugal (1785-1802), período menos tratado por seus biógrafos, foram fundamentais a investigação realizada em acervos portugueses, tais como o Arquivo Histórico Militar; a Academia Militar; o Arquivo Central da Marinha; a Academia de Ciências de Lisboa e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ali foram localizados documentos como a fé de ofício ou registros de matrícula de Daniel Pedro Müller, por exemplo, que dão conta do local e data exatos de

²⁰ *Idem*, *ibidem*.

seu nascimento, bem como as academias onde realizou toda sua formação. Tais informações contribuíram bastante para elucidar alguns pontos ainda obscuros de sua biografia.

Quanto ao período em que Müller permaneceu na Capitania, depois Província de São Paulo (1802-41), encontrou-se uma documentação bastante diversificada em acervos como o Arquivo Público do Estado de São Paulo ou a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, onde se localizou uma série de ofícios, pareceres, avisos, correspondências e petições remetidas ou destinadas a Daniel Pedro Müller desde a primeira década do século XIX. O Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, por sua vez, guarda uma relação dos livros que Müller herdou de seu pai por ocasião do falecimento deste, em 1814²¹. A análise dos títulos que compunham esta livraria, em conjunto com a trajetória de Müller, forneceram elementos que permitiram enquadrá-lo na categoria dos ilustrados luso-brasileiros, ainda que este tenha nascido em Portugal alguns anos após os principais expoentes da chamada “Geração de 1790”, tendo recebido toda sua formação no âmbito das academias militares portuguesas²².

O segundo capítulo, por sua vez, tem como objetivo correlacionar os interesses econômicos de grupos da elite mercantil-exportadora paulista com a atuação da Assembleia Legislativa Provincial. Para se atingir este fim, buscou-se apontar as origens socioeconômicas dos homens que ocuparam os espaços de poder provincial, bem como os interesses dos grupos ao qual pertenciam e os principais projetos para o desenvolvimento da Província aprovados pela Assembleia no período que se estende entre 1835-50. Assim, para identificar os indivíduos eleitos a ocuparem posições em alguns espaços de poder provincial, bem como reconstituir suas origens socioeconômicas, foram fundamentais algumas obras de referências, tais como dicionários biobibliográficos²³, genealogias²⁴, além das memórias elaboradas por ex-estudantes da Academia de

²¹ ANRJ. Mesa do Desembargo do Paço. *Catálogo dos livros pertencentes a D. P. Müller, que lhes são remetidos de Lisboa para São Paulo em 9 caixões*. Caixa 169, pac. 1, doc. 17. (Licenças, 04 mai. 1818). Trata-se de um conjunto formado por 755 livros das mais distintas áreas e que foram remetidos a São Paulo em um momento no qual o cenário cultural da cidade ainda era bastante modesto. Quando Müller finalmente recebeu seus livros, em 1818, a cidade de São Paulo ainda não contava com a Biblioteca Pública, instalada em 1825, a Faculdade de Direito, em 1827, ou sequer uma imprensa, que só veio a ser instalada no mesmo ano em que se estabeleceu a Faculdade de Direito.

²² Para a análise dos livros herdados por Daniel Pedro Müller, ver o trabalho de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Luzes nas bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Müller, dois intelectuais luso-brasileiros. In Congresso Internacional: o Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2008, Lisboa. *Actas...*, Biblioteca Digital Camões, 2008, v. 1, 12p.

²³ Em especial as obras de Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876* [1879]. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, 2v; Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902, 7 vols; Antônio Barreto do Amaral. *Dicionário de História de São Paulo* [1969]. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

²⁴ Particularmente Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1907-1912, 9v.

Direito²⁵. Por outro lado, a análise dos *Anais da Assembleia Legislativa Provincial* entre 1835-50²⁶, ajudou a compreender melhor a dinâmica de formação dos grupos e em torno de quais projetos esses se articulavam. Foi a partir da análise dos *Anais* que se levantou um inventário de todas as leis promulgadas pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo no intuito de identificar quais eram as principais prioridades de investimento dos deputados para o desenvolvimento da Província.

Na parte dedicada aos artefatos, o terceiro capítulo procura caracterizar o *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo* como um conjunto de conhecimentos diversificados que, articulado com estratégias políticas de grupos da elite paulista no controle de parcelas do poder provincial, configura-se em um instrumento de poder planejado não só para auxiliar os deputados em suas atividades legislativas na gestão dos recursos humanos e econômicos, mas, sobretudo, para a construção de padrões de representação territorial para a Província de São Paulo. Para isso, além da análise da própria estatística como fonte, pesquisou-se a legislação aprovada pelos deputados referente à elaboração da estatística, bem como os discursos dos presidentes da Província dando conta do estado em que se encontrava sua produção, além de uma série de ofícios mantidos no Arquivo Público do Estado de São Paulo, trocados, principalmente, entre Daniel Pedro Müller e a administração provincial. Todos estes documentos permitem reconstituir as diferentes etapas do processo de produção deste artefato, desde a encomenda e formação da Comissão da Estatística, passando pelo modo de organização do trabalho, valores destinados pela Assembleia e principais dificuldades encontradas na elaboração, chegando até os detalhes de sua impressão e distribuição pelos diferentes órgãos do Governo, tanto no âmbito provincial como imperial.

Fechando a segunda parte, o capítulo quatro traça uma biografia do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, elegendo a própria carta como ponto de partida e fonte principal da análise. Para a realização desse capítulo investigou-se, inicialmente, quais acervos ainda mantinham exemplares do mapa, tendo se identificado sete cópias espalhadas por cinco acervos: uma no Arquivo Público do Estado de São Paulo; uma no Museu Paulista da Universidade de São Paulo; uma na Biblioteca Municipal Mário de Andrade (SP); três na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e uma na *Huntington Library* (EUA). Além da análise da carta em si, se estabeleceu uma série cartográfica de representações do território paulista desde o último quartel do século XVIII até o final do século XIX, no intuito de compará-las buscando a identificação de permanências e rupturas nas representações elaboradas para os diferentes períodos. Por fim, visando estabelecer as relações possíveis entre a representação cartográfica e a sociedade que a construiu, o estudo também fez uso

²⁵ Ver Spencer Vampré. *Memórias para a História da Academia de São Paulo* [1924]. 2ª ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Conselho Federal de Cultura, 1977, 2v; José Luiz Almeida Nogueira. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências. Estudantes, estudantões, estudantadas*. São Paulo: Typographia Vanorden & Co, 1907-1912, 9v.

²⁶ Eugenio Egas; Oscar Motta Mello (orgs.). *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo: reconstrução desde 1835 a 1861. 30 volumes originais*. São Paulo: Secção de Obras d' "O Estado de S.Paulo", 1926.

da documentação administrativa mantida, principalmente, no Arquivo Público do Estado e no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo (ofícios, pareceres, legislação e discursos presidenciais, dentre outros).

Ao se optar por esta abordagem, buscou-se estudar os contextos técnicos e sociais da produção, circulação e consumo desta carta, entendendo-a tal como propõe Ulpiano Bezerra de Meneses, não como uma mera abstração, mas como “coisas materiais, [que] constituem objetos físicos, artefatos²⁷”. Nesse sentido, se o mapa é um objeto tridimensional e não somente uma abstrata projeção de três dimensões num plano, como afirmou Meneses, ele está imerso na vida social e em suas contingências, sendo possível escrever uma biografia deste objeto²⁸.

Assim, se é verdadeira a afirmação do geógrafo britânico John Brian Harley segundo a qual “*todos los mapas están relacionados con el orden social de un período y un lugar específicos*”²⁹, então o que se busca identificar a partir da análise das diferentes camadas de significados deste mapa é, sobretudo, uma série de respostas a indagações formuladas no decorrer da investigação, tais como as razões que teriam levado aquela sociedade a produzir esta carta; os responsáveis por sua elaboração, especialmente os que estavam por trás da oficina do cartógrafo; se os interesses desses indivíduos aparecem representados (ou são intencionalmente omitidos) neste objeto; ou ainda, as intenções que podem estar explícitas no mapa, ou ocultas em detalhes técnicos como suas dimensões, a escolha da projeção e do meridiano de referência, diferenças de precisão na representação de partes específicas do mapa ou a técnica de impressão escolhida.

Na terceira e última parte deste trabalho, o capítulo cinco dedica-se a demonstrar o alinhamento entre a representação cartográfica de um vasto espaço localizado na porção Oeste do território paulista, identificado como “Sertão desconhecido”, e as diferentes práticas assimilacionistas das políticas indigenistas que vinham sendo aplicadas em São Paulo desde a restauração da Capitania, em 1765. Mais que isso, trata-se aqui de relacionar essa representação territorial com o processo de apropriação das terras indígenas decorrentes, principalmente, da valorização da propriedade fundiária em áreas onde se consolidaram as monoculturas exportadoras, no princípio do século XIX³⁰.

²⁷ Cf. Ulpiano Bezerra de Meneses. Rumo a uma “História visual”. In: José de Souza Martins; Cornélia Eckert; Sylvia Novaes. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005, p. 51-52.

²⁸ Idem, p. 52.

²⁹ Cf. John Brian Harley. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. In: _____. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 72.

³⁰ Sobre tudo a cultura canavieira que se realizava preponderantemente no chamado “quadrilátero do açúcar”, região formada pelas então vilas de Sorocaba, Constituição (atual Piracicaba), Mogi-Guaçu e Jundiá. Também cabe destaque à cultura de subsistência, ou abastecimento interno, que era desenvolvida nos interstícios das terras destinadas à cultura de exportação, ou em áreas onde essa não tinha interesse, especialmente nas regiões mais afastadas e pouco ocupadas na porção Oeste de São Paulo, para além da vila de Constituição.

As principais fontes utilizadas neste capítulo foram as diversas representações cartográficas do território paulista produzidas entre 1750-1850, no intuito de demonstrar o processo de transformação da representação dos espaços onde habitavam as populações indígenas. Enquanto em meados do século XVIII os mapas ainda traziam os nomes das populações sobre os espaços onde estas habitavam, já na última década deste mesmo século, justamente no período em que a cultura de exportação começa a se consolidar na região do chamado “quadrilátero do açúcar” e se observa uma valorização fundiária na região, as representações territoriais passam a suprimir toponímias indígenas e os espaços antes representados como “certão do gentio cayapó” ou “certão do gentio Aycurú”, passam a ser identificados como “Certão desconhecido”. Além das representações cartográficas, este capítulo também recorreu a itinerários, memórias e dissertações, relatos de viajantes estrangeiros ou agentes do Estado, enfim, uma série de descrições do território paulista que demonstram como, desde o período colonial, já havia uma profusão de documentos descrevendo aqueles espaços representados como “desconhecidos”.

O sexto e último capítulo tem como principal objeto de estudo o Gabinete Topográfico de São Paulo, uma escola de engenheiros construtores de estradas, criada pela Assembleia Legislativa Provincial, também em 1835, que contou com a importante participação de Daniel Pedro Müller em sua organização. Aqui o objetivo é evidenciar como o desenvolvimento da infraestrutura viária provincial, prioridade das diversas administrações paulistas desde o último quartel do século XVIII, ganhou grande impulso com a relativa autonomia política e tributária conquistada pelos deputados da Assembleia, sendo a própria escola de engenheiros um dos eixos escolhidos pela administração para acelerar o desenvolvimento da rede viária. Tal como se realizou com os capítulos dedicados à estatística e ao mapa provincial, aqui também foi largamente utilizada a documentação administrativa mantida no Arquivo Público do Estado e no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo. A partir da análise dos ofícios trocados entre os diretores do estabelecimento e a administração provincial, em conjunto com os discursos dos diferentes presidentes da Província que assumiram no período em que funcionou o Gabinete Topográfico (1836-49), foi possível reconstituir toda a trajetória deste estabelecimento de ensino e relacioná-la aos contextos político e econômico da Província, caracterizando-o, também, como mais um instrumento governativo nas mãos das autoridades provinciais e grupos da elite paulista, na medida em que seu principal objetivo era fornecer quadros para a construção e conservação de obras públicas em São Paulo, em especial, as tão reivindicadas estradas visando melhorar o escoamento da produção desde o interior da Província até o porto de Santos.

Este, portanto, foi o caminho que se construiu para atingir os objetivos propostos para esta pesquisa. A partir da análise da construção territorial engendrada, principalmente, pela estatística e

mapa da Província de São Paulo, o que se pretende demonstrar a seguir é um pouco da dinâmica política, econômica e social da Província paulista durante a primeira metade do Oitocentos.

PARTE I:

ADMINISTRADORES: ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO

CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA DE DANIEL PEDRO MÜLLER: DE AGENTE DA COROA PORTUGUESA A FUNCIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO.

- 1.1 Família e formação em Portugal.
- 1.2 Agente da Coroa portuguesa na Capitania de São Paulo.
- 1.3 Membro do Governo Provisório de São Paulo.
- 1.4 Militar a serviço do Império do Brasil.
- 1.5 Engenheiro a serviço da administração paulista.
- 1.6 Frustrações do marechal Müller.
- 1.7 Um homem na era das transições.

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

Marc Bloch³¹.

Daniel Pedro Müller (1785-1841) é um personagem bastante conhecido da historiografia paulista na transição do período colonial para o imperial. Sua estatística, publicada originalmente entre 1838-39, segue sendo utilizada até hoje como referência inescapável a quem deseja compreender a evolução social, política e econômica ocorrida em São Paulo entre 1750 e 1850³².

Além da estatística, Daniel Pedro Müller também é autor do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, encomendado pela recém-instituída Assembleia Legislativa Provincial, em 1835, concluído em 1837 e impresso apenas quatro anos mais tarde. A importância deste documento cartográfico em conjugação com a Estatística será um dos temas que se buscará explorar nessa dissertação. Cabe adiantar, no entanto, que um dos aspectos inovadores do *Mappa Chorographico...* é o fato desta ter sido a primeira representação contendo a totalidade do território paulista a ser impressa e da qual foram extraídas, pelo menos, com cópias, distribuídas pelos diferentes órgãos administrativos provinciais, para institutos de cunho científico, para políticos, viajantes e, até mesmo, colocada à venda para os particulares que se interessassem, como se verá detalhadamente no quarto capítulo dessa dissertação.

No entanto, embora essas duas facetas de Müller – estatístico e cartógrafo – tenham sido abordadas por alguns trabalhos que utilizaram sua obra como fonte das pesquisas, muito pouco se pesquisou sobre a vida deste engenheiro-militar. Ainda assim, as poucas obras que trazem informações sobre sua trajetória não a tinham como objeto de estudo, mas sim uma das áreas com a qual Daniel Pedro Müller teria contribuído (engenharia militar, arquitetura, cartografia e estatística), destinando-lhe, invariavelmente, poucas palavras e repetindo o que já haviam escrito Manuel Eufrázio de Azevedo Marques e Sacramento Blake no fim do século XIX³³.

³¹ Cf. Marc Bloch. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff, tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 54.

³² Affonso d'Escragnolle Taunay deu especial destaque para o pioneirismo de Daniel Pedro Müller no campo das ciências estatísticas, chegando a propor que Müller recebesse o título de Patriarca da Estatística no Brasil. Ver: Affonso d'Escragnolle Taunay. *Um Patriarcha da Estatística no Brasil*. In: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro, Anno II, n°. 21, Mai. 1936, p. 354-366.

³³ Cf. Manuel Eufrázio de Azevedo Marques. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Provincia de São Paulo...* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, v. 1, p. 212-213; Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, v. 2, p. 160-161.

Dentre as obras que se dedicaram a investigar a participação de Daniel Pedro Müller no âmbito da produção cartográfica paulista do século XIX, por exemplo, destacam-se os trabalhos de Airton José Cavenaghi, em especial, sua tese de doutorado³⁴, assim como um artigo publicado nos Anais do Museu Paulista³⁵.

Sobre esses trabalhos, cabe observar inicialmente que embora o autor tenha proposto um recorte cronológico centrado na segunda metade do século XIX, o mesmo faz uma análise da produção cartográfica da primeira metade do Oitocentos e, particularmente, da obra de Daniel Pedro Müller. Em seu artigo, o autor propõe o estudo da cartografia elaborada para representar o território paulista em todo o século XIX, no intuito de demonstrar a permanência de valores culturais do período colonial através da análise de alguns modelos cartográficos. Para Cavenaghi, a expressão cartográfica de São Paulo muda conforme as necessidades vão se apresentando e a produção de mapas, em muitos momentos, ou foi padronizada pelo Estado, ou foi fruto de uma necessidade de determinados grupos hegemônicos, representando, desta forma, o poder social, político e econômico constituído. Assim, propõe que a produção cartográfica seja interpretada como uma representação mental, fruto de um momento social, político e econômico específico³⁶.

Já no campo dos estudos estatísticos, demográficos e socioeconômicos da Província de São Paulo durante o século XIX, é quase impossível que algum trabalho não utilize o *Ensaio d'um quadro estatístico...*, de Müller, como fonte primária. Apesar disso, não se encontrou um estudo dedicado a fazer uma análise mais aprofundada acerca dessa obra. Ainda assim, cabe indicar os trabalhos de Maria Luíza Marcílio³⁷ e, mais recentemente, de Maria Lucília Viveiros Araújo³⁸, que tomaram a estatística de Müller como uma de suas principais referências para o estudo do povoamento, população e riqueza de São Paulo.

Publicada originalmente em 1968, a obra seminal de Maria Luíza Marcílio investiga o povoamento e a população da cidade de São Paulo entre 1750-1850, apontando como a historiografia de São Paulo, até então, apesar de vasta, repetia as mesmas fontes e os mesmos temas ao ecoar que a capital do início do século XIX era pobre, decadente e sem expressão quando comparada às principais capitais brasileiras do mesmo período. Ao contrário disso, os resultados de sua pesquisa apontam, após minuciosa análise dos registros paroquiais e antigos recenseamentos de

³⁴ Cf. Airton José Cavenaghi. *Olhos do barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)*. São Paulo, 2004. 313 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

³⁵ Cf. Airton José Cavenaghi. *O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana*. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 14, n.1, jan./jun. 2006, p. 195-241.

³⁶ *Idem*, p. 198-199.

³⁷ Cf. Maria Luíza Marcílio. *A cidade de São Paulo: povoamento e população (1750-1850)*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973, 220p. Ver também: Maria Luíza Marcílio. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, 222p.

³⁸ Cf. Maria Lucília Viveiros Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2006, 223p.

São Paulo, um crescimento demográfico e, não menos importante, o aumento da riqueza dos paulistanos mais para o final do século XVIII, em decorrência do comércio de açúcar que atravessava a cidade no caminho entre a zona produtora – no interior, a Oeste da cidade – e o porto de Santos.

Seguindo a mesma linha de pesquisa de Marcílio, o trabalho de Viveiros Araújo busca investigar os caminhos da riqueza dos paulistanos, seu grau de acumulação e reprodução durante a primeira metade do Oitocentos. Para isso, recorre a uma série de inventários *post-mortem* em conjunto com diversas fontes complementares, tais como o imposto da Décima Urbana e os maços populacionais dos antigos recenseamentos de São Paulo, inclusive, a estatística elaborada por Müller, em 1836.

Tanto Marcílio, quanto Viveiros de Araújo, ao descreverem as fontes que utilizaram para os dados urbanos e demográficos da cidade de São Paulo, apontam os dados levantados por Müller como os mais completos e extensos da fase histórica dos recenseamentos, justificando, desta maneira, a utilização do *Ensaio d’um quadro estatístico...* como principal referência para aquele período (1836) nas análises demográficas comparativas que realizaram em relação ao final do século XVIII e, também, à segunda metade do XIX.

Sobre a atuação de Daniel Pedro Müller na organização do Gabinete Topográfico podem se destacar duas obras: a tese de doutorado de Eudes de Mello Campos Júnior³⁹, e a dissertação de mestrado de Odair Aparecido de Paula⁴⁰. A tese de Campos Júnior, defendida em 1997 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, investiga a arquitetura realizada na cidade de São Paulo durante o período imperial (1822-89), como o próprio título sugere. Seu foco recai nas transformações provocadas por um processo de rápida mudança cultural, sob a liderança de uma dinâmica classe social em gestação, a burguesia. Para Campos Júnior, durante o Segundo Reinado já eram evidentes os efeitos que o “quadriculamento disciplinar vinha produzindo, em vários níveis, sobre o corpo social brasileiro”, tais como a criação das primeiras instituições e equipamentos de controle social, a expansão do aparelho burocrático e seu disciplinamento incipiente, ou ainda a crescente ordenação do espaço urbano⁴¹. Neste contexto, o autor observa o rápido envolvimento de representantes da burguesia em formação na modernização técnica, programática e estética das construções paulistanas, seja montando olaria a vapor, fábrica de pedra artificial, abrindo casa importadora de ferragens, serrarias a vapor, atuando como

³⁹ Cf. Eudes de Mello Campos Júnior. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, vol. 1.

⁴⁰ Cf. Odair Aparecido de Paula. 2011. *Os caminhos da Educação e a Educação para os caminhos: a formação de engenheiros em São Paulo (1835-1850)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP.

⁴¹ Cf. Eudes de Mello Campos Júnior. *Arquitetura paulistana sob o Império... Op. Cit.*, pp. 6-7.

empreiteiros de obras públicas ou abraçando a profissão de engenheiro. Ao descrever este cenário, o trabalho dedica algumas páginas a Daniel Pedro Müller e ao Gabinete Topográfico de São Paulo, detalhando o conteúdo disciplinar oferecido aos alunos matriculados no curso de engenheiros de estradas, além de identificar parte dos alunos que estudaram naquele estabelecimento durante sua segunda fase de funcionamento (1842-49).

Já a dissertação de Odair Aparecido de Paula, defendida em 2011 pelo programa de pós-graduação na área de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, investiga a criação do Gabinete Topográfico de São Paulo sob o prisma da História da Educação brasileira. Ao identificar a escola de engenheiros de estradas como o mais antigo estabelecimento de instrução de engenharia da Província de São Paulo, Aparecido de Paula passa a analisar o Gabinete no âmbito das instituições de instrução pública profissionalizante em São Paulo, destacando sua importância na configuração não apenas da cidade, mas também da Província, apontando suas contribuições na esfera da administração, em especial, na área das obras públicas provinciais.

Desta maneira, este capítulo tem por objetivo reconstituir a trajetória de Daniel Pedro Müller em busca de aportar novas contribuições para sua biografia ante a quantidade de dúvidas e contradições encontradas nos distintos perfis biográficos já elaborados sobre este engenheiro-militar. Mais do que transformá-lo em objeto de estudo, ao confrontar os muitos materiais levantados pela pesquisa nos diferentes acervos do Brasil e de Portugal, buscou-se converter Daniel Pedro Müller em “sujeito de estudo”, tal como apontou o historiador François Dosse em sua análise acerca do gênero biográfico⁴². Destarte, a partir dessa reconstituição se buscará assinalar as principais contribuições de Daniel Pedro Müller nas diferentes áreas em que atuou, com especial atenção para seu papel nas muitas transições que vivenciou durante a primeira metade do século XIX.

1.1 Família e formação em Portugal.

Nascido em Oeiras, próximo a Lisboa, aos 26 de dezembro de 1785⁴³, sua data e local de nascimento é apenas um exemplo das contradições mencionadas acima, tendo sido motivo de grande controvérsia, havendo divergências bastante significativas entre seus biógrafos, que

⁴² Cf. François Dosse. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009, p. 60-61.

⁴³ AHM. Cx. 693, D-1-6-38, D1-7-45-48, D1-7-9-5. [Ver também: Francisco Vilardebó Loureiro. Relação dos primeiros alunos do Colégio Militar em Lisboa. In: *Raízes e Memórias*. N°. 15, Outubro-1999, Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia, p. 157].

chegaram a registrar até dezesseis anos de diferença entre a data mais recuada no tempo (1769) e a mais recente⁴⁴ (1785).

Tinha ascendência germânica, seu pai, Johann Wilhelm Christian Müller (1752-1814), foi o primeiro pastor luterano da Congregação Evangélica Alemã em Lisboa e, anos mais tarde, diretor da Imprensa Régia, além de sócio e secretário da Academia Real das Ciências de Lisboa, dentre outras ocupações⁴⁵. Descendia de uma família ligada às ciências e às letras, especialmente dedicada ao ensino universitário. Seu pai, por exemplo, era originário de Göttingen, uma das principais cidades do Eleitorado de Hannover, ligado à Inglaterra desde 1714⁴⁶. Nesta cidade Christian Müller cursou humanidades, línguas orientais e teologia para somente então embarcar com destino a Portugal, em janeiro de 1773, onde pastorearia o rebanho luterano em Lisboa. Anos mais tarde, em 1792, já convertido ao catolicismo, encontrava-se a serviço do Estado português, tendo sido nomeado para deputado ordinário da Real Mesa da Comissão-Geral sobre o Exame dos Livros⁴⁷.

Já sua mãe, Anna Elizabeth Moller, era filha de um grande negociante da Feitoria Hanseática e da Bolsa de Lisboa, Heinrich Moller. Em 1779, casou-se com Johann Christian Müller e deste consórcio tiveram cinco filhos: Doroteia (1780-1827), Guilhermina (1781-1830), Cristiano

⁴⁴ Affonso d'Escragnole Taunay, com base “em uns autos de justificação, em que ocorre um depoimento de Müller”, afirmou ter visto que no ano de 1814, Müller tinha 45 anos de idade e, portanto, teria nascido em 1769. Cf. Affonso d'Escragnolle Taunay. *Um Patriarcha da Estatística no Brasil*. In: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro, Anno II, nº. 21, Mai. 1936, p. 356. Por outro lado, Sacramento Blake, em seu famoso *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, dá o ano de 1785, embora não cite a fonte de onde tirou tal informação. [Ver Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Op. Cit., p. 160.] Já Honório de Syllos, responsável pela introdução da terceira edição do Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo, julgou ser 1775 o ano mais provável em que nascera Daniel Pedro Müller. [Ver Honório de Syllos. In: Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciales de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. XV.]

⁴⁵ Heinrich Katzenstein organizou artigo com breves trajetórias sobre integrantes da família Moller. [Ver Heinrich Katzenstein. Notas genealógicas acerca de algumas das mais antigas famílias de origem germânica fixadas na Estremadura Portuguesa, [I], separata de *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, nº 18, Lisboa, s.d. [1949], p. 8-19]. No segundo volume, também organizou informações acerca da ascendência e descendência da família Müller. [Ver Heinrich Katzenstein. Notas genealógicas acerca de algumas das mais antigas famílias de origem germânica fixadas na Estremadura Portuguesa, [II], separata de *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, nº 19, Lisboa, s.d. [1949], p. 21-35].

⁴⁶ Já o avô paterno de Daniel Pedro Müller, Johann Michael Müller, provinha da cidade imperial livre de Augsburgo, onde fora professor de Matemática na Universidade de Giessen e engenheiro-mor dos ducados de Grubenhagen e de Calenberg. Por sua vez, seu bisavô materno, Johann David Köhler (1684-1755), fora conhecido historiador e numismata, professor das universidades de Altorf e de Göttingen, diplomata e preceptor do Markgrave de Bayreuth. [Ver João Pedro Ferro. Intelectuais alemães em Portugal: Johann Wilhelm Christian Müller (1752-1814). In: *Portugal-Alemanha-África*. Lisboa: Edições Colibri, 1996, p. 309-341].

⁴⁷ Segundo Ferro, após a conversão de Christian Müller ao catolicismo, “choveram nomeações” para o serviço à Coroa portuguesa: tradutor de línguas da secretaria do Conselho do Almirantado (1795), Censor Régio do Desembargo do Paço (1795), assistente do príncipe Christian August zu Waldeck (1797), segundo diretor da Imprensa Régia (1801), adido ao serviço de Frederico Augusto, duque de Sussex (filho mais novo do rei da Inglaterra Jorge III), secretário da Academia Real das Ciências (entre 1809-1812, cargo em que foi sucedido por José Bonifácio de Andrada e Silva) e Diretor de Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências (1812). [Ver João Pedro Ferro. Intelectuais alemães em Portugal: Johann Wilhelm Christian Müller (1752-1814). In: *Portugal-Alemanha-África*. Lisboa: Edições Colibri, 1996, p. 320-324].

Frederico (1783-1806), Daniel Pedro Müller (1785-1841) e Frederico Guilherme⁴⁸ (1786, morto dias depois de nato).

Após completar dez anos de idade, em 1795, Daniel Pedro Müller assentou praça como cadete do regimento de artilharia da Corte, tendo frequentado as aulas do curso de matemática da Real Academia de Marinha, como informa o trecho destacado do documento abaixo, datado de 13 de outubro de 1798:

Diz Daniel Pedro Müller, Cadete do Regimento da Artilharia da Corte, que elle frequentou as Aulas da Real Academia de Marinha, onde foi approvado nas Materias que se tratarão no primeiro e segundo anno do Curso de Mathematico, como mostra pelos Documentos juntos, e porque se destina a entrar no Corpo dos Engenheiros, e o não pode fazer sem ser matriculado. [...] Foi aprovado plenamente nos exames que fez no 1º e 2º anos. Teve prêmio no fim do 1º anno e licença de S. Mg⁴⁹.

Seu nome não consta na lista dos alunos que cursaram a cadeira de Matemática no Real Colégio dos Nobres⁵⁰. Em outubro de 1800, foi promovido ao posto de segundo-tenente da segunda Companhia do Regimento de Artilharia⁵¹, quando solicita nova licença para continuar seus estudos na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, até que lhe fosse assignado um novo destino, como demonstra o trecho do documento destacado abaixo:

Diz Daniel Pedro Müller que tendo tido a honra de ser reconhecido Cadete da Companhia dos Artífices, e Pontoneiros do Regimento da Artilharia da Corte, com licença para se aplicar aos estudos de Mathemática das Reaes Academias da Marinha, e da Fortificação, Artilharia e Desenho por Aviso de V. Exa. de 15 de Agosto de 1795, e que havendo, em virtude desta graça, prosseguido estes estudos até o fim do segundo anno da de Fortificação, tendo sempre sido plenamente aprovado em todos os exames, e levado os respectivos partidos, deseja, em quanto se lhe não assigna outro destino, continuar os mesmos estudos, e como o não pode fazer sem nova licença de V. Exa⁵².

Criada pela rainha d. Maria I, em 1790, a Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa, ampliara o curso para formar engenheiros de cinco para seis anos e as disciplinas ministradas haviam se multiplicado, institucionalizando-se em uma Academia Militar o ensino das matérias voltadas à Engenharia Civil, segundo as definições da *École des Ponts et*

⁴⁸ Cf. João Pedro Ferro. *Op. Cit.*, p. 325.

⁴⁹ AHM. Processo do ex-aluno da Escola do Exército Daniel Pedro Müller, maço nº1, processo nº 58.

⁵⁰ A documentação referente ao Colégio dos Nobres é mantida no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. [Ver ANTT. *Colégio dos Nobres*. 1766-1837, livros 48, 59, 62 e 81]. João Bernardo Galvão-Telles dedicou-se a pesquisar essa documentação mantida na Torre do Tombo e relacionar todos os alunos que passaram por aquele colégio entre 1766 e 1837. [Ver *Relação dos alunos do Colégio dos Nobres de Lisboa (1766-1837)*. In: *Revista do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto*. Nº. 1, Ano 1, Novembro de 2006, p. 57-118]

⁵¹ Cf. Cel. Horácio Madureira dos Santos. *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby*. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar, V volume (Reinado de d. Maria I (2ª Parte: janeiro de 1794 a dezembro de 1806). Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1965, p. 425.

⁵² AHM. Processo do ex-aluno da Escola do Exército Daniel Pedro Müller, maço nº1, processo nº 58.

Chaussées, da França, que introduziu o curso específico sobre pontes e calçadas, até então inexistente no programa das instituições da metrópole e da colônia⁵³.

Assim, a formação de Müller dentro das academias militares portuguesas na última década do século XVIII, deu-lhe bases muito mais afinadas ao modelo da escola francesa de engenharia, por exemplo, do que ao da inglesa⁵⁴. Anos mais tarde essa base será fundamental para que Müller ajude a organizar uma escola de engenheiros com uma estrutura curricular orientada à formação de engenheiros civis distinta e separada da formação militar. Trata-se da já referida escola anexa ao Gabinete Topográfico de São Paulo.

Em 1802, antes mesmo de completar dezessete anos de idade e concluída sua formação na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, Daniel Pedro Müller foi promovido a capitão de infantaria agregado à primeira plana da corte e enviado a então Capitania de São Paulo, com o exercício de ajudante de ordens do recém-nomeado governador e capitão general Antônio José da Franca e Horta (1802-1811), com quem deveria seguir viagem ainda naquele ano⁵⁵.

Entre 1765-75, a Capitania de São Paulo experimentou um processo de reorganização econômica iniciada durante governo de d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus⁵⁶. Com a Metrópole vivendo um momento de crise frente à retração na produção de ouro na

⁵³ No curso da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa, a principal referência teórica eram os tratados do engenheiro-militar francês Bernard F. de Bélidor. [Ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e Desenho: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011, p. 235].

⁵⁴ O modelo inglês de engenharia que emerge no século XVIII caracteriza-se como expressão de uma tradição marcada por um contexto privatizante, individualista, com nítida afirmação da autonomia do setor civil e forte predomínio do saber prático-empírico. Em contrapartida, o modelo francês derivaria de uma tradição marcada por um contexto estatal, no qual, mesmo no setor civil, se privilegiava uma organização coletiva e hierarquizada de base militar – o corpo –, com predominância no papel do saber teórico-científico. Assim, a engenharia inglesa de meados do Setecentos pode ser associada “à noção de *engine*, isto é, máquina, motor, instrumento”; enquanto a francesa, se associaria “à noção do *ingénieur*, [...] com o significado de *engine-maker*, ou seja, *fortifier*, termo relativo aos setores bélicos, às obras defensivas, como fortificações; mas também, às estradas, pontes, construções e a todas as obras necessárias à defesa”. [Ver: Ivone Salgado. Profissionais das obras públicas na província de São Paulo na primeira metade do século XIX: atuação no campo da Engenharia Civil. *Histórica*. São Paulo, v. 41, p. 1-10, 2010].

⁵⁵ ANTT. Carta Patente de 30 de agosto de 1802. Chancelaria de D. Maria I, liv. 67, fl. 100. [Ver também: Cel. Horácio Madureira dos Santos. *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby*. Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar, V volume (Reinado de D. Maria I (2ª Parte: janeiro de 1794 a dezembro de 1806). Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1965, p. 548].

⁵⁶ No primeiro capítulo de sua obra, Heloísa Liberalli Bellotto descreve bem o processo de evolução, extinção e restauração da Capitania de São Paulo durante o período colonial. Nele vê-se como após o sucessivo desmembramento de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro, Mato Grosso e Goiás a partir do território paulista, entre os anos de 1720 e 1748, a Capitania de São Paulo viu-se “privada de suas áreas mais ricas” e, por conta disso, teve “cassada sua autonomia política”, em 1748, uma vez que o rei achava “desnecessário [haver] em S. Paulo Governador com patente de Capitão General”. Assim, “o território de São Paulo ‘athé os confins dos Governos das Minas Geraes, do Rio de Janeiro e da Ilha de Santa Catherina’ seria administrado do ponto de vista militar pelo governador da Praça de Santos e este, por sua vez, estaria sob a jurisdição do governador do Rio de Janeiro”. No entanto, especialmente em razão dos conflitos com os espanhóis pelo domínio da porção mais ao sul do território (Ilha de Santa Catarina e Capitania de São Pedro), o governo português decidiu restaurar a Capitania de São Paulo, em 1765, nomeando d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão como seu Governador e Capitão General, no intuito de que esta pudesse dividir com o Rio de Janeiro a responsabilidade pela defesa do Sul e do Oeste da América portuguesa. [Ver Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª edição revista. São Paulo: Alameda, 2007, p. 21-44].

América Portuguesa, uma das soluções adotadas para atenuar o problema foi o incremento do comércio, da produção manufatureira e da agricultura, especialmente na Colônia. Em meio às reformas pombalinas, a nova diretriz da política colonial portuguesa, no âmbito do chamado “mercantilismo ilustrado português⁵⁷”, determinava que os novos governadores das capitanias incentivassem a expansão da produção agrária tradicional e a introdução de novos produtos que vinham sendo valorizados na Europa. De modo especial, buscava-se desenvolver a agricultura em um nível que chegasse a ser “um empreendimento visando ao mercado mundial⁵⁸”.

Não por acaso, justamente por essa época iniciou-se a produção de cana-de-açúcar para exportação em São Paulo, tendo os primeiros engenhos se beneficiado do acúmulo de capitais provenientes do comércio de abastecimento que vigorou no período anterior⁵⁹. Também não se pode esquecer o impulso dado à produção açucareira pelo aumento das exportações decorrentes da excepcional conjuntura internacional, marcada pelo início da Guerra de Independência na América do Norte, da Revolução Francesa, da desarticulação da produção antilhana em razão da Revolução Haitiana e das guerras napoleônicas, todas provocando uma forte tendência de alta nos preços, a partir da década de 1770⁶⁰.

Se por um lado, Antônio José da Franca e Horta e Daniel Pedro Müller chegavam a São Paulo em um momento de crise em Portugal, inserido no contexto mais amplo do aprofundamento da crise geral do Antigo Regime⁶¹, por outro, seu desembarque no porto de Santos se dá justamente no momento em que se consolidava a produção de açúcar para exportação na capitania de São Paulo⁶², exemplificando bem a “contradição maior que a exploração colonial engendrava: o crescimento e o desenvolvimento da colônia”, como bem apontou José Jobson de Andrade Arruda⁶³.

⁵⁷ Segundo Fernando Novais, no plano econômico, em Portugal, “a penetração das ideias fisiocráticas, bem como a economia clássica inglesa misturaram-se com o mercantilismo tradicional dando lugar a um mercantilismo ilustrado. Abandona-se a ordoxia mercantilista, mas mantém-se certa linha econômica tradicional. É este o esquema teórico que orienta a política colonial da última fase do Antigo Regime”. [Ver Fernando Antônio Novais. O reformismo ilustrado luso brasileiro: alguns aspectos. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 7, 1984, p. 108].

⁵⁸ Cf. Vera Lucia Amaral Ferlini. *Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 240-241.

⁵⁹ É importante destacar que Maria Thereza Petrone defende em seu trabalho que os recursos que originaram o ciclo produtivo do açúcar na região eram originários da própria atividade, isto é, a lavoura canavieira paulista teria autofinanciado seu desenvolvimento. [Ver Maria Thereza S. Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968, p. 21-35]. Hipótese que, como sugere Vera Ferlini, não exclui a vinda de alguns capitais de fora, das minas e/ou outras atividades como o comércio e a arrematação de cobrança das rendas públicas, por exemplo. [Ver Vera Lucia Amaral Ferlini. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 196-197].

⁶⁰ Cf. Vera Lucia Amaral Ferlini. *Açúcar e Colonização*. Op. Cit., 2010, p. 183.

⁶¹ Cf. Fernando Novais. *A. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001 [1979].

⁶² Cf. Maria Thereza S. Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo...* Op. Cit., p. 12-15.

⁶³ Cf. José Jobson de Andrade Arruda. “O sentido da colônia: revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)”. In: José Tengarrinha. *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001, p. 252.

Destarte, a principal missão de Franca e Horta e seus auxiliares na administração da Capitania seguia a mesma de outros agentes enviados pela Coroa até então, isto é, ampliar a produção de excedentes através do desenvolvimento da infraestrutura de produção agrícola com vistas à manutenção do equilíbrio nas contas da Metrópole.

1.2 Agente da Coroa portuguesa na Capitania de São Paulo.

1.2.1 Os primeiros anos como ajudante de ordens

Após desembarcar na então vila de Santos, em novembro de 1802⁶⁴, Daniel Pedro Müller ainda demoraria alguns anos até se adaptar ao país, tendo adoecido seguidamente com febres e moléstias que acometiam muitos dos europeus que vinham a América. A despeito disso, em 1804 já era nomeado pelo Governador a professor de uma “Aula de Desenho⁶⁵”, que Franca e Horta planejava promover a alguns militares da “Brigada de Artilheria”, sobre a qual se falará com mais detalhes no último capítulo desta dissertação.

Por volta deste mesmo ano de 1804-05, Müller casou-se em primeiras núpcias com a paulista Gertrudes Maria do Carmo, com quem teve cinco filhas e um filho⁶⁶. Vivia com sua família e mais três escravos em uma casa localizada na Rua da Tabatinguera ou Rua de trás da Boa Morte⁶⁷. Pelo ano de 1818, casou-se em segundas núpcias com Maria Fausta de Castro, viúva do ex-governador e capitão-general de São Paulo, Antônio de Melo e Castro Mendonça (1797-1802), com quem tivera um filho, Antônio Manuel de Melo⁶⁸.

⁶⁴ No acervo do Arquivo Histórico Ultramarino há uma carta e um ofício do capitão general Antônio José da Franca e Horta informando exatamente as datas em que ele e seu ajudante de ordens chegaram a vila de Santos (18.nov.1802) e, após esperarem pela desocupação das casas que iriam ocupar em São Paulo, finalmente subiram a Serra do Mar para chegar a capital (06.dez.1802) e tomar posse de seus cargos (10.dez.1802). [Ver AHU. Conselho Ultramarino. Série: Brasil – São Paulo, cx. 51, doc. 3962 e 3967].

⁶⁵ “Aula” era o termo utilizado para representar as instituições e práticas educacionais no mundo português. [Ver Guilherme Pereira das Neves. *Aulas*. In: Ronaldo Vainfas (dir). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 55-58].

⁶⁶ *Guilhermina Müller Beaurepaire*, casada em segundas núpcias com o brigadeiro Henrique de Beaurepaire Rohan; *Carolina Müller das Dores*, casada com o coronel Leandro Mariano das Dores; *Emilia Müller de Faria*, casada com Manuel José de Faria, natural de Portugal e residentes no Rio de Janeiro; *Elisa Müller de Campos*, casada com o dr. Felizardo Pinheiro de Campos, residentes no Rio de Janeiro; *Augusta Henriqueta Müller de Figueiredo*, casada com o desembargador Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha, residentes na Bahia; Daniel Pedro Müller Filho, solteiro, falecido aos 25 anos de idade em 25 de janeiro de 1842, sendo oficial da Guarda Nacional. [Ver Francisco de Assis Carvalho Franco. Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*. São Paulo, ano 3, n. 5, jan./jun. 1939, p. 29].

⁶⁷ APESP. *Lista Nominativa de Habitantes da Cidade de São Paulo*, 3ª Companhia de Ordenanças, 1817, p. 41. Antônio de Toledo Piza também informa que Müller ainda residia na Rua Tabatinguera, nº 50, no ano de 1822. [Ver: Antônio de Toledo Piza. O supplicio do Chaguinhas. (Chronicas dos Tempos Coloniaes). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 5 (1901), p. 25].

⁶⁸ O conselheiro Antônio Manuel de Melo (1802-1866) foi um engenheiro-militar que chegou a ocupar o posto de ministro da guerra em duas ocasiões: 1847 e 1863. Em 1841, em virtude do falecimento de Daniel Pedro Müller, o

Pelos serviços prestados à capitania, Müller foi promovido a sargento-mor graduado em tenente-coronel de infantaria, em 1806⁶⁹. Dois anos mais tarde, foi escolhido pelo governo para representar os paulistas, juntamente com o coronel José Arouche de Toledo Rendon, nos preparativos das festividades de recepção da Família Real portuguesa⁷⁰, sendo, meses depois, agraciado com o hábito da Ordem de Cristo por decreto do príncipe regente d. João⁷¹.

A respeito desta comenda, é curioso verificar que muitos anos mais tarde, em 1825, Müller solicitou a renúncia de seu hábito da Ordem de Cristo em favor do capitão de milícias Manuel Pereira de Sousa, negociante na cidade do Rio de Janeiro⁷². Embora não fosse permitida a comercialização dos hábitos da Ordem de Cristo, a prática da renúncia em favor de outra pessoa era uma estratégia adotada para burlar essa proibição. No entanto, para que se concretizasse tal operação era necessário que o favorecido comprovasse possuir “o tratamento e mais qualidades necessárias para não recair mal aquela condecoração⁷³”.

Com o fim do governo de Franca e Horta, em 1811, Daniel Pedro Müller deixou o cargo de ajudante de ordens do governo e transferiu-se ao Real Corpo de Engenheiros⁷⁴, oportunidade em que recebeu nova promoção, dessa vez ao posto de tenente-coronel, patente recebida por decreto de 24 de junho de 1811. Este decreto também determinava que Müller fosse empregado no levantamento dos mapas e mais comissões na então comarca de Paranaguá e Curitiba⁷⁵.

autor de uma necrologia publicada no Diário do Rio de Janeiro, informava que Antônio Manuel de Melo era “*dotado de extraordinários talentos*” e que fora educado por seu “*virtuoso padraсто*” sendo, portanto, “*um outro Müller*”. À época da publicação, Antônio Manuel de Melo já era major de engenheiros e lente substituto da escola militar. [Ver NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Anno XX, 30 ago. 1841, n. 193, p. 2].

⁶⁹ Decreto de 13 de maio de 1806. [Ver AHU. *Conselho Ultramarino*. Série: Brasil-São Paulo, cx. 54, doc. 4484. Ver também Coronel Laurênio Lago. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil: dados biográficos (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938, p. 21]

⁷⁰ Cf. Carlos Oberacker Jr. *A Província de São Paulo de 1819 a 1823*. In: _____. *O movimento autonomista no Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1977, p. 35.

⁷¹ De acordo com o texto desse decreto de 22 de agosto de 1808: “*O Príncipe Regente Nosso Senhor há por bem mandar lançar o Hábito da Ordem de Christo a Daniel Pedro Müller, Sargento Mor de Infantaria e Ajudante das Ordens do Governo de São Paulo e manda que para o receber e professar se lhe fação as provanças e habilitações de sua pessoa na forma dos Estatutos e Definições da mesma Ordem*”. [Ver BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Documentos biográficos, 318.5, doc. 17].

⁷² Em carta a d. Pedro I, datada de 25 de maio de 1825, a solicitação da renúncia dizia: “[...] tendo obtido a mercê de Cavalheiro da Ordem de Christo, e da qual nunca fez uso [...], deseja o suplicante presentemente, por motivos de gratidão e reconhecimento, renunciar essa mercê na pessoa do Capitão de Milícias Manuel Pereira de Sousa, negociante matriculado dessa cidade”. [Ver BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Documentos biográficos, 318-5, doc. 14].

⁷³ *DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e Costumes de São Paulo*. Vol. 36. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1902, p. 90. Doravante, a referência aos Documentos Interessantes passará a ser apenas DIPHCSP, acompanhado do número do volume e número das páginas.

⁷⁴ Criado em 1787, durante o reinado de d. Maria I, o Corpo de Engenheiros era um quadro formado por oficiais militares separados de suas tropas, como assinalou Aurélio de Lyra Tavares. Com a criação da Academia Real de Fortificação e Desenho, em 1790, os oficiais aí formados também passariam a integrar o Corpo que, a partir de 1792, passou a receber a denominação de Real Corpo de Engenheiros. [Ver Aurélio de Lyra Tavares. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p. 55-65].

⁷⁵ Cf. Coronel Laurênio Lago. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil... Op. Cit.*, p. 22. Vale lembrar que, em 1811, a comarca de Paranaguá e Curitiba ainda era parte da Capitania de São Paulo, uma vez que esta só seria

1.2.2 Um ilustrado⁷⁶ na capital paulista: a biblioteca do engenheiro-militar

Desde que deixou Portugal com destino a São Paulo, Müller buscou manter-se a par dos avanços filosóficos, científicos e técnicos na Europa durante as primeiras décadas do século XIX. Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro e a instalação da Imprensa Régia, em maio de 1808, tornou-se mais fácil o acesso a alguns livros, especialmente obras na área de economia política, traduções de obras francesas e inglesas na área das ciências exatas ou manuais franceses utilizados no curso da Academia Militar, criada em 1810⁷⁷.

O cenário cultural paulista era bem mais modesto. A Biblioteca Pública, por exemplo, só seria criada em 1825, a partir da fusão das livrarias particulares do bispo diocesano d. Mateus de Abreu Pereira e da livraria conventual dos franciscanos. A imprensa, por sua vez, se instalaria ainda mais tarde, em 1827, quando José da Costa Carvalho, o Marquês de Monte Alegre, passa a imprimir o *Farol Paulistano*, primeiro periódico impresso da Província. Mesmo ano em que foi criada a Academia de Direito de São Paulo que, segundo Marisa Midori Deaecto, foi a principal responsável pela emergência do comércio livreiro em São Paulo⁷⁸.

Diante dessas dificuldades, Müller construiu sua erudição a partir da importação de livros e revistas publicados na Europa. Tinha em seu pai, antigo Censor Régio do Desembargo do Paço e

desmembrada do território paulista em 1853, quando a Província do Paraná foi criada a partir da porção Sul do território da então Província de São Paulo.

⁷⁶ Embora Daniel Pedro Müller tenha nascido poucos anos depois dos principais expoentes da famosa “Geração de 1790”, analisada pelos clássicos trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias, Fernando Antônio Novais e Kenneth Maxwell, optou-se por enquadrá-lo na categoria dos ilustrados em razão de sua formação nas Academias Militares portuguesas, reformuladas sobre o reinado de d. Maria I, e de sua atuação direta na política reformista de d. Rodrigo de Souza Coutinho. Enviado como agente da Coroa na Capitania de São Paulo, em 1802, dirigiu a construção de diversas obras públicas, levantou algumas cartas geográficas e mapas estatísticos, além de ser o responsável pela formação de novos oficiais engenheiros a serviço das autoridades coloniais. Ademais, como se verá no decorrer deste capítulo, era um autodidata que, após sua chegada a São Paulo, construiu sua erudição através dos livros que seu pai, Censor Régio do Desembargo do Paço (1795-1814), diretor da Imprensa Régia (1801-10) e secretário da Academia de Ciências de Lisboa (1809-12), o enviava desde Portugal, mantendo-se informado das principais discussões intelectuais na Europa. Nos anos finais de sua vida (1839-41), foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a quem ofereceu suas últimas obras, tais como os primeiros volumes de uma enciclopédia que estava escrevendo, além da estatística e mapa da Província de São Paulo, objetos de estudo dessa dissertação. Para a caracterização da chamada “Geração de 1790”, ver os trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2009 [1968], p. 39-126; Fernando Antônio Novais. O reformismo ilustrado luso brasileiro: alguns aspectos. In: *Revista Brasileira de História, São Paulo*, n. 7, 1984, p. 105-118; Kenneth Maxwell. A geração de 1790 e a ideia do império luso-brasileiro. In: _____. *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999, p. 157-207.

⁷⁷ Cf. Rubens Borba de Moraes. A Imprensa Régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: Ana Maria de Almeida Camargo; Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp; Kosmos, 1993, v.1, p. XXIII-XXV.

⁷⁸ Para Deaecto, os acadêmicos da Faculdade de Direito formavam um grupo destacado da estrutura da cidade. Eram agentes inovadores que tornaram possível uma série de manifestações culturais, tais como a produção literária e sua consequente publicação impressa, na forma de livros e jornais na capital. [Ver Marisa Midori Deaecto. *O Império dos Livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011, p. 23-56].

diretor da Imprensa Régia portuguesa, importante aliado no envio das obras. Certamente já formara uma importante livraria particular, em 1818, quando viu sua coleção aumentar significativamente ao receber centenas de livros que herdara de seu pai, falecido anos antes⁷⁹. Tratava-se de um conjunto de 755 livros, escritos em diversas línguas, destacando-se obras de ciências, geografia e história⁸⁰.

Para a retirada dos livros na alfândega do Rio de Janeiro, Müller contou com a ajuda de José da Silva Lisboa, então Censor da Imprensa Régia, cujo parecer indicava que além das obras a serem liberadas, também era importante a análise da proveniência da solicitação:

Tenho dúvidas quanto à *História universal* de Voltaire e *De l'esprit*, que, embora não se encontre indicação do autor, suspeito que seja de Helvécio, materialista. Como a lista consta de muitos livros excelentes, ou indiferentes, sendo seu dono o filho do mui douto e pio conde Müller, que tão bem serviu o Estado em Portugal, entendo ser deferível a licença requerida⁸¹.

Quanto aos livros que recebeu, dentre os de História, havia uma representação de autores antigos, além de textos de autores modernos como *L'Histoire ancienne*, de M. Rollin; uma história de Puffendorf; uma *Histoire de l'Amerique*, em 4 volumes, provavelmente de Robertson; *Abrégé de l'histoire universelle* de Voltaire; uma História da Alemanha; diversos trabalhos sobre os jesuítas; obras sobre história portuguesa, como *História de Portugal* (14v.), *Crônica dos reis de Portugal*, de Duarte Nunes de Leão e também a *Memória para a história da Capitania de S. Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus. Havia diversos títulos sobre Geografia; relatos de viagens e memórias, como a do francês Duguay-Trouin⁸².

Na categoria Ciências e Artes foram identificados diversos títulos sobre história natural, química, matemática, medicina e astronomia de múltiplos autores. Eram trabalhos que iam dos elementos de Euclides, em alemão, até a física de Newton. Das *Memórias* de matemática e física da

⁷⁹ *Catálogo dos livros pertencentes a D. P. Müller, que lhes são remetidos de Lisboa para São Paulo em 9 caixões*. 4.5.1818. ANRJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 169, Licenças, pac. 1, doc. 17.

⁸⁰ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves conseguiu identificar mais de 72% dos livros recebidos por Müller. Utilizando o critério da época, distinguiu cinco grandes categorias nesta coleção: *Jurisprudência*; *Ciências e Artes*; *Belas Letras*; *História* e *Teologia*. Individualmente, a maior parte dos títulos herdados por Müller foi classificado na categoria de teologia (24%), o que é natural, uma vez que seu pai havia sido pastor da comunidade luterana de Lisboa no final do século XVIII. Convém observar, no entanto, que 29% dos livros herdados por Müller foram classificados nas categorias Ciências e Artes e História, o que representa a vinda para uma São Paulo que ainda não tinha sua própria imprensa ou biblioteca pública, de 218 títulos relativos às áreas de filosofia, ética ou moral, economia, história natural, medicina, veterinária, hidrografia, física, química, matemática, astronomia, música, mecânica, desenho, arquitetura, arte militar, educação, cronologias, antiguidades, viagens, geografia, memórias e relatos de acontecimentos. Muitos deles, de difícil circulação nos territórios portugueses, mas que Müller teve acesso por seu pai ter sido Censor Régio e diretor da Imprensa Régia portuguesa. [Ver Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Luzes nas bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Müller, dois intelectuais luso-brasileiros. In Congresso Internacional: o Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2008, Lisboa. *Actas...*, Biblioteca Digital Camões, 2008, v. 1, p. 7-10].

⁸¹ *Parecer de José da Silva Lisboa*. 4.5.1818. ANRJ, Mesa do Desembargo do Paço, cx. 171, pasta 2. Documento transcrito em: Tereza Cristina Kirschner. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo; Belo Horizonte: Alameda; PUC-Minas, 2009, p. 158-159.

⁸² Cf. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Luzes nas bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Müller...* *Op. Cit.*, p. 10.

Academia Real das Ciências de Lisboa a efemérides náuticas, ou ainda, o diário astronômico para o ano de 1789, publicado por ordem da Academia⁸³.

Sobre a Arte Militar, identificaram-se dezessete livros, destacando-se o *Compêndio Militar para a instrução de discípulos da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa*; *Considerações sobre a guerra atual dos turcos com os russos*, traduzidas do francês para o português em 1788; e *Artilharia* de Benjamin Robbins (1742), além de muitos tratados em alemão sobre a arte da edificação e estudos sobre a arte de erigir estátuas⁸⁴.

A título de comparação, a maior livraria da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século pertencia a Genebra de Barros Leite, viúva do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa e casada, em segundas núpcias, com José da Costa Carvalho. Em 1838, ano em que falecera d. Genebra, sua livraria era composta por 326 livros⁸⁵. Assim, os livros herdados por Müller em 1818 faziam dele o proprietário de uma das maiores livrarias particulares paulistas nas primeiras décadas do Oitocentos, tendo menos livros, apenas, do que o bispo d. Mateus de Abreu Pereira, com seus 1.059 volumes. Após o falecimento de Müller, porém, seu inventário informa que a livraria fora “avaliada em cerca de sessenta e nove mil e oitocentos réis, compondo-se de cento e quarenta e quatro volumes”, não havendo o registro dos títulos ou autores das obras, mas apenas uma observação de que “a história e a geografia predominavam no conjunto desse acervo⁸⁶”.

Assim, Müller logo se torna uma referência de erudição na cidade. Exemplo disso é que era chamado a ensinar a língua francesa aos jovens paulistas. Por volta de 1816, por exemplo, teve como um de seus alunos Manoel Joaquim do Amaral Gurgel (1797-1864), que anos mais tarde seria lente e diretor da Academia de Direito⁸⁷. Além das aulas de francês, também era incumbido de recepcionar os muitos viajantes que passaram pela cidade durante o primeiro quarto do século XIX. Caso, por exemplo, dos botânicos e naturalistas germânicos, Johan Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius. Em suas viagens pela Capitania de São Paulo, informam que ao chegarem à capital no último dia do ano de 1817, encontraram uma casa pronta e abastecida para recebê-los, gentileza de “um de nossos compatriotas, o tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, Daniel

⁸³ *Idem*, p. 11.

⁸⁴ *Idem*. *Ibidem*.

⁸⁵ Segundo Maria Lucília Viveiros Araújo, todos esses livros teriam sido adquiridos pelo dr. José da Costa Carvalho que, em 1821, chegara a São Paulo para exercer o cargo de Juiz de Fora e seis anos mais tarde, como se viu, já era proprietário da primeira tipografia da Província. [Ver: *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2006, p. 178].

⁸⁶ Cf. Francisco de Assis Carvalho Franco. Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*. São Paulo, ano 3, n. 5, jan./jun. 1939, p. 29.

⁸⁷ Azevedo Marques destaca que à época em que Müller ensinara francês a Amaral Gurgel, esta língua ainda era do conhecimento de poucas pessoas em São Paulo. [Ver Manuel Eufrázio de Azevedo Marques. *Apontamentos Históricos... Op. Cit.*, v. 2, p. 97].

Pedro Müller”, que os recebera “com a cordialidade e amizade germânicas que não podem falhar imediatamente em nos inspirar com a mais sincera estima e gratidão⁸⁸”.

Além da formação e erudição de Daniel Pedro Müller, ao juntar-se ao Real Corpo de Engenheiros teve a oportunidade de trabalhar por mais de uma década com João da Costa Ferreira (1750-1822), engenheiro-militar português radicado em São Paulo desde as últimas décadas do século XVIII, quando foi designado para participar das comissões de demarcação dos limites territoriais entre a América portuguesa e espanhola, tendo sido responsável pela construção da Calçada do Lorena, além de muitas outras importantes contribuições quer na área da construção de obras públicas, da cartografia ou da construção militar⁸⁹.

Assim, no decorrer da década em que atuou como engenheiro a serviço da Coroa, como se verá a seguir, Daniel Pedro Müller desenvolveu importantes trabalhos no campo da engenharia, responsabilizando-se pela construção e manutenção de estradas, pontes, monumentos e obras públicas que marcaram a feição da Capitania de São Paulo. Também deu importante contribuição ao campo da cartografia, levantando cartas cujas representações tornaram-se referências inescapáveis para cartógrafos que mapearam o território paulista durante toda a segunda metade do século XIX e começo do século seguinte.

1.2.3 Entrada no Real Corpo de Engenheiros: projetos urbanísticos.

Antes de se juntar efetivamente ao Real Corpo de Engenheiros, Daniel Pedro Müller já era chamado a desenvolver projetos para obras públicas na cidade. Em 1809, por exemplo, foi encarregado pelo capitão-general Franca e Horta de elaborar um plano para a reconstrução da chamada Ponte do Marechal. O nome da ponte não se deve ao fato do marechal Müller tê-la projetado – à época Müller ainda não atingira esta patente –, mas sim ao fato da mesma ter sido construída durante o governo do capitão-general marechal frei José Raimundo Chichorro da Gama Lobo⁹⁰ (1786-88). Tratava-se da primeira ponte em cantaria da capital que, no começo do século

⁸⁸ Cf. Johann Baptist von Spix; Carl Friedrich Philippe von Martius. *Travels in Brazil in the year 1817-1820 undertaken by command of His Majesty the King of Bavaria*. London: Longman, Hurst, Rees, Ormes, Brown, and Green, 1824, p. 326-327.

⁸⁹ A atuação de João da Costa Ferreira na Capitania de São Paulo, bem como sua participação na construção da *Calçada do Lorena* foram muito bem estudadas por Benedito Lima de Toledo em sua obra sobre o Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo. [Ver Benedito Lima de Toledo. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981].

⁹⁰ Embora o título de frei possa passar a ideia de que o marechal de campo José Raimundo Chichorro da Gama Lobo tenha pertencido a alguma ordem religiosa, deve-se ao fato deste militar ter sido Cavaleiro da Ordem de Malta.

XIX, já estava em péssimas condições, justificando sua substituição “pela bela construção de pedra de autoria do engenheiro-militar Daniel Pedro Müller⁹¹”.

Após transferir-se ao Real Corpo de Engenheiros, Müller foi responsável por diversas obras na capital, das quais se destacam a estrada do Piques (atual Rua da Consolação), a ponte do Carmo, a pirâmide e chafariz do Piques (atual Largo da Memória, no Anhangabaú), além disso da construção de umas arquibancadas de madeira no então Largo dos Curros (atual Praça da República), onde a população se dirigia para assistir ao espetáculo das touradas⁹².

Dos trabalhos destacados acima, um que chama atenção é esta planta, levantada por volta de 1814, contendo o projeto de construção da estrada, pirâmide e chafariz do Piques, que deveriam ser construídos na “outra margem” do rio Anhangabaú, após a antiga Ponte do Lorena, marco que então delimitava o fim propriamente dito da cidade de São Paulo.

Mapa 1: Detalhe da planta elaborada por Daniel Pedro Müller contendo o projeto para a construção da estrada do Piques, bem como da Pirâmide e Chafariz de mesmo nome. (1814).

Fonte: Destaque do autor sobre [Daniel Pedro Müller]. [Planta contendo o projeto de construção da estrada, pirâmide e chafariz do Piques]. [1814]. 1 mapa, ms: 22,5 x 39,5 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁹¹ Cf. Eudes Campos Júnior. O antigo beco da Lapa e o Grande Hotel. In: *Revista do Arquivo Municipal*. Ano 4, nº 24, Maio/Junho de 2009. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info24/i-logra.htm>>. Acesso em: 19.02.2015.

⁹² De passagem pela capital paulista entre novembro e dezembro de 1819, o naturalista francês Auguste de Saint Hilaire apontou nos diários de sua viagem pela Capitania, que o largo era espaçoso, circulado por aléias de cedros, onde se realizavam touradas. Sobre a arquibancada da arena, afirmou: “Nessa praça, via-se, quando de minha viagem, o anfiteatro propriamente dito, construído de madeira, construção feita com bastante gosto e atribuída à direção do engenheiro Daniel Pedro Müller, autor do Ensaio Estatístico”. [Ver Auguste de Saint Hilaire. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Uruguai* [1851]. Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Livraria Martins, 1940, p. 174].

No quadro destacado em vermelho sobre a planta, indica-se a área na qual Müller previa a construção da pirâmide e chafariz, mas que ainda era de propriedade de particulares, devendo o governo providenciar a compra dos terrenos a fim de que o projeto fosse realizado.

[...] Mas para se conseguir este segundo projecto, que necessariamente me parece se deve seguir, he necessário que V. Ex^{cia} e S.S. mandem proceder á avaliação do terreno f, g, h, i, l, pelo Senado desta cidade e que este se pague a seus dônos pelo cofre que deve fazer a despesa: ora, esta avaliação não pode montar a muito, as casas são de muito pouco valor, e os dônos podem aproveitar huma grande parte dos matteriais dellas; clausula que os avaliadores devem ter em vista⁹³.

Seguidas as sugestões de Müller, a construção foi concluída e o monumento ficou conhecido pela denominação de Largo da Memória, em homenagem ao governo triunvirato que sucedeu interinamente ao então governador e capitão general Luís Teles da Silva, o Marquês de Alegrete (1811-1813)⁹⁴.

Segundo o historiador do urbanismo Benedito Lima de Toledo, trata-se do monumento mais antigo da cidade, tendo Daniel Pedro Müller construído o chafariz a partir das sobras do material que ele mesmo havia utilizado para fazer a canalização do tanque do Reuno, desviando água daquela fonte para abastecer o chafariz. Para Toledo “o flagelo da falta de água, uma constante na vida colonial da cidade, pareceu atenuado e população recebeu a obra com muita alegria⁹⁵”.

Quanto à pirâmide, ou o obelisco, a obra foi entregue para a execução do pedreiro Vicente Gomes Pereira, também conhecido como Mestre Vicentinho. A ideia da construção daquele monumento era que o mesmo servisse de referência ou ponto de partida para a estrada do Piques (atual Rua da Consolação) que, àquela época, era a ligação da cidade de São Paulo com o chamado “quadrilátero do açúcar”, região localizada no interior da Capitania de onde saíam tropas de mulas carregadas com todo o açúcar ali produzido, atravessando a cidade de São Paulo em direção ao porto de Santos⁹⁶.

Muitos anos mais tarde, em 1841, uma ilustração da pirâmide do Piques, feita a bico de pena pelo ituano Miguel Arcanjo Benício da Assunção Dutra⁹⁷, foi inserida na margem da *Planta*

⁹³ APESP. *Registro de Ofícios Diversos*. Ordem 241, cx. 14, pasta 1, doc. 16. Por tratar-se de documento inédito, optou-se por transcrever a íntegra deste ofício no Anexo nº3, ao final desta dissertação.

⁹⁴ Composto pelo bispo diocesano d. Mateus de Abreu Pereira, o ouvidor d. Nuno Eugênio de Lossio e o intendente da marinha Miguel José de Oliveira Pinto, este governo permaneceu à frente da Capitania cerca de um ano e meio, quando foi substituído por d. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde de Palma, em dezembro de 1814.

⁹⁵ Cf. Benedito Lima de Toledo. A memória sobreviverá? Ou a ingrata missão de ser monumento em São Paulo. In: *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 12 mar 1972. Suplemento Literário, p. 4-5.

⁹⁶ *Idem*, *ibidem*.

⁹⁷ Também conhecido como Miguelzinho Dutra, foi um artista, autodidata, nascido na então vila de Itu, em 1812. Estudou gramática, latim, humanidades, música e rudimentos de teologia com os carmelitas ituanos, sendo mais um dos admiradores e seguidor do Frei Jesuíno do Monte Carmelo, tal como Diogo Antônio Feijó. Em reconhecimento de seu trabalho como desenhista foi chamado pela administração provincial, em 1841, a desenhar edifícios, templos, conventos e outros logradouros da capital da Província, para ilustrar uma cópia que se estava levantando da primeira planta da cidade de São Paulo, elaborada originalmente por Rufino José Felizardo e Costa, em 1810. Faleceu em 1875, no município de Piracicaba. [Ver Jonas Soares de Souza. *Miguelzinho Dutra e a iconografia oitocentista de São Paulo*].

da *Imperial Cidade de São Paulo* juntamente com outros logradouros e edifícios da capital paulista, dando uma ideia de como eram a Pirâmide, o chafariz e a rua do Piques no final da década de 1830, como mostra a imagem a seguir.

Imagem 1: Detalhe de ilustração da *Pirâmide do Piques* inserida na *Planta da Imperial Cidade de São Paulo* (1841).

Fonte: [Karl Abraham Bresser]. *Planta da Imperial Cidade de São Paulo: levantada em 1810 pelo capitão de engenheiros Rufino José Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações*. 1841. 1 planta, impr. 23,5 x 29,8 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A autoria desta planta foi atribuída por Nestor Goulart Reis ao engenheiro Carlos Abraão Bresser (1804-1856), que a levantou com base na planta elaborada por Rufino José Felizardo e Costa, de 1810, fazendo as devidas alterações da mesma para o ano de 1841⁹⁸.

No campo da cartografia, ao se juntar ao Real Corpo de Engenheiros, Müller fora imediatamente designado a levantar mapas para a então comarca de Paranaguá e Curitiba, como se viu. Sobre estes mapas, verificou-se que na memória escrita por Manoel da Cunha de Azeredo Sousa Chichorro há referência a um mapa que Müller fora incumbido levantar para a comarca de Curitiba e Campos de Guarapuava⁹⁹. Embora não se tivesse notícia do paradeiro deste mapa até o momento, é possível que se trate do manuscrito intitulado *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e territórios cor[...]*, destacado na imagem a seguir.

⁹⁸ Cf. Nestor Goulart dos Reis Filho. *São Paulo: vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Bank Boston, 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/dephistoria/lap/carto.html>>. Acesso em: 19 Fev. 2015.

⁹⁹ Cf. Manoel da Cunha de Azeredo Sousa Chichorro. Memória em que se mostra o estado econômico, militar e político da capitania geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o Ilm. e Exm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma do Conselho de S. A. Real e do de sua real fazenda. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brasil*, t. 36, parte 1, 1873, p. 208.

Mapa 2: Trecho do *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e Territórios cor[...]*, por Daniel Pedro Müller.

Fonte: Daniel Pedro Müller. *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e Territórios cor[...]*. [c. 1815].
1 mapa, ms: 42,5 x 49 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Trata-se de uma reprodução fotográfica de parte do mapa, dando destaque ao cartucho contendo o título da carta, que se encontra parcialmente rasurado. Convém observar, porém, que no exemplar em questão há uma inscrição localizada na margem inferior esquerda, na qual se pode ler: “desenhado pelo Marechal Müller segundo os esclarecimentos que recebeo”. Em 1815, ano em que teria sido elaborado o dito mapa, Müller ainda não havia atingido o posto de Marechal de Campo, fato que só viria a ocorrer em 1829. Assim, tal inscrição só pode ter sido feita posteriormente, indicando que o exemplar em questão se trata de uma cópia do original desenhado por Müller.

Além do mapa destacado acima, Chichorro também dava conta de que naquele ano de 1815, Müller havia sido designado a levantar uma carta geográfica e estatística da Capitania de São Paulo¹⁰⁰. Ao que tudo indica, trata-se do *Mapa Histórico, Político e Geographico de S. Paulo*, o qual aparece mencionado em um ofício, datado de 25 de agosto de 1815, no qual Daniel Pedro

¹⁰⁰ Cf. Manoel da Cunha de Azeredo Sousa Chichorro. *Memoria em que se mostra o estado econômico, militar e político da capitania geral de S. Paulo...* Op. Cit., p. 207-208.

Müller comunicava ao então capitão-general de São Paulo, o Conde de Palma, a conclusão da carta que lhe havia sido encomendada. Ao apresentar seu trabalho, Müller dizia:

[...] esforcei-me a fim de que um trabalho novo nesta Capitanía, quando não seja perfeito, sirva ao menos de base, e auxilie ao que com mais capacidade emprender melhor: no entanto elle já offerece um sufficiente, e extenso conhecimento da Capitanía, ao primeiro golpe de vista, vantagem sempre resultante da História combinada com a Geographia; pois que hum livro a primeira leitura só appresenta impressoens confuzas, quando o mappa offerece salientes grupos, que são outros tantos pontos de reunião de memoria e juízo¹⁰¹.

Segundo Taunay¹⁰², este mapa teria sido feito “à imitação” dos mapas históricos de *Mr. Le Sage* que, desde o lançamento da primeira edição de seu *Genealogical, Chronological, Historical and Geographical Atlas* (Londres, 1801), ganharam muita popularidade, tanto na Europa, quanto na América, tendo edições publicadas em diversas línguas e servindo de modelo para os mais diversos cartógrafos, sendo Müller um dos exemplos¹⁰³.

Outro mapa elaborado durante o governo do Conde de Palma e que teve a contribuição direta de Daniel Pedro Müller, foi um que se destinava a indicar os locais onde seriam assentadas famílias de colonos açorianos no então povoado de Cubatão. A respeito da colonização açoriana na Capitania de São Paulo, Amélia Franzolin Trevisan informa que esta se inicia em 1813, quando por ordem de d. João VI solicitou-se ao Governo das ilhas do Açores que fossem enviados casais de ilhéus para que estes fossem estabelecidos nas capitanias do Estado do Brasil¹⁰⁴. Em São Paulo, cinco casais se estabeleceram no termo da vila de Moji Mirim, onde se criou uma nova freguesia no caminho que ia para Goiás com o fim de acomodá-los: Casa Branca. Dois anos mais tarde, um segundo grupo composto por vinte casais também foi instalado naquela mesma localidade visando “o aumento da população e o desenvolvimento da lavoura”. Assim, como informou Trevisan, com a

¹⁰¹ APESP. *Registro de Offícios Diversos*. Ordem 241, Cx. 26, pasta 1, doc. 31. Por tratar-se de documento inédito, optou-se por transcrever a íntegra deste ofício no Anexo nº4, ao final desta dissertação.

¹⁰² Cf. Affonso d'Escragnolle Taunay. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. In: Museu Paulista. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay). São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 7.

¹⁰³ A respeito do “*Mr. Le Sage*” referido por Taunay, trata-se de Marie-Joseph-Emmanuel-Auguste Dieudonné de Las Cases, primeiro Marquês, depois Conde de la Caussade (1766-1842). *Le Sage* foi o pseudônimo por esse marquês que, após emigrar para a Inglaterra, se estabeleceu na cidade Londres, onde atuou como professor de história, astronomia, geografia e matemática, além de ser ativo produtor de mapas. Fez fortuna com seu *Atlas Historique, Généologique, Chronologique et Géographique* (Paris, 1802-04) que, segundo Jeremy Black, foi o mais importante do gênero nas primeiras décadas do século XIX. Originalmente publicado em fascículos mensais nos anos de 1799-1800, o atlas ganhou sua primeira edição em 1801, em Londres, onde surgiu como *Genealogical, Chronological, Historical and Geographical Atlas*. Após retornar a Paris, em 1802, seu atlas ganhou uma edição francesa, que foi oficialmente adotada pelo Ministério do Interior para o uso nas escolas francesas, e pelo Ministério do Exterior para o uso de legações. A edição publicada na Filadélfia, em 1820, já contava com cartas do Novo Mundo. Vê-se, portanto, que se trata de um atlas de grande circulação e imensa popularidade nas primeiras décadas do Oitocentos, sendo descrito no prefácio de uma de suas edições, em 1829, como “o *vade mecum* dos comerciantes, eruditos e homens do povo”. [Ver Jeremy Black. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Bauru: Eusc, 2005, p. 72-73. Ver também: Walter Goffart. *Historical Atlases: The First Three Hundred Years (1570-1870)*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2005, p. 305-314, 391-394].

¹⁰⁴ Cf. Amélia Franzolin Trevisan. *Casa Branca, a povoação dos ilhéus*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982, p. 65-69.

chegada deste último grupo em maio de 1815, o número de colonos açorianos na freguesia de Casa Branca já somava mais de 120 pessoas, distribuídas em 22 famílias, com cinco a sete filhos cada, “que vieram da ilha à custa do Estado para se estabelecerem no sertão do rio Pardo”¹⁰⁵.

No entanto, em razão de promessas não cumpridas pelo governo paulista, especialmente em relação às terras que lhes foram concedidas, além de outros diversos obstáculos encontrados para o estabelecimento em um povoado localizado na fronteira do sertão, levou algumas famílias a reclamarem ao capitão-general e ao próprio príncipe regente, d. João, que encontrassem uma solução para a sua situação, pois ali não seria possível permanecer. Neste contexto é que aparece a figura do então tenente-coronel Daniel Pedro Müller, enviado pelo Conde de Palma a Casa Branca em janeiro de 1816 para inspecionar o estado em que se encontrava o núcleo de povoamento onde os colonos haviam sido assentados. Ao fim, deveria apresentar um relatório que seria a base para criar um regulamento para o estabelecimento daquele núcleo¹⁰⁶.

Inicialmente, Daniel Pedro Müller elaborou uma proposta sugerindo ao Conde de Palma que os ilhéus fossem estabelecidos em terrenos mais próximos à povoação de Casa Branca, sendo ele próprio, Müller, responsável por enviar as instruções para a demarcação dos terrenos que seriam concedidos a cada família. No entanto, diante da recusa dos casais em permanecerem naquela freguesia e da permissão que haviam recebido do príncipe regente para que se estabelecessem “em outro sítio”, Müller fez uma nova proposta, sugerindo desta vez que os casais que quisessem deixar Casa Branca fossem acolhidos em outras localidades da própria Capitania¹⁰⁷. Em fevereiro de 1817, Müller envia um ofício ao Conde de Palma apresentando o resultado de seu plano, isto é, uma relação de todos os casais de açorianos que haviam se estabelecido em diferentes localidades da Capitania. Nesta relação constam os nomes de 22 “cabeças de família” que haviam optado se fixar na vila de São Carlos, no povoado de Cubatão, na fazenda de Santana, na cidade de São Paulo, além dos sete casais que resolveram permanecer na própria freguesia de Casa Branca¹⁰⁸.

Assim, sob a orientação de Müller, quatro casais optaram por se transferir ao povoado de Cubatão, localizado na Serra do Mar, próximo a então vila de Santos. O engenheiro João da Costa Ferreira, encarregado pelo Conde de Palma a acompanhar estas famílias em uma viagem pelo caminho de Santos para que estes escolhessem o local que os agradessem para fixarem suas residências, informou, em ofício datado de 30 de junho de 1816, que havia elaborado uma *Carta Topographica* onde indicava as “paragens em que se querem estabelecer os quatro cazais de Ilheos”, no entanto, afirma que preferiu não demarcar os terrenos até que recebesse nova ordem do capitão-general.

¹⁰⁵ Idem, p. 70-72.

¹⁰⁶ Idem, p. 81-83.

¹⁰⁷ Cf. Amélia Franzolin Trevisan. *Casa Branca, a povoação dos ilhéus... Op. Cit.*, p. 89-92.

¹⁰⁸ APESP. *Registro de Ofícios Diversos*. Ordem 241, cx. 14, pasta 1, doc. 37.

Ordenoume V. Ex^{cia} que eu levasse em minha companhia quatro cazais de Ilhéos que, com os filhos, fazem ao todo vinte seis pessoas para os arranjar no caminho de Santos, ou no Cubatam, onde por sua livre vontade se requeressem estabelecer; comifeito forão, não quontentando então o caminho de Santos paragem alguma para o seu estabelecimento, descí a serra nas vizinhanças do Cubatam. Lheagradarão outras paragens que noto na Carta Topographica do dito terreno que apresento a V. Ex^{cia} cujas terras não tem moradores aquela maior parte incultas em mattos virgens, honde podem ser uteis ao Publico, e ao Estado, com a maior vantagem na proptidão para a sua defeza, como para trafico do commercio, e sua própria utilidade, porque estas terras são do Fisco por terem sido dos extintos Jesuítas menão determinei a marcar acada cazal aparte do terreno que deverá pertencer sem nova Ordem de V. Ex^{cia} que determine o que for mais acertado¹⁰⁹.

As terras escolhidas pelos ilhéus haviam pertencido aos jesuítas que, desde o século XVI, mantinham fazendas na região. No entanto, após a expulsão dos inacianos dos territórios portugueses por Pombal, em 1759, suas terras foram consideradas devolutas e, portanto, pertencentes ao fisco, como bem explicou Ferreira ao justificar a razão de não as ter demarcado aos casais de açorianos sem antes consultar o Capitão-General.

Ao pesquisar a correspondência oficial trocada entre Daniel Pedro Müller e o Conde de Palma, deparou-se com a rara carta manuscrita no acervo cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo, com as indicações dos terrenos onde os colonos açorianos haviam escolhido se fixar.

¹⁰⁹ APESP. *Ofícios Diversos*. Ordem 241, cx. 14, pasta 1, doc. 32.

Mapa 3: Carta Topographica de parte das terras pertencentes à Fazenda do Cubatam, que foi dos extintos jesuitas para semostrar as paragens em que se querem estabelecer os quatro cazaís de Ilheos

Fonte: [João da Costa Ferreira]. Carta Topographica de parte das terras pertencentes à Fazenda do Cubatam, que foi dos extintos jesuitas para semostrar as paragens em que se querem estabelecer os quatro cazaís de Ilheos. 1817. 1 mapa, ms: 50 x 39 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Para facilitar a leitura do mapa, manteve-se a carta original ao fundo e, sobre ela, destacaram-se os contornos dos caminhos e rios representados, além das localizações onde se estabeleceram as quatro famílias¹¹⁰ (números de 1 a 4).

Este mapa é relevante não apenas por contribuir para os estudos sobre a colonização de açorianos em São Paulo ainda nas primeiras décadas do século XIX, mas também por trazer uma das primeiras representações do pequeno povoado de Cubatão, com a localização de algumas casas e terrenos, além dos caminhos que se utilizavam para a realização da viagem entre a cidade de São Paulo e o porto de Santos, em uma época na qual ainda não se havia concluído o aterrado do Cubatão¹¹¹ (1827).

A partir de 1819, quando João Carlos Augusto de Oeynhausen (c. 1778-1838) assume o posto de capitão-general de São Paulo¹¹², Daniel Pedro Müller passa a ser nomeado a diversos cargos na administração da Capitania, tais como Diretor da Real Fábrica d'Armas (que acabava de se instalar em São Paulo, em junho de 1820); Inspetor do Real Trem; Inspetor de operários prussianos especializados em trabalhar ferro e aço e, por fim, Inspetor Geral das Estradas da Capitania.

Neste mesmo período, Müller teve atuação destacada como militar nos esforços realizados pela então Capitania de São Paulo para conter a ameaça de ataque da Coroa espanhola. Em 1819, os espanhóis enviaram uma forte esquadra e tropa ao Rio da Prata em resposta à ocupação portuguesa da Banda Oriental e de sua capital Montevideu. Tendo a costa da Capitania de São Paulo sido dividida em três partes, coube ao então coronel Müller o comando da segunda divisão, que ia de São Sebastião a São Vicente. Simultaneamente, Müller também foi encarregado pelo governador Oeynhausen de realizar, com toda urgência, os planos e dirigir a restauração das fortificações da costa de São Paulo, especialmente nas vilas de Santos, Paranaguá e Cananeia¹¹³.

¹¹⁰ No canto inferior esquerdo, junto ao título, encontra-se uma relação com os nomes dos “cabeças de família” e o número de filhos dos casais que ali iriam se estabelecer: Nº 1 Manoel de Espínola Betancur, com seis filhos; Nº 2 Manoel do Conde, com seis filhos; Nº 3. Manoel Rapozo, com quatro filhos e Nº 4, sem indicação do nome do “cabeça de família”, com dois filhos. Ao todo, seriam transferidas vinte e seis pessoas a um povoado que, apenas três anos antes, contava com aproximadamente 100 habitantes, divididos em 23 famílias.

¹¹¹ Saint Hilaire, que passou por São Paulo no ano de 1819, descreve bem como se fazia a travessia do Cubatão antes da conclusão da obra do aterrado: “Outrora, quem pretendesse ir de Santos a São Paulo, fazia-o em barcos, por água, atravessando a baía e [entrando] no Rio Cubatão, estreito curso de água, pantanosa, habitado por jacarés e aves aquáticas que serpenteiam lentamente, através [de] extensos mangues. Depois de um percurso de cerca de 3 léguas, chegava-se a uma vila onde existia um posto alfandegário [...] (vila ou arraial do Cubatão). Deste ponto galgava-se a montanha sobre o lombo de muare; ali também, descarregavam-se os animais de carga vindos de São Paulo, recolhendo-se em depósitos as mercadorias pelos mesmos trazidas da referida cidade, afim de embarcá-las para Santos, quando a maré tornava-se favorável.” [Ver Auguste de Saint Hilaire. *Viagem à Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 210-211].

¹¹² Acredita-se que a família de Müller tivesse laço de amizade com os Oeynhausen desde Portugal, onde o pai de Müller havia sido pastor da comunidade luterana em Lisboa. [Ver Carlos Oberacker Jr. *O movimento autonomista no Brasil... Op. Cit.*, p. 35].

¹¹³ Por seu trabalho na defesa da costa paulista, Müller foi constituído, por provisão régia de 15 de janeiro de 1821, “Delegado do Inspetor-Geral das Fortalezas e Portos de Guerra do Reino do Brasil da província de São Paulo” por

1.3 Membro do Governo Provisório de São Paulo.

Após a Revolução Liberal do Porto, em 1820, as Cortes reunidas em Lisboa organizaram as bases de uma Constituição política que foi aceita por d. João VI quando este se encontrava no Rio de Janeiro. Ainda no Brasil, o rei ordenara que as bases dessa Constituição fossem juradas e, a partir de então, fosse executada segundo os decretos de 24 de fevereiro e 10 de março de 1821. O juramento do rei à Constituição ainda por fazer pelas Cortes significava nada menos que o fim do regime então vigente, isto é, o fim do Estado absoluto nos domínios portugueses. A partir de então, toda a soberania que cabia exclusivamente ao rei, seria restringida por instituições que estavam ainda por ser criadas pelas Cortes em Lisboa.

Logo após o juramento de d. João VI à Constituição, as Cortes exigiram seu retorno a Lisboa, para que Portugal voltasse a ser a capital do Império. Em São Paulo, por sua vez, com a partida de d. João VI em abril de 1821, deu-se início a um processo de transição do regime absolutista para a monarquia constitucional, na qual os colonos assumiriam o controle de suas províncias através de Juntas Provisórias¹¹⁴. Diferentemente de outras capitanias, onde se verificaram lutas entre membros da elite local e o antigo capitão-general, na paulista foi o próprio Oeynhausen, seu último capitão-general, quem estava à frente de uma “transição sem atritos da capitania do sistema absoluto para o governo popular¹¹⁵”.

Em junho de 1821, sob organização de José Bonifácio de Andrada e Silva, povo e tropa reunidos na frente do edifício da Câmara Municipal, escolheram por aclamação os representantes do Governo Provisório de São Paulo¹¹⁶. Dentre os quinze indivíduos aclamados em praça pública, como se verá no próximo capítulo, cinco formariam o governo propriamente dito: o ex-capitão-general João Carlos Augusto de Oeynhausen como presidente do Governo Provisório, José Bonifácio de Andrada e Silva como vice-presidente, Martim Francisco Ribeiro de Andrada para Secretário da Fazenda e do Interior, além dos militares Lázaro José Gonçalves e Miguel José de Oliveira Pinto para as Secretarias da Guerra e da Marinha, respectivamente¹¹⁷. Os outros dez eleitos, os chamados “deputados” ou “vogais”, deveriam compor o Governo como representantes das diversas classes: dois para os assuntos eclesiásticos, dois para os assuntos militares, dois para os assuntos do comércio, dois para os assuntos da instrução pública e mais dois para os assuntos da

proposta do tenente-general e Inspetor-Geral Alexandre Eloy Portelli. [Ver Carlos Oberacker Jr. *O movimento autonomista no Brasil... Op. Cit.*, p. 39].

¹¹⁴ Cf. Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 29.

¹¹⁵ Cf. Carlos Oberacker Jr. *O movimento autonomista no Brasil... Op. Cit.*, p. 66.

¹¹⁶ Cf. Antonio de Toledo Piza. *O supplicio do Chaguinhas*. *Op. Cit.*, p. 10-11.

¹¹⁷ Cf. Carlos Oberacker Jr. *O movimento autonomista no Brasil... Op. Cit.*, p. 79-80.

agricultura. Dentre os deputados escolhidos para os assuntos militares, figurava o nome de Daniel Pedro Müller, amigo íntimo e braço direito de Oeynhausen.

Durante a curta gestão deste Governo Provisório (1821-22), Daniel Pedro Müller teve participação decisiva na repressão ao motim do 1º Batalhão do Regimento de Caçadores, que estava estacionado na vila de Santos. A rebelião, iniciada pela demora no pagamento dos soldos atrasados e de um aumento que havia sido prometido pelas Cortes de Lisboa, teve como líderes oficiais de menor patente, que ocuparam os pontos estratégicos da cidade com peças de artilharia, obrigando as autoridades a realizar o pagamento do soldo. Como a revolta persistiu mesmo após os amotinados terem sido atendidos em suas reivindicações, o Governo Provisório encarregou Daniel Pedro Müller e Lázaro José Gonçalves para restaurarem a ordem na região. Após debelarem a revolta, os líderes foram levados a julgamento por uma comissão militar e, em seguida, submetidos a um conselho de guerra que condenou treze dos implicados à morte. Nova comissão foi nomeada para confirmar a sentença e seis dos treze que haviam sido sentenciados à morte tiveram suas penas comutadas para degredo para África, em local ainda a ser definido, ou trabalhos forçados nas estradas. No entanto, sete tiveram mantida a pena capital por enforcamento. Dentre estes, estava o líder da rebelião, o cabo Francisco José das Chagas, também conhecido como Chaguinhas, condenado a ser enforcado na cidade de São Paulo.

A maneira como decorreu a execução de Chaguinhas causou grande comoção entre os habitantes da capital, pois ao ser pendurado na forca sua corda se rompeu, fazendo o condenado cair, ainda vivo, ao chão. Muitos dos presentes que assistiam à execução recorreram ao Governo Provisório solicitando que se adiasse a execução até que se implorasse pela clemência do príncipe d. Pedro. No entanto, a solicitação foi ignorada pelo Governo que, ao invés disso, ordenou que o condenado fosse enforcado conforme a sentença. Novamente pendurado à forca, o laço se rompe uma vez mais antes de sufocar completamente Chaguinhas. O Governo Provisório é chamado novamente a reconsiderar o caso e, uma vez mais, ordena o cumprimento da sentença, desta vez que o condenado fosse enforcado com um laço de couro do açogue. Finalmente, após a terceira tentativa, Chaguinhas foi enforcado¹¹⁸.

A respeito do chamado “suplício do Chaguinhas”, Arnaldo Daraya Contier chama atenção, com muita pertinência, para o impulso que este motim conferiu aos antagonismos sociais entre os grandes proprietários, senhores de engenho, negociantes e atravessadores, estes últimos acusados de manipular os preços dos gêneros de abastecimento e do comércio de açúcar entre as vilas do

¹¹⁸ Cf. Antonio de Toledo Piza. *O supplicio do Chaguinhas*. Op. Cit., p. 38-46. Cabe observar que o historiador Carlos Oberacker Jr., a partir de anotações na obra de Djalma Forjaz, traz uma versão um pouco distinta dos acontecimentos acerca do chamado *suplício do Chaguinhas*. Para este historiador, após o fracasso da primeira tentativa, o Governo já ordenara a execução com o laço de couro. Este, porém, diferentemente do narrado por Toledo Piza, também falhou ao sufocar Chaguinhas, que teve que ser assassinado no chão pelos executores da lei. [Ver Carlos Oberacker Jr. *O movimento autonomista no Brasil...* Op. Cit., p. 109-113].

interior, a cidade de São Paulo e o porto de Santos¹¹⁹. Em um momento marcado pelas incertezas quanto ao destino político do Brasil e suas consequências para os governos locais, Contier demonstra muito bem como a elite senhorial paulista, de um lado, “criticava o exclusivo metropolitano colonial mantido pelos mercadores de Santos e pelos atravessadores da cidade de São Paulo” e, de outro, como estes mercadores, associados ao comércio exclusivo metropolitano colonial, encontravam respaldo no Governo Provisório que, tão logo restaurou a ordem na vila de Santos, respondeu ao ofício enviado por estes mercadores, qualificando-os de “bons patriotas portugueses¹²⁰”.

O motim ocorrido em Santos também provocou o acirramento da tensão entre os membros do Governo Provisório. João Carlos Augusto Oeynhausen, por exemplo, ao culpar diretamente Martim Francisco pela brutalidade na execução da sentença do Chaguinhas, pretendia explorar a comoção popular gerada em torno do fatídico evento, no intuito de forçar a expulsão daquele Andrada do Governo Provisório. José Bonifácio, que nos princípios de 1822 havia partido para o Rio de Janeiro para levar ao príncipe d. Pedro um ofício contendo centenas de assinaturas dos paulistas solicitando sua permanência definitiva no Brasil, interveio em favor do irmão e, com o apoio do príncipe regente, enviou emissários com ordens para destituir Oeynhausen da presidência, substituindo-o por Martim Francisco. Aos 23 de maio, porém, o coronel Francisco Inácio de Sousa Queirós reuniu a tropa e fez com que Martim Francisco Ribeiro de Andrada e o comerciante Manoel Rodrigues Jordão fossem expulsos da capital sob a justificativa da manutenção da tranquilidade da Província. Iniciava-se, assim, a revolta que ficou conhecida como a *Bernarda de Francisco Inácio*¹²¹.

O movimento, como se viu, era fruto direto das disputas e conflitos locais que opunham diferentes grupos da elite paulista em busca de se manter a frente da administração provincial no contexto das reformas decorrentes da Revolução Liberal do Porto. De um lado, burocratas já bem adaptados ao Estado português, como João Carlos Augusto Oeynhausen e Daniel Pedro Müller, contavam com o apoio de grandes proprietários de terra e negociantes que viviam na cidade de São Paulo, como Francisco Inácio de Sousa Queirós (c. 1784-1830) e José da Costa Carvalho, o futuro Marquês de Monte Alegre (1796-1860); do outro, autoridades ilustradas que acabavam de chegar ao governo local, os irmãos Andrada, também se apoiavam em grandes proprietários de terra, negociantes e senhores de engenho, especialmente os do chamado “quadrilátero do açúcar”, tais como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859), Manoel Rodrigues Jordão (1781-1827) e

¹¹⁹ Cf. Arnaldo Daraya Contier. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis; Campinas: Vozes; Unicamp, 1979, p. 222-223.

¹²⁰ Idem, p. 226.

¹²¹ A palavra *bernarda* passou a ser utilizada, no Brasil, entre 1821 e 1823, para identificar os movimentos das tropas portuguesas a favor da Revolução constitucionalista do Porto de 1820. [Ver Lucia Maria Bastos Pereira das Neves. *São Paulo e a Independência*, 2009, p. 304].

Antônio de Almeida Prado, o futuro Barão de Iguape (1788-1875). Enquanto os chamados *bernardistas* se alinhavam aos ideais da Constituição Liberal Portuguesa na defesa de uma monarquia constitucional centralizada em Lisboa; os *andradistas* representavam um grupo com ideais também liberais, mantendo uma monarquia constitucional com Brasil e Portugal unidos, mas que garantisse a autonomia política na América para que um governo, localizado no Rio de Janeiro, pudesse decidir sobre seus interesses específicos e administrar seu próprio território.

Desta revolta, o grupo *andradista* saiu vitorioso, muito em função do prestígio que José Bonifácio então gozava junto à d. Pedro¹²². Derrotados, os principais líderes do movimento sofreram uma devassa que culminou em uma sentença de exílio de São Paulo, tendo Daniel Pedro Müller sido deportado ao Rio de Janeiro¹²³. No entanto, tal exílio não duraria muito tempo, uma vez que em setembro de 1823, quando a relação entre José Bonifácio e d. Pedro I já se encontrava abalada, todos os envolvidos no motim de Francisco Inácio foram anistiados pelo Imperador.

É importante que não se limite, portanto, a compreensão desta cisão política no seio da elite paulista apenas por suas ideias lusitanistas ou anti-lusitanistas, separatistas ou anti-separatistas, como bem lembrou Arnaldo Contier¹²⁴. Seria impossível compreendê-la totalmente sem levar em conta as disputas e atritos pessoais entre as autoridades ilustradas e a burocracia administrativa da então Capitania de São Paulo, bem como os antagonismos entre os grandes proprietários, senhores de engenhos e as distintas classes de negociantes, cada qual apoiando a este ou aquele grupo liberal segundo o sabor de seus interesses. Muito mais do que um embate em defesa de um ideal político, a *Bernarda de Francisco Inácio* foi uma luta deflagrada por distintos agentes coloniais que pretendiam manter-se à frente da administração paulista durante a desagregação do Sistema Colonial e, desta maneira, governá-la em atenção aos interesses do grupo que representavam¹²⁵.

Prova disso é o destino do próprio Daniel Pedro Müller após o fim da *Bernarda*. A despeito de ter sido acusado pelo grupo *andradista* de adesão às Cortes portuguesas e de líder reacionário, permaneceu no Brasil após a Independência, tendo jurado a Constituição outorgada por

¹²² Para uma análise detalhada dos principais eventos da *Bernarda*, ver: Antonio de Toledo Piza. A *Bernarda de Francisco Inácio* – Suas causas e suas consequências. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 10 (1905), p. 126-177; Carlos Oberacker Júnior. *O movimento autonomista no Brasil... Op. Cit.*, p.185-278; Arnaldo Daraya Contier. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)... Op. Cit.*, p. 221-271.

¹²³ Há na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro um códice de 30 páginas contendo a narração dos acontecimentos políticos de São Paulo entre os anos de 1822-24 que parece não ter sido consultado por nenhum dos pesquisadores que se dedicaram a analisar a *Bernarda de Francisco Inácio*. Escrito em 1864, a pedido do então presidente da Província de São Paulo, Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, são as memórias do padre Manoel Joaquim de Amaral Gurgel, uma das testemunhas dos eventos que ocorreram naqueles tumultuados dias. Segundo esta memória, Daniel Pedro Müller foi deportado para o Rio de Janeiro, em 1822, por sua participação na *Bernarda*. [Ver BNRJ. Divisão de Manuscritos, Loc. 12, 2, 012].

¹²⁴ Cf. Arnaldo Daraya Contier. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)... Op. Cit.*, p. 222-223.

¹²⁵ Cf. Cecília Helena Salles de Oliveira. Tramas políticas, redes de negócios. In: István Jancsó (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Unijuí, 2003, p. 389-406.

d. Pedro I, em 1824, fazendo-se assim, cidadão brasileiro¹²⁶. Serviu ao Império do Brasil como militar até sua reforma e, depois disso, atuou como engenheiro a serviço da Província de São Paulo, justamente no período em que esta se encontrava sob maior influência daqueles que apoiavam o grupo *andradista* e o acusavam de *bernardista*, isto é, os representantes dos grandes proprietários e senhores de engenho do “quadrilátero do açúcar”.

1.4 Militar a serviço do Império do Brasil.

Conquanto tenha sido anistiado em 1823 por sua atuação na *Bernarda*, Müller não retornou a São Paulo, mantendo-se afastado da capital em razão de sua atuação como militar a serviço do Império do Brasil. Em 1825, participou do esforço de guerra movido pelo Brasil contra Buenos Aires. Enviado a Montevidéu, atuou como ajudante-general e governador daquela praça¹²⁷. Sobre a atuação de Müller verificou-se que:

[...] em 1825 foi para Monte-Vidéu de ajudante general (sendo já então brigadeiro.) Ali foi depois commandante da praça, emprego em que continuou a dar as mais enérgicas provas de probidade e illustração, a par de um character franco e generoso, que grangeou a estima de todo o exercito, até dos próprios habitantes de Monte-Vidéu; e quando se retirou, logo depois de feita a paz com Buenos Ayres, o Diario de Monte-Vidéu assim exprimio os sentimentos d’aquelle povo (que por certo não podia gostar dos brasileiros, principalmente de militares e governantes): “Este amável chefe deu à vela à ... levando o apreço e a consideração de quantos o conhecerão. Felizes os povos que tem a fortuna de serem commandados por pessoas de seu character e sciencia. Felizes também os governos cujos chefes e magistrados deixão nos povos impressões tão doces como as que em Monte-Vidéu deixou o general Muller¹²⁸.”

Restabelecida a paz com Buenos Aires, Müller regressou ao Brasil, onde assumiu o comando da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, tendo atuado destacadamente ao manter a ordem na dita fortaleza durante a “revolta dos irlandezes e allemães”, quando se encontravam presos em Santa Cruz grande número de indivíduos vigiados por uma “insignificante guarnição¹²⁹”.

¹²⁶ Em uma solicitação de próprio punho datada de 1832, vê-se que Daniel Pedro Müller pede às autoridades militares que lhe fosse enviada uma certidão de seu juramento à Constituição do Império do Brasil, realizada aos 21 de março de 1824 no Quartel General do Campo da Honra. [Ver: BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Documentos Biográficos. 318-5, doc. 5].

¹²⁷ Em carta enviada ao Visconde de São Leopoldo [José Feliciano Fernandes Pinheiro], datada de 06 de janeiro de 1827, Müller ainda assina na condição de governador da Praça de Montevidéu. Nesta correspondência, o então brigadeiro Müller informa o presidente da Capitania de Rio Grande de São Pedro, que estava enviando através da embarcação São Domingos Enéas, dois colonos franceses que se encontravam “*sem emprego algum*” em sua praça. [Ver BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Coleção Paraguai. Doc II – 36, 29, 3]

¹²⁸ NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Anno XX, 30 ago. 1841, n. 193, p. 2.

¹²⁹ Trata-se da chamada Revolta dos Mercenários, deflagrada no quartel do Campo da Aclamação, em 9 de junho de 1828, por tropas de soldados estrangeiros, em sua maioria, alemães e irlandeses. O estopim da rebelião foi o castigo corporal imposto a um soldado que estava a serviço no Paço Imperial e, a despeito de ter sido dispensado por seu superior de retornar ao quartel, foi advertido por um oficial que o vira em uma venda tarde da noite. A punição constituía de cem “pranchadas” de espada. Após recusar-se a receber o castigo, sua sentença foi quintuplicada e, diante da crueldade da punição e insatisfação geral pelas condições do serviço militar, os soldados se rebelaram. A

Daniel Pedro Müller permaneceu na cidade do Rio de Janeiro até a obtenção de sua reforma do serviço militar, concedida por decreto de 1º de junho de 1829, tendo sido promovido ao posto de marechal de campo reformado naquela oportunidade¹³⁰. Por esta razão, não se pode atribuir a Müller a responsabilidade pela construção do “magnífico aterrado, que vai de Santos a Cubatão em distância de duas léguas, todo sobre um terreno de ambos os lados alagadiço¹³¹”. Segundo Inez Garbuio Peralta, o aterrado de Cubatão foi construído entre 1825-27, sob a coordenação de Manuel Dias Ribeiro¹³². Neste período, Müller encontrava-se mobilizado no esforço de guerra contra Buenos Aires, tendo permanecido em Montevideu, onde era comandante daquela Praça.

O que pode ter gerado esta confusão foi o fato de Müller ter sido encarregado pelo governo provincial, em 1836, de elaborar o plano de uma estrada carroçável de Cubatão até “as povoações mais consideráveis”, que enviavam suas exportações ao porto de Santos, tal como mostra o trecho destacado a seguir do discurso proferido pelo então presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro (1835-36), o Visconde de Uberaba, na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa daquele ano.

[...] Achando-se o governo auctorizado pelo Artigo 14 da lei do orçamento provincial para mandar formar o plano de uma estrada de carro desde o Cubatão de Santos até as povoações mais consideráveis, que para ali exportam productos, veio a caber-me sua execução; e sendo tão notório os conhecimentos profissionaes e a habilidade, por mais de uma vez demonstrada, do marechal reformado do Corpo de Engenheiros Daniel Pedro Müller, julguei acertado confiar-lhe este importante trabalho, sendo coadjuvado pelos officiaes, em que reconhecesse capacidade para isso necessária. Por essa maneira pois o incumbi de formar o refferido plano precedendo os exames e explorações que a magnitude do objeto requer¹³³.

Tratam-se dos planos para a construção da Estrada da Maioridade, via de comunicação que ligaria a região do planalto paulista ao porto de Santos, em substituição à antiga Calçada do Lorena, construída por João da Costa Ferreira, em 1792.

Iniciada efetivamente em 1838, durante a gestão do presidente Bernardo José Pinto Gavião Peixoto (1836-38), a direção da Estrada da Maioridade ficou a cargo do engenheiro germânico Karl Abraham Bresser, contratado pela administração provincial para este fim. Em 1841, após um

Revolta teve duração de quatro dias, sendo debelada com ajuda de tropas francesas e inglesas estacionadas no Rio de Janeiro. Sobre o assunto ver: Gilmar de Paiva dos Santos Pozo. *Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no primeiro reinado*. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado) 189 f. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

¹³⁰ Cf. Coronel Laurênio Lago. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil... Op. Cit.*, p. 24.

¹³¹ Cf. Thomaz José Pinto Serqueira. Elogio histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro anno social. In: *Revista Trimensal de História e Geografia*, v. 3, t. 3, 1841, p. 542.

¹³² Cf. Inez Garbuio Peralta. *O Caminho do Mar: subsídios para a história de Cubatão*. São Bernardo do Campo: Bandeirante, 1973, p. 61-65.

¹³³ Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889*. São Paulo: Secção de obras d' "O Estado de S. Paulo", v.1, 1926, p. 57; ver também: Eugenio Egas; Oscar Motta Mello (orgs.) *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo 1835-1836*. São Paulo: Secção de Obras d' "O Estado de S. Paulo", 1926.

desentendimento com o governo provincial, foi afastado da direção das obras sob a alegação de incompetência, sendo substituído pelo engenheiro José Jacques da Costa Ourique. Embora a circulação pela Estrada da Maioridade tenha começado por volta de 1841, durante o governo de Rafael Tobias de Aguiar (1840-41), o tráfego de carros de eixo móvel só se inicia em 1844. Dois anos mais tarde foi realizada uma solenidade inaugural com a presença do imperador, d. Pedro II, que faz a viagem de Cubatão a São Paulo, sendo recebido no alto da serra por uma comitiva que contava com a presença de ilustres paulistas como o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Rafael Tobias de Aguiar, dentre outros.

1.5 Engenheiro a serviço da administração paulista.

Tão logo obteve sua reforma, Müller retornou a São Paulo, onde foi muito bem recebido pela municipalidade, passando a receber a encomenda de diversos trabalhos pela administração pública. Segundo Honório de Syllos, já em 1829, por exemplo, a Câmara confiou-lhe a confecção do projeto de uma necrópole “distante de qualquer residência¹³⁴”.

Entre 1830-36, Müller foi responsável por diversas obras e projetos na capital tais como o muro de arrimo no morro do Carmo (1830); a planta do hospital da irmandade da Santa Casa de Misericórdia (1830); a planta da casa de correção “em forma de panóptico radiante” (1832); o plano das obras de adaptação para estabelecimento das sessões da Câmara no Mosteiro de São Bento (1833) e os desenhos para a nova Ponte Grande¹³⁵ (1836).

No entanto, desde que retornara a São Paulo, talvez o ano de 1835 tenha sido o mais significativo para a vida profissional de Daniel Pedro Müller. Com a criação da Assembleia Legislativa Provincial naquele ano, os deputados discutiram e aprovaram uma nova lei que, promulgada em março, encomendou ao marechal Müller a elaboração de uma estatística e, junto com ela, um mapa da Província de São Paulo. Trata-se do *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo e Mappa Chorographico da Província de São Paulo*¹³⁶.

¹³⁴ Àquela época, a cidade era carente de cemitérios e era hábito sepultar os defuntos no interior ou ao redor das igrejas. [Ver Honório de Syllos. *Introdução... Op. Cit.*, p. XIV]. Vale destacar que o projeto de necrópole solicitado a Müller parece não ter seguido adiante, uma vez que o primeiro cemitério público da cidade começou a ser construído apenas em 1855, tendo o projeto sido realizado pelo engenheiro Carlos Rath.

¹³⁵ Cf. Eudes de Mello Campos Jr. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, vol. 1, p. 68-69.

¹³⁶ Embora ambas as obras tenham sido encomendadas conjuntamente pela Assembleia Legislativa e concluídas por Müller no ano de 1837, elas acabaram publicadas em datas e locais diferentes: a estatística, em 1838, pela tipografia de Costa Silveira, em São Paulo; e o mapa, em 1841, nas oficinas de Alexis Orgiazzi, em Paris. Os capítulos três e quatro desta dissertação trazem estudos detalhados sobre a elaboração da estatística, bem como dos contextos técnicos e sociais da produção, circulação e consumo do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, respectivamente.

Trabalhador infatigável, entre os anos de 1836-37, mesmo estando extremamente atarefado com a direção dos trabalhos para a elaboração da estatística e a composição do mapa provincial, ainda auxiliou na organização do Gabinete Topográfico de São Paulo. Por volta desse mesmo período, Daniel Pedro Müller ainda produziu uma obra intitulada *Alphabeto Encyclopedico* ou *Cathecismo da Mocidade*, do qual parece não haver restado um único exemplar impresso. Trata-se de uma coleção de *Cathecismos* que chegaram a ter alguns volumes publicados entre os anos de 1837 e 1841¹³⁷.

Em janeiro de 1837, na sessão de correspondência do *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro*, publicou-se uma carta assinada por tal *Verdadeiro Progressista*, que informava haver recebido um prospecto explicando o que se tratavam os tais catecismos de Daniel Pedro Müller e como os interessados em adquiri-los deveriam proceder para fazerem a subscrição da dita “obra verdadeiramente encyclopedica”:

São, pois, Sr. Redactor, os fructos de continuadas fadigas, e vigalias deste nosso concidadão [Daniel Pedro Müller] que se vão hoje publicar em seis volumes compreendendo trinta e dous objetos de sciencia e artes diferentes, formando huma obra verdadeiramente encyclopedica, e especialmente destinada ao ensino da juventude que em dialogos concisos, e em estilo claro, aprenderão os elementos das mais importantes sciencias e artes [...].O Sr. Muller se compromette a dar a publicação completa até Outubro deste anno [1837]; e como Brasileiro amante dos progressos sociaes, tomamos a liberdade de recommendar ao respeitavel publico esta producção tão util como he a todas as classes, e especialmente áquella encarregada de dar aos mancebos huma educação literária. [...] A subscrição, segundo nos diz o prospecto, se acha aberta nesta Cidade, em casa do Sr. Manoel José Pereira de Faria, na rua da Candelaria, entre as das Violas e dos Pescadores, e no escriptorio dos Srs. Moller Coelho e Companhia, rua da Alfandega¹³⁸.

Ainda sobre esses catecismos, verificou-se que Müller jamais chegou a produzir os 30 ou 32 volumes que pretendia. Em seu inventário *post-mortem*, encontra-se transcrita uma correspondência que o marechal havia enviado ao coronel Antônio da Silva Prado, datada de 11 de maio de 1841, na qual solicitava um empréstimo àquele rico negociante a fim de pagar as despesas com a publicação de seus manuscritos que se encontravam no Rio de Janeiro. Junto com a carta, enviou a Silva Prado “quatro exemplares dos 30 catecismos que consta a obra”, explicando-lhe ainda que “o 5º e 6º [volumes] me consta estarem completos e a toda obra irá um appendice das cousas mais modernas que tem ocorrido¹³⁹”.

¹³⁷ Apesar dos nomes, os *Cathecismos* eram pequenas publicações com instruções gerais sobre determinados temas, como História, Geografia ou Gramática, que deveriam servir para auxiliar na formação de jovens em idade escolar.

¹³⁸ Cf. O VERDADEIRO Progressista. Correspondência. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24 jan. 1837. A transcrição da íntegra dessa correspondência pode ser consultada na seção de anexo desta dissertação.

¹³⁹ Segundo Carvalho Franco, que transcreveu o inventário de Müller na Revista do Instituto Genealógico, tal obra denominava-se “*Cathecismo da Mocidade*” e naquele ano de 1841 já existiam impressos na casa de Victor Larée, setecentos e cinquenta exemplares do primeiro volume, e oitocentos do segundo. [Ver Francisco de Assis Carvalho Franco. *Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller*. Op. Cit., p. 31].

Os títulos dos volumes produzidos por Müller eram: *Princípios de Grammatica da língua portuguesa; Cathecismo da religião Christã; Cathecismo de Arithimetica; Cathecismo de Geographia, Cathecismo de Mythologia e o Cathecismo de História Natural*¹⁴⁰.

Em 1839, Müller foi convidado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no ano anterior, a se tornar sócio honorário daquela instituição. No ano seguinte, oferece ao dito instituto uma memória sobre os Campos de Guarapuava, que seguramente deve ter recolhido quando levantou o mapa que elaborou daquela região¹⁴¹. Trata-se da *Memoria sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava, escrita pelo Padre Francisco das Chagas Lima, 1º Capelão da Expedição em 1809 e Vigário Collado da Freguezia de N. S. do Belem*, publicada pela Revista Trimensal de História e Geografia, em 1842¹⁴².

Também foram ofertadas ao IHGB cópias de seu *Alphabeto Encyclopédico* e, até mesmo, um exemplar de seu *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*¹⁴³. Tanto o mapa quanto os volumes impressos dos catecismos de Müller, foram doados ao Instituto alguns meses após o falecimento do marechal. Em correspondência endereçada ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do IHGB, Felisardo Pinheiro de Campos informa que fora incumbido por Daniel Pedro Müller de ofertar os “novos catecismos de sua pequena encyclopedia”, que acabavam de sair do prelo. Estes deveriam ser adicionados aos que o próprio Müller ofertara ao Instituto no ano anterior. A carta foi lida em sessão do IHGB de 26 de agosto de 1841, três semanas após o falecimento de Müller, como se verá a seguir¹⁴⁴.

¹⁴⁰ Sacramento Blake dá conta de que à época da publicação de seu *Diccionario Bibliográfico*, mesmo os catecismos que haviam sido publicados e oferecidos ao IHGB já não se encontram mais guardados no acervo do dito Instituto. [Ver Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro. Op. Cit.*, p. 160-161].

¹⁴¹ Em correspondência datada de 1º de Abril de 1840, Daniel Pedro Müller apresenta a referida memória dos Campos de Guarapuava aos sócios do Instituto da seguinte maneira: “Apezar de não haver tido a satisfação de obter solução ao meu officio de 14 de julho do anno próximo passado dirigido á esse Instituto em virtude do seu convite de 20 de junho do mesmo anno para sócio honorário, resolvo, contudo, appresentar a mesma junta sobre os Campos de Guarapuava, que me parece curiosa e útil aos fins á que se propoem os sócios do dicto Instituto, [...] para illustração das partes scientificas, que tem em vistas preencher para bem e desenvolvimento da literatura brasileira”. [Ver IHGB. *Divisão de Manuscritos*. Coleção Instituto Histórico, lata 141, pasta 69].

¹⁴² Cf. Francisco das Chagas Lima. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava, escrita pelo Padre Francisco das Chagas Lima, 1º Capelão da Expedição em 1809 e Vigário Collado da Freguezia de N. S. do Belem. In: *Revista Trimensal de História e Geografia*, t. 4, n. 13, 1842, p. 43-63.

¹⁴³ Em officio enviado pelo então presidente da Província de São Paulo, Miguel de Souza Mello e Alvim, ao secretário perpétuo do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, vê-se que uma cópia do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* fora ofertada ao Instituto, como será detalhado mais adiante nesse trabalho. [BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Coleção José Carlos Rodrigues, I-3, 11, 27].

¹⁴⁴ BNRJ. *Divisão de Manuscritos*. Coleção José Carlos Rodrigues, I-3, 11, 59.

1.6 Frustrações do marechal Müller.

A data da morte de Daniel Pedro Müller é motivo de controvérsia. Em 1879, Azevedo Marques publicou em seus *Apontamentos...* que o marechal Müller teria falecido em 01 de agosto de 1842¹⁴⁵. Por conta disso, muitos autores que basearam seus perfis biográficos nas informações de Azevedo Marques, tais como Affonso Taunay, Eugenio Egas e Antônio Barreto do Amaral, por exemplo, repetiram acriticamente essa informação. No entanto, verificou-se que na edição de número 193 do Diário do Rio de Janeiro, do dia 30 de agosto de 1841, foi publicada uma *Necrologia do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller*, de onde destaca-se:

[...] O Sr. Marechal Muller, cujo nome só por si se recommenda ao amor, respeito e veneração de todos os Brasileiros, e de muitos illustrados estrangeiros, já não existe! A inexorável parca, ávida de optimos despojos, descarregou com o fatal gume sobre a teia de tão preciosa vida o tremendo golpe! [...] Assim, uma vida toda consagrada ao serviço público por uma serie de factos honrosos, uma existência toda de intelligencia e saber, eis quanto essa tyranna cortou sem piedade, sem esperança e sem retorno, no dia 1.º de agosto de 1841, pelas cinco horas da tarde na cidade de São Paulo¹⁴⁶.

Ora, mais do que a data, 1º de agosto de 1841, o necrológio informa o horário aproximado em que Müller teria morrido, por volta das 17 horas. No entanto, a causa da morte ainda é um tanto nebulosa, sendo tratada com muita discrição e reserva por muitos dos que escreveram sobre ela logo após o falecimento do marechal.

Em Aviso datado de 18 de agosto de 1841, por exemplo, o então ministro da Guerra do Império, José Clemente Pereira, dirige-se ao presidente da Província de São Paulo da seguinte maneira para comunicar o recebimento da triste notícia do falecimento de Müller:

Aviso de 18 de agosto de 1841, em resposta do ofício desta presidência sob nº 137 de 6 do mesmo mês.

Il^{mo}. e Ex^{mo}. Sr. – Levei à Presença de Sua Magestade O Imperador o ofício sob nº 137, de 6 do corrente mês em que V. Ex^a. participa o lastimoso fim do Marechal de Campo reformado Daniel Pedro Müller; cuja perda, por uma maneira tão deplorável, muito sensibilizou o Paternal Coração do Mesmo Augusto Senhor. E respondendo a outra parte do citado ofício, em que V. Ex^a pondera a falta que faz ao serviço público da Província de São Paulo tão bom servidor do Estado; comunico a V. Ex^a., que nesta data se expedem as convenientes ordens para que o 1º Tenente de Engenheiros Manuel José de Araújo parta quanto antes, a apresentar-se a V. Ex^a – Deus Guarde a V. Ex^a – Palácio do Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1841 – José Clemente Pereira – Sr. Presidente da Província de São Paulo¹⁴⁷.

¹⁴⁵ Cf. Manuel Eufrázio de Azevedo Marques. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo...* 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, v. 1, p. 212-213.

¹⁴⁶ Cf. NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Anno XX, 30 ago. 1841, n. 193, p. 2. A íntegra dessa necrologia, tal como publicada no Diário do Rio de Janeiro, pode ser lida no Anexo nº5, ao final desta dissertação.

¹⁴⁷ Aviso resgatado por Antônio Egydio Martins no Arquivo Público do Estado de São Paulo e publicado originalmente em 1912. [Ver Antônio Egydio Martins. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. São Paulo: Paz & Terra, 2003, p. 478-479].

Ainda que utilize adjetivos como “lastimosa” e “deplorável” ao referir-se ao modo como Müller havia morrido, este aviso não menciona a causa da morte do marechal, tal como outras obras e documentos que tratam do tema. A este respeito, verificou-se que no ano de 1841, Daniel Pedro Müller vivia no bairro de Pinheiros, onde comprara uma chácara, denominada Água Branca, que “cobria mais de 400 mil metros quadrados¹⁴⁸”. Como é de costume, logo após sua morte foi feito um inventário de todos os seus bens¹⁴⁹. Tal transcrição revela que “Müller estava individado [sic] pelo facto da publicidade das suas obras”. Segundo apontamentos do próprio marechal, ele devia 1:500\$000 a Antônio da Silva Prado; 980\$000 a um Sr. Antônio Barbosa; 190\$000 ao Sr. Francisco José de Azevedo e 600\$000 ao Sr. Tobias¹⁵⁰. Somente com os valores que aparecem listados na transcrição, as dívidas de Müller foram calculadas em um total de 3:270\$000 réis. A título de comparação, os escravos adultos arrolados neste mesmo inventário – dezesseis ao todo – haviam sido avaliados entre 525\$000 e 300\$000 réis cada, variando de acordo com o sexo e a idade.

Como estratégia para levantar algum dinheiro a fim de saldar suas dívidas, Müller decidiu escrever o seu *Alphabeto Encyclopedico*, mas como ele mesmo descreve, essa ideia acabou arruinando-o ainda mais:

[...] Quando eu vi que devia ao Sr. Barbosa 400\$000 e ao Sr. Tobias 600\$000 foi quando me dei ao trabalho de fazer os meus trabalhos literários de que contava lucro, pois nunca desejei empenhar-me, eis senão quando o Faria, sem calculo, vai mandando imprimir a obra, eu fiquei alcançadíssimo, por falta de meios d'elle procedentes, queria nisso obsequiar-me, é o que julgo, para depois de completo tudo para se indemnizar. (...) Eis ahi como ocorreu a minha desgraça, desejando fazer bem a minha casa, fiz tanto mal¹⁵¹!

Já pressionado por suas dívidas antigas, Müller endividou-se ainda mais ao imprimir seus “Cathecismos”, obtendo pouco lucro deles. Sem alternativas para honrar os compromissos junto a seus credores, Daniel Pedro Müller decidiu afogar-se no rio Pinheiros, que corria nos fundos de sua propriedade, tendo seu corpo sido encontrado junto à ponte que cruzava aquele rio¹⁵².

Seu inventário menciona que o serviço funerário importou a quantia de 286\$120 réis, mas não detalha o local onde Müller foi enterrado¹⁵³. Já o valor do monte-mor líquido¹⁵⁴ avaliado no inventário totalizou pouco mais de cinco contos de réis¹⁵⁵.

¹⁴⁸ Cf. Antonio Barreto do Amaral. *O bairro de Pinheiros*. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, 1985, p. 60.

¹⁴⁹ Parte desse inventário foi transcrita em: Francisco de Assis Carvalho Franco. *Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller*. Op. Cit., p. 28-31.

¹⁵⁰ *Idem*, p. 30. Deve se recordar que este ainda é um período anterior à instalação dos bancos na Província, o que levava muitas pessoas a recorrerem por crédito junto aos grandes negociantes residentes na capital. Detentores de fortunas colossais, estes indivíduos emprestavam dinheiro a juros, funcionando como verdadeiras agências bancárias. Casos notáveis de negociantes que tinham atuação destacada no empréstimo de capitais eram justamente os de Antônio da Silva Prado e Rafael Tobias de Aguiar, a quem Müller recorreu por empréstimos para a impressão de seus *Cathecismos*.

¹⁵¹ Cf. Francisco de Assis Carvalho Franco. *Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller*. Op. Cit., p. 30.

¹⁵² Cf. Nuto Sant’Anna. *O obelisco do Piques*. In: *Metrópole*. São Paulo: Depto. de Cultura, 1952, v.2, p. 66.

¹⁵³ É possível que tenha sido sepultado na Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em São Paulo, onde também se encontram os restos mortais do engenheiro-militar João da Costa Ferreira (1750-1822).

Não foi por outra razão, portanto, que a morte de Müller foi descrita pelo ministro da Guerra como “lastimosa” e ocorrida “de maneira tão deplorável”, chegando mesmo a haver “consternado” o coração de d. Pedro II¹⁵⁶.

1.7 Um homem na era das transições.

De origens germânicas, português de nascimento e brasileiro por adoção, Daniel Pedro Müller era um homem que transitava bem em mundos muito distintos. Formado em Lisboa, ainda sob o ideário cultural das Luzes portuguesas, chega a São Paulo no contexto do “mercantilismo ilustrado” português. Ao desembarcar, encontra uma Capitania que depois de praticamente quatro décadas desde sua restauração, finalmente havia conseguido desenvolver uma infraestrutura de produção agrícola minimamente capaz de integrá-la ao mercado mundial, em boa medida, a partir da exportação do açúcar. Nesta Capitania, por duas décadas, atuou como um burocrata bem ajustado ao Estado português, tendo vivenciando os momentos finais do Antigo Regime.

No entanto, observou-se que durante a transição do governo absoluto para o dito popular em São Paulo, após manobra conciliatória realizada por José Bonifácio de Andrada e Silva para compor o Governo Provisório da Província, Müller acabou eleito por aclamação de povo e tropa. Ainda que tenha sido acusado de adesão às Cortes de Lisboa por sua participação em uma revolta marcada muito mais pelas disputas e atritos pessoais, do que pelo embate ideológico, permaneceu no país logo após a Independência, jurando a Constituição e, desta maneira, tornando-se brasileiro. A partir de então, esteve a serviço do Império por quase duas décadas, quer como militar, na defesa dos interesses brasileiros em Montevideu e no Rio de Janeiro, quer como engenheiro, elaborando planos, levantando estatísticas e mapas ou dirigindo obras públicas a serviço de uma instituição tão liberal quanto pode ser uma Assembleia Legislativa Provincial.

Especialmente a partir de meados da década de 1830, quando a elite paulista conquistou autonomia política e tributária suficiente para administrar a Província segundo seus interesses e prioridades, a presença de um engenheiro com grande experiência na direção das obras públicas e no levantamento de mapas e estatísticas era fundamental para o desenvolvimento dos principais

¹⁵⁴ Segundo Carlos Bacellar, que estudou os métodos de transmissão das grandes fortunas dos senhores de engenho do chamado Oeste Paulista, Monte-mor é “o total bruto dos bens possuídos por um casal, ou por um indivíduo, solteiro ou viúvo, levantado pelo inventário. Deste total, eram descontados as dívidas e as custas do inventário e obtinha-se o monte-mor líquido”. [Ver Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Os senhores da Terra: família e sistema sucessório entre senhores de engenho do Oeste Paulista (1765-1855)*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997, p. 126].

¹⁵⁵ De sua incrível livreria particular, que chegou a ter mais de setecentos volumes por volta de 1818, apenas cento e quarenta e quatro foram arrolados no inventário. Ainda assim, sem terem seus títulos e autores mencionados, apenas os assuntos de que tratavam. Toda a livreria foi avaliada em 69\$800 réis, não se sabendo o destino dela, isto é, se foi vendida ou se alguns dos herdeiros a reclamaram. [Ver Francisco de Assis Carvalho Franco. *Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. Op. Cit.*, p. 29].

¹⁵⁶ Cf. Antônio Egydio Martins. *São Paulo Antigo... Op. Cit.*, p. 478-479.

projetos daquela administração. Müller, por seu lado, colocou-se a serviço dos deputados da Assembleia e presidentes da Província tendo, inclusive, dedicado seu mapa corográfico a um destes últimos, com “reconhecimento de amizade”. Assim, nesse contexto, evidencia-se como Daniel Pedro Müller também se tornara um burocrata bem ajustado ao aparelho da administração provincial, para quem trabalhou até os momentos finais de sua vida.

Se por um lado, no campo da política, Müller mais vivenciou as transições tomando pequena parte no desenvolvimento delas, adaptando-se às transformações decorrentes da formação do novo Estado imperial; por outro, no campo mais específico de sua atuação profissional, desempenhou papel fundamental na transição do ensino da engenharia militar para a civil em São Paulo; na transição da cartografia manuscrita para a impressa, também em São Paulo e, por fim, no desenvolvimento das ciências estatísticas no Brasil.

Começando por este último, vale destacar que embora o “quadro estatístico” concluído por Müller em 1837 não possa ser considerado uma estatística, com metodologia científica, como aquela produzida no interior das instituições dedicadas a esta ciência e que só começariam a surgir no final do século XIX, assemelha-se muito aos trabalhos de aritmética política inglesa, que usavam registros administrativos, principalmente os registros do estado civil, organizados de modo a atender fins estatísticos. Destarte, a obra de Müller diferia bastante dos recenseamentos que vinham sendo produzidos desde 1765, uma vez que se servia destes como matéria-prima, assim como das corografias e memórias, de caráter muito mais descritivo, elaboradas nas primeiras décadas do século XIX, como se verá no terceiro capítulo dessa dissertação.

Para José de Souza Martins, a estatística de Müller era, “em sua secura formal e nos cuidados com os números, expressão da burocracia pública consolidada, do burocrata qualificado e informado que presta conta aos superiores¹⁵⁷”. Já Affonso d’Escragnole Taunay, que nutria grande simpatia por Müller, vai mais além:

Patriarcha da Estatística no Brasil é o epitheto a se reunir aos nomes de Daniel Pedro Müller, cujo retrato merecia figurar sempre nas repartições onde se cultivava a sciencia “que pesquisa o conhecimento profundo do estudo respectivo e comparativo de cada paiz”. Isto no dizer de seu baptizador, Achenwall, professor setecentista da Universidade de Goettingen¹⁵⁸.

Fica evidente o papel de transição que seu trabalho desempenhou entre as corografias e memórias descritivas elaboradas desde a segunda metade do século XVIII, e as estatísticas produzidas no âmbito da criação da Diretoria Geral de Estatística, décadas mais tarde, em 1870.

¹⁵⁷ Cf. José de Souza MARTINS. O Imaginário Poético da Independência num Manuscrito de 1827. In: José Antônio Teixeira CABRAL. *A Estatística da Imperial Província de São Paulo... Op. Cit., s/p.*

¹⁵⁸ Cf. Affonso d’Escragnolle Taunay. *Um Patriarcha da Estatística no Brasil*. In: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro, Anno II, nº. 21, Mai. 1936, p. 355.

Na área da cartografia, o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, concluído por Daniel Pedro Müller em 1837, foi a primeira representação contendo a totalidade da província paulista a ser impressa. Antes dele existiam apenas representações manuscritas da então Capitania de São Paulo, cujas poucas cópias, quando não se perdiam, ficavam armazenadas e com acesso restrito aos órgãos da administração provincial. Como se buscará destacar no quarto capítulo desta dissertação, a impressão de mais de uma centena de cópias deste mapa não só ampliou a circulação e consumo do mesmo, mas desempenhou papel importante ao criar padrões de representação para o território da Província que, sem dúvida, repercutiram na produção de cartógrafos e editores de mapas já a partir da década de 1840 e durante toda a segunda metade do século XIX.

A respeito de sua atuação como engenheiro na Capitania, depois Província de São Paulo, Müller situa-se em uma posição intermediária entre os engenheiros militares portugueses formados pouco depois da metade do século XVIII e mandados à colônia para trabalharem nas comissões de demarcações de limite, como o já mencionado João da Costa Ferreira, e a substituição dos militares por engenheiros civis estrangeiros contratados pela administração provincial a partir do final da década de 1830, tais como o inglês William Elliot, ou os germânicos Karl Abraham Bresser (Carlos Abrãao Bresser) e Friedrich Joseph Karl Rath (Carlos Rath), responsáveis por mudanças nas técnicas e nos materiais empregados na construção das obras públicas em São Paulo, como o uso de ferro na construção de pontes, ou ainda, o emprego da técnica da macadamização nas estradas.

Neste contexto, Müller teve um papel importante na transição do ensino da engenharia militar para a civil em São Paulo. Convém recordar que sua formação como engenheiro em Portugal, por volta de 1802, se dá em um momento em que ainda não existiam instituições com cursos formais de engenharia civil, quer na metrópole, quer em suas colônias. No entanto, a Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho de Lisboa, onde se formara, era uma Academia Militar que trazia em seu currículo disciplinas voltadas à Engenharia Civil segundo as definições da *École des Ponts et Chaussées*, da França.

Em São Paulo, como se viu, Daniel Pedro Müller foi um dos principais responsáveis pela organização do Gabinete Topográfico, uma escola com conteúdos voltados à formação teórico-prática de engenheiros. Em 1841, quando assumiu a direção do estabelecimento, propôs uma reformulação do currículo, bem como dos estatutos e regulamentos originais do Gabinete Topográfico, prevendo a concessão de uma carta de “engenheiro civil” aos alunos que concluíssem com proveito os dois anos do curso. No período efêmero e intermitente em que esta instituição existiu, formou dezenas de engenheiros civis que atuaram na construção e manutenção de obras públicas na Província de São Paulo durante praticamente toda a segunda metade do século XIX.

Muitos anos mais tarde, na oração inaugural da Escola Politécnica de São Paulo, em 1894, Antônio Francisco de Paula Souza, organizador e primeiro diretor daquela faculdade, fez menção honrosa aos criadores do Gabinete Topográfico:

A Victoria hoje alcançada, foi em lucta porfianda; porque a Idea que hoje venceu não é nova – Nossos avós já a tinham, tentaram realisá-la. – Elles bem avaliavam as grandes vantagens que a esta região adviria da divulgação de conhecimentos mathematicos – Crearam, por isso, uma escola de Engenheiros constructores de Estradas, que modestamente denominaram “Gabinete Topographico”¹⁵⁹.

De fato a ideia não era nova e, ao lembrá-la, Paula Souza considera o Gabinete Topográfico uma espécie de precursor da Escola Politécnica na formação de engenheiros em São Paulo, antecedendo-a em quase meio século. Embora se discuta a formação profissional oferecida pelo estabelecimento¹⁶⁰, é inegável sua contribuição na formação de quadros que efetivamente atuaram na direção e execução das obras públicas provinciais, todos assinando seus planos e projetos como engenheiros civis. Assim, mais do que vivenciar a transição da substituição dos engenheiros militares por civis na Província de São Paulo, Müller contribuiu ativamente com ela, chegando até mesmo a antecipar a separação curricular entre engenharia militar e civil promovida pela Escola Central do Rio de Janeiro¹⁶¹ (1858).

Por esta razão é que se afirma que Müller foi um homem de transição. Não apenas por ter vivenciado as múltiplas e profundas transformações ocorridas em seu tempo, adaptando-se bem ao novo Estado e às instituições liberais que vieram com a Constituição (1824) e sua reforma (1834), mas também por ter promovido, ele próprio, algumas transições importantes, especialmente no campo da ciência e da técnica de sua atuação profissional.

¹⁵⁹ Cf. Ernesto de Souza Campos. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 7.

¹⁶⁰ Para o arquiteto Eudes de Mello Campos Jr., a formação oferecida pelo Gabinete Topográfico seria incapaz de habilitar o profissional nele formado com a mesma aptidão um engenheiro, mas sim a de agrimensores ou, no máximo, de engenheiros práticos. [Ver Eudes de Mello Campos Jr. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. 814 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, vol. 1, p. 73]. Por outro lado, o engenheiro Pedro Carlos da Silva Telles, considera que o Gabinete Topográfico se tratava de uma “verdadeira escola de engenharia” que foi “criada com a modesta denominação de Gabinete Topográfico”. [Ver Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, p. 113].

¹⁶¹ As reformas no estatuto original promovidas por Müller tiveram como base a criação da Escola de Arquitetos Medidores da Província do Rio de Janeiro, estabelecida em Niterói, em 1837, sob a direção de Pedro de Alcântara Niemeyer Bellegarde. Embora ambos os estabelecimentos tenham tido vida efêmera e formado poucos alunos, a Escola de Arquitetos e Medidores (1837) e o Gabinete Topográfico (1842), merecem o reconhecimento por seu pioneirismo na separação do ensino da engenharia civil do conteúdo militar no Brasil.

CAPÍTULO 2: PROCESSO DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DE PODER PROVINCIAL (1821-50).

- 2.1 As elites locais no Governo das províncias: transição do Estado absolutista para a monarquia constitucional.
- 2.2 Presidência e vice-presidência da Província de São Paulo.
- 2.3 Conselhos Provinciais.
- 2.4 Assembleia Legislativa da Província de São Paulo.
- 2.5 Autonomia provincial e a construção territorial da Província de São Paulo.

[...] Seria enganoso, neste ponto, querer pôr exagerada ênfase no paradoxo já aqui assinalado, de convergirem os princípios liberais, mormente os do liberalismo exaltado e radical dos primeiros anos da Regência, com um localismo orgulhoso, que deita raízes fundas e ainda bem vivas em nosso passado colonial. O que em grande parte tornará possível semelhante paradoxo é o fato de a posição tradicionalista, em geral inconscientemente tradicionalista, daqueles que se batem, no momento, pela maior autonomia das províncias, amparar-se na existência de modelos atuais e prestigiosos. Já havia o modelo das antigas colônias inglesas da América do Norte, que tinham sido o foco principal da propagação do federalismo. Mas há ainda, e mais recente, o da constituição belga de 1831, que muito depressa e em toda parte, passou a deslumbrar os adeptos da soberania popular, tomando o lugar que antes dela ocupara, para os mesmos espíritos, a constituição espanhola de 1812. E é diretamente dêsse modelo belga que os nossos legisladores de 1834 tiram as ideias das assembleias de província, logo desmoralizadas e, afinal, freadas, pela lei interpretativa e pela reação conservadora.

Sérgio Buarque de Holanda¹⁶².

A transição do sistema de governo de Antigo Regime para a monarquia constitucional resultou, na América portuguesa, em um processo de construção de espaços de poderes provinciais entregues à administração das elites locais. Conquanto esses espaços gozassem de pouca autonomia política e tributária para a realização de projetos ligados aos interesses econômicos dos grupos que começaram a ocupá-los, percebe-se que em São Paulo, por exemplo, desde as primeiras eleições, posições como a de membros do Governo Provisório, deputados das Assembleias Constituintes ou membros dos Conselhos da Província contavam sempre com representantes de um grupo sócio-econômico específico, nomeadamente, o dos negociantes, grandes proprietários e senhores de engenho associados ao comércio de açúcar para exportação.

Com a Abdicação de d. Pedro I, vieram as reformas liberais que culminaram com o Ato Adicional de 1834 e a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, da qual falava Sérgio Buarque de Holanda na epígrafe deste capítulo. A partir delas, as elites locais finalmente conquistavam relativa autonomia política e tributária para poderem orientar os principais projetos segundo o que fosse considerado prioritário para o desenvolvimento da Província, isto é, seus próprios interesses.

Foi justamente nesse contexto que os deputados da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, dentre outras ações, encomendaram a Daniel Pedro Müller a elaboração de uma representação do território provincial justificando-a, sobretudo, pela necessidade de se obter informações atualizadas acerca do território e população para que pudessem tomar as melhores decisões no âmbito de suas novas atribuições.

No primeiro capítulo deste trabalho destacou-se a trajetória de Daniel Pedro Müller por ele ter sido o responsável técnico a quem a administração provincial recorreu para construir a representação territorial da Província de São Paulo que desejavam. Este capítulo, por sua vez, terá

¹⁶² Cf. Sérgio Buarque de Holanda. A herança colonial – sua desagregação. In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2ª edição. Tomo II, vol. 1. São Paulo: Difel, 1965, p. 23-24.

como foco os responsáveis por trás da oficina do cartógrafo, isto é, os grupos da elite paulista que passaram a ocupar os espaços de poder provincial e, em meados da década de 1830, encomendaram a Daniel Pedro Müller a elaboração dessa representação. Busca-se, sobretudo, caracterizar esses grupos e correlacionar seus interesses econômicos com a atuação de seus representantes nos espaços de poder provincial. Portanto, mais do que identificar os espaços de poder construídos no âmbito provincial e os indivíduos que os ocuparam, pretende-se apontar as origens socioeconômicas destes homens e como os interesses dos grupos ao qual pertenciam se relacionavam com os principais projetos para o desenvolvimento da Província tocados no período.

2.1 As elites locais no Governo das províncias: transição do Estado absolutista para a monarquia constitucional.

Em 1820, movimentos revolucionários de cunho liberal irromperam em Portugal dando origem a formação de duas Juntas com objetivos distintos: uma deveria governar, já que o rei ainda se encontrava na América; e a outra deveria convocar, o mais rápido possível, as Cortes Gerais visando à elaboração da primeira Constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Tal movimento deflagra a crise do Estado absolutista nos domínios portugueses e o princípio da transição para o modelo da monarquia constitucional.

Convocado a retornar a Portugal, antes de partir d. João VI assinou um decreto, datado de 7 março de 1821, no qual convocava os habitantes do Brasil a elegerem seus representantes para as Cortes-Gerais. Juntamente com o decreto foram expedidas “Instruções” que deveriam orientar a organização do processo de eleição dos deputados¹⁶³. Assim que o processo de eleição dos deputados fosse concluído, estes deveriam partir a Lisboa, onde se juntariam à Assembleia Constituinte que já se encontrava reunida desde janeiro.

Em São Paulo, assim que recebeu a correspondência oficial com as Instruções das Cortes, João Carlos de Augusto Oeynhausen, último governador e capitão-general, comunicou aos habitantes que estes deveriam eleger seus deputados segundo aquelas orientações. Para a historiadora Miriam Dolhnikoff, este momento marca o princípio da experiência de um governo provincial entregue à elite da própria Província¹⁶⁴.

¹⁶³ Segundo Manuel Rodrigues Ferreira, tais “Instruções” correspondem ao que atualmente conhecemos como lei eleitoral. Em razão da “premência do tempo”, continua Ferreira, a Junta portuguesa encarregada de convocar as eleições para as Cortes-Gerais de Lisboa adotou a lei eleitoral estabelecida na Constituição espanhola de 1812, como já indicava o próprio título: “Instruções para as eleições dos deputados das Cortes, segundo o método estabelecido na Constituição espanhola, e adotado para o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve”. [Ver Manuel Rodrigues Ferreira. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 99-100].

¹⁶⁴ Cf. Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p. 29.

As Instruções enviadas pelas Cortes estipulavam que as eleições dos deputados deveriam ser realizadas a partir de um complexo sistema organizado por Juntas Eleitorais estabelecidas nas freguesias, comarcas e províncias do Brasil. O processo se daria de forma indireta e em quatro graus: os habitantes reunidos nas Câmaras de suas respectivas freguesias escolhiam *compromissários*; estes, logo em seguida, indicavam em escrutínio secreto os *eleitores de paróquia* que, por sua vez, deveriam se dirigir às cabeças de suas comarcas para elegerem os *eleitores de comarca* e, por fim, estes últimos iriam até a capital para escolherem os *deputados* que iriam representar São Paulo junto às Cortes de Lisboa¹⁶⁵.

Os *eleitores de paróquia* da vila de Santos¹⁶⁶, por exemplo, elegeram José Bonifácio de Andrada e Silva¹⁶⁷ e seu irmão, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, como *eleitores de comarca*. Estes, por sua vez, se dirigiram à cidade de São Paulo, onde se depararam com o descontentamento de alguns membros da elite em relação à decisão das Cortes de nomear o antigo capitão-general João Carlos de Augusto Oeynhausen, como Presidente da Junta Governativa Provisória de São Paulo¹⁶⁸. Diante de tal insatisfação, o próprio Oeynhausen tomou a iniciativa de entregar o governo para a eleição de uma nova Junta Governativa.

José Bonifácio, que regressara recentemente da Europa após mais de três décadas ocupando importantes cargos na administração e instituições acadêmicas portuguesas, foi convidado a dirigir o processo que culminou com a eleição do novo Governo Provisório de São

¹⁶⁵ Este processo de eleição em quatro graus adotado para a escolha dos deputados da Assembleia Constituinte portuguesa foi descrito detalhadamente em cada uma de suas etapas por Manuel Rodrigues Ferreira. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro... Op. Cit.*, p. 99-104.

¹⁶⁶ Em 1821 a Província de São Paulo estava administrativamente dividida em apenas três comarcas: a da Capital, a de Itu e a de Curitiba e Paranaguá. Segundo essa divisão, a comarca da Capital, além de São Paulo e as vilas e freguesias nos arredores da cidade, também abrigava os núcleos urbanos de todo o litoral e do chamado Vale do Paraíba. A vila de Santos, portanto, fazia parte dessa grande comarca.

¹⁶⁷ Nascido aos 13 de junho de 1763, na vila de Santos, era o filho mais velho do coronel Bonifácio José de Andrada e Silva, que amealhou grande fortuna no século XVIII como arrematador de impostos e negociante naquela praça. Segundo Dolhnikoff, em 1765, o pai de José Bonifácio já figurava como possuidor da segunda maior fortuna da vila de Santos: oito contos de réis. Aos vinte anos de idade foi mandado a Universidade de Coimbra, onde se tornou bacharel em direito civil e ciências naturais. Após a conclusão dos cursos superiores, permaneceu na Europa, sendo admitido na Academia Real de Ciências de Lisboa. Durante mais de dez anos viajou e estudou por diversos países europeus, retornando a Portugal em 1800, quando foi nomeado para a posição de lente de mineralogia na própria Universidade de Coimbra, onde estudara. Após mais de três décadas na Europa, retorna ao Brasil, sendo arrastado para a vida política, em 1820, com as repercussões da Revolução Liberal do Porto. Eleito vice-presidente do Governo Provisório da Província de São Paulo, em 1821, e dois anos mais tarde, deputado junto à Assembleia Constituinte brasileira. Nesta oportunidade, foi nomeado membro da comissão encarregada pela elaboração do projeto da Constituição. Contudo, após a dissolução da Assembleia Constituinte por d. Pedro I, em 1823, Bonifácio cai em profundo desprestígio com o imperador, sendo preso e deportado para a França, de onde só retornaria seis anos mais tarde, em 1829, mantendo-se afastado da vida política. Após a abdicação de d. Pedro I, em 1831, foi nomeado tutor de seus filhos, que permaneceriam no Brasil. Dois anos mais tarde, foi destituído do cargo pela Regência, tendo sido processado e preso como traidor da pátria, suspeito de propugnar a restauração do primeiro Império. Absolvido das acusações, faleceu aos 6 de abril de 1838, em Niterói (RJ). Foi casado com a irlandesa Narcisa Oleary, com quem teve duas filhas. Uma delas, Gabriela Frederica de Andrada, foi casada com Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão mais jovem de José Bonifácio. [Ver Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 344p].

¹⁶⁸ Esta Junta Governativa Provisória seria responsável pela administração provincial até que fosse promulgada a Constituição com a legislação competente para a organização dos poderes provinciais.

Paulo¹⁶⁹. Assim, em junho de 1821, por aclamação de povo e tropa, elegeu-se a Junta Governativa de São Paulo, composto por nada menos do que quinze membros, tal como destacado no quadro que consta no Apêndice C, ao fim dessa dissertação.

Para Oberacker Jr., a maneira como se deu a eleição deste Governo Provisório em São Paulo foi uma manobra tramada por José Bonifácio que, ao desconsiderar as orientações das Cortes, segundo as quais os representantes deveriam ser escolhidos pelos mesmos *eleitores de comarca* reunidos na capital para a eleição dos deputados às Cortes, fez com que povo e tropa aclamassem uma relação de membros para o Governo que ele mesmo havia elaborado previamente. Segundo Oberacker:

[...] o ‘Termo da Vereança Geral e Extraordinária da Câmara’ feita a requerimento do Povo e tropa desta Cidade finge tratar-se de uma imposição espontânea do povo e da tropa [...]. José Bonifácio, porém, nada mais fez do que ler ou decorar a relação dos membros do governo de antemão preparada [por ele], dando ao povo e à tropa a possibilidade de conceder largos aplausos [...] Em São Paulo nada houve que se igualasse a um processo eleitoral. O Governo fora formado nos bastidores por José Bonifácio e teve o apoio decisivo dos militares¹⁷⁰.

No entanto, ao compor os membros do Governo, Bonifácio buscou adotar uma posição conciliatória tentando reunir em um mesmo Governo burocratas e negociantes bem adaptados ao Estado português e ao comércio segundo as premissas mercantilistas, como Oeynhausens e Francisco Inácio de Sousa Queirós¹⁷¹, de um lado; e do outro, autoridades ilustradas, negociantes e fazendeiros que, por diferentes razões, alinhavam-se a ideias mais liberais, como ele próprio, Manuel Rodrigues Jordão¹⁷² e os fazendeiros do chamado “quadrilátero do açúcar”, principal região produtora de açúcar voltado para exportação em São Paulo.

¹⁶⁹ Segundo Oberacker, José Bonifácio teria dificuldades para reunir no Governo Provisório “representantes antagônicos, inimigos familiares e adversários potentes, cuja participação era imprescindível, pois sendo economicamente influentes e quase todos oficiais [militares], possuíam, conseqüentemente, o poder”. [Ver Carlos Oberacker Jr. *A Província de São Paulo de 1819 a 1823... Op. Cit.*, p. 77].

¹⁷⁰ Cf. Carlos Oberacker Jr. *O movimento autonomista no Brasil... Op. Cit.*, p. 79-85.

¹⁷¹ Natural da cidade São Paulo, era filho de d. Isabel Inácia da Conceição e do coronel Francisco Antônio de Sousa, irmão do brigadeiro Luís Antônio de Sousa, negociante e grande proprietário de fazendas na região do “quadrilátero do açúcar”, um dos homens mais ricos da América portuguesa nas duas primeiras décadas do século XIX. Casado com uma das filhas do Brigadeiro Luís Antônio, Francisco Inácio herdou grande fortuna, responsabilizando-se diretamente pelos negócios do tio logo após sua morte, em 1819. Além de parte da fortuna, herdara também a rivalidade que seu tio havia desenvolvido com o negociante Antônio da Silva Prado (1788-1875), futuro Barão de Iguape, que após a Independência tomou o lugar dos Sousa Queirós como maior atacadista de fazendas da cidade. Na vida política, fez parte do Governo Provisório de São Paulo, no entanto, deixou o mesmo após liderar uma revolta que acabou conhecida por seu nome, a “Bernarda de Francisco Inácio”, na qual se opunha ao poder dos Andradas na Província. Exilado de São Paulo, foi anistiado por d. Pedro I logo em seguida, retornando à capital aonde voltou a participar da vida política local, tendo sido eleito para o Conselho da Presidência da Província (1824-29). Em 1830, adoeceu gravemente e viajou com sua esposa a Portugal, falecendo na cidade do Porto, aos 2 de novembro daquele ano. [Ver: Manoel Eufrásio de Azevedo Marques. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 285; Maria Lucília Viveiros Araújo. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2006, p. 92-100].

¹⁷² Filho do tenente Manuel Rodrigues Jordão, de quem herdou o nome, além da grande fortuna amealhada no comércio de fazendas e de ouro das minas de Cuiabá e Goiás. Foi casado com d. Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda, filha do brigadeiro José Pedro Galvão de Moura Lacerda, natural de Santos e que tinha foro de moço fidalgo da Casa

No entanto, ao agir daquela forma e colocar-se a si próprio e a seu irmão à frente dos principais cargos daquele Governo, Bonifácio fez aumentar as desconfianças e animosidades que parte da elite local, em especial fazendeiros e negociantes de grosso trato da cidade de São Paulo, já nutria contra as atitudes ditas autoritárias dos irmãos Andrada e seus aliados, em especial as de Martim Francisco e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Logo após a formação do Governo Provisório realizou-se a eleição para os deputados que representariam São Paulo junto às Cortes de Lisboa. Realizado o procedimento, escolheram-se oito deputados, relacionados no quadro que consta no Anexo nº7, ao fim desta dissertação. José Bonifácio articulou para que não saísse como candidato, tendo optado por permanecer em São Paulo a fim de exercer as funções decorrentes de seu papel na Junta Governativa paulista¹⁷³. Apesar disto, percebe-se a forte influência que exercia na política deste período pela presença marcante de membros de sua família, bem como de seus aliados dentre os deputados escolhidos pelo Colégio Eleitoral. Esses são os casos, por exemplo, de seu irmão Antônio Carlos, seu primo José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada e Antônio Manuel da Silva Bueno, um aliado.

Além dos santistas, também cabe destacar o grupo eleito pela comarca de Itu, ligados aos grandes proprietários do quadrilátero do açúcar. Fazia parte do grupo os ituanos Antônio Pais de Barros¹⁷⁴ e Francisco de Paula Sousa e Mello; o português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; e o padre Diogo Antônio Feijó¹⁷⁵.

Real. Aumentou a fortuna herdada de seu pai, tendo adquirido grandes propriedades nas vilas de Itu, São Carlos e Porto Feliz. Grande produtor de açúcar, Jordão fez muitos negócios com seu sobrinho, Antônio da Silva Prado, futuro Barão de Iguape, que além de ter produzido e negociado açúcar por algum tempo, destacou-se como grande negociante de fazendas secas, além de arrematador de rendas públicas em São Paulo. Na política, fez parte do Governo Provisório de São Paulo, tendo se envolvido diretamente nos eventos da chamada “Bernarda de Francisco Inácio”. Após a Independência, foi escolhido como membro do Conselho da Presidência (1824-29), falecendo poucos anos depois, aos 27 de fevereiro de 1827, deixando quatro filhos. [Ver: Manoel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos... Op. Cit.*, v. 2, p. 63 e 104; Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. São Paulo, 2009, 387 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, p. 128; Maria Thereza Schorer Petrone. Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado (1817-1829). Parte II. In: *Revista de História*. Vol. XXXVII, n.76, ano XX, jan./mar. 1969, São Paulo, p.320].

¹⁷³ Cf. Miriam Dolnikoff. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 117.

¹⁷⁴ Nascido em 4 de março de 1791, em Itu, era filho do capitão Antônio de Barros Penteado, que amealhou grande fortuna com a mineração em Cuiabá. Casou-se com d. Gertrudes de Aguiar Barros, irmã de Rafael Tobias de Aguiar, cuja família havia prosperado no negócio do arremate de impostos e do comércio de gado e tropas de mula em Sorocaba. Os Penteado/Pais de Barros adotaram amplamente a estratégia dos casamentos endogâmicos para ampliar ou manter a fortuna na família, tendo estabelecido laços de parentesco com os Paula Sousa, os Tobias de Aguiar e os Sousa Queirós, todos grandes proprietários de terras e engenhos no “quadrilátero do açúcar”, ou ainda, grandes negociantes de tropas de gados e muarens em Sorocaba. Participou ativamente da política provincial, tendo sido eleito deputado por São Paulo junto às Cortes de Lisboa (1821), conselheiro da presidência (1826-33), conselheiro geral da província nas três legislaturas, além de deputado provincial em três ocasiões (1835-41) e deputado junto à Assembleia-Geral na segunda legislatura (1830-33). Retirado da vida política, foi um dos primeiros a iniciar a cultura do café na região Oeste de São Paulo, em sua fazenda de São João do Rio Claro. Anos mais tarde, após ter sido agraciado com o título de Barão de Piracicaba, apresentou um projeto de estrada de rodagem ligando Santos a Rio Claro, projeto este que não foi adiante, mas que anos mais tarde foi substituído pela estrada de ferro que interligou aquelas cidades. Foi um dos principais acionistas para a construção da estrada de ferro ituanana. Após uma vida longa e próspera, o Barão de Piracicaba faleceu na cidade de São Paulo, aos 11 de outubro de 1876, deixando de seu

Dos oito deputados eleitos por São Paulo, seis tomaram assento na Constituinte portuguesa¹⁷⁶. Antônio Carlos, Nicolau Vergueiro, Diogo Feijó e Silva Bueno tomaram posse em fevereiro de 1822, já Costa Aguiar e Fernandes Pinheiro, que à época residiam respectivamente no Pará e em Porto Alegre, tomaram assento de suas vagas muito mais tarde, apenas em abril e setembro, quando a deputação paulista já estava se retirando da Constituinte.

É importante observar que em razão da natureza desta Assembleia, isto é, uma Constituinte, era natural que boa parte dos deputados eleitos fosse formada por bacharéis e doutores em Direito. Quatro dos oito escolhidos tinham se formado pela Universidade de Coimbra, além de já terem exercido cargos públicos no campo da magistratura durante a administração colonial. Antônio Carlos, por exemplo, assim que retornou de Portugal foi nomeado para o cargo de juiz de fora em Santos e, anos mais tarde, também exerceu o cargo de ouvidor e corregedor da comarca de Olinda, além de desembargador da Relação da Bahia. José Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, havia sido juiz das alfândegas do Rio Grande de São Pedro e de Santa Catarina e José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, após retornar de Portugal, em 1810, exerceu o cargo de juiz de fora em Belém, além de ter sido ouvidor-geral de Marajó e desembargador da Bahia. Apenas Nicolau Pereira de Campos Vergueiro havia exercido a advocacia por pouco tempo, tendo abandonado poucos anos depois que chegara a São Paulo, para se dedicar exclusivamente às atividades de fazendeiro, negociante e político¹⁷⁷.

casamento com d. Gertrudes de Aguiar Barros seis filhos. [Ver: Manoel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos... Op. Cit.*, v. 1, p. 72-73].

¹⁷⁵ Nascido na cidade de São Paulo, Diogo Antônio Feijó foi batizado como filho de pais incógnitos, em 17 de agosto de 1784, tendo sido exposto na casa do Reverendo Fernando Lopes de Camargo. Viveu sua infância como agregado na cidade de São Paulo, bem como em outras vilas da então Capitania, como Guaratinguetá. Nesta última, morou com um padre que catequizava os “índios bravos” que seriam enviados ao aldeamento de Queluz. Estudou por conta própria para se tornar padre secular, tendo aprendido a ler com os padres que cuidavam dele. Mudou-se para São Carlos (Campinas), em 1802, onde começou a dar aulas até que pudesse se ordenar padre. Ordenado em 1805, sua condição econômica começa a melhorar quando se torna presbítero e passa a cobrar pelo ofício dos sacramentos. Herdou de sua avó quantia suficiente para comprar propriedades e escravos, montando um pequeno engenho de cana na vila de São Carlos. A partir de então, deixa de ser registrado como padre nas listas nominativas daquela vila, passando a figurar como “lavrador”, “agricultor” e, finalmente, “senhor de engenho”, no ano de 1817. Em 1821 foi escolhido eleitor pela comarca de Itu, a fim de se reunir em São Paulo juntamente com os outros representantes dos produtores de açúcar da região, para escolher os deputados que representariam a Província nas Cortes de Lisboa. Acabou, ele mesmo, sendo um dos eleitos para a Constituinte portuguesa. De volta a São Paulo, foi eleito para as três reuniões do Conselho da Presidência, entre 1824-34 e, de forma surpreendente, venceu a eleição que o levou ao posto de Regente Uno do Império do Brasil, em 1835. Após uma vida política agitada entre as décadas de 1820-40, faleceu na cidade de São Paulo, aos 10 de novembro de 1843, tendo deixado todos seus bens à sua irmã, Maria Justina de Camargo. [Ver Jorge Caldeira. Introdução. In: _____. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: 34, 1999, p. 11-41].

¹⁷⁶ Francisco de Paula Sousa não embarcou por se encontrar muito doente, tendo sido substituído pelo suplente Antônio Manoel da Silva Bueno. Antônio Pais de Barros, por sua vez, não tomou assento nas Cortes de Lisboa.

¹⁷⁷ Nascido em Portugal, no ano de 1778, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro havia se formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Após concluir o curso superior, embarcou para São Paulo, em 1802, onde se destacaria como advogado, fazendeiro e político. Teve uma vida política bastante ativa, da qual podem se destacar suas eleições para deputado pela Província de São Paulo à Assembleia Constituinte de Lisboa (1821) e do Brasil (1823), além de sua eleição para deputado para a primeira legislatura da Assembleia-Geral (1826). Foi nomeado senador pela província São Paulo (1828) e, após a abdicação de d. Pedro I, foi escolhido por deputados e senadores como um dos membros

Para Dolhnikoff, o que estava em jogo para os luso-brasileiros nas Cortes de Lisboa era “o desenho que deveria ser dado à nova monarquia constitucional, de modo a conservar um governo próprio na América, que respondesse com autonomia pela administração de seu território”. No entanto, os deputados portugueses convergiam em um projeto de manter um governo imperial centralizado em Lisboa¹⁷⁸.

Nos primeiros meses de 1822, o antagonismo entre as elites luso-brasileiras e as Cortes de Lisboa se tornava evidente, quer nos discursos dos deputados americanos, quer na articulação que José Bonifácio de Andrada e Silva fazia no Rio de Janeiro, na qual se apresenta a possibilidade de uma separação do reino português sob a liderança do príncipe regente, d. Pedro.

Assim, no calor dos acontecimentos que opunham as Cortes de Lisboa às elites luso-brasileiras, em junho de 1822, d. Pedro promulga um decreto convocando eleições para uma Assembleia Constituinte brasileira¹⁷⁹. Em 26 de agosto, ao receberem as notícias da convocação da dita Assembleia, os deputados paulistas solicitaram formalmente seu afastamento das Cortes, o que foi prontamente recusado pela comissão responsável por analisar o afastamento dos deputados. Ao fim de setembro, ainda sem saberem das notícias da Independência do Brasil, se recusaram a jurar e assinar a Constituição portuguesa, empreendendo fuga para o Brasil¹⁸⁰.

Em São Paulo, aos 29 de agosto de 1822, antes mesmo que os deputados paulistas junto às Cortes de Lisboa retornassem ao país, foram eleitos treze deputados para a Assembleia-Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, como se pode observar no quadro disponível no Anexo nº8.

Cinco dentre os treze deputados eleitos para a Assembleia brasileira estavam ainda em Lisboa, representando São Paulo junto às Cortes. Apenas o padre Diogo Antônio Feijó e os dois

da Regência Trina Provisória. Casou-se com d. Maria Angélica de Vasconcelos, filha do capitão José de Andrade Vasconcelos tendo, através de seus descendentes, estabelecido laços de parentesco com grandes proprietários de terras e engenhos na região do “quadrilátero do açúcar”. Seu filho Luís Pereira de Campos Vergueiro, por exemplo, casou-se com a filha de João da Silva Machado, o Barão de Antonina; José Vergueiro, outro de seus filhos, casou-se com Maria Umbelina Gavião, filha do brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto; d. Antônia Vergueiro de Queirós, como o nome já indica, casou-se com o senador Francisco Antônio de Sousa Queirós, futuro Barão de Sousa Queirós, de opulenta família ligada à produção de açúcar. Segundo o arquiteto Eudes Campos, além da estratégia do estabelecimento de laços de parentesco com ricas famílias de fazendeiros do açúcar, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro também ampliou sua fortuna, em grande medida, através “do comércio de importação de escravos” e, mais tarde, com a “introdução da mão-de-obra livre em sua fazenda de café chamada Ibicaba, em Limeira. Falece no Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1859, aos 81 anos de idade. [Ver: Eudes Campos. Os Pais de Barros e a Imperial cidade de São Paulo. In: *Informativo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis*. 3(16): jan/fev 2008, p. 1-37; Manoel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos... Op. Cit.*, v. 2, p. 134-135].

¹⁷⁸ Cf. Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio... Op. Cit.*, p. 119.

¹⁷⁹ Trata-se do decreto de 3 de junho de 1822, cujas Instruções, segundo Manuel Rodrigues Ferreira, “constituem a primeira lei eleitoral brasileira”. Diferentemente das anteriores, não é baseada na Constituição espanhola, de 1812, e substituiu o sistema indireto em 4 graus, para apenas 2 graus. Os cidadãos, também conhecidos como *votantes*, deveriam se reunir nas paróquias de suas freguesias para indicarem seus *eleitores*; estes, por sua vez, reunidos nas cabeças das comarcas, deveriam escrever em uma cédula em branco quantos nomes de deputados quantos sua província deveria eleger. [Ver Manuel Rodrigues Ferreira. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro... Op. Cit.*, p. 121-125].

¹⁸⁰ Cf. Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio... Op. Cit.*, p. 149-150.

suplentes, Silva Bueno e Pais de Barros, não foram “reeleitos” deputados constituintes. Apesar disso, o perfil dos eleitos à Assembleia Constituinte manteve a forte influência dos Andrada e seus aliados, bem como a dos grandes produtores de açúcar do planalto paulista, novamente representados por Paula Sousa e Nicolau Vergueiro, somados a José Correa Pacheco e Silva, casado com uma das herdeiras do tenente Elias Antônio Pacheco, opulento proprietário de terras e dono do “Engenho Grande”, de Itu.

Uma vez mais, a presença de bacharéis ou doutores em Direito foi marcante dentre os deputados eleitos. Dos treze, apenas o militar Manuel Martins do Couto Reis e o negociante Francisco de Paula Sousa e Mello não haviam concluído um curso superior nessa área¹⁸¹. Os outros onze (84,61%), haviam se formado na Universidade de Coimbra, tendo a maioria concluído o curso de Direito ainda no último quartel do século XVIII, ou logo nos primeiros anos do XIX¹⁸².

No entanto, a partir de 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos entram em confronto com d. Pedro I, passando a sofrer perseguições que culminaram com a prisão e o exílio, na França. Com isso, os políticos que se articularam em torno dos grandes proprietários de Itu já desde a primeira eleição para os deputados das Cortes de Lisboa, ganham ainda mais espaço e se transformam em uma das principais lideranças políticas provinciais durante o segundo quartel do século XIX: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Diogo Antônio Feijó, Francisco de Paula Sousa e Mello, além do sorocabano Rafael Tobias de Aguiar¹⁸³.

2.2 Espaços de poder: presidência e vice-presidência da Província (1824-51)

Antes de ser dissolvida em dezembro de 1823, a Assembleia Constituinte conseguiu discutir, aprovar e promulgar uma lei de caráter provisório, em 20 de outubro daquele ano, cujo

¹⁸¹ Era filho do português Dr. Antônio José de Sousa e da ituana Gertrudes Solidônia de Cerqueira. Nascido em Itu, em 1791, teve uma vida política bastante ativa na Província de São Paulo, tendo sido eleito deputado para as Assembleias Constituintes de Lisboa (1821) e do Brasil (1823). Após o restabelecimento da Câmara dos Deputados, em 1826, Paula Sousa teve assento em três legislaturas da Assembleia-Geral, além de outras três legislaturas na Assembleia Provincial (1835-41). Tal como ocorrera com Nicolau Vergueiro, Paula Sousa foi escolhido Senador por São Paulo, em 1828 e, além de todos esses cargos, ainda fez parte dos Conselhos Gerais da Província entre as décadas de 1820-30. Foi casado com d. Maria de Barros Leite, filha do capitão Antônio de Barros Penteado e irmã de Antônio Pais de Barros, o Barão de Piracicaba. Assim como outras famílias da região, sua família também adotou a estratégia dos casamentos endogâmicos para ampliar e/ou manter a fortuna familiar, tendo estabelecido laços de parentesco com os Penteado/Pais de Barros e, também, com os Sousa Queirós. Todos grandes proprietários e produtores de açúcar na região do “quadrilátero”. Faleceu no Rio de Janeiro, aos 16 de abril de 1851, aos 60 anos de idade. [Ver Manoel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos... Op. Cit.*, v. 2, p. 287-288].

¹⁸² De todos, apenas Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva não fez o curso de Direito, formando-se em Filosofia Natural (Ciências), em 1798.

¹⁸³ Embora não estivesse entre os deputados paulistas eleitos para as Assembleias Constituintes, Rafael Tobias de Aguiar já era um dos votantes da comarca de Itu, juntamente com Vergueiro, Paula Souza e Feijó. Segundo Dolhnikoff, enquanto Tobias de Aguiar permaneceria cuidando dos interesses do grupo em São Paulo, Feijó, Vergueiro e Paula Souza lançaram-se à política nacional, sendo estes últimos nomeados Senadores, ainda durante o Primeiro Reinado e, Feijó, eleito ao posto de Regente Uno, em 1835. [Ver Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial... Op. Cit.*, p. 30].

objetivo era “dar forma aos governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e um Conselho¹⁸⁴”. Ao abolir as Juntas Provisórias, a lei confiava o executivo do governo provincial a um Presidente a ser nomeado pelo imperador, o que desagradou e gerou muitos protestos dos deputados constituintes¹⁸⁵.

De modo geral, os presidentes da Província eram homens que não faziam parte da elite provincial, uma vez que era bastante comum o governo central nomear para o cargo políticos naturais de outras províncias, que desempenhariam um papel similar ao de delegado do governo central na região. Contudo, no que diz respeito à Província de São Paulo, pode-se dizer que esta foi uma exceção importante, ao menos no período que vai de 1824 a 1851.

Se a regra era nomear alguém de fora da Província e promover uma grande rotatividade no preenchimento do cargo em busca de garantir a fidelidade dos homens escolhidos para a função, como bem observou Dolhnikoff¹⁸⁶, em São Paulo, alguns presidentes nomeados pelo imperador eram naturais da própria Província ou haviam se radicado nela. Estes homens, aliás, foram os que mais tempo permaneceram no cargo se comparados aos nomeados naturais de outras províncias.

Entre 1824 e 1851, dezessete homens foram nomeados para a posição de presidente da Província de São Paulo, como se pode observar no quadro disponível no Anexo nº9. Dentre esses presidentes, quatro (23,5%) eram paulistas ou tinham sua vida política e econômica ali sediada: Rafael Tobias de Aguiar¹⁸⁷, natural de Sorocaba; Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, natural de São Paulo; José da Costa Carvalho, nascido em Salvador, mas radicado em São Paulo¹⁸⁸; e Vicente Pires da Mota, natural de São Paulo.

¹⁸⁴ Cf. Lei de 20 de outubro de 1823 que dá forma aos Governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e um Conselho. In: *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1823*. Parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 10-15.

¹⁸⁵ Segundo Dolhnikoff, a criação do cargo de presidente da Província havia sido discutida durante as sessões da Assembleia Constituinte, de 1823, e apresentada como Projeto de Lei pelo deputado paulista Antônio Carlos de Andrada e Silva. Embora alguns deputados houvessem discursado contra a criação do cargo por considerarem-no um instrumento do despotismo, uma ingerência ilegítima do Rio de Janeiro na administração provincial, a maioria acabou votando pela aprovação do projeto, criando o cargo que existiu durante todo o período imperial, inclusive durante as Regências. [Ver Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial...* Op. Cit., p. 100-101].

¹⁸⁶ Cf. Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial...* Op. Cit., p. 102.

¹⁸⁷ Rafael Tobias de Aguiar nasceu na então vila de Sorocaba, em 4 de agosto de 1793. Foi um dos principais nomes da política paulista da primeira metade do Oitocentos. Herdou grande fortuna de seu pai, Antônio Francisco de Aguiar, que durante quase toda sua vida foi arrematador de diversos impostos ligados ao tráfego e comércio de muare e gado no Caminho do Sul. Segundo o historiador Carlos de Almeida Prado Bacellar, Tobias de Aguiar manteve a grande rivalidade que seu pai formou com Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape, no negócio da cobrança de impostos. Já na política provincial, além de ser eleito várias vezes como membro dos Conselhos Provinciais, ocupou a presidência da Província em duas oportunidades e elegeu-se para diversas legislaturas da Assembleia Legislativa Provincial, constituindo-se em figura proeminente do Partido Liberal em São Paulo. Foi casado com Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, com quem teve quatro filhos. Faleceu em 7 de outubro de 1857, a bordo de uma embarcação a caminho do Rio de Janeiro, onde tratava a enfermidade que acabou o vitimando. [Ver Antônio Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos...* Op. Cit., p. 197-199. Ver também: Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001, 108].

¹⁸⁸ José da Costa Carvalho, futuro marquês de Monte Alegre, nasceu na Bahia em 1796. Era filho de José da Costa Carvalho e de d. Inês Maria da Piedade Costa. Em 1819, forma-se em Direito pela Universidade de Coimbra e logo

Ao se levar em conta apenas o tempo que ocuparam a presidência da Província entre 1824-51, somados os períodos dos quatro presidentes destacados acima, estes ocuparam o cargo durante 113 dos 329 meses, isto é, praticamente nove anos e meio dos vinte e sete em análise, ou ainda, um terço do tempo, como ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Tempo (em meses) em que a presidência da Província foi ocupada por políticos paulistas

Mesmo desconsiderando o tempo em que a presidência foi ocupada pelos vice-presidentes, seja em razão de ausências dos presidentes ou pelos períodos de sucessão presidencial, tais números já bastariam para questionar a ideia de que a elite provincial não ocupava a chefia do executivo, já que, ao menos em São Paulo, ela esteve no poder por mais de um terço do tempo entre 1824-51.

Destaque especial para o sorocabano Rafael Tobias de Aguiar, que ocupou o cargo por 50 meses em duas oportunidades: uma durante praticamente toda a primeira metade da década de 1830 (11/1831 - 05/1835), e outra por quase um ano (08/1840- 07/ 1841). Também cabe destacar a gestão do padre Vicente Pires da Mota, natural de São Paulo, que esteve frente à província por 35 meses entre outubro/1848 e agosto/1851.

retorna ao Brasil, iniciando carreira como juiz de fora da cidade de São Paulo, onde também atuou como ouvidor em 1821-22. Em julho de 1822, casou-se com d. Genebra de Barros Leite (1782-1836), viúva do brigadeiro Luís Antônio de Sousa – sogra de Francisco Inácio de Sousa Queirós, irmã de Antônio Pais de Barros e Cunhada de Francisco de Paula Sousa e Mello –, estabelecendo laços de parentesco com boa parte dos produtores de açúcar paulista, passando, ele próprio, a grande proprietário de engenhos e fazendas nas vilas de Itu e São Carlos (Campinas). Em 1827, fundou a primeira tipografia de São Paulo, com oficina própria, responsável pela publicação do periódico *Farol Paulistano*, órgão liberal de São Paulo, que redigiu junto com Antônio Mariano de Azevedo Marques (1797-1844), o mestrinho. Foi agraciado com o título de barão de Monte Alegre, em 1841, passando a visconde (1843) e marquês com o mesmo nome, em 1854. Faleceu em São Paulo, em setembro de 1860, sem deixar descendência. [Ver Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos...* Op. Cit., vol. 1, p. 56-57. Ver também: Carlos Oberacker Júnior. *A Província de São Paulo de 1819 a 1823...* Op. Cit., p. 120].

Quanto ao perfil sócio-profissional dos presidentes da Província de São Paulo, vale dizer que a maioria dos indivíduos nomeados pelo governo central para ocuparem o cargo, era composta por magistrados ou militares, perfazendo um total de 82,4% dos indivíduos que tinham essas funções como atividade principal.

Quadro 1: Distribuição sócio-profissional dos Presidentes da Província de São Paulo (1824-51)

Ocupação Principal	# Presidentes	%
Magistrados	8	47%
Militares	6	35%
Negociantes/Grandes proprietários	2	12%
Eclesiástico	1	6%
Total Geral	17	100%

Além de magistrados e militares, também havia a presença de negociantes, grandes proprietários e um padre secular, mas estes eram exceções. Os paulistas eram justamente essas exceções, como Rafael Tobias de Aguiar, negociante e arrematador de impostos no Registro de Sorocaba¹⁸⁹; José da Costa Carvalho, negociante e proprietário de fazendas no “quadrilátero do açúcar” e Vicente Pires da Mota (1799-1882), padre e professor da Academia de Direito.

Com relação à idade dos presidentes ao assumirem seus cargos, a grande maioria estava entre os 36 e os 45 anos de idade, configurando uma média etária de 42 anos. Apenas um presidente ocupou o cargo com menos de trinta anos de idade, Venâncio José Lisboa, com 28 anos ao assumir. Dentre os mais velhos, quatro contavam mais de cinquenta anos¹⁹⁰. A maioria dos presidentes (10/17) havia nascido na última década do século XVIII, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 2: Distribuição dos presidentes da Província de São Paulo segundo a década em que nasceram.

Década de Nascimento	# Presidentes	%
1761-90	3	18%
1791-00	10	59%
1801-20	3	18%
N/d	1	6%
Total Geral	17	100%

¹⁸⁹ Conquanto as principais atividades de Rafael Tobias de Aguiar fossem ligadas ao comércio de tropas de muare e gado e o arremate de impostos em Sorocaba, convém assinalar que sua família foi um dos casos notáveis na adoção do estabelecimento de laços de parentesco como estratégia para ampliar e manter o patrimônio familiar. Quatro irmãs de Rafael Tobias de Aguiar se casaram com membros da família Pais de Barros, permitindo aos sorocabanos se aventurarem na lavoura açucareira. Por sua vez, os Pais de Barros também estabeleceram laços com outras famílias produtoras de açúcar, como o casamento de Genebra de Barros Leite com o opulento brigadeiro Luís Antônio de Sousa, proprietário de várias fazendas na região de Campinas, ou ainda, outra filha, Maria, que foi casada com o senador Francisco de Paula Sousa e Mello, também natural de Itu. [Ver Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Viver e sobreviver em uma vila colonial... Op. Cit.*, p. 108-109. Ver também: Eudes Campos Jr. Os Pais de Barros e a Imperial cidade de São Paulo. In: *Informativo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis*. 3(16): jan/fev 2008, p. 1-5].

¹⁹⁰ Casos de Manoel Theodoro Araújo de Azambuja (51), Manoel da Fonseca Lima e Silva (51), Lucas Antônio Monteiro de Barros (56) e Miguel de Souza Mello e Alvim (57).

A maior parte dos presidentes, portanto, nasceu antes da entrada do século XIX (13/17), isto é, todos contavam mais de vinte e dois anos quando o Brasil se tornou independente. Homens já amadurecidos e, de modo geral, com bastante experiência administrativa quando assumiram seus cargos. A maior parte havia iniciado suas carreiras como agentes da Coroa, tendo ocupado algum cargo na administração de suas respectivas capitanias durante a desintegração do Antigo Sistema Colonial. No âmbito provincial, por outro lado, todos os presidentes tiveram contato apenas com uma São Paulo já integrada ao mercado mundial pela exportação de produtos agrícolas, como o açúcar, o algodão e o café. Guardavam pouca, ou nenhuma lembrança da antiga Capitania que dependia da mão-de-obra indígena até mesmo para subir e descer a Serra do Mar. A São Paulo em que viveram, aquela da última década do século XVIII e primeiras do XIX, havia sido profundamente transformada pela incorporação de milhares de braços africanos e pela introdução do latifúndio.

Quando retornou a São Paulo em 1819, após 36 anos em viagem pela Europa, José Bonifácio de Andrada e Silva reagiu da seguinte maneira ao reencontrar sua província natal:

[...] Se eu pudesse alguma coisa para com Deus, lhe rogaria quisesse dar muita geada anualmente nas terras de serra acima [o planalto paulista], onde se faz o açúcar, porque a cultura da cana tem sido muito prejudicial aos povos. [...] Os meus paulistas, quão diferente os achei do que os deixei! Só conservam a antiga valentia para a guerra, em tudo o mais estão com os mesmos vícios do que o resto do Brasil¹⁹¹.

Nascido em 1763, portanto, membro de uma geração anterior à maior parte dos presidentes paulistas da primeira metade do Oitocentos, Bonifácio via a diminuição da lavoura de subsistência e o consequente encarecimento de seus produtos; a introdução de escravos africanos e o crescimento dos latifúndios, como mudanças extremamente prejudiciais aos paulistas. Mudanças que teriam sido responsáveis pela corrupção dos costumes e a devastação das matas, como explicou Dolhnikoff¹⁹².

No entanto, os presidentes e vice-presidentes que assumiram a Província a partir de meados da década de 1820, estavam familiarizados justamente com outra Capitania. Aquela que devia muito de seu vigor à exportação do açúcar e ao comércio de tropas de muares e gado que vinham pelo caminho do Sul para serem vendidos na feira de Sorocaba. Esses homens, diferentemente de Bonifácio, encontraram o caminho para o porto de Santos pavimentado e repleto de tropas de mulas – e não índios – a transportar todo o tipo de mercadoria e gente. Eram homens, portanto, que vivenciaram o processo de “interiorização da metrópole¹⁹³”.

¹⁹¹ Cf. Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio... Op. Cit.*, p. 94.

¹⁹² *Idem*, ibidem.

¹⁹³ Cf. Maria Odila Leite da Silva Dias. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, p. 19.

2.2.1 Os vice-presidentes da Província de São Paulo (1824-49)

Ao vice-presidente da Província cabia governá-la em caso de ausência do presidente ou quando havia um intervalo de tempo decorrente entre a saída de um e a posse do novo presidente nomeado pelo regente ou imperador. Entre 1824-49, nove vice-presidentes assumiram a administração provincial paulista. Em geral permaneceram poucos meses no cargo. No entanto, diferentemente dos presidentes, os vices eram parte da elite provincial, isto é, estavam vinculados aos interesses dos grupos que detinham a hegemonia política e econômica em São Paulo.

Antes da reforma constitucional promovida pelo Ato Adicional de 1834, a escolha de quem deveria ocupar a vice-presidência era regulada pela lei de 20 de outubro de 1823, que instituiu a Presidência da Província e seu Conselho. Assim, no período compreendido entre 1824-34, o cargo de vice-presidente da província deveria recair sobre o conselheiro que obtivesse o maior número de votos entre os membros eleitos para o Conselho da Presidência.

Após o Ato Adicional, com a criação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, a cada nova legislatura os próprios deputados provinciais deveriam escolher seis dentre eles que poderiam exercer o cargo de vice-presidente. O presidente se incumbia de enviar essa lista ao ministro de Negócios do Império que era quem determinava a ordem a ser cumprida em caso de sucessão¹⁹⁴. O Anexo nº10, ao fim desta dissertação, traz a um quadro contendo a relação de todos os vice-presidentes que assumiram o governo da Província entre 1824-50.

Por esta relação, percebe-se que os vice-presidentes foram bastante atuantes na Província de São Paulo, especialmente nos primeiros dez anos (1824-34) quando, somando-se o período em que eles ocuparam a presidência da Província, verifica-se um total de 41 meses – praticamente três anos e meio –, o que equivale a mais de um terço de todo período marcado pela atuação dos Conselhos Provinciais, como se verá mais adiante. Para o período subsequente (1835-51), isto é, após a extinção dos Conselhos e a criação da Assembleia Legislativa, com sua nova forma de escolher os vice-presidentes, houve uma diminuição no tempo em que estes chefiaram o executivo provincial, assumindo o cargo apenas por dezoito meses, ou um ano e meio do total dos dezesseis deste período.

Assim, levando-se em conta todo o período de 1824-51, os vice-presidentes ocuparam a presidência por quase cinco anos (59 meses). Dos nove vice-presidentes destacados no quadro acima, os que mais tempo ocuparam a chefia do Executivo paulista individualmente foram o bispo diocesano Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (22 meses em quatro oportunidades¹⁹⁵), e Luiz Antônio Neves de Carvalho (13 meses em duas oportunidades¹⁹⁶).

¹⁹⁴ Cf. Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial...* Op. Cit., p. 103.

¹⁹⁵ Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (17??-1847), natural da Ilha da Madeira, filho de Nicolau Gonçalves de Andrade e d. Maria de Andrade, formou-se em cânones pela Universidade de Coimbra, em 1796 e, no ano seguinte,

No que se refere aos grupos sócio-profissionais a que pertenciam os vice-presidentes da Província de São Paulo, destacam-se quatro militares (Luiz Antônio Neves de Carvalho, Joaquim José Moraes de Abreu, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto e Joaquim Floriano de Toledo), dois padres seculares (Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade e Vicente Pires da Mota), um negociante (Francisco Antônio de Sousa Queirós), um doutor em direito (Manoel Joaquim de Ornellas), além de José Manoel de França, o qual não se identificou uma ocupação além de sua vida política¹⁹⁷.

Se, individualmente, os vice-presidentes da Província permaneceram pouco tempo ocupando o cargo de chefia do executivo provincial, no conjunto, os mesmos permaneceram no cargo por aproximadamente cinco, dos vinte e sete anos que marcam o período que vai de 1824-51. Acrescentando-se à este tempo os anos em que a presidência da Província esteve oficialmente a cargo de lideranças locais, como visto anteriormente, verifica-se um salto de cinco para dezesseis anos e três meses ou, se preferir, mais que a metade de todo o período analisado (60,2%). Além disso, nomes como Vicente Pires da Mota, Francisco Antônio de Sousa Queirós, futuro Barão de Sousa Queirós, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto e Joaquim Floriano de Toledo, confirmam como a vice-presidência era, de fato, um cargo ocupado por homens que faziam parte de grupos que detinham a hegemonia política e econômica da Província, estando totalmente vinculados aos interesses desses grupos.

foi enviado a São Paulo para ocupar a posição de arcediogo na Sé daquela cidade. Entrou em confronto com o então capitão-general e governador de São Paulo, Antônio Manoel de Mello, e teve que regressar a Lisboa para se defender das acusações. Retorna a São Paulo apenas em dezembro de 1802, junto com o recém-nomeado governador e capitão-general Antônio José da Franca e Horta. Por mais de vinte anos foi Vigário Geral do Bispo d. Matheus de Abreu Pereira e após a morte deste, em 1824, foi eleito vigário capitular e, em 1826, bispo diocesano, sendo sagrado na sede do Rio de Janeiro. Como vice-presidente da província de São Paulo, ocupou o a presidência em quatro oportunidades, de 18 de abril a 5 de outubro de 1828, de 10 de março a 10 de agosto de 1829; de 15 de abril de 1830 a 05 de janeiro de 1831 e, por fim, de 17 de abril a 20 de junho de 1831. Faleceu na cidade de São Paulo, aos 26 de maio de 1847. [Ver Eugênio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo. Período Monárquico: 1822-1889*. São Paulo: Seccção de Obras D' O Estado de S. Paulo, 1926, p. 767-768. Ver também Manoel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos... Op. Cit.*, v. 2, p. 99-100].

¹⁹⁶ Luiz Antônio Neves de Carvalho (1767-1831), natural do Porto, foi um militar enviado à América portuguesa como oficial do exército português, servindo na guarnição da vila de Santos, onde obteve reforma no posto de coronel. Teve sua posse e exercício como presidente da província dificultada por oposição de membros do chamado "partido brasileiro", precisando da intervenção de José Bonifácio de Andrada e Silva em seu favor. Em 1824, tendo se aproximado do grupo dos Andradas, foi eleito o conselheiro mais votado para a 1ª Reunião do Conselho da Presidência da Província. Por esta razão, exerceu o posto de vice-presidente da província, tendo ocupado efetivamente a presidência por treze meses durante a gestão de Lucas Antônio Monteiro de Barros (1824-27) em duas oportunidades: ente abril e setembro de 1826; e de abril a dezembro de 1827. Faleceu em 1831, aos 64 anos de idade. [Ver Eugênio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo... Op. Cit.*, p. 765].

¹⁹⁷ José Manoel de França (17??-1852), natural de Guaratinguetá, era filho do capitão-mor daquela vila, Manoel da Costa. Após herdar grande fortuna de seu pai, mudou-se para São Paulo, onde ocupou diversos cargos políticos, tais como vereador da Câmara Municipal, eleitor de paróquia, membro dos Conselhos da Presidência e Geral, além de deputado provincial e vice-presidente da Província. Faleceu na cidade de São Paulo a 9 de maio de 1852. [Ver Manoel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos... Op. Cit.*, v. 2, p. 60-61].

2.3 Espaços de poder: Conselhos Provinciais (1824-1834)

Durante o Primeiro Reinado e os primeiros anos da Regência, os Conselhos Provinciais – Conselho da Presidência e Conselho Geral – juntamente com a Presidência da Província, formavam os principais espaços institucionais da política local. O Conselho da Presidência, como bem apontou Carlos Eduardo França de Oliveira, consistia em um braço do executivo provincial, cuja atuação política acabou por extrapolar a condição de órgão meramente consultivo, firmando-se como contraponto à ação política do Presidente da Província. Juntamente com o Conselho Geral, ambos funcionaram como os principais canais de representatividade política em nível provincial até a criação das Assembleias Legislativas, em 1835¹⁹⁸.

2.3.1 O Conselho da Presidência da Província de São Paulo

Instituído por lei de 20 de outubro de 1823, o principal objetivo do Conselho da Presidência da Província era “dar forma aos governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e um Conselho¹⁹⁹”. Se, por um lado, ao abolir as Juntas Provisórias a lei confiava o governo provincial a um presidente, que deveria ser indicado pelo imperador, por outro, ela também criava um Conselho, que deveria ser composto por seis membros e seus respectivos suplentes, a serem eleitos nas províncias segundo a mesma regra para a escolha dos deputados a tomarem assento na Assembleia-Geral. A direção desse Conselho era atribuída ao presidente da Província que, juntamente com um Secretário de Governo – também nomeado pelo imperador – e um vice-presidente, cujo cargo recairia sobre o conselheiro mais bem votado entre os eleitos, comporiam o Governo provincial.

O Conselho não tinha um caráter permanente e suas sessões ordinárias deveriam ser convocadas uma vez por ano segundo as circunstâncias de cada Província. As reuniões do Conselho tinham duração prevista para dois meses, podendo ser prorrogadas por mais um mês. Além disso, poderia haver a ocorrência de sessões extraordinárias convocadas pelo presidente da Província no decorrer do ano.

Sobre o Conselho da Presidência, França de Oliveira chama atenção que esse espaço de poder, diferentemente do que se possa imaginar, não constituía um órgão meramente consultivo. Ao contrário, em matérias que fossem de sua competência, o Conselho possuía “voto deliberativo” em

¹⁹⁸ Cf. Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa... Op. Cit.*, p. 10-14.

¹⁹⁹ Cf. Lei de 20 de outubro de 1823 que dá forma aos Governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e um Conselho. In: *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1823*. Parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 10-15.

relação ao presidente. Este último tinha a competência de “despachar e decidir por si só” apenas os negócios os quais a lei de 1823 não prescrevesse a cooperação do Conselho²⁰⁰.

Segundo o artigo 24, havia dezesseis “objetos” que demandavam “exame e juízo administrativo” do Conselho da Presidência. Dentre os quais se destacam:

- *Fomentar a agricultura, comércio, indústria, artes, salubridade e comodidade geral;*
- *Promover a educação da mocidade;*
- *Propor obras novas, e conserto das antigas, e arbítrios para isso, cuidando particularmente na abertura de melhores estradas e conservação das existentes;*
- *Formar censo e estatística da província;*
- *Promover as missões e catequese dos Índios, a colonização dos estrangeiros, a laboração das minas, e o estabelecimento de fábricas minerais nas Províncias metalíferas*²⁰¹.

Embora não possuísse poder deliberativo em relação à criação de tributos e demais políticas fiscais, questões importantes para uma maior autonomia provincial, o Conselho da Presidência “abarcava um conjunto de atribuições político-administrativas que seriam essenciais na configuração dos cenários políticos provinciais do Primeiro Reinado e início das Regências, notadamente no tocante ao estabelecimento de vínculos entre os poderes locais e central²⁰²”.

No período decorrido entre 1824-34 foram eleitos 33 conselheiros que ocuparam assentos em três reuniões do Conselho da Presidência da Província. O primeiro, que funcionou efetivamente de 1824-30, se instalou na cidade de São Paulo a 20 de outubro de 1824, tendo sido eleitos seis conselheiros efetivos, tal como previa o regulamento, além de seus respectivos suplentes (doze nos seis anos em que funcionou). Já a segunda reunião do Conselho, que funcionou de 1830-33, elegeu os seis membros efetivos, e outros catorze suplentes. Por fim, a terceira reunião, instalada em 1834, contou com seus seis membros efetivos e apenas cinco suplentes no curto período em durou. O quadro disponível no Anexo nº11, ao final dessa dissertação, traz a relação dos 33 conselheiros que tomaram assento no Conselho da Presidência, destacando suas ocupações e locais de origem.

Na composição dos membros eleitos para as três reuniões do Conselho, percebe-se uma forte presença de dois grupos: os militares e os grandes proprietários, senhores de engenhos e negociantes, cada qual com doze conselheiros. Juntos, os representantes desses dois grupos ocuparam praticamente 73% de todos os assentos do Conselho da Presidência.

Dentre os negociantes e grandes proprietários, os interesses dos produtores de açúcar estavam diretamente representados por pelo menos sete conselheiros: Manoel Rodrigues Jordão, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José da Costa Carvalho, Francisco Inácio de Sousa Queirós, Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, Diogo Antônio Feijó e Rafael Tobias de Aguiar. Além

²⁰⁰ Cf. Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa...* Op. Cit., p. 105.

²⁰¹ Cf. Lei de 20 de outubro de 1823 que dá forma aos Governos das Províncias, criando para cada uma delas um Presidente e um Conselho. In: *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1823*. Parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 12-13.

²⁰² Cf. Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa...* Op. Cit., p. 107.

disso, convém recordar que no grupo dos militares também havia indivíduos relacionados à produção e comércio do açúcar, casos de José Pedro Galvão de Moura Lacerda e Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, que estabeleceu laços de parentesco com o Senador Vergueiro²⁰³.

Em menor número encontram-se os eclesiásticos (6/33), além daqueles que se dedicavam à magistratura e ao funcionalismo público, isto é, os rábulas, bacharéis e doutores em Direito (3/33). Dentre estes últimos, destacavam-se o português Manuel Joaquim de Ornellas (17??-1830); o carioca Manuel da Cunha de Azeredo Sousa Chichorro (1775-1839) e Antônio Mariano de Azevedo Marques, o mestrinho²⁰⁴.

A presença desses jurisconsultos em instituições desta natureza era fundamental, pois desempenhavam o papel de interpretar as leis vigentes para que se pudessem dirimir as dúvidas durante as sessões do Conselho e, enfim, propor novos projetos de lei, bem como encaminhar os conflitos e tensões na esfera jurídico-administrativa provincial.

Convém assinalar que não se deve deixar enganar pelo baixo número de conselheiros cuja função principal era dedicada ao exercício do Direito, já que se somavam a esses três os padres Vicente Pires da Mota e Manuel Joaquim Amaral Gurgel, recém-formados pela Academia de Direito de São Paulo, o tenente-general José Arouche de Toledo Rendon, o Senador Vergueiro e José da Costa Carvalho, todos formados em Coimbra, elevando o número dos especialistas em Direito para oito conselheiros. O quadro a seguir traz a distribuição dos conselheiros segundo o grupo sócio-profissional a que pertenciam quando se reuniu o Conselho da Presidência.

²⁰³ Bernardo José Pinto Gavião Peixoto nasceu na cidade de São Paulo, em 17 de maio de 1791. Dedicou-se desde muito cedo à carreira militar, atingindo o posto de brigadeiro. Era filho de d. Maria da Anunciação Pinto Moraes Lara e do marechal José Joaquim da Costa Gavião, um militar português de origem fidalga em Portugal. Foi importante nome da vida política provincial, tendo sido eleito membro do Conselho da Presidência da Província nas três reuniões e membro do Conselho Geral. Foi nomeado para ocupar o cargo de presidente da Província entre agosto de 1836 e março de 1838. Assumiu novamente a presidência entre novembro de 1847 a maio de 1848 quando o presidente Manoel Fonseca Lima e Silva deixou o cargo. Foi eleito deputado à Assembleia-Geral e Provincial de São Paulo por várias legislaturas nas décadas de 1830-40. Casou-se na vila de Piracicaba, em 1819, com d. Anna Policena de Vasconcellos, irmã de Maria Angélica de Vasconcellos, casada com o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Estreitou ainda mais os laços familiares com o senador Vergueiro quando uma de suas filhas, Maria Umbelina Gavião Peixoto, casou-se com um dos filhos de Vergueiro, o comendador José Pereira de Campos Vergueiro, proprietário de fazendas na região de Campinas. Faleceu na cidade de São Paulo, a 15 de junho de 1859. [Ver Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos... Op. Cit.*, vol. 1, p. 133-134. Ver também: Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*. Vol. 2. São Paulo: Duprat & Comp., 1904, p. 179-229].

²⁰⁴ Nascido em São Paulo, a 27 de junho de 1797, Antônio Mariano de Azevedo Marques muito cedo se destacou no cultivo às letras. Aos 15 anos de idade já era provido pelo bispo de São Paulo ao cargo de professor de latim aos jovens do coro da Catedral da Sé, ocasião em que ganhou a alcunha de mestrinho pela qual ficou conhecido por toda a vida. Em 1828 foi nomeado professor de retórica da Academia de Direito, em São Paulo e, simultaneamente, matriculou-se no curso jurídico para obter grau de doutor. No entanto, após cursar quatro anos, abandonou o curso sob a alegação de que nada tinha a aprender ali e de que o curso lhe tomava tempo da advocacia. Foi membro do partido conservador e ocupou cargos de juiz de paz, vereador, conselheiro da presidência e conselheiro geral, deputado provincial e ainda foi secretário de governo. Faleceu ainda muito jovem, no Rio de Janeiro, aos 9 de setembro de 1844. [Ver Manuel Eufrásio de Azevedo Marques. *Apontamentos históricos... Op. Cit.*, v. 1, p. 70-72].

Quadro 3: Distribuição sócio-profissional dos membros do Conselho da Presidência da Província (1824-34).

Ocupação	1a. Reunião		2a. Reunião		3a. Reunião	
	Conselheiros	%	Conselheiros	%	Conselheiros	%
Militares	7	39%	8	40,0%	3	27%
Negociantes; grandes proprietários; Senhores de engenhos.	7	39%	5	25,0%	4	36%
Eclesiásticos	2	11%	5	25,0%	3	27%
Acadêmicos (bacharéis, doutores e especialistas em Direito).	2	11%	2	10,0%	1	9%
Total Geral:	18	100%	20	100%	11	100%

Interessante observar como este quadro permite captar a inversão que houve na representatividade entre os dois principais grupos sócio-profissionais que ocupavam este espaço de poder provincial durante o Primeiro Reinado e primeiros anos da Regência. Enquanto nas primeiras reuniões do Conselho a maioria dos membros era composta por militares, que chegaram a obter na segunda reunião uma proporção de 40% em relação aos 25% do grupo de negociantes, grandes proprietários e senhores de engenho, já na última reunião, eleita durante o período Regencial, a representatividade desses últimos já era maior que a dos militares, isto é, 36% contra 27%.

Tal reversão indica uma tendência na diminuição da presença de militares em instituições de poder provincial na transição do Primeiro para o Segundo Reinado. Isso pode se explicar pelo prestígio que os militares gozavam enquanto agentes da Coroa exercendo posições-chaves nos espaços de poderes locais das sociedades de Antigo Regime. Isso vale tanto no âmbito das vilas onde se estabeleciam, nas quais frequentemente ocupavam os postos de capitão-mor, quanto no âmbito da burocracia da administração da Capitania, onde eram nomeados para cargos de direção das fábricas estatais, das estradas, dos aldeamentos indígenas, para governarem praças militares ou, até mesmo, para o governo de outras capitanias da América portuguesa.

Mesmo após a Independência do Brasil e a criação de novas instituições de poder local com cargos eletivos, como o Conselho da Presidência, era natural que esses militares – até mesmo os portugueses que permaneceram e juraram a Constituição brasileira – mantivessem seu prestígio junto ao pequeno Colégio Eleitoral formado pelos eleitores paroquiais e de comarca. Estes foram os casos de Cândido Xavier de Almeida e Sousa²⁰⁵, José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834), além do português Luís Antônio Neves de Carvalho. No entanto, conforme esses militares foram

²⁰⁵ Natural de São Paulo, em 1748, este militar foi incumbido pelo então governador de São Paulo, o Morgado de Mateus, da exploração de terrenos para alargamento dos domínios portugueses. Descobriu, em 8 de setembro de 1770, os campos de Guarapuava, cujos planos foram mandados levantar pelo coronel de engenheiros João da Costa Ferreira por Carta Régia de 5 de novembro de 1808. Em 1783, apresentou uma planta do rio Paraná, desde a barra do Iguatemi até a cachoeira, a duas léguas, ao sul do rio Igueri. Esteve em grande evidência nos sucessos políticos ocorridos em S. Paulo em 1822, tendo feito parte da junta governativa da dita Província. Faleceu na cidade de Santos, em 1831. [Ver Coronel Laurênio Lago. *Brigadeiros e Generais de d. João VI e d. Pedro I no Brasil: dados biográficos (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda, 1941, p. 17-18].

morrendo no decurso das décadas de 1830-40, suas posições foram gradualmente ocupadas por membros de outros grupos sócio-profissionais, quer os grandes proprietários e negociantes, como se acaba de ver no Conselho da Presidência, quer os bacharéis e doutores em Direito que passam a ganhar espaço na política provincial já nos primeiros anos da década de 1830, quando passam a se formar as primeiras turmas da Academia de Direito de São Paulo.

Em relação à atuação do Conselho da Presidência da Província de São Paulo, esta esteve em plena consonância com as atribuições que lhe foram conferidas pela lei de 1823, especialmente a da primeira reunião, quando ainda não se havia regulamentado o funcionamento dos Conselhos Gerais. Os projetos sugeridos por este Conselho relacionavam-se à infraestrutura de transportes e comunicação da Província, tais como a proposta para abertura de uma estrada entre Sorocaba e o rio Juquiá, outra para o conserto da estrada da Mata, que ligava São Paulo à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, ou ainda, a construção de uma ponte sobre o rio Paraibuna. Também foram sugeridos projetos relativos à educação, ao assentamento de colonos estrangeiros em aldeamentos indígenas nos arredores de São Paulo, ao fomento da agricultura e à mineração (observância da lei que assegurava aos administradores e feitores das fábricas de açúcar a isenção no recrutamento militar) além de outros concernentes à organização política e financeira da Província²⁰⁶.

Era bastante comum que os conselheiros elaborassem projetos propondo melhorias de infraestrutura nas áreas de seu interesse e atuação econômica. Por esta razão, ao se consultar as Atas do Conselho da Presidência, nota-se a preponderância de projetos em localidades como Sorocaba, Itu, Porto Feliz, São Carlos e Jundiaí, dentre outras regiões onde se concentravam as fazendas e negócios da maior parte dos conselheiros supracitados.

Apesar da continuidade de muitos dos conselheiros que tomaram assento entre as três Reuniões deste Conselho, na mudança da primeira para a segunda Reunião, a partir de outubro de 1830, ocorreram alterações importantes na estrutura de funcionamento do órgão, em grande parte, em razão da gradual institucionalização política e jurídica do Império, tais como o fortalecimento político da Assembleia-Geral, a partir de 1826; a criação dos juizados de paz, em 1827 e a regulamentação do funcionamento dos Conselhos Gerais, em 1828. Este último, por exemplo, determinou uma mudança na forma de trabalho do Conselho da Presidência para que se evitasse a sobreposição de competências entre os dois Conselhos²⁰⁷.

A partir de então, o Conselho da Presidência eximiu-se de algumas funções que tinham sido habituais nos seus primeiros anos de funcionamento. Se até 1830, boa parte das sessões era ocupada com a discussão de projetos elaborados pelos conselheiros, em conjunto com o presidente

²⁰⁶ Para uma análise detalhada sobre os projetos e representações propostos durante as reuniões do Conselho da Província, ver a já referida dissertação de Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa... Op. Cit.*, p. 116-126.

²⁰⁷ Cf. Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa... Op. Cit.*, p. 133-134.

da Província, depois desta data há um decréscimo na apresentação de propostas, especialmente aquelas direcionadas às melhorias da infraestrutura da Província. Como aponta França de Oliveira, ao ter diminuída sua função de órgão proponente de projetos de maior alcance, o Conselho da Presidência dedicou-se mais ao encaminhamento de conflitos e tensões surgidos no âmbito da esfera jurídico-administrativa provincial, bem como no intercurso desta com a sociedade²⁰⁸.

Em 1833, houve uma nova eleição para que se escolhessem os membros do terceiro e último Conselho da Presidência da Província, a ser reunido a partir do ano seguinte. Desta vez, a estrutura de funcionamento do órgão pouco foi alterada, muito em função dos conselhos provinciais terem sido extintos pela reforma constitucional promovida pela Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, também conhecida como Ato Adicional. Este determinou que fossem criadas em cada província um novo espaço de poder político, as Assembleias Legislativas Provinciais, concedendo relativa autonomia tributária e política para o órgão, como se verá mais adiante.

2.3.2 O Conselho Geral da Província de São Paulo (1828-1834)

Criados pela Constituição de 1824, os Conselhos Gerais deveriam ser instaurados em todas as capitais do Império a fim de compor a estrutura político administrativa das províncias. Segundo a legislação, os Conselhos das províncias mais populosas, como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, por exemplo, deveriam ser formados por vinte e um membros, enquanto as demais, apenas por treze. A eleição do Conselho se daria da mesma forma como se elegiam os deputados para a Assembleia-Geral e sua vigência deveria ser a mesma dessas legislaturas. Além dos conselheiros, ainda compunham esta instituição um presidente e um secretário que deveriam ser indicados por aclamação pelos membros do Conselho na primeira sessão das reuniões.

No entanto, embora a referida Constituição previsse a criação dos Conselhos Gerais em 1824, estes só se instalaram em agosto de 1828, quando a Assembleia-Geral aprovou um regimento específico que os regulasse. Destarte, até esta data, o Conselho da Presidência da Província foi o único espaço de poder representativo provincial, de modo que a instalação do primeiro Conselho Geral de São Paulo, em dezembro de 1828, determinou que se discutissem as atribuições de cada instituição no intuito de organizá-las a fim de evitar sobreposição de competências.

Assim, as principais atribuições do Conselho Geral eram: “propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes de suas províncias; formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências²⁰⁹”. No entanto, não tinham a atribuição de deliberar

²⁰⁸ Cf. Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa... Op. Cit.*, p. 133-134.

²⁰⁹ Cf. Art. 81. Título 4º: Do Poder Legislativo. Capítulo 5º: Dos Conselhos Gerais da Província e suas atribuições. In: Paulo Bonavides; Roberto Amaral (orgs). *Textos políticos da História do Brasil... Op.Cit.*, p. 183.

sobre propostas que recaíssem sobre a esfera dos interesses gerais da nação, tampouco sobre questões cuja iniciativa caberia exclusivamente à Câmara dos Deputados (art. 83).

Além disso, como bem apontou Dolhnikoff, os Conselhos careciam de autonomia, sendo que suas resoluções deveriam ser encaminhadas para a Assembleia-Geral dos deputados, onde poderiam ser aprovadas ou não, em uma decisão que não caberia recurso. Se a Assembleia não estivesse reunida, as resoluções deveriam ser encaminhadas pelo imperador, que as poderia aprovar ou, se não concordasse com elas, manter em suspenso até que a Assembleia pudesse se manifestar. Além disso, os Conselhos não estavam dotados de competência tributária, sendo os orçamentos discutidos e aprovados em Assembleia-Geral²¹⁰. Portanto, o Conselho Geral não se tratava de um órgão executivo nem, tampouco, legislativo, uma vez que seu caráter era propositivo. De acordo com a estrutura institucional de então, a legislação competia aos deputados da Assembleia-Geral e a execução à presidência da Província.

Também competia aos Conselhos Gerais examinar os provimentos e posturas submetidos pela municipalidade, bem como fiscalizar e aprovar a economia e administração política dos municípios. Tais atribuições foram conferidas ao Conselho pela Lei de 1º de outubro de 1828, que dava novo funcionamento às Câmaras Municipais, subordinando-as ao Conselho Geral. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, esta lei deu impulso ao processo de declínio dos corpos municipais, que havia se iniciado com a Constituição de 1824 e seria concluído pelo Ato Adicional²¹¹.

Assim, entre 1828-34 foram eleitas três reuniões para o Conselho Geral da Província. A primeira se instalou em 1º de dezembro de 1828, tendo sido escolhidos vinte e um conselheiros efetivos, além de seis suplentes que assumiram as cadeiras nos dois anos em que esta reunião durou. Por sua vez, a segunda reunião teve uma vigência maior, reunindo-se entre dezembro de 1830 e janeiro de 1833, para a qual também foram eleitos vinte e um membros efetivos, e doze suplentes assumiram cadeiras vagas nos três anos em que este Conselho se reuniu. Por fim, a terceira reunião se instalou no final de 1833, com vinte membros efetivos e nenhum suplente tomou assento, uma vez que o Conselho foi extinto no ano seguinte. O quadro que consta no Anexo nº12, ao final dessa dissertação, traz a relação dos 48 conselheiros que assumiram assentos nos Conselhos Gerais da Província entre 1828-34.

De princípio, cabe apontar que mais de um terço dos conselheiros (16/48) já havia assumido assento no Conselho da Presidência da Província, no entanto, observa-se que começam a surgir novos nomes no cenário político provincial, especialmente a partir dos primeiros anos da

²¹⁰ Cf. Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial...* Op. Cit., p. 60.

²¹¹ Para Sérgio Buarque de Holanda, a Lei de 1º de outubro de 1828, “reduz afinal as Câmaras, em seu artigo 24, a ‘corporações meramente administrativas’, sem qualquer jurisdição contenciosa [e] vem atender, por um lado, e consagrar esses ideais”. Refere-se aqui aos ideais liberais que marcaram a elaboração da Constituição de 1824, e exigiam uma clara distinção de funções entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. [Ver Sérgio Buarque de Holanda. *A herança colonial – sua desagregação...* Op. Cit., p. 30].

década de 1830. São jovens egressos das primeiras turmas da Academia de Direito de São Paulo tais como José Antônio Pimenta Bueno, 26 anos ao tomar assento na segunda reunião do Conselho, Fernando Pacheco Jordão (28), Manuel Dias de Toledo (28), além de membros do eclesiástico que também frequentaram a Academia, caso dos padres Manuel Joaquim do Amaral Gurgel (31) e Vicente Pires da Mota (31), bem como do bispo José Antônio dos Reis²¹² (32).

Quanto aos locais de origem ou interesse econômico dos conselheiros, há uma preeminência de indivíduos ligados à cidade de São Paulo (35%), neste caso destacam-se os grupos dos acadêmicos, padres seculares e bispos que ali se concentravam. Além disso, alguns dos negociantes de grosso trato e grandes proprietários do quadrilátero do açúcar também tinham residência naquela cidade, casos de Manuel Rodrigues Jordão, José da Costa Carvalho e Francisco Inácio de Sousa Queirós, por exemplo. O gráfico abaixo ilustra bem a distribuição dos membros do Conselho Geral segundo suas localidades de origem ou interesse econômico.

Gráfico 2: Representatividade do Conselho Geral da Província segundo a área de origem ou interesse econômico dos conselheiros eleitos (1824-34).

Além de São Paulo e do quadrilátero do açúcar, vê-se que a representatividade de conselheiros ligados ao Vale do Paraíba também é significativa. Dentre estes podem se destacar os padres Inácio Marcondes de Oliveira Cabral e Valério de Alvarenga Ferreira, este último

²¹² Nascido em São Paulo, em 1798, José Antônio dos Reis já havia tomado as ordens sacras quando se matriculou no Curso Jurídico, e, 1828. Destacou-se como um dos melhores alunos, tendo recebido prêmio por seu mérito. De origem humilde, trabalhou inicialmente como fiscal da Câmara Municipal e, mais tarde, na recém-instituída biblioteca pública. Enquanto estudava na Academia, foi eleito juiz de paz e membro da segunda reunião do Conselho Geral da Província (1830-33). Em 21 de novembro de 1832, recém-formado e já nomeado bispo para a diocese de Cuiabá, pediu demissão de seus cargos públicos para retirar-se da Província, dando entrada em sua diocese em 27 de novembro de 1833. Ainda foi eleito deputado por São Paulo junto à Assembleia-Geral. Faleceu em Cuiabá, aos 14 de novembro de 1876, após um episcopado de 44 anos. [Ver Spencer Vampré. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. 2ª ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Conselho Federal de Cultura: 1977, vol. 1, p. 80].

proprietário da fazenda Rio Claro, em Paraibuna; além do tenente-coronel Antônio José de Macedo Sampaio, grande proprietário e arrematador de impostos em Cunha, e o coronel Joaquim Silvério de Castro Sousa Medronho, proprietário de uma fazenda de café na vila de Bananal²¹³.

Uma região da Província com poucos conselheiros, mas com participação importante na proposição de projetos durante as reuniões do Conselho Geral era a do Sul. Seus principais representantes estavam ligados ao comércio das tropas de muares e gado, bem como ao arremate de impostos nos registros espalhados pelo caminho que ligava a Província do Rio Grande de São Pedro a Sorocaba. Este é o caso do curitibano Lourenço de Sá Ribas²¹⁴, de Rafael Tobias de Aguiar e de João da Silva Machado, o Barão de Antonina²¹⁵.

Cabe ainda destacar a baixa representatividade dos políticos de Santos em ambos os Conselhos Provinciais. Certamente isto está relacionado ao antagonismo entre os irmãos Andrada e o imperador já a partir de 1823, culminando com a prisão e o exílio de José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos, na França. Tendo os Conselhos se estabelecido a partir de 1824, não surpreende a baixa representatividade dos santistas, especialmente se comparados aos resultados obtidos nas eleições para deputados das Assembleias Constituintes de Portugal e do Brasil.

Quanto à distribuição dos membros do Conselho segundo os grupos sócio-profissionais, em relação aos grupos que ocuparam assentos no Conselho da Presidência, houve apenas a eleição de dois médicos-cirurgiões que foram classificados no grupo dos acadêmicos, junto com os bacharéis e doutores em Direito. O quadro a seguir mostra a distribuição dos conselheiros segundo essa classificação.

²¹³ Pouco se sabe sobre o coronel Joaquim Silvério de Castro e Sousa Medronho. Nascido no ano de 1789, na província de Minas Gerais, foi proprietário de uma fazenda na vila de Bananal, onde também ocupou o cargo de prefeito, em 1835. Também foi eleito deputado na primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial (1835-37) e ocupou o cargo de juiz suplente na comarca de Barra Mansa após o ano de 1842 [Ver Luiz Gonzaga da Silva Leme. *Genealogia Paulistana*. Vol. 6. São Paulo: Duprat & Comp., 1905, p. 380-381. Ver também: Carlos Eugênio Marcondes Moura. *O Visconde de Guaratinguetá: Um Fazendeiro de Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002. p. 63].

²¹⁴ Membro de família poderosa na então vila de Curitiba, Lourenço Pinto de Sá Ribas trabalhou como sócio de Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape, no ramo do arremate dos dízimos do imposto do Cubatão de Paranaguá e na arrecadação da Vila do Príncipe (atual Lapa-PR). Ocupou diversos cargos políticos na região, tais como vereador e presidente da Câmara. Foi eleito para ocupar assento no Conselho da Presidência e, também, para duas reuniões do Conselho Geral (1828-33). Deputado provincial em São Paulo em duas legislaturas. [Ver Maria Theresa S. Petrone. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 49].

²¹⁵ Nascido em 7 de junho de 1782, na vila de Taquari, Província do Rio Grande de São Pedro, João da Silva Machado exerceu muitas atividades. Iniciou como tropeiro vendendo mulas e gado na feira de Sorocaba. Na carreira militar, já ocupava o posto de sargento-mor na Vila do Príncipe, em 1816. Na vida política, tornou-se eleitor pela comarca de Paranaguá, em 1821, e a partir de então passa a ser eleito para uma série de cargos na esfera provincial. Elegeu-se para a segunda reunião do Conselho Geral e, também, para deputado provincial nas quatro primeiras legislaturas da Assembleia paulista (1835-1843). Participou diretamente nos eventos da chamada Revolta Liberal, de 1842, tendo contribuído para debelar os revoltosos. Por sua participação, foi agraciado pelo imperador d. Pedro II com o título de Barão com grandeza de Antonina, em 1843. Também teve atuação destacada em um projeto que visava desmembrar a comarca de Curitiba e Paranaguá do território de São Paulo, visando à criação de uma nova província. O projeto foi bem sucedido e, em 1853, nascia a Província do Paraná. Como reconhecimento por sua atuação, João da Silva Machado foi escolhido pelo imperador para ocupar um assento no Senado Imperial pela nova Província do Paraná, em 1854, permanecendo no cargo até o ano de 1875, quando faleceu na cidade de São Paulo, aos 19 de março.

Quadro 4: Distribuição dos membros do Conselho Geral da Província de São Paulo segundo seus grupos sócio-profissionais (1828-34).

Ocupação	Conselheiros	%
Militares	13	27%
Eclesiásticos.	13	27%
Acadêmicos (médicos, bacharéis e doutores em Direito).	13	27%
Negociantes; grandes proprietários e senhores de engenho.	9	19%
Total Geral	48	100%

É curioso observar como a representatividade de cada grupo sócio-profissional estava bastante equilibrada nos Conselhos Gerais da Província, havendo o mesmo número de conselheiros em três das quatro categorias relacionadas. Chama atenção que o grupo dos negociantes, grandes proprietários e senhores de engenho foi o que teve menor representatividade, com apenas 19% de todos os conselheiros.

No entanto, ao se observar as diferentes composições dos grupos no decorrer das três reuniões, verifica-se uma tendência de forte alta na representatividade dos acadêmicos, de estabilidade no grupo dos eclesiásticos, de ligeira baixa no grupo dos negociantes e grandes proprietários e de forte queda na dos militares. O gráfico a seguir ilustra bem essa dinâmica.

Gráfico 3: Representatividade dos grupos sócio-profissionais no Conselho Geral da Província de São Paulo (1828-34).

Tal como já ocorrera com os membros do Conselho da Presidência, houve uma mudança expressiva no perfil sócio-profissional dos conselheiros no decurso das três reuniões do Conselho

Geral. Se os militares eram maioria na primeira reunião, com 37% de todos os membros do Conselho, passaram a ser minoria na terceira, quando contavam apenas com 10% dos conselheiros eleitos em 1833. No sentido oposto, o grupo dos acadêmicos (bacharéis, doutores em Direito e médicos) saltou dos 11% na primeira reunião, para 50% de todos os conselheiros eleitos para a última reunião.

Tal constatação indica um processo de diminuição da participação de militares nos espaços de poder provincial em São Paulo durante a transição do Primeiro para o Segundo Reinado, sendo estes substituídos, em boa medida, por jovens estudantes da Academia de Direito de São Paulo, muitos deles, filhos de negociantes, grandes proprietários e senhores de engenho, portanto, diretamente relacionados aos interesses do ramo de negócio de suas famílias.

Quanto aos projetos propostos pelo Conselho Geral destacam-se algumas propostas de lei relativas à melhoria da educação na Província, incluindo a criação de uma cadeira de medicina e cirurgia na cidade de São Paulo, feita por Amaral Gurgel; propostas para a catequese e “civilização” dos índios no Sul da Província; a criação de uma tipografia nacional em São Paulo, por José da Costa Carvalho e a elevação de capelas em freguesias e de freguesias em vilas²¹⁶. Todavia, menos da metade das propostas encaminhadas pela primeira reunião do Conselho Geral foi aprovada pela Assembleia-Geral e sancionada pelo imperador. Índices ainda menores se verificaram em relação às propostas submetidas pelas segunda e terceira reuniões do Conselho²¹⁷.

Viu-se, portanto, que a Lei de 20 de outubro de 1823, que deu forma aos governos provinciais ao instituir a presidência da Província e seu Conselho, bem como a Constituição de 1824 e a legislação que regulamentou o funcionamento dos Conselhos Gerais, subordinando, inclusive, os corpos municipais à esfera de poder provincial, foram alguns dos instrumentos legais que institucionalizaram novos espaços de poder entregues às elites locais. Trata-se, desta maneira, de um processo de ocupação desses espaços por grupos da elite paulista que se inicia com a formação do Governo Provisório e as eleições para deputados das Assembleias constituintes de Portugal e do Brasil, como se viu. Processo que ganhou cores ainda mais vivas após a reforma constitucional promovida pelo Ato Adicional, momento em que começam a funcionar as Assembleias Legislativas Provinciais com autonomia suficiente para que seus deputados pudessem legislar sobre seu próprio orçamento e tributação, dentre outras matérias.

²¹⁶ Durante a sessão de encerramento da primeira reunião do Conselho Geral, em fevereiro de 1830, os trabalhos e esforços dos conselheiros foram elogiados pelo então presidente da Província, José Carlos Pereira de Almeida Torres, para quem o órgão muito havia se esforçado para a “melhora da infraestrutura da Província, mais especificamente a preocupação com as estradas, a instrução primária e a inserção do indígena na economia provincial”. [Ver Carlos Eduardo França de Oliveira. *Poder local e palavra impressa... Op. Cit.*, p. 174-178].

²¹⁷ *Idem*, ibidem.

2.4 Espaços de poder: a Assembleia Legislativa Provincial (1835-49)

Após a abdicação de d. Pedro I, em 1831, e já sob o governo da Regência Trina²¹⁸, os deputados da Assembleia-Geral, juntamente com os senadores, passaram a discutir a reforma de uma série de artigos da Constituição que visavam, sobretudo, limitar o poder moderador e conceder maior autonomia aos poderes locais em relação ao governo central. No entanto, como aqueles parlamentares não haviam sido eleitos com poderes para fazer emendas na Constituição, tal como previa a legislação vigente, realizaram o debate e estabeleceram as alterações que deveriam ser realizadas na Constituição, determinando que estas fossem sancionadas pela legislatura seguinte²¹⁹.

Dentre os artigos que foram objeto de intenso debate na Assembleia-Geral e no Senado, estavam aqueles referentes ao funcionamento dos Conselhos Gerais da Província, os quais se pretendia extinguir para dar lugar às novas Assembleias Legislativas Provinciais, dotadas de maior autonomia administrativa²²⁰. Sancionado pela Assembleia a 12 de agosto de 1834, o Ato Adicional conferiu certo grau de autonomia às elites locais e, simultaneamente, vinculava a ação política desses grupos ao aparelho de Estado central. Como explica Dolhnikoff, através desta iniciativa o governo do Rio de Janeiro delegou às províncias parte do poder administrativo que deveria ser exercido pelo grupo dominante em cada região. No entanto, diferentemente do que ocorreu durante o Primeiro Reinado, os novos espaços de poder provincial seriam dotados com capacidade tributária, legislativa e coercitiva, fator preponderante para que a participação das elites locais no poder fosse marcada pela busca da conciliação com o governo do Rio de Janeiro²²¹.

Segundo o texto do Ato Adicional, o poder legislativo provincial poderia ser composto por duas casas, uma vez que previa a criação de um Senado para a Província, formado por indivíduos eleitos em seus municípios. No entanto, era obrigatória apenas a formação da Assembleia Legislativa, cujos membros deveriam ser eleitos para representar não apenas sua localidade, mas os interesses de toda a Província.

²¹⁸ Eleita em 1831 pelos deputados da Assembleia-Geral, a Regência Trina Permanente foi composta pelo maranhense João Bráulio Muniz; pelo baiano radicado em São Paulo, José da Costa Carvalho; e pelo fluminense Francisco de Lima e Silva, tendo permanecido no poder até 1834.

²¹⁹ Por esta razão, os deputados tiveram que sancionar a Lei de 12 de outubro de 1832, na qual relacionavam os artigos da Constituição que deveriam ser reformados na legislatura seguinte (1834-36), além de ordenar aos eleitores que passassem a procuração a seus representantes conferindo-lhes a atribuição de procederem as referidas emendas constitucionais. [Ver Lei de 12 de outubro de 1832. Ordena que os eleitores para deputados da seguinte Legislatura, lhes confiram nas procurações, faculdade para reformarem alguns artigos na Constituição. In: *Colecção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 106-107].

²²⁰ Para uma abordagem mais detalhada acerca dos debates em torno da reforma constitucional, ver Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial... Op. Cit.*, p. 81-99.

²²¹ Cf. Miriam Dolhnikoff. *Caminhos da conciliação: o poder provincial paulista (1835-1850)*. São Paulo, 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 10-24.

O número de deputados de cada Província deveria ser proporcional à sua população. As de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, por exemplo, deveriam ser compostas por 36 deputados, enquanto outras províncias menos populosas contariam com 28 ou 20 representantes. Estes, por sua vez, seriam escolhidos através do mesmo processo indireto pelo qual se elegiam os deputados para a Assembleia-Geral, isto é, cada eleitor votaria no número de deputados provinciais a ser eleito, e não apenas em um nome. Assim, buscava-se garantir que apenas os candidatos capazes de obter votos em diferentes pontos da Província ocupariam o cargo²²².

Em seu artigo quarto, o Ato Adicional ordenava que as eleições fossem realizadas “imediatamente depois de publicada esta reforma²²³”. Na Província de São Paulo, por exemplo, ela demorou um pouco mais para se realizar, tendo ocorrido apenas em 16 de dezembro de 1834. No entanto, um mês após as eleições, aos 30 de janeiro de 1835, a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo já se encontrava reunida em uma das salas do antigo palácio do Governo, dando início aos trabalhos de suas primeiras sessões preparatórias, nas quais os deputados indicariam os nomes do presidente e dos secretários que comporiam a mesa diretora da casa²²⁴.

Os artigos 9º, 10º e 11º regulavam as atribuições e competências das Assembleias Legislativas, sendo sua função “propor, discutir e deliberar na conformidade dos artigos 81, 83, 84, 85, 86, 87 e 88 da Constituição²²⁵”. Trata-se, portanto, de um órgão de caráter deliberativo e não apenas propositivo, como eram os Conselhos Gerais. Dentre as principais competências das Assembleias Legislativas Provinciais sancionadas pelo Ato Adicional, destacam-se:

- Sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província;
- Sobre a instrução pública e instrumentos próprios a promovê-la;
- Sobre a polícia e a economia municipal;
- Sobre a fixação das despesas provinciais e municipais e os impostos para elas necessários;
- Sobre a criação e supressão de empregos municipais e provinciais;
- Sobre as obras públicas, estradas e navegação no interior da respectiva província.

²²² Para Dolhnikoff, o propósito dos legisladores que redigiram o Ato Adicional era o de criar uma representação provincial formada apenas por deputados que tivessem influência política fora dos limites de seus municípios, isto é, que fossem “capazes de selar alianças nas diversas localidades”. [Ver Miriam Dolhnikoff. *O Pacto Imperial...Op. Cit.*, p. 97-99].

²²³ Cf. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p. 15-23.

²²⁴ Eugenio Egas e Oscar Mello reconstituíram os Anais da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo no período de 1835-1881 e, na esteira da comemoração pelo centenário da independência do Brasil, publicaram o resultado de laborioso trabalho em vários volumes que, doravante, serão referidos como Anais da ALPSP, juntamente com o ano referente ao volume consultado. [Ver Eugenio Egas; Oscar Motta Mello (orgs.). *Anaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, reconstituição desde 1835-1881*. São Paulo: Typographia Piratininga; Secção de Obras d’ “O Estado de S.Paulo”, 1923-1926. (Coleção de Obras da Assembleia Legislativa de São Paulo), vol. 1835, p. 30-34].

²²⁵ Cf. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834... Op. Cit., p. 17-18.

- Promover cumulativamente com a Assembleia e o Governo gerais a organização da estatística da Província, a catequese e a civilização dos indígenas e o estabelecimento de colônias²²⁶.

Vê-se, portanto, que a partir de 1835, grupos da elite local, através de seus representantes na Assembleia Legislativa Provincial, passou a gozar de uma autonomia que jamais tivera no período anterior (1821-34). Agora, ela poderia legislar para criar seus próprios impostos e determinar o orçamento provincial e municipal, isto é, indicar as prioridades nas quais o governo deveria investir os recursos arrecadados. Aqui as obras públicas merecem destaque, uma vez que o Ato Adicional determina como responsabilidade das Assembleias a construção e manutenção de obras como estradas, pontes e ranchos nas margens destes caminhos, por exemplo. Em São Paulo, como se verá adiante, uma das prioridades de todas as legislaturas que tomaram assento durante o período examinado foi justamente a de instituir e/ou ampliar a arrecadação dos impostos para investir os recursos arrecadados na manutenção e expansão da rede viária provincial. Esta, por sua vez, era considerada chave para a ampliação das receitas da Província.

Cabe ainda destacar a autonomia conquistada para formar e manter sua própria força policial, o que era extremamente importante para garantir a ordem da Província e, sobretudo, a arrecadação dos tributos. Além disso, os deputados provinciais ainda teriam competência para criar e suprimir empregos provinciais e municipais, o que sempre foi uma importante moeda política muito bem explorada pelos deputados na conquista de apoios de grupos locais para seus projetos.

2.4.1 Sobre o processo de formação dos partidos políticos brasileiros durante a Regência.

Antes de se passar a análise da composição das legislaturas da Assembleia Provincial, cabe destacar que o período da Regência marca o início do processo de formação dos partidos políticos no Brasil. Embora já fosse possível identificar a ocorrência de grupos ou associações políticas mesmo antes da Independência, ao se levar em consideração o sentido técnico constitucional, como bem apontou Afonso Arinos de Melo Franco, não se podem denominar tais grupos de partidos políticos, mas sim de facções ou núcleos que se distribuíam segundo as duas grandes tendências naturais de então: uma que visava fortalecer e outra que visava limitar o poder da Coroa. Tratavam-se, portanto, de facções ou grupos a serem “classificados genericamente como ‘governo’ ou ‘oposição’, nunca como partidos²²⁷”.

Ainda segundo Arinos, no Direito Constitucional o partido organizado pressupõe a existência de uma Constituição e, a rigor, a existência do regime representativo. Deste modo, no

²²⁶ Cf. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834... Op. Cit., p. 17-22.

²²⁷ Cf. Afonso Arinos de Melo Franco. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 25-27.

Brasil só se poderia falar em partidos políticos após a Constituição ter sido outorgada e o Parlamento ter começado a funcionar, portanto, a partir de 1826. No entanto, a etapa de organização dos partidos como instrumentos de ação política só se faria perceptível mais adiante, durante a Regência. Assim, tomando como base os textos de Américo Brasiliense e Joaquim Nabuco²²⁸, Melo Franco aponta que a organização dos dois principais partidos brasileiros durante o período imperial não teria se dado de forma simultânea.

Para Melo Franco, o partido Liberal teria se formado a partir de um processo de concentração na Câmara desde a Abdicação, em 1831, até se tornar na maioria de 1834, que culminou com a reforma constitucional pelo Ato Adicional, quando teria adquirido uma forma estável. Já o Partido Conservador teria se formado da união dos “Liberais da direita e antigos restauradores da esquerda”, tendo seu processo de formação se iniciado a partir das eleições para a Assembleia-Geral, de onde saiu a Câmara de 1838, que elaborou a lei de interpretação do Ato Adicional, de 1840²²⁹.

Cabe fazer uma ressalva aqui, de que não se está tentando buscar a “certidão de nascimento” desses dois partidos políticos brasileiros, uma vez que se entende, tal como apontou Erik Hörner, que esse “bipartidarismo monárquico” trata-se de uma construção ideológica realizada por autores e políticos da segunda metade do século XIX, ao tentarem reconstituir através de suas obras o cenário político do período regencial. Tem-se, portanto, uma clara noção de que Liberal e Conservador são “nomes de períodos posteriores projetados nos últimos anos da Regência²³⁰”. O cenário político dos anos finais da Regência e do início do Segundo Reinado era bem mais complexo, contemplando a atuação de outros grupos com interesses e projetos distintos, além de uma frequente mudança de “tendência política” entre alguns dos principais nomes desses dois grupos que, em dado momento, deixavam a fileira do chamado “Partido Liberal” para se juntar aos “Conservadores”, e vice-versa.

Desta forma, ao invés de se utilizar os termos “liberais” e “conservadores” para a designação desses grupos políticos, optou-se pelo emprego de “minorias” ou “maiorias”, que é a designação comum encontrada na documentação para referir-se à composição da Assembleia Legislativa Provincial, isto é, a maioria identificada como o grupo que estava ao lado do Governo

²²⁸ Cabe destacar que as obras de Américo Brasiliense e Joaquim Nabuco utilizadas por Melo Franco como fontes para sua análise, foram produzidas já no último quartel do século XIX no intuito de reconstituir o cenário político do período regencial. Ambas tinham natureza bastante distintas. Enquanto Brasiliense buscava resgatar os “programas” dos partidos políticos nascidos no período regencial, Nabuco descrevia o contexto político das décadas de 1830-40 ao traçar a biografia de seu pai, político de atuação destacada na segunda metade do século XIX. As obras citadas por Melo Franco são: Américo Brasiliense. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Rio de Janeiro: Seckler, 1878; Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

²²⁹ Cf. Afonso Arinos de Melo Franco. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. Op. Cit., p. 27-36.

²³⁰ Cf. Erik Hörner. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. In: Izabel Andrade Marson; Cecília H. L. de S. Oliveira. *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 213-240.

em uma dada legislatura, enquanto a minoria era a oposição. No limite, como sugere Hörner, também se pode empregar os termos que os periódicos da época utilizavam para identificar os grupos de indivíduos que pensavam e agiam de forma semelhante. No final da década de 1830, em São Paulo, utilizava-se a denominação de “Partido Paulista”, em referência ao que a historiografia convencionou chamar de “liberais”, e “Partido da Ordem”, em alusão aos “conservadores”²³¹.

2.4.2 Os deputados provinciais

Ao analisar as listas dos deputados eleitos entre os anos de 1835-49, verificou-se a ocorrência de eleições para a formação de sete legislaturas no período, cada qual com duração de dois anos, com exceção da primeira que durou três (1835-37). Para ocuparem assentos nessas legislaturas, foram eleitos 146 deputados e suplentes que assumiram seus postos na Assembleia. Praticamente a metade destes (49%) se elegeu apenas para uma legislatura, enquanto na outra ponta, dois deputados foram escolhidos para seis das sete legislaturas analisadas. O quadro a seguir mostra a quantidade de deputados eleitos segundo o número de legislaturas que exerceram no período.

Quadro 5: Quantidade de legislaturas exercidas por deputados que assumiram cadeiras na Assembleia Legislativa da Província de São Paulo (1835-49).

Legislaturas	Deputados	Porcentagem
1	72	49%
2	31	21%
3	20	14%
4	16	11%
5	5	3%
6	2	1%
7	0	0%
7	146	100%

Fonte: AH-ALESP. *Deputados do período imperial*. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/base_de_dados/imperio/imperio_deputados.html>. Acesso em: 15/08/2013]

Observa-se que praticamente 30% do total de deputados eleitos exerceram três ou mais legislaturas no período, o que indica um papel destacado destes indivíduos no cenário político provincial logo após a conquista da relativa autonomia política e tributária. Será justamente sobre estes homens que se fará a análise do perfil da Assembleia Legislativa Provincial, uma vez que estes foram os nomes que mais conseguiram mobilizar o pequeno Colégio Eleitoral a quem se dirigiam em torno de suas ideias e projetos políticos. Projetos estes, bem conhecidos pelo público

²³¹ No entanto, como lembra o próprio Hörner, ainda que a imprensa empregasse tais denominações, seu uso se revela bastante “frágil”, pois “estava longe de traduzir um entendimento consolidado sobre o funcionamento da política” e, mais ainda, os chamados “partidos” não possuíam “qualquer organização centralizada ou propostas unificadas”. [Ver Erik Hörner. A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. In: *Almanack Brasiliense*, n. 5, mai. 2007, p. 76-77].

de *votantes* e *eleitores* em razão da circulação de periódicos identificados como órgãos de grupos com destacada atuação na política provincial, muitos deles redigidos por lideranças desses grupos, tais como o *Observador Paulistano*, redigido possivelmente por Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, nome destacado do chamado “Partido Paulista”, ou *A Phenix*, redigido por Joaquim José Pacheco, um dos líderes do “Partido da Ordem”²³².

O quadro que consta no Apêndice I, ao final dessa dissertação, traz a relação dos 43 deputados eleitos para tomarem assento em três ou mais legislaturas na Assembleia Provincial paulista. Por este quadro, logo se observa que alguns nomes que vinham participando da política provincial desde o começo da década de 1820, continuaram sendo eleitos, desta vez, para ocuparem assentos nas legislaturas da Assembleia Provincial. Casos de Nicolau Vergueiro, Paula Souza, Tobias de Aguiar, Pais de Barros e os irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, estes últimos retomando as atividades políticas na Província após período de exílio. No entanto, notam-se algumas ausências importantes nesta lista, como as de Manuel Rodrigues Jordão, Francisco Inácio de Sousa Queirós, Diogo Antônio Feijó e José da Costa Carvalho, por exemplo²³³.

Na Assembleia Legislativa, esses homens com larga vivência política nos espaços de poder provincial, se tornaram lideranças que atraíam muitos dos jovens deputados recém-saídos da Academia de Direito e que estavam ingressando na carreira política, cooptando-os para atuarem em conformidade com os projetos de seus grupos. O grupo formado por Vergueiro, Paula Sousa, Feijó, Gavião Peixoto e Tobias de Aguiar era o chamado “Partido Paulista”. Com eles ainda se alinhavam, até o princípio dos anos 1840, José da Costa Carvalho, João da Silva Machado e os irmãos Andrada, para citar apenas os principais nomes do grupo.

Não parece acertado realizar uma classificação dos deputados da Assembleia paulista segundo sua orientação político-partidária entre 1835-49, especialmente porque nos primeiros cinco ou oito anos desse período, os partidos políticos ainda estavam em processo de formação, como já apontado. Sequer havia um programa muito bem definido ou propostas unificadas e muitos desses deputados mudaram de grupo político no decurso dos anos. José da Costa Carvalho, por exemplo, alinhado com o grupo de Tobias de Aguiar até o começo dos anos 1840, se tornaria, poucos anos mais tarde, em uma das lideranças do chamado “Partido da Ordem”. O mesmo ocorrendo com João

²³² Cf. Erik Hörner. *A luta já não é hoje a mesma... Op. Cit.*, p. 74-75.

²³³ Jordão e Sousa Queirós não foram eleitos, pois ambos já haviam falecido quando a Assembleia Legislativa Provincial foi criada. O primeiro em 1827 e o segundo em 1830. Diogo Antônio Feijó foi eleito para duas legislaturas da Assembleia paulista: a primeira (1835-37) e a quarta (1842-43), mas faleceu no final de 1843. José da Costa Carvalho, no entanto, foi diferente. Elegeu-se para duas legislaturas no período, a primeira (1835-37) e a quinta (1844-45), e ocupou a presidência da Província justamente quando estourou a chamada “Revolta Liberal”, em 1842. A partir de então, ao que parece, preferiu deixar o âmbito da política provincial para se dedicar à esfera nacional. Foi Senador pela Província do Sergipe, tendo exercido o cargo de 1839 até o ano de sua morte, em 1860; ocupou por onze anos o Conselho de Estado (1842-53), tendo também sido nomeado para os cargos de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império entre 1848-52.

da Silva Machado e José Antônio Pimenta Bueno. No entanto, e apenas como uma referência, pode-se classificar os deputados por legislatura, e não no período total, segundo seu alinhamento momentâneo com projetos defendidos por certos grupos políticos como os “partidos” supracitados. Mais adiante, quando se estiver analisando a atuação da Assembleia Legislativa Provincial, especialmente nas primeiras três legislaturas, se procederá esta classificação entre Partido Paulista e Partido da Ordem.

Quanto à distribuição dos deputados segundo os grupos sócio-profissionais, como já vinha ocorrendo nas últimas reuniões do Conselho Geral da Província, o grupo dos acadêmicos aparece com grande destaque em relação aos demais (53%). O quadro a seguir mostra a distribuição dos deputados segundo esta classificação.

Quadro 6: Distribuição dos deputados que exerceram três ou mais legislaturas na Assembleia Legislativa Provincial segundo os grupos sócio-profissionais (1835-1849).

Ocupação Principal	# Deputados	%
Acadêmicos (bacharéis, doutores, médicos, rúbulas, professores).	23	53%
Negociantes; grandes proprietários; senhores de engenho.	10	23%
Eclesiásticos	6	14%
Militares	4	9%
Totais	43	100%

Conquanto o grupo dos negociantes, grandes proprietários e senhores de engenho figure com menos deputados que o grupo dos acadêmicos, isso não significa que sua representatividade tenha diminuído nessa esfera do poder, já que muitos dos doutores e bacharéis em direito que se tornaram deputados neste período, eram herdeiros dos negociantes e grandes proprietários que, com a fortuna que amealharam, enviaram seus filhos para estudarem em Coimbra ou na Academia de Direito de São Paulo. Nesta cidade, muitos se dedicaram à carreira política ou à magistratura, no entanto, mantiveram os negócios e as fazendas de açúcar da família, tais como Fernando Pacheco Jordão, José Manuel da Fonseca e Manuel Dias de Toledo, por exemplo.

Em menor quantidade, o grupo dos eclesiásticos era representado por seis deputados (14%), dos quais Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, Vicente Pires da Mota e Ildefonso Xavier Ferreira (1795-1871) eram os principais expoentes. Já entre os militares, com apenas quatro deputados nos quinze anos analisados (9%), o destaque segue sendo o brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, eleito para quatro legislaturas no período e nomeado para presidente da Província (1836-38), foi figura de importância no grupo liderado por Rafael Tobias de Aguiar, assim como o tenente-coronel Joaquim Floriano de Toledo, que também tomou assento em quatro legislaturas no período e, por muitos anos, exerceu o posto de Secretário do Governo paulista.

Em relação à representatividade das diferentes regiões da Província na Assembleia Legislativa segundo os locais de origem e/ou interesse econômico dos deputados eleitos, verificou-se a maior incidência de parlamentares nascidos ou radicados na cidade de São Paulo. Vinte deputados se enquadram nessa categoria, dos quais a maior parte é formada por acadêmicos e eclesiásticos. Casos de Gabriel José Rodrigues dos Santos, Antônio Mariano de Azevedo Marques e Carlos Carneiro de Campos, dentre os acadêmicos, ou Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, Ildefonso Xavier Ferreira e Vicente Pires da Mota, dentre os padres e bispos.

Em seguida vêm os deputados que representam a região do quadrilátero do açúcar (12/43). Neste grupo, além daqueles mesmos nomes que vinham atuando ativamente nos espaços de poder provincial desde a década de 1820, isto é, Nicolau Vergueiro, Francisco de Paula e Sousa e Antônio Pais de Barros, por exemplo, vêm se juntar novas figuras como o doutor em Direito Manuel Dias de Toledo (1802-1874), natural de Porto Feliz e casado com a filha de Francisco Martins Bonilha, grande proprietário da região; Francisco Antônio de Sousa Queirós, o Barão de Sousa Queirós (1806-1891), filho e um dos herdeiros do brigadeiro Luís Antônio de Sousa, negociante e proprietário de diversas fazendas e engenhos nas vilas e freguesias do quadrilátero do açúcar; o ituano Fernando Pacheco Jordão (c. 1800-1858), doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, herdeiro de Elias Antônio Pacheco da Silva, grande proprietário e senhor de engenho em Itu; ou ainda o paulistano José Manuel da Fonseca (1803-1871), filho de Antônio Pacheco da Fonseca, abastado senhor de engenho ituano, também foi enviado a Coimbra, onde se doutorou em Direito, tendo retornado a São Paulo, casando-se com a filha de Antônio de Queirós Teles, o Barão de Jundiáí.

O gráfico a seguir ilustra bem a representatividade das diferentes regiões da Província de São Paulo na composição da Assembleia Legislativa entre 1835-49.

Gráfico 4: Representatividade das regiões da Província de São Paulo entre os deputados que assumiram assentos em três ou mais legislaturas da Assembleia Legislativa Provincial (1835-49).

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de: AH-ALESP. *Deputados do período imperial*. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/base_de_dados/imperio/imperio_deputados.html>. Acesso em: 15/08/2013].

Como pode se observar, além de São Paulo e do quadrilátero do açúcar, o Vale do Paraíba também aparece representado, tendo cinco deputados nascidos na região ou com seus interesses econômicos relacionados à área. Destes destacam-se José Manuel de França (??-1852), natural de Guaratinguetá e herdeiro de um grande proprietário da região, foi eleito para cinco das sete legislaturas do período analisado; o também guaratinguetaense Antônio Clemente dos Santos (1803-1875), grande proprietário nas vilas de Areias, Lorena, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, tendo possuído cerca de 200 escravos trabalhando em suas fazendas; e o padre Manuel de Faria Dória, natural de São Sebastião, com atuação destacada na então freguesia de São José de Paraitinga (atual Salesópolis), sendo considerado um dos fundadores do dito povoado e responsável pela construção do antigo caminho que ligava aquela freguesia ao porto de São Sebastião, conhecido como a “estrada Dória”.

Por fim cabe ainda destacar os deputados naturais ou com interesses na região Sul da Província, ligada ao comércio de tropas de gados e muares. Embora estivessem em menor proporção em relação aos demais, suas imensas fortunas exerciam grande influência na Assembleia. Dentre estes se destacam os já referidos Rafael Tobias de Aguiar e João da Silva Machado, que vinham ocupando os espaços de poderes provinciais desde a década de 1820, assim como o tenente-coronel José de Almeida Leme (1776-1856), grande proprietário na região de Sorocaba que, assim como os demais, também se ocupou da administração das Rendas Gerais e Provinciais.

2.4.3 A atuação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo

De modo geral, viu-se que a Assembleia Legislativa paulista foi ocupada nos quinze primeiros anos de sua existência por doutores e bacharéis em Direito, além de negociantes, grandes proprietários e senhores de engenho. Todos estes, em sua maior parte, ligados à cidade de São Paulo e à região do quadrilátero do açúcar.

Ao se investigar a legislação promulgada pela Assembleia entre 1835-49, verificou-se que foram debatidas, aprovadas e redigidas 385 leis, a maior parte delas voltadas a regular a divisão político-administrativa provincial, a instrução pública e a construção de obras públicas, tal como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 5: Legislação promulgada pela Assembleia Legislativa da Província de São Paulo entre 1835 e 1849, distribuída segundo o tema sobre o qual tratam as leis.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de: AH-ALESP. *Legislação do período imperial*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/alesp/normas/?tipoNorma=9>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

O gráfico acima mostra que mais da metade de todas as leis promulgadas no período podem ser classificadas em apenas quatro categorias (52%), causando certa surpresa o fato da legislação referente à criação de tributos e regulação do uso das rendas provinciais figurar apenas em quarto lugar nessa lista.

Em primeiro lugar, bem a frente, aparecem as leis que tratavam da elevação de capelas em freguesias ou dessas últimas em vilas e assim por diante. A esse grupo também se somam as leis que determinavam a fixação das divisas entre os municípios. Pela atividade legislativa ao elevar povoados a novas categorias, quer em áreas de antigo povoamento, quer em áreas de avanço recente sobre o sertão, tem-se um indício importante do adensamento populacional em diferentes áreas da Província, cada qual com sua característica própria²³⁴.

Quanto à legislação referente à “instrução pública”, grande parte se destinava ao estabelecimento de escolas de primeiras letras, gramática ou gramática latina nas diferentes vilas da Província, bem como à contratação e pagamento dos professores para nelas atuarem. No entanto, cabe destacar a atuação da Assembleia Legislativa paulista na tentativa de estabelecer duas escolas que buscavam fomentar o desenvolvimento da agricultura na Província²³⁵.

²³⁴ O “Vale do Paraíba”, por exemplo, de povoamento mais antigo, concentrou maior número de elevação de freguesias a vilas e, até mesmo, de algumas vilas em cidades. Quanto ao chamado “Oeste Paulista”, observa-se que houve maior aparecimento de novos núcleos urbanos, especialmente nas regiões de avanço sobre o sertão. Ali, pequenos povoados foram elevados à condição de freguesias, tal como ocorreu com Descalvado e Pirassununga. No entanto, nas áreas de produção de açúcar para exportação, alguns núcleos foram elevados em poucos anos às categorias de freguesia e vila, como ocorreu com Limeira e Rio Claro, por exemplo. Por fim, nos arredores de São Paulo, alguns dos antigos aldeamentos indígenas, classificados pela legislação como capelas curadas, passaram a ser objeto da discussão dos deputados. Estes, ao alegarem que a população dos aldeamentos já havia se misturado aos demais habitantes da região, determinou que aqueles núcleos fossem elevados à categoria de freguesias. Casos de Itapeperica, M’Boy e Itaquaquecetuba, por exemplo.

²³⁵ Das duas leis destacadas acima, uma delas determinava a criação de uma Fazenda Normal próximo à capital, isto é, uma escola destinada a educar crianças a partir dos sete anos de idade, em especial órfãs, para o trabalho com a

Por fim, cabe destacar a legislação referente às “obras públicas” provinciais, objeto de 39 leis no período analisado. Tais leis buscavam, sobretudo, promover o desenvolvimento da infraestrutura viária, cuja importância para a administração já era apontada no discurso que Rafael Tobias de Aguiar, então presidente da Província, fez aos deputados na abertura dos trabalhos da primeira legislatura, em 1835:

[...] Vós não ignoraes que um dos objetos que toca mais de perto a prosperidade da província é o melhoramento das estradas, porquanto sem meio fácio, e barato de transporte, debalde a natureza nos mimoseou com as terras mais fecundas, e todas as produções equinociaes, pois que estas virão a perecer nos celeiros, e o agricultor a abandonar sua fabrica com perda de utensílios, deslocação de capitaes e um novo tirocinio em outro qualquer emprego, e sempre em prejuizo da prosperidade publica. Isto nota-se na producção do assucar, porque tendo-se exportado em 1831, segundo os mappas da administração do Cubatão, 559.420 arrobas, tem diminuído para mais de 80 mil arrobas [...] e por isso espero que o reparo das existentes e abertura de novas merecerão certamente vossa particular attenção²³⁶.

Por este trecho, fica bastante claro a relação que Tobias de Aguiar fazia entre a prosperidade da Província e a condição de sua rede viária, chegando até mesmo a atribuir a responsabilidade da baixa na exportação do açúcar à qualidade das estradas que ligavam a região de produção ao porto de escoamento.

Foi nesse sentido que já no primeiro ano daquela legislatura os deputados discutiram e aprovaram duas leis que visavam resolver os principais problemas com os quais as autoridades provinciais vinham se batendo há décadas, mas que não tinham autonomia suficiente para resolvê-los: um era a falta de recursos para investir na conservação e construção de novas estradas; o outro, a carência de mão-de-obra especializada para a direção das obras públicas provinciais. Para o levantamento de recursos, os deputados aprovaram a Lei nº 11, de 24 de março de 1835, estabelecendo Barreiras nas estradas que cruzavam a Serra do Mar ou que fossem para o Rio de Janeiro²³⁷. Já para a direção das obras públicas, foi aprovado um projeto do deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro que previa a criação de uma escola de engenheiros especializados na construção de estradas. Trata-se da Lei nº 10, de 24 de março de 1835, que criou na capital o Gabinete Topográfico²³⁸.

agricultura (Lei nº 33, de 23 de fevereiro de 1836), e a outra instituía uma escola prática na capital para o ensino da cultura e fabrico do chá (Lei nº 190, de 04 de março de 1842).

²³⁶ Cf. *Anais da ALPSP*, 1835, p. 17-18.

²³⁷ As Barreiras eram postos fiscais criados para taxar o tráfego de animais e pessoas pelos principais caminhos por onde se escoava a produção até os portos exportadores. A renda recolhida com este tributo, segundo a legislação, seria destinada exclusivamente à conservação das estradas já existentes e à construção de novos caminhos. O capítulo seis desta dissertação tratará detalhadamente a respeito do estabelecimento das Barreiras e de seu papel no desenvolvimento da rede viária provincial.

²³⁸ Como se verá no último capítulo desta dissertação, ainda que o Gabinete Topográfico tenha tido uma vida efêmera e intermitente, ela logrou formar uma série de engenheiros que efetivamente trabalharam na direção das obras públicas da Província durante praticamente toda a segunda metade do século XIX.

Não só na primeira, mas no decorrer das demais legislaturas analisadas, uma série de leis buscou atender a essa necessidade de desenvolvimento da rede viária paulista de modos distintos. No caso da obtenção de recursos para o investimento na conservação e construção de novas estradas, além da arrecadação com as Barreiras, os deputados simplesmente destinavam recursos diretamente do caixa provincial para que se construíssem novas estradas.

Cabe observar que os grupos que disputavam este espaço de poder provincial, ao se sucederem na Assembleia, extinguíam, suspendiam ou revogavam algumas das leis promulgadas na legislatura anterior. O caso do Gabinete Topográfico é um exemplo notável disso. Criado na primeira legislatura a partir de um projeto de Nicolau Vergueiro, como se viu, o estabelecimento foi suspenso já no primeiro ano da segunda legislatura (1838), quando a Assembleia passou a ser composta por uma maioria ligada ao chamado “Partido da Ordem”, que fazia dura oposição ao grupo de Tobias de Aguiar, Nicolau Vergueiro, Paula Sousa e Diogo Feijó. Ao invés de investir recursos provinciais na criação de uma escola de engenheiros na capital, preferiam contratar profissionais diretamente da Corte ou mandar trazer do exterior, como de fato fizeram com o engenheiro civil de origem germânica Karl Abraham Bresser, por exemplo, contratado pela administração provincial para dirigir as obras da nova estrada carroçável que se iria construir ligando a capital ao porto de Santos. A terceira legislatura, porém, ao assumir em 1840, reinstituiu o Gabinete Topográfico, contratando como diretor ninguém menos que Daniel Pedro Müller, incumbindo-o de reformular o currículo e os estatutos originais. Após esta reforma, a escola finalmente encontrou alguma continuidade até o ano em que foi definitivamente extinta, em 1849.

Assim, ainda que houvesse grupos dentro dessa elite disputando o espaço de poder provincial, algumas de suas prioridades eram comuns, uma vez que a origem socioeconômica destes grupos não era muito distinta. Quanto à percepção de que o desenvolvimento econômico da Província estava diretamente ligado à ampliação e melhoria da infraestrutura viária, em especial, àquela ligando a região produtora de açúcar ao porto de Santos, não cabia dúvidas e suas divergências eram mais em relação à forma de como atingir este objetivo. Prova disso é a despesa constante e elevada que os deputados das diferentes legislaturas orçavam e efetivamente gastavam com as estradas provinciais, especialmente as que tinham Barreiras instaladas, que eram por onde era transportada a maior parte da produção destinada à exportação.

O quadro abaixo traz uma comparação dos valores efetivamente gastos pela Província nas estradas de Barreira em relação ao total de despesas fixadas pelos deputados para toda a Província.

Quadro 7: Despesas com as estradas de Barreira da Província de São Paulo em comparação ao total das despesas provinciais fixadas pelos deputados da Assembleia Legislativa Provincial (1836-49).

Exercício	Despesas com estradas de Barreira	Totais de despesa provinciais fixada	% Gasto nas estradas de Barreira
1835-36	-	171:323\$600	-
1836-37	64:990\$990	208:145\$330	31%
1837-38	109:739,520	285:791\$420	38%
1838-39	94:895,570	306:708\$440	31%
1839-40	113:605,030	411:828\$230	28%
1840-41	-	203:086\$920	-
1841-42	149:114,300	679:267\$030	22%
1842-43	-	363:078\$520	-
1843-44	-	270:617\$620	-
1844-45	151:553\$010	586:813\$170	26%
1845-46	172:625\$920	585:852\$320	29%
1846-47	179:896\$090	615:132\$330	29%
1847-48	139:869\$060	503:324\$220	28%
1848-49	104:073\$750	451:959\$030	23%
Totais =====>	1.280:363\$240 rs	5.642:928\$180 rs	23%

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Hernani Maia Costa. *As barreiras de São Paulo: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX*. São Paulo, 1984. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p.152 e 207.

Observa-se que independente de qual era a maioria a dominar a Assembleia Legislativa paulista, os gastos efetivos da administração com as estradas manteve-se em uma média superior a 25% de todas as despesas provinciais. Desses gastos, como era de se esperar, os mais avultados eram com a estrada que ligava a capital a Santos. Somente com essa via, eram despendidos de 30 a 50% das despesas totais com estradas. Em 1836, por exemplo, foi fixada a despesa de 36:000\$00 réis com o chamado Caminho do Mar, isto é, mais da metade dos 64:990\$00 réis gastos com todas as estradas de Barreira. No decorrer das legislaturas até o exercício de 1848-49, este percentual variou entre 22 e 58%.

2.5 Autonomia provincial e a construção territorial da Província de São Paulo.

Como se buscou demonstrar neste capítulo, a transição do sistema de governo de Antigo Regime para a monarquia constitucional resultou, na América portuguesa, em um processo de construção de espaços de poderes provinciais entregues à administração das elites locais. Em São Paulo, após uma breve disputa no seio dessa elite pela determinação de como seria configurado estes espaços de poder – a chamada “Bernarda de Francisco Inácio” –, saiu vitorioso o grupo que defendia a manutenção do Brasil ligado a Portugal, mas com a formação de um governo

descentralizado de Lisboa e o príncipe regente no Rio de Janeiro, mantendo a liberdade de comércio entre os portos e as “nações amigas”, afastando-se do modelo de “exclusivo metropolitano colonial” defendido por alguns mercadores de Santos e atravessadores de São Paulo.

Após as Cortes Gerais enviarem as Instruções de como deveria ser formado os Governos Provisórios e eleitos os deputados para a Constituinte portuguesa, alguns membros dessa elite foram escolhidos por seus pares e passaram a ocupar os primeiros espaços de poder provincial. Neste período que antecedeu a Independência, viu-se que os eleitos eram provenientes de dois grupos majoritários: um ligado ao clã dos ilustrados Andrada, representantes e originários de família de negociantes na vila de Santos; e o outro ligado aos negociantes, grandes proprietários e senhores de engenho do “quadrilátero do açúcar”, em especial, os proprietários da vila de Itu. Neste cenário, os militares que tiveram grande prestígio nas administrações do Antigo Regime, mantiveram seu status e o apoio deste setor era fundamental para a sustentação desses indivíduos em suas posições de poder no Governo Provisório de São Paulo.

Com a Independência do Brasil e, especialmente, a partir do estabelecimento da Constituição outorgada de 1824, finalmente foram criadas instituições legais para o exercício do poder provincial em articulação com a Corte, isto é, as províncias passaram a ser administradas por seus presidentes e pelos Conselhos da Presidência. Se o primeiro espaço era de nomeação exclusiva do imperador, o segundo devia ser composto por membros das elites locais, eleitos pelo Colégio Eleitoral de cada Província. Em São Paulo, com o desprestígio dos Andradas junto ao imperador a partir de 1823, estes espaços mantiveram-se ocupados pelos negociantes e grandes proprietários ligados à monocultura açucareira, que dividia o poder com militares, alguns padres seculares de destaque na capital, além dos bacharéis e doutores em Direito, também residentes nesta cidade. No entanto, a partir de 1830 este cenário começa a mudar pela diminuição da presença dos militares nos espaços de poder provincial. Conforme muitos deles iam morrendo, foram substituídos por bacharéis e doutores formados nas primeiras turmas da Academia de Direito de São Paulo, que passaram a se eleger para assentos nos Conselhos Provinciais, especialmente o Conselho Geral, que finalmente passou a funcionar a partir de 1828. Assim, a representatividade dos “acadêmicos” vai aumentando gradualmente até ultrapassar mais de 50% dos assentos no período das Assembleias Legislativas Provinciais.

Diferentemente do sucedido aos militares, o crescimento do grupo dos “acadêmicos” não implicou a diminuição da representatividade dos grandes negociantes e proprietários do “quadrilátero do açúcar”, uma vez que estes bacharéis e doutores em Direito eram, em grande parte, herdeiros daqueles grandes proprietários e mantinham suas fazendas produtivas mesmo residindo em São Paulo. Estes indivíduos formados em Coimbra ou em São Paulo vieram a se juntar à primeira leva de proprietários que o historiador Carlos Bacellar denominou de “absenteístas”, isto é,

“proprietários capitalizados, donos de diversas fazendas, cujos interesses começavam a ultrapassar o limite da agricultura²³⁹”, residindo longe de suas fazendas e envolvendo-se em outras atividades políticas e econômicas²⁴⁰.

Ao ocuparem os Conselhos Provinciais, viu-se que a atuação desses indivíduos estava orientada na proposição de projetos de lei visando o desenvolvimento das áreas onde tinham interesse econômico. Rafael Tobias de Aguiar e o Barão de Antonina, por exemplo, apresentaram projetos para a melhoria da infraestrutura viária na região do Caminho do Sul; já Nicolau Vergueiro, Paula Sousa e José da Costa Carvalho propuseram projetos para investimento nas obras em benefício do escoamento da produção do açúcar, especialmente projetos ligados à melhoria da estrada de São Paulo – Santos. Contudo, ainda faltava-lhes autonomia política e competência tributária para a realização desses projetos. Embora alguns de seus projetos tenham sido levados adiante, viu-se que mais da metade deles jamais chegou a ser sancionado após submissão para análise da Assembleia-Geral ou do Imperador.

No âmbito nacional, todavia, a partir de 1826, quando o legislativo voltou a funcionar, essa mesma elite formada por negociantes e grandes proprietários do “quadrilátero do açúcar” também se elegia para representar a Província junto à Assembleia-Geral e ao Senado Imperial, ganhando trânsito político na Corte. Os tão citados nomes de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Francisco de Paula Sousa e Mello, Diogo Antônio Feijó e José da Costa Carvalho, tiveram papel fundamental nos eventos que culminaram com a Abdicação de d. Pedro I, em 1831, e o começo do período Regencial. Não por acaso, três deles chegaram a ocupar assentos na Regência entre 1831-37, e Diogo Antônio Feijó, foi o primeiro Regente Uno (1835-37).

Este período pós-abdicação, como se sabe, foi marcado pela discussão da reforma constitucional, culminando com o Ato Adicional de 1834. No contexto deste processo que se está analisando, iniciado em 1821 e no qual as elites locais passaram a ocupar os espaços de poder provincial, este é o momento em que ela finalmente conquista uma relativa autonomia política e tributária para a realização dos projetos que consideram prioritários e o desenvolvimento de suas respectivas províncias. Em outras palavras, a partir do momento em que as Assembleias Legislativas Provinciais passaram a funcionar, seus deputados gozavam de autonomia suficiente para legislar com competência para decidir sobre tributação e orçamento provincial, obras e cargos públicos e, até mesmo, a criação de uma força policial.

²³⁹ Cf. Carlos de Almeida Prado Bacellar. *Os Senhores da Terra... Op. Cit.*, p. 120-121.

²⁴⁰ Casos marcantes de bacharéis e doutores que podem ser identificados como “proprietários absenteístas” eram os de Fernando Pacheco Jordão, José Manuel da Fonseca e José Correa Pacheco e Silva, todos eles herdeiros de abastados senhores de engenhos ituanos, residentes fora de suas fazendas e com um perfil próximo ao de proprietários do porte de Nicolau Vergueiro, José da Costa Carvalho, Antônio Pais de Barros, dentre outros.

Como se destacou na parte final deste capítulo, a análise da legislação redigida e promulgada pela Assembleia Legislativa paulista entre 1835-49, indica não apenas uma grande preocupação, mas a prioridade que as obras públicas tiveram dentre os projetos que essa elite pensava para o desenvolvimento econômico da Província. Ainda que grupos dentro dessa elite divergissem na forma de executar esses projetos, se através da criação de uma escola de engenheiros ou da contratação direta de profissionais estrangeiros, por exemplo, não cabe dúvida que a conservação e desenvolvimento da infraestrutura viária eram essenciais.

Não se trata de coincidência, portanto, que tão logo se reuniram os deputados e dentre as primeiras leis discutidas e aprovadas encontram-se o estabelecimento de Barreiras nas principais estradas provinciais; a criação de uma escola de engenheiros construtores de estradas e a elaboração de uma estatística contendo um mapa provincial. Tratam-se dos primeiros instrumentos de Governo mandados criar por esta elite – agora com relativa autonomia no exercício do poder provincial – para a consecução de seus objetivos. Neste sentido, deve-se destacar a encomenda da estatística e do mapa provincial, pois estes revelam claramente a percepção que essa “minoría dirigente” tem em relação ao uso de um saber estratégico como “instrumento de poder²⁴¹”.

O que se defende aqui, portanto, é que a obra de Daniel Pedro Müller propõe uma construção territorial para a Província de São Paulo que é, na verdade, fruto da perspectiva social, política e econômica de membros dessa elite paulista que passou a controlar importantes espaços de poder provincial, nomeadamente, a Assembleia Legislativa Provincial. Não menos importante, a circulação dessa representação construída por esses homens é parte de uma estratégia que visa, não apenas o controle do território e de sua população, mas também de como este espaço deve ser visto, especialmente, por outros grupos que detém alguma parcela de poder, quer no âmbito provincial, quer no nacional, como se passará a destacar nos capítulos a seguir.

²⁴¹ Segundo o geógrafo francês, Yves Lacoste, a articulação de uma gama extremamente variada de conhecimentos relativos ao espaço e à população que vive sobre ele, revela como este saber é percebido como estratégico por uma minoria dirigente, que passará a utilizá-lo como instrumento de poder. [Ver: Yves Lacoste. A Geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988, p. 22-26].

PARTE II:

OS ARTEFATOS

CAPÍTULO 3: “UM INVENTARIO EXACTO DO PAIZ”

- 3.1 A Estatística como “ciência do Estado” (séculos XVII-XVIII).
- 3.2 Estatísticas na América portuguesa.
- 3.3 A organização de estatísticas durante o Primeiro Reinado.
- 3.4 Os quadros estatísticos de Daniel Pedro Müller.
- 3.5 Um instrumento de poder para a administração provincial paulista.

O fim da Estatística é dar em geral um conhecimento da extensão, e descrição d'um paiz, e em particular de sua administração, população, commercio, indústria e produção: pode-se-lhe chamar – um inventario exacto do paiz²⁴². D'aqui segue-se que algumas de suas partes são constantes, e outras variáveis. Das constantes basta pois tractar na primeira obra, que sobre ella se fizer (por exemplo a presente), havendo o cuidado de não confundil-a com a Geographia, ainda quando se queira descer á particularidades. As variveis pelo contrario convem que sejam tratadas mais amplamente, e que se continuem em períodos certos, para que da confrontação d'esses trabalhos sucessivos se deduza o adiantamento, ou atraso, ou progressivo melhoramento, que têm vindo a um território, ou de que elle é susceptivel.

Daniel Pedro Müller²⁴³.

Esse capítulo toma como objeto de análise uma estatística elaborada para a Província de São Paulo a partir de meados da década de 1830. Ao se deparar com este artefato, é comum imaginar que as estatísticas são tão antigas quanto as civilizações, e que desde os babilônios já se faziam inventários das pessoas, das terras e das produções, sobretudo, com fins fiscais e militares. No entanto, as estatísticas que começam a emergir na Europa ocidental a partir de meados do século XVII diferem bastante dos recenseamentos elaborados desde a antiguidade e durante toda a Idade Média, principalmente por se apresentarem como um saber estratégico articulado a práticas políticas e militare, configuradas como instrumento de poder nas mãos de uma minoria dirigente²⁴⁴. Em outras palavras, conhecimentos variados sobre o território, suas riquezas, habitantes e organização que rapidamente se constituem em artefatos a serviço das monarquias administrativas que emergem no bojo do processo de formação dos Estados nacionais e no âmbito do mercantilismo ou do cameralismo germânico²⁴⁵.

Assim, para compreender melhor as origens dessa “técnica de governo” que a administração provincial paulista encomendou a Daniel Pedro Müller em 1835, é necessário, antes de tudo, reconstituir as circunstâncias de sua emergência na Europa e como ela se desenvolveu no decorrer dos séculos XVII e XVIII até ser introduzida na América portuguesa, para somente então se passar a análise dos quadros estatísticos elaborados por Müller. Para esse fim, recorreu-se

²⁴² Nas primeiras décadas do século XIX, a palavra país possuía um significado distinto daquele que empregamos atualmente. Segundo o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832, tal termo era utilizado para designar uma “terra ou região”. [Ver Luiz Maria da Silva Pinto. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832].

²⁴³ Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3ª Ed. Facsimilada. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978 [1838], p. XXV.

²⁴⁴ Cf. Yves Lacoste. A Geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papyrus, 1988, p. 22-23.

²⁴⁵ A ciência cameral ou cameralística (*Cameralwissenschaft*), como explicou Foucault, diz respeito à ciência das finanças e da administração que se desenvolveu, a partir do século XVII, nas ‘Câmaras’ dos príncipes. Tratava-se de órgãos de planejamento e de controle burocrático que, paulatinamente, acabaram por substituir os Conselhos tradicionais. A partir de 1727, essas disciplinas foram admitidas em universidades como as de Frankfurt e Halle, tornando-se objetos de ensino para os funcionários do Estado. Ainda segundo Foucault, a criação das cadeiras de *Oeconomie-Policey und Cammersachen* era fruto da vontade de Frederico Guilherme I, da Prússia, em modernizar a administração do reino e acrescentar ao estudo da economia ao direito na formação dos futuros funcionários. [Ver Michel Foucault. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 34-35].

principalmente a uma das famosas aulas ministradas por Michel Foucault no *Collège de France*, acerca da temática Segurança, Território e População, cujo conteúdo se passa a destacar a seguir.

Segundo Foucault, a partir de meados do século XVI e até o final do século XVIII floresceu em diferentes países da Europa ocidental uma série de tratados que se apresentavam como “a arte de governar” e que poderiam ser classificados entre os antigos conselhos aos príncipes, verificados desde a antiguidade greco-romana, e os tratados de ciência política, já produtos do século XIX²⁴⁶. Para Foucault, esses tratados surgem relacionados ao que ele denominou de “o problema do governo”, que a partir do século XVI eclode em parte da Europa sob múltiplos aspectos, sendo o governo dos Estados pelos príncipes apenas um deles.

O filósofo francês assinala que tais questões voltaram a ganhar grandes proporções justamente no momento em que os Estados territoriais e administrativos estavam sendo instalados e, ao mesmo tempo, em razão das Guerras de Religião, quando se passou a questionar os modos de ser espiritualmente dirigido em busca da salvação. Assim, Foucault passa a estabelecer vários nexos entre o surgimento desses tratados sobre a “arte de governar” e o desenvolvimento do aparelho administrativo das monarquias territoriais. Não somente isso, mas também relaciona aqueles tratados ao conhecimento do Estado em seus diferentes dados e dimensões, isto é, à estatística entendida como uma ciência do Estado e, por fim, enlaça a “arte de governar” ao mercantilismo e o “cameralismo alemão”, que aparece em sua obra como os primeiros esforços para racionalizar o exercício de poder em função dos conhecimentos adquiridos pela estatística²⁴⁷.

Apesar disso, mais adiante em sua aula, Foucault assinala que essa mesma “arte de governar” não pôde adquirir sua amplitude antes do século XVIII, pois ficou encerrada dentro das formas de monarquia administrativa. Tal bloqueio se deveria a razões históricas, como guerras e crises alimentares na Europa, e por estruturas institucionais e mentais que persistiram durante todo o século XVII, sobretudo a primazia do princípio do exercício da soberania²⁴⁸. Para Foucault, portanto, enquanto a soberania fosse o problema maior e suas instituições [de soberania] as fundamentais, isto é, enquanto o exercício do poder fosse pensado como exercício da soberania, a “arte de governar” não poderia se desenvolver autonomamente. Esse desbloqueio só se daria a partir da emergência do que ele denominou “o problema da população”, sendo a estatística “o fator técnico principal desse desbloqueio²⁴⁹”.

Ora, segundo a análise foucaultiana, a perspectiva da população e dos fenômenos próprios da população deslocou a família do centro do modelo de governo característico dos séculos XVI e XVII. A estatística, por sua vez, teve o papel de mostrar que a população tem suas regularidades

²⁴⁶ Cf. Michel Foucault. *Segurança, Território, População... Op. Cit.*, p. 118.

²⁴⁷ *Idem*, p. 119-134.

²⁴⁸ *Idem*, p. 134-135.

²⁴⁹ *Idem*, p. 136-138,

próprias: seu número de mortes, número de doenças e regularidade de acidentes, dentre outros. Mais que isso, também revelou que a população encerra fenômenos próprios à sua agregação e que são irredutíveis àqueles da família, tais como as grandes epidemias, expansões endêmicas ou a espiral do trabalho e da riqueza. As estatísticas ainda mostram que a população tem efeitos econômicos específicos, que são igualmente irredutíveis ao âmbito da família, até então tida como centro dos modelos de governo, quando a economia era entendida como a gestão da família²⁵⁰.

Assim foi em meados do século XVIII que o objetivo último do governo passou a ser o de melhorar o destino das populações, aumentar suas riquezas, sua duração de vida, sua saúde. Nesse sentido, a população surge tanto como o fim, quanto como o instrumento do governo, isto é, como sujeito das necessidades, de aspirações, mas também como objeto entre as mãos do governo. Objeto que esse governo deverá ter em conta em suas observações para que possa governar efetivamente de modo racional e refletido. Deste modo, a constituição de um saber de governo não se dissocia da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população, saber esse a que se deu o nome de economia. Para Foucault, portanto, a economia política se constitui a partir do momento em que, entremeando os distintos elementos da riqueza, a população emerge como um novo sujeito²⁵¹.

Em Portugal, por exemplo, desde o princípio do reinado de d. José I (1750-77), seu secretário de Estado, José Sebastião Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, começa a aplicar práticas administrativas a partir das regras e métodos da Aritmética Política, formuladas pelo médico inglês William Petty²⁵². Segundo Santos, o reinado de d. José I foi marcado por uma nova forma de governo ancorada nas secretarias de Estado, o que trouxe consigo uma “aparente mudança na ‘arte de governar’, que passou a estar apoiada na especialização das diversas áreas administrativas, em especial, dos negócios fiscais e fazendários²⁵³”. Tal especialização, continua Santos, relacionava-se à emergência de um conhecimento estatístico e descritivo da realidade social e política submetida à autoridade de um soberano e utilizou como base dois modelos: a Aritmética Política inglesa e o cameralismo e a *statistik* germânica²⁵⁴.

Para dimensionar a penetração da Aritmética Política em Portugal, Santos faz menção aos trabalhos produzidos por Domenico Vandelli²⁵⁵ (1735-1816) para a Academia Real de Ciências de

²⁵⁰ Cf. Michel Foucault. *Segurança, Território, População...* Op. Cit., p. 138-139.

²⁵¹ *Idem*, p. 139-141.

²⁵² Cf. Antonio Cesar de Almeida Santos. Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII. In: Antonio Cesar de Almeida Santos; Andréa Carla Doré (orgs). *Temas setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2009, p. 150.

²⁵³ Cf. Antonio Cesar de Almeida Santos. Aritmética política e governo no reinado de d. José I (Portugal, 1750-1777). In: Congresso Internacional de História, 6, 2013, Maringá-PR, *Anais...*, Maringá: UEM, 2013, 12p. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/132_trabalho.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2015.

²⁵⁴ *Idem*, ibidem.

²⁵⁵ Natural de Pádua, onde concluiu sua formação em Medicina e História Natural na universidade daquela cidade, foi um dos discípulos do naturalista sueco Carl Lineu. Em 1764 foi chamado a Portugal por Sebastião José Carvalho de

Lisboa, durante o reinado de d. Maria I. Como membro e um dos fundadores da referida Academia, Vandelli apresentou diversas de suas memórias naquela instituição, em uma delas, a *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura*, publicada em 1789, dizia:

[...] todos os ramos da Economia Civil, para que sejam úteis ao Reino, devem ser regulados por princípios deduzidos de uma boa Aritmética Política, assim não se devem seguir sistemas, sem antes examiná-los e confrontá-los com as atuais circunstâncias da nação²⁵⁶.

Vandelli teve muito prestígio com a elite culta portuguesa, exercendo influência sobre muitos jovens das gerações futuras, uma vez que foi professor de muitos deles na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. Além dos trabalhos que serão mencionados detalhadamente mais adiante neste capítulo, ainda se pode destacar o elaborado pelo desembargador José Antônio de Sá, por exemplo, aluno de Vandelli que, em 1801 propôs a realização de um “mappa aritmético-político do reino²⁵⁷”.

Já na Espanha, Juan Pro Ruiz observa que sua definição constitucional como nação (1812 e 1837), bem como a independência de suas ex-colônias na América, foram fatores determinantes para que emergisse um novo modo de governar o território. Este, por sua vez, deu início ao processo de construção do Estado nacional que, naquele país, durou aproximadamente um século (1833-1931). Ainda segundo esse autor, estatística, cartografia e cadastros territoriais exerceram um importante papel como instrumentos auxiliares para a construção estatal espanhola, uma vez que, sem tais ferramentas, o Estado jamais poderia intervir em domínios como a definição da extensão das vias de comunicação, construção de obras públicas, alteração de curso e regime de rios, aproveitamento de solos e outros tantos, onde as informações serviam para levar à prática a ação reguladora do Estado²⁵⁸.

De modo semelhante, no Brasil, logo após sua Independência política e, portanto, no âmbito da construção do Estado nacional, os deputados constituintes discutiam a necessidade de se elaborar estatísticas a fim de que se pudesse conhecer melhor o território para nele poder intervir.

Melo para lecionar no Real Colégio dos Nobres e, posteriormente, contribuiu com os esforços de modernização da Universidade de Coimbra, onde lecionou História Natural e Química por cerca de vinte anos (1772-91). Dentre seus alunos, destacam-se os irmãos José Bonifácio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Com o primeiro, mais do que o relacionamento de ex-aluno e mestre, construiu laços de amizade e parentesco, uma vez que seu filho, Alexandre Antônio, casou-se em 1819 com Carlota Emília, filha mais velha de Bonifácio. [Ver Miriam Dolhnikoff. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 28-29].

²⁵⁶ Cf. Fernando Antônio Novais. O reformismo ilustrado luso brasileiro: alguns aspectos. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, 1984, p. 109.

²⁵⁷ Esse cadastro, segundo Santos, seria realizado “a partir de dados que permitissem avaliar e indicar os melhoramentos necessários para a prosperidade do reino ‘relativamente à agricultura, ao comércio, à povoação, às artes, à polícia, aos estabelecimentos de bem comum, à justiça, à fazenda e a outros objetos da administração pública e econômica’”. [Ver Antonio Cesar de Almeida Santos. *Aritmética política e a administração do Estado português... Op. Cit.*, p. 147].

²⁵⁸ Cf. Juan Pro Ruiz. A concepção política do território e a construção do Estado espanhol: cartografia, cadastro e administração (1830-1930). In: Pedro Tavares de Almeida; Rui Miguel C. Branco. *Burocracia, Estado e Território: Portugal e Espanha (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Horizonte, 2007, p. 183-202.

Assim, previam na Constituição a elaboração de uma estatística cuja competência seria compartilhada entre o governo central e os governos provinciais, sendo que cada unidade deveria mandar seus levantamentos para, reunidos na Corte, formarem um relatório-geral contendo o quadro estatístico do Brasil visto, sob essa perspectiva, como a soma dessas unidades.

No entanto, d. Pedro I fechou a Assembleia Constituinte em novembro de 1823, outorgando a primeira Constituição brasileira meses mais tarde. Embora o texto da Carta mantivesse as competências e premissas discutidas pelos deputados constituintes no que diz respeito às estatísticas, estas só voltaram a entrar em cena quando a Assembleia-Geral foi restabelecida, em 1826, ocasião em que os deputados ordenaram aos presidentes de Província que estabelecessem comissões para realizarem levantamentos estatísticos a partir dos modelos que lhes enviavam em anexo. Algumas províncias enviaram seus respectivos relatórios já no ano seguinte. Este foi o caso da Província de São Paulo, por exemplo, que estabeleceu uma comissão formada por militares e eclesiásticos, em sua maioria, no intuito de seguirem as ordens que vinham da Corte.

Embora seja um artefato de mesma natureza e sobre a mesma localidade, isto é, uma estatística da Província de São Paulo, o *Ensaio d'um quadro estatístico...*, elaborado por Daniel Pedro Müller cerca de dez anos mais tarde, é fruto de outro contexto tanto na escala da política nacional, quanto na provincial. Encomendada em 1835 pela Assembleia Legislativa Provincial, essa estatística está diretamente relacionada ao âmbito das reformas liberais decorrentes da Abdicação de d. Pedro I, que culminaram no Ato Adicional de 1834. O estudo da relação entre este artefato e o contexto em que foi produzido nos diz muito a respeito da sociedade que o mandou produzir e o utilizou pela primeira vez. O fato de este artefato ser uma estatística que previa a inclusão de um mapa provincial de grandes dimensões, por exemplo, diz ainda mais. Revela a imagem que estes deputados pretendiam construir para a Província de São Paulo e difundir, não só para a Corte, mas principalmente para seus pares nas demais Assembleias Provinciais do Império.

A continuação deste capítulo busca, portanto, relacionar o *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo* ao contexto político em que este foi engendrado, para, a partir daí, caracterizá-lo como um instrumento de poder pensado por grupos da elite paulista, em aliança com a administração provincial, como uma ferramenta auxiliar para a gestão dos recursos e, sobretudo, para a construção territorial da Província de São Paulo.

3.1 A Estatística como “ciência do Estado” (séculos XVII-XVIII)

A origem da expressão “estatística” vem do alemão *Statistik*, difundida pelos trabalhos de Gottfried Achenwall (1719-1772), professor na Universidade de Göttingen, que a definia como a

“sciencia que pesquisa o conhecimento profundo do estudo respectivo e comparativo de cada paiz”, ou, simplesmente, a “Ciência do Estado”²⁵⁹.

No entanto, como bem lembra Olivier Martin, em razão de um período de crise política, econômica e religiosa, além da reorganização dos poderes na Europa ocidental, o desenvolvimento da estatística em meados do século XVII se dá de modo simultâneo na França, na Inglaterra e na Alemanha, ainda que em cada uma dessas localidades ela apresente abordagens bastante distintas²⁶⁰.

Na França, os diversos recenseamentos ordenados no decorrer do século XVII eram percebidos como instrumentos de governo, algo como uma contabilidade a fim de determinar as necessidades alimentares de uma determinada cidade, ou ainda, uma nova forma de se cobrar impostos, por exemplo. Para Martin, tais investigações censitárias “constituíam *técnicas de Estado*, instrumentos de gestão e administração: elas não estavam ligadas a preocupações de ordem imediatamente científica (economia, demografia)”²⁶¹. A esta finalidade contábil e administrativa dos “empreendimentos de contagem”, adiciona Martin, somava-se a educação do príncipe, que deveria ser instruído a partir da descrição sintética do estado de bens, homens, territórios e instituições.

Já na Inglaterra, também a partir da segunda metade do século XVII, a aritmética política emerge, principalmente, a partir dos trabalhos de John Graunt (1620-1674) e William Petty (1623-1687). Segundo Nelson Senra, no intuito de preparar uma “visão total do país, para uso do governo nacional e comparação internacional”, Petty desenvolveu um método de cálculo o qual denominou “Aritmética Política”, isto é, “a arte de raciocinar com algarismos sobre as coisas relacionadas com o governo”. Seus livros começam a circular a partir de 1665, mas será apenas após seu falecimento (1687), que se publica o livro *Aritmética Política* (1690), detalhando o método de sua arte²⁶².

Sobre o método utilizado para a realização da aritmética política, Petty o explica no prefácio de seu livro, afirmando que o mesmo ainda não era muito empregado:

[...] ao invés de usar apenas palavras comparativas e superlativas e argumentos intelectuais, tratei de (como exemplo de aritmética política que há tempos é meu fito) exprimir-me em termos de número, peso e medida; de usar apenas argumentos baseados nos sentidos e de considerar somente as causas que têm fundamento visível na natureza, deixando à

²⁵⁹ Cf. Affonso d’Escragno Taunay. Um Patriarcha da Estatística no Brasil. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro, ano II, n. 21, mai. 1936, p. 355.

²⁶⁰ Cf. Olivier Martin. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 15-19, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2015.

²⁶¹ *Idem*, p. 16-18.

²⁶² Cf. Nelson Senra. *O Saber e o Poder das Estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005, p. 96.

consideração de outros as que dependem das mentes, das opiniões, dos apetites e das paixões mutáveis de determinados homens²⁶³.

Curioso notar a maneira como Petty argumenta em favor do uso dos números, ou se preferir, da matemática, em detrimento às palavras e argumentos intelectuais. Olivier Martin destaca que, em boa medida, tratava-se de estabelecer um método de cálculo baseado em uma coleta de informações reduzidas ao mínimo, de modo que se pudesse substituir longos levantamentos e recenseamentos que, na concepção liberal reinante na Inglaterra, eram praticamente inconcebíveis²⁶⁴. Assim, os aritméticos políticos se propunham a estimar, em números gerais, a população da Inglaterra a partir de cálculos matemáticos, não por recenseamentos.

Diferentemente da Aritmética Política inglesa, a abordagem da *Statistik* alemã primava por ser muito mais descritiva e analítica do que quantitativa. Seu principal objetivo era o conhecimento de toda a sociedade humana a partir da descrição de seus traços constitutivos (território, população, clima, riquezas, etc.) a fim de poder compará-las. Na segunda metade do século XVIII, Gottfried Achenwall passa a divulgar esses trabalhos estatísticos de cunho mais analítico e descritivo, produzidos no âmbito universitário, tendo grande penetração na Inglaterra e na França.

Deste modo, até o fim do século XVIII, as concepções que se tinham acerca das estatísticas eram de que as mesmas se tratavam de instrumentos administrativos para o uso dos funcionários do Estado ou, quando muito, material para a educação do príncipe²⁶⁵. Será apenas de modo lento e progressivo, no transcurso dos séculos XVII-XIX, tal como apontou Martin, que a abordagem francesa (centrada nos recenseamentos e nas descrições do país com fins administrativos e contábeis); a abordagem alemã (centrada em uma abordagem descritiva e analítica, raramente quantificada) e a abordagem inglesa (centrada na aritmética e na análise matemática de dados quantitativos) se encontram para formar a noção de estatística tal como a empregamos atualmente, isto é, dispositivos relativamente autônomos, praticamente universais e orientados a realizarem uma análise científica da sociedade²⁶⁶.

3.2 Estatísticas na América portuguesa.

Durante o período colonial, embora não se verifique a elaboração de séries contínuas de censos para toda a América portuguesa, sabe-se que algumas Capitanias ordenaram a realização de

²⁶³ Cf. William Petty. Aritmética política. In: _____. *Obras econômicas*. Apresentação de Roberto Campos; tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos e Paulo de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 111 apud Nelson Senra. *O Saber e o Poder das Estatísticas... Op. Cit.*, p. 98.

²⁶⁴ Cf. Olivier Martin. *Da estatística política à sociologia estatística... Op. Cit.*, p. 19.

²⁶⁵ *Idem*, p. 18.

²⁶⁶ *Idem*, p. 14-21.

levantamentos periódicos de listas dos habitantes de seus respectivos núcleos urbanos com propósitos eminentemente militares.

Em São Paulo, por exemplo, desde 1765, por determinação governamental, começou a se levantar anualmente as *Listas Nominativas* por habitantes das vilas paulistas, cujo objetivo variou muito, dependendo do período analisado. Segundo o historiador Carlos de Almeida Prado Bacellar, é possível distinguir três fases distintas na história da elaboração dessas listas nominativas: a primeira, que se estende de 1765-97, quando as listas tinham um caráter eminentemente militar, com vistas ao recrutamento para os conflitos no Sul; a segunda, de 1798-1822, fase em que as listas assumem o caráter de censo, quando a administração desejava conhecer a composição de sua população e a produção agrícola local no intuito de desenvolver, povoar e defender o território; por fim, a terceira fase que vai de 1823-50, marcada pela desorganização dos trabalhos devido à Independência política do país²⁶⁷.

Além dos censos, também foram produzidas algumas dissertações e memórias a respeito da então Capitania de São Paulo. Pode-se dizer que eram verdadeiras corografias, isto é, descrições que se pretendiam minuciosas acerca de uma determinada região. Alguns representantes desses trabalhos são a dissertação de Marcelino Pereira Cleto²⁶⁸; e as memórias de Frei Gaspar da Madre de Deus²⁶⁹ e Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira²⁷⁰. Todas se enquadravam bem ao estilo das famosas *Memórias* apresentadas na Academia de Ciências de Lisboa, isto é, iniciava-se fazendo uma descrição física bastante cuidadosa do território, a fim de diagnosticar os principais problemas que impediam o desenvolvimento da capitania, em seguida descreviam os aspectos socioeconômicos (“morais”) para, enfim, apresentarem uma série de propostas que a administração poderia adotar em busca do “melhoramento” da região que se estava descrevendo²⁷¹.

No entanto, ainda que se produzissem recenseamentos, memórias e dissertações em diversas capitanias da América portuguesa desde meados do século XVIII, estas ainda estavam muito ligadas ao modelo das memórias descritivas, diferenciando-se das estatísticas que empregavam métodos matemáticos quantitativos, como os da Aritmética Política, que se estavam produzindo na Inglaterra e na França, por exemplo.

²⁶⁷ Cf. Carlos Almeida Prado Bacellar. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU; Unicamp, 1997, p. 33-34.

²⁶⁸ Cf. Marcelino Pereira Cleto. Dissertação sobre a Capitania de S. Paulo, sua decadência e modo de restabelece-la [1782]. In: Ernani Silva Bruno. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 11-52.

²⁶⁹ Cf. Frei Gaspar da Madre de Deus. *Memória da Capitania de São Vicente, hoje chamada de S. Paulo do Estado do Brasil*. Lisboa: Typographia da Academia, 1797, 247p. Disponível em: Acesso em: <<https://archive.org/download/memoriasparahist00gasp/memoriasparahist00gasp.pdf>>. 27 abr. 2015.

²⁷⁰ Elaborada em 1810, com o fim de oferecê-la ao príncipe regente d. João, foi publicada apenas em 1822. [Ver Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira. *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo*. 2ª ed. Prefácio e notas de Antônio Barreto do Amaral. São Paulo: Governo do Estado, 1978 [1822], 108p].

²⁷¹ Cf. Fernando Antônio Novais. *O reformismo ilustrado luso brasileiro... Op. Cit.*, p. 107.

No campo das discussões teórico-filosóficas, porém, já é possível verificar um debate a respeito do uso da Aritmética Política e da Estatística desde o último quarto do século XVIII, em Portugal, e na primeira década do Oitocentos, na América. Neste debate figuram ilustrados luso-brasileiros, formados em Coimbra nos tempos de Vandelli, que discorriam acerca da utilidade da elaboração de estatísticas para a gestão da administração pública da nação. Dentre estes podem se destacar os nomes de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, José Bonifácio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada, sobre os quais se falará um pouco mais a seguir.

3.4.1 Cairu, José Bonifácio e Martim Francisco: discussões sobre Economia, Aritmética Política e Estatísticas.

Nascido em Salvador, José da Silva Lisboa (1756-1835), futuro Visconde de Cairu, era filho de um arquiteto português, Henrique da Silva Lisboa, com uma baiana chamada Helena Nunes de Jesus. Aos dezoito anos de idade foi enviado a Portugal para completar seus estudos na Universidade de Coimbra, onde se bacharelou em Filosofia e Direito Canônico, em 1779. De volta a Salvador, trabalhou por quase duas décadas como professor de Filosofia Racional e Moral, além de ter fundado uma cadeira de Grego, tendo se aposentado, a seu pedido, no ano de 1797. Mesmo ano em que foi nomeado pela Coroa a ocupar o cargo de Deputado e Secretário da Mesa de Inspeção de Agricultura e Comércio da Cidade da Bahia, cargo no qual permaneceu até 1808, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro²⁷².

Segundo Antônio Penalves Rocha, por volta de 1795, Silva Lisboa teve acesso a uma tradução portuguesa do livro mais conhecido de Adam Smith, publicado originalmente na Inglaterra em 1776, *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, tendo se entusiasmado e aderido “irrestritamente” ao liberalismo econômico²⁷³. Como se sabe, José da Silva Lisboa foi um dos maiores divulgadores das ideias de Adam Smith em língua portuguesa, tendo publicado em Portugal, no ano de 1804, *Princípios de economia política*, primeiro livro a veicular as ideias da Economia Política clássica em português.

Com a vinda da família real para a América, em 1808, Lisboa se reencontra com d. Fernando José de Portugal, futuro Marquês de Aguiar, seu amigo e então ministro de d. João, a quem teria persuadido de que “a prosperidade do Império português exigia a instauração do livre comércio no Brasil²⁷⁴”. O ministro, por sua vez, teria levado a ideia ao príncipe regente que, em janeiro de 1808, ainda na cidade de Salvador, decretou a abertura dos portos às nações amigas.

²⁷² Cf. Antônio Penalves Rocha. Introdução. In: Antônio Penalves Rocha (org.). *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo: 34, 2001, p. 11-12.

²⁷³ *Idem*, p. 12.

²⁷⁴ Cf. Antônio Penalves Rocha. *Introdução... Op. Cit.*, p. 14.

Não é coincidência, portanto, que menos de um mês após a abertura dos portos, d. João determina a criação de uma “aula de Economia Política” no Rio de Janeiro, nomeando para lente o próprio José da Silva Lisboa. Como bem lembrou Penalves Rocha, o pioneirismo da iniciativa é notável, uma vez que a esta época não havia curso de Economia Política em lugar algum do mundo²⁷⁵. Contudo, como aconteceu com tantos outros decretos reais, este permaneceu apenas no papel, uma vez que o curso de Economia Política no Rio de Janeiro jamais chegou a ser instalado.

Malgrado o fracasso em estabelecer o curso de Economia Política no Rio de Janeiro, José da Silva Lisboa teve atuação importante na divulgação dessa ciência a partir da publicação de diversos títulos sobre a matéria através da Imprensa Régia, instalada na Corte, e da qual passou a ser Censor Régio. Aliás, o primeiro livro impresso por esta instituição foi o *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, do próprio José da Silva Lisboa, publicado em dois volumes (1808-09). Ainda nesta área, dentre os diversos livros editados pela Imprensa Régia no período, destacam-se outros títulos como o *Compêndio da obra Riqueza das nações* (1811), de Adam Smith e o *Discurso fundamental sobre a população – Economia Política moderna* (1814), de M. Herrenschwand²⁷⁶.

Anos mais tarde, em 1819, também foi publicado pela Imprensa Régia um dos livros mais conhecidos de Lisboa: *Estudos do bem-comum e economia política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado*. É neste livro que Cairu faz a associação entre a Estatística e Economia Política, sendo a primeira descrita como uma ferramenta auxiliar à segunda, na medida em que, ao apresentar uma “coleção de fatos”, a estatística só seria útil se combinada aos princípios de economia, unindo prática e teoria:

Já em 1799, por Aviso Régio da Secretaria de Estado de 27 de abril, se Aprovou e Autorizou o Plano, incorporado na Coleção das Leis, de uma ‘Estatística’, proposta por um Engenheiro Nacional, para se conhecer o estado da Riqueza, Indústria, População, e Economia Pública; determinando-se, para o seu bom êxito, o auxílio das luzes e diligências, não só das Câmaras das Cidades, e Vilas, mas também das Corporações Eclesiásticas. Porém estes trabalhos estatísticos sendo mui importantes pela ‘coleção de fatos’, só podem ser úteis sendo mais comuns os estudos de princípios econômicos, combinando-se a prática com a teoria, para a segurança da verdade, e manutenção do bem público²⁷⁷.

Mais adiante neste mesmo livro, Lisboa afirma que alguns economistas já estavam acrescentando uma terceira parte aos estudos da Economia Política, tal como já havia sido proposto por Adam Smith. Esta parte seria dedicada justamente às estatísticas:

²⁷⁵ A primeira cátedra francesa de Economia Política só apareceria a partir de 1819, no Conservatório de Artes e Ofícios, sob a regência de Jean-Baptiste Say; na Inglaterra, o primeiro curso de Economia Política realizou-se na Universidade de Oxford, em 1825, tendo como professor Nassau Senior; em Portugal, a Universidade de Coimbra só teria um curso de Economia Política em 1836. [Ver Antônio Penalves Rocha. *Introdução..Op. Cit.*, p. 16].

²⁷⁶ *Idem*, p. 17.

²⁷⁷ Cf. José da Silva Lisboa. *Estudos do bem-comum e economia política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819, p. 5. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03878110>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

Smith diz, que a Economia Política se propõe dous distintos objectos: o 1º he prover o Governo á abundante renda, ou subsistência para o povo, ou, para melhor dizer, a habilitallo a promover a mesma renda ou subsistência pela própria indústria; o 2º he o prover os réditos necessários ao Serviço Publico. Por isso a Economia Política se costuma dividir em duas Partes; a 1ª comprehende a theoria da Geral Industria do povo, e da influencia do Governo na sua promoção; a 2ª, a theoria do Serviço e Rédito Publico, de que o mesmo Governo *he o* Director, Collector, e Dispenseiro. Alguns Economistas tem acerescentado huma 3ª parte, que se denomina *Statistica*, ou *Arithmeica Política*, que he Arte de bem inquirir, e calcular a actual população, e o adiantamento dos ramos da riqueza do Estado; visto que he necessário o seu conhecimento, para se saber o progresso da gente e industria do paiz, e bem se proporcionarem os Impostos , sem se obstruïrem as fontes da Riqueza Nacional. [...]Por esta causa defino a Economia Política a *Sciencia, da Natureza e causas da Riqueza das Nações*, em que se inquirem os rectos e efficazes meios de bem se animar e dirigir a Industria Geral dos povos, conforme ás Leis da Natureza [...]²⁷⁸.

Para Lisboa, portanto, estatística era sinônimo de Aritmética Política, a qual definia como “a arte de bem inquirir e calcular a atual população e o adiantamento dos ramos do Estado”, sendo sua função “saber o progresso da gente e indústria do país e bem se proporcionarem os impostos, sem se obstruírem as fontes da riqueza nacional”, reforçando, portanto, a compreensão da estatística como uma “arte” auxiliar a Economia Política em sua função de “animar e dirigir a indústria geral dos povos”. Tal visão se assemelha muito à de outro ilustrado luso-brasileiro do período, que também deixou um manuscrito sobre a Aritmética Política na década do século XIX, trata-se de José Bonifácio de Andrada e Silva, discípulo, amigo e aparentado de Domenico Vandelli.

Em um texto redigido em quatro folhas, sem indicação de data, local de edição e com o título de *Notas sobre a “aritmética política” ou “estatística”*²⁷⁹, José Bonifácio revela sua concepção de estatística e como esta arte deveria ser utilizada para servir ao homem de Estado. Começa definindo a Aritmética Política como a “arte de raciocinar pelo meio do cálculo sobre as matérias concernentes ao governo”²⁸⁰ para, em seguida, fazer referência ao trabalho de Bielfeld²⁸¹, a fim de analisar os objetos dessa arte. Aqui, afirma que a Aritmética Política dedicava-se à análise da população; dos subsídios; das operações de finanças e do exército e marinha. Assim, seguindo a

²⁷⁸ *Idem*, p. 138-139.

²⁷⁹ Atualmente, este manuscrito encontra-se sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (lata 192, doc. 11), sendo que sua íntegra já foi transcrita e publicada, em 1946, na Revista Brasileira de Estatística. [Ver José Bonifácio de Andrada e Silva. *Notas sobre a “aritmética política” ou “estatística”*. In: *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 25, p. 119-121, jan./mar. 1946]. Segundo Nelson Senra, o mesmo teria sido redigido ainda no período em que José Bonifácio vivia em Portugal, portanto, seria anterior a 1819. [Ver Nelson Senra. *História das Estatísticas Brasileiras. Vol. 1: Estatísticas Desejadas (1822-1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/liv31573/Historia%20das%20estatisticas%20brasileiras%20v01.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015].

²⁸⁰ Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva. *Notas sobre a “aritmética política” ou “estatística”... Op. Cit.*, p. 119.

²⁸¹ Trata-se de Jakob Friedrich von Bielfeld (1717-1770), cujo trabalho ganhou notoriedade nos círculos intelectuais ingleses após ser traduzido, em 1770, por William Hooper com o título de *The elements of universal erudition, containing an analytical abridgement of the sciences, polite arts, and belles lettres*. As *Notas* de Bonifácio são baseadas no décimo terceiro capítulo do segundo volume desta obra, dedicado às artes políticas, na qual o Barão de Bielfeld descreve detalhadamente a arte da Aritmética Política. [Ver *The elements of universal erudition, containing an analytical abridgement of the sciences, polite arts, and belles lettres*. Translated from the last edition printed at Berlin by W. Hooper. London: G. Scott for J. Robson and B. Law, 1770, 3v. Disponível em: <<http://catalog.hathitrust.org/Record/008679793>>. Acesso em: 29 abr. 2015].

linha proposta na obra do Barão de Bielfeld, Bonifácio passa a descrever uma série de itens que deveriam ser detalhados dentro de cada um dos quatro objetos da Aritmética Política.

Apenas para a população, por exemplo, Bonifácio destaca dez itens a serem detalhados, tais como a extensão das províncias; o número de cidades, vilas, aldeias e lugares; o número de “omens de ambos os sexos [sic] que aí nascem”; o número dos que aí morrem e o gênero das enfermidades, dentre outros²⁸².

Convém observar, porém, que embora Bonifácio faça muitas referências à obra de Bielfeld em suas considerações acerca da Aritmética Política, há uma diferença importante que deve ser marcada aqui. No terceiro volume da obra de Bielfeld, há um capítulo dedicado ao tratamento da estatística (Capítulo XIII, p. 269-279), na qual o autor faz questão de diferenciar Estatística de Aritmética Política. Para Bielfeld, esta última era uma ferramenta auxiliar à Estatística que, por sua vez, era definida como “a ciência dos sistemas políticos dos diferentes Estados do mundo²⁸³”, ou ainda, a ciência que prima pelos estudos comparativos dos Estados, portanto, seguindo a linha da *Statistik*, proposta por teóricos germânicos como Gottfried Achenwall.

Por fim, ao tratar da utilidade dos levantamentos estatísticos, Bonifácio valoriza a capacidade de previsibilidade que os mesmos podem oferecer aos projetos do “homem de Estado”:

[...] não marchar ao acaso, e evitar os cachopos em q. morrão os outros: não fará ligas com príncipes fracos, ou inúteis; nem pazes danosas; nem guerras ruinosas; com o calculo politico em qualquer projecto pode antecedentemente pezar o gráo de felicidade e bom exito, e descontar os inconvenientes e cazos fortuitos²⁸⁴.

Vê-se, portanto, uma aproximação muito grande nas concepções de Estatística em Cairu e Bonifácio, a qual figurava, para ambos, como uma arte auxiliar cuja função era servir de instrumento à administração do Estado. Nesse sentido, ao tratar dos fundamentos do cálculo político, Bonifácio defende que será a partir de levantamentos realizados através de registros como:

[...] as listas de mortos e nascidos de todo o país, tiradas dos registros das paróquias, postas por ordem das províncias, termos ou Bispados, [junto às] listas de casamentos nas três classes de homens [sic], [que o Estado poderá] regular sobre a despeza necessária as contribuições; e então formar o melhor plano de as impor, porq. tudo se inclue em saber quanto por 100 se deve tirar das rendas de cada um; ê então preciso atender a fertilidade do chão; o número dos ricos, q. compensão os pobres; isso se entende dos impostos ordinários; e não dos extraordinários, em q o Rei deve p^{ro} recorrer às Lotarias, rendas Viageiras, Tontinas, à criação de novos fundos públicos; depois, os empréstimos, etc²⁸⁵.

Tal visão parece bastante coerente com a trajetória de Cairu, defensor do liberalismo econômico inglês e grande divulgador dos princípios de Economia Política, na linha dos trabalhos

²⁸² Para os subsídios são nove itens a descrever, para as operações de finanças outros dezoito e, por fim, para o exército e a marinha, mais oito itens a serem detalhados. [Ver José Bonifácio de Andrada e Silva. *Notas sobre a “aritmética política” ou “estatística”... Op. Cit.*, p. 119].

²⁸³ Cf. Jakob Friedrich von Bielfeld. *The elements of universal erudition... Op. Cit.*, v. 1, p. 192.

²⁸⁴ José Bonifácio de Andrada e Silva. *Notas sobre a “aritmética política” ou “estatística”... Op. Cit.*, p. 120.

²⁸⁵ *Idem*, ibidem.

de Adam Smith. No entanto, chama atenção o modo como Bonifácio faz a defesa dessa concepção de Estatística em seu texto. Isso porque embora faça inúmeras referências a expoentes da *Statistik*, como Bielfeld, herdeiro do cameralismo germânico, se afasta dessa mesma corrente teórica ao definir Aritmética Política como sinônimo de Estatística. Tal concepção, aliás, o aproxima muito mais do sentido pragmático dado pela tradição inglesa, na linha dos trabalhos iniciados por John Graunt e William Petty, em meados do século XVII, a partir do uso dos registros do estado civil.

Por fim, outro ilustrado que também escreveu acerca da Aritmética Política e da Estatística nas primeiras décadas do Oitocentos foi Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). Irmão mais novo de José Bonifácio, também foi enviado a Portugal para cursar Matemática e Filosofia Natural na Universidade de Coimbra, onde se formou em 1798, retornando a São Paulo um ano mais tarde. Em 1800 foi nomeado diretor geral das Minas de Ouro, Prata e Ferro da Capitania, posição que ainda ocupava em 1820 quando realizou a famosa viagem mineralógica por São Paulo em companhia de seu irmão, José Bonifácio²⁸⁶.

Acerca das estatísticas, escreveu um manuscrito intitulado *Memória sobre a estatística ou análise dos verdadeiros princípios dessa ciência e sua aplicação à sua riqueza, artes e poder no Brasil*²⁸⁷. De modo similar ao ocorrido com o manuscrito de José Bonifácio, o de Martim Francisco não traz qualquer indicação de data ou local onde foi redigido, tendo permanecido inédito até 2007. Alguns pesquisadores, no entanto, sugerem que em razão de algumas referências explícitas do autor a certo *Ministério*, o texto tenha sido escrito por volta de 1822, quando Martim Francisco ocupava o cargo de Ministro da Fazenda do Brasil²⁸⁸.

Sua dissertação, bem mais minuciosa que a de Bonifácio, foi dividida em cinco capítulos: 1) a origem e a antiguidade da estatística; 2) a etimologia da palavra estatística e a existência dela como fato nos governos antigos e modernos; 3) distinção entre estatística, economia e aritmética política; 4) explicação das tabelas anexas e algumas reflexões; 5) resumo das utilidades que um Estado pode colher dos conhecimentos estatísticos.

Dos primeiros capítulos é curioso notar o estudo da origem etimológica que Martim Francisco fez da palavra estatística. Segundo sua pesquisa, pode-se atribuir três origens etimológicas a ela: *Statera* (balança), por pesar a força ou riqueza de um Estado, comparando-a com

²⁸⁶ Cf. José Bonifácio de Andrada e Silva; Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Viagem Mineralógica na Província de São Paulo (1820). In: Edgard Cerqueira de Falcão (Org.) *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.

²⁸⁷ O manuscrito original, em condições de difícil leitura, encontra-se sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (lata 18, doc. 21). Seu conteúdo, porém, foi integralmente transcrito em artigo de Alex Gonçalves Varela, publicado em 2007. [Ver Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *Memória sobre a estatística ou análise dos verdadeiros princípios dessa ciência e sua aplicação à riqueza, artes e poder do Brasil*. In: Alex Gonçalves Varela. Um manuscrito inédito do naturalista e político Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.978-990, jul.-set. 2007].

²⁸⁸ Cf. Alex Gonçalves Varela. *Um manuscrito inédito do naturalista e político Martim Francisco Ribeiro de Andrada...Op. Cit.*, p.973-990. Ver também: Nelson Senra. *História das Estatísticas Brasileiras... Op. Cit.*, 2006.

sua situação anterior ou a de outras nações; *Status*, por oferecer a situação atual de um Estado; *Hadf* (cidades), palavra derivada do alemão, primeiros a utilizarem a palavra Estatística para exprimir o exame e a análise das forças e riqueza de uma cidade²⁸⁹.

No terceiro capítulo de sua *Memória*, Martim Francisco parte da distinção entre Estatística, Economia e Aritmética Política para, somente então, desfeitos os desentendimentos e confusões promovidos pelos autores que o precederam no tema, oferecer a sua definição. Destarte, ao tratar da diferença entre Estatística e Economia Política, Martim Francisco considera que:

A economia concede, engendra e põe em execução aquelas verdades, ou princípios administrativos que o raciocínio munido da comparação dos fatos, reconheceu por incontestavelmente úteis. A estatística encarrega-se de preparar os elementos que devem encaminhar o espírito; recolhe e aproveita separadamente os conhecimentos destes fatos, e com eles forma um agregado e resultados fundados em análise tão rigorosa, que produzirão uma convicção única, que se pode e deve desejar em matérias administrativas²⁹⁰.

Por esse trecho, vê-se que Martim Francisco entende a Estatística como uma ciência auxiliar à Economia Política na medida em que elabora um agregado de fatos, fundados em análise rigorosa que, por sua vez, produzirão convicções únicas a serem utilizadas pela administração. A Economia Política, portanto, atuaria mais no campo teórico, engendrando princípios administrativos a partir da comparação dos fatos agregados e analisados pela Estatística.

Para sustentar sua argumentação, Martim Francisco faz referência ao trabalho de Garnier²⁹¹, para quem o objeto da Economia Política era “considerar as leis de transição das sociedades e indagar os meios que as podem tornar felizes e poderosas, [...] uma ciência motivada por escudar-se na experiência e conhecimento de fatos²⁹²”.

Em relação à Aritmética Política, Martim Francisco argumenta que esta “longe de proceder em suas operações por meio da análise e obter seus resultados pela enumeração dos objetos, como

²⁸⁹ As três origens descritas por Martim Francisco, portanto, seguiam a linha de estudos proposta pelos teóricos da *Statistik* alemã. [Ver Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *Memória sobre a estatística... Op. Cit.*, p. 979].

²⁹⁰ Cf. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *Memória sobre a estatística... Op. Cit.*, p. 980.

²⁹¹ Segundo Adolphe Bitard, Joseph-Clément Garnier (1813-1881) foi um economista francês cujos trabalhos sobre Economia Política começaram a ser publicados em meados da década de 1830: *Introduction à l'économie politique* (1837) e *Éléments d'économie politique* (1846). [Ver Adolphe Bitard. *Dictionnaire général de biographie contemporaine française et étrangère: contenant les noms et pseudonymes de tous les personnages célèbres du temps présent*. Paris: Maurice Dreyfuss, 1878, p. 522-523. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1133866>>. Acesso em: 02 mai. 2015]. Tal constatação coloca em questão a data do manuscrito redigido por Martim Francisco, uma vez que em 1822, Garnier, a quem faz referência em seu trabalho, teria apenas nove anos de idade. Caberia investigar se Garnier, antes da publicação de seus livros, teria escrito artigos que circularam em periódicos que chegaram às mãos de Martim Francisco. Ainda assim, seria bastante difícil que tal fato tivesse ocorrido antes de 1830, em razão da pouca idade de Garnier. Outra possibilidade que pode ser aventada é a de que Martim Francisco tenha escrito um texto inicial ainda enquanto ocupava a pasta do Ministério da Fazenda, que teria sido revisto e ampliado anos mais tarde, para apresentá-la aos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

²⁹² Cf. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *Memória sobre a estatística... Op. Cit.*, p. 980.

acontece à primeira [Estatística], substitui, pelo contrário, o cálculo a estes meios, e de um dado mais ou menos provável e certo tira consequências que estabelece e dá por fatos²⁹³”.

Fica evidente, portanto, que a principal diferença apontada por Martim Francisco entre a Estatística e a Aritmética política diz respeito à análise qualitativa proporcionada pela primeira em relação à segunda. Esta, por sua vez, seria bem menos precisa, uma vez que substituiria a análise engendrada pela Estatística por “cálculos mais ou menos prováveis” dos quais “tira consequências que dá por fatos”.

Após fazer essa distinção, não deixa de criticar os autores que o precederam e confundiram Estatística com Aritmética Política, argumentando que:

A Estatística pode também compreender, e de ordinário encerra a descrição de um território, e nem por isso se confunde com a geografia, assim como se serve de fatos médicos e civis, sem que por isso com ela se confundam a Medicina e o conhecimento do governo civil. Esta confusão da Estatística é, pois como acabo de provar, inteiramente ilusória e aparente, que assinala os limites de cada uma, somente estabelece a seguinte verdade, e vem a ser, que as ciências mutuamente se auxiliam²⁹⁴.

Visão bastante similar a de Müller destacada na epígrafe deste capítulo, isto é, uma estatística pode descrever um território através de seus dados, no entanto, não se pode confundí-la com a Geografia. Martim Francisco usa esse mesmo exemplo para diferenciar a Estatística e a Aritmética Política, isto é, os levantamentos numéricos, ao modo da Aritmética Política, também podem ser feitos pela Estatística, no entanto, ambas não devem ser confundidas, uma vez que cada uma tem seus limites próprios.

Assim, , somente após “destruir as falsas considerações que o presente lhe as tinham confundido [Aritmética Política e Estatística]”, é que Martin Francisco oferece sua definição para a ciência Estatística, deixando bastante claras suas inclinações teóricas.

A Estatística vem a ser uma ciência fundada em fatos, que tem por objeto apreciar a força, a riqueza e o poder de um Estado pela análise das fontes, e meios de conservação, de prosperidade e grandeza, que lhe oferecem seu território, sua população, suas produções, sua indústria, seu comércio externo, ou marítimo e interno, e seus exércitos. Em uma palavra, a Estatística é a ciência das forças reais e dos meios de poder de um Estado político²⁹⁵.

Deve-se assinalar que ao invés de definir a Estatística como “arte”, como fizeram seus predecessores, Martim Francisco a classifica como “uma ciência fundada em fatos”. Mais que isso, ao colocar a análise qualitativa dos dados como principal contribuição das estatísticas à administração do Estado, revela não só a vocação de inventário e descrição das estatísticas, mas

²⁹³ *Idem*, p. 980-981.

²⁹⁴ *Idem*, p. 981.

²⁹⁵ Cf. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *Memória sobre a estatística... Op. Cit.*, p. 981.

também de análise, apontando para uma concepção que só seria comum no Brasil, nas últimas décadas do século XIX, como lembrou Varela²⁹⁶.

Tal visão acerca das estatísticas aproxima Martim Francisco muito mais das ideias e trabalhos dos teóricos franceses, em especial, os do período napoleônico, como Jean-Antoine Chaptal²⁹⁷, para quem as estatísticas eram a “exposição metódica e positiva dos objetos que compõe a riqueza e a força de um Estado²⁹⁸”.

Nos dois capítulos finais de sua *Memória*, Martim Francisco passa a demonstrar como devem ser realizados os levantamentos estatísticos de acordo com as concepções que acabava de explicitar. Segundo sua visão, os quadros estatísticos deveriam ser divididos em oito partes: extensão e divisões do território; população; produções dos terrenos, das minas e pescas; indústria; comércio; navegação mercante; rendas do Estado; forças de terra e de mar.

Desta forma, a fim de demonstrar como deveriam ser levantados os dados de cada uma dessas áreas, Martim Francisco elaborou oito tabelas que foram anexadas a sua *Memória*. Para ele, será a partir do resumo das utilidades propiciado por estes levantamentos que o Estado poderá chegar “não só ao conhecimento das causas da riqueza de sua nação, mas também ao estabelecimento dos princípios criados da riqueza moderna, e dos verdadeiros meios de poder, e de força²⁹⁹”.

Ao concluir sua obra, o autor revela-se conhecedor da importância e das dificuldades da matéria de que trata, no entanto, como se espera de um ilustrado formado no âmbito das políticas reformistas de fins do século XVIII, justifica o que teria lhe animado à elaboração deste trabalho, apontando para a contribuição que essas ciências – Economia Política, Estatística e Aritmética Política – poderiam dar ao soberano:

[...] se nas belas-artes a mediocridade deve condenar-se ao silêncio, porque deprava o gosto; nas ciências ela é útil porque ajuntando os materiais e dispondo-os, chama em seu socorro a mão do poder; da sabedoria e do gênio, para que melhor coordene e ponha em obra, eis o que me animou nesse trabalho³⁰⁰.

²⁹⁶ Cf. Alex Gonçalves Varela. *Um manuscrito inédito do naturalista e político Martim Francisco Ribeiro de Andrada...Op. Cit.*, p.975.

²⁹⁷ Jean-Antoine Chaptal (1753-1832) foi um químico francês nomeado pelo então cônsul Napoleão Bonaparte para substituir a Lucien Bonaparte como Ministro do Interior (1801-04). Segundo Olivier Martin, ao assumir o ministério, Chaptal passou a controlar o *Bureau de Statistique* e sua atuação frente a essa instituição “deu à estatística uma função ambiciosa, ainda mais afastada das preocupações imediatas da administração. Ele solicitou aos prefeitos que lhe enviassem, trimestre por trimestre, um quadro recapitulado da situação de seus departamentos (meteorologia, população, mendicância, crimes, processos, preços, grãos, contribuições), além de todas as informações relativas às ‘alegrias e tristezas dos habitantes do departamento e a seus costumes’. Esses dados permanentes e regulares constituem as famosas ‘estatísticas dos prefeitos’, considerados hoje pelos estatísticos como o primeiro recenseamento geral verdadeiro da população”. [Ver Olivier Martin. *Da estatística política à sociologia estatística... Op. Cit.*, p. 23].

²⁹⁸ Cf. Alex Gonçalves Varela. *Um manuscrito inédito do naturalista e político Martim Francisco Ribeiro de Andrada...Op. Cit.*, p.975.

²⁹⁹ Cf. Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *Memória sobre a estatística... Op. Cit.*, p. 985.

³⁰⁰ *Idem*, p. 986.

Em suma, se utilizadas como instrumentos capazes de revelar “os verdadeiros meios de poder e de força”, tais ciências se colocariam a serviço “do poder, da sabedoria e do gênio” na elaboração de um projeto político para a condução do Brasil.

3.3 A organização de estatísticas durante o Primeiro Reinado.

Após a Independência, os deputados que integraram a Assembleia Constituinte de 1823 já discutiam a necessidade de se elaborar estatísticas para o país, determinando que a Constituição previsse a competência compartilhada entre o governo central e o provincial para a elaboração das mesmas. Embora d. Pedro I tenha dissolvido a Assembleia em novembro daquele ano, o texto da primeira Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824, mantinha a determinação de que a organização de estatísticas fosse feita conjuntamente pelo governo central e pelas administrações provinciais que, àquela época, ainda não contavam com as Assembleias Legislativas.

Entretanto, ainda que estivessem previstas no texto constitucional de 1824, as estatísticas só voltaram a ser discutidas e, efetivamente, solicitadas às administrações provinciais, com o restabelecimento da Assembleia-Geral. Segundo informa Nelson Senra em sua *História das estatísticas brasileiras*, foi imediatamente após a instalação da Assembleia, já na primeira sessão realizada em maio de 1826, que os deputados redigiram um regimento aos presidentes das províncias atribuindo-lhes a competência pelo preenchimento de tabelas do censo e da estatística, que deveriam ser renovadas a cada cinco anos³⁰¹. Três meses depois, o então Ministro dos Negócios do Império, José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, expediu o seguinte aviso aos presidentes das províncias:

Tendo resolvido Sua Majestade o Imperador que em todas as províncias do Império se formem as tábuas estatísticas por um sistema uniforme; manda remeter a V. Ex. os exemplares inclusos do elenco que se fez estampar para esse fim; e recomendar que neste importante trabalho se empreguem os indivíduos mais hábeis da província; procurando-se com eficaz diligência que tudo se conclua a tempo de poderem ser presentes os seus resultados à Assembleia Legislativa, quando novamente se abrir em maio de 1827, por ser indispensável o conhecimento deles, para o acerto de muitas providências, de que depende, em grande parte, a prosperidade geral da nação³⁰².

Após a determinação da Assembleia-Geral, portanto, o Imperador ordenava a cada Província o envio de um relatório contendo informações que deveriam ser inseridas em um modelo previamente preparado e “estampado” contendo uma longa lista de quesitos a serem respondidos.

Assim, atendendo a demanda da Assembleia-Geral e as ordens de “Sua Magestade Imperial”, o vice-presidente da Província de São Paulo, Luís Antônio Neves de Carvalho, que então

³⁰¹ Cf. Nelson Senra. *História das Estatísticas Brasileiras...* Op. Cit., p. 54.

³⁰² *Idem*, ibidem.

ocupava a presidência, estabeleceu uma comissão para a elaboração da estatística, escolhendo para presidente o marechal de campo José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834), que aceitou a nomeação conforme ele próprio oficiou ao vice-presidente, em 25 de agosto de 1826³⁰³. Além de Rendon, que era militar, a comissão foi composta por outros seis membros: três eclesiásticos, mais dois militares e um cirurgião³⁰⁴.

O relatório final, tal como solicitado pela Assembleia-Geral, ficou pronto no primeiro semestre de 1827, sendo uma cópia manuscrita remetida à Corte com o título de *A estatística da Imperial Província de São Paulo*³⁰⁵. Nas palavras de José de Souza Martins, esse documento é “um retrato detalhado da Província de São Paulo no próprio nascer do Brasil independente. É, ao mesmo tempo, uma razoavelmente minuciosa descrição geográfica da Província e uma descrição da sua organização política, que incluía a organização eclesiástica³⁰⁶”.

Trazendo inovações em relação às *Memórias* elaboradas pelo Frei Gaspar da Madre de Deus (1797) e por Antônio Rodrigues Oliveira Veloso (1810), como a inclusão de diversos quadros e tabelas para quantificar população, produção e finanças, o relatório estatístico elaborado em 1827 cobre, ainda que com muitas lacunas, os oito itens que Martim Francisco Ribeiro de Andrada defendia ser necessário inventariar em uma estatística, isto é: território, população, produções, indústria, comércio, navegação, rendas e força da terra. Todavia, este relatório jamais ganhou uma publicação até 2009, quando foi editado em versão fac-similar pela editora da Universidade de São Paulo. Seu conteúdo, portanto, foi muito pouco conhecido ou divulgado, ficando praticamente restrito aos agentes da burocracia ligados aos órgãos dos governos de São Paulo e da Corte.

Assim, essa estatística elaborada em São Paulo entre 1826-27 é fruto de um contexto ainda marcado pelo processo de Independência política do país, ordenada pelo governo centralizador de d. Pedro I que, por sua vez, pretendia compilá-la junto aos demais levantamentos submetidos pelas outras províncias, a fim de elaborar um relatório-geral a ser oferecido aos deputados da Assembleia Legislativa no intuito de auxiliá-los em suas discussões e projetos de lei.

Anos mais tarde, após a abdicação de d. Pedro I, em 1831, iniciou-se a discussão da reforma de uma série de artigos da Constituição de 1824 que visavam, sobretudo, limitar o poder moderador e conceder maior autonomia aos poderes locais em relação ao governo central. Dentre os artigos reformados, estava um que extinguiu os Conselhos Gerais da Província e instituía em seu

³⁰³ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, cx. 70, pasta 1, doc., 64.

³⁰⁴ Eram eles: o tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, cujo nome aparece, estranhamente, no frontispício do relatório; o padre-mestre Francisco de Paula e Oliveira (17??-1836); o também padre-mestre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel (1797-1864); o cirurgião-mor Cândido Gonçalves Gomide; o tenente-coronel Joaquim Floriano de Toledo (1794-1875) e o padre-mestre, depois Bispo de Cuiabá, José Antônio dos Reis (1798-1876).

³⁰⁵ Cf. José Antônio Teixeira Cabral. *A Estatística da Imperial Província de São Paulo: com várias anotações do tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística, Tomo I, 1827*. São Paulo: Edusp, 2009, 438p.

³⁰⁶ Cf. José de Souza Martins. *O Imaginário Poético da Independência num Manuscrito de 1827*. In: José Antônio Teixeira Cabral. *A Estatística da Imperial Província de São Paulo... Op. Cit.*

lugar as Assembleias Legislativas Provinciais que, a partir de sua instalação, seriam dotadas de maior autonomia administrativa.

No que tange especificamente à elaboração das estatísticas, pouca coisa foi alterada pelo Ato Adicional, uma vez que seu texto determinava ser da competência das Assembleias Legislativas “promover cumulativamente com a Assembleia e o Governo geral a organização da estatística da Província³⁰⁷”. A grande diferença, porém, é que em função das demais reformas promovidas pela nova legislação, os membros das elites locais, agora em seus assentos de deputados provinciais, passariam a ter competência para instituir novos impostos e determinar as prioridades de investimento para o desenvolvimento da Província. Fatores que, indubitavelmente, contribuíram para que o próprio governo local, no caso de São Paulo, tivesse maior interesse na elaboração de uma estatística bastante acurada, quer no intuito de melhor administrar a Província, quer no de construir uma representação do espaço que estava submetido ao seu controle, como se verá a seguir.

3.4 Os quadros estatísticos de Daniel Pedro Müller

O Ato Adicional, promulgado em agosto de 1834, determinava que se realizassem imediatamente eleições nas províncias a fim de se escolherem os deputados que iriam compor a nova Assembleia Provincial. Em São Paulo essas eleições demoraram ainda alguns meses, tendo ocorrido apenas em dezembro. Contudo, no final de janeiro de 1835 a Assembleia paulista já se encontrava instalada no antigo Palácio do Governo, onde deu início aos trabalhos legislativos.

Em discurso proferido por ocasião da abertura da primeira legislatura da Assembleia Provincial, em fevereiro, o então presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, já apontava a importância para aquela casa de se contar com dados atualizados a respeito da população para a realização de seus trabalhos:

Um dos primeiros objectos com que deveria occupar vossa attenção, é a população para sobre ella baseardes vossas medidas legislativas, tanto a respeito da divisão civil, judiciaria e ecclesiastica, como dos impostos que convem abolir, alterar, ou modificar, mas não posso apresentar senão os mappas do anno passado, porque dos juizes de direito, aos quaes se incumbio a coordenação deste trabalho, ministrando mappas parciaes aos juizes municipaes e de paz, só um apresentou em tempo, ainda que imperfeito, allegando os outros a falta destes. Sendo, pois, indispensáveis para que taes alterações se façam com inteiro conhecimento da população, e não tendo o governo meios para apresentar dados exactos, preciso é que tomeis alguma deliberação a semelhante respeito afim de que os Juizes, ou outras auctoridades, á quem julgueis conveniente incumbir esta tarefa, a preencham com exactidão³⁰⁸.

³⁰⁷ BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e addições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: *Colecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p. 15-23.

³⁰⁸ *Anais da ALPSP*, 1835, p. 12.

Vê-se como Tobias Aguiar associava diretamente a ação legislativa dos deputados ao conhecimento atualizado da população e do território. Nesse sentido, é sobre o conhecimento da população que deveriam se basear para tomarem suas medidas legislativas. Sem os “dados exactos” contidos nos “mappas” estatísticos, a atuação da administração provincial se via bastante dificultada, razão pela qual solicitava aos deputados providências em relação aos obstáculos encontrados para a obtenção de dados junto aos juízes de direito. Sugeria aos deputados que determinassem aos próprios juízes o preenchimento dos dados atualizados, ou então, delegassem a elaboração dos ditos “mappas” a outras autoridades que pudessem preenchê-los com exatidão.

Não será coincidência, portanto, que tão logo Assembleia Legislativa da Província de São Paulo começou a funcionar, seus deputados aprovaram a Lei nº 16, de 11 de abril de 1835, em cujo artigo 1º estabelecia que o Governo “fica autorizado a despender o que for necessário para a redacção e impressão da estatística da província³⁰⁹”. Mais do que apenas encomendar a estatística, o texto da Lei que ordenou sua redacção descrevia os vinte itens que deveriam compô-la, os quais se passam a detalhar a seguir.

3.4.1 Os itens que deveriam compor o “inventário completo do paiz”.

No grupo das informações referentes à população e divisão administrativa provincial, a legislação solicitava que se precisassem os dados dos habitantes de cada núcleo urbano da Província, já os classificando segundo sua condição (livres ou escravos), gênero, idade e estado civil, como se destaca no trecho abaixo:

1º Numero total de habitantes da província com as especificações abaixo declaradas.

2º Numero de municípios, freguezias e capellas curadas; distancia dos limites de cada um; numero de habitantes livres e escravos de cada um, com a especificação de homens e mulheres, classificados segundo suas idades em secções de dez annos, e segundo seu estado de cazado, viúvo e solteiro, declarando-se quanto aos últimos os maiores de 30 annos, e menores desta idade; igualmente seu numero de fogos, e de estrangeiros naturalisados, ou não naturalisados, e das pessoas que sabendo ler e escrever, e tendo meios de honesta subsistência possam ser empregadas em cada um deles nos differentes cargos, que nos mesmos se faz necessario.

3º Numero de comarcas; extensão de cada uma; que termos comprehende; e cada termo quantas villas, e freguesias contem; qual a distancia das villas entre si, e as suas freguesias, e capelas, calculada pelas estradas e trajecto por agoa; o numero de causas cíveis de quaesquer juízos que dá cada uma delas, igualmente os crimes perpetrados no ultimo anno em cada comarca, designando-se sua qualidade, quantidade, e numero de acusados, especificando-se destes, quanto os homens ou mulheres, livres ou escravos, absolvidos ou dondemnados.

4º Numero de nascimentos e óbitos em cada comarca no ultimo anno, designando-se o sexo, e se são pessoas livres ou escravas; igualmente o de cazamentos de cada um destes.

³⁰⁹ SÃO PAULO (Província). *Lei n. 16, de 11 de abril de 1835. Autoriza o governo a despender o que for necessário para a redacção e impressão da estatística da província.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.16,%20de%2011.04.1835.pdf>>. Acesso em 01. fev. 2012. Convém destacar que a íntegra do texto dessa lei encontra-se transcrita no anexo nº14, ao final desse trabalho.

5º Numero de districtos de paz e quarteirões de cada villa, e da cidade, sua extensão, quantas pessoas livres e escravas comprehende; os logares determinados para as reuniões das juntas de paz, e quantos districtos comprehende cada junta³¹⁰.

Já no que diz respeito à organização das “forças de terra e mar” da Província, a legislação solicitava que a estatística arrolasse os seguintes dados:

6º Numero de batalhões, esquadrões, companhias, e secções de guardas nacionais; força numérica de cada um; as villas, freguesias, e capelas curadas que os comprehendem.

7º Numero de guardas municipaes; sua actual organização, e vencimentos; e o emprego em que se occupão.

8º Numero de guardas policiaes de cada villa e freguesia, sua actual organização e emprego.

9º Numero de soldados e officiaes de primeira linha empregados na província, e em que parte dela³¹¹.

Quanto à organização eclesiástica provincial, como o Estado ainda destinava receitas do orçamento para a manutenção da estrutura da Igreja, os deputados desejavam que a estatística informasse não apenas os números referentes ao clero regular, mas também do secular e o estado que se encontrava a construção e administração das igrejas, tal como se destaca abaixo.

10º Numero de conventos, confrarias, recolhimentos, capelas, e quaesquer bens vinculados, seminários, collegios, e outros estabelecimentos de caridade e instrucção; numero de pessoas que residem em cada um deles; seus rendimentos provenientes de ordenados, fundos públicos, ou particulares, ou esmolos.

12º Numero do clero secular; emprego de cada um; logar em que reside; ordenados, pensões, pagas, ou esmolos que por qualquer titulo receba em razão do seu estado.

13º O estado das fabricas e administração de todas as igrejas, seu rendimento, com declaração especificada dos objetos sobre que recahem a despeza que se faz e por ordem de quem³¹².

No que toca a “instrução pública”, a estatística deveria precisar toda a estrutura de escolas da Província, destacando, porém, as instituições mantidas pelo Tesouro Provincial:

11º Numero de escolas primarias, e de quaesquer outras aulas, com declaração das que são á custa do thesouro, e dos particulares; dos lugares em que estão colocadas; e do numero de alumnos de cada uma³¹³.

Como não podia faltar, os deputados solicitavam quais informações desejavam saber a respeito da agricultura, comércio e rendas provinciais. Destaque para a discriminação do número de fazendas de café e açúcar em relação aos outros gêneros produzidos na Província, já indicando a superioridade da produção dessas culturas.

14º Numero de fazendas de café e assucar, e quaesquer outros estabelecimentos de cultura e criação; numero de empregados em cada um delles e seu rendimento em objetos de sua producção.

³¹⁰ *Idem*, *ibidem*.

³¹¹ SÃO PAULO (Província). *Lei n. 16, de 11 de abril de 1835. Autoriza o governo a despendar o que for necessário para a redação e impressão da estatística da província.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.16,%20de%2011.04.1835.pdf>>. Acesso em 01. fev. 2012.

³¹² *Idem*, *ibidem*.

³¹³ *Idem*, *ibidem*.

15º Exportação e importação da província, declarando-se em que consiste uma e outra; qualidade e quantidade dos gêneros respectivos, e valor dos mesmos em reis.
16º Meios de condução usados na província, declarando-se o numero de animaes de carga, carros e sua construção, bois nelles empregados, e o preço medio dos transportes.
17º Rendas provinciaes e municipaes; a quanto monta cada uma e quaes as administradas e arrecadadas³¹⁴.

No que se refere às obras públicas provinciais, percebe-se um interesse em conhecer não apenas o sistema viário, composto pelas estradas e caminhos, mas também todo o sistema de comunicação provincial³¹⁵, como se pode ver pelas orientações abaixo:

18º Estradas geraes da província, quantas, onde começo e terminão, seu comprimento em legoas, que rios ou ribeirões atravessão, aquellas em que existem barreiras, declarando-se quaes as suas ramificações.
19º Pontes em todas aquellas estradas, sua situação, construção, e estado, e igualmente quaesquer outros meios de passagem.
20º Canaes da província, sua direção, dimensão, estado, e embarcações que nelle se empregão³¹⁶.

Uma vez descrito o que deveria ser levantado pela estatística, faltava definir quem seria o responsável pela direção de tal empreendimento e como se deveria fazer tal levantamento.

3.4.2 A Comissão de Estatística (1836-37)

O texto da lei autorizando a elaboração da estatística não traz qualquer referência a quem havia sido encarregado para a direção dos trabalhos. No entanto, em 30 de dezembro de 1835, Daniel Pedro Müller informava ao então presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro, que havia recebido o ofício no qual era informado que havia sido designado para realizar os planos das estradas para carros de Cubatão de Santos para o interior, além do levantamento dos quadros estatísticos da província, aproveitando a oportunidade para indicar o nome dos oficiais militares que o ajudariam nos trabalhos desta última atividade³¹⁷.

Um mês mais tarde, em discurso proferido pelo presidente da Província por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, em janeiro de 1836, Miranda Ribeiro dava conta aos deputados da nomeação de Müller e de que os trabalhos já haviam se iniciado:

³¹⁴ *Idem*, *ibidem*.

³¹⁵ Segundo Silvana Pettinato Lúcio, pelo fim do século XVIII se consolidou a ideia de importância das comunicações, que nada mais eram do que “tudo o que fizesse a ligação entre dois elementos, como o transporte de mercadorias, de pessoas, de ideias, ficando patente a necessidade das redes: rotas de navegação, rede de estradas e caminhos de ferro, de informações”. [Ver Silvana Maria Tercila Pettinato Lúcio. Um Interlúdio Progressista: a Repartição das Obras Públicas da Província de Pernambuco Organizada Segundo o Sistema do *Corps des Ponts et Chaussées* (1842 – 1846). In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 11, 2010, Vitória-ES, *Anais...*, Vitória: UFES, 2010. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1310>>. Acesso em: 26 abr. 2015].

³¹⁶ SÃO PAULO (Província). *Lei nº. 16, de 11 de abril de 1835...* *Op. Cit.*

³¹⁷ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 188.

Era evidente o excelente resultado que havia de trazer ao governo a realização de uma estatística levantada de accôrdo com a lei provincial de 11 de abril de 1835. Foi incumbido deste serviço o marechal Daniel Pedro Müller, aguardando-se a conclusão dos trabalhos para serem presentes ao Poder Legislativo as informações seguras sobre muitos e diversos ramos da pública administração³¹⁸.

Àquela altura, Müller acabava de realizar as primeiras reuniões para a organização da estatística, tal como revela um ofício datado de 02 de janeiro daquele ano, no qual Müller informava ao presidente as atividades realizadas junto com sua equipe para a organização da estatística:

Cumpre-me participar a V. Ex^{cia}. que hoje incorremos, tanto eu, como os tres officiaes que haviam sido nomeados, no quartel do Ten. Cel. Cabral para dar-mos princípio ás nossas conferencias. O Cel. Prean e o dito Ten. Cel. Cabral passão já a trabalhar na Estatística, para o que os entreguei os esclarecimentos que V. Ex^{cia}. me havia enviado, assim também os modelos das tabellas geraes, que lhe devem servir de norma, e que havia esboçado á vista da Lei provincial. O Ten. Cel. Marcellino apresentará na conferencia proxima os planos dos reconhecimentos, que tem feito para se providenciar relativos à 1^a estrada da Capital para o interior³¹⁹.

Vê-se, portanto, que os membros oficiais da Comissão de Estatística eram, além do próprio Müller, como diretor e principal responsável, o tenente coronel João Florêncio Prean e o também tenente coronel José Antônio Teixeira Cabral, aquele mesmo que acabou assinando o frontispício da estatística organizada em 1827, sob a direção de José Arouche de Toledo Rendon. Outro nome referenciado é o tenente coronel José Marcelino de Vasconcellos, que colaborou nas primeiras reuniões e, eventualmente, realizou algumas atividades ligadas à estatística, no entanto, como acumulava os cargos de deputado provincial, diretor e lente do Gabinete Topográfico por esta mesma época, sua atuação acabou sendo bastante reduzida.

Para além da equipe, é interessante notar a informação de Müller em relação aos modelos das “tabellas geraes” com as quais iriam trabalhar na coleta dos dados. Segundo o marechal, ele próprio as desenhara seguindo as definições fixadas pela Lei nº 16, que encomendara a estatística.

Um mês depois, em outro ofício enviado por Müller ao presidente da Província, tem-se notícia dos valores que estes oficiais recebiam mensalmente da Província para o trabalho de organização da Estatística. O quadro abaixo traz a transcrição da segunda página do documento, datado de 02 de fevereiro, anexado ao ofício enviado por Müller.

³¹⁸ *Anais da ALPSP*, 1836, p. 415.

³¹⁹ *APESP, Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 189.

Quadro 8: Gratificações recebidas pelo diretor e oficiais que participaram da elaboração do *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo* (1838).

Mappa das gratificações dos officiaes empregados na Estatística da Província vencidas em o mez de janeiro de 1836			
Postos	Nomes	Natureza da diligência	Produto vencido
Marechal de Campo			40\$000
Mais pelo decreto do 1º de outubro de 1834	Daniel Pedro Müller	De residência	8\$000
Coronel			35\$000
Mais pelo sobretito decreto	João Florêncio Preat	N/d	10\$000
Tenente Coronel			30\$000
Mais pelo sobretito decreto	José Antônio Teixeira Cabral	N/d	10\$000
Tenente Coronel			
Mais pelo sobretito decreto	José Marcelino Vasconcelos	N/d	N/d
Total			133\$000

Fonte: APESP, *Registro de Offícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 191.

Segundo as informações contidas no documento acima, vê-se que a Assembleia tinha um custo anual de 1:596\$000 réis apenas com as gratificações pelo trabalho do diretor e seus auxiliares. Müller receberia um total de 576\$000 réis anuais por seu trabalho como diretor da estatística. Os outros dois oficiais, Preat e Cabral, receberiam respectivamente 540\$000 réis e 480\$000 réis anuais. A título de comparação, o já referido tenente coronel José Marcellino de Vasconcellos recebia um ordenado anual de 600\$000 réis para dirigir e lecionar na escola do Gabinete Topográfico, em 1836. Neste mesmo ano, um lente titular da Academia de Direito recebia 1:200\$000 réis como remuneração, e um substituto, 800\$000 réis anuais³²⁰.

Em relação à dotação prevista pela Assembleia Legislativa Provincial para os gastos com a redação da Estatística, não se encontrou muita informação publicada nas leis que fixam o orçamento provincial entre 1835-37. Apenas a Lei nº 14, de 10 de março de 1837, referente ao ano financeiro de 1837-38, que determinava o valor de 600\$000 réis para os trabalhos com a estatística, especificando que o dito valor deveria ser pago apenas para os seguintes trabalhos:

[...] somente para o arranjo, e coordenação, que nesta cidade se fizer dos diversos dados estatísticos, remetidos ao governo pelas autoridades locais, ou obtidos pelos meios prescriptos na lei provincial de 19 de fevereiro de 1836, cessando a autorização para quaesquer outras despesas, e havendo-se por derogada nessa parte a outra lei provincial de 11 de abril de 1835³²¹.

Não se encontraram outras referências específicas quanto a valores previstos para pagamentos de gratificações – algo em torno de 1:600\$000 réis anuais – ou quaisquer outros gastos

³²⁰ Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 256-261

³²¹ SÃO PAULO (Província). Lei nº. 14, de 10 de março de 1837. *Marca a receita e fixa a despesa provincial para o ano financeiro de 1º de julho de 1837, ao último de junho de 1838*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1837/lei%20n.14,%20de%2010.03.1837.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2015.

tais como expediente, reformas na sala da Comissão ou diligências, por exemplo. No entanto, mais adiante no texto dessa mesma Lei nº 14, a Assembleia aprovava que se despendesse “o necessario com os trabalhos da estatistica da provincia já feitos e com a conclusão delles³²²”.

3.4.3 Método de trabalho e dificuldades encontradas pela Comissão da Estatística

Quanto ao modo de se organizar os trabalhos da Comissão da Estatística, Müller adotou o método das conferências, isto é, reuniam-se em uma sala do Palácio de Governo os três membros da Comissão (Müller, Cabral e Prean), onde discutiam, elaboravam as tabelas e compilavam os dados que lhes eram submetidos de cada vila, freguesia ou capela da Província pelas respectivas autoridades municipais e juizes de paz.

Em relação ao preenchimento das tabelas elaboradas pela Comissão, vê-se por ofício datado de 11 de janeiro de 1836, que Müller solicitava ao presidente da Província o envio de uma circular às autoridades e juizes de paz instruindo-os a realizarem um preenchimento metódico:

No dia sábado, 9 do corrente, teve lugar a conferência semanal no Archivo. Continuam os dous officiaes encarregados das Estatísticas na escripturação methodica, em resumo, sobre exportação, importação, relativa a qual receberão mais esclarecimentos; tratou-se igualmente dos modellos das tabellas os quaes V. Ex^{cia}. se há dignar enviar por huma circular a todos os Municípios, e juizes de paz, para methodicamente satisfazerem ás particularidades que se exigem³²³.

O método a que Müller se refere para o preenchimento das ditas tabelas é, certamente, o que um mês mais tarde, aparecerá descrito pela Lei nº 5, de 19 de fevereiro de 1836, cujos artigos são reproduzidos abaixo:

Art. 1.º - De cinco em cinco annos no dia primeiro de julho os juizes de paz procederão ao arrolamento de todas as pessoas existentes em seus districtos, especificando as naturalidades, idades, condições, estados, e occupações, e o numero dos que sabem ler, e escrever. Este arrolamento Será feito pelo modelo que o governo da provincia der.

Art. 2.º - Os chefes de familias serão obrigados a dar fielmente a relação de todas as pessoas, que morarem em sua companhia, ou sejam aggregados, ou feitores, ou jornaleiros, ou quaesquer outras, com todas as especificações do artigo antecedente, sob pena, segundo a fortuna dos infractores, da multa de 1\$000 rs. a 10\$000 rs. para os cofres do municipio. As camaras darão os livros, e o mais que for necessario para o expediente na execução da presente lei.

Art. 3.º - Os juizes de paz, concluido o arrolamento, o communicarão aos parochos para formalisarem seos róis.

Art. 4.º - Os prefeitos, aos quaes os juizes de paz entregarão uma cópia authentica do arrolamento, o remetterão sob sua responsabilidade ao governo provincial, que formará o arrolamento geral da provincia, e enviará uma cópia á assembléa provincial.

Art. 5.º - Em os outros annos no dia determinado no artigo 1.º os juizes de paz procederão ao arrolamento dos homens livres maiores de 16 annos, residentes em seus districtos, e a respeito deste arrolamento se observará tudo quanto fica estabelecido nos artigos antecedentes.

³²² *Idem*, *ibidem*.

³²³ APESP, *Registro de Offícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 190.

Essa forma de trabalho, porém, revelou ter bem pouca eficácia, uma vez que autoridades locais e juízes de paz relataram diversos problemas que os impediam de preencher as tabelas conforme as instruções recebidas. Muitas das vezes, tanto os juízes como as demais autoridades das vilas e freguesias simplesmente alegavam não disporem de tempo para se dedicarem às atividades para o preenchimento das tais tabelas, sendo mais importante o cumprimento de suas funções administrativas. Como se pode imaginar, o atraso na entrega das tabelas preenchidas com os dados referentes a cada vila, freguesia e capela da Província, determinou atrasos importantes na redação da versão final da Estatística.

Em outubro de 1836, insatisfeito com o que chamou de “authoridades omissas”, Müller envia um ofício ao então presidente da Província, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, relacionando os dados que faltavam para a conclusão da estatística, solicitando ao presidente que insistisse junto às ditas autoridades para que estas lhe enviassem as informações solicitadas o quanto antes.

Tendo V. Exc^{ia}. já recebido para andamento do expediente da Comissão de Estatística nomear mais dous empregados, na expectativa de que todos os Districtos desta Provincia fossem enviando os esclarecimentos que lhes forão requisitados, para se poder finalizar aquelle trabalho até o fim do prezente anno.[...] Acontece que de algumas villas, nada tenha vindo, e que de outras hajam algumas faltas como V. Exc^{ia}. pode conhecer da lista incluza.. [...] Tenho, portanto, a honra de dirigir esta a V. Exc^{ia}. para que haja de dar o impulso que ache conveniente ás authoridades que tem sido omissas a fim de ver se se consegue o complemento daquele trabalho, do qual sou encarregado, antes que se conclua a apuração dos papéis em mãos; para que o expediente não pára, e tempo haja para os apresentar a Assembleia Legislativa Provincial³²⁵.

Deve se notar que uma das preocupações de Müller era concluir a estatística até o fim daquele ano, visando que a mesma pudesse ser apresentada aos deputados da Assembleia Legislativa na abertura dos trabalhos da mesma, em janeiro de 1837. Contudo, as medidas tomadas para que os dados restantes fossem submetidos à Comissão da Estatística a tempo não surtiram efeito, já que em dezembro de 1836 Müller enviava novo ofício a Gavião Peixoto dando conta do estado do expediente da Comissão e informando os trabalhos que ainda faltavam fazer.

Ficarão prontos até o fim do mez de janeiro próximo futuro, a exposição de todas as matérias a que me propuz a tratar, exceptuando porem os numeros da classificação da População, que deve ainda necessariamente continuar, visto que muitas das listas (a tanto tempo, e por vezes exigidas) ainda é pouca ha que se tem recebido, não havendo ainda as das villas do Bananal, Areas, S. Luís, Sta. Isabel, (as listas dos quarteirões) Jundiahy,

³²⁴ SÃO PAULO (Província). Lei nº. 5, de 19 de fevereiro de 1836. *Estabelece a maneira de proceder-se ao arrolamento de todas as pessoas existentes nessa Província.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei%20n.5.%20de%2019.02.1836.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

³²⁵ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 202.

Itapetininga e Apiahy. [...] As listas entregues na Secretaria do Governo são de dezenove villas e das outras que se tem recebido cuidado com actividade, na sua apuração³²⁶ [...].

Curioso observar que Müller já dava a estatística por concluída, ao menos tudo o que se propusera a fazer. Faltava compilar os dados relativos à população quando as autoridades finalmente prestassem os “tantas vezes exigidos” esclarecimentos. Tanto que, na sequência deste mesmo ofício o marechal solicita sua desoneração da Comissão, justificando seu pedido pelo avançado estágio em que se encontrava a estatística, podendo a mesma ser concluída pelos “escripturários iniciados já no methodo que devem observar” e, também, por seu estado de saúde.

Permitta-me V. Ex^{cia}. que aproveite esta occasião para representar que visto ficar completa o mais essencial da Estatística até o fim do referido mez, e ser sommente o restante dependente da applicação dos escripturários iniciados já no methodo que devem observar, que eu então seja desonerado da dita comissão, á vista do meu estado de saúde: offerencedo-me com tudo para compilar, as últimas tabellas geraes e concluir o mappa geographico da Provincia e memoria que o acompanha, sem vencimentos de gratificações, serão trabalhos aos quaes me dedicarei nas horas que me permittão applicação e o mais breve possível farei delles entrega³²⁷.

Por este trecho, vê-se que Müller ainda não havia concluído a elaboração de seu *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, que originalmente se pretendia encartar junto à estatística³²⁸. Essa era uma das razões, aliás, que atrasavam a entrega da estatística para o governo provincial a fim de que o mesmo providenciasse sua impressão. No entanto, se fosse desonerado da Comissão, tal como solicitava, Müller comprometia-se a concluir o mais breve possível a composição do mapa, sem receber os respectivos vencimentos, além de compilar as últimas tabelas da estatística tão logo recebesse os dados que faltavam.

Em decorrência dos referidos atrasos, a Estatística não pode ser apresentada na abertura dos trabalhos legislativos de 1837, razão pela qual Bernardo José Pinto Gavião Peixto, em seu discurso de abertura dos trabalhos legislativos da Assembleia Provincial, em janeiro daquele ano, lembrava ser necessário estabelecer um “sistema regular de serviço” em certos pontos da Província para que o marechal conseguisse completar o trabalho no qual tanto se esmerava:

Estava sendo organizada a [Estatística] da provincia pelo marechal reformado de engenheiros, Daniel Pedro Muller. Por alguns trabalhos já apresentados pelo mesmo marechal reconhece-se o quanto elle se tem esmerado em procurar preencher as vistas do Corpo Legislativo Provincial, e do Governo. Seria conveniente estabelecer-se um systema regular de serviço para os necessários exames e observações em certos pontos da provincia. Os resultados serviriam para se corrigirem os erros que existissem nos mapas e quadros já feitos³²⁹.

³²⁶ APESP, *Registro de Offícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 107.

³²⁷ *Idem*, ibidem.

³²⁸ Tal como em outras partes da Europa ocidental durante o século XIX, a elaboração de estatísticas eram empresas amplas que abarcavam, inclusive, a cartografia de Estado. [Ver Juan Pro Ruiz. *A concepção política do território e a construção do Estado espanhol... Op. Cit.*, p. 190].

³²⁹ Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889*. São Paulo: Secção de obras d’ “O Estado de S.Paulo”, v.1, 1926, p. 67.

Mais do que completar o trabalho, vê-se que ainda seria necessário corrigir muitos dos “mappas e quadros já feitos”. Decerto terá sido por esta razão que o pedido de desoneração de Müller da Comissão da Estatística não foi atendido. Em junho de 1837, o marechal enviava um ofício à administração provincial relacionando as atualizações que havia realizado nos artigos da estatística e, por essa razão, solicitava os vencimentos atrasados dos últimos cinco meses³³⁰. Mais ainda, neste mesmo ofício Müller se comprometia a “completar, e ordenar a estatística até o mez de Novembro, a fim de ser então impressa, para se dar o destino que convenha³³¹”.

Müller concluiu seus trabalhos um pouco depois do prazo que havia estipulado, pois ainda teve que realizar outras correções antes de enviar os manuscritos à Secretaria do Governo, tal como oficiou ao então secretário, o tenente coronel Joaquim Floriano de Toledo, aos 29 de janeiro de 1838³³². Assim, os trabalhos para a elaboração do *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo* duraram exatamente dois anos: de janeiro de 1836 a janeiro de 1838.

Concluídos os trabalhos, cabia agora à administração provincial providenciar sua impressão e distribuição, tal como previsto na Lei que encomendara a Estatística. Entretanto, a demora na conclusão dos originais determinou que os mesmos fossem entregues a uma nova legislatura da Assembleia Provincial (1838-39), cuja maioria era formada justamente por deputados que se opunham ao grupo que dominou a casa durante a primeira legislatura. Tal circunstância, como se verá mais adiante, teve repercussões no momento de se definir a impressão da estatística.

3.4.4 A organização do “Ensaio d’um quadro estatístico”.

Visando atender aos itens solicitados pelos deputados provinciais, Daniel Pedro Müller organizou seu inventário em duas partes: a primeira, intitulada “Estatística Geographica e Natural”, contém apenas um capítulo e traz um resumo histórico de São Paulo, sua descrição geográfica (extensão e limites) e física (serra, rios, montanhas, ilhas, portos, etc.), além da relação das espécies animais e vegetais da Província, sua riqueza mineral, diferentes tipos de solo e os tipos de cultura próprios de cada região³³³.

³³⁰ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 875, cx. 80, pasta 1, doc., 97.

³³¹ *Idem*, *ibidem*.

³³² APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 877, cx. 82, pasta 1, doc., 18.

³³³ Convém notar que as regiões descritas por Müller em sua estatística eram nomeadas de modo distinto ao empregado atualmente. Como *Leste* deve-se entender a região composta pelos núcleos urbanos que atualmente se chama de Vale do Paraíba; como *Cidade*, entendia-se também as vilas, freguesias e capelas localizadas nos arredores de São Paulo; por *Oeste* deve-se entender a região cortada pelo antigo caminho de Goiás, estendendo-se desde Jundiá até Franca; como *Norte*, as vilas e demais núcleos localizados nas cercanias do caminho para o sul de Minas Gerais, tais como Atibaia e Bragança; por *Sul*, a vasta região localizada ao sul de Sorocaba, compreendendo todo o território do atual Estado do Paraná e, por fim, a *Marinha*, que compreendia os núcleos localizados no litoral paulista.

Esta é a parte que Müller classificou como “constante” de sua obra, advertindo que por sua característica tipicamente descritiva, não se devia confundi-la com a “Geographia”, ainda que se descesse a pormenores³³⁴. Este primeiro capítulo do *Ensaio* de Müller assemelha-se muito à maior parte da estatística de 1827, bem como às já mencionadas *Memórias* produzidas sobre o território paulista pelo Frei Gaspar da Madre de Deus (1797) e Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira (1810). No entanto, diferentemente desses trabalhos, o marechal dedica poucas páginas a essa tarefa, dando maior atenção à descrição do território a partir dos dados tabulados e coletados pela Comissão da Estatística, dispostos na segunda parte de sua obra.

Esta, por sua vez, intitulada “Estatística Política e Civil”, foi dividida em seis capítulos. A imagem a seguir traz o índice dessas duas primeiras partes da obra de Müller no intuito de ilustrar a materialidade da estatística, em especial cada capítulo e a distribuição de páginas para os diferentes temas abordados no ensaio.

Imagem 2: Índice do conteúdo tratado pelo *Ensaio d’um quadro estatístico da Provincia de São Paulo*.

PARTE PRIMEIRA	
ESTATISTICA GEOGRAPHICA E NATURAL	
CAPITULO I — Resumo Historico. Geographia Descriptiva. Geographia Phisica. Producções dos Reinos Animal, Vegetal, e Mineral. Solo e Agricultura	3
PARTE SEGUNDA	
ESTATISTICA POLITICA E CIVIL	
CAPITULO I — Povoações. Seus Districtos. Edificios publicos. Administração Judicial, e Productos em geral	35
CAPITULO II — População em geral e particular. Seu movimento. Historia Judiciaria	91
CAPITULO III — Governo. Finanças. Estado Militar	95
CAPITULO IV — Commercio. Importação e Exportação, Fabricas. Manufaturas. Estradas. Transportes	101
CAPITULO V — Religião. Divisão Ecclesiastica. Conventos. Irmandades e Confrarias	115
CAPITULO VI — Curso Juridico. Seminario. Escolas	119

Fonte: Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Provincia de São Paulo*. São Paulo: 3ª ed. Governo do Estado, 1978, p. XXI.

³³⁴ Advertência que remonta à *Memória* escrita por Martim Francisco Ribeiro de Andrada, na qual o ilustrado santista se utiliza do mesmo argumento para diferenciar Estatística de Economia e Aritmética Política.

Para o levantamento dessas informações, a Comissão da Estatística elaborou um total de 22 tabelas³³⁵, as quais foram dispostas no final da obra e compõe a maior parte da estatística, estendendo-se por 145 páginas, como mostra a imagem a seguir.

Imagem 3: Índice das tabelas dispostas no *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de São Paulo*.

INDICE DAS TABELLAS	
PRIMEIRA PARTE	
Povoações	120
O preço dos Generos	122
Os productos	124
Estabelecimentos de Cultura	130
SEGUNDA PARTE	
Mappa da População ..	132
Cazualidades da população	173
Historia Judiciaria	198
Distancias dos recursos Judiciaes	204
Finanças	209
Mappa da Tropa 1. ^a Linha	218
Dicto das Guardas Nacionaes	222
Exportação e Iníportação Maritima	226
.Dicta dos Portos Seccos	236
Manufacturas	238
Artes e Officios	241
Itinerario das Estradas	A-244
Sahidas e entradas de Embarcações	245
Divisão Ecclesiastica	247
Conventos, Confrarias, e Irmandades	250
Curso Juridico ..	256
Estabelecimentos Publicos de Instrucção	260
Aulas e Escolhas	263

Fonte: Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de São Paulo*. São Paulo: 3^a ed. Governo do Estado, 1978, p. XXII.

³³⁵ Apenas uma tabela para tratar das povoações; quatro para a população e seus movimentos; outras três para tratar do governo e suas finanças; nove para os assuntos relacionados ao comércio, manufaturas, estradas e transportes; apenas duas para a organização eclesiástica e, por fim, três tabelas dedicadas à instrução pública. Tal distribuição indica grande interesse no detalhamento dos assuntos relativos ao comércio, indústria e vias de comunicação.

Todavia, Müller faz questão de apontar desde o princípio que muito pouco adiantaria se os números revelados por essas tabelas não fossem tratados “mais amplamente”, sendo que os mesmos deveriam ser coletados periodicamente para que, a partir da confrontação desses trabalhos, fosse possível conhecer efetivamente o território, deduzir seu “adiantamento, ou atraso, ou progressivo melhoramento”³³⁶, revelando uma concepção próxima àquela difundida pelos teóricos da *Statistik*, descrita em linhas gerais no início deste capítulo³³⁷.

No entanto, além do desejo de inventariar para poder comparar a Província, quer com ela mesma no futuro, ou com outras províncias do país, também é evidente o fim administrativo que se pretendia para esta estatística, isto é, os deputados que a encomendaram pretendiam que ela servisse para descrever os limites e extensão do território, bem como a população sobre os quais exerceriam suas novas atribuições políticas. Trata-se, portanto, de uma estatística ainda muito ligada ao Estado e mais afastada dos fins científicos, no caminho inverso àquelas que já estavam se produzindo neste mesmo período, a partir de organismos oficiais, em países como a Inglaterra e a França, como bem lembra Olivier Martin³³⁸.

Mais que isso, observando-se a maneira como foram abordados na estatística alguns dos itens solicitados pelos deputados, também é possível perceber como se buscou representar um território segundo os interesses e anseios das elites locais que acabavam de conquistar relativa autonomia naquele espaço de poder. A estatística passaria a servir, portanto, como instrumento para a concretização dos projetos desses grupos no poder.

No capítulo em que se dedicou a descrever a divisão administrativa da Província, relacionando todos os núcleos urbanos que a compunham (cidade, vilas, freguesias e capelas curadas), chama atenção que Müller, em nenhum momento, utiliza o termo aldeia para referir-se a alguns núcleos que ainda eram habitados por populações indígenas e administradas por diretores de aldeias. Legalmente, essas populações ainda detinham a posse das terras daquele núcleo em razão da doação de sesmarias feitas na segunda metade do século XVIII, como se verá no capítulo cinco dessa dissertação, ou ainda, por se manterem ocupando aquelas terras.

O quadro a seguir traz a divisão administrativa de São Paulo tal como descrita por Daniel Pedro Müller no ano de 1838.

³³⁶ Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. XXV.

³³⁷ Deve-se recordar que o pai de Müller, Johann Wilhelm Christian Müller (1752-1814), era natural de Göttingen, onde estudou humanidades, línguas orientais e teologia na Universidade local. Mesma época e lugar onde Gottfried Achenwall (1719-1772), considerado o responsável pela introdução e divulgação da expressão “statistik”, estava produzindo seus trabalhos sobre a “ciência do estudo respectivo e comparativo de cada país”.

³³⁸ Cf. Olivier Martin. *Da estatística política à sociologia estatística... Op. Cit.*, p. 24.

Quadro 9: Divisão administrativa da Província de São Paulo segundo Daniel Pedro Müller (1838).

Comarca	Termo	Cidade	Vila	Freguesia	Capela Curada
1ª	1º	-	Bananal	-	-
	2º	-	Arêas	Queluz -	- São José do Barreiro
	3º	-	Lorena	Silveiras Embaú	- -
	4º	-	Guaratinguetá Cunha	- -	- -
	5º	-	Taubaté Pindamonhangaba São Luiz do Paraitinga	Cassapava São Bento de Sapucahy - -	- - - -
2ª	6º	-	Jacarehy São José Parahibuna	[Santa?] Branca - -	- - -
	7º	-	Mogi das Cruzes Santa Isabel	- - -	Itaquapecetuba São José do Paraitinga -
	8º	São Paulo	Santo Amaro Paranahiba - - - - - - - -	- Arassariguama Santa Iphigenia Bom Jesus do Braz Conceição dos Guarulhos Nossa Senhora do Ó Cutia Nossa Senhora da Penha São Bernardo Juquiri - -	- - - - - - - - - Mboy Itapecerica
	9º	-	Bragança	- -	Nossa Senhora do Amparo Nossa Senhora do Socorro
	10º	-	Atibaia	Nazareth Santo Antônio -	- - Nossa Senhora do Campo Largo
3ª	11º	-	Jundiahy	Belém	-
	12º	-	São Carlos	-	-
	13º	-	Mogi-Mirim	Caconde Casa Branca Mogi-Guassú - - - -	- - - Serra Negra São João da Boa Vista Penha São Simão
	14º	-	Franca	Cana Verde - -	- Cajuru Nossa Senhora do Carmo
4ª	15º	-	Ytú	Cabreúva Indaiatuba Capivary de Cima	- - -

			Porto Feliz Capivari	Pirapora -	- -
	16º	-	Constituição Araraquara	Limeira Ribeirão Claro Pirassununga - -	- - - Santa Bárbara -
	17º	-	Sorocaba São Roque -	Campo Largo - Una -	- Ipanema - -
	18º	-	Itapetininga Itapeva Apiahy	Tatuí Paranapanema - Iporanga	- - - -
5ª	19º	-	Castro	Guarapuava Belém no Tibagy Jaguaraíba Ponta Grossa	- - - -
	20º	-	Curitiba Nova do Príncipe	São José dos Pinhães Votuverava Palmeiras - Rio Negro	- - - Campo Largo -
	21º	-	Paranaguá Guaratuba Antonina	- - - Morretes	- Guaraqueçava - -
6ª	22º	-	Iguape Cananéa	Xiririca - -	- Juquiá -
	23º	-	Santos Conceição de Itanhahém São Vicente	- - -	- - -
	24º	-	São Sebastião Villa Bella Ubatuba	- - -	- Nossa Senhora da Conceição do Bairro Alto - -
6	24	1	45	44	20

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. 35-89.

Segundo essa divisão, a Província paulista era composta por seis comarcas, 24 termos, uma cidade, 45 vilas, 44 freguesias e 20 capelas curadas. Nenhum aldeamento indígena foi registrado como tal, nem nos arredores de São Paulo (Itapeçerica, M'boy, Barueri, Carapicuíba e Itaquaquecetuba), nem mesmo na quinta comarca onde nos arrabaldes do aldeamento de Atalaia, destruído em 1825, viviam os remanescentes de Camés, Votorons e Dorins e a correspondência oficial ainda registrava a existência de um aldeamento em Guarapuava até 1840³³⁹.

³³⁹ Cf. Rosângela Ferreira Leite. *Nos limites da exclusão: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 96.

Já no segundo capítulo da segunda parte, dedicado à descrição da população paulista, pode-se destacar o modo como Müller tratou a presença indígena na Província. Enquanto os índios chamados “bravos” ou “dos sertões” são praticamente ignorados, sendo citados uma única vez e, ainda assim, no contexto de que se deveria organizar o povoamento da Província para que se ocupassem as terras onde estes habitavam³⁴⁰, os índios aldeados, por sua vez, foram contados em um total de 825 indivíduos. O quadro abaixo traz a distribuição das populações indígenas observada no levantamento de Müller para o ano de 1836.

Quadro 10: Distribuição da população indígena em núcleos urbanos da Província de São Paulo (1836).

Comarca	Cidade/Vila	Homens	Mulheres	Total	%	Antigos Aldeamentos
1 ^a	Bananal	12	6	18	2,2%	Queluz
2 ^a	São Paulo	205	240	445	53,9%	Pinheiros, São Miguel, Itaquaquecetuba
2 ^a	Santo Amaro	64	64	128	15,5%	M’Boy e Itapecerica
2 ^a	Parnaíba	60	71	131	15,9%	Barueri e Carapicuíba
4 ^a	Itu	2	3	5	0,6%	-
4 ^a	Porto Feliz	1	4	5	0,6%	-
5 ^a	Constituição	0	1	1	0,1%	-
5 ^a	Araraquara	1	2	3	0,4%	-
5 ^a	Castro	32	50	82	9,9%	Guarapuava
5 ^a	Curitiba	2	0	2	0,2%	-
5 ^a	Nova do Príncipe	1	0	1	0,1%	-
6 ^a	São Sebastião	0	4	4	0,5%	-
Totais		380	445	825	100,0%	-

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 154-173.

É curioso notar que essas populações indígenas, ou a maior parte delas, apareceu relacionada na cidade de São Paulo ou em vilas em cujos termos haviam aldeamentos indígenas³⁴¹. No entanto, cabe destacar que na estatística de Müller, os índios que habitavam aldeamentos como M’Boy (atual Embú), Itapecerica ou Guarapuava, por exemplo, aparecem registrados como se fossem moradores da cidade de São Paulo ou das vilas de Santo Amaro e Castro. Tal operação, como se verá no quinto capítulo dessa dissertação, está diretamente relacionada à crescente valorização fundiária no século XIX, além da extinção do sistema de concessão de sesmarias, em 1822. Sendo a posse ou ocupação a única forma legal de aquisição de terra após essa data (além da herança ou

³⁴⁰ Ao tratar da “demarcação, divisão, e posse de terrenos”, Müller destacava a pouca quantidade de sesmarias disponíveis nos locais onde a população estava buscando se estabelecer, pois estas já estavam ocupadas pelos “Engenhos, Fazendas de criar, e sítios”. Cabia ao Governo, então, “conceder posições em sertões, grande parte habitado pelos Índios”. [Ver Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de S. Paulo... Op. Cit.*, p. 29.].

³⁴¹ Aldeamentos indígenas devem ser entendidos como unidades sociais criadas por missionários ou autoridades coloniais formadas por aglomerações multiétnicas de populações indígenas “descidas”, isto é, deslocadas e “dessocializadas”. [Ver John Manuel Monteiro. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo*. Campinas, 2001, 235 f. Tese de livre-docência. Depto. De Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, p. 112].

compra), as terras dos aldeamentos passaram a ser invadidas e ocupadas pela população não indígena. A administração provincial, por sua vez, impulsiona o processo de dissolução desses núcleos – iniciado desde a restauração da Capitania (1765) – ao retirar dos documentos oficiais os nomes dos aldeamentos e seus diretores, registrando-os apenas como vilas, freguesias ou capelas, como se vê na estatística de Müller. Dessa forma, seria possível justificar legalmente a implantação de uma colônia de alemães em terras reservadas ao aldeamento de Itapecerica, por exemplo, uma vez que para a administração aqueles índios já estavam assimilados com o resto da população.

Como último exemplo do uso da estatística como instrumento para a concretização dos projetos de grupos da elite no poder provincial, pode-se citar uma representação das estradas provinciais no quarto capítulo da segunda parte, dedicado à descrição do comércio, das manufaturas e das estradas. Neste capítulo, chama atenção que Müller dedique a maior parte do mesmo tratando da importância das estradas e de sua conservação para o desenvolvimento da Província do que ao comércio e às manufaturas. Nesse sentido, Müller se esmerou em apresentar à administração um plano no intuito de racionalizar a ampliação da rede viária provincial a partir da criação de um sistema centralizado na estrada que ligava São Paulo a Santos. Plano que não foi adotado e que ainda levaria algum tempo para se organizar já que a Província demorou a criar e colocar em funcionamento uma divisão ou departamento de obras públicas.

No entanto, a grande novidade do capítulo ficou por conta do modo como o marechal apresentou a rede viária provincial, representada em uma grande folha intitulada *Itinerários das principais estradas provinciais*. A imagem a seguir traz uma cópia fac-similar dessa representação elaborada por Müller e gravada pelo desenhista francês, Hercule Florence, em 1837.

Imagem 4: Itinerários das principais estradas da Província, por Daniel Pedro Müller e Hercule Florence (1837).

Fonte: Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo: 3ª ed. Governo do Estado, 1978, p. 244 A/B.

Para o historiador e bibliófilo Rubens Borba de Moraes, uma das razões que mais contribuíram para que a primeira edição do *Ensaio d'um quadro estatístico...* se transformasse rapidamente em obra “da mais extrema raridade”, foi justamente o fato dela trazer os itinerários das

estradas paulistas, não só pela representação em si, mas especialmente por “esta grande folha não [ter sido] impressa, mas reproduzida na ‘Poligrafia de Hercule Florence, inventor desta arte³⁴²’”.

Mais além da raridade do método empregado para reproduzir os itinerários das estradas, é importante notar o interesse em representá-las esquematicamente e não como um quadro, como havia sido feito na estatística de 1827, ou ainda, através do método descritivo das corografias e memórias. Salta aos olhos a centralidade da cidade de São Paulo no quadro do sistema viário apresentado por Müller. Praticamente todas as estradas saem de São Paulo, sede do poder provincial, e se estendem até os limites da Província em cada uma das direções. Junto com o itinerário das estradas, é claro, pretendia-se passar a ideia de que seguia a autoridade da administração provincial, que assim chegaria a cada rincão povoado e servido por uma dessas estradas. Por isso o esforço de representar as estradas chegando a praticamente todos os núcleos urbanos da Província, mesmo os povoados mais distantes e menos habitados.

3.4.5 Impressão e distribuição da estatística provincial

Antes de se passar a análise da impressão do *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo*, convém recordar que quando esta se deu, no final da década de 1830, a imprensa ainda era recente no Brasil, tendo desembarcado no Rio de Janeiro junto com a transferência da Corte portuguesa àquela cidade, em 1808. Em São Paulo ela era ainda posterior, estando sua instalação na capital intimamente ligada à criação da Academia de Direito, em agosto de 1827³⁴³.

Segundo Rubens Borba de Moraes, a instalação da Faculdade de Direito criou a necessidade de se imprimir, na capital, os manuais que os alunos iriam utilizar³⁴⁴. Não por acaso, dentre os primeiros livros publicados na capital paulista está um intitulado as *Questões sobre presas marítimas*, de José Maria de Avelar Brotero, primeiro lente da Academia de Direito, impresso na tipografia de Costa Silveira em 1836³⁴⁵.

Instalada na Rua de São Gonçalo, nº 14 (atual Praça João Mendes), essa tipografia era de propriedade de Manoel Francisco da Costa Silveira, paulista, instruído em várias línguas estrangeiras. Silveira manteve sua tipografia por muitos anos, tendo editado ali diversas obras literárias, além das publicações de caráter oficial³⁴⁶. Nos anos finais da década de 1830, publicou o

³⁴² Cf. Rubens Borba de Moraes. *O bibliófilo aprendiz*. Brasília/Rio de Janeiro: Briquet de Lemos/Casa da Palavra, 2005, p. 189.

³⁴³ Cf. Cláudia Marino Semeraro. *Início e desenvolvimento da tipografia no Brasil*. In: MASP. *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979, p. 18.

³⁴⁴ Cf. Rubens Borba de Moraes. *O bibliófilo aprendiz*. Brasília/Rio de Janeiro: Briquet de Lemos/Casa da Palavra, 2005, p. 189.

³⁴⁵ *Idem*, *Ibidem*.

³⁴⁶ Segundo Semararo, Manoel da Costa Silveira acabou deixando a tipografia para assumir o lugar de Oficial Maior da Academia de Direito de São Paulo e, em seu lugar, assumiu “J. F. Cabral” (sic) que tocou por algum tempo a tipografia

Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo, de Daniel Pedro Müller, cujo frontispício é reproduzido a seguir:

Imagem 5: Frontispício da primeira edição do *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo*

Fonte: MASP. *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979, p. 211.

Sobre as informações apresentadas na folha de rosto dessa primeira edição, é curioso observar que o subtítulo apresenta uma imprecisão a respeito da data de uma das leis que ordenou a redação da estatística, registrando 11 de abril de 1836, quando o correto seria 11 de abril de 1835.

no antigo endereço, até instalá-la no Palácio do Governo. [Ver Cláudia Marino Semeraro. *Início e desenvolvimento da tipografia no Brasi... Op. Cit.*, p. 19].

Além disso, embora o frontispício informe que o *Ensaio d'um quadro estatístico...* tenha sido publicado em 1838, a documentação indica que a impressão do mesmo pode ter ocorrido um ano mais tarde. Ao menos é o que se pode depreender do discurso proferido pelo então presidente da Província, Venâncio José Lisboa, por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, em janeiro de 1839:

Contractou-se com Manoel Francisco da Costa Silveira a impressão de uma importante obra organizada em virtude da lei provincial n. 16 de 1835. A obra, porém, não podia ser impressa com rapidez. porque na sua organização surgiram dificuldades de toda a ordem. No decorrer do tempo ficaram alterados os informes recebidos, pelo que indispensavel se tornára providencial, a fim de que os dados que iam ser divulgados fossem recentes, positivos e exactos. Embora a obra projectada fosse o primeiro ensaio para organização da estatística provincial tomando por ponto de partida o anno de 1835, em que S . Paulo viu installada a sua primeira Assembléa Legislativa, conviria que ao ser ella publicada, em 1839, exprimisse o melhor possivel o estado do progresso paulista ao tempo da distribuição de tão interessante quão difficil trabalho³⁴⁷.

De fato, como se buscou demonstrar, a publicação da estatística de Müller foi bastante retardada em razão das muitas dificuldades encontradas junto às autoridades locais e juízes de paz na coleta e submissão dos dados referentes a seus respectivos núcleos urbanos. Assim, considerando que em janeiro de 1838 Müller já havia concluído a redação de sua estatística tendo, inclusive, enviado os originais à Secretaria do Governo para que fossem impressos, é de se questionar a razão que teria levado a Assembleia a atrasar em mais um ano a publicação do *Ensaio* de Müller e, mais do que isso, se realmente foi impresso em 1839, por que o frontispício indica a data de 1838?

Além dos discursos de Venâncio José Lisboa e Manoel Felizardo de Souza e Mello, destacados acima, não se encontrou na documentação qualquer outro indício que explicasse esse atraso. No entanto, não se deve descartar a possibilidade de que o mesmo esteja diretamente relacionado às disputas entre os grupos políticos no controle da Assembleia Legislativa Provincial e, portanto, os referidos “equívocos” podem ter sido intencionais.

Como já foi destacado, em 1838 teve início a segunda legislatura da Assembleia paulista, cuja maioria, dessa vez, passou a ser composta por deputados ligados ao chamado “Partido da Ordem”. No capítulo anterior, viu-se que este grupo se opunha frontalmente aos projetos do chamado “Partido Paulista”, liderado por ninguém menos que Nicolau Vergueiro, Paula Souza, Tobias de Aguiar e Gavião Peixoto, todos estes diretamente envolvidos com o projeto da estatística. Assim, da mesma forma como os deputados dessa segunda legislatura suspenderam ou extinguiram

³⁴⁷ Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889*. São Paulo: Secção de obras d' "O Estado de S.Paulo", v.1, 1926, p. 84. Além de Venâncio José Lisboa, o discurso de abertura do presidente Manoel Felizardo de Souza e Mello, em 1844, também confirma que a obra de Müller só teria “circulado” em 1839. Segundo Souza e Mello: “Em 1839 circulou o livro *Ensaio dum Quadro Estatístico* que apesar de alguns defeitos inevitaveis, mereceu bom acolhimento por ser até então a tentativa em maior escala levada a termo sobre o difficil assumpto”. [Ver Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de São Paulo... Op. Cit.*, p. 165].

outros projetos de autoria dos expoentes do “Partido Paulista³⁴⁸”, não surpreenderia se também tivessem atrasado a publicação da estatística, solicitando algumas atualizações ou alegando que a mesma havia sido mal feita em alguns pontos, a fim de minimizarem os méritos da primeira legislatura e capitalizarem para a sua gestão os créditos pela publicação atualizada daquela obra³⁴⁹.

Nesse sentido, é muito significativo o fato de não aparecer o nome de Daniel Pedro Müller na capa, folha de rosto ou em qualquer outra parte da primeira edição. Sabe-se que Müller era conhecido por manter fortes laços de amizade e uma imagem muito associada aos principais líderes do “Partido Paulista”, em especial Gavião Peixoto, Tobias de Aguiar e Joaquim Floriano de Toledo.

3.4.6 A difusão dos quadros estatísticos de Müller

Ao reconstituir as circunstâncias da transformação dos dispositivos estatísticos exclusivamente destinados aos reis e suas administrações (séculos XVII-XVIII), em dispositivos relativamente autônomos, quase universais e destinados a uma análise científica da sociedade (séculos XIX-XX), Olivier Martin chama atenção que terá sido a partir da segunda metade do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, com a emergência de organismos oficiais encarregados de realizar as pesquisas e reunir as informações estatísticas, que se passou a ter uma preocupação maior com a sua difusão junto aos governantes e aos públicos³⁵⁰.

Conquanto ainda não houvesse uma instituição oficial para a direção dos trabalhos estatísticos, quer em escala nacional, quer em escala provincial, a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, através da própria Lei que encomendou a redação da estatística, ordenou não só a sua impressão, mas também a forma como as cópias deveriam ser distribuídas:

Art. 4º. O Governo remetterá para a secretaria da assembléa provincial 40 exemplares da estatística assim organizada; e igualmente 5 á câmara dos senadores, 10 á dos deputados da nação, 2 ao governo central, e 1 a cada uma das assembléas provinciaes do império³⁵¹.

³⁴⁸ Alguns exemplos que podem ser mencionados são: a revogação da lei que criou os cargos de *Prefeito*; a extinção da *Fazenda Normal da capital*, a revogação da lei que criou a *Tipografia do Governo* ou, ainda, a suspensão da lei que determinou a criação do Gabinete Topográfico de São Paulo.

³⁴⁹ O que pode parecer um mero erro de impressão, como a alteração da data da lei que autorizou a elaboração da estatística, de 1835 para 1836, pode estar relacionado ao fato de a segunda legislatura da Assembleia pretender desvincular a execução da estatística dos deputados da primeira legislatura, iniciada em 1835. Ao mesmo tempo e no sentido oposto, o fato de a data da publicação ter permanecido 1838 no frontispício, em vez de 1839, quando ela teria sido publicada de fato, tenha a ver com o desejo de marcar a publicação da estatística com o ano em que a segunda legislatura teve início. Evidentemente tais hipóteses podem ser refutadas se, de fato, tais equívocos se tratem de meros erros de impressão.

³⁵⁰ Na Inglaterra e Alemanha isso se dá na década de 1750, enquanto na França teria ocorrido um pouco depois, a partir da década de 1780. [Ver Olivier Martin. *Da estatística política à sociologia estatística...*, p. 23].

³⁵¹ SÃO PAULO (Província). *Lei n. 16, de 11 de abril de 1835. Autoriza o governo a despende o que for necessário para a redação e impressão da estatística da província.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.16,%20de%2011.04.1835.pdf>>. Acesso em 01. fev. 2012. Ver transcrição na íntegra do texto dessa Lei no anexo nº14, na parte final dessa dissertação.

Destarte, ao contrário do que havia ocorrido com a estatística elaborada em 1827, o *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo* circulou entre os órgãos administrativos da Corte, como o Senado e a Câmara dos Deputados, bem como das demais províncias do Império. Essa informação ganha ainda mais relevância se analisada em conjunto com o seguinte trecho do discurso de Bernardo José Pinto Gavião Peixoto por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, em 1837:

Esses trabalhos estatísticos muito poderiam concorrer para aplainar as dificuldades que se tem encontrado sempre que se trata de fixar os limites entre a província de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro. Nos exames e observações que se fizerem deve entrar esse objecto em linha de conta, por isso que a divisão actual, principalmente com o Rio de Janeiro, era assás prejudicial tanto a uma como a outra província pelo extravio de direitos que não se poderiam acautelar pela incerteza, irregularidade e natureza dos limites, que embaraçam os respectivos governos na collocação dos Registros e necessaria fiscalisação. [...]. Corrigam-se dados preciosos para informar ao Governo Imperial sobre este assumpto³⁵².

Especialmente pela última frase, fica bastante claro um dos usos que a administração provincial pretendia dar à estatística, isto é, que a mesma servisse de documentação a ser utilizada junto aos órgãos administrativos, quer da Corte, quer de outras províncias, nas “dificuldades” enfrentadas pelo governo provincial nas negociações de limites interprovinciais, por exemplo.

Por esta razão, aliás, também é possível entender o interesse da administração em escolher um de seus profissionais mais conceituados e experientes para a elaboração de ambos os artefatos (estatística e mapa provincial), na melhor qualidade que a técnica permitia elaborar para a época, investindo grandes somas em sua elaboração e, principalmente, em sua impressão. Assim, quanto mais fosse possível associar esses artefatos à ideia de precisão, maior a veracidade dos discursos construídos em suas representações e, portanto, melhor para os desígnios da administração paulista.

3.5 Um instrumento de poder para a administração provincial paulista

Publicado nos anos finais da década de 1830, o *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo* está diretamente relacionado ao contexto das reformas liberais decorrentes da Abdicação de d. Pedro I, que culminaram com o Ato Adicional de 1834. Como fruto de um momento em que, pela primeira vez, grupos da elite paulista passaram a gozar de relativa autonomia política e tributária na administração provincial, esse artefato traz impregnado em suas folhas os interesses desses grupos, não só em conhecer melhor a Província para nela intervir, mas em construir uma representação territorial de acordo com seus anseios e desígnios.

³⁵²Anais da ALPSP, 1837, p. 67.

Diferentemente da estatística elaborada uma década antes, houve interesse da administração em difundir o *Ensaio* organizado por Müller, imprimindo dezenas de cópias e distribuindo-as, não apenas entre os órgãos da administração provincial, mas também para a Assembleia-Geral, o Senado e cada uma das demais Assembleias Provinciais do Império. Tal iniciativa revela a intenção dos deputados em construir padrões de representação territorial para a Província de São Paulo e disseminá-los aos demais centros de poder do país, de modo que também pudessem controlar a circulação do conhecimento geográfico que se detinha sobre aquele território.

Mais do que uma ferramenta auxiliar pensada por grupos da elite local para a gestão da administração provincial, portanto, o *Ensaio d'um quadro Estatístico da Provincia de São Paulo* também pode ser entendido como um instrumento de poder que visava, sobretudo, a construção territorial da Província segundo os interesses e desígnios desses grupos.

CAPÍTULO 4: A BIOGRAFIA DE UM MAPA: *O MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVINCIA DE SÃO PAULO.*

- 4.1 Técnicas empregadas na elaboração.
- 4.2 Encomenda.
- 4.3 Composição do desenho.
- 4.4 Impressão.
- 4.5 Apresentação do mapa aos deputados da Assembleia Legislativa Provincial.
- 4.6 Circulação (séculos XIX e XX).
- 4.7 Um mapa para controlar o território paulista.

“Qualquer história cartográfica que ignore a importância política da representação se relega a uma história ‘ahistórica’”.

John Brian Harley³⁵³.

Ao utilizar mapas como fonte de pesquisa histórica é bastante comum que se inicie o trabalho a partir de informações colhidas no próprio mapa, ou seja, após a realização de uma análise minuciosa de cada detalhe contido na carta. O *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, assim como muitos mapas do século XIX, contém um cartucho bastante rico em informações sobre si e seus produtores³⁵⁴. Localizado na parte inferior esquerda do mapa, ele indica não apenas o título da carta, mas também seu autor e ocupação, “Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros”; o ano em que foi concluído, “1837”; a quem o mesmo foi dedicado, o “Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo Jozé Pinto Gavião Peixoto, presidente desta Província”; e o local onde a carta foi impressa: nas oficinas de “Alexis Orgiazzi”, localizada na “Rue du Pot-de-Fer, St. Suplice, 14”, na cidade de Paris, tal como mostra a imagem destacada a seguir.

Mapa 4: Cartucho do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*

Fonte: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841].
1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

³⁵³ Cf. John Brian Harley. Mapas, conocimiento y poder. In: _____. *La Nueva Naturaleza de los Mapas: ensayos sobre La historia de la cartografia*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 112.

³⁵⁴ Segundo a definição de Céurio de Oliveira, em seu dicionário cartográfico, o cartucho é um “quadro de dimensões reduzidas, às vezes ornamentado, emoldurando o título e eventualmente, outras indicações”, sendo bastante comum nos mapas mais antigos. [Ver Céurio de Oliveira. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980, p. 63].

Como se pode observar, o cartucho deste mapa oferece alguns indícios que permitem uma verticalização da pesquisa, tais como a abrangência do mapa, o marco temporal em que foi produzido, ao menos dois personagens envolvidos com sua produção – o próprio cartógrafo e o presidente da Província, a quem o mapa foi dedicado – além da cidade e a oficina onde a carta foi impressa. Tais indícios, ainda que bastante iniciais, já suscitam questões importantes para a interpretação do mapa, tais como: por que o autor escolheu esse título para seu mapa? O que estava ocorrendo em São Paulo e no Brasil na época em que o mesmo foi produzido? Quem foi o cartógrafo e por que razão o mapa foi dedicado ao presidente da Província? Quais razões teriam influenciado para que se optasse por enviá-lo a uma oficina parisiense ao invés de imprimi-lo em São Paulo ou no Rio de Janeiro?

No caso do título do mapa, por exemplo, buscou-se compreender a razão que teria levado Müller a classificar sua carta como “Chorographica”, isto é, o que esse termo tem a dizer a respeito do mapa e que razão fez com que o cartógrafo preferisse essa expressão ao invés de outras, tais como “Mapa Geográfico” ou simplesmente “Mapa da Província de São Paulo”.

Segundo o *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*, a palavra *Corografia* era compreendida da seguinte maneira no princípio do século XVIII:

COROGRAFIA, Corografia, ou Topografia, que no primeyro vocábulo, Cora, em Grego, quer dizer Região, & no segundo, Topos, quer dizer Lugar, & em ambos, Graphi significa Descrição. He pois Corographia, descrição de qualquer lugar, pays ou Região particular e nisto differe Corographia de Geografia, que assim como a pintura de um homem, com todas as partes e proporçoens de membros, he differente da pintura de um braço sómente, ou de qualquer outra parte separada. Assim, a geografia he como huma pintura de toda a terra com suas partes, e demarcaçoens, & a Corographia trata somente de alguma terra em particular, sem ordem nem respeito às outras, empregando-se mais nos accidentes, & qualidades da terra, como são portos, quintas, edificios, &c³⁵⁵.

Tal explicação, oferecida por Bluteau, sugere que Müller tenha intitulado seu mapa como “Chorographico”, pois seu objetivo era representar uma região específica do Brasil, nomeadamente, a Província de São Paulo, e não o conjunto de todo o país³⁵⁶.

Todavia, para além dessas informações iniciais inseridas pelo próprio cartógrafo no cartucho de seu mapa, outros elementos da carta ainda podem oferecer informações valiosas que possibilitam ao pesquisador interpretá-la de modo mais preciso. Para atingir este fim, como indicou J. B. Harley, um dos primeiros passos que o historiador da cartografia deve seguir é buscar

³⁵⁵ Cf. Raphael Bluteau. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712–1728, v.2, p.556.

³⁵⁶ Vale destacar que em dicionário publicado em 1832, data mais aproximada da conclusão do mapa de Müller, observa-se que a definição encontrada em Bluteau foi reiterada: “Corographia – s.f. Descrição de huma terra em particular”. [Ver Luiz Maria da Silva Pinto. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832]. Atualmente, Céurio Oliveira, em seu *Dicionário Cartográfico* publicado em 1980, ainda apresenta uma definição bastante semelhante para o vocábulo *Corografia*, embora destaque que o termo tenha ficado “obsoleto por seu caráter apenas descritivo”. [Ver Céurio Oliveira. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980, p. 89].

identificar a maneira como o cartógrafo conseguiu elaborar sua carta desde um ponto de vista técnico³⁵⁷. Neste sentido, destaque especial pode ser dado, por exemplo, a uma análise comparativa das dimensões do mapa com outros similares produzidos antes ou depois dele. Pode-se ainda, se esta não foi informada na própria folha do mapa, tentar identificar a projeção escolhida pelo cartógrafo para realizar sua representação; a escala empregada; o meridiano de referência; as técnicas de representação do relevo, bem como, das redes hidrográfica, viária e urbana, dentre outros aspectos. Cada uma destas escolhas feitas pelo cartógrafo na hora de produzir o desenho de seu mapa está longe de ser neutra e, portanto, está prenhe de significados que contribuem para uma melhor compreensão do mapa, de seu cartógrafo e da sociedade que o produziu, como se pretende demonstrar a seguir.

4.1 Técnicas empregadas na elaboração.

Em relação à técnica empregada para a elaboração do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, o primeiro e principal destaque que se deve fazer é o fato desta se tratar de uma carta impressa, uma vez que praticamente todos os mapas produzidos antes de 1841 eram manuscritos. Antes da impressão desta carta, verificou-se apenas a existência de um único mapa impresso contendo a representação de parte da Província de São Paulo, a *Carte des Golddistrictes Eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes*³⁵⁸, elaborada por Wilhelm von Eschwege e publicada como a primeira prancha de seu famoso *Pluto Brasiliensis*, cuja primeira edição foi impressa em Berlim, em 1833³⁵⁹.

No entanto, embora esta realmente seja uma grande inovação para a cartografia paulista, pode-se dizer que no que diz respeito aos principais aspectos técnicos utilizados por Müller para compor o desenho de seu mapa, há poucas mudanças significativas em relação aos mapas paulistas que vinham sendo elaborados desde a última década do século XVIII, como se verá mais detidamente na descrição de alguns destes aspectos a seguir.

4.1.1 Dimensões

Quando analisadas em conjunto com uma série de outras informações extraídas do próprio mapa, suas dimensões podem revelar indícios que contribuem para uma melhor compreensão do

³⁵⁷ Cf. John Brian Harley. *Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas... Op. Cit.*, p. 65.

³⁵⁸ Segundo tradução gentilmente oferecida pelo professor Friedrich E. Renger, o título desta carta é *Mapa do distrito aurífero de parte da Província de São Paulo com uma parte da Província limítrofe de Minas Gerais por W. von Eschwege*.

³⁵⁹ Cf. Wilhelm von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*. Berlim: Reimer, 1833, 633p.

que pretendiam os cartógrafos ou aqueles que encomendaram sua confecção. Assim, ao deparar-se com um mapa manuscrito de pequenas dimensões, sem qualquer preocupação de representação em escala ou com o uso de uma determinada projeção e feito sobre um papel de má qualidade, por exemplo, pode-se depreender que tal artefato dificilmente terá sido elaborado para oferecê-lo como presente a um príncipe ou um rei, e que, provavelmente, seu autor o terá preparado para ter um uso muito mais pragmático, ao menos, nos primeiros momentos após sua criação. Claro que tal hipótese precisaria ser investigada mais profundamente para que pudesse ser confirmada, mas a partir desse simples exemplo pode-se perceber como pequenos detalhes técnicos, tal como a dimensão de um mapa, podem ser relevantes na investigação das intenções dos responsáveis por sua elaboração.

Contudo, antes de se partir para uma análise comparativa entre as dimensões das diferentes cópias de um mapa, por exemplo, é importante ter em mente que é bastante comum a ocorrência de uma pequena variação no tamanho de cada exemplar. Tal variação pode ocorrer em decorrência de uma série de fatores, tais como a própria diferença das folhas selecionadas na hora da impressão, rasuras, mutilações, umidade, alteração dimensional das folhas em função do modo de arquivá-las ou desgaste pela ação do tempo. No caso específico do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, teve-se acesso a exemplares mantidos em três acervos distintos: o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (102,6 x 151,4 cm); o da *Huntington Library*, nos Estados Unidos (105 x 157 cm) e o do Arquivo Público do Estado de São Paulo (66 x 96 cm).

Assim, já de princípio, a grande diferença observada nas medidas do exemplar mantido no Arquivo Público do Estado de São Paulo (66 x 96 cm), quando comparadas às medidas dos outros dois exemplares analisados neste trabalho, sugere que o mesmo se trate de uma cópia reduzida produzida a partir de um exemplar original ou, ainda, de alguma outra cópia³⁶⁰. Tais dimensões são praticamente as mesmas do exemplar utilizado para a produção do fac-símile publicado pelo Museu Paulista na *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*, por ocasião do centenário da Independência do Brasil, em 1922³⁶¹.

Partindo agora para comparar as dimensões do mapa de Müller com as de mapas paulistas produzidos anteriormente, verificou-se que este só encontra similar em duas cartas: a *Carta Corographica e Hydrographica de toda a costa do mar da Capitania de S. Paulo*, de João da Costa Ferreira, sendo esta última pouca coisa maior, com seus 105 x 153,5 cm³⁶²; e o *Mapa Corographico*

³⁶⁰ Em relação ao exemplar mantido na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, a cópia do Arquivo Público do Estado sofreu uma redução proporcional em suas medidas de altura e largura de aproximadamente 36%.

³⁶¹ A dimensão do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* encartado na *Collectanea de Mappas...* é de 65,4 x 96,1 cm, ou seja, praticamente os mesmos 66 x 96 cm do exemplar mantido pelo Arquivo do Estado..

³⁶² Trata-se de um manuscrito aquarelado elaborado por João da Costa Ferreira, entre 1789 e 1793, que possui uma cópia sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Para a elaboração do levantamento desta carta, João da Costa Ferreira contou com o auxílio de Antônio Rodrigues Montesinho, que se incumbiu de levantar o mapa da costa paulista desde Bertioga até os limites da então capitania com o Rio de Janeiro; de Francisco de Oliveira Barbosa, astrônomo real de d. Maria I entre os anos de 1791-1793, que realizou o cálculo e a fixação dos pontos de

da *Capitania de S. Paulo*, elaborado por Antônio Rodrigues Montesinho³⁶³, que também excede o mapa de Müller, medindo 149 x 163 cm³⁶⁴. Não surpreende, portanto, a informação de que Müller tenha utilizado estes mapas como fontes para a elaboração de sua carta³⁶⁵.

Por sua vez, quando comparado a cartas produzidas posteriormente, vê-se que o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* é significativamente maior do que todos os mapas elaborados durante o período imperial compulsados nesta pesquisa. A *Carta Topographica da Província de São Paulo* (1847), litografada por Victor Larée, por exemplo, mede menos da metade do mapa de Müller, 47 x 60 cm³⁶⁶; já o *Província de São Paulo* (1868), de Cândido Mendes de Almeida, é ainda menor, com seus 30,3 x 38 cm³⁶⁷; por fim, a *Carta da Província de São Paulo*, de R. Habersham e Jules Martin, publicada no *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1878*, segue esta mesma média, com seus 21 x 32 cm. A carta de dimensões mais aproximadas com o mapa de Müller é uma elaborada pelo engenheiro civil Robert Hirschrot, em 1875, com seus 95,6 x 120 cm. A tabela a seguir dá especial destaque às dimensões de uma série de mapas elaborados para representar o território paulista entre os anos de 1770 e 1879.

longitude e latitude da cidade de São Paulo, bem como de outros treze pontos do litoral paulista desde Guaratuba à Barra do Juqueriquerê; além do segundo tenente do Real Corpo de Engenheiros, Rufino José Felizardo e Costa, que *risco*u o desenho da carta. [Ver Affonso d'Escragnolle Taunay. *Carta Corographica e Hydrographica de toda a costa do mar da Capitania de S. Paulo*. In: *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 5].

³⁶³ Antônio Rodrigues Montesinho, nascido na América, destacou-se como aluno da Aula do Regimento da Artilharia do Rio de Janeiro. Segundo o general Aurélio de Lyra Tavares, trabalhou na Praça do Rio de Janeiro como engenheiro, especialmente no serviço de levantamento e cartografia. Foi enviado a Capitania de São Paulo, onde trabalhou já como integrante do Corpo de Engenheiros. Reformou-se do serviço militar em 1822, tendo falecido no Rio de Janeiro aos 11 de junho de 1829. [Ver Aurélio de Lyra Tavares. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000 [1965], p. 124-125].

³⁶⁴ Manuscrito aquarelado elaborado por Antônio Rodrigues Montezinho, entre 1791 e 1792, que atualmente encontra-se sob a guarda da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty. [Ver Antonio Rodrigues Montesinho. *Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo que por Ordem do Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Bernardo Jozé de Lorena, Governador e Capitão General da mesma Capitania Levantou o Ajudante Engenheiro Antonio Roiz Montezinho, conforme suas observações feitas em 1791 e 1792*. 1 mapa, ms: 149 x 163 cm. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro].

³⁶⁵ Cf. Affonso d'Escragnolle Taunay. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. In: *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga... Op. Cit.*, p. 7.

³⁶⁶ Carta organizada no Rio de Janeiro pelo litógrafo Victor Larée, em 1847, reeditada em 1858. Este mapa foi apresentado na Exposição de História do Brasil, de 1881, em cujo catálogo foi registrado que a mesma foi publicada no Rio de Janeiro, em 1847, por Firmin Didot Irmãos, Belin le Prier e Marizot. Esse mesmo catálogo ainda informa que a *Carta Topographica da Província de São Paulo* foi gravada por J. H. Leonhard, que se trata de uma carta colorida e que, à época, havia uma cópia no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Além dessa cópia, o catálogo da exposição Leituras Cartográficas, históricas e contemporâneas, organizada pelo MAC-USP, publicou a reprodução de uma cópia desse mapa pertencente ao Arquivo Militar do Exército, no Rio de Janeiro. [Ver Ramiz Galvão (org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil*. Ed. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. Tomo I, p. 276]. Ver também: Victor Larée. *Carta Topographica da Província de São Paulo*. 1847. 1 mapa: litografia, 47 x 60 cm. F. Didot Irmãos, Belin Le Prier et Morizot: Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53024946z/f1.zoom.langPT>>. Acessado em: 20/11/2014.

³⁶⁷ Mapa encartado no *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes de Almeida, publicado em 1868.

Quadro 11: Relação de mapas com a representação do território de São Paulo elaborados entre 1770-1878.

Título	Autor(es)	Ano	Técnica de Produção	Acervo	Tamanho (cm)
Carta chorografica dos dous certoens de Tibagy e Ivay novamente descubertos pelas ordens e instruçoens de D. Luiz Antonio de Souza Governador e Capitão General de S. Paulo. – anno de 1770.	Autor desconhecido	1770	Manuscrito	Arquivo Histórico Ultramarino	30 x 39
Mappa da Capitania de S. Paulo em que se mostra tudo o que ella tinha antigamente the o Rio Paná...	Autor desconhecido	[ca. 1773]	Manuscrito	Arquivo Histórico Ultramarino	41,3 x 53,5
Carta chorographica para intelligência dos pontos das devizoens que tem havido entre a Capitania de S. Paulo, e a de Minas Geraes	Autor desconhecido	1772-1775	Manuscrito	Ministério das Relações Exteriores	33,5 x 44
Carta Corographica e Hydrographica de toda a costa do mar da Capitania de S. Paulo	João da Costa Ferreira; Antônio Rodrigues Montesinho; Rufino José Felizardo e Costa	1789-1793	Manuscrito	Arquivo Histórico do Exército (RJ)	105 x 153,5
Mappa Chorographico da Capitania de S. Paulo	Antônio Rodrigues Montesinho	1791-1792	Manuscrito	Ministério das Relações Exteriores	149,4 x 163
Carta Corographica da Capitania de S. Paulo	[João da Costa Ferreira]	1793	Manuscrito	Arquivo Histórico do Exército (RJ)	57 x 82
[Litoral do Brasil entre as Ilhas de São Sebastião, em São Paulo e Santa Catarina, no estado do mesmo nome]	João da Costa Ferreira	179?	Manuscrito	Fundação Biblioteca Nacional (RJ)	56 x 72,5
Mappa da Capitania de São Paulo ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Snr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para o uso próprio do Tenente Coronel de Engº Guilherme, Barão de Eschwege	Wilhelm von Eschwege (copiada do original de João da Costa Ferreira)	1817	Manuscrito	Arquivo Público do Estado de São Paulo	51,9 x 72,8
Carte des Golddistrictes Eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes von W. v. Eschwege.	Wilhelm von Eschwege	1833	Impresso	Pluto Brasiliensis	23,1 x 32,1
Mappa Chorographico da Província de São Paulo	Daniel Pedro Müller	1837	Impresso	Arquivo do Estado de São Paulo	66 x 96
				Fundação Biblioteca Nacional (RJ)	102,4 x 151,6
				Huntington Library (EUA)	105 x 157
				Biblioteca Municipal Mário de Andrade (SP)	110 x 119
Carta Topographica da Província de São Paulo	Victor Larée; Firmin Didot; J. H. Leonhard	1847	Litografado	Fundação Biblioteca Nacional (RJ)	49,5 x 62
Província de São Paulo (Atlas do Império do Brazil)	Cândido ‘ Almeida	1868	Litografado	Atlas do Império do Brazil	30,3 x 38
Karta da parte conhecida da Província de São Paulo aumentada de dados estatísticos e outras correções resultantes de estudos e melhoramentos recentes por Robert Hirnchrot, Engº Civil.	Robert Hirnchrot	1875	Litografado	Biblioteca Municipal Mário de Andrade (SP)	95,6 x 120
Carta da Província de São Paulo	Jules Martin	1878	Litografado	Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1878, 3 ano.	21 x 32
Mapa da Província de São Paulo	Claudio Lomellino de Carvalho	1879	Litografado	Fundação Biblioteca Nacional (RJ)	33 x 47

Tomando-se como referência as dimensões do exemplar mantido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (102,4 x 151,6 cm), pode-se dizer que o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, de Daniel Pedro Müller, era um mapa de grandes proporções para a época em que foi produzido. Suas dimensões sugerem usos e públicos bastante diferentes de cartas como as de Eschwege (1833), Cândido Mendes (1868), Jules Martin (1878) e Lomellino de Carvalho (1879), por exemplo, feitas para circularem em livros, atlas ou almanaques comercializados ao público geral. Como se verá mais adiante, o caráter marcadamente administrativo deste mapa, cuja elaboração foi encomendada pela Assembleia Legislativa Provincial, aliado ao fato de o mesmo haver circulado como uma folha solta, distribuída segundo o parecer dos deputados paulistas, são informações que dão maior sentido às dimensões do mapa, bem como a seu circuito mais restrito que os mapas supracitados.

4.1.2 Escala

A escala de um mapa determina o nível de detalhe e a quantidade de informação presente no mesmo. Mapas em escalas maiores implicam assim um maior esforço de levantamento de dados: feições cartográficas (rios, localidades, fazendas, etc.) de menores dimensões, com suas coordenadas, precisam ser coletadas em campo ou de outros mapas em escala maior ou semelhante.

No início do século XIX já era uma prática comum que os mapas apresentassem indicação da escala empregada pelo cartógrafo na composição de sua carta. Em geral, esta informação vinha em forma de uma escala gráfica ou um *petipé* em léguas³⁶⁸. No entanto, o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* não traz em sua folha nenhum desses elementos, tampouco outros comuns à época como a rosa dos ventos e demais legendas. Contudo, a partir de medições feitas sobre um exemplar da carta foi possível calcular a escala utilizada por Müller em seu trabalho.

Nos casos em que a escala não aparece informada no próprio mapa, pode-se chegar a estabelecê-la medindo-se a distância em centímetros correspondente às diferentes marcações de graus e minutos que aparecem inscritas nas bordas do mapa, como mostra a imagem abaixo.

³⁶⁸ Segundo o Dicionário Cartográfico, trata-se de uma “escala ou régua com divisões utilizada por arquitetos”, ou ainda, a “escala de reduções utilizada nos mapas”. [Ver Céurio de Oliveira. *Dicionário Cartográfico... Op. Cit.* p, 302].

Mapa 5: Trecho do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* destacando as marcações de graus e minutos de longitude, nas bordas do mapa.

Fonte: *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841].
1 mapa, impr.: 102,4 x 151,6 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Tendo-se em conta que 360 graus equivalem a 40.000 km (perímetro da Terra), conclui-se que para cada grau representado em um mapa, há uma correspondência de aproximadamente 110 km. Desta forma, para que se possa calcular a escala de uma determinada carta bastará medir no próprio mapa um intervalo equivalente a um grau de latitude ou longitude e, em seguida, dividir esse total pelos 110 km, no caso da latitude, ou a este mesmo valor multiplicado pelo cosseno da latitude média, para o caso da longitude³⁶⁹.

Procedendo a esta operação verificou-se que para a direção leste-oeste do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, há quinze intervalos consecutivos, a uma medida aproximada de 9,8 cm cada (na borda superior) e 9,2 cm³⁷⁰ (na borda inferior). Cada intervalo corresponde, portanto, a um grau de longitude. Ao efetuar o cálculo descrito anteriormente, obteve-se como resultado uma escala para a direção leste-oeste de 1:1.029.286 cm (10,29 Km), na borda superior, e 1:1.096.413 cm (10,96 Km), na borda inferior. Já para a direção norte-sul, observaram-se dez intervalos consecutivos a uma medida de 10,6 cm cada, equivalendo a um grau de latitude. Neste caso, chegou-se a uma escala de 1:1.037.736 cm (10,37 Km) para a direção norte-sul. Assim, para efeito de comparação com outros mapas produzidos anteriormente e posteriormente ao mapa de Müller, se utilizará como referência a escala aproximada de 1:1.040.000 cm (10,4 Km).

Realizado este mesmo procedimento para cartas elaboradas antes e depois do mapa de Müller, verificaram-se as escalas apresentadas no quadro a seguir.

³⁶⁹ Cf. Jorge Pimentel Cintra. A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica. In: *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Nov. 2009, Ouro Preto, p. 3-4. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/cintra_a-cartografia-digital-como-ferramenta-para-a-cartografia-historica.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

³⁷⁰ As diferentes medidas observadas na distância entre os graus de longitude nas bordas superior e inferior do mapa estão relacionadas à projeção escolhida por Müller para a representação de seu mapa.

Quadro 12: Relação de mapas da Capitania, depois Província de São Paulo, para comparação das medidas de escalas entre eles (1770-1878).

#	TÍTULO	AUTOR(ES)	DATA	ESCALA (cm)	IMAGEM	FONTE
1	Carta Corographica e Hydrographica de toda a costa do mar da Capitania de S. Paulo	João da Costa Ferreira; Antônio Rodrigues Montesinho; Rufino José Felizardo e Costa	1789	1:800.000		Carta Corographica e Hydrographica de toda a costa do mar da Capitania de S. Paulo. In: <i>Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)</i> . São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.
2	Mappa Chorographico da Capitania de S. Paulo	Antônio Rodrigues Montesinho	1791-92	1:1.650.000		<i>Mapa Corographico da Capitnia de S. Paulo que por Ordem do Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Bernardo Jozé de Lorena, Governador e Capitão General da mesma Capitania Levantou o Ajudante Engenheiro Antonio Roiz Montezinho, conforme suas observações feitas em 1791 e 1792.</i> 1 mapa, ms: 163 x 149 cm. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores (RJ).
3	Mappa da Capitania de São Paulo ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Snr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para o uso próprio do Tenente Coronel de Engº Guilherme, Barão de Eschwege	Wilhelm von Eschwege (Copiada do original de João da Costa Ferreira)	1817	1:2.000.000		<i>Mappa da Capitania de São Paulo ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Snr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para o uso próprio do Tenente Coronel de Engº Guilherme, Barão de Eschwege.</i> 1817. 1 mapa, ms. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
4	Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo: desenhado por Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros, Segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmitidos.	Daniel Pedro Müller	1837	1:1.040.000		<i>Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo: desenhado por Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros, Segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmitidos.</i> Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

5	Carta Topographica da Província de São Paulo	V. Larée; Firmino Didot; J. H. Leonhard	1847	1:2.000.000		<i>Carta Topographica da Província de São Paulo.</i> Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmãos, Belin Le Prieur & Morizot, 1847. 1 mapa: 49,5 x 62 cm, litografado. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
6	Província de São Paulo	Cândido Mendes de Almeida	1868	1:3.300.000		<i>Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias : dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II.</i> Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomatico, 1868, prancha XVII.
7	Karta da parte conhecida da Provincia de São Paulo aumentada de dados estatísticos e outras correções resultantes de estudos e melhoramentos recentes por Robert Hirnschrot	Robert Hirnschrot	1875	1:950.000		<i>Karta da parte conhecida da Provincia de São Paulo aumentada de dados estatísticos e outras correções resultantes de estudos e melhoramentos recentes por Robert Hirnschrot, Engenheiro Civil.</i> Winterthur: Wurster, 1875. 1 mapa, impr.: 95,6 X 120 cm. Biblioteca Municipal Mário de Andrade (SP).
8	Mapa da Província de São Paulo	Cláudio Lomelino de Carvalho	1879	1:2.000.000		<i>Província de São Paulo.</i> [Rio de Janeiro]: Lith. de Angelo & Robin, 1879. 1 mapa impr., 33 x 47cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Como se pode observar, de todos os mapas da Capitania, depois Província de São Paulo, publicados entre os anos de 1790 a 1879 analisados por esta pesquisa, o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, de Daniel Pedro Müller, está entre aqueles que apresentam a maior escala, junto com a *Carta Corographica e Hydrographica de toda a Costa do Mar da Capitania de S. Paulo*, de João da Costa Ferreira e Antônio Rodrigues Montesinho³⁷¹ (1789-93), e a *Karta da parte conhecida da Província de São Paulo*, de Robert Hirschrot (1875).

Tal aspecto indica a preocupação do cartógrafo – e daqueles que encomendaram o mapa – no nível de detalhamento que se pretendia dar a esta representação da Província paulista. Em outras palavras, pretendiam elaborar uma carta contendo informações atualizadas de todo o território paulista, com seus principais rios, rede viária, malha urbana, divisão administrativa das comarcas e limites com províncias vizinhas e, simultaneamente, que esta fosse a mais detalhada desde a produção das cartas de Costa Ferreira e Montesinho, produzidas no início da década de 1790. Como se buscou demonstrar, mesmo dentre as cartas publicadas após a impressão do mapa de Müller, apenas em 1875, com a *Karta* de Robert Hirschrot, surgiu um mapa provincial com escala maior que a de 1:1.040.000 cm do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*.

4.1.3 Projeção

Projeção cartográfica é uma função matemática que visa converter coordenadas geodésicas em coordenadas planas a fim de que estas últimas possam ser utilizadas por um cartógrafo na elaboração de representações bidimensionais a partir de um elipsoide, figura matemática, tridimensional e aproximada da forma da terra³⁷². Em razão dessas aproximações a projeção da superfície terrestre em um plano resultará em distorções. Dependendo de qual fórmula foi utilizada pelo cartógrafo para fazer sua representação, esta distorção será maior em uma área do que em outra. Trata-se, portanto, de uma escolha feita pelo cartógrafo de

³⁷¹ Apesar da escala de 1:800.000 cm calculada para a *Carta Corographica e Hydrographica...* ser maior do que a de 1:1.050.000 cm de Daniel Pedro Müller, aquela cobria uma área bem menor de território, limitando-se à costa da então Capitania de São Paulo, enquanto o mapa do marechal Müller possuía uma cobertura geográfica maior, detalhando toda a área já ocupada do interior da Província de São Paulo.

³⁷² O *elipsoide* é uma aproximação matemática do *geóide* que, por sua vez, é a denominação que a Geodésia dá para a forma da Terra. Segundo a definição do *Dicionário Cartográfico*, Geodésia é a “ciência que trata da determinação e figura da Terra e da intensidade de seu campo gravitacional. Em seu aspecto prático conduz as medições e cálculos necessários à determinação de coordenadas astronômicas e geodésicas de pontos fixos com a finalidade de proporcionar o apoio para levantamentos de ordem inferior tendentes à construção da carta precisa da superfície da Terra”. [Ver Céurio de Oliveira. *Dicionário Cartográfico... Op. Cit.*, p. 166].

acordo com o objetivo que se pretende atingir com a realização daquela carta. Por esta razão, a análise da projeção de uma carta é bastante significativa quando se deseja interpretar o mapa, em si, e os interesses dos envolvidos em sua elaboração.

Após analisar um dos exemplares do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, o professor Jorge Pimentel Cintra, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, concluiu que Müller utilizou a projeção sinusoidal. Trata-se de uma projeção pseudo-cilíndrica e equivalente que modela os meridianos através da função do seno, daí o nome sinusoidal³⁷³. Tal projeção explicaria porque todos os paralelos aparecem representados como linhas retas, equidistantes e divididas em partes iguais pelos meridianos, enquanto esses últimos apresentam-se curvados em direção a um meridiano central, único a ser representado como uma linha reta³⁷⁴.

Uma das características da projeção sinusoidal é que ela comprime as formas nas áreas de altas latitudes, mas as mantém praticamente sem distorções nas áreas próximas ao Equador. Além disso, a escala é real ao longo de todos os paralelos e do meridiano central. Trata-se, portanto, de uma projeção recomendada para representação de áreas com maior extensão Norte-Sul do que Leste-Oeste e, de preferência, para latitudes próximas ao Equador³⁷⁵.

O uso da projeção sinusoidal já era bastante comum para representar a América do Sul quando Müller a utilizou no segundo quartel do século XIX. Dentre os primeiros cartógrafos a utilizá-la está Jean Cossin, de Dieppe, que a empregou na elaboração de um mapa-múndi, em 1570³⁷⁶. No entanto, a difusão dessa projeção se dá por volta de 1650, quando o geógrafo do rei francês, Nicolas Sanson d'Abeville (1600-1667), passa a utilizá-la com frequência na elaboração de suas cartas. Outro grande divulgador foi o inglês John Flamsteed (1646-1719), que a utilizava na confecção de seus mapas celestes. Por esta razão, a projeção também ficou conhecida pelo nome de *Sanson-Flamsteed*, embora estes cartógrafos

³⁷³ Esse tipo de projeção é chamada de pseudo-cilíndrica por ser parcialmente similar a uma projeção cilíndrica. Já as projeções equivalentes são aquelas que mantêm a área constante em toda a sua superfície e buscam minimizar a distorção da área mapeada.

³⁷⁴ Para a elaboração do *Mapa Chorographico da Provincia de São Paulo*, Müller adotou como meridiano central o 326º (em relação à Ilha do Ferro), ou 52º a Oeste de Greenwich. O único povoado que aparece representado próximo a este meridiano encontra-se na porção Sul do mapa, na região dos Campos de Guarapuava. Ali aparece indicado a existência de uma "freguesia" que acredita-se tratar de um povoamento formado pela fusão de antigos aldeamentos indígenas que existiam na região (Atalaia e Belém).

³⁷⁵ Cf. John Parr Snyder. Map projections – a working manual. In: *U.S. Geological Survey Professional Paper 1395*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1987, p. 243.

³⁷⁶ Além de Jean Cossin, o famoso cartógrafo flamengo Jodocus Hondius também utilizou a projeção sinusoidal nos mapas da América do Sul e África publicados em algumas edições do *Atlas Mercator* (1606-1609). [Ver John Parr Snyder. *Map projections... Op. Cit.*, p. 243].

não a tenham criado³⁷⁷. Destarte, a partir de meados do século XVII, muitos cartógrafos europeus passam a utilizar a projeção sinusoidal, especialmente nas representações da América Meridional. Exemplos de cartas elaboradas com esta projeção são fartos: a *Amérique méridionale* (1669), por Nicolas Sanson; a *América Merdionale* (1692), do veneziano Vincenzo Maria Coronelli (1650-1718), ou ainda, *L'Amérique Méridionale* (1700) e *Carte de la Terre Ferme, du Perou, du Bresil et du pays des Amazones* (1703), compostas pelo francês Guillaume Delisle (1675-1726).

Portanto, as características da projeção sinusoidal indicam que Müller talvez a tenha empregado, por esta possuir uma fórmula de construção bastante simples e bem difundida entre os cartógrafos e geógrafos da época. Além disso, se trata de uma projeção bastante apropriada para a representação de áreas na América do Sul, como se viu, especialmente quando se pretende evitar distorções e mapear porções do território em escala real. Ao que parece, a precisão na representação da superfície do território paulista era do interesse dos responsáveis pela elaboração deste mapa.

4.1.4 Meridiano de referência e cobertura geográfica.

Como era comum em mapas corográficos, tanto do período colonial quanto posteriores, o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* não se limitou a representar o território da própria província, trazendo também partes das províncias vizinhas, bem como os limites territoriais entre o Brasil e repúblicas sul-americanas, como a Bolívia, o Paraguai e a Argentina. Por esta razão, em termos de cobertura geográfica o mapa acabou estendendo-se dos 19° aos 28° de latitude Sul, e dos 319° aos 334° de longitude, contando-se a partir da “ponta ocidental da Ilha do Ferro”.

Situado no arquipélago das Canárias, na costa noroeste da África, o meridiano da Ilha do Ferro foi escolhido por uma comissão de estudiosos franceses, no século XVII, para ser utilizado como o primeiro meridiano. Em 1634, um decreto de Luis XIII, rei da França, ordenava que a Ilha do Ferro fosse tomada como longitude de origem das cartas francesas que fossem elaboradas a partir de então. À época acreditava-se que este meridiano situava-se a exatos 20° a oeste do meridiano de Paris, o que tornava bastante simples a conversão da medida de qualquer ponto em relação ao Ferro para o meridiano de Paris, bastando se

³⁷⁷ Idem, Ibidem.

acrescentar os 20° à longitude calculada³⁷⁸.

Nos mapas da América em que se adotou o meridiano da Ilha do Ferro como referência, as longitudes eram contadas a partir do ponto de origem para o Leste, e sua indicação vinha marcada nas bordas superior e inferior do mapa, variando de 0° a 360°³⁷⁹. Quando Müller adotou o meridiano da Ilha do Ferro como referência para o seu mapa, o uso deste meridiano era bastante comum em cartas portuguesas, remontando ao século XVII³⁸⁰. A imagem a seguir mostra a indicação feita pelo cartógrafo do meridiano utilizado como referência.

Mapa 6: Trecho do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, com destaque para a informação do meridiano de origem adotado por Daniel Pedro Müller.

Fonte: *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841].
1 mapa, impr.: 105 x 157 cm. *Huntington Library*, California, Estados Unidos da América.

Comparado a mapas anteriores do território paulista, nota-se que a Ilha do Ferro era o meridiano de referência adotado por João da Costa Ferreira em sua já referida *Carta Corographica e Hydrographica de toda a costa do mar da Capitania de S. Paulo* (1789-1793), bem como por Antônio Rodrigues Montesinho no *Mapa Corographico da Capitania de S. Paulo* (1791-1792), reforçando os indícios de que estes mapas lhe serviram como principais referências. Já em relação a mapas posteriores, a carta litografada por Victor Larée, por exemplo, utiliza o meridiano do Rio de Janeiro como referência, assim como o mapa *Província de São Paulo*, do Atlas de Cândido Mendes de Almeida (1868), a *Carta da*

³⁷⁸ Atualmente admite-se que o meridiano da Ilha do Ferro situa-se a 18,16° em relação a Greenwich. [Ver Marcia Maria Duarte dos Santos; Jorge Pimentel Cintra; Friedrich Ewald Renger. Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período de 1767-1821. In: *Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Nov. 2013, Petrópolis, p. 15-16. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/76/74/santos-cintra-renger-10-09_1378845949.pdf>. Acessado em: 20. Dez. 2014].

³⁷⁹ Como o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* não se trata de um *mapa mundi*, sua cobertura longitudinal se estende apenas dos 334° aos 339° a Leste da Ilha do Ferro.

³⁸⁰ Além do meridiano da Ilha do Ferro, cartas portuguesas também adotaram como referência outros meridianos, como o de Praia (Cabo Verde) e, a partir do século XVIII, o do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, que passou a ser adotado por cartógrafos brasileiros após 1822. [Ver Jorge Pimentel Cintra. *A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica... Op. Cit.*, p. 4-5].

Província de São Paulo, de Jules Martin (1878) e o *Mapa da Província de São Paulo* (1879), de Claudio Lomellino de Carvalho.

Quanto à abrangência compreendida pelo *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, destaca-se que além da totalidade do território paulista³⁸¹, objeto central da representação de Müller, verifica-se a preocupação do cartógrafo em indicar a localização precisa dos limites provinciais em relação às províncias vizinhas, nomeadamente, as de Mato Grosso (que compreendia o atual Mato Grosso do Sul), Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Pedro do Sul (atual Rio Grande do Sul). Além disso, Müller também indicou a localização das fronteiras do Império do Brasil com os territórios de *Chiquitos* e *Santa Cruz de la Sierra* (atualmente na Bolívia), com a República do Paraguai e com a Província Argentina de Entre Rios, como se pode observar nos destaques realizados na imagem abaixo, preparada sobre o mapa de Müller.

³⁸¹ Em 1837, o território do atual Estado do Paraná ainda não havia sido desmembrado de São Paulo e aparece representado no mapa de Müller como a 5ª Comarca da província paulista. Foi apenas em 1853 que a comarca de Curitiba e Paranaguá foi elevada à categoria de Província, com a denominação de Paraná, pela lei nº 704 de 29 de agosto daquele ano.

Mapa 7: Limites da Província de São Paulo, em 1837, segundo Daniel Pedro Müller.

Fonte: Destaques elaborados pelo autor sobre o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os limites da Província de São Paulo com suas vizinhas, em especial Rio de Janeiro e Minas Gerais, era razão de controvérsia entre os políticos das ditas províncias. Em 1836, por exemplo, no discurso de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, o então presidente da Província de São Paulo, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, comentava os usos que a administração pretendia fazer, não apenas da estatística, mas também do mapa provincial que estava sendo elaborado por Müller.

O resultado servirá para se corrigirem os erros que existissem nos mappas e quadros já feitos. Esses trabalhos estatísticos muito poderiam concorrer para aplinar as dificuldades que se tem encontrado sempre que se trata de fixar os limites entre a provincia de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro. Nos exames e observações que se fizerem deve entrar esse objecto em linha de conta, por isso que a divisão actual, principalmente com o Rio de Janeiro, era assás prejudicial tanto a uma como a outra provincia pelo extravio de direitos que não se poderiam acautelar pela incerteza, irregularidade e natureza dos limites, que embaraçam os respectivos governos na collocação dos Registros e necessaria fiscalisação. Os limites pelo Rio Pirahy foram alterados por uma nova divisão que fez o Ouvidor da comarca do Rio de Janeiro em 1820, por montes e rumos vagos, sem audiência das autoridades desta provincia, cujo Governador e capitão general representou então contra essa divisão, pela qual se tirava uma porção de terreno da mesma, com desvantagem publica, o que deu lugar a mandar-se consultar o Desembargo do Paço e a ficar sem approvação até hoje essa divisão. Corrigiam-se dados preciosos para informar ao Governo Imperial sobre este assumpto³⁸².

Neste trecho o presidente menciona especificamente o desejo de que um dos limites da Província de São Paulo com a do Rio de Janeiro voltasse a ser no rio Pirahy, uma vez que estes haviam sido alterados, em 1820, por um ouvidor da Comarca daquela Província, sem a anuência do governo paulista. É curioso observar que embora o assunto ainda estivesse em discussão e o retorno aos limites antigos não houvesse sido aprovado, o mapa de Daniel Pedro Müller representa a divisa da Província de São Paulo com a do Rio de Janeiro justamente sobre o rio Pirahy, como se pode observar no detalhe em vermelho da figura abaixo.

³⁸² EGAS, Eugenio; MELLO, Oscar Motta. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo 1835-1836*. São Paulo: Secção de Obras d'“O Estado de S. Paulo”, 1926, p. 67.

Mapa 8: Detalhe da representação da região limítrofe entre as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841).

Fonte: Destaques elaborados pelo autor sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Este limite, situado na atual região do Vale do Paraíba, despertava o interesse da administração provincial paulista, pois se tratava de uma área com significativa produção cafeeira para exportação à época. Destaque especial deve ser dado às vilas de Areias e Bananal, cuja produção cafeeira era escoada através da rede viária até os portos da região, principalmente o de Angra dos Reis, já na província fluminense. Segundo os dados coligidos por Daniel Pedro Müller e publicados em sua estatística, apenas essas duas vilas concentravam praticamente 40% (320/820) do total das fazendas de café vale-paraibanas

arroladas na obra, tal como mostra o quadro abaixo.

Quadro 13: Estabelecimentos de agricultura existentes nos distritos do Vale do Paraíba.

Vila	Fazendas de Café	Destilarias de Aguardente	Engenhos de Açúcar
Areias	238	12	-
Taubaté	86	17	1
Paraibuna	83	-	1
Bananal	82	12	8
Pindamonhangaba	79	4	1
Jacareí	64	20	-
Lorena	62	74	9
São José	43	8	-
Guaratinguetá	40	7	3
Mogi das Cruzes	38	8	-
São Luiz	3	2	-
Cunha	2	-	5
Totais	820	164	28

Fonte: Adaptado de Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico...* Op. Cit., p. 130-132.

Tais informações ganham ainda mais relevância quando se recorda que a partir de 1835, a administração provincial determinou a instalação de novos postos fiscais para taxar o tráfego de animais e pessoas que circulavam pelas principais estradas de São Paulo³⁸³. Apenas como um indicador da importância desta região para a administração provincial, apenas no ano de 1835, se estabeleceram cinco Barreiras no caminho para o Rio de Janeiro e entroncamento: Caraguatatuba, Ubatuba, Taboão da Cunha, Banco de Arêas e Rio do Braço, sendo essas duas últimas situadas próximas à vila de Bananal.

Como disse Bernardo José Pinto Gavião Peixoto em seu discurso aos deputados da Assembleia, um dos inconvenientes impostos pelos novos limites com a Província do Rio de Janeiro dizia respeito à cobrança desses “direitos”, já que “a incerteza, irregularidade e natureza dos limites” atrapalhavam a administração no estabelecimento e fiscalização das Barreiras. Em uma área de grande circulação de tropas, levando a produção das fazendas locais em direção aos portos da região, o que a administração provincial mais desejava era o estabelecimento de um limite “certo e regular” com o Rio de Janeiro, e não “montes e rumos vagos”. De preferência um limite natural que fosse de fácil identificação e facilitasse o estabelecimento de postos fiscais, como um rio.

Portanto, ao tracejar uma das divisas entre São Paulo e Rio de Janeiro seguindo o curso do rio Pirahy, Müller não estava representando os limites legalmente estabelecidos entre

³⁸³ Tratam-se das Barreiras, cujo principal objetivo era levantar uma receita especial para a Província a ser integralmente investida na manutenção e criação de novas estradas provinciais, como se verá detalhadamente no último capítulo desta dissertação.

aquelas províncias, mas sim atendendo aos interesses da Assembleia Provincial paulista, que lhe havia encomendado o mapa. Esta, por sua vez, interessava-se no estabelecimento de um mapa que pudesse ser um modelo, isto é, um padrão de representação do território da Província. Mais do que um exemplar manuscrito que pudesse ser utilizado em discussões parlamentares, interessava-lhe fazer essa nova imagem circular, torná-la conhecida e, quem sabe, vê-la como fonte para a produção de novos mapas. Por isso a importância e o cuidado de se fazer um mapa de grandes dimensões; de fazê-lo com a maior escala possível para a tecnologia e dados disponíveis; de se mandar imprimir várias cópias em um centro de reconhecido prestígio técnico e de distribuí-las pelos diversos órgãos e instituições da Província, mas sem se esquecer das Assembleias das demais unidades do Império, bem como alguns institutos e academias do Rio de Janeiro, como se verá a seguir.

4.1.5 Precisão do Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo.

Em relação à precisão do mapa, antes de se iniciar a análise cabe observar que o objetivo desta seção não é, de modo algum, o de meramente verificar a acurácia do mapa de Müller em relação aos mapas atuais. O que se pretende aqui é, através da análise de precisão, em especial da localização geográfica dos principais núcleos urbanos provinciais, buscar indícios que ajudem a responder questões tais como as fontes que Müller teria utilizado para localizar as vilas, freguesias e capelas curadas representadas no mapa; se há maior incidência de erros em uma região específica do mapa do que em outra e, em caso afirmativo, o que isso pode significar; ou ainda, se as disputas territoriais entre as províncias do Império aparecem representadas no mapa em forma de erros intencionais na localização de uma série de núcleos urbanos localizados nas regiões limítrofes entre as províncias. Tais exemplos mostram como a análise da precisão do mapa pode ser um instrumento auxiliar ao pesquisador na interpretação dos mapas.

Em suas considerações sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, Taunay aponta que o perfil da costa desenhado por Müller “tem muita cousa perfeitamente exacta, e muitas latitudes nelle marcadas correspondem aos pontos certos”. No entanto, também reconhece as muitas lacunas do mapa, tal como a confluência dos rios Grande e Parnaíba, equivocadamente situadas, ou a descrição do interior das terras, que seria a parte onde se encontram os maiores equívocos da carta. Para Taunay: “não existe curso de rio que

corresponda à realidade de sua posição³⁸⁴.

Por outro lado, se considerarmos o posicionamento geográfico dos núcleos urbanos que existiam na Província à época da elaboração do mapa, especialmente os de povoamento mais antigo, este é, sim, bastante acurado. Comparado a mapas atuais, o erro registrado na localização das coordenadas da maior parte dos núcleos é pequeno – menores para a latitude do que para a longitude, pela maior dificuldade na obtenção da medida de longitude à época³⁸⁵.

Para analisar a precisão do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, selecionaram-se 84 núcleos urbanos representados no mapa e, a partir do exemplar disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mediu-se com uma régua as distâncias precisas entre o ponto representado e as indicações das latitudes e longitudes contidas na borda da carta. Através deste procedimento, com o auxílio de uma regra de três simples, foi possível extrair a coordenada exata em que cada um dos pontos selecionados estava localizado no mapa de Müller.

Após este procedimento, para que fosse possível proceder à comparação com um mapa atual, elegeram-se mapas com as representações dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Minas Gerais (IBGE/2007), dos quais também se extraíram as coordenadas geográficas referentes aos 84 pontos pré-selecionados. Por fim, uma vez realizada a comparação entre os pontos nos diferentes mapas, elaborou-se um quadro geral contendo a média de erro e o desvio padrão observado na representação dos núcleos urbanos do mapa, tal como apresentado na tabela a seguir.

Quadro 14: Precisão da localização dos núcleos urbanos representados por Daniel Pedro Müller em seu *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841).

#	Núcleo Urbano	LATITUDE			LONGITUDE		
		Müller	IBGE	Diferença	Müller	IBGE	Diferença
1	Batatais	20,96	20,91	0,05	48,63	47,55	1,08
2	Povoação de Palma	26,34	26,48	-0,14	53,06	51,99	1,07
3	Freguesia [Guarapuava]	25,22	25,37	-0,15	52,08	51,31	0,77
4	Franca	20,76	20,52	0,24	48,14	47,40	0,74
5	Cajuru	21,33	21,26	0,07	47,93	47,30	0,63
6	Descuberto [Descalvado]	21,88	21,92	-0,04	48,14	47,59	0,55

³⁸⁴ Cf. Affonso d'Escagnole Taunay. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Op. Cit., p. 7.

³⁸⁵ À época, a técnica utilizada para a medição das coordenadas de longitudes ainda remontava os mesmos procedimentos adotados pelos padres matemáticos que, na década de 1730, passaram a mapear a América portuguesa. Tal técnica, desenvolvida por Galileu Galilei no final do século XVI, baseava-se na observação dos eclipses dos satélites de júpiter e acabou sendo adotada por geógrafos, cartógrafos e topógrafos de todo o mundo para a medição da longitude em terra, especialmente após 1650. Sobre o desenvolvimento desta técnica e a resolução do chamado “problema da longitude” ver: Dava Sobel. *Longitude: a verdadeira história de um gênio solitário que resolveu o maior problema científico do século XVIII*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, 144p.

7	Caconde	21,69	21,51	0,18	47,11	46,57	0,54
8	Casa Branca	21,99	21,82	0,17	47,61	47,09	0,52
9	Ouro Fino	22,03	22,28	-0,25	46,88	46,36	0,52
10	Uberaba (MG)	20,39	19,58	0,81	48,48	48,00	0,48
11	Pirassununga	22,27	22,01	0,26	47,84	47,44	0,40
12	Apiaí	24,64	24,38	0,26	48,99	48,62	0,37
13	Toledo (MG)	22,70	22,70	0,00	46,74	46,37	0,37
14	Moji Mirim	22,49	22,47	0,02	47,29	46,93	0,36
15	Lages (SC)	27,88	27,81	0,07	50,68	50,32	0,36
16	Mogi Guaçu	22,45	22,25	0,20	47,31	47,02	0,29
17	Serra Negra	22,54	22,41	0,13	46,98	46,70	0,28
18	Araraquara	22,18	21,78	0,40	48,49	48,22	0,27
19	Castro	24,90	24,70	0,20	49,96	49,71	0,25
20	Rib. Claro [Rio Claro]	22,70	22,38	0,32	47,78	47,54	0,24
21	Nazaré [Paulista]	23,18	23,20	-0,02	46,56	46,34	0,22
22	Príncipe [Lapa]	25,73	25,74	-0,01	50,14	49,93	0,21
23	Limeira	22,73	22,59	0,14	47,56	47,35	0,21
24	Iguape	24,67	24,60	0,07	47,69	47,49	0,20
25	Juquiá	24,45	24,15	0,30	47,81	47,61	0,20
26	Santos	23,91	23,84	0,07	46,53	46,33	0,20
27	Bananal	22,78	22,72	0,06	44,53	44,33	0,20
28	Cubatão	23,82	23,85	-0,03	46,61	46,42	0,19
29	Resende	22,48	22,52	-0,04	44,59	44,42	0,17
30	Camanducaia	22,64	22,75	-0,11	46,31	46,14	0,17
31	Jundiaí	23,16	23,20	-0,04	47,08	46,92	0,16
32	Taubaté	22,93	23,09	-0,16	45,69	45,54	0,15
33	Paranaguá	25,55	25,49	0,06	48,61	48,47	0,14
34	Juqueri	23,33	23,27	0,06	46,73	46,59	0,14
35	Cananeia	24,99	25,03	-0,04	48,18	48,04	0,14
36	São Carlos [Campinas]	22,94	22,96	-0,02	47,19	47,06	0,13
37	São Luiz [do Paraitinga]	23,27	23,26	0,01	45,39	45,26	0,13
38	Santa Isabel	23,25	23,27	-0,02	46,39	46,26	0,13
39	Jacuí (MG)	21,69	21,04	0,65	46,84	46,71	0,13
40	Parnayba [Santana do Parnaíba]	23,51	23,42	0,09	46,99	46,88	0,11
41	São Roque	23,58	23,53	0,05	47,21	47,10	0,11
42	Curitiba	25,52	25,48	0,04	49,38	49,27	0,11
43	Amparo	22,85	22,76	0,09	46,89	46,79	0,10
44	São Vicente	23,99	23,96	0,03	46,56	46,46	0,10
45	Itu	23,40	23,30	0,10	47,33	47,23	0,10
46	Lorena	22,70	22,69	0,01	45,23	45,13	0,10
47	São Paulo	23,57	23,62	-0,05	46,73	46,63	0,10
48	Sapucaí Mirim	22,60	22,70	-0,10	45,74	45,65	0,09
49	Itajubá (MG)	22,18	22,43	-0,25	45,51	45,42	0,09
50	Atibaia	23,13	23,07	0,06	46,66	46,57	0,09
51	São José [dos Campos]	23,07	23,12	-0,05	45,98	45,89	0,09
52	Bragança	23,03	22,98	0,05	46,64	46,56	0,08
53	Itaquaquecetuba	23,42	23,45	-0,03	46,39	46,32	0,07
54	Barueri	23,57	23,50	0,07	46,93	46,86	0,07
55	Sorocaba	23,54	23,42	0,12	47,46	47,40	0,06
56	Jacareí	23,16	23,29	-0,13	46,11	46,05	0,06
57	Antonina	25,49	25,30	0,19	48,78	48,72	0,06
58	Pindamonhangaba	22,93	22,83	0,10	45,54	45,49	0,05
59	Mogi das Cruzes	23,45	23,45	0,00	46,26	46,21	0,05
60	Guaratinguetá	22,72	22,75	-0,03	45,31	45,26	0,05
61	Cunha	23,12	23,12	0,00	45,03	44,98	0,05
62	Angra dos Reis (RJ)	23,15	22,91	0,24	44,43	44,38	0,05
63	Areias	22,73	22,64	0,09	44,76	44,73	0,03
64	Cotia	23,61	23,71	-0,10	47,03	47,00	0,03

65	Constituição [Piracicaba]	22,93	22,66	0,27	47,76	47,74	0,02
66	M'Boy [Embú]	23,69	23,65	0,04	46,86	46,84	0,02
67	Queluz	22,57	22,49	0,08	44,78	44,76	0,02
68	Santo Antônio [Paraibuna]	23,37	23,49	-0,12	45,66	45,67	-0,01
69	Porto Feliz	23,40	23,23	0,17	47,49	47,51	-0,02
70	Socorro	22,69	22,63	0,06	46,54	46,57	-0,03
71	Cabo Verde (MG)	21,76	21,47	0,29	46,36	46,39	-0,03
72	Ponta Grossa	25,12	25,14	-0,02	50,04	50,08	-0,04
73	Itapecerica	23,70	23,73	-0,03	46,83	46,87	-0,04
74	Una [Ibiuna]	23,70	23,71	-0,01	47,18	47,22	-0,04
75	Itapeva	24,06	23,93	0,13	48,81	48,87	-0,06
76	Conceição [Itanhahém]	24,18	24,15	0,03	46,74	46,81	-0,07
77	Parati (RJ)	23,24	23,05	0,19	44,64	44,73	-0,09
78	Xiririca [Eldorado]	24,60	24,38	0,22	48,11	48,24	-0,13
79	Guaratuba	25,90	25,87	0,03	48,69	48,83	-0,14
80	Itapetininga	23,81	23,71	0,10	47,96	48,11	-0,15
81	São Sebastião	23,78	23,79	-0,01	45,24	45,40	-0,16
82	Caraguatatuba	23,52	23,63	-0,11	45,21	45,37	-0,16
83	Ubatuba	23,45	23,41	0,04	44,79	45,00	-0,21
84	Paranapanema	24,19	23,45	0,74	48,31	48,74	-0,43
				MÉDIA:	0,08	MÉDIA:	0,16
				DESVIO:	0,18	DESVIO:	0,25

Fonte: Tabela elaborada a partir de medições feitas sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 102,4 x 151,6 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Como se pode observar, dos oitenta e quatro pontos analisados no mapa verificou-se um erro médio sistemático (dado pelo valor da média) de 0,08° graus para a latitude e de 0,16° para a longitude, o que é um valor bom para a época e tecnologia. Quanto à precisão, que é fornecida pelo desvio em relação à média, verificou-se a ocorrência de 0,18° para a latitude (20 km) e de 0,25° para a longitude³⁸⁶ (25 km). Tais medidas permitem afirmar que esta se trata de uma carta bastante acurada quanto à representação dos núcleos urbanos, levando-se em conta o período e a tecnologia com a qual a carta foi produzida. O gráfico a seguir dá uma ideia mais clara da precisão do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* quanto à representação dos núcleos urbanos paulistas.

³⁸⁶ Como já se demonstrou na seção dedicada ao cálculo da escala, cada grau de latitude deste mapa corresponde aproximadamente a uma distância real de 110 km e, por sua vez, cada grau de longitude corresponde a uma distância de 100 km. Assim, a partir de uma regra de três simples descobre-se que o erro médio verificado no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, é de 20 km para latitude e 25 km para longitude.

Gráfico 6: Incidência dos erros (em graus de latitude e longitude) na representação dos núcleos urbanos paulistas no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841)

Como se pode depreender do gráfico acima, a maior parte dos núcleos urbanos representados no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* apresenta uma distorção de até 0,2° em latitude ou longitude em relação às coordenadas atuais utilizadas pelo IBGE, o que significa um deslocamento da ordem de 20 km. Na outra ponta, apenas três dos 84 núcleos analisados apresentaram erro superior a 0,4° para a latitude, e onze para a longitude.

No entanto, ainda que a localização dos núcleos urbanos possa ser considerada bastante precisa para a época, cabem destacar alguns casos em que o erro no posicionamento dos pontos analisados superou em três vezes o desvio padrão calculado, o que, em termos estatísticos, configura a ocorrência de um “erro grosseiro”, como apontou Cintra³⁸⁷. Estes foram os casos da localização de Paranapanema (0,81°), Uberaba (0,74°) e Jacuí (0,65°), nas medidas de latitude (acima de 0,54°); e de Batatais (1,08°), da Povoação de Palma (1,07°) e da Freguesia [Guarapuava] (0,77°), nas medidas de longitude (acima de 0,75°).

Excluindo-se a possibilidade de problemas com o exemplar do mapa analisado, isto é, rasuras, restauros mal feitos, reduções ou ampliações do original, além de eventuais equívocos no momento de se tirar as medidas diretamente no mapa, a incidência de erros tão expressivos pode indicar erros na determinação das coordenadas. Pela tecnologia da época, levantaram-se somente as coordenadas de alguns locais mais importantes e as das demais localidades tinham suas coordenadas calculadas indiretamente, isto é, a partir das coordenadas

³⁸⁷ Cf. Jorge Pimentel Cintra. *A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica... Op. Cit.*, p. 10-11.

de uma localidade próxima cujas medidas já eram conhecidas, e o transporte era feito através das distâncias percorridas. No caso específico dos pontos destacados acima, é bem provável que o posicionamento não tenha sido astronômico, mas indireto por se tratarem de localidades menores, de fundação bastante recente, especialmente para os casos de Batatais, Franca, Guarapuava, Paranapanema e Cajuru, por exemplo³⁸⁸. Há ainda o caso de um povoado pequeno e bastante distante, Palmas, localizado no atual Estado do Paraná. Aqui também se admite a hipótese do erro na localização decorrer do fato do posicionamento indireto e não astronômico.

Além da tabela mais geral de análise da precisão do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, também foram preparadas várias tabelas específicas, agrupando núcleos de distintas regiões da Província no intuito de verificar, conforme já apontado, se a incidência de erros se deu de modo mais generalizado no mapa, ou se ela acabou se concentrando mais em uma região específica do que em outra. Comparou-se, por exemplo, a precisão da localização de núcleos urbanos do litoral em relação aos do interior, ou ainda, de pontos localizados em diferentes regiões da Província, como o Vale do Paraíba, o Caminho do Sul ou o Oeste, por exemplo, além das regiões limítrofes da Província de São Paulo com as do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

No primeiro caso, foram analisados catorze pontos no litoral da então Província de São Paulo, os quais permitiram verificar um erro sistemático (média) de 0,05° (6 km) e uma precisão de 0,10 (11 km) para a latitude e um erro sistemático (média) de 0,01° (1 km) e uma precisão de 0,15° (15 km) para a longitude, ambos abaixo da média de erro geral do mapa. Isso confirma a hipótese da utilização de pontos determinados com melhor precisão, como por exemplo, os determinados pelos padres matemáticos e a do referido astrônomo Francisco de Oliveira Barbosa.

³⁸⁸ Na época em que Müller desenhou seu mapa, Franca, que havia sido criada como freguesia em 1804, fora elevada à condição de vila em 1821; já Senhor Bom Jesus de Batatais ainda era uma freguesia cuja elevação havia ocorrido em 1815; Guarapuava, no atual Estado do Paraná, era um povoado distante das vilas mais populosas da região (Curitiba e Paranaguá), e havia sido criada a partir de aldeamentos indígenas estabelecidos na década de 1810; o atual município de Paranapanema ainda era o distante povoado de Nosso Senhor de Bom Sucesso, que seria elevado à condição de freguesia apenas em 1859; por fim, São Bento do Cajuru acabara de ser elevada à categoria de capela curada, em 1835, ou seja, no ano em que o mapa havia sido encomendado ao marechal Müller. [Ver SÃO PAULO (Estado). Municípios e Distritos do Estado de São Paulo. São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1995, 208p].

Quadro 15: Precisão da localização dos núcleos urbanos do litoral paulista representados por Daniel Pedro Müller em seu *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841).

#	Núcleo Urbano	LATITUDE			LONGITUDE		
		Müller	IBGE	Diferença	Müller	IBGE	Diferença
1	Santos	23,91	23,86	0,05	46,53	46,33	0,20
2	Cubatão	23,82	23,85	-0,03	46,61	46,42	0,19
3	Iguape	24,67	24,60	0,07	47,69	47,55	0,14
4	Paranaguá	25,55	25,49	0,06	48,61	48,47	0,14
5	Cananeia	24,99	25,03	-0,04	48,18	48,04	0,14
6	São Vicente	23,99	23,96	0,03	46,56	46,46	0,10
7	Antonina	25,49	25,30	0,19	48,78	48,72	0,06
8	Angra dos Reis	23,15	22,91	0,24	44,43	44,38	0,05
9	Conceição [Itanhahém]	24,18	24,15	0,03	46,74	46,81	-0,07
10	Parati	23,24	23,05	0,19	44,64	44,73	-0,09
11	Guaratuba	25,90	25,87	0,03	48,69	48,83	-0,14
12	São Sebastião	23,78	23,79	-0,01	45,24	45,40	-0,16
13	Caraguatatuba	23,52	23,63	-0,11	45,21	45,37	-0,16
14	Ubatuba	23,45	23,41	0,04	44,79	45,00	-0,21
		MÉDIA:			MÉDIA:		
		DESVIO:			DESVIO:		
		0,05			0,01		
		0,10			0,14		

Fonte: Tabela elaborada a partir de medições feitas sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 102,4 x 151,6 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Embora alguns núcleos urbanos apresentem erros significativos para esta região de povoamento antigo e cujas coordenadas já vinham sendo levantadas desde o princípio do século XVIII com a vinda dos padres matemáticos (Ubatuba, Santos e Angra dos Reis), a precisão verificada pelo erro médio nesta representação do litoral paulista reforça a ideia de que o conhecimento preciso da costa já estava bastante sedimentado entre os geógrafos e cartógrafos que produziram mapas da região. Prova disso é que os indicadores estatísticos dessa tabela são significativamente menores que os da tabela geral; e todos os catorze pontos analisados, apresentam erro inferior ao desvio padrão do conjunto dos 84 pontos.

Em contrapartida, a média e o desvio padrão aumentam bastante quando analisados os núcleos do interior da Província, especialmente se comparados àqueles do litoral. Neste cenário, o erro sistemático triplica para o caso da latitude (0,15°) e a precisão, indicada pelo desvio padrão, mais que quintuplica, chegando a 0,27° para a longitude. Dos vinte núcleos urbanos analisados no interior paulista, chamam a atenção os erros observados em Batatais (1,08°), Franca (0,74°) e Cajuru (0,63°), já mencionados anteriormente.

No caso das diferentes regiões da Província de São Paulo, para uma melhor comparação, agrupamos os núcleos urbanos segundo a classificação que o próprio Daniel Pedro Müller dá para as regiões paulistas, isto é, Leste (Vale do Paraíba); Oeste/Noroeste (região ampla que vai desde a vila de Jundiaí até Franca, na direção do caminho de Goiás, e também as vilas do quadrilátero do açúcar, se estendendo até o entorno de Araraquara);

Marinha (litoral); Norte (caminho para Minas Gerais); Sul (entre a vila de Sorocaba e os limites com as províncias de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro), além da cidade de São Paulo e seus arredores.

Segundo esta classificação, verificou-se que a precisão do mapa é menor nas regiões de povoamento mais recente, à Oeste e ao Sul da Província, e vai aumentando nas regiões mais antigas, como o Vale do Paraíba, o litoral e a cidade de São Paulo e seus arredores. O gráfico abaixo traz em detalhes a distribuição dos erros médios segundo a região representada no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*.

Gráfico 7: Distribuição dos erros sistemáticos (média) segundo a região representada no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841).

Por fim, cabe ainda destacar a precisão da representação nas regiões limítrofes da Província de São Paulo, especialmente com as do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em relação aos núcleos urbanos limítrofes com a Província do Rio de Janeiro foram analisados o posicionamento geográfico de sete núcleos urbanos, quatro em São Paulo e três no Rio de Janeiro, tal como demonstra a tabela a seguir.

Quadro 16: Precisão da localização dos núcleos urbanos localizados na divisa entre as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro representados no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841).

#	Núcleo Urbano	LATITUDE			LONGITUDE		
		Müller	IBGE	Diferença	Müller	IBGE	Diferença
1	Ubatuba	23,45	23,41	0,04	44,79	45,00	-0,21
2	Bananal	22,78	22,72	0,06	44,53	44,33	0,20
3	Resende	22,48	22,52	-0,04	44,59	44,42	0,17
4	Parati	23,24	23,05	0,19	44,64	44,73	-0,09

5	Angra dos Reis	23,15	22,91	0,24	44,43	44,38	0,05
6	Areias	22,73	22,64	0,09	44,76	44,73	0,03
7	Queluz	22,57	22,49	0,08	44,78	44,76	0,02
				MÉDIA:		MÉDIA:	0,02
				DESVIO:		DESVIO:	0,14

Fonte: Tabela elaborada a partir de medições feitas sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 102,4 x 151,6 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O erro sistemático (média) verificado para as coordenadas de latitude e longitude, 0,09° e 0,02° respectivamente, estão abaixo da média geral do mapa. No entanto, chama atenção os erros observados na localização das medidas de latitude da vila de Angra dos Reis (0,24°) e de longitude das vilas de Ubatuba (-0,21°) e Bananal (0,20°). Especialmente quando já se destacou que a posição dos limites justamente nas cercanias destas vilas estava em discussão pelos representantes das respectivas províncias.

Quanto aos núcleos urbanos limítrofes com a Província de Minas Gerais foram analisados dez pontos, cinco em São Paulo e outros cinco em Minas.

Quadro 17: Precisão da localização dos núcleos urbanos localizados na divisa entre as Províncias de São Paulo e Minas Gerais representados no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841).

#	Núcleo Urbano	LATITUDE			LONGITUDE		
		Müller	IBGE	Diferença	Müller	IBGE	Diferença
1	Franca	20,76	20,52	0,24	48,14	47,40	0,74
2	Caconde	21,69	21,51	0,18	47,11	46,57	0,54
3	Ouro Fino	22,03	22,28	-0,25	46,88	46,36	0,52
4	Uberaba	20,39	19,58	0,81	48,48	48,00	0,48
5	Serra Negra	22,54	22,41	0,13	46,98	46,70	0,28
6	Camanducaia	22,64	22,75	-0,11	46,31	46,14	0,17
7	Sapucaí Mirim	22,60	22,70	-0,10	45,74	45,65	0,09
8	Itajubá	22,18	22,43	-0,25	45,51	45,42	0,09
9	Cabo Verde	21,76	21,47	0,29	46,36	46,39	-0,03
10	Socorro	22,69	22,63	0,06	46,54	46,57	-0,03
				MÉDIA:		MÉDIA:	0,28
				DESVIO:		DESVIO:	0,27

Fonte: Tabela elaborada a partir de medições feitas sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 102,4 x 151,6 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O elevado índice de erro sistemático (média) observado para as coordenadas de longitude, 0,28°, e a menor precisão nas coordenadas de latitude (0,32°) são dados que indicam a incidência de deslocamentos consideráveis na localização de núcleos específicos como Uberaba, situada 89 quilômetros mais ao Sul do que sua posição atual, ou ainda, Franca (74 km), Caconde (54 km) e Ouro Fino (52 km), todos deslocados mais para leste. No entanto, deve-se observar que houve deslocamentos tanto para o norte, quanto para o sul na lista dos núcleos analisados, fato que sugere não haver uma intencionalidade nos

deslocamentos geográficos destes núcleos. Além disso, tais erros parecem estar mais relacionados ao método utilizado na localização do referido núcleo urbano, tendo-se optado pelo posicionamento indireto no caso de vilas e freguesias que não dispunham da localização por levantamento astronômico. Esse foi o caso da vila de Uberaba, em Minas Gerais, bem como da vila de Franca e da freguesia de Caconde, em São Paulo. Deve-se acrescentar ainda que a precisão verificada para esta região aproxima-se da observada para os demais núcleos do interior paulista, isto é, 0,19° para a latitude, e 0,27° para a longitude.

Assim, a análise de precisão do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* indica que os responsáveis por sua elaboração tinham interesse especial na localização precisa e atualizada dos núcleos urbanos provinciais. No entanto, a falta de observações astronômicas das coordenadas geográficas de alguns desses núcleos, determinou que as regiões de povoamento mais recente, especialmente na porção Norte/Noroeste da Província, fossem representadas com menor precisão do que as mais antigas, como São Paulo e seus arredores, o Leste ou Vale do Paraíba e a Marinha.

Deve-se destacar ainda, que embora os limites de São Paulo com as Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais estivessem em constante discussão pelas sucessivas administrações destas províncias, a precisão na localização dos núcleos urbanos próximos às divisas não sugerem que os mesmos tenham sido intencionalmente deslocados na representação de Müller. O erro sistemático verificado nessas áreas e a incidência de poucos deslocamentos específicos fora desta média, ainda que significativos, parecem se relacionar muito mais ao método empregado pelo cartógrafo na localização dos núcleos urbanos do que na observância de interesses no deslocamento destes núcleos mais para um lado da divisa do que para outro³⁸⁹.

4.2 Encomenda.

Ao pretender estabelecer as intenções por trás da elaboração de um mapa, o historiador da cartografia não pode levar em consideração apenas as ações do cartógrafo que o desenhou. Segundo J. B. Harley, esses indivíduos quase nunca podiam tomar decisões de maneira independente, tampouco estavam livres de limitações financeiras, militares ou

³⁸⁹ Mais do que a localização de núcleos urbanos na região limítrofe entre as Províncias, foi na escolha do marco natural por onde Müller traçou esses limites que se verificou a observância dos interesses da administração provincial na representação do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, como apontado previamente.

políticas. Neste sentido, deve-se ter em mente que acima do gabinete do cartógrafo sempre há aquele que encomendou a confecção do mapa, inserindo-o, desta forma, nas dimensões sociais, além das técnicas que o produziram³⁹⁰.

Assim, partindo da informação do ano em que o mapa foi concluído e a quem ele foi dedicado, verificou-se que logo nos primeiros meses de funcionamento da Assembleia Legislativa de São Paulo, os deputados aprovaram a Lei nº 16, de 11 de abril de 1835, em que foi decretada a “redacção e impressão da estatística da provincia³⁹¹”. O texto da lei descrevia exatamente o que deveria constar na estatística a ser levantada, no entanto não fazia referência alguma a quem fora encomendada sua elaboração, tampouco que deveria ser produzido juntamente com ela um mapa provincial. Analisando, porém, o discurso de abertura das sessões ordinárias da Assembleia Legislativa Provincial, proferido pelo então presidente da Província, José Cesario de Miranda Ribeiro, aos sete de janeiro de 1836, verificou-se que este expunha o estado dos trabalhos referentes à estatística encomendada pela administração do ano anterior:

Era evidente o excellent resultado que havia de trazer ao governo a realização de uma estatística levantada de accôrdo com a lei provincial de 11 de abril de 1835. Foi incumbido deste serviço o marechal Daniel Pedro Müller, aguardando-se a conclusão dos trabalhos para serem presentes ao Poder Legislativo as informações seguras sobre muitos e diversos ramos da pública administração³⁹².

Como se pode observar, aqui o presidente da Província já aponta que o levantamento da estatística havia sido encomendado ao “marechal Daniel Pedro Müller”, porém ainda não menciona a elaboração de um mapa. Dois anos mais tarde, aos sete de janeiro de 1838, já durante o governo de Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, este dá conta aos deputados da Assembleia Legislativa Provincial do andamento dos trabalhos para a elaboração da estatística:

As memorias e quadros organizados pelo marechal Daniel Pedroso [sic] Müller, já se acham na typographia, e espero que cheguem a vossa presença no decurso da presente Sessão, menos o grande Mappa Chorographico da Provincia porque o mandei lytographar em França, por não ser possível conseguir este trabalho com perfeição e preço rasoável dentro do Império³⁹³.

Do trecho destacado, pode-se depreender que a elaboração de um “grande Mappa Chorographico da Província” havia sido encomendada juntamente com a estatística. No

³⁹⁰ Cf. John Brian Harley. *Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas...* Op. Cit., p. 65-67.

³⁹¹ Cf. SÃO PAULO. *Lei n. 16, de 11 de abril de 1835. Autoriza o governo a despende o que for necessário para a redacção e impressão da estatística da provincia*. In: *Anais da ALPSP*, 1835, p. 216-219.

³⁹² Cf. *Anais da ALPSP*, 1836, p. 415.

³⁹³ Cf. *Anais da ALPSP*, 1838, p. 63.

entanto, tal como informou o presidente, por razões técnicas e econômicas o mapa teve que ser enviado a Paris para ser “*lytographado*”, fato que acabou determinando que o mesmo não fosse publicado juntamente com a estatística, como se previa, separando os destinos destes dois objetos³⁹⁴.

Assim, estatística e mapa circularam com tiragens distintas e separadamente pelos diversos órgãos administrativos provinciais e imperiais, além de institutos, academias, bibliotecas e coleções particulares, levando parte da historiografia a analisá-los como objetos desconectados entre si. Tal dissociação contribuiu para mascarar os nexos existentes entre o mapa e o contexto político de sua produção, uma vez que se perdia a referência de quem o havia encomendado e, com isso, que o mesmo é produto de uma elite local que acabava de conquistar relativa autonomia política e tributária na administração da Província. Sem a percepção deste contexto, dificulta-se a tarefa de interpretar o que este mapa significava para a sociedade que o produziu e utilizou pela primeira vez, tal como sugeria Brian Harley ao argumentar sobre a importância de se analisar o contexto da sociedade, dentre outros, para a leitura dos mapas antigos³⁹⁵.

4.3 Composição do desenho.

A elaboração de uma carta como o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* exige conhecimento teórico específico, uma boa experiência cartográfica, além, é claro, de uma vasta quantidade de informações sobre o território a ser mapeado. Com a morte de João da Costa Ferreira, em 1822, Daniel Pedro Müller torna-se o engenheiro mais experiente à disposição da administração provincial desde seu retorno à capital da Província, em 1829. Prova disso é a quantidade de projetos que ele passou a receber entre 1829-41, quer a serviço da Câmara Municipal, quer da Assembleia Legislativa Provincial. Esta, seguramente, foi a principal razão que levou a Assembleia a encomendar a execução da estatística e do mapa ao marechal Müller.

Como destacado previamente, para a elaboração de novos mapas era bastante comum que os cartógrafos partissem de uma ou algumas boas cartas já existentes do território a

³⁹⁴ Em janeiro de 1838, data em que o presidente proferira o discurso na Assembleia Legislativa Provincial, a estatística elaborada por Müller já se encontrava na tipografia de Costa Silveira, onde acabou sendo publicada meses mais tarde com o título de *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo*. Já as folhas do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, como se verá adiante, só retornariam de Paris, onde foram impressas, em 1841.

³⁹⁵ Cf. J. B. Harley. *Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas...* Op. Cit., p. 63-64.

mapear – preparadas por eles próprios ou não –, e complementassem ou corrigissem aquilo que não estivesse de acordo com novas informações obtidas em campo, quer por levantamentos realizados pelos próprios cartógrafos, ou ainda, por observações feitas por colaboradores ou outros cartógrafos.

No caso específico do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, não se localizou nenhuma documentação que registrasse viagens do marechal Müller pelo interior da Província após a encomenda do mapa, em 1835. Tampouco a ocorrência de expedições geográficas entre 1835-37 para a observação astronômica de coordenadas geográficas referentes a novos núcleos urbanos ou à rede hidrográfica provincial, por exemplo. Ao que tudo indica, Müller elaborou sua carta a partir de anotações pessoais, recolhidas no decorrer de suas atividades como engenheiro-militar a serviço da administração paulista desde as primeiras décadas do Oitocentos; de informações geográficas contidas, sobretudo, em mapas anteriores da Capitania de São Paulo, como os desenhados por João da Costa Ferreira e Antônio Rodrigues Montesinho³⁹⁶; de documentos elaborados pelas antigas comissões demarcadoras de limites, armazenados na Secretaria de Governo³⁹⁷; e das observações realizadas em expedições e levantamentos geográficos por diversos viajantes que vinham descrevendo o território paulista desde o século XVIII, como Teotônio José Juzarte em seu *Diário da Navegação...*, José Bonifácio e Martim Francisco Ribeiro de Andrada no registro de suas viagens mineralógicas, ou ainda, Hercule Florence e os relatos de sua participação na expedição Langsdorff, realizada entre 1824-29, que navegou pelos rios Tietê, Paraná e Pardo buscando atingir as províncias do norte do Brasil³⁹⁸.

³⁹⁶ Como já foi apontado, o mapa elaborado por Joao da Costa Ferreira entre 1791-93, intitulado *Carta Corographica e Hÿdrographica de toda a costa do mar da Capitania de São Paulo*, traz um quadro contendo as coordenadas geográficas da cidade de São Paulo além de outros treze núcleos urbanos localizados na costa da Província. Todos levantados pelo astrônomo da rainha d. Maria I, Francisco de Oliveira Barbosa. Convém lembrar ainda que algumas das coordenadas levantadas por Barbosa foram mencionadas nas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, do Frei Gaspar da Madre de Deus, em 1797, livro que Müller tinha em sua livreria particular. Além disso, em seus breves comentários sobre a elaboração do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, Affonso d'Escragnolle Taunay destaca como o marechal Müller possuía uma “enorme quantidade de notas pessoais e conhecia perfeitamente todas as operações cartográficas realizadas até a data da confecção de seu mappa, na região paulista, como fossem as de [Antonio Rodrigues] Montesinho, [João da] Costa Ferreira, Rufino [José] Felizardo e Costa, [Frederico Luiz Guilherme de] Varnhagen e José [Joaquim] de Abreu, etc.”. [Ver Affonso d'Escragnolle Taunay. *Mappa Chorographico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 7].

³⁹⁷ Era muito conhecida a coordenada da foz do Tibagi, localizada no rio Paranapanema, por conta dessas viagens das comissões demarcadoras de limites.

³⁹⁸ Não se sabe ao certo se Müller conhecia Hercule Florence antes da elaboração da estatística e do mapa provincial, embora seja bastante provável, já que após o término da expedição, Florence se instalou em São Carlos (Campinas), a menos de 100 km de São Paulo. No entanto, entre 1836-37 se estabeleceu uma relação de trabalho entre ambos, quando Müller encomendou ao desenhista francês a *poligrafia* de várias cópias do *Itinerário das principaes estradas da Província*, encartadas na estatística (ver Imagem 4). Florence foi

Quanto às informações mais atualizadas, tais como a posição geográfica de núcleos urbanos estabelecidos ou elevados nos últimos anos, Müller certamente se serviu dos levantamentos estatísticos realizados entre 1826-27 para a elaboração da Estatística da Imperial Província de São Paulo³⁹⁹, bem como das informações que lhe eram enviadas por membros da comissão de estatística que estavam sob sua direção naqueles anos de 1835-37⁴⁰⁰.

Nesse sentido, verificou-se que as informações referentes à divisão administrativa, bem como às redes urbana e viária provincial estão bastante atualizadas na carta. A imagem a seguir traz alguns destaques sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, no intuito de destacar a representação da divisão administrativa provincial realizada por Müller.

contratado como desenhista para a expedição Langsdorff que, dentre outros membros, contava com um astrônomo russo, o oficial da marinha Néster Gavrílovitch Rubtsov (1799-1874). Sabe-se que este oficial elaborou diversos mapas do território paulista como o do caminho que ia de Santos a São Paulo e desta cidade a Sorocaba, Itapeva e Castro, no Sul da Província, além daqueles referentes à navegação realizada pela expedição na antiga rota das “monções”, descendo os rios Tietê, Paraná e Pardo. Embora Florence não tenha registrado coordenadas geográficas de latitude ou longitude em seu diário, ele tinha franco acesso aos dados astronômicos colhidos pela expedição. No entanto, não foram localizadas quaisquer referências se Müller chegou a aproveitar de algum conhecimento ou informação colhida por Florence durante a expedição Langsdorff para a confecção de seu mapa, o que abre campo para uma investigação mais aprofundada sobre a relação entre Daniel Pedro Müller e Hercule Florence durante a década de 1830, ainda a ser realizada.

³⁹⁹ José Antônio Teixeira CABRAL. *A Estatística da Imperial Província de São Paulo: com várias anotações do tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística, Tomo I, 1827*. São Paulo: Edusp, 2009.

⁴⁰⁰ É o caso, por exemplo, do coronel João Florêncio Preat, de José Antônio Teixeira Cabral, que assinou a Estatística da Imperial Cidade de São Paulo, de 1827, e também de José Marcelino de Vasconcellos, que entre os anos de 1836-38, foi diretor do Gabinete Topográfico de São Paulo.

Mapa 9: Divisão administrativa da Província de São Paulo (1837).

Fonte: Destaques sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Como era de se esperar, a divisão administrativa representada no mapa de Müller não difere daquela publicada em sua estatística, em 1838⁴⁰¹. Segundo esta divisão, a 1ª Comarca agrupava parte dos núcleos urbanos do Leste da Província, hoje conhecido como Vale do Paraíba, estendendo-se das vilas de Taubaté e Pindamonhangaba até as vilas de Areias e Bananal, na divisa com o Rio de Janeiro. Já a 2ª Comarca era composta pela cidade de São Paulo e as vilas, freguesias e capelas situadas em seus arredores, estendendo-se desde a cercania da então vila de Santo Amaro, ao Sul da cidade de São Paulo, até as vilas e freguesias do Norte, como Atibaia, Bragança e Socorro, na divisa com as Minas Gerais. Por sua vez, a 3ª Comarca era uma área extensa disposta ao redor do antigo caminho para Goiás, iniciando-se nos arredores de São Paulo, próximo a vila de Jundiaí, passando por São Carlos (atual Campinas), Moji-Mirim e Franca, chegando até o rio Grande, nos limites com a Província de Minas Gerais. A 4ª Comarca era uma vasta região localizada entre os rios Mogi Guaçu e Paranapanema, abrigando boa parte das vilas e freguesias do quadrilátero do açúcar, como Itu, Porto Feliz, Constituição, Limeira e Rio Claro, além de algumas localizadas no caminho do Sul, como Sorocaba, Itapetininga, Itapeva e Apiaí⁴⁰². Maior ainda do que sua vizinha, a 5ª Comarca localizava-se ao Sul do rio Paranapanema e era composta por núcleos urbanos que atualmente correspondem a municípios do Estado do Paraná, tais como Paranaguá, Guaratuba e Antonina, no litoral, e Curitiba, Castro e Príncipe (atual Lapa), no interior⁴⁰³. Por fim, a 6ª Comarca agrupava os núcleos de boa parte da costa paulista, estendendo-se de Ararapira e Cananeia, ao Sul, até os arredores de Ubatuba, no limite com a então Província do Rio de Janeiro⁴⁰⁴.

Quanto à representação da rede urbana, além da precisão na localização das capelas, freguesias e vilas, chama atenção a representação atualizada de tais núcleos, com destaque para a inclusão de capelas curadas estabelecidas pouco antes da elaboração do mapa, como nos casos de São João da Boa Vista e Santa Branca, em 1832; São José do Barreiro, em 1833; além de São Bento do Cajuru e São Simão, em 1835⁴⁰⁵.

⁴⁰¹ Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo... Op. Cit.*, p. 35-89. Ver também Quadro nº9, publicado no terceiro capítulo desta dissertação.

⁴⁰² A 4ª Comarca estendia-se desde o rio Paraná, nos limites com o Mato Grosso, até a Serra do Mar, já na porção Sudoeste da Província. Além de incluir todo o vale do rio Tietê na área sob sua jurisdição, cabe observar que esta comarca contém a porção noroeste da área representada por Müller como “Sertão desconhecido” em seu mapa, e que será objeto de análise de um dos capítulos desta dissertação.

⁴⁰³ Assim como a comarca anterior, a 5ª Comarca compunha a outra parte da área discriminada por Müller como “Sertão desconhecido” em seu mapa. Seus limites iam desde o Oceano Atlântico, a Leste, passando pelas províncias de Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e Entre Rios, a Sul, chegando até o rio Paraná, nas divisas com a República do Paraguai e a Província do Mato Grosso, a Sudoeste.

⁴⁰⁴ A relação completa dos núcleos urbanos da Província de São Paulo representados no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, consta no quadro nº9, no terceiro capítulo desta dissertação.

⁴⁰⁵ Dos quarenta núcleos urbanos elevados às categorias de capela, freguesia ou vila na Província de São Paulo entre os anos de 1801 e 1837, apenas um, o de Nossa Senhora da Conceição da Lagoinha, não foi representado no mapa. O Anexo nº16, ao final desta dissertação, traz uma tabela contendo a relação de todos os núcleos urbanos elevados à categoria de capelas, freguesias ou vilas entre os anos de 1801 e 1837, com uma indicação se os mesmos foram representados corretamente no *Mapa Chorographico da Provincia de São Paulo*, isto é, se os ícones utilizados para

A imagem a seguir destaca um trecho do mapa onde se pode observar a representação atualizada de alguns desses núcleos urbanos, que correspondem atualmente aos municípios de Cajuru, São Simão e São João da Boa Vista.

Mapa 10: Trecho do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, com destaque para a representação atualizada das redes urbana e viária

Fonte: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 105 x 157 cm. *Huntington Library*, California, Estados Unidos da América.

Merece destaque o cuidado do cartógrafo em trazer uma representação atualizada da rede viária provincial. Não apenas as principais estradas que saiam da capital, mas também suas ramificações e até mesmo caminhos que chegavam aos povoados mais distantes⁴⁰⁶. Como se destacou no primeiro capítulo, durante o governo do capitão-general João Carlos Augusto de Oeynhausen (1919-21), Müller havia sido inspetor geral das estradas da Capitania. Era dele, aliás, a classificação das sete principais vias provinciais que existiam até então, no intuito de estabelecer melhores formas de controlar os trabalhos de conservação. Ele próprio trabalhara na manutenção de diversas estradas e, portanto, conhecia bem a rede viária provincial. É claro que as informações

identificar os núcleos como capelas, freguesias ou vilas, correspondem à condição daqueles povoados à época da elaboração do mapa.

⁴⁰⁶ Cabe observar, porém, que a representação das estradas aparenta estar um tanto estilizada, já que são apresentadas como longos segmentos de reta quando, de fato, deveriam ser muito mais sinuosas.

mais atualizadas a respeito de novas ramificações e itinerários, foram obtidas em campo pelos membros da comissão de estatística e, uma vez submetidos os dados ao marechal Müller, este os utilizou na composição de sua carta.

Todavia, como se verá a seguir, a estatística acabou publicada em 1838, antes que o mapa pudesse ser impresso, tendo circulado sem que o mesmo fosse encartado em suas cópias. Decerto esta foi a razão que fez com que Müller contratasse Hercule Florence para poligrafar aquele outro mapa contendo o *Itinerário das principais estradas da Província*⁴⁰⁷. Não surpreende, portanto, que a representação da rede viária contida no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, coincida com a verificada no *Itinerário* poligrafado por Florence.

Portanto, no que diz respeito ao desenho desta carta, o próprio Müller tinha uma visão muito clara de seu papel, como indicam as informações dispostas no cartucho desta. Ali, além de informar que o mapa havia sido elaborado “segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmitidos”, Müller também faz questão de referir-se a si mesmo como “compozitor” [sic] do mapa, como se destaca na imagem a seguir.

Mapa 11: Dedicatória inserida no cartucho do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841).

Fonte: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841].
1 mapa, impr.: 96 x 66 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A escolha da expressão “compozitor” para referir-se ao seu papel na elaboração do mapa não parece fortuita, já que este termo era utilizado à época para indicar um indivíduo responsável

⁴⁰⁷ As cópias do *Itinerário das principais estradas da Província*, encartadas separadamente em cada exemplar impresso do *Ensaio d’um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo*, foram elaboradas em 1837 na oficina de Hercule Florence, em São Carlos, a partir de um novo método de impressão inventado por ele, ao qual denominou *Poligrafia*.

pela realização de um “ajuntamento de partes que formam um todo natural, ou artificial”, tal como definia o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Eduardo de Faria, publicado em 1851⁴⁰⁸.

Assim, comparado a seus predecessores, conclui-se que o desenho do mapa elaborado por Müller em 1837 apresentava poucas novidades quanto à representação hidrográfica e do relevo paulista, por exemplo, para não mencionar a grande área na porção Oeste do território representada como um grande vazio e identificada pela expressão “Sertão desconhecido”, prática que vinha sendo adotada por outros cartógrafos desde a última década do século XVIII. Por outro lado, ele atualizava a divisão administrativa da Província, conferindo, também, especial atenção para os limites interprovinciais; trazia uma representação atualizada dos núcleos urbanos, com informações relativamente acuradas quanto à localização geográfica de áreas de povoamento recente; e dedicava-se, de modo especial, à representação da rede viária paulista, buscando mostrar como praticamente cada núcleo urbano representado era servido por ao menos um caminho, que através das ramificações desta rede, se interligava a capital da Província.

4.4 Impressão.

Até a data da publicação do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, em 1841, não se tem notícia de nenhum outro mapa cobrindo a totalidade do território paulista que tenha sido impresso. Todos eram manuscritos e, em razão disso, possuíam um número reduzido de cópias que ficavam armazenadas, em geral, nos órgãos administrativos da Província. O acesso a tais cópias era bastante reduzido e, com raras exceções, era garantido apenas a pessoas ligadas à administração provincial ou a serviço desta.

Como destacado no segundo capítulo desta dissertação, a partir da instituição do Conselho da Presidência e do Conselho Geral da Província, houve um incremento no número de projetos de lei destinados a construção e manutenção de estradas provinciais, especialmente aquelas que ligavam a região açucareira a São Paulo e ao porto de Santos. Para a realização destes projetos era comum que as representações dos oficiais engenheiros encarregados do levantamento do plano solicitassem à administração provincial mapas topográficos e/ou corográficos da Província que os auxiliassem em suas tarefas. No entanto, o pequeno número de cópias destes mapas mantidos na secretaria do governo e demais órgãos da administração podia atrasar ou, até mesmo, inviabilizar a elaboração dos novos projetos pela simples ausência dos mapas, no caso destes estarem em uso por outra representação ou, ainda, por não terem sido localizados pelo Secretário do Governo.

⁴⁰⁸ Cf. Eduardo de Faria. *Novo dicionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lisbonense de José Carlos D’Aguiar Vianna, 1851, vol. 2, p. 455.

Os *Anais da Assembleia Legislativa Paulista* para o ano de 1835, por exemplo, registram a informação de que na 8ª sessão ordinária da Assembleia, realizada a 11 de fevereiro daquele mesmo ano, foi lido o seguinte parecer:

A Comissão de Commercio e Industria e Trabalhos Publicos á vista da representação do Cap. João M. de Miranda Rezende em que indica os pontos de direcção que se deve tomar para a abertura das estradas para Goyaz e Cuiabá não póde dar um parecer por falta de Mappa Provincial, por isso é de parecer se pessa ao Governo um Mappa da Provincia para a vista delle fundar as suas razões de conveniência, e satisfazer com seu parecer⁴⁰⁹.

Vê-se, portanto, que uma representação encarregada de investigar os melhores pontos para a construção de estradas em direção a Goiás e Cuiabá, ambas cruzando a região do quadrilátero do açúcar, emitiu um parecer negativo à Assembleia Provincial em razão da falta de um “Mappa Provincial” que a auxiliasse na escolha dos melhores locais. Para solucionar o problema, a representação solicita que a Assembleia envie o referido mapa para que se possa dar um parecer definitivo. Dias depois, aos 17 de fevereiro de 1835, durante a 11ª sessão ordinária da Assembleia, o secretário lê um ofício enviado pela Secretaria de Governo em resposta a esta solicitação:

Apresentei ao Exmo. Sr. presidente o officio de V. S. datado de 14 do corrente, em que communica haver a Assembléa Legislativa Provincial resolvido que se pedisse ao Governo hum mappa da Provincia para á vista delle a Comissão de Industria, Commercio e Trabalhos Publicos emittir a sua opinião sobre os negócios commettidos ao seu exame; e S. Exc. Ordenou que enviasse o único mappa que há na Secretaria deste Governo pedindo a restituição delle logo que for possível⁴¹⁰.

Há uma série de ofícios e pareceres semelhantes a este registrada nos *Anais da Assembleia Legislativa de São Paulo* entre os anos de 1835-42. Tais documentos revelam que até aquele momento, os mapas provinciais tinham um uso bastante prático, sendo enviados a campo para orientar representações de engenheiros e/ou pessoal técnico na construção e manutenção de obras públicas, tais como estradas ou pontes. Mais que disso, a exígua quantidade de cópias mantidas nos órgãos da administração provincial indica a necessidade premente da elaboração de um mapa provincial, litografado ou impresso, que permitisse, através de sua matriz, a reprodução de múltiplas cópias a serem distribuídas pelos diferentes órgãos da administração provincial. Não surpreende, portanto, que assim que a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo começou a funcionar, em 1835, seus deputados tenham encomendado a elaboração de uma estatística provincial que deveria conter encartada nela um mapa impresso ou litografado da Província de São Paulo.

Cabe lembrar, porém, que em 1837, ano em que Daniel Pedro Müller concluiu seu mapa, não seria tarefa das mais fáceis conseguir imprimir no país uma carta nas proporções daquela desenhada por ele. Como se destacou previamente, a primeira imprensa a funcionar no Brasil foi a Impressão Régia, no Rio de Janeiro, em 1808. Em São Paulo, sua instalação tardou ainda mais,

⁴⁰⁹ Cf. *Anais da ALPSP*, 1835, p. 54.

⁴¹⁰ Cf. *Anais da ALPSP*, 1835, p. 63.

estando ligada à criação da Academia de Direito, em 1827. O *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, que foi um dos primeiros livros a serem impressos na Província, foi publicado pela tipografia de Costa Silveira apenas em 1838, como se viu no capítulo anterior.

Desta forma, ao se investigar a razão da administração provincial enviar o mapa concluído por Müller em 1837 para ser impresso em Paris, encontrou-se um ofício bastante revelador no Arquivo Público do Estado, datado de 24 de agosto de 1837, no qual o então secretário da Assembleia, tenente-coronel Joaquim Floriano de Toledo, acusa o recebimento de ofício enviado por Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, então presidente da Província, encarregando-o de litografar o mapa que Müller havia acabado de concluir⁴¹¹. No entanto Toledo informa ao presidente que não estava conseguindo litografar o mapa no Rio de Janeiro, por causa do tamanho deste, das condições climáticas do país e do custo de se litografar um mapa nestas condições:

[...] nem o Governo tem conseguido fazer lytografar um mappa (...) na officina, q por sua conta tem estabelecido, e uma particular que existe apenas senão para caricaturas, e q por conseguinte impossível he lytografar um mappa em parte tão grande, como o do q se trata. Consultando por pessoas entendidas, ellas me dizem que quando fosse mesmo possível este arranjo em diferentes pedras, que se reunissem, se poderia tirar somente 34 exemplares com o risco de apparecer no meio do trabalho algumas manchas, ficando por isso perdido o trabalho, e a despesa, o q hé muito fácil e mesmo tem acontecido, em rasão do grande calor e humidade do Pais, devendo de mais montar em grande soma a despesa. Ainda acresce que não se poderia jamais tirar hua duplicação⁴¹².

Importante observar, portanto, que a ideia original do governo provincial era litografar o mapa preparado por Müller, e não imprimi-lo⁴¹³. Contudo, essa técnica não era recomendada em função do tamanho do mapa, da exígua quantidade de cópias que se poderia obter através desta técnica (“sommement 34 exemplares”), da impossibilidade de duplicação uma vez concluída a operação e, em função das condições climáticas do país, da pobreza da qualidade final que resultaria o trabalho se, mesmo assim, se tentasse obter os mapas por este meio.

No mesmo ofício destacado acima, Floriano de Toledo revela como foi aconselhado para que se obtivesse o mapa, justificando as vantagens de mandá-lo imprimir na França:

[...] Julgam por tanto [pessoas entendidas sobre impressão consultadas por Floriano na Corte] de mais vantagem reduzir-se o Mappa a três palmos de cumprimento, e dois e meio

⁴¹¹ Deve-se ter em conta que Joaquim Floriano de Toledo (1794-1875), embora seja mais reconhecido por sua atuação como funcionário público, Secretário de Governo e político paulista, era militar com patente de tenente-coronel desde 1828 e, portanto, neste momento em que estava no Rio de Janeiro verificando a possibilidade de litografar o mapa de Müller, não se tratava de um leigo no que toca a elaboração de mapas.

⁴¹² APESP, “*Registro de Ofícios Diversos*”, ordem 874, caixa 79, pasta 2, documento 67.

⁴¹³ Àquela época, a litografia era uma técnica bastante recente tanto no Brasil quanto na Europa. Segundo Cláudia Marino Semeraro, o Brasil conheceu a litografia logo após esta ter sido definitivamente introduzida nos países europeus. Em 1817, chamado por d. João VI, o artista de Bordeaux, Arnaud Julie Palière (1783-1862), chegava ao Rio de Janeiro. Anos mais tarde, em 1822, Palière foi contratado como professor da Academia Militar já com uma oficina de litógrafo. O material litográfico teria vindo da Europa por encomenda do diretor do Arquivo Militar ao basileano Johann Jacob Steinmann. [Ver Cláudia Marino Semeraro. *Início e desenvolvimento da tipografia no Brasil*. In: MASP. *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979, p. 10].

de largura, e então abrir-se hua chapa de cobre para tirar por meio delas quantas porções a quizerem, sendo a chapa conduzida para a Província, pois q ainda quando houvesse chapa do tamanho actual do Mappa, q não há nesta corte, viria a importar somente a abertura em 1600\$, e em França, attenta a baratesa da mão de obra em 1200\$. Preferem este expediente até por que havendo grandes espaços em claro no Mappa correspondentes aos lugares e sertões desconhecidos, parece mais conveniente abrir-se a chapa de cobre por que a todo tempo se pode emendar os erros, ou fazer acrescentamentos a proporção das descobertas de explorações que se realizarem n'esses lugares⁴¹⁴.

Além de revelar os preços pagos para a impressão do mapa, o ofício dá conta de que a Joaquim Floriano de Toledo foi sugerido reduzir as dimensões originais da carta desenhada por Müller⁴¹⁵. Ademais, o próprio Floriano explica que por não haver chapa no tamanho atual daquele mapa no Rio de Janeiro, também era mais barato prepará-la na França, já que a mão de obra para este serviço era bem mais barata em Paris do que na Corte. Tais razões teriam justificado o envio da carta de Müller para ser impressa na França.

Também não se pode desconsiderar a explicação apresentada no ofício pela preferência em se abrir uma chapa de cobre em lugar da litografia. Segundo o texto, a abertura da chapa de cobre seria a técnica mais indicada, pois esta permite que correções e acréscimos sejam feitos posteriormente conforme novas expedições e colonizações do interior da província fossem sendo realizadas. Tal operação é ainda mais facilitada pelo fato de o mapa contar com grandes espaços em branco, que aparecem representados como “Sertão desconhecido”.

Foi apenas três anos após o mapa ter sido concluído, em 1840, que se encontrou um novo documento tratando da impressão do mapa do marechal Müller. Trata-se de um ofício de Bernardo José Pinto Gavião Peixoto enviado a Manuel Machado Nunes, então presidente da Província, prestando contas de suas atividades no intuito de garantir a impressão do mapa:

[...] sobre a encomenda do Mappa Corografico desta Provincia , cumpre-me participar a V. Exa. que em 20 de Março de 1837 tendo dedicado me o Sñr marechal Daniel Pedro Muller para a commemoração de nossa antiga amizade, o Mappa referido e considerando enquanto era interessante na tal requisição para a Provincia recommendei ao Sñr. tenente coronel Toledo, que se achava no Rio de Janeiro, para o fazer lytografar ou naquela Corte, ou em França, cujo conseguimento foi paralizado pelos motivos mencionados nas ditas declarações ás quais inteiramente me refiro. [...] Finalmente tomei sobre mim não só a remessa do Mappa novamente para a França afim de ser gravado em chapa de cobre, mas também o acréscimo da despesa ali, visto ter-se conhecido que a quantia de 600\$00 consignada pela Fasenda Provincial era insufficiente, esperando ter a satisfação de entregar ao Governo oitenta ou cem exemplares do Mappa, justamente com a respectiva chapa para extrahirem-se as mais que convier⁴¹⁶ [...].

Datado de 25 de junho de 1840, o ofício revela a data exata em que Daniel Pedro Müller concluiu o desenho da carta, 20 de março de 1837. Mais que isso, informa o valor designado pela Assembleia Legislativa para o pagamento de sua impressão, 600\$000, valor este que teria sido

⁴¹⁴ APESP, “*Registro de Ofícios Diversos*”, ordem 874, caixa 79, pasta 2, documento 67.

⁴¹⁵ Se levarmos em conta que um palmo seria o equivalente a 22 cm, tal sugestão parece não ter sido atendida, haja vista o tamanho das cópias impressas do mapa que se encontram guardadas nos diferentes acervos pesquisados. A cópia disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, mede 102,6 x 151,4 cm.

⁴¹⁶ APESP, “*Registro de Ofícios Diversos*”, ordem 880, caixa 85, pasta 3, documento 10.

insuficiente para a contratação do serviço, uma vez que o presidente teve que complementar, do próprio bolso, o dito valor para dar conta da impressão do mapa. Por fim, também fica conhecida a quantidade aproximada de cópias que seriam entregues à Assembleia assim que os mapas retornassem da França, de 80 a 100 cópias do mapa, juntamente com a chapa de cobre.

Como mencionado previamente, o mapa foi enviado para as oficinas de Alexis Orgiazzi, anexa ao célebre *Dépôt Générale de la Guerre*, em Paris⁴¹⁷. Orgiazzi foi um gravador italiano cujo nome de nascimento era Giovanni Giacomo Orgiazzi, mas que passou a ser conhecido como J. Alexis Orgiazzi quando se transferiu a Paris. Muito pouco é conhecido sobre ele ou sua oficina, apenas que há referências a trabalhos gravados por ele entre 1799 e 1841. Além do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, verificou-se que outro mapa de uma província brasileira já havia sido gravado por Orgiazzi dois anos antes, em 1839. Trata-se do *Mappa da Provincia de San Pedro*, elaborada a partir de um mapa manuscrito levantado sob a direção do Visconde de São Leopoldo pelo coronel de milícias José Pedro Cesar e pelo geógrafo francês Thunot Duvotenay⁴¹⁸.

Por fim, cabe destacar uma peculiaridade observada nas diferentes cópias do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* disponíveis nos acervos compulsados por esta pesquisa. A análise comparativa realizada nos exemplares sugere que a chapa de cobre passou por uma ligeira correção no Brasil tão logo chegou de Paris. Nos três exemplares observados no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por exemplo, verificou-se que seus cartuchos apresentam a configuração da imagem 10, comentada a seguir:

⁴¹⁷ Criado em 1688 por Luís XIV e seu ministro da guerra, o Marquês de Louvois (1641-1691), o *Depôt Générale de la Guerre* foi planejado para organizar os diferentes tipos de engenheiros militares, reunir e conservar toda a documentação considerada militarmente útil e, sobretudo, aumentar a eficiência na construção das fortificações. A partir de 1772, passou a arquivar as cartas e relatórios criados pelos engenheiros geógrafos franceses.

⁴¹⁸ Atualmente, a Biblioteca Nacional de Portugal mantém uma cópia deste mapa que pode ser consultado através do acervo digital desta biblioteca. [Ver Thunot Duvotenay. *Mappa da Provincia de San Pedro : publicado segundo uma carta manuscrita / levantada debaixo da direcção do Illmo. e Exmo. Snr. Visconde de S. Leopoldo por Joze Pedro Cezar, Cor[onel] de Milicias ; por Th. Duvotenay, Geografo; Gravé par Alexis Orgiazzi*. Paris: Depôt General de la Guerre, 1839. 1 mapa: impr.: 54,2 x 68 cm. Disponível em: <<http://purl.pt/3994/3/>>. Acesso em: 23 jan. 2015].

Mapa 12: Detalhe do cartucho do *Mappa Chorographico da Provincia de San Paulo* (1841), exemplar mantido na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Fonte: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841].
1 mapa, impr.: 102,4 x 151,6 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

No título destes exemplares verifica-se que a Província aparece nomeada como SAN PAULO, e na dedicatória o nome do então presidente da Província foi grafado como JOZÉ PINTO XAVIÃO PEIXOTO.

Já nos cartuchos dos mapas observados nos acervos cartográficos do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da *Huntington Library*, nos Estados Unidos, verificou-se a configuração da imagem 11:

Mapa 13: Detalhe do cartucho do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*.

Fonte: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841].
1 mapa, impr.: 96 x 66 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Como se pode observar, as mesmas informações destacadas anteriormente aparecem grafadas de maneira distinta: SÃO PAULO e GAVIÃO, respectivamente. Tais diferenças sugerem que a placa de cobre original, vinda de Paris juntamente com as cem cópias do mapa, passou por uma correção ortográfica já no Brasil, uma vez que tanto o nome da província como o de seu presidente, a quem o mapa foi dedicado, haviam sido grafados equivocadamente por Arnoul, o gravador da oficina de Alexis Orgiazzi pelo desenho do mapa de Müller na chapa de cobre.

Destarte, não cabe exagero afirmar que além das cem cópias impressas na França, o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* teve um novo número de cópias impressas, provavelmente no Brasil, a partir da matriz antiga, mas com as informações do cartucho corrigidas. Contudo, não foram localizadas referências documentais que dessem conta de alguma correção do mapa ou de outra impressão, o que dificulta saber exatamente o local, a data e o número de cópias de uma eventual reimpressão. Além disso, não se pode precisar a quantidade de cópias do mapa colocadas em circulação. Pelo que acaba de ser exposto, sabe-se apenas que são mais do que as cem cópias originais que vieram das oficinas de Orgiazzi, em Paris.

Para uma época na qual todas as representações anteriores da Província ainda eram manuscritas e com pouquíssimas cópias, com exemplares era uma grande tiragem para um mapa destinado a circular como uma folha solta, isto é, não encartado em alguma publicação como a própria estatística provincial ou um Atlas, por exemplo.

4.5 Apresentação do mapa aos deputados da Assembleia Legislativa Provincial.

Um ofício datado dos primeiros dias de 1842 – quase cinco anos após Müller ter concluído o desenho de seu mapa, e sete após o mesmo ter sido encomendado pela Assembleia Legislativa Provincial – revela que o então presidente da Província solicitava ao secretário da Assembleia que finalmente se apresentasse aos deputados o mapa feito pelo marechal Müller:

De ordem do Exmo. Sñr. presidente da Provincia tenho a honra de passar ás mãos de V. S., para que se digne apresentar á Assembléa Legislativa Provincial um exemplar do Mappa Chorographico d'esta Provincia, desenhado pelo fallecido marechal Daniel Pedro Muller, e mandado gravar em Paris pelo Governo da Provincia. Vierão cem exemplares acompanhados da chapa em que foi aberto o mappa, e muitas pessoas tem querido comprar, mas sua Exa. não tem querido mandar vender, sem que a Assembléa tenha resolvido sobre o destino que devem ter ; por isso, V. S. terá a bondade de communicar me qualquer resolução que a mesma Assembléa tomar a respeito para conhecimento e direção do Governo⁴¹⁹.

O ofício confirma a informação passada previamente por Gavião Peixoto, em 1840, de que viriam da França, além da chapa de cobre, de 80 a 100 cópias do mapa. Mais que isso, informa ainda que logo após ter sido apresentado aos deputados da Província, coube aos parlamentares decidir o destino a ser dado àquelas cópias que haviam acabado de chegar da França.

Um parecer da Assembleia Provincial, datado de 03 de março de 1843, informa que:

As comissões reunidas de Fazenda e Estatística, tendo em consideração o ofício do governo, acompanhando um exemplar do mappa chorographico desta Província desenhado pelo falecido marechal Müller, mandado gravar em Paris, declarando o mesmo governo que vierão cem exemplares, bem assim a chapa em q forão abertos, q muitas pessoas as tem querido comprar, porém que não se julgando para isso habilitado pede portanto a essa Assembléa que delibere a este respeito o que mais convier. São por isso algumas comissões do parecer - que tirados tantos exemplares qto sejam necessários para ficar com 2 na secretaria do mesmo governo, 1 na secretaria do thesouro provincial, 3 na secretaria desta Assembléa, mais 7 para serem remetidos aos juizes de direito das sette comarcas. [ilegível] os demais [ilegível] fazer vender, por preço razoável, qtos possão restar⁴²⁰.

Vê-se, portanto, que os deputados da Assembleia decidiram distribuir alguns exemplares do mapa entre as Secretarias e Comarcas. Embora esta parte do parecer seja de difícil leitura em razão das rasuras do documento, identificou-se que se autorizou a venda, “por preço razoável”, dos exemplares que restassem após a distribuição determinada pela Assembleia. O parecer não informa

⁴¹⁹ AH-ALESP, “Ofícios”, caixa 396, número EE42.022.

⁴²⁰ AH-ALESP, “Pareceres”, caixa 396, número EE43.014

esse valor ou quem teria interesse na aquisição dessas cópias, informações que, na falta de uma documentação que indique, só podem ser obtidas a partir de um estudo da circulação deste mapa.

4.6 Circulação (séculos XIX-XXI).

O *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* foi colocado em circulação logo no princípio de 1843, após os deputados da Assembleia Legislativa Provincial reservarem alguns exemplares para a administração e determinarem que dezenas de exemplares fossem vendidos ao público “a preço razoável”.

Dentre as primeiras cópias a entrar em circulação está o exemplar que foi oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo então presidente da Província de São Paulo, Miguel de Sousa Mello e Alvim, antes mesmo da carta ter sido apresentada aos deputados da Assembleia paulista. Segundo ofício datado de 05 de outubro de 1841, e destinado ao secretário perpétuo do IHGB, o Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846):

Chegando a pouco de Pariz, um mappa chorographico desta provincia desenhado pelo falecido marechal Daniel Pedro Müller, e mandado gravar por um de meus antecessores, e considerando-a eu o mais exacto dos que até o presente se tem feito, lembrei-me que seria agradável ao Instituto Historico e Geografico Brasileiro [...] possuir um exemplar do referido mappa, e em consequência resolvi enviar a V. S^a para fazer presente ao Instituto o exemplar que a este acompanha em uma lata feixada e lacrada⁴²¹.

Vale lembrar que o cônego Januário da Cunha Barbosa, a partir de novembro de 1839, acumulou a função de secretário perpétuo do IHGB com a de bibliotecário na Biblioteca Pública da Corte, que anos mais tarde passou a se chamar Biblioteca Nacional. Tal fato talvez explique a razão pela qual atualmente o acervo do IHGB não disponha desta cópia, que lhe foi oferecida ainda em 1841, enquanto a Biblioteca Nacional tenha em seu acervo três cópias disponíveis para consulta.

Apenas dois anos após o mapa ter entrado em circulação, o Diretor Geral dos Correios, no Rio de Janeiro, envia ofício ao administrador desta instituição em São Paulo, solicitando que este compre um exemplar do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, a venda na capital.

[...] Convindo á esta Directoria Geral possuir um Mappa Corographico desta Provincia vou rogar a V.S. que se sirva mandar comprar um exemplar do que organizou o Marechal de Campo Muller em 1837, e pelo q me consta há a venda n’essa Cidade dando conta a esta Directoria do seu importe para ser indenizado⁴²².

Pouco mais de uma semana após a solicitação de compra ter sido enviada do Rio de Janeiro, verifica-se que Benedito Antônio da Luz, o administrador dos Correios em São Paulo, já tomava as providências junto ao presidente da Província para a aquisição do mapa.

⁴²¹ BNRJ, “*Manuscritos*”, Coleção José Carlos Rodrigues, I-3, 11, 27.

⁴²² APESP, “*Ofícios*”, ordem 887, caixa 92, pasta 1, documento 82A.

[...]Precisando a Diretoria Geral dos Correios do Império de um Mappa Corographico d'esta Província, segundo expende o officio da mesma Directoria sob Nº 77 assim tenho a honra de participar a V. Exa. para que se sirva ordenar q me seja entregue um dos referidos Mappas, responsabilizando-se esta Administração pela quantia q sobre ele tenha que ser arbitrado⁴²³.

Pela informação que consta no verso deste ofício, datada de 4 de julho de 1845, a solicitação foi atendida pelo presidente da Província, uma vez que Benedito Antônio da Luz assinara o recibo confirmando que o então secretário do governo provincial havia lhe entregado uma das cópias do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*.

Além de serem doados ou vendidos, exemplares do mapa continuavam a ser distribuídos pela administração provincial conforme a necessidade se apresentava. Em 1852, por exemplo, o Conselho de Engenheiros da Província, chefiados pelo major dos engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, solicitava ao presidente da Província, José Tomás Nabuco de Araújo, que lhe fosse enviado um exemplar do mapa, tal como fica patente no trecho do ofício destacado a seguir.

[...] O Conselho d'Engenheiros tem a honra de comunicar a V. Ex.^a. que sob proposta do Engenheiro José Jacques da Costa Ourique resolve: que se pedisse a V. Ex.^a. uma Carta Chorographica desta Provincia a fim de se dividir as Secções de Obras Publicas como V. Ex.^a. determinou para que cada chefe de secção conheça a superfície que lhe foi confiada⁴²⁴.

A formação deste Conselho de Engenheiros havia sido ordenada pelo presidente da Província a fim de que estes preparassem um relatório dando conta do estado das obras públicas provinciais e a solicitação do mapa serviria para orientar a divisão que se pretendia estabelecer para as seções de obras públicas da Província que se acabavam de criar⁴²⁵.

Além das três cópias destacadas acima, esta pesquisa também logrou identificar alguns exemplares que pertenceram a particulares. O primeiro caso a se destacar é o do Conselheiro Antônio Moreira de Barros⁴²⁶ (1841-1896). Não se sabe ao certo como Barros obteve uma cópia do mapa, no entanto, verificou-se que no ano de 1866, por ocasião da passagem de Sir Richard Francis Burton pela Província de São Paulo, ele presenteara o ilustre viajante com o exemplar que dispunha em sua coleção pessoal, no intuito de auxiliar Burton em sua viagem pelo interior da província paulista. Atualmente, esta cópia foi localizada na coleção de obras raras da *Biblioteca Huntington*,

⁴²³ APESP, “Registro de Ofícios Diversos”, ordem 887, caixa 92, pasta 1, documento 82.

⁴²⁴ Datado de 12 de janeiro de 1852, este ofício foi assinado pelos engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, Luiz José Monteiro, José Jacques da Costa Ourique, José Porfirio de Lima, H. Bastide, C. A. Bresser e Francisco Gonçalves Gomide. [Ver APESP, “Registro de Ofícios Diversos”, caixa 100, pasta 1, documento 13].

⁴²⁵ Trata-se do relatório geral das obras publicas apresentado pelo Conselho d'Engenheiros, em 20 de março de 1852 em cumprimento ao § 3º do Art 3º do Regulamento de 04 de Outubro de 1851. [Ver APESP, “Obras Públicas”, ordem 5151, caixa 14, pasta 3, doc 93A].

⁴²⁶ Natural de Taubaté, Antônio Moreira de Barros foi um político de algum destaque durante o Segundo Reinado. Além de ter sido nomeado presidente da Província do Alagoas (1867-68), foi conselheiro de d. Pedro II e também exerceu os cargos de ministro das relações exteriores do Império do Brasil (1879-80) e Deputado Geral pelo Partido Liberal entre 1878-85, chegando a ocupar a presidência da Câmara entre 1884-85.

nos Estados Unidos, na qual consta no verso uma dedicatória de Moreira de Barros a Burton, informando a data exata em que o mapa foi apresentado a este último: 14 de fevereiro de 1866⁴²⁷.

Trata-se de um exemplar único do mapa de Müller, pois está repleto de anotações pessoais feitas de próprio punho por Richard Burton. Inclui, por exemplo, uma série de correções de cursos e nomes de rios, acréscimos de fazendas, taperas e povoados, além da atualização de nomes e posições de estradas as quais, conforme Burton ia avançando em sua viagem, verificava a informação no mapa e fazia as correções diretamente em sua cópia. A imagem a seguir destaca um trecho deste exemplar no qual é possível observar claramente as anotações de Richard Burton, das quais chama atenção as diversas correções nos cursos de afluentes dos principais rios provinciais.

Mapa 14: Exemplar do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* com anotações de Sir Richard Francis Burton.

Fonte: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 105 x 157 cm. *Huntington Library*, California, Estados Unidos da América.

Outro particular que possuía um exemplar do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* em sua coleção pessoal era Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, o Barão Homem de Mello⁴²⁸ (1837-1918). Assim como o exemplar que pertencera a Richard Burton, esta cópia está

⁴²⁷ Cf. Daniel Pedro Müller. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa: 105 x 157 cm. *Huntington Library*, California, Estados Unidos da América.

⁴²⁸ Nascido em Pindamonhangaba, a 1º de maio de 1837, Francisco Inácio Homem de Mello foi escritor, historiador, professor e político. Formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em novembro de 1858 e, poucos anos depois, já exercia o cargo de lente catedrático do curso de História Universal do Colégio Pedro II, entre os anos de 1861-64. Pediu exoneração do cargo no Colégio após ser nomeado presidente da Província de São Paulo, em março de 1864, cargo que ocupou até outubro daquele mesmo ano. Em 1877, foi agraciado com o título de Barão Homem de Mello, como passou a ser conhecido. Segundo Airton José Cavenaghi, dentre os diversos trabalhos geográficos do Barão Homem de Mello, aquele que encontrou maior repercussão foi seu *Atlas do Brasil*, publicado em 1909 no Rio de Janeiro pela F. Briguiet & Cia. Faleceu em sua propriedade de Itatiaia, em Monte Belo (RJ) aos 4 de janeiro de 1918. [Ver Antônio Barreto do Amaral. *Dicionário de História de São Paulo...* Op. Cit., p. 421-422. Ver também: Airton José

repleta de notas manuscritas, dentre as quais se destaca a seguinte informação em manuscrito autógrafo: “o meo mappa de estudo na Presidencia de S. Paulo em 1864”. Ao que parece, após sua passagem pela presidência da Província, no ano de 1864, Homem de Mello levou consigo a cópia que consultava durante seus estudos. Atualmente, este exemplar encontra-se na seção de obras raras da *Biblioteca Municipal Mário de Andrade*, em São Paulo⁴²⁹.

Anos mais tarde, a Exposição de História do Brasil, realizada no Rio de Janeiro em 1881, contou com a exibição de um dos exemplares do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. No *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, coligido por Ramiz Galvão naquele mesmo ano, o mapa aparece referido da seguinte maneira:

19460 – Mappa chorographico da provincia de São Paulo des. por Daniel Pedro Müller, ... segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmittidos. Anno de 1837 & Grave par Alexis Orgiazzi &. Exp. Barão Homem de Mello⁴³⁰.

Ao que tudo indica, o exemplar exibido durante a exposição é a cópia que pertencia ao Barão Homem de Mello e que atualmente encontra-se na Biblioteca Mário de Andrade.

Mais um exemplar do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* localizado no decurso desta pesquisa é o que pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. A Revista do IHGSP, na seção que dá conta da relação dos livros impressos, manuscritos, mapas e jornais recebidos pelo Instituto durante o ano de 1900, traz uma entrada indicando: “Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo, pelo marechal Daniel Pedro Müller – 1837⁴³¹”.

Pouco mais de oitenta anos após a impressão do mapa original, em 1922, Affonso d’Escragnole Taunay publica o mapa de Müller em sua já mencionada *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*. Nela, o antigo diretor do Museu Paulista informa que àquela altura o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* já se tratava de “uma carta rara”, tendo o referido museu obtido uma cópia através de permuta com a Biblioteca Nacional⁴³². Ao se pesquisar os *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, verificou-se que no ano de 1920 aparece registrada a permuta de documentos realizada entre a Biblioteca Nacional e o Museu Paulista, tal como informara Taunay. Em troca de um exemplar do *Mappa Chorographico da Provincia de São*

Cavenaghi. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, Jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Jan. 2015].

⁴²⁹ Todo o acervo do Barão Homem de Mello foi doado a então Biblioteca Pública do Estado de São Paulo que, por sua vez, foi incorporada a Biblioteca Mário de Andrade na década de 1930. Segundo informações da instituição, o mapa está passando por um processo de restauração e brevemente estará disponível para pesquisa na seção de obras raras.

⁴³⁰ Cf. Ramiz Galvão (org.). *Catálogo da exposição de História do Brasil*. Introdução de José Honório Rodrigues. Ed. Facsimilar. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, Tomo III, p. 1634.

⁴³¹ Cf. *REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. V, 1899-1900. São Paulo: Typografia do “Diário Oficial”, 1901, p. 388. O acervo cartográfico do IHGSP encontra-se, por comodato, sob a custódia do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴³² Cf. Afonso d’Escragnole Taunay. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo... Op. Cit.*, p. 7.

Paulo, o Museu Paulista ofereceu um códice contendo o “Registro de Requerimentos, nomeações e diversos papéis desde 15 de novembro de 1776 até 9 de julho de 1783 pertencentes à Companhia de Comércio e Navegação de Pernambuco e Parahyba⁴³³”.

Portanto, além da réplica em fac-símile do mapa, encartado na *Collectanea* organizada por Taunay, localizaram-se algumas instituições que ainda mantém exemplares do mapa original em seus acervos, ou ainda, de cópias realizadas a partir do original. Em São Paulo, uma dessas cópias encontra-se no *Arquivo Público do Estado de São Paulo* e dois dos originais remanescentes podem ser consultados no *Museu Paulista da Universidade de São Paulo* e na seção de obras raras da *Biblioteca Municipal Mário de Andrade*. Já no Rio de Janeiro, identificaram-se três cópias, todas disponíveis no acervo cartográfico da *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Fora do Brasil, localizou-se apenas uma cópia do mapa na coleção de obras raras da *Biblioteca Huntington*, sediada na cidade de San Marino, Califórnia.

Distribuídos por diferentes órgãos da administração provincial, doados a institutos científicos, presenteados a viajantes estrangeiros, vendidos a instituições do governo ou a particulares, eis os destinos que se conseguiu identificar de alguns dos exemplares do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Embora alguns deles ainda fossem utilizados de modo bastante pragmático, como no caso do exemplar comprado pelos Correios ou do enviado ao Conselho de Engenheiros da Província, a ampliação do circuito do mapa possibilitada pela impressão de várias cópias e pela determinação de se colocar a venda alguns de seus exemplares, possibilitou uma maior circulação do conhecimento geográfico da Província e, não menos importante, daquela representação elaborada por Daniel Pedro Müller em particular. Tais medidas contribuíram para que a obra de Müller repercutisse rapidamente na produção cartográfica do território paulista realizada por diferentes cartógrafos, litógrafos e editores já a partir da segunda metade da década de 1840, como se verá a seguir.

4.6.1 A repercussão da representação de Müller nas cartas elaboradas após a sua impressão

O primeiro mapa a cobrir todo o território paulista elaborado após a carta de Müller entrar em circulação foi a *Carta Topographica da Provincia de São Paulo*, gravada por J. H. Leonhard na Litografia Imperial de Pierre Victor Larée⁴³⁴ (18??-1873?).

⁴³³ Cf. BIBLIOTECA Nacional do Rio de Janeiro. *Annaes: 1919-20*. Vol. 61-62, Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925, p. 315-316.

⁴³⁴ Pierre Victor Larée (Pedro Victor Larée) foi um litógrafo francês que se radicou no Rio de Janeiro durante o período regencial. Embora não se saiba ao certo quando chegou ao Brasil, tem-se notícia de que em 1832 estabeleceu sua primeira oficina litográfica e, em 1833, foi admitido na oficina do Arquivo Militar por indicação de Sebastian Carl Abele (Sebastião Carlos Abele), substituto de Johann Jacob Steinmann, introdutor da técnica no Brasil. Ali trabalhou por pouco tempo, pois logo se dedicou exclusivamente aos trabalhos em seu ateliê. Após elaborar e colocar a venda em

Mapa 15: Carta Topographica da Província de São Paulo (1847)

Fonte: *Carta Topographica da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmãos, Belin Le Prieur & Morizot, 1847. 1 mapa: 49,5 x 62 cm, litografado. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Publicada no Rio de Janeiro em 1847, por Firmin Didot Irmãos, Belin le Prieur & Morizot, esta carta foi levantada como parte de um projeto elaborado por um grupo de empresários, liderados pelo visconde J. de Villiers de L'île-Adam, visando produzir um atlas “physico e administrativo do Brasil” contendo representações de todas as províncias do Império⁴³⁵. O mapa relativo à Província

sua oficina o retrato litografado de S. M. o senhor d. Pedro II, recebeu o título de “Lithographo de Sua Majestade Imperial” e seu ateliê passou a ser chamado de “Litographia Imperial”. Com problemas financeiros, fecha sua oficina e volta a trabalhar no Arquivo Militar, em 1857, onde permanece até 1873, quando se perde o registro de suas atividades. [Ver Orlando da Costa Ferreira. *Imagem e letra: introdução a bibliologia brasileira*. São Paulo: Edusp; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976, p. 197-207].

⁴³⁵ Em artigo elaborado para seu *Roteiro prático de cartografia...*, Antônio Gilberto Costa transcreveu a íntegra de uma carta de solicitação de apoio enviada pelos representantes deste grupo de empresários ao Governo Imperial. Assinada por Pedro V^o. Larée e pelo V^ode. de Villiers de L'île-Adam, seus autores solicitavam a “Alta protecção de S. M. o Imperador e dos Augustos Representantes da Nação Brasileira”. Também informavam que o referido “Atlas physico e administrativo será lithographado e constará de 20 a 25 mappas das províncias. Todas estas serão reduzidas ao meridiano do Rio de Janeiro, e à mesma escala, de sorte que os mapas particulares reunidos formem o mappa geral do Império. Cada um dos mappas estará dividido em comarcas e freguesias como se vê pelo que vai annexo”. [Ver

de São Paulo foi um dos primeiros a ser elaborado e no mesmo ano em que foi publicado, 1847, os organizadores do atlas ofertaram uma de suas cópias ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro na tentativa de trocar informações que os auxiliassem a corrigir seus documentos cartográficos, como revelou uma correspondência enviada pelo visconde de Villiers ao secretário perpétuo do IHGB, transcrita na íntegra por Antônio Gilberto Costa em seu roteiro prático de cartografia⁴³⁶.

Datada de 30 de junho de 1847, esta correspondência revela que o mapa de Müller foi uma das referências utilizadas pelos organizadores do atlas na confecção da carta de São Paulo, como se pode observar no trecho destacado abaixo.

[...] Tomamos a liberdade de apresentar, pelas mãos de V^a. S^a. como Secretário perpétuo, ao Instituto Histórico e Geographico, o mappa litographado da província de S. Paulo que acabamos de publicar. [...] Esta offerta era hum dever nosso, mas não he somente hum tributo de acatamento pago à huma corporação Scientifica tão illustre: he também hum appelo, como protectora de todas as empresas Scientificas e Litterarias, ao auxilio de seus Conselhos e até de suas direcções [Benignas] na tarefa difficil que temos empreendido. [...] Temos aproveitado e aproveitamos no desempenho della os excelentes trabalhos de antecessores na matéria, Eschwege, Muller, Cunha-Mattos, Machado de Oliveira Martins, Visconde de S. Leopoldo, Niemeyer, [...] Temos estudado com maior atenção as leis provinciais, as erecções novas de freguesias e villas, e a organização territorial a mais recente, tendo o nosso atlas por fim principal a divisão administrativa e a estatística. Entretanto sabemos que apesar de todos os nossos esforços, devemos ter cahido em numerosos erros tanto à este respeito como a outro [...]⁴³⁷.

Além desta referência direta à obra de Müller, sabe-se que o litógrafo Victor Larée e o marechal Müller se conheciam e mantiveram relações comerciais por alguns anos.⁴³⁸ Sobre esta relação, Orlando da Costa Ferreira informa que dois anos após a morte do marechal, em 1843, Victor Larée publicou nos jornais em circulação uma nota de cobrança aos herdeiros de Müller pelos trabalhos de impressão que ele havia realizado para a publicação de alguns volumes do *Alphabeto Encyclopedico*⁴³⁹. Como não havia sido pago até aquele momento, Larée informava que se não recebesse a quantia que lhe era devida até certo prazo, venderia os objetos que Müller lhe deixara como caução. De posse dessas informações, o historiador Airtton José Cavenaghi levantou a hipótese de Larée ter:

[...] conseguido as pranchas litográficas utilizadas na confecção do mapa original de Müller, ou pelo menos ter realizado outros clichês iguais, acrescentando-lhes às divisões das Comarcas, além das cores diferenciadas, observadas em seu próprio mapa de 1847.

Antônio Gilberto Costa. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: Antônio Gilberto Costa (org.) *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p. 168-169].

⁴³⁶ Cf. Antônio Gilberto Costa. *Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral... Op. Cit.*, p. 172.

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ Larée era dono da oficina litográfica que havia publicado alguns dos volumes do *Alphabeto Encyclopedico* de Müller. [Ver Orlando da Costa Ferreira. *Imagem e letra... Op. Cit.*, p. 207]. Tratam-se dos já referidos “cathecismos” que Müller tentou imprimir no Rio de Janeiro nos últimos anos de sua vida como estratégia para levantar algum dinheiro, mas que acabaram, ao contrário do que se esperava, por leva-lo à falência e ao suicídio, em 1841.

⁴³⁹ Cf. Orlando da Costa Ferreira. *Imagem e letra. Introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. São Paulo: Edusp; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977, p. 207.

Esses elementos, o colorido e as divisões administrativas são os únicos fatores a diferenciarem a obra de Larée do mapa original de Müller de 1837⁴⁴⁰.

Tal hipótese parece difícil de ser confirmada, pois como se destacou previamente, o mapa de Müller não foi litografado, mas impresso a partir de chapas de cobre nas oficinas de Alexis Orgiazzi, em Paris. Além disso, os originais de Müller que estavam em poder de Larée eram os manuscritos de diferentes volumes dos “cathecismos”, e não a chapa matriz de seu mapa, que àquela altura estava em poder da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo. Por fim, embora bastante similar em alguns aspectos, o desenho do mapa litografado nas oficinas de Larée apresenta diferenças importantes quando comparado ao mapa de Daniel Pedro Müller⁴⁴¹.

O atlas organizado pelo visconde de Villiers de L’ile-Adam acabou sendo publicado no Rio de Janeiro pela Garnier Irmãos em 1852. Diferentemente do prometido ao imperador, continha 16 mapas, sendo quinze provinciais e um mapa geral do Império do Brasil. A *Carta Topographica da Província de São Paulo* foi publicada como a décima prancha deste atlas⁴⁴².

Outro mapa que tomou a representação elaborada por Daniel Pedro Müller como uma de suas principais fontes foi a carta intitulada *Província de São Paulo*, publicada no Atlas de Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), em 1868⁴⁴³.

⁴⁴⁰ Cf. Airton José Cavenaghi. *Olhos do barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)*. São Paulo, 2004. 313 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 129-130.

⁴⁴¹ Além do meridiano de origem ter mudado da Ilha do Ferro para o do Rio de Janeiro, e da grande diferença nas dimensões dos mapas: 102,6 x 151,4 cm (Müller) 49,5 x 62 cm (Larée), o mapa litografado nas oficinas de Larée traz uma nova maneira de representar o relevo paulista, fazendo importantes acréscimos em relação ao mapa de Müller; apresenta correções relevantes na representação da rede hidrográfica paulista; traz a nova divisão administrativa provincial, com mais comarcas do que as apresentadas por Müller em 1837; inclui as alterações ocorridas na malha urbana paulista, acrescentando os novos núcleos urbanos elevados no período, avançando, inclusive, sobre a área que havia sido descrita como “Sertão desconhecido”; e por fim, a *Carta Topographica...* registra a expansão da rede viária ocorrida entre 1837-47.

⁴⁴² A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro mantém um exemplar do atlas em seu acervo cartográfico, que também pode ser consultado através de seu acervo digital. [Ver J. de Villiers de L’ile-Adam. *[Cartas topographicas e administrativas das provincias do Brasil]*. Rio de Janeiro: Garnier, [1852]. 1 atlas, 16 mapas col. (2 dobrados), 72cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2015].

⁴⁴³ Cândido Mendes de Almeida nasceu na Província do Maranhão a 16 de outubro de 1818. Formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Olinda (1839), tendo exercido por dois anos a advocacia, ocupando o cargo de promotor público (1841-42). Nomeado por concurso ao cargo de professor de História e Geografia, disciplinas na qual se destacava, lecionou no Liceu São Luís por cerca de catorze anos. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro e, ali, dedicou-se a advocacia e à política. Foi membro do Partido Conservador, pelo qual se elegeu deputado em diversas legislaturas. Também foi eleito e nomeado Senador do Império, em 1871. Ficou conhecido por sua atuação como historiador e geógrafo, sendo sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia de Londres e de Paris. Dentre suas obras nesta área do conhecimento, destaca-se o Atlas do Império do Brasil, publicado em 1868, com 24 mapas do Império e suas províncias. Faleceu no Rio de Janeiro a 1º de março de 1881. [Ver Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, vol. 2, p. 35-40].

Mapa 16: *Província de São Paulo*, um dos mapas encartados no *Atlas do Império do Brasil*, organizado pelo senador Cândido Mendes de Almeida e publicado em 1868, no Rio de Janeiro.

Fonte: Província de São Paulo. In: Cândido Mendes de Almeida. *Atlas do Império do Brasil...* Op. Cit., prancha XVII.

Na página onde relaciona as referências que utilizou na elaboração de cada carta, Cândido Mendes de Almeida informa que o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* lhe serviu como fonte e, também, foi base para a elaboração de um manuscrito que à época encontrava-se guardado no então Arquivo do Ministério do Império. Referia-se à *Carta Chorographica da Provincia de São Paulo*, levantada pelo brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, em 1856. Segundo as observações do senador, este manuscrito era “hum trabalho sobre os limites da Província de S. Paulo, em uma carta reduzida de Daniel Pedro Müller⁴⁴⁴”.

Além da repercussão entre cartógrafos, litógrafos e editores de mapas, convém destacar que a difusão da representação elaborada por Müller também pode ser verificada em outros tipos de publicações, como as *Notas de Viagem*, do carioca Firmo de Albuquerque Diniz, ex-estudante da Academia de Direito que, em 1882 retornou a capital paulista para “celebrar o progresso da

⁴⁴⁴ Cf. Cândido Mendes de Almeida. *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias : dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II*. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomatico, 1868, p. 19. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>>. Acessado em: 16. jan. 2015.

Paulicéia moderna”, como destacou o historiador Antônio Barreto do Amaral na introdução da reedição da obra, publicada em 1978⁴⁴⁵.

Em seu retorno a cidade de São Paulo, Diniz destacava a confusão que as companhias férreas São Paulo e Rio de Janeiro, além da Paulista, haviam feito com os pontos cardeais ao nomearem suas estações, “dando as denominações de Norte ao que não é Norte, e de Oeste ao que nunca foi e nem será Oeste⁴⁴⁶”. Foi neste contexto que o autor menciona o mapa de Daniel Pedro Müller ao reconhecer que ao menos “as cartas geográficas da Província, que mais ou menos são reproduções ou cópias da velha carta levantada pelo Brigadeiro Muller, não admitiram essas correções das companhias, que no caso exposto nada mais fizeram do que subordinar-se à linguagem do povo⁴⁴⁷”. Interessante observar que mesmo quatro décadas após a impressão do mapa de Müller, sua obra ainda se mantinha como uma das principais referências para cartógrafos, litógrafos e editores de mapas, além de ser reconhecida por indivíduos que não estavam diretamente ligados a este ofício, como o advogado Firmo de Albuquerque Diniz.

Vê-se, portanto, que o mapa de Müller encontrou repercussão considerável assim que foi colocado em circulação no princípio de 1843, sendo copiado ou servindo como base para a elaboração de diversas cartas da Província de São Paulo produzidas a partir de então. Parte deste êxito deve-se, sem sombra de dúvidas, a determinação dos deputados da Assembleia Provincial em vender “a preço razoável” os exemplares que sobraram após a distribuição do mapa entre os órgãos da administração provincial. Tal medida configurou uma grande novidade na circulação do conhecimento geográfico da Província, uma vez que as cópias dos mapas elaborados anteriormente, por serem manuscritos, ficavam armazenadas exclusivamente em órgãos da administração provincial e, por esta razão, com raríssimas exceções, restritas ao uso de agentes a serviço da Província. A distribuição do mapa por órgãos administrativos das demais províncias do Império, bem como institutos e academias científicas, além da possibilidade de compra por particulares interessados na obtenção de suas cópias, contribuiu para a fixação de algumas das representações contidas na carta de Müller em padrões de representação que inspirariam ou simplesmente seriam reproduzidos nas cartas elaboradas posteriormente.

4.7 Um mapa para controlar o território paulista.

Conclui-se, deste modo, a biografia do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Tendo partido da análise do próprio mapa em si, reconstituiu-se toda trajetória desta carta, desde o

⁴⁴⁵ Cf. Firmo de Albuquerque Diniz. *Notas de Viagem*. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. 5.

⁴⁴⁶ Idem, p. 37-38.

⁴⁴⁷ Idem, ibidem.

momento em que foi encomendada, passando por aspectos técnicos de sua produção, desenho, impressão e culminando com alguns destaques a respeito de sua circulação e do impacto que esta teve sobre os mapas elaborados posteriormente.

Originalmente pensado para ser encartado na estatística provincial encomendada ao marechal Müller, houve uma diferença de pouco mais de três anos entre a impressão desta última e o mapa, o que acabou determinando que ambos tivessem “vidas próprias” após suas respectivas impressões, não só circulando separadamente por órgãos administrativos, coleções e bibliotecas, mas também sendo frequentemente analisados como peças separadas, sem conexão uma com a outra a não ser a própria autoria do marechal de campo reformado Daniel Pedro Müller.

Tal análise desconectada tem contribuído para diminuir a importância do contexto político que envolve a produção de ambos, especialmente ao desconsiderar que o mapa, assim como a estatística, é fruto direto da reforma constitucional promovida pelo Ato Adicional, que ao determinar a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, concedeu relativa autonomia política e tributária às elites locais, como bem demonstrou Dolhnikoff⁴⁴⁸.

Para o geógrafo francês Yves Lacoste, a carta é a forma de representação geográfica por excelência. Segundo este autor, tal formalização do espaço não é nem gratuita, nem desinteressada, mas sim, um meio de dominação indispensável, de domínio do espaço, de modo que a confecção de uma carta implica num certo domínio político e matemático do espaço representado, e atua como um instrumento de poder sobre esse espaço e sobre as pessoas que ali vivem⁴⁴⁹.

A encomenda da elaboração do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* no âmbito do aparelhamento efetivo da elite local na administração provincial, isto é, com autonomia política, coercitiva e tributária para administrá-la segundo seus interesses, indica que dentre os propósitos deste mapa estava não só a atualização e ampliação do conhecimento que se detinha da Província para melhor geri-la, mas também o uso deste artefato como instrumento ideológico na defesa dos interesses mais caros desse grupo, tais como as disputas por limites com as províncias vizinhas, a expansão da ocupação do território em direção ao Oeste, em áreas ocupadas por populações indígenas, ou ainda, a manutenção e desenvolvimento de uma rede viária provincial que melhorasse o escoamento da produção das vilas do interior até o porto de Santos.

Neste sentido, a análise da biografia do mapa tal como proposta neste capítulo, revela como ele traz em si, ou melhor, em algumas de suas representações e por trás de certos aspectos técnicos, os interesses e desígnios dos responsáveis por sua elaboração, nomeadamente, da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo.

⁴⁴⁸ Cf. Miriam Dolhnikoff. *Caminhos da conciliação: o poder provincial paulista (1835-1850)*. São Paulo, 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

⁴⁴⁹ Cf. Yves Lacoste. *A Geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988, p. 23.

Embora do ponto de vista técnico para o levantamento do desenho desta carta tenha se destacado que a representação elaborada por Müller fosse bastante precisa e atualizada, viu-se também que ela não trazia grandes inovações em relação a cartas produzidas anteriormente. Na verdade, em muitos aspectos ela era uma versão atualizada de mapas elaborados desde a última década do Oitocentos, como os de João da Costa Ferreira e Antônio Rodrigues Montesinho, apresentando similaridades nas dimensões, escalas, meridiano de referência, práticas de representação e, até mesmo, nas precisões das localizações geográficas da malha urbana provincial.

No entanto, há um aspecto técnico referente à produção deste mapa bastante inovador e que, em grande parte, foi determinante para a repercussão e impacto do mesmo no decorrer do século XIX: sua impressão. Como apontado no decorrer deste capítulo, esta foi a primeira representação contendo a totalidade do território paulista a ser impressa, isto é, trata-se do primeiro mapa a ter um grande número de cópias disponíveis para que a administração provincial arbitrasse sobre seus destinos e, mais importante, o primeiro mapa a ter uma matriz (em cobre) que garantia a possibilidade de correções, ampliações e reimpressões.

Desde a encomenda desta carta, a determinação da Assembleia era que a mesma fosse impressa e circulasse como um encarte da estatística provincial. Com as dificuldades encontradas para sua impressão, optou-se em atrasar a publicação da estatística por um ano e, não tendo se encontrado uma solução viável neste período, preferiu-se que o mapa não circulasse como um encarte da estatística do que ter que diminuir suas dimensões, litografá-lo ou mantê-lo como um manuscrito. A opção da administração em enviar a carta para ser impressa em uma oficina parisiense anexa ao célebre *Depôt Générâle de la Guerre*, revela a grande importância conferida a este aspecto de sua produção, especialmente quando se vê que tão logo os exemplares chegam de Paris e são apresentados aos deputados, estes decidem por reservar alguns exemplares para a administração, distribuir outros a institutos científicos e órgãos administrativos do Império e, não menos significativo, colocar à venda os demais exemplares.

Desta forma, fica evidente que ao colocar diversos exemplares da carta em circulação, desejava-se que o conhecimento geográfico contido naquela representação em particular fosse difundido para além dos usuais políticos e demais agentes a serviço da Província. Além disso, o cuidado na definição de alguns aspectos da elaboração deste mapa, como a escolha de um engenheiro-militar de vasta experiência e reconhecida erudição, as grandes dimensões da carta, além de sua impressão em um dos principais centros mundiais de produção cartográfica, sugere que era do interesse da administração provincial que esta fosse tida como a representação mais precisa da Província possível de se realizar até então. Tudo isso demonstra uma intencionalidade no estabelecimento de padrões de representação do território paulista – localização dos limites, formas de representar a área não ocupada, etc. – que pudessem ser reproduzidos por cartógrafos, geógrafos,

litógrafos, editores de mapas ou viajantes, dentre outros, nas obras que estes viessem a produzir a partir de então. Pretendia-se, portanto, controlar o território não apenas a partir da administração em si, mas também através da produção e circulação do conhecimento geográfico que se detinha sobre aquele território.

PARTE III:

RAZÕES DE ESTADO: ECONOMIA POLÍTICA PROVINCIAL

CAPÍTULO 5: UM SERTÃO DESCONHECIDO? A REPRESENTAÇÃO DO “OESTE PAULISTA” NO *MAPPA CHOROGRAPHICO DA PROVINCIA DE SÃO PAULO* (1841).

- 5.1 O Sertão: significados, usos práticos e ideológicos (séculos XVI-XIX).
- 5.2 Representações cartográficas do “Oeste Paulista” como “Sertão desconhecido”.
- 5.3 Descrições sobre as populações indígenas que habitavam os “sertões”.
- 5.4 Práticas e políticas indigenistas nos séculos XVIII e XIX.
- 5.5 Novo impulso de exploração e conquista dos sertões.
- 5.6 Valorização fundiária nas regiões da lavoura de açúcar para exportação.
- 5.7 “Sertão desconhecido” e “fundos territoriais”.
- 5.8 Sob o “Sertão desconhecido”.

O devassamento intelectual do sertão seria o pioneiro passo de sua superação prática enquanto tal. Conhecer e divulgar um dado espaço desconhecido iniciaria o processo de sua transformação, seu fim enquanto sertão.

Antônio Carlos Robert Moraes⁴⁵⁰

O século XIX é um século heterogêneo, o único que conheceu três regimes políticos: embora dois terços do período se passem no Império, ele começa ainda na Colônia e termina na República Velha. Inicia-se em pleno tráfico negreiro e termina com o início das grandes vagas de imigrantes livres. É, como se sabe, um período de tensões entre oligarquias locais e surtos de centralização do poder. É também um século em que o Brasil, à sua maneira, se moderniza: à sua maneira, porque o poder e os privilégios pouco mudam. [...] A política indigenista do período leva a marca de todas essas disparidades. Mas para caracterizar o século como um todo, pode-se dizer que a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Nas regiões de povoamento antigo, trata-se mesquinamente de se apoderar das terras dos aldeamentos. Nas frentes da expansão ou nas frotas das rotas fluviais a serem estabelecidas, faz-se largo uso, quando se consegue, do trabalho indígena, mas são sem dúvida a coquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo [...].

Manuela Carneiro da Cunha⁴⁵¹.

Um dos aspectos que mais chama a atenção de quem observa o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841) é, seguramente, a representação de uma vasta área localizada no chamado “Oeste Paulista” como um grande vazío, sobre a qual foi inserida a expressão “Sertão desconhecido”. Ao analisar esta carta, o historiador Affonso d’Escragnole Taunay considerou que seu autor representara a região daquela maneira em razão das poucas informações geográficas disponíveis à época sobre o interior da Província. Para Taunay, aliás, essa carência de informações também justificava os muitos equívocos cometidos pelo cartógrafo ao representar o interior da Província paulista, em especial, os cursos dos rios⁴⁵².

⁴⁵⁰ Cf. Antônio Carlos Robert Moraes. O Sertão: um outro geográfico. In: *Terra Brasilis* [Online], v. 4-5, 2003, 6p. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 28/05/2015.

⁴⁵¹ Cf. Manuela Carneiro da Cunha. Política indigenista no século XIX. In: _____. *História dos Índios no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 2006 [1992], p. 133.

⁴⁵² Cf. Affonso d’Escragnole Taunay. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. In: MUSEU PAULISTA. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D’Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 7.

Mapa 17: Detalhe do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* (1841), com destaque para a área identificada como “Sertão desconhecido”.

Fonte: *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Para o historiador Airton José Cavenaghi, em instigante trabalho no qual analisa a formação territorial da Província de São Paulo a partir da produção cartográfica do território paulista no século XIX, mais do que a já referida falta de informações geográficas dos chamados sertões, o uso da expressão “Sertão desconhecido” na carta de Müller seria fruto “de um isolamento existente na Província em relação às suas localidades, quer pela precariedade dos elementos de

comunicação, como estradas, quer pela falta de interesse nesse processo”, de tal forma que o desconhecimento da administração provincial em relação ao interior paulista se explicaria pela permanência de um modelo de ocupação territorial que vinha do período colonial, marcado pelo isolamento das grandes propriedades agrícolas⁴⁵⁴.

No entanto, buscando avançar na análise desta representação, propõe-se aqui uma interpretação muito mais relacionada ao processo de apropriação das terras indígenas por grupos da elite local, em aliança com a administração paulista, do que aos mencionados desconhecimento da região ou do isolamento dos núcleos urbanos provinciais.

Como já mencionado anteriormente, a partir da instalação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, em 1835, grupos da elite mercantil-exportadora paulista passaram a ter competência para legislar sobre a catequização e “civilização” dos indígenas, vale dizer: sobre a expropriação das terras indígenas. Assim, a representação cartográfica de áreas sabidamente habitadas como um grande vazio e identificadas como “desconhecidas” traz uma série de interrogações sobre o papel da representação visual e os interesses que a materializaram. O registro cartográfico, como se sabe, nunca é neutro e nem isento de ideologias. O silêncio sobre as populações indígenas nos convida a refletir. Destarte, tomando como base os referenciais teóricos propostos por Meneses⁴⁵⁵ e Harley⁴⁵⁶, propõe-se, a seguir, uma reflexão sobre os nexos entre a representação cartográfica contida no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, de Daniel Pedro Müller, e a questão indígena no território paulista, especialmente no âmbito das diferentes práticas e políticas indigenistas que entraram em vigor no período que se estende de 1758 a 1845.

5.1 O Sertão: significado, usos práticos e ideológicos (séculos XVI-XIX)

Para que se compreenda melhor a razão de diferentes cartógrafos utilizarem o termo “Sertão” em suas representações, convém, inicialmente, reconstituir os distintos significados que o vocábulo “sertão” teve no decurso dos séculos XVI a XIX, buscando explicitar, além das acepções específicas em um dado momento, alguns usos práticos e ideológicos recorrentes.

De princípio convém recordar, junto com a historiadora Dora Shellard Corrêa, que mais do que uma noção puramente geográfica, o vocábulo “sertão” foi utilizado por viajantes, sertanistas e cartógrafos, dentre outros, como um conceito e, justamente por essa razão, seu sentido vem se

⁴⁵⁴ Cf. Airton José Cavenaghi. Uma leitura cartográfica da História: a formação territorial da Província de São Paulo durante o século XIX. *Projeto História*. São Paulo, (26), jun. 2003, p. 288.

⁴⁵⁵ Cf. Ulpiano Bezerra de Meneses. *Rumo a uma “História visual”*. In: José de Souza Martins; Cornélia Eckert; Sylvia Novaes. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005, p. 33-56.

⁴⁵⁶ Cf. John Brian Harley. Silencios y secretos: la agenda oculta de la cartografía en los albores de la Europa moderna. In: _____. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005, p.113-140.

modificando com o passar dos séculos⁴⁵⁷. Exemplo disso é que atualmente, o significado de “sertão” difere muito daquele empregado na documentação compulsada referentes aos séculos XVIII e XIX.

Além disso, antes de se prosseguir na análise sobre as acepções do vocábulo “sertão”, é importante que se diferencie as noções de espaço e território, que estão diretamente relacionadas a ele e, diferentemente do que se possa imaginar, não são equivalentes. A categoria espaço, por exemplo, tem uma centralidade notável na obra do geógrafo Milton Santos, especialmente porque este defende a necessidade de se definir a própria Geografia a partir de seu objeto de estudos, o espaço⁴⁵⁸. Embora reconheça a dificuldade de se encontrar uma definição para esta categoria, Santos propõe uma tentativa a partir do modo como o espaço se apresenta, isto é, um produto histórico. Para Santos, então, o espaço pode ser compreendido como o resultado da ação humana sobre a superfície da terra, sendo este organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente, uma vez que se trata “da morada do homem, seu lugar de vida e trabalho”, em constante processo de reorganização⁴⁵⁹.

Já o território, por sua vez, deve ser compreendido como sinônimo do espaço de uma nação, isto é, um recorte do espaço bem delimitado e regulado por grupos humanos que se entendem detentores de alguma soberania sobre ele. Nas palavras de Milton Santos: “uma linha traçada de comum acordo, ou pela força, [que] não tem forçosamente a mesma extensão através da história⁴⁶⁰”. Trata-se, portanto, de uma categoria histórica construída socialmente que corresponde a um recorte do espaço pelo processo de formação de um Estado-nação. Deste modo, convém notar que unidades territoriais como impérios, reinos, províncias, capitanias, comarcas e bispados, por exemplo, são divisões do espaço desenhadas e convencionadas historicamente segundo a natureza das relações sociais em jogo⁴⁶¹.

Assim, retomando a análise dos sentidos do vocábulo “sertão”, a primeira notícia que se tem da utilização desse termo na América remonta à carta de Pero Vaz de Caminha, de 1º de maio de 1500, na qual o escrivão descrevia as terras americanas ao rei português da seguinte maneira:

Esta terra, senhor, me parece que da pomta, que mais contra o sul vimos, ataa outra ponta, que contra o norte vem, de que nos d esse porto ouvemos vista, sera tamanha, que avera neela bem xx ou xxb [20 ou 25] legoas per costa. [...] De pomta a pomta he toda praya parma mujto chaã e mujto fremosa; pelo sartaão nos pareceo do mar mujto grande, porque,

⁴⁵⁷ Cf. Dora Shellard Corrêa. *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)*. São Paulo, 1997, 337 f. Tese (doutoramento). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, p. 114.

⁴⁵⁸ Cf. Milton Santos. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* [1978]. 6ª ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2004, p. 143-153.

⁴⁵⁹ *Idem*, p. 150-153.

⁴⁶⁰ Cf. Milton Santos. *Por uma geografia nova... Op. Cit.*, p. 232.

⁴⁶¹ Cf. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 252.

a estender olhos, nom podíamos ver senem terra e arvoredos, que nos parecia muy longa tera. [...] A terra em sy he de muyto boos aares asy frios e e [sic] temperados coma os d antre Doiro e Minho, porque neste tempo d agora asy os achavamos coma os de la; agoas sam mujtas infimdas; em tal maneira he graciosa que querendo a aproveitar, darseá nela tudo per bem das agoas que tem⁴⁶².

Vê-se desta forma, que pouco antes de se iniciar o século XVI a expressão “sertão” era empregada para referir-se às terras que estavam para além da “praya”. Sobre estas, Caminha faz questão de destacar sua extensão, assim como a qualidade dos ares e das águas, indicando ao rei que seriam bastante aproveitáveis, se este assim o desejasse. Como bem destacou a filósofa e historiadora Glória Kok, o sertão emergia, desde o princípio, “para além do visível, um território promissor, delineado na fronteira do mito e da experiência⁴⁶³”. Era, portanto, uma construção dos portugueses ao mirarem para o interior das terras americanas a partir de suas caravelas.

Após iniciarem o povoamento da América portuguesa, a partir de 1530, e com a fundação da vila de São Paulo de Piratininga no interior do continente (1560), os colonizadores começaram a penetrar os sertões e, mais que isso, a viver *nele* e *dele*. Ao descrever a sociedade vicentina em seus primeiros dois séculos de existência, Sérgio Buarque de Holanda caracteriza-a como uma sociedade “aluvial”, que viveu por mais de dois séculos em situação “instável e imatura”, deixando maior espaço para o intercuro com a “gente nativa”. Ao contrário dos núcleos surgidos no litoral nordestino que cria indivíduos sedentários, continua Holanda, a vocação do paulista está no caminho, que convida ao movimento⁴⁶⁴.

Não por acaso, o século XVII é marcado por um movimento inicial de expansão de correntes povoadoras paulistas sobre áreas mais extensas e que só irá se interromper, segundo Holanda, de forma abrupta na última década daquele século⁴⁶⁵. Essa etapa inicial de povoamento foi responsável pelo aparecimento de uma “constelação de vilas” que foi, sucessivamente, alargando a faixa colonizada⁴⁶⁶.

Pode-se citar como exemplo, a vila de Santana do Parnaíba, fundada em 1625. Em artigo no qual analisa o cotidiano dos moradores desta vila desde a sua fundação, a historiadora Alida Metcalf traz uma importante contribuição para esta discussão. Segundo Metcalf, aqueles colonos “viviam *em e entre* três mundos: a vila, o reino e o sertão”. Ao tratar das interações das famílias que viviam inseridas nesses mundos, a autora esclarece que a palavra “sertão” designava:

⁴⁶² Cf. Jaime Cortesão. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: 1994, p. 140.

⁴⁶³ Cf. Glória Kok. *O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004, p. 18.

⁴⁶⁴ Cf. Sérgio Buarque de Holanda. Caminhos do extremo oeste. In: _____. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 25-26.

⁴⁶⁵ Sérgio Buarque de Holanda. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, p. 62, dez. 1966. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45622>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

⁴⁶⁶ *Idem*, p. 60.

[...] o desconhecido, a imensa vastidão. Nos mapas, o sertão especificava o interior do Brasil, os territórios sob controle dos índios e a floresta virgem que poderia ainda existir em torno dos povoados portugueses e entre eles. Se o reino representava um polo de um *continuum* que se estendia do Velho ao Novo Mundo, o sertão sintetizava o oposto: a América em seu estado natural. [...] Para os índios, o sertão era um mundo familiar. Os mamelucos se movimentavam facilmente entre o sertão e a vila. Mas para um recém-chegado de Portugal, o sertão parecia incompreensível. Para os portugueses, o sertão pedia para ser colonizado, explorado e transformado⁴⁶⁷.

A partir desta análise, a autora defende como o sertão dominava a vida na vila no início do século XVII. Mais que isso, aponta como toda a economia era baseada em sua exploração. Com o passar dos séculos, ainda que a fronteira do sertão se expandisse e ficasse cada vez mais distante, ele continuou a ser a principal fonte de riqueza dos paulistas, mesmo quando o estilo de vida na vila começou a sofrer maior influência do reino. Destarte, se entre os séculos XVII- XVIII “o mundo do sertão eclipsou a vida na vila”, no século XIX, por conta da “itinerância do sertão”, sua presença e atração haviam sumido, conduzidos pelos valores do reino que tornavam núcleos de povoamento antigos, como a vila de Santana do Parnaíba, muito mais parecidas com o próprio reino do que com o sertão⁴⁶⁸.

Cabe observar, no entanto, que ainda no princípio do século XVIII o dicionário publicado pelo padre Raphael Bluteau registrava apenas o sentido geográfico do termo, descrevendo “sertão” como qualquer “região apartada do mar e por todas as partes metidas entre terras⁴⁶⁹”, noção bastante similar à empregada por Caminha, ainda no final do século XV, para descrever as terras que iam além da praia. Entretanto, sabe-se que por esta época, agentes da administração colonial, viajantes e mesmo os moradores das vilas do interior da Capitania entendiam o sertão de maneiras distintas. Assim, no intuito de resgatar os usos práticos e ideológicos associados ao termo, optou-se recorrer a relatos de cronistas e viajantes, além de documentos administrativos produzidos nos séculos XVIII e XIX que possam trazer essas perspectivas.

Marcelino Pereira Cleto, por exemplo, era um agente da Coroa portuguesa que, em 1782, encontrava-se a serviço da administração na vila de Santos. Ali redigiu sua *Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la*, na qual buscou fazer uma breve descrição da Capitania, apontar os principais problemas enfrentados pela administração e, por fim, sugerir formas de minimizar tais problemas, economizando recursos gastos pela Fazenda Real. Ora, no transcurso de praticamente toda dissertação, Cleto faz uso recorrente do termo “sertão”, deixando bem claro, já nas primeiras páginas, o significado que essa palavra tem para ele:

⁴⁶⁷ Cf. Alida C. Metcalf. Vila, reino e sertão no São Paulo colonial. In: Francisca L. Nogueira de Azevedo; John Manuel Monteiro (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão e Cultura; Edusp, 1996, p. 420-421.

⁴⁶⁸ *Idem*, p. 432.

⁴⁶⁹ Cf. Raphael Bluteau. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Lisboa: Pascoal da Silva, 1720, v. 7, p. 613.

A capitania de São Paulo consta de uma extensa marinha que ao norte principia na vila do Salvador do Ubatuba, e ao sul confina com a vila de São Francisco, toda a marinha é cercada de uma áspera serra, e depois dela ficam as terras do sertão, nas quais entra a cidade de São Paulo, hoje cabeça da capitania⁴⁷⁰.

Também para Cleto, “sertão” tem um significado similar ao por Bluteau e Caminha, isto é, uma acepção puramente geográfica. Tratam-se das terras localizadas para além da Serra do Mar ou, nas palavras do próprio autor, “serra acima”. Segundo essa concepção, uma vez vencida a “áspera” barreira da serra, tudo o que ali existe era parte das chamadas “terras do sertão”. Não apenas a mata virgem ou as populações indígenas que nela habitam – que na dissertação de Cleto sequer são mencionadas – mas a cidade de São Paulo, as demais vilas, freguesias e povoados da capitania, bem como seus habitantes, instituições e toda sua produção. O sertão, portanto, é visto unicamente como um contraponto à marinha. Não é por outra razão que o vocábulo é empregado sempre no âmbito das comparações entre os atributos de uma parte e outra da capitania: agricultura da marinha e do sertão; habitantes da marinha e do sertão; dízzimos da marinha e do sertão.

Todavia, não é demais recordar que Marcelino Pereira Cleto não era viajante ou sertanista, mas sim um administrador. Sua perspectiva, portanto, era aquela de quem está à distância, sugerindo à Coroa a adoção de medidas de cunho bastante pragmático a fim de que a administração colonial pudesse tirar o melhor proveito dos recursos da Capitania.

Um ano depois do texto elaborado por Cleto, Manoel Cardoso de Abreu (174?-1804) escrevia seu *Divertimento admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso*⁴⁷¹. Abreu foi comerciante e funcionário público da administração paulista, tendo, desde muito cedo participado das famosas “monções”⁴⁷². Seu texto busca descrever aquilo que de mais significativo acreditava ter observado nas viagens fluviais que realizou pouco depois de meados do Setecentos. Nele o sertão aparece representado invariavelmente da seguinte forma:

Os peixes que há neste rio, além da abundância, são especialíssimos, porque de todas as formas que sejam beneficiados não tem variedade o sabor, pois são notáveis os dourados, saupes, piraguajuras, pacui, pacús, suruvi, piraguaxiara e jáús, de que se utilizam os moradores da freguesia, indo ao sertão seis ou sete dias de viagem para os pescar, salgar 100 arrobas e vender ao povo [...] Também se criam nestes pântanos umas aves chamadas anhupocas, do tamanho das mesmas que há no rio Tietê, porém com outra diferença, porque estas são muito bonitas e das mais formosas aves destes sertões⁴⁷³.

⁴⁷⁰ Cf. Marcelino Pereira Cleto. Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. In: Ernani Silva Bruno. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 18.

⁴⁷¹ Cf. Manoel Cardoso de Abreu. *Divertimento admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso*. In: Ernani Silva Bruno. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 53-88.

⁴⁷² Tratam-se das frotas comerciais que desciam o rio Tietê partindo do porto de Ararituaba (atual Porto Feliz), em direção a vila real de Cuiabá.

⁴⁷³ Cf. Manoel Cardoso de Abreu. *Divertimento admirável... Op. Cit.*, p. 68 e 75.

Ou ainda:

[...] Acima da barra dois dias de viagem se acha um bananal famoso, o qual se enchem de bananas as canoas da monção, e é de admirar o conservar-se aquele bananal ali desde o princípio do descobrimento daquelas minas sem ter diminuição alguma [...] Nos centros das margens deste rio [Cuiabá] há muitos gentios bororós e parecis, e são aqueles gentios da mesma conduta destes, dos quais os serviram os meus antepassados para conquistarem as mais nações, diferentes por serem insignes trilhadores e valorosos para com os mais gentios e humildes para nós. Nestas conquistas que fizeram os antigos paulistas com estes gentios, é que descobriram quase todas as minas de que hoje se referem os tesouros e comércio, que se vão deteriorando na falta de descobrimentos memoráveis, como antigamente se fizera; e é bem verdade que dando eu larga notícia destes sertões porque os tinha calculado, não posso dizer dos que estão incógnitos, que ainda se não descobriram. [...] Deste bananal, de que falamos, têm os gentios semeado por aqueles sertões, de sorte que nestes campos de arroz em várias partes há bananas com fartura⁴⁷⁴.

Já não se trata do mesmo sertão de Marcelino Pereira Cleto. Aqui os sertões aparecem descritos como espaços afastados das cidades, da civilização. É, por excelência, o espaço da natureza, onde habitam as diferentes populações indígenas.

Ao analisar o sertão descrito por viajantes e sertanistas, Dora Shellard Corrêa aponta que este “é uma paisagem elaborada por sociedades vivendo em espaços diversificados e nada estáticos”. Em sua caracterização do sertão dos séculos XVIII e XIX, defende que este se trata de um espaço que não era necessariamente coberto por matas, mas que era reconhecidamente de domínio indígena e, portanto, hostil aos colonizadores. Seus limites eram fluidos e, por esta razão, não podiam ser demarcados rigidamente. Tais limites eram mais facilmente compreendidos como “uma linha em constante movimento” e quem “moldava o sertão”, isto é, “quem era o seu senhor, eram os grupos indígenas”. O descobrimento destes sertões por parte dos “brancos” representava o fim do sertão⁴⁷⁵.

Assim, se por um lado o sertão aparece representado como a América em seu estado natural e um espaço dominado pelas múltiplas populações indígenas que nele habitavam, por outro, também é possível verificar que se tratava de um espaço dinâmico que sofria a influência de outros agentes sociais com os quais ele interagia. Além do índio, importante papel desempenhavam na transformação do sertão o mameluco e o português, cada qual, mais ou menos adaptado à vida naquele espaço.

Em dezembro de 1766, por exemplo, o governador e capitão-general Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão oficia a Sebastião José de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras, descrevendo o estado em que encontrara as vilas e freguesias da Capitania:

[...] se achão as campinas dessa vizinhança de S. Paulo sem dar fructo, do mesmo modo a de todas as villas desta Capitania, e o que peyor he que por seguirem o engodo do mato virgem, largão a habitação das Povoações e vão atraz do mato, afastando-se cada vez mais

⁴⁷⁴ Cf. Manoel Cardoso de Abreu. *Divertimento admirável... Op. Cit.*, p. 77-79.

⁴⁷⁵ Cf. Dora Shellard Corrêa. *Paisagens sobrepostas... Op. Cit.*, p. 114-116.

da Sociedade Civil, reduzindo-se a viver sem missa e sem doutrina, familiarizando-se com as feras⁴⁷⁶.

Esses indivíduos, ao partirem para o sertão, estabeleciam seus sítios, criavam alguns animais e, eventualmente, com a ajuda de alguns escravos, roçavam a terra, plantando apenas o suficiente para sua subsistência, como descreveu o Morgado de Mateus nesse mesmo ofício:

Os mais pobres fazem hum sítio, isto hé, uma Casa de canas, barradas de terra e coberta de palha ao pé de hum morro, e junto de um Rio, na qual há por alfayas hum cachimbo, huma espingarda e duas redes, huma em que dormem de noite, e de tarde, e outra com que pescão, desta e da espingarda comem o que cassão; [...] No morro roção quanto basta para plantar meia dúzia de bananas e hum prato de milho, nestes taes sítios há muitos que apenas ouvirão dizer que há Generaes e que há Párocos, porque distão de hum e outro vinte e trinta e quarenta e mais legoas, e ali passam a vida sem nunca ouvirem Missa. [...] Ainda este sítio não he permanente, tanto que roção aquelle matto ou se enfadão de viver ali, ou cometem algum crime, põem o fogo a choupana e marchão para onde lhes parece; e daqui nasce que ninguém tem rendas, nem modo de cultivar as suas terras, alguns que cultivão he com escravos, porém como estes acabão, tãobem a lavoura não he permanente e nem sempre os filhos tem dinheiro para os restabelecer; ainda com os taes escravos, nunca conseguem hum seleiro de milho ou de farinha, ou de outros fructos que possão vender ao publico, porque não conheço ninguém que o tenha, só plantão para o seu sustento⁴⁷⁷.

Esse avanço lento de populações pobres ao sertão ganha algum impulso já durante o governo do Morgado de Mateus, mas será a partir da última década do século XVIII e primeiras décadas do XIX que ganhará um ritmo acelerado, principalmente em razão da consolidação da produção açucareira voltada à exportação, por volta da virada do século, e o desenvolvimento de uma cultura de alimentos, ou de subsistência, complementar a esse setor mercantil-exportador.

De modo geral, a cultura dos gêneros de subsistência era realizada por pequenos produtores “em terras de posse”. Esses posseiros, segundo Maria Theresa Petrone, dependiam da Grande Lavoura, uma vez que sua cultura de subsistência se mantinha “nos interstícios das sesmarias enquanto dura o sistema sesmarial entre os grandes domínios organizados posteriormente e nas áreas de terras pobres onde a Grande Lavoura não tem interesse em se instalar⁴⁷⁸”. Assim, essa cultura de mantimentos ou a criação de gado ocupava inicialmente um novo espaço e ia estabelecendo uma infraestrutura mínima para sua produção.

Portanto, essa conjuntura de integração da Capitania de São Paulo ao mercado mundial aliada ao desenvolvimento de uma cultura de subsistência complementar ao setor exportador, resultou na valorização das terras onde se dava a produção destinada ao mercado externo. Por sua vez, a premente necessidade de terras para o aumento da produção criou uma tensão constante entre grandes proprietários e posseiros, levando esses últimos a abandonarem as terras ocupadas inicialmente, partindo para novas áreas localizadas em regiões denominadas como “desconhecidas”

⁴⁷⁶ DIPHCSP, v. 73, p. 91.

⁴⁷⁷ *Idem*, p. 89-90.

⁴⁷⁸ Cf. Maria Theresa S. Petrone. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 16.

ou “incógnitas” nos mapas, memórias, dissertações ou relatos de viagem, onde certamente encontrariam a resistência das populações indígenas que ali habitavam⁴⁷⁹.

Para o geógrafo Antônio Carlos Robert de Moraes, o sertão, por não ser uma “obra da natureza” e, tampouco, uma “materialidade criada por grupos sociais em suas relações com os lugares terrestres”, configura-se como “uma condição atribuída a vários e distintos lugares”, ou ainda, “um símbolo imposto a determinadas condições locacionais”, o que permitiu a esse autor caracterizá-lo como uma “ideologia geográfica⁴⁸⁰”. Quando se denomina um dado lugar como “sertão”, aponta Moraes, ocorre uma apropriação simbólica deste local, projetando sua valorização futura em relação aos moldes vigentes no momento dessa ação. Em outras palavras: “os lugares tornam-se sertões ao atraírem interesses de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens⁴⁸¹”.

Desta forma, a maior ou menor interação destes agentes com os sertões iam transformando-os através do tempo. Os primeiros a ocupá-lo, ainda que em número reduzido, diminuía sua importância até que novas ondas, impulsionadas pela conjuntura político-econômica, finalmente transformavam aquela paisagem, extinguindo ali o que antes se chamava “sertão”, transportando seus limites para mais além, onde as promessas de riqueza e poder atraíam novamente portugueses e mamelucos para iniciar um novo processo de penetração, descoberta e conquista dos sertões, como sintetiza bem a primeira epígrafe deste capítulo.

5.2 Representações cartográficas do “Oeste Paulista” como “Sertão desconhecido”.

Ao voltar o foco da análise ao uso que Daniel Pedro Müller fez da expressão “Sertão desconhecido” para designar uma área localizada na porção Oeste do território paulista, deve-se ressaltar que Müller dá continuidade a uma prática de representação desta porção do território observada desde os tempos coloniais. Cartas manuscritas elaboradas desde a última década do século XVIII já traziam essa expressão para referir-se àquela região, como pode se observar nas cartas que se destacam a seguir.

⁴⁷⁹ Cf. Pierre Mombeig. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1998, p. 130-131.

⁴⁸⁰ Cf. Antônio Carlos Robert Moraes. *O Sertão: um outro geográfico... Op. Cit.*, p. 2.

⁴⁸¹ Idem, p. 3.

Mapa 18: Trecho da versão fac-símile da *Carta Chorographica da Capitania de São Paulo* (1793).

Fonte: *Carta Chorographica da Capitania de São Paulo*. 1 mapa, ms.: 57 x 82 cm. In: MUSEU PAULISTA. *Collectânea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'EscragnolleTaunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

Nessa carta manuscrita, verificam-se duas grandes áreas designadas como “Sertão desconhecido”: uma localizada na margem esquerda do rio Paraná, entre os rios Tietê e Paranapanema; outra na margem oposta daquele mesmo rio, junto a “Serra do Amambaya”.

Levantada em 1793, no tempo do capitão-general Bernardo José de Lorena (1788-97), deve-se recordar que este era um momento no qual a lavoura canavieira estava se consolidando nas terras de “serra acima” durante o chamado “renascimento agrícola”, no qual ocorre uma diversificação da produção agrícola na Capitania de São Paulo e o desenvolvimento de uma cultura de subsistência complementar ao setor mercantil-exportador, abastecendo não apenas o mercado interno com alimentos, mas também a Corte⁴⁸².

Já no século XIX, em outra carta manuscrita, também da autoria de João da Costa Ferreira (1811), o termo “Certão desconhecido” reaparece exatamente sobre os mesmos locais destacados na carta anterior, e uma terceira vez, entre os rios Paranapanema e Ivaí, próximo aos Campos de Guarapuava, atualmente no Estado do Paraná.

⁴⁸² Cf. Francisco Alves da Silva. *Diversificação e concentração no mercado interno paulista (1780-1870)*. São Paulo, 2003, 258f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 23-25.

Mapa 19: Trecho do *Mappa da Capitania de São Paulo* copiado pelo Barão de Eschwege do original do tenente-coronel de engenheiros João da Costa Ferreira

Fonte: *Mappa da Capitania de São Paulo* ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Snr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para o uso próprio do Tenente Coronel de Eng^o Guilherme, Barão de Eschwege. 1817. 1 mapa, ms. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

Convém destacar que o original deste mapa foi elaborado no âmbito das guerras justas movidas contra populações indígenas da Capitania de São Paulo. Em novembro de 1808, d. João expediu uma Carta Régia ao então capitão-general, Antônio José da Franca e Horta, na qual autorizava a realização de guerras contra os índios Botocudos e Kaingangs que viviam na região Sul da Capitania de São Paulo, mais especificamente no entorno das vilas de Itapetininga e Faxina (Itapeva), e também nos arredores dos termos das vilas de Curitiba, Paranaguá e Castro. Segundo o texto deste documento, as guerras seriam uma resposta aos ataques que os índios estariam perpetrando contra os fazendeiros e proprietários instalados na porção sul da Capitania. Ademais, o príncipe alegava o transtorno que os ataques desses índios causavam ao tráfego das tropas no caminho que ligava Lages à vila de Faxina, importante rota de comércio de gado e muares no período colonial. Havia ainda o interesse de d. João que a região fosse cultivada com trigo, cevada, milho, linho cânhamo, bem como se explorassem as “terras nitrogeneas, e [as] muitas minas de metais preciosos e de outros não menos interessantes⁴⁸³”.

João da Costa Ferreira, aliás, foi indicado nominalmente por d. João a levantar o plano dos Campos de Guarapuava. Assim, obedecendo às ordens do príncipe regente, organizou-se uma tropa

⁴⁸³ Cf. *Carta Régia sobre os Índios Botocudos, Cultura e Povoação dos Campos Gerais de Curitiba e Guarapuava. 05/11/1808*. In: Manuela Carneiro da Cunha (org). *Legislação indigenista no século XIX. Uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Comissão Pró-Índio; Edusp, 1992, p. 62-64.

de expedição para a ocupação daqueles campos. Em 1810 foi instalado o “abarracamento de Guarapuava” e, dois anos mais tarde, fundou-se o aldeamento de Atalaia, também conhecido como aldeamento de Guarapuava⁴⁸⁴.

Além dessas duas cartas de João da Costa Ferreira, pode-se citar ainda uma carta elaborada pelo geólogo e geógrafo de origem germânica, Wilhelm von Eschwege (1777-1855), publicada em Berlim, na primeira edição de seu *Pluto Brasiliensis* (1833). Trata-se da carta intitulada *Carte des Golddistrictes Eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes von W. v. Eschwege*, que apresenta uma parte da Província de São Paulo, como indica seu título⁴⁸⁵. Novamente, a expressão “Certão desconhecido” é empregada para identificar terras localizadas na margem esquerda do rio Tietê, como se destaca a seguir.

Mapa 20: Mapa do distrito aurífero de parte da Província de São Paulo com uma parte da Província limítrofe de Minas Gerais, por W. von Eschwege (1833).

Fonte: Carte des Golddistrictes Eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes von W. v. Eschwege. 1 mapa, impr: 32,1 x 23,1 cm In: Wilhelm von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*. Berlim: Reimer, 1833, 633p.

⁴⁸⁴ Sobre as estratégias utilizadas para apropriação das terras indígenas e ocupação territorial da porção sudoeste da Capitania, depois Província de São Paulo, ver Rosângela Ferreira Leite. *Nos limites da exclusão: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. São Paulo: Alameda, 2010, 384p.

⁴⁸⁵ Segundo tradução gentilmente oferecida pelo professor Friedrich E. Renger: Mapa do distrito aurífero de parte da Província de São Paulo com uma parte da Província limítrofe de Minas Gerais, por W. von Eschwege.

Cabe lembrar que entre as décadas de 1810-20 o Barão de Eschwege trabalhou a serviço da Coroa portuguesa na Capitania de Minas Gerais. No exercício de sua função como mineralogista, foi convidado a São Paulo em algumas oportunidades para visitar a mina de ferro de Sorocaba, dirigida, na ocasião, pelo sargento-mor Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen (1783-1842). Nessas visitas, não só conheceu o coronel João da Costa Ferreira, como pode fazer cópias de alguns de seus trabalhos a fim de utilizá-los como referência futura. Portanto, entende-se o uso da expressão “Certão desconhecido” em sua carta como uma permanência da representação de Costa Ferreira.

Por sua vez, a representação da expressão “Sertão desconhecido” nas cartas de João da Costa Ferreira estão diretamente relacionadas ao contexto político-econômico da Capitania, em especial ao ritmo da expansão da fronteira agrícola em direção às áreas de ocupação futura, na região Oeste, além das guerras movidas contra os índios Botocudos e Kaingangs na porção sudoeste do território, também com vistas à apropriação das terras dessas populações indígenas.

Destarte, ao identificar toda essa região como “Sertão desconhecido”, Daniel Pedro Müller não apenas mantém uma prática de representação cujas origens remontam ao período colonial, mas dá impulso à construção da imagem de um território que ainda possui muitas terras prontas para serem ocupadas. Isso em um contexto ainda mais acirrado de disputa por terras nesse período entre a extinção do sistema de concessão das sesmarias e antes da promulgação da Lei de Terras (1822-50), quando a principal forma de aquisição era a posse ou ocupação pura e simples, além da herança e da compra, como se verá mais adiante.

Além disso, diferentemente dos mapas produzidos anteriormente, o mapa de Müller foi impresso e distribuído para diferentes agentes políticos e sociais em âmbito nacional. Como se destacou nos capítulos anteriores, suas cópias tiveram uma circulação ampliada, quando comparadas aos antigos mapas manuscritos da Capitania, o que certamente contribuiu para que algumas das representações contidas nesta carta se transformassem em um modelo a ser reproduzido na elaboração de novos mapas do território paulista durante a segunda metade do Oitocentos. No caso específico da representação do “Oeste Paulista” como uma região “desconhecida”, por exemplo, verificou-se que já em 1847, a *Carta Topographica da Província de São Paulo* deu continuidade a esta prática, como se mostra no trecho destacado deste mapa a seguir.

Mapa 21: Trecho da *Carta Topographica da Província de São Paulo*, destacando região descrita como “terrenos desconhecidos” na região do chamado “Oeste Paulista” (1847).

Fonte: *Carta Topographica da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmãos, Belin Le Prieur & Morizot, 1847. 1 mapa: 49,5 x 62 cm, litografado. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Litografada por Pierre Victor Larée e publicada no Rio de Janeiro por Firmin Didot Irmãos, Belin le Prieur & Morizot, esta carta foi levantada como parte de um projeto elaborado por um grupo de empresários, liderados pelo visconde J. de Villiers de L’île-Adam, visando produzir um atlas “physico e administrativo do Brasil” com representações de todas as províncias do Império. Na carta dedicada à Província de São Paulo, observa-se que sobre uma área localizada entre os rios Tietê e Paranapanema, foram colocadas as legendas “Terrenos desconhecidos”, tal como já ocorrera nos mapas de Müller (1841), Eschwege (1833) e Ferreira (1811 e 1793). Deve-se notar, todavia, a troca da expressão “Sertão desconhecido” por “Terrenos desconhecidos”. Esta última forma, talvez, tenha sido preferida na tentativa de estimular a incursão de colonos na região que, àquela altura, começava a ser ocupada por migrantes que, em sua maior parte, vinham das Minas Gerais, como já esclareceu o geógrafo francês Pierre Mombeig⁴⁸⁶.

Pouco mais de vinte anos mais tarde, em 1868, a carta *Província de São Paulo*, incluída no Atlas do Império do Brasil, de Cândido Mendes de Almeida, manteve a prática de representar o Oeste como um espaço vazio, como se mostra no trecho destacado desta carta, a seguir:

⁴⁸⁶ Cf. Pierre Mombeig. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1998, p. 133.

Mapa 22: Trecho da carta *Província de São Paulo*, encartados no *Atlas do Império do Brasil*, organizado pelo senador Cândido Mendes de Almeida e publicado em 1868, no Rio de Janeiro.

Fonte: Província de São Paulo. In: Cândido Mendes de Almeida. *Atlas do Império do Brasil... Op. Cit.*, prancha XVII.

5.3 Descrições sobre as populações indígenas que habitavam os “sertões”.

⁴⁸⁷ Cf. Dora Shellard Corrêa. *Paisagens sobrepostas...* Op. Cit., p. 124.

itinerários, correspondências oficiais, croquis, plantas, além de diversos mapas, dentre outros, que indicavam detalhadamente como navegar pelos rios, a localização de saltos e cachoeiras que deveriam ser evitados, montanhas que podiam conter alguma riqueza mineral a ser explorada ou, ainda, o local onde viviam populações indígenas, a que grupo estas populações pertenciam e se tais índios eram hostis ou “mansos” ao contato com a população não índia. Todos estes documentos estão repletos de exemplos interessantes de como já se conhecia a presença de grupos indígenas habitando os sertões paulistas⁴⁸⁸.

Um exemplo que poderia ser citado aqui é o relato da viagem de São Paulo a Cuiabá, no ano de 1751, que fez o então governador da Capitania do Mato Grosso, d. Antônio Rolim de Moura Tavares, o Conde de Azambuja (1709-1782). Neste relato, Rolim descreve a presença do gentio Caiapó em um local conhecido como Sanguexuga, assim como em todo entorno do rio Pardo. Além dos Caiapó, também aponta a existência de outros grupos, como se pode ver no trecho a seguir:

[...] Como deste rio [Taquari] para diante, há perigo de se encontrar gentio Cavaleiro [Guaicurú] e Paiagoá, costumam as tropas nele esperar uma pelas outras, pela facilidade de se manterem com caça; e dali vão se juntar em conserva das canoas de guerra que vão sempre a Cuiabá, escoltando as que saem e para conduzir as que vêm⁴⁸⁹.

Mais adiante, d. Antônio Rolim continua a descrever as populações indígenas que habitavam o entorno do “rio Tacoari”, sua compleição física, as armas com que guerreavam e o modo que atacavam as embarcações que faziam o comércio entre São Paulo e Cuiabá:

[...] Três são as nações que costumam perseguir os viandantes deste caminho; a primeira é a dos Caiapós; são forçosos e ligeiros, usam por armas de arco e flecha e de porretes. [...] A segunda é a dos Cavaleiros, a que chamam assim por andarem sempre a cavalo; vivem a borda do rio Paraguai, da parte do poente, e vizinham com as povoações dos castelhanos, que experimentam deles alguns insultos, e se estendem pelas mesmas bordas do rio a vizinhança do caminho que eu trouxe. Pêlo tempo em que os rios estão baixos, vêm buscar o Tacuari; e atravessando-o, vão fazer guerra ao gentio das várgeas [...] dos quaes cativam muitos e deles se costumam servir. [...] A terceira e última é a do Paiagoá, e de quem temos recebido mais e maiores danos. [...] A sua povoação está muito perto da cidade da Assumpção. Quando os rios enchem e fazem pantanaes pelas suas margens, sobem então a vir buscar o nosso caminho.⁴⁹⁰

A partir dos trechos selecionados do relato do Conde de Azambuja, vê-se que não só as autoridades, mas todos os que participavam das famosas “monções”, tinham notícias dos locais onde viviam e circulavam as diferentes populações indígenas da região. Mais que isso, os

⁴⁸⁸ O já citado trabalho de Glória Kok tem um capítulo intitulado “Roteiros e Mapas do Sertão”, dedicado exclusivamente a esta documentação. Trata-se de uma importante série documental que, no âmbito do processo de apropriação territorial ocorrido entre os séculos XVII e XVIII, contribui para demonstrar, como a própria autora diz, “o papel fundamental dos sertanistas no que tange à elaboração do conhecimento da topografia, da localização das tribos indígenas, dos quilombos, das vilas, dos caminhos, e, sobretudo, desse impreciso sertão itinerante”. [Ver Glória Kok. *O sertão itinerante...* Op. Cit., p. 16].

⁴⁸⁹ Cf. d. Antônio Rolim. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, d. Antônio Rolim, da cidade de S. Paulo para a vila de Cuiabá em 1751. In: Affonso d’Escragnolle Taunay. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, p. 194.

⁴⁹⁰ Cf. d. Antônio Rolim. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja... Op. Cit., p. 195-196.

“viandantes” criaram práticas de navegação como estratégia de defesa contra os ataques movidos por aqueles grupos indígenas.

Outro agente da administração colonial que, em viagem pelo interior da Capitania, relatou a presença de índios na região Oeste da então Capitania de São Paulo foi José Custódio de Sá e Faria (1710-1792), um dos engenheiros militares portugueses mais importantes na América, segundo Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno⁴⁹¹.

Incumbido pelo Secretário de Estado português, Martinho de Melo e Castro, o brigadeiro Sá e Faria deveria dirigir-se a São Paulo e de lá ao forte Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi. Desta expedição, realizada entre 1774-75, Sá e Faria deixou mapas fluviais, mapas da região e, também, um diário no qual relata as dificuldades da realização de uma viagem tão longa⁴⁹². Nesse diário, seu autor dava notícias sobre a presença de certo grupo de “índios bárbaros” que povoavam a região. No dia 09 de novembro de 1774, após terem ultrapassado o rio Aguapeí, aportaram na barra do rio Verde com o Paraná, onde pousaram para seguir viagem no dia seguinte. Aos 10 de novembro, Sá e Faria relata:

Sahimos do pouso antecedente ás 5 horas e 34 minutos, e ás 6 horas e 15 minutos sahimos do braço occidental d’onde desagua o rio Verde, e navegamos pelo rio Parana; ás 7 horas deixamos á esquerda duas ilhas: a da parte occidental pequena, e da oriental maior. Ás 8 horas e 10 minutos chegamos à paragem d’onde antigamente esteve um sítio de um Manoel Lopes, o qual, estando em povoado os índios bárbaros, lhe mataram os escravos e queimaram as casas⁴⁹³.

Para a antropóloga Sílvia Helena Simões Borelli, estas seriam as primeiras notícias da presença de Kaingang em São Paulo. Trata-se de um grupo Jê, Tapuia ou Guaianá, cuja origem é difícil de ser precisada. Sabe-se, porém, que no século XVII uma parte desses Kaingang encontrava-se estabelecida na margem esquerda do rio Paraná, entre os rios Aguapeí e Peixe⁴⁹⁴.

Anos mais tarde, nessa mesma região há registros da presença do padre Manuel Ferraz de Sampaio Botelho que, em 1810, teria sido o primeiro missionário a estar entre os Kaingang estabelecidos no curso inferior do rio do Peixe. Segundo os relatos deste padre, após uma longa

⁴⁹¹ Cf. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Dilatação dos confins... Op. Cit.*, p. 148. Para dados pormenorizados acerca da biografia de José Custódio de Sá e Faria, ver o estudo sobre o Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, realizado por Benedito Lima de Toledo. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo... Op. Cit.*, p. 48-52].

⁴⁹² Da cidade de São Paulo ao porto de Araraguaba, a viagem era realizada por terra, margeando o rio Tietê, e levava cerca de três dias. Já o percurso fluvial podia levar até dois meses para ser realizada: trinta dias para descer o encachoeirado rio Tietê desde Araraguaba até sua barra com o rio Paraná; mais dez dias para descer este último até sua barra com o rio Iguatemi; e outros dez dias para atingir a fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi, localizada nas margens deste rio. [Ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Dilatação dos confins... Op. Cit.*, p. 130].

⁴⁹³ Cf. José Custódio de Sá e Faria. Diário da viagem que fez o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de São Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi (1774-1775). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 39, parte I, 1876, p. 256.

⁴⁹⁴ Os Kaingang paulista tem uma “origem nebulosa, agregada a uma denominação diversificada. [...] Através da investigação histórica torna-se difícil precisar se esses índios são originários do próprio Estado de São Paulo [sic] ou se migraram de outras regiões do país” [Ver Sílvia Helena Simões Borelli. Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: John Manuel Monteiro; et al. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu, 1984, p. 58-60].

viagem pelos rios Tietê e Paraná e de navegar pelo curso do rio do Peixe, o padre Botelho encontrou um numeroso grupo de Kaingang, com os quais, segundo ele:

[...] não pude falar pela timidez da minha gente, que não passando de 8 pessoas capazes de pegarem em armas [...] fugirão todos, deixando-me no meio desses bárbaros com dois camaradas somente; e por isso voltei. [...] Encontrei os Gentios Goanhanaz que vindos das partes do rio Paranapanema estão infestando com suas vivendas os matos, e campos adjacentes a este rio Tyethé da parte meridional⁴⁹⁵.

Esses “gentios goanhanaz”, a quem se refere o padre Manuel Ferraz Sampaio Botelho, são os temidos Kaingang que, no decorrer da segunda metade século XIX, iriam opor grande resistência ao avanço da ocupação daquela porção do território paulista, desde as primeiras escaramuças com os criadores de gado que começaram a ocupar a região na década de 1840, até os diversos massacres sofridos por esta população indígena em decorrência da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nos primeiros anos do século XX.

Mais além dos relatos de agentes da administração e viajantes, como os destacados acima, também podem ser citados os itinerários de viagem, que eram documentos elaborados não só para descrever o percurso realizado entre um ponto e outro de um caminho, mas também indicar a localização de divisas entre capitanias, dos rios, florestas, campos, matos e sertões, bem como a presença de índios no entorno da rota percorrida. Um destes itinerários, elaborado em 1794, descrevia o caminho que ia da então capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul até a cidade de São Paulo. Nele, seu autor dá conta da presença de grupos indígenas vivendo na porção sudoeste da capitania paulista, na região dos denominados “Campos Geraes”, próximo a Curitiba:

[...] Deste lugar principião os campos chamados Geraes. Todos povoados de estancias para o lado da serra ou Oriente em que crião toda classe de animais. Há porém para o Occidente na extremidade do campo, matos densos em que habitão frequentemente os infieis que costumão fazer grandes extorsões a estes vizinhos, por cuja causa os que vivem aqui estão sempre em guarda, e tem um campo mais definido no qual conservão os maiores estabelecimentos, denominado Guarapuava⁴⁹⁶.

Além dessa passagem na qual indica a localização de populações indígenas na região dos Campos Gerais de Curitiba e do Guarapuava, esse itinerário traz outro trecho interessante no qual descreve precisamente os limites de um sertão localizado ao Sul da vila de Curitiba:

[...] o primeiro mato, chamado O Espigão até sahir aos chamados nove Campestres tem cinco léguas. Este é o princípio do sertão. Estes Campestres tem nove restingas que os dividem, e no centro o rio chamado das Canoinhas que é insignificante [...]Do Passa Três ao Campo do Tenente há um mato de duas léguas. Aqui acaba o sertão, composto todo do

⁴⁹⁵ Cf. Fausto Ribeiro de Barros. *Padre Claro Monteiro do Amaral: trucidado pelos índios “Caingangs” nos sertões do Rio Feio*. São Paulo: Ind. Graf. José Magalhães, 1950, p. 44-45.

⁴⁹⁶ Cf. ITINERÁRIO feito desde os confins septentrionais da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, até a cidade de São Paulo, no qual se marcão os pontos de divisão de uma e outra capitania, e os Rios que atravessão o caminho geral da primeira para a segunda, trabalho enviado pelo governador daquela capitania [Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara]. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo XXI, 1858. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 312.

terreno que se tem notado; tendo de extensão entre o rumo de Norte e Nornordeste quarenta e uma legoas. Este sertão para o occidente está comprehendido entre o rio Uruguay, pela sua margem septentrional, e o rio Grande da Curitiba, pela meridional, abrangendo centenares de legoas habitadas pelos índios infieis, principalmente Popis⁴⁹⁷.

Deve-se notar que o sertão descrito nessa passagem já registra uma quantidade de espaços ou rios batizados com uma toponímia lusitanizada, tais como “espigão”, “campestres”, “Canoinhas”, “Passa Três” ou “Campo do Tenente”. Ademais, tal passagem ainda revela um conhecimento já sistematizado do sertão, que aparece bem descrito em sua direção Sul-Norte, com 41 léguas de extensão e contendo referências precisas tanto de sua entrada quanto de sua saída. Mais que isso, revela ainda o conhecimento que se tinha da presença de índios vivendo nos “centenares de léguas” que se estendiam na direção Leste-Oeste daquele sertão. Não qualquer índio, mas menciona-se um grupo específico: “principalmente Popis”.

Por fim, a cartografia produzida em meados do século XVIII também apresenta excelentes indícios do conhecimento que a administração colonial detinha sobre a localização de populações indígenas no interior da Capitania. Exemplo disso é uma carta elaborada em 1750, cuja autoria foi atribuída a Ângelo dos Santos Cardoso⁴⁹⁸. Seu principal objetivo era descrever a Capitania de Goiás no intuito de assessorar d. Marcos de Noronha, primeiro governador daquela capitania, que acabara de ser constituída pelo desmembramento de parte do território paulista, em 1749. Nesta carta, Cardoso indica as localizações onde habitavam diversas populações indígenas de norte a sul da América portuguesa. Nos limites entre as capitanias de São Paulo e Goiás, por exemplo, o cartógrafo localizou a presença do “Gentio Cayapó”, enquanto na margem direita do rio Pardo, aparecem grupos de “Arica”, “Payagua” e “Aycurú” (Guaicuru), tal como havia descrito o Conde de Azambuja.

⁴⁹⁷ *Idem, ibidem.*

⁴⁹⁸ Ângelo dos Santos Cardoso foi nomeado secretário de governo da Capitania de Goiás, em 1749, durante o governo de d. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos. Para um estudo mais detalhado sobre essa carta e a polêmica acerca de sua autoria ver: Wilson Vieira Júnior; Andrey Rosenthal Schlee; Leonora de Castro Barbo. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da capitania de Goiás?. In: *Congresso Brasileiro de Cartografia*, 24, 2010, Aracaju. *Anais...*, 2010, p. 1944-1953.

Mapa 23: Trecho da carta de Ângelo dos Santos Cardoso destacando a representação de populações indígenas na divisa entre as capitanias de Goiás e São Paulo (1750).

Fonte: [Mapa da capitania de Goiás e regiões circunvizinhas mostrando as comunicações entre a bacia do Prata e do Amazonas]. [1750]. 1 mapa, ms. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, quer através dos relatos de viagens, quer pelos itinerários ou ainda pelas cartas produzidas durante o século XVIII, fica evidente que os sertões descritos como “desconhecidos” por João da Costa Ferreira, Wilhelm von Eschwege e Daniel Pedro Müller, não eram tão desconhecidos assim. Tampouco se ignorava a presença e a diversidade das populações indígenas que ali habitavam, sendo já bastante conhecidos os grupos específicos que viviam em cada região.

Destarte, para que se compreenda melhor o processo de mudança na forma de descrever e representar as populações indígenas que habitavam os “sertões paulistas”, é necessário reconstituir o contexto político e econômico de São Paulo do período, especialmente no âmbito das questões ligadas às diferentes práticas e políticas indigenistas que entraram em vigor entre 1758-1845; à integração de São Paulo ao mercado mundial através das culturas orientadas ao mercado externo; e à complexa problemática da propriedade fundiária em um momento que antecede a regulamentação promovida pela Lei de Terras, em 1850.

5.4 Práticas e políticas indigenistas nos séculos XVIII e XIX.

A partir de meados do século XVIII, Portugal e Espanha focaram seus esforços na demarcação de novas fronteiras entre seus domínios americanos. A historiadora Iris Kantor lembra com propriedade que no primeiro quartel deste século houve uma importante mudança na

concepção de soberania, que deixou de basear-se na posse virtual de espaços desconhecidos, para firmar-se no conceito de território espacialmente definido e limitado por fronteiras naturais⁴⁹⁹. Essa nova concepção norteou as negociações firmadas nos diferentes tratados de limites territoriais entre Portugal e Espanha a partir de meados daquele século, como os de Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777), de modo que o *Uti Possidetis*, princípio jurídico que reconhece a legitimidade do poder estatal que de fato exerce controle político e militar sobre uma região, passou a ser a base das negociações entre as Coroas.

No âmbito da América portuguesa, portanto, o meio do século XVIII é um período marcado por um amplo movimento de “reterritorialização da soberania lusa”, como afirma Kantor⁵⁰⁰. Nesse contexto, a elevação de núcleos de povoações indígenas a freguesias ou vilas portuguesas teve um papel importante ao servir como instrumento político-administrativo capaz de reafirmar a soberania portuguesa, especialmente em regiões da Colônia limítrofes com territórios de soberania espanhola⁵⁰¹. Diante deste cenário, a mera presença de populações indígenas, agora convertidas em súditos do Rei, se tornara imprescindível para que os espaços fossem ocupados e, com isso, a administração portuguesa estendida aos confins.

Não por acaso, a partir de 1750, com a ascensão de d. José I ao trono português e de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, mudanças significativas foram introduzidas na política indigenista que vinha sendo tocada pela Coroa até então. Tais mudanças foram o primeiro passo de uma série de políticas e práticas que no decorrer de um século, culminou com a assimilação física e social de parte das populações indígenas ao resto da população da América portuguesa.

Promulgado inicialmente em 1755 para a Capitania do Grão-Pará e Maranhão, o Diretório dos Índios propunha transformar aldeamentos indígenas em vilas e lugares com nomes portugueses e, simultaneamente, converter os índios aldeados em vassalos do Rei, sem distinção dos demais⁵⁰². Como destacou Kantor, essa promoção civil e outorga de direitos municipais aos aldeamentos indígenas propunha transformá-los em povoações civis dotando esses núcleos com um Senado da Câmara, juízes e vereadores indígenas. Mais que isso, através da nova legislação o rei concedia a

⁴⁹⁹ Cf. Iris Kantor. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 23, n. 27, 2007, p. 70-80.

⁵⁰⁰ Cf. Iris Kantor. “Legislação indigenista, reordenamento territorial e auto-representação das elites (1759-1822)”. In: KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 29-38.

⁵⁰¹ É justamente o que aponta o trabalho de Beatriz Bueno ao afirmar que a intensa política de urbanização verificada nos períodos pombalino e mariano nas regiões dos *confins* entre as potências ibéricas objetivava consolidar a presença portuguesa nos atuais estados do Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. [Ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e desígnio... Op. Cit.*, p. 300].

⁵⁰² Os aldeamentos indígenas devem ser entendidos como unidades sociais criadas por missionários ou autoridades coloniais, formadas por aglomerações multiétnicas de populações indígenas “descidas”, isto é, deslocadas e “dessocializadas”. [Ver John Manuel Monteiro. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e indigenismo*. Campinas, 2001, 235 f. Tese de livre-docência. Depto. De Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, p. 112].

cada aldeamento uma sesmária adjacente à vila e, desta forma, pela primeira vez o índio adquiria personalidade jurídica⁵⁰³.

Em São Paulo, a partir da restauração da Capitania e da nomeação de seu novo governador e capitão general, Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-75), deu-se início a uma política de reordenamento territorial da Capitania, com destaque para a fundação de novos núcleos urbanos em regiões estratégicas para a defesa da soberania lusa, especialmente nas porções Sul e Sudoeste do território, próximas à fronteira com as possessões espanholas. Segundo Maria Fernanda Derntl, as orientações da política indigenista pombalina foram determinantes para que a Coroa portuguesa impusesse uma nova agenda para a Capitania na qual “povoar passou a ser um verbo frequente na correspondência oficial”, devendo-se compreender “povoar” como “reorganizar a distribuição espacial da população de modo a estimular a concentração em núcleos urbanos, fixos, estáveis e submetidos às estruturas administrativas portuguesas⁵⁰⁴”.

Deste modo, a instalação de freguesias e vilas na Capitania de São Paulo, a partir de 1765, deu dispositivos importantes para a intervenção do aparelho estatal no território. No caso específico dos aldeamentos indígenas, com a introdução do Diretório dos Índios (1758) e após a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses (1759), os núcleos administrados pelos inácianos passaram à administração da Coroa. A partir de então, e conforme previsto pela legislação pombalina, foi iniciada a difícil tarefa de demarcação das sesmarias indígenas.

Assim, menos de dois anos após a restauração da Capitania paulista, em dezembro de 1766, o Morgado de Mateus já demonstrava a intenção de reedificar os aldeamentos de Pinheiros e São Miguel, planejando convertê-los posteriormente em vilas, como bem demonstrou Derntl⁵⁰⁵. Para esta autora, a expectativa era que os aldeamentos fossem convertidos em freguesias, sendo considerada ainda mais urgente a elevação dos núcleos que haviam pertencido aos jesuítas. O aldeamento de São José da Paraíba, por exemplo, que antes da introdução do Diretório dos Índios era uma fazenda jesuítica, recebeu ordens da administração para que fosse elevado à categoria de vila já em 1767⁵⁰⁶.

No entanto, como observou Kantor, se por um lado a doação de sesmarias às novas vilas indígenas contribuiu para estender o domínio da administração portuguesa aos sertões, por outro, foi responsável por criar tensão e conflitos fundiários entre as populações indígenas aldeadas e os grandes fazendeiros e posseiros que, a partir de então, temiam perder seus privilégios de ocupação

⁵⁰³ Cf. Iris Kantor. *Legislação indigenista, reordenamento territorial... Op. Cit.*, p. 32-33.

⁵⁰⁴ Cf. Maria Fernanda Derntl. *Método e arte: urbanização e formação territorial na capitania de São Paulo (1765-1811)*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 74-75.

⁵⁰⁵ *Idem*, p. 89.

⁵⁰⁶ Cabe destacar ainda que, segundo Derntl, a conversão do aldeamento de São José em vila “permitiu anexar em seu termo não apenas a sesmária indígena, mas também ‘alguns sertões que ainda não se acham habitados’ nas redondezas”. [Ver Maria Fernanda Derntl. *Método e arte... Op. Cit.*, p. 90].

das terras. Com o transcorrer do século XVIII, tais tensões contribuíram para levar o Diretório Pombalino ao fracasso, sendo o mesmo revogado por Carta Régia assinada pela rainha d. Maria I em 25 de julho de 1798⁵⁰⁷.

Para a historiadora Fernanda Sposito, ao revogar o Diretório Pombalino a Coroa pretendia:

[...] eliminar o ‘degrau’ que os índios tinham que enfrentar para chegar à ‘civilização’, tornando-os desde então iguais em direitos aos outros súditos da Coroa, não necessitando, portanto, serem civilizados a priori para serem súditos da rainha de Portugal⁵⁰⁸.

Assim, ao igualar em direitos os índios aos demais súditos, aqueles poderiam simplesmente ser retirados de suas terras sem que lhes fosse oferecida uma contrapartida, além de não poderem mais permanecer em terras que antes lhes haviam sido destinadas, como os aldeamentos⁵⁰⁹.

Para Manuela Carneiro da Cunha, logo após a revogação do Diretório Pombalino, em 1798, criou-se um “vazio legislativo” que só seria preenchido em 1845, com o “Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos índios⁵¹⁰”. No entanto, durante este período várias práticas que vinham sendo empregadas no tratamento das populações indígenas desde o período colonial foram retomadas, tais como os descimentos de “índios bravos” dos sertões em aldeias isoladas; a extinção dos patrimônios territoriais das sesmarias indígenas; o apossamento e/ou o aforamento de terras localizadas em aldeamentos indígenas e, até mesmo, o restabelecimento de “Guerras Justas” contra populações indígenas consideradas hostis ou que obstaculizassem os interesses, quer dos agentes da Coroa ligados à administração da Capitania, quer de particulares, com o adendo de se permitir o cativeiro dos índios, por tempo determinado, que eram obrigados a trabalhar para particulares ou em obras públicas.

Mais do que autorizar a realização de guerras justas contra os índios, como já apontado, a Carta Régia permitia que qualquer miliciano que capturasse um índio durante o combate poderia fazê-lo “prisioneiro de guerra” e explorar seus serviços pelo período de quinze anos. Tão logo as guerras fossem “libertando não só as estradas de Curitiba, mas os Campos de Guarapuava”, o capitão-general de São Paulo era autorizado a conceder essas terras em “sesmarias proporcionais as forças e cabedais dos que assim as quizerem tomar com o simples ônus de as reduzir a cultura, particularmente de trigo e mais plantas cereais, de pastos para os gados e da essencial cultura dos linhos cânhamos⁵¹¹”.

⁵⁰⁷ Cf. Iris Kantor. *Legislação indigenista...* Op. Cit., p. 34-35.

⁵⁰⁸ Cf. Fernanda Sposito. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 59.

⁵⁰⁹ *Idem*, *ibidem*.

⁵¹⁰ Cf. Manuela Carneiro da Cunha. Política indigenista nos século XIX. In: _____. *Índios no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 65.

⁵¹¹ *Idem*, p. 63.

Evidencia-se, portanto, que além do interesse da Coroa em manter o controle e a ocupação de seu território na América, ela cooptava os particulares a participarem dessas novas conquistas dos sertões oferecendo a possibilidade de exploração compulsória do trabalho indígena justamente no momento em que a mão-de-obra africana começa a ficar cada vez mais cara em razão da pressão inglesa pela proibição do tráfico de escravos africanos.

Após a Independência, não só os particulares tinham interesse na mão-de-obra indígena, mas também a administração provincial os impeliu ao trabalho nas obras públicas paulistas. Em 1839, por exemplo, o viajante estadunidense Daniel P. Kidder, ao passar pela Província de São Paulo, descreveu os trabalhadores de uma das “turmas de conserva” de estrada com a qual cruzou ao deixar uma hospedaria na freguesia de São Bernardo:

[...] O resto da nossa viagem desenvolveu-se por uma região aprazível, levemente ondulada, mas parcamente habitada. O caminho, apesar de simples trilho batido, impróprio para veículos de qualquer tipo, tem sido frequentemente reparado devido ao intenso tráfego de tropas. Tivemos ocasião de passar por diversas turmas de conserva sob a superintendência oficial. Nesse serviço encontramos um grupo de alemães recém-chegados. Os demais operários eram principalmente mulatos e índios⁵¹².

Esses índios que trabalhavam na manutenção das estradas paulistas e com os quais Kidder cruzou durante sua viagem, eram justamente alguns dos remanescentes das populações que viviam nos aldeamentos do entorno de São Paulo e cuja força de trabalho era explorada pela administração provincial para suprir a carência de jornaleiros nas obras públicas.

No decorrer da primeira metade do século XIX, especialmente após a Independência, numerosos debates entre políticos e homens de letras, versados na temática indígena ligada à construção do Estado nascente, revelam que o assunto estava na ordem do dia. Do ponto de vista ideológico, discutia-se a possibilidade de transformar os indígenas em símbolo nacional, o que só foi possível a partir da construção de uma imagem idealizada do índio. Imagem, aliás, que muito pouco tinha a ver com os reais habitantes dos sertões ou dos aldeamentos indígenas. Estes, apesar de estarem muito presentes no território brasileiro, eram tornados invisíveis ou demonizados⁵¹³.

Ao analisar o trabalho de John Monteiro, Iris Kantor destaca que após a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, “a exaltação do ameríndio tornou-se parte do programa oficial de americanização da Monarquia portuguesa. [...] A inclusão simbólica (mediante a afirmação de uma identidade americana mestiça) articulava-se de maneira inversamente simétrica às práticas de exclusão das populações indígenas e negras⁵¹⁴”. Assim, diversos letrados, ligados ou não à administração

⁵¹² Cf. Daniel P. Kidder. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001 [1845], p. 189.

⁵¹³ Cf. Maria Regina Celestino de Almeida. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 136-137.

⁵¹⁴ Cf. Iris Kantor. Impasses e repercussões do reformismo ilustrado na segunda metade do século XVIII. In: Cecília Helena de Salles Oliveira; Vera Lúcia Nagib Bittencourt; Wilma Peres Costa (orgs). *Soberania e conflito: configurações do Estado nacional no Brasil do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010, p. 75.

colonial, depois nacional, produziram planos, memórias, mapas, quadros e livros abordando a questão indígena a partir de uma concepção bastante alinhada às políticas e práticas indigenistas tocadas no decorrer da primeira metade do século XIX, como aponta Márica Celestino de Almeida:

Os intelectuais responsáveis pela construção das imagens sobre os índios, assim como os viajantes, cujas descrições contribuíam para reforçá-las comungavam a ideia de assimilar os índios e transformá-los em eficientes cidadãos do novo império. Seus discursos e representações eram coerentes com a política indigenista do século XIX⁵¹⁵.

São os casos, por exemplo, das memórias e planos de “civilização” e catequese apresentados por José Arouche de Toledo Rendon e José Bonifácio de Andrada e Silva, bem como do mapa de Daniel Pedro Müller, ilustrados ligados à administração provincial paulista. No caso de viajantes ou letrados que não estavam diretamente ligados ao aparelho de Estado, podem-se citar os quadros de Jean-Baptiste Debret ou os romances indianistas de José de Alencar, por exemplo. Todos estes, dentro de suas especificidades, revelaram um alinhamento de suas concepções com as práticas e políticas assimilacionistas destinadas tanto aos chamados “bárbaros dos sertões” quanto aos “degradados” dos aldeamentos. Podia haver diferença, entre uns e outros, quanto ao método de assimilação a ser empregado, se mais brando ou mais violento, no entanto, todos apoiavam uma política que se orientasse mais pela “civilização” dos índios. Neste caso, como bem lembrou Carneiro da Cunha, “civilizar” o índio significava submetê-lo às leis e obrigá-lo ao trabalho⁵¹⁶.

Não foi por acaso, portanto, que a partir da década de 1830 os discursos de muitos dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já destacavam a importância de se conhecer sobre os índios para “trazer braços ao Império e civilização para os sertões”, como bem destacou Kaori Kodama⁵¹⁷. Boa parte deles, aliás, estava convencida de que o retorno da prática missionária seria o meio mais eficiente de levar a civilização para os sertões⁵¹⁸.

5.5 Novo impulso de exploração e conquista dos sertões.

Se entre os séculos XVI e as primeiras décadas do século XVIII a penetração dos sertões “sempre girou em torno da necessidade crônica da mão de obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas e para o transporte de mercadorias⁵¹⁹”, pouco depois de

⁵¹⁵ Cf. Maria Regina Celestino de Almeida. *Os índios na História do Brasil*. Op. Cit., p. 141.

⁵¹⁶ Cf. Manuela Carneiro da Cunha. *Política indigenista nos séculos XIX... Op. Cit.*, p. 74.

⁵¹⁷ Cf. Kaori Kodama. *Os índios no Império do Brasil. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840-1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009, p. 187-282.

⁵¹⁸ Cf. Fernanda Sposito. *Nem cidadãos, nem brasileiros...* Op. Cit., p. 128.

⁵¹⁹ Segundo John Monteiro, as “frequentes expedições para o interior alimentaram uma crescente base de mão de obra indígena no planalto paulista, que, por sua vez, possibilitou a produção e o transporte de excedentes agrícolas, articulando – ainda que de forma modesta – a região a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito

meados do século XVIII este contexto começou a mudar. Com a Metrópole vivendo um momento de crise econômica frente à retração na produção de ouro na América portuguesa, uma das soluções adotadas para atenuar o problema foi o incremento do comércio, da manufatura e da agricultura. Os novos governadores das capitanias eram instruídos a incentivar a expansão da produção agrária tradicional e a introduzir novos produtos valorizados na Europa.

Em São Paulo, com a restauração da Capitania, a Coroa incentivava o desenvolvimento econômico da área no intuito de proteger a fronteira Sul da América portuguesa contra os espanhóis, ao mesmo tempo em que pretendia integrar economicamente a região aos circuitos mercantis atlânticos⁵²⁰. Não por acaso, foi justamente a partir dos esforços do Morgado de Mateus que se iniciou a produção de açúcar visando o mercado internacional.

A ocupação da lavoura açucareira de exportação em São Paulo se deu em duas regiões: a do Vale do Paraíba, cuja configuração da produção era vinculada ao Rio de Janeiro; e no chamado “quadrilátero do açúcar”, região formada pelas vilas de Sorocaba, Constituição (Piracicaba), Mogi Guaçu e Jundiaí. Cabe lembrar que no último quartel do século XVIII e primeira metade do Oitocentos, os engenhos paulistas ainda produziam açúcar da forma tradicional, isto é, utilizando vastas extensões de terras novas e grandes reservas de lenha, além da mão-de-obra do escravo africano. Sobre este aspecto da produção açucareira paulista, os historiadores Francisco Luna e Herbert Klein apontam que o elemento essencial capaz de explicar o dinâmico crescimento da agricultura entre 1750 e 1850 não foi, de modo algum, uma inovação tecnológica, mas sim a grande abertura de terras virgens. Terras que só puderam ser exploradas mediante um grande investimento de fazendeiros na compra de escravos africanos⁵²¹.

Antes da introdução da agricultura de exportação em São Paulo, eram raros os escravos africanos na Capitania. Até meados do século XVIII os índios eram os principais trabalhadores na agricultura, não apenas na produção dos gêneros, mas também como carregadores, atividade na qual desempenhavam um papel fundamental na manutenção da rede de transportes. Até as primeiras décadas do Setecentos, os caminhos utilizados pelos índios no transporte das mercadorias eram pouco mais do que uma extensão das velhas trilhas indígenas⁵²². No entanto, com o decurso do século, fatores como o crescimento populacional da Capitania e uma demanda crescente pelo abastecimento das regiões mineradoras e da nova capital, no Rio de Janeiro, contribuíram para que

mercantil do Atlântico meridional”. [Ver John Manuel Monteiro. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57].

⁵²⁰ Cf. Vera Lucia Amaral Ferlini. *Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 240-241.

⁵²¹ Cf. Francisco Vidal Luna; Herbert S. Klein. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 20-21. Ainda sobre esse assunto, ver também: Vera Lucia Amaral Ferlini. *Açúcar e Colonização...* Op. Cit., p. 179-209;.

⁵²² Cf. Sérgio Buarque de Holanda. *Caminhos do extremo Oeste...* Op. Cit., p. 29-37.

a mão-de-obra indígena fosse gradualmente substituída por tropas de mulas no transporte de mercadorias⁵²³.

A partir de meados do século XVIII, portanto, verifica-se que a Capitania de São Paulo experimenta uma transição na qual passa de uma economia baseada na cultura de subsistência e de abastecimento interno, com poucas ligações com o mundo exterior e apoiada na exploração da mão-de-obra indígena, para uma economia baseada na cultura de exportação, apoiada na exploração da mão-de-obra africana e o estabelecimento de uma rede viária mais moderna, com caminhos adaptados ao tráfego das tropas de mula partindo, principalmente, do planalto ao porto de Santos.

Assim, como aponta Maria Luíza Marcílio, o século XVIII foi um período de crescimento para São Paulo. Não apenas um expressivo crescimento populacional, mas também econômico, que estabeleceu as bases da prosperidade observada na região já a partir do princípio do século XIX⁵²⁴. O incremento da população observado desde o início do século XVIII, o desenvolvimento da pecuária na região Sul da capitania logo nas primeiras décadas do século, assim como o avanço do comércio de abastecimento às Minas e à nova capital, instalada no Rio de Janeiro (1763), possibilitaram o acúmulo de capitais por algumas famílias que, aliado ao incentivo da política mercantilista da Metrópole, aplicada em São Paulo a partir de 1765, culminaram com o desenvolvimento da agricultura de exportação e a consequente valorização da propriedade fundiária, de modo especial, em áreas onde as monoculturas haviam se instalado, particularmente no chamado “Oeste Paulista”⁵²⁵.

Destarte, não é exagero afirmar que o desenvolvimento socioeconômico da Capitania de São Paulo e sua consequente integração ao mercado mundial, principalmente por meio da exportação do açúcar, foi um dos aspectos que deu início a um novo processo de exploração e conquista dos sertões mais distantes, colocando na alça de mira de grupos da elite paulista – aliados à administração colonial – as terras de diferentes populações indígenas que habitavam a Capitania, quer as que viviam embrenhadas nos sertões, quer as que já haviam sido reduzidas ao conjunto de aldeamentos localizados nos arredores da cidade de São Paulo e demais vilas paulistas.

5.6 Valorização fundiária nas regiões da lavoura de açúcar para exportação.

Com essa transição vivida pela Capitania de São Paulo, a exploração da mão-de-obra indígena perdeu espaço frente ao incrível aumento da importação de africanos, utilizados,

⁵²³ Cf. Francisco Vidal Luna; Herbert S. Klein. *Evolução da sociedade e economia escravista... Op. Cit.*, p. 31-36.

⁵²⁴ Cf. Maria Luíza Marcílio. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Edusp, 2000, p. 189-193.

⁵²⁵ Idem, p. 171-188.

sobretudo, nas áreas onde se instalaram as lavouras de exportação. Preterida também pelas mulas, a mão-de-obra indígena começa a se tornar cada vez mais dispensável nas últimas décadas do século XVIII, o que levou Manuela Carneiro da Cunha a afirmar, como se destacou na epígrafe deste capítulo, que a questão indígena no século XIX passou a ser muito mais uma questão de terra do que de mão-de-obra⁵²⁶. Ora, uma das consequências diretas desta mudança foi que, já a partir da última década do Setecentos, ilustrados e políticos passaram a discutir a questão indígena em termos de se pensar na adoção de uma política geral que adotasse um dos seguintes caminhos: exterminar ou civilizar as populações indígenas, isto é, violência ou brandura⁵²⁷.

Além disso, um dos aspectos que não pode ser ignorado ao se tratar de temas relacionados à questão indígena, especialmente no final do século XVIII e princípio do XIX, é a questão da propriedade fundiária. Isso porque, como bem demonstrou Marcílio, o início do Setecentos registra a penetração da economia monetária na área rural paulista. Este aspecto, analisado em conjunto com o crescimento demográfico marcante verificado no decorrer daquele século; o desenvolvimento da criação e comércio de gados na Capitania; e o abastecimento crescente de novos mercados, como o do Rio de Janeiro, acabaram por determinar uma maior intensificação da produção agrícola. Esta, por sua vez, culminou com o “desenvolvimento da importância da ligação individual das famílias a terra”, ampliando a noção da propriedade de terras que, no final daquele século, já estava se transformando em mercadoria⁵²⁸.

É muito reveladora, portanto, a demonstração que esta autora faz de como, nas regiões paulistas em que a economia monetária penetrou precocemente, se deu um processo mais acelerado de valorização e apropriação individual da terra, especialmente na região de Sorocaba, com a criação de gado; no Vale do Paraíba; e no chamado Oeste Paulista, ligados à agricultura de exportação de açúcar e café. Justamente nesses locais se iniciou o processo de cercamento de terras nas paisagens da capitania paulista e, também, de concentração da propriedade fundiária⁵²⁹.

Exemplo curioso de como a administração colonial atuou em relação a populações indígenas diante da valorização de terras em uma região onde havia se instalado a agricultura para a exportação, foi o caso da criação do aldeamento de Queluz, em 1800. Nesta operação, o governo paulista aldeou índios da etnia Puri que viviam dispersos numa área localizada ao norte da capitania, próxima às divisas com Minas Gerais e Rio de Janeiro, na região do chamado “Vale do Paraíba”, onde o café já começava a produzir algumas fortunas.

Este aldeamento, São João de Queluz, foi estabelecido no termo da vila de Areias e suas terras “foram divididas entre aquelas suficientes para a manutenção dos índios e para o patrimônio

⁵²⁶ Cf. Manuela Carneiro da Cunha. *Política indigenista nos século XIX...* Op. Cit., p. 56.

⁵²⁷ Idem, p. 57.

⁵²⁸ Cf. Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista...* Op. Cit., p. 183.

⁵²⁹ Idem, p. 184-187.

da igreja, tendo por limites os ribeirões das Cruzes e Entupido, que ficavam além do rio Paraíba⁵³⁰”. Apenas três décadas depois, em 1835, com a instalação da Assembleia Legislativa Provincial, os deputados determinaram que as terras dos índios do aldeamento de Queluz fossem “colocadas em hasta pública para quem melhor pudesse dar pelas terras”, justificando tal decisão alegando que os índios não cultivavam as ditas terras e que estas só davam lucros graças à presença da população não indígena que por lá já havia se instalado⁵³¹.

Em apenas três décadas, vê-se claramente o mecanismo utilizado pelo Estado para espoliar as terras indígenas: primeiro, reduz-se em um aldeamento uma população indígena que estava dispersa em uma área na qual a administração tinha interesse, liberando aquela área para a ocupação da lavoura; em troca, oferece-se aos indígenas uma pequena porção de terra dentro daquele aldeamento; em seguida, estimula-se a presença de populações não índias nas cercanias, quando não, dentro das próprias terras do aldeamento; extingue-se o aldeamento sob a justificativa de que os índios não cultivam suas terras ou já se encontram mesclados com o restante da população; por fim, reverterem-se as terras do aldeamento para o Estado, vendendo as mesmas em hasta pública, concluindo, deste modo, o processo que retirou dos índios não apenas suas terras originais, mas também as terras que lhes foram oferecidas em troca nos aldeamentos.

Como se pode imaginar, a regulamentação jurídica das terras no período, apesar de numerosa, não resolvia os diversos problemas, de modo que conflitos e tensões apareciam entre os mais diversos agentes sociais: índios, lavradores pobres, fazendeiros, sesmeiros, grileiros, grandes e pequenos posseiros, dentre outros. Até 1822, as terras devolutas eram dadas em sesmarias pela Coroa ou seus representantes. Como informa a historiadora Raquel Glezer, as dimensões das concessões eram variadas, mas de modo geral, “abrangiam de uma a três léguas, simples ou em quadra⁵³²”. No entanto, a partir de 1822 extinguiu-se o sistema de concessão de sesmarias na expectativa de que a Assembleia Constituinte decidisse como as terras da Coroa deveriam ser alienadas. Mesmo após ter sido dissolvida a Assembleia e outorgada a Constituição, em 1824, não foi promulgada uma legislação geral que regulasse o estatuto da propriedade da terra, o que só viria a ocorrer com a Lei de Terras, em 1850.

Assim, entre 1822 e 1850, a única forma legal de aquisição da terra, excetuando-se a herança ou a compra, era através da posse ou ocupação pura e simples. Para a historiadora Emília Viotti da Costa, as “posses resultantes da ocupação aumentaram de forma incontrolável e os posseiros acumularam grandes extensões de terra cujos limites eram vagamente definidos por

⁵³⁰ Cf. Fernanda Sposito. *Nem cidadãos, nem brasileiros...* Op. Cit., p. 164-166.

⁵³¹ *Idem.*, p. 165.

⁵³² Cf. Raquel Glezer. Chão de Terra. In: _____. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, p. 58.

acidentes geográficos naturais⁵³³”. O reconhecimento legal da posse do ocupante que cultivava efetivamente a terra significava o “triunfo do colono humilde, do rústico desamparado, sobre o senhor de engenhos de fazendas sob o favor da Metrópole”, explica Maria Luiza Marcílio⁵³⁴.

Já no entorno do rio Paranapanema, no chamado “Oeste Paulista”, a década de 1840 foi marcada pelo avanço dos criadores de gado sobre as terras dos índios Kaingang. A já citada *Carta Topographica da Provincia de São Paulo*, de 1847, traz uma legenda justamente sobre esta região na qual se lê: “terrenos desconhecidos aonde se acham, porém, algumas fazendas de cria”, como mostra o trecho desta carta destacado a seguir.

Fonte: *Carta Topographica da Província de São Paulo*. Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmãos, Belin Le Prieur & Morizot, 1847. 1 mapa: 49,5 x 62 cm, litografado. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁵³³ Cf. Emília Viotti da Costa. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 178.

ligados à cultura de gêneros de subsistência ou criação de gado nas chamadas “terras de posse”. Em geral, estes pequenos grupos ocupavam pioneiramente um novo espaço, ainda que de modo precário, estabelecendo uma infraestrutura mínima para sua produção. Posteriormente, o caráter itinerante da lavoura de subsistência, que demandava terras virgens, aliado à “fome de terra” da lavoura mercantil, sempre em busca de ampliar a produção destinada à exportação, pressionava os posseiros a ocuparem novas áreas localizadas em regiões denominadas “desconhecidas”, onde encontrariam a resistência das populações indígenas que ali habitavam⁵³⁶.

Já no caso dos aldeamentos indígenas, essa mudança na legislação foi determinante para a dissolução dos núcleos estabelecidos ao redor de São Paulo, uma vez que, a partir de 1822, populações não indígenas poderiam simplesmente invadir, ocupar e apossar-se de terras que pertenciam aos aldeamentos. Em 1829, por exemplo, o aldeamento de Barueri foi invadido pelo capitão Francisco de Castro do Canto e Mello e pelos alferes José Inácio Leite Penteado, Joaquim Teodoro Leite Penteado e Bernardo José Leite Penteado que, em conjunto com seus escravos, entraram nas terras dos índios com espadas e armas de fogo, atearam fogo às plantações locais, às casas dos índios e cercaram as terras para que os moradores originais não mais retornassem, como observou Katiane Soares Verazani⁵³⁷. Os índios expulsos ficaram desabrigados, enquanto os invasores, ainda que as autoridades tenham aberto uma investigação sobre o ocorrido, permaneceram com a posse das terras de fato e de direito, uma vez que anos mais tarde, o Registro Paroquial de 1856, assegurava definitivamente as terras invadidas para a família Penteado⁵³⁸.

Além de invasão e apossamento de particulares, também se verifica a ocorrência de transferência de terras indígenas que a administração paulista considerasse devolutas, à posse de grupos de trabalhadores estrangeiros que se começava a introduzir na Província, a fim de suprir a carência de trabalhadores nas obras públicas. Em 1829, por exemplo, o Conselho Geral da Província aprovou um projeto de lei que pretendia instalar colonos alemães em terras indígenas localizadas nos aldeamentos próximos a então freguesia de Santo Amaro. Segundo este projeto, os colonos alemães deveriam:

[...] ser mandados para o Sertão próximo á Freguizia de Santo Amaro, que aponta o Director, ou se para evitar-se maior despeza de transporte, e sustentação pelo tempo indispensável até que formem os seus arranchamentos, e consigão tornar-se independentes pelo seu trabalho, convirá mais, que fiquem nas terras, que estiverem desocupadas no Destricto das Aldêas de Itapecerica, Mboy e Carapecuyba, como já fora deliberado pelo Ex.mo Conselho⁵³⁹ [...].

⁵³⁶ Cf. Pierre Mombeig. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo...Op. Cit.*, p. 130-131.

⁵³⁷ Cf. Katiane Soares Verazani. *Assenhorar-se de terras indígenas: Barueri – sécs. XVI-XIX*. São Paulo, 2009, 121 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, p. 92.

⁵³⁸ *Idem*, p. 93.

⁵³⁹ *DIPH CSP*, vol. 86, p. 218.

O trecho selecionado revela como as terras indígenas eram sistematicamente invadidas por populações não índias, fazendo com que a população aldeada que ali vivia se misturasse à população geral de São Paulo. Caso não quisessem esse convívio, restava-lhes como alternativa abandonar suas terras e migrar para outras regiões. Com o tempo, as invasões das terras indígenas e a miscigenação decorrente do contato com a população não índia foi um dos fatores determinantes para que os aldeamentos fossem convertidos em freguesias ou vilas.

Entretanto, o “regime jurídico da posse ou ocupação” de terras devolutas durou pouco. Com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, determinou-se que estas só poderiam ser adquiridas por compra do governo ou de particulares. O resultado foi o fortalecimento do latifúndio e o enfraquecimento da pequena propriedade⁵⁴⁰. Após a Lei de Terras, portanto, verifica-se uma aceleração ainda maior do avanço sobre os sertões, uma vez que a terra, agora, passava a representar “uma importante reserva de capital e um negócio”, como bem apontou Corrêa⁵⁴¹.

5.7 “Sertão desconhecido” e “Fundos territoriais”

No decorrer deste capítulo buscou-se demonstrar que a representação da porção Oeste do território paulista como um grande vazio identificado pela expressão “Sertão desconhecido” expressa interesses conjugados entre diferentes grupos da elite paulista e a administração provincial, especialmente quando se pensa nestes espaços como “fundos territoriais”, tal como definida pelo geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes.

Ao fazer uma análise sobre os territórios coloniais, Moraes aponta que estes devem ser compreendidos como “âmbitos espaciais de pretensão de soberania interfactuados entre as metrópoles europeias, áreas formalmente delimitadas de suposta jurisdição de uma autoridade metropolitana, de fronteiras vagas ou hipotéticas (mais estabelecidas nos mapas do que no terreno⁵⁴²)”. Assim, assinala que tais territórios, entendidos como espaços de dominação política, comportam diversas regiões em seu interior que nada mais são do que “espaços econômicos de ocupação efetivas encravados no território colonial”. Moraes dialoga diretamente com os conceitos de “território” e “território usado”, propostos por Milton Santos e Maria Laura Silveira, a fim de conferir maior sentido à distinção entre esses conceitos, uma vez que os mesmos podem parecer redundantes. Para isso, introduz a ideia dos “fundos territoriais”, explicando-os como “reservas de espaço para a expansão futura da ação colonizadora”, de modo que os territórios coloniais, portanto,

⁵⁴⁰ Cf. Maria Luiza Marcílio. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista...* Op. Cit., p. 187.

⁵⁴¹ Cf. Dora Shellard Corrêa. *Paisagens sobrepostas...* Op. Cit., p. 66.

⁵⁴² Cf. Antônio Carlos Robert Moraes. Território, região e formação colonial. Apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência Brasileira. In: Eulalia Ribera Carbo; Hector Mendoza Vargas; Pere Sunyer Martín (coords). *La integración del territorio en una idea de Estado. Mexico y Brasil, 1821-1946*. Mexico: UNAM-Instituto de Geografía; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2007, p. 500.

podem ser compreendidos como áreas de soberania formal da antiga metrópole, compostos pelo “território usado” e pelos “fundos territoriais”⁵⁴³.

Ao se construir sobre as estruturas herdadas do período colonial, o patrimônio territorial do Império do Brasil foi conformado por diversas unidades geográficas de ocupação efetiva e suas respectivas economias regionais, “entremeadas por amplos espaços compostos por áreas de trânsito e fundos territoriais”⁵⁴⁴. Nesse sentido, Ilmar Rohloff de Mattos chama atenção para o fato de os construtores do Estado imperial, herdeiros de um vasto território unificado e contíguo, terem introduzido uma nova concepção de Império que se distinguia da anterior por estar referida a um Estado-nação. “Nesta outra concepção, na qual um Império = um Estado = uma Nação, o território recebia uma nova significação, ele era imaginado, agora, como um território nacional”⁵⁴⁵. Esta operação de transmutação de território colonial para território nacional fez com que Mattos concluísse que o novo Império do Brasil deveria conformar-se ao território que herdara o que, por sua vez, pressupunha uma expansão diferente: “uma expansão para dentro, em direção aos brasileiros – o conteúdo de um vasto continente, o território nacional do Império do Brasil”⁵⁴⁶.

Deve-se assinalar, entretanto, que embora a Constituição de 1824 mantivesse a responsabilidade do Governo central na definição dos limites interprovinciais, cabia às administrações provinciais encontrar meios de impulsionar a ocupação de seus respectivos territórios, bem como fiscalizar e negociar seus limites com as províncias vizinhas. Em meados da década de 1830, com a nova configuração política que emerge entre os governos central e provincial a partir das reformas constitucionais promovidas pelo Ato Adicional, membros da elite paulista, no controle da Assembleia Legislativa da Provincial, encomendaram a composição de um mapa provincial cuja representação, não por acaso, manteve padrões observados desde o período colonial, circunscrevendo dentro dos limites territoriais de São Paulo vastas reservas de espaços para expansão futura da ação colonizadora. Tais espaços podem ser compreendidos como os “fundos territoriais” tal como definido por Moraes, embora no âmbito da nova expansão territorial “para dentro” característica do recém-nascido Estado brasileiro, apontada por Mattos.

Nesse sentido, não é de se estranhar que tais fundos tenham sido representados por Müller com a denominação de “Sertão”. Segundo Moraes, um traço geral da construção do imaginário sertanejo é justamente o desta denominação ser aplicável a novos lugares ou a novas ondas colonizadoras. Assim, o sertão pode ser concebido como um espaço para expansão, objeto de um movimento expansionista com o fim incorporá-lo a fluxos econômicos ou uma órbita de poder. Não

⁵⁴³ *Idem*, p. 501.

⁵⁴⁴ *Idem*, p. 502.

⁵⁴⁵ Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro*. In: CARBÓ, Eulalia Ribeira; Héctor Mendoza Vargas; Pere Sunyer Martín. *La integración del territorio em uma idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946*. México: Instituto de Geografía UNAM, 2007, p. 589-608.

⁵⁴⁶ *Idem*, ibidem.

é por outra razão, continua Moraes, que a denominação sertaneja é empregada para representar áreas de soberania incerta, imprecisa ou meramente formal, qualificando porções que se deseja apropriar dos fundos ainda existentes no território nacional⁵⁴⁷.

Entende-se, portanto, que o “Sertão desconhecido” representado no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* pode ser compreendido como “fundos territoriais” que a administração paulista tinha o maior interesse em representar sob sua jurisdição. Seu principal objetivo com isso era, evidentemente, garantir que aqueles espaços permanecessem sob seu controle, especialmente em um contexto marcado pela valorização fundiária em decorrência da “fome de terras” para o avanço das culturas de exportação e de subsistência, além, é claro, dos interesses fiscais da administração no avanço da ocupação em direção aos sertões, uma vez que quanto mais se ocupassem os ditos sertões, maiores seriam as receitas provinciais – bem como os lucros das elites – decorrentes da exploração econômica do território, nomeadamente, a exportação de açúcar e café, a produção de alimentos para o abastecimento interno e de outras províncias, a criação e comércio de animais e o arremate de impostos, dentre outras atividades.

5.8 Sob o “Sertão desconhecido”.

Concluído em 1837, o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*, de Daniel Pedro Müller, manteve algumas características da representação cartográfica observadas em mapas do período colonial e, como se buscou demonstrar, a identificação de uma vasta área do interior paulista com a expressão “Sertão desconhecido” é uma delas.

Longe de se explicar apenas pela falta de informações geográficas, essa representação do interior paulista é prenhe de significados e intenções, já que torna invisíveis as populações indígenas que habitavam a porção do território figurada como um amplo espaço vazio e desabitado. Colada a esta representação há uma clara intenção de comunicar que o espaço em questão tinha dono sim, e não eram as populações indígenas que o habitavam, mas a Província de São Paulo, representada por sua Assembleia Legislativa e pelo Presidente da Província, não por acaso, instituição que encomendou o mapa e autoridade a quem a carta foi dedicada, respectivamente.

Ao se analisar a utilização do termo “Sertão desconhecido” na representação cartográfica de Daniel Pedro Müller, é muito importante que se leve em conta o contexto socioeconômico e político do momento em que o mapa foi elaborado. A dinâmica que impulsionava a expansão da lavoura açucareira para exportação durante as primeiras décadas do século XIX valorizou sobremaneira as terras na região onde aquela cultura havia se instalado, colocando em evidência um

⁵⁴⁷ Cf. Antônio Carlos Robert Moraes. *O Sertão: um outro geográfico... Op. Cit.*, p. 3.

grande interesse por parte de fazendeiros e posseiros paulistas na expropriação das terras, tanto dos índios aldeados, quanto das populações indígenas que viviam nos sertões. A Lei de Terras, promulgada em 1850, impulsionaria ainda mais este processo.

Além disso, a representação de um vasto espaço como desconhecido e desabitado, porém circunscrito a uma área muito bem delimitada e demarcada dentro dos limites da Província de São Paulo, serve como um importante instrumento da administração provincial na tentativa de garantir para si a jurisdição sobre espaços que, em algumas partes, poderiam despertar disputas com as Províncias vizinhas. Tal estratégia trata-se de uma prática herdada dos tempos coloniais na qual a Coroa buscava, a partir da representação cartográfica, legitimar a soberania sobre os “fundos territoriais”. Daí a relevância dada pela Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo em mandar imprimir diversas cópias do mapa e distribuí-las, assim como fizera com a estatística, aos órgãos legislativos da Corte e das demais províncias do Império.

Por fim, um dos objetivos deste capítulo era exemplificar como a administração provincial paulista utilizou o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* como instrumento de poder ao difundir um padrão de representação territorial que reforça uma concepção de assimilação das diversas populações indígenas que habitavam um vasto espaço identificado como “Sertão desconhecido”. Segundo essa ideia, uma vez desembaraçados da presença desses índios e a partir da incorporação de suas terras ao Estado, seria possível, “civilizar os sertões”, propósito caríssimo às diferentes esferas administrativas, quer nacional, quer provincial, uma vez que legitimava o processo de transformação dos “fundos territoriais” em “territórios usados”, configurando um processo de expansão territorial “para dentro”, tal como a denominou Rohloff de Mattos.

CAPÍTULO 6: O GABINETE TOPOGRÁFICO DE SÃO PAULO E A FORMAÇÃO DE UM NOVO QUADRO TÉCNICO PARA AS OBRAS PÚBLICAS PROVINCIAIS (1835-1849).

- 6.1 Engenheiros militares a serviço da Coroa na Capitania/Província de São Paulo (séculos XVIII e XIX).
- 6.2 O papel das Barreiras no desenvolvimento da rede viária paulista.
- 6.3 Gabinete Topográfico da Imperial Cidade de São Paulo: uma vida efêmera e intermitente.
- 6.4 Uma escola de engenheiros como instrumento de governo da administração provincial.

As boas estradas não são somente commodas aos viandantes que por ellas transitam, sendo igualmente proficuas ao adiantamento e riqueza de um paiz, por facilitarem os transportes dos productos que se obtem, e aos quaes se deseja dar sahida, segundo as diversas industrias; por tanto todas as medidas que tendem a facilitar as communicacoes devem ser tomadas em consideração pelas autoridades do paiz.

Em algumas Provincias dos Estados-Unidos tem sido uma boa estrada a primeira cousa de que se trata, quando se vai povar um sertão; a companhia de particulares, ou o Governo, que dispende na sua construção, se indemnisa com os lucros que lhe provêm do valor das datas de terras, que vende e demarca á direita e esquerda da dicta estrada, assim como com certa taxa modica nos transportes. Similhantes disposicoens animam aos novos povoadores, pois contam logo com a facilidade do giro, e consumo do transporte das produçoens. O terreno ainda não está habitado, mas a estrada já existe feita!

Daniel Pedro Müller⁵⁴⁸.

6.1 Engenheiros militares a serviço da Coroa na Capitania/Província de São Paulo (séculos XVIII e XIX).

Se os séculos XVI e XVII foram marcados pela expansão marítima de alguns países europeus e a consequente conquista de novos territórios coloniais na África, Ásia e América, pode-se dizer que o século XVIII registra uma mudança desta “cultura de latitude”, ou expansão marítima, para uma “cultura de longitude”, ou expansão terrestre, como lembrou Beatriz Bueno⁵⁴⁹. O papel desempenhado por padres jesuítas e engenheiros-militares foi fundamental para o processo de interiorização e formação do território da América portuguesa, no qual se devassou os sertões e se levantou as potencialidades econômicas e informações geográficas que garantiram melhor controle do território sob o domínio português e auxiliaram nas negociações dos tratados de limites com Espanha⁵⁵⁰.

Segundo Jaime Cortesão, a vinda de padres jesuítas e engenheiros militares à América portuguesa ganha impulso a partir da leitura que o primeiro geógrafo do rei da França, Guillaume Delisle, fez de sua dissertação perante a Academia Real das Ciências de Paris⁵⁵¹. Tão logo foi informado das conclusões de Delisle em Paris, d. João V convenceu-se de que era indispensável renovar a cartografia portuguesa através dos novos métodos, especialmente da cultura astronômica,

⁵⁴⁸ Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo. Op. Cit.*, p. 102.

⁵⁴⁹ Cf. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. A produção de um território chamado Brasil. In: BUENO, Beatriz et al. *Laboratório do mundo: idéias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Pinacoteca/Imprensa Oficial, 2004, p. 230.

⁵⁵⁰ Idem. Ibidem.

⁵⁵¹ Intitulada “*Determination géographique de la situation et l'entendue des diferentes parties de la Terre*”, esta dissertação marcou a primeira tentativa de remodelar toda a carta da Terra, compilando em um só mapa as alterações de posição dos territórios obtidas a partir das observações das longitudes por meios astronômicos. As correções feitas por Delisle expunham a transferência de soberania operada pela cartografia portuguesa em relação ao vasto território espanhol situado a oeste de Tordesilhas. [Ver Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo I. Brasília; São Paulo: Fundação Alexandre de Gusmão; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006, p.274-276].

a fim de conferir base científica à diplomacia portuguesa no intuito de “obviar as futuras alegações do governo espanhol, fundadas na situação do meridiano de Tordesilhas⁵⁵²”.

Assim, já em 1722 d. João V manda vir a Portugal dois padres jesuítas napolitanos especialistas em matemática, astronomia, geografia e cartografia: João Batista Carbone (1694-1750) e Domingos Capacci (1694-1736). A eles juntou-se Diogo Soares (1684-1748), também jesuíta, natural de Lisboa e professor da “aula de Esfera⁵⁵³” no Real Colégio de Santo Antão. Por sete anos, aguardaram em Portugal pela aquisição da aparelhagem técnica e a indispensável aprendizagem dos novos métodos de medição astronômica. Finalmente, em 1729, o rei português envia os padres matemáticos ao Estado do Brasil, com a tarefa de “fazerem-se mapas das terras do dito Estado não só pela marinha, mas pelos sertões; [...] e para esta diligência nomeei dois religiosos da Companhia de Jesus, peritos em matemáticas, que são Diogo Soares e Domingos Capacci, que mando na presente ocasião para o Rio de Janeiro⁵⁵⁴”.

Além dos padres matemáticos, os engenheiros-militares foram outros agentes a serviço da Coroa enviados a América com a responsabilidade de devassar e mapear os sertões. Embora sua presença já fosse registrada desde o século XVI, ganhou grande impulso a partir da segunda metade do Setecentos. Vinham com a missão de elaborar cartas topográficas para a execução dos tratados de limites celebrados entre as Coroas ibéricas, em especial os de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777). Vê-se, desta forma, que a obra científica iniciada pelos padres matemáticos na primeira metade do século XVIII, encontra continuidade na segunda metade daquele século por exploradores e demarcadores de limites, em boa parte engenheiros-militares. O gráfico a seguir traz a evolução do número desses engenheiros atuantes na América portuguesa entre os anos de 1667-1808.

Gráfico 8: Engenheiros militares atuantes na América portuguesa nos séculos XVII-XIX

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011, p. 290.

⁵⁵² Idem, p. 277-280.

⁵⁵³ “Aula” era o termo utilizado para representar as instituições e práticas educacionais no mundo português. [Ver Guilherme Pereira das Neves. *Aulas*. In: Ronaldo Vainfas (dir). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 55-58].

⁵⁵⁴ Para maiores detalhes sobre a missão dos padres matemáticos na América portuguesa ver: Heloísa Gesteira. Instrumentos matemáticos e a construção do território: a missão de Diogo Soares e Domingos Capassi ao Brasil. In: : Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 207-224.

Percebe-se que a partir da segunda metade do Setecentos, o número de engenheiros militares mais que dobra em relação ao período anterior. A maior parte deles, com os fracassos dos tratados de limites, acabaram permanecendo na América a serviço dos governadores das capitanias onde se estabeleceram. Sua atuação, como descreveu a historiadora Iris Kantor, constituiu “importante elo de transmissão dos conhecimentos estratégicos (território – população) que subsidiaram a construção de novas alternativas e alianças entre as elites regionais e a corte bragantina⁵⁵⁵”. Na Capitania de São Paulo, por exemplo, destacam-se a atuação de engenheiros como João da Costa Ferreira (1750-1822), Rufino José Felizardo e Costa (1784-1824) e Daniel Pedro Müller (1785-1841), como se verá mais a seguir.

6.1.1 Açúcar, estradas e engenheiros.

Como já se destacou nesse trabalho, em 1765 a Capitania de São Paulo passava por um processo de reorganização econômica iniciada logo após sua restauração, durante o governo de d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. O momento era de crise econômica na Metrópole, frente à retração na produção de ouro na América portuguesa. Para atenuar o problema, uma das soluções adotadas foi o incremento do comércio, da produção manufatureira e da agricultura, esta última especialmente nas colônias. Na América portuguesa, os novos governadores das capitanias eram incentivados a expandir a produção agrária tradicional a partir da introdução de novos produtos valorizados na Europa. Como bem apontou a historiadora Vera Ferlini, mesmo São Paulo, que até então desempenhava um papel secundário no processo de colonização, deveria entrar em um ritmo no qual os administradores seriam responsáveis por criar uma infraestrutura de produção agrícola que gerasse excedentes destinados ao comércio internacional⁵⁵⁶. Não por acaso, a produção de cana-de-açúcar para exportação nesta capitania se iniciou justamente por esta época, consolidando-se definitivamente pelo ano de 1802⁵⁵⁷.

Destarte, já a partir do último quartel do século XVIII o avanço da lavoura canavieira configurou áreas voltadas à exportação tanto no litoral, quanto no planalto paulista. Enquanto na costa destacavam-se a produção das vilas de Ubatuba, São Sebastião e Vila Bela, subsidiária do Rio

⁵⁵⁵ Cf. Iris Kantor. Cultura cartográfica e gestão territorial na época da instalação da corte portuguesa. In: Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 239.

⁵⁵⁶ Cf. Vera Lúcia Amaral Ferlini. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 241.

⁵⁵⁷ Cf. Maria Thereza S. Petrone. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968, p. 12-15. Cabe ressaltar, porém, que a produção açucareira paulista comparada à de outras regiões da Colônia é relativamente pequena, como bem lembra Ferlini. [Ver Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 183].

de Janeiro, onde era comercializada⁵⁵⁸, na região de planalto a produção açucareira se dava em duas regiões: a Leste da capital, no chamado “Vale do Paraíba”; e a Oeste, na região conhecida como “quadrilátero do açúcar”. Tal como ocorria com o litoral, a configuração da produção do Vale do Paraíba estava vinculada ao Rio de Janeiro⁵⁵⁹. Já no “quadrilátero”, os destaques ficavam por conta das produções das vilas de São Carlos (Campinas), Constituição (Piracicaba), Itu e Porto Feliz.

A imagem a seguir, elaborada sobre o mapa de Daniel Pedro Müller (1837-41), localiza a região do “quadrilátero do açúcar”, indicando os principais núcleos produtores e destacando a rede viária por onde se escoava o açúcar produzido nessas localidades até o porto de Santos.

Mapa 25: O “quadrilátero do açúcar”, seus principais núcleos produtores e a infraestrutura viária para o escoamento da produção até o porto de Santos

Fonte: Destaques elaborados pelo autor sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Não cabe exagero afirmar, portanto, que um dos principais fatores a demandar a presença de engenheiros militares em São Paulo desde o último quartel do século XVIII foi o crescimento constante da produção açucareira localizada no interior da Capitania. Em relação a esses profissionais, tão logo eram colocados pela Coroa à disposição dos capitães-generais, eram empregados na direção de obras para o desenvolvimento da infraestrutura viária, sobretudo na

⁵⁵⁸ Cf. Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Açúcar e Colonização...* Op. Cit., p. 187-188.

⁵⁵⁹ Fato que levou alguns governadores do período, como Bernardo José de Lorena, em 1789, e Antônio José da Franca e Horta, em 1803, a proibirem a exportação de aguardente e açúcar pelo Rio de Janeiro, afetando significativamente a produção de açúcar dessas localidades. [Ver Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Açúcar e Colonização...* Op. Cit., p. 183].

construção e manutenção de estradas que facilitassem o escoamento da produção da região do “quadrilátero” até o porto de Santos.

De princípio, isto é, nas últimas décadas do século XVIII, todos os esforços nesse sentido se concentraram na melhoria da comunicação entre a cidade de São Paulo e a vila de Santos. Exemplo disso foi a atuação do oficial engenheiro João da Costa Ferreira (1750-1822) durante o governo de Bernardo José de Lorena (1788-1797). Enviado originalmente para a “segunda divisão das demarcações de limite com a Hespanha”, em 1788, Ferreira acabou empregado nos serviços de engenheiro em São Paulo em razão da paralização das expedições demarcatórias, tendo atuado destacadamente em diversas “diligências do real serviço”⁵⁶⁰.

Além de João da Costa Ferreira, o governo de Lorena ainda contava com os serviços de oficiais como os sargentos-mor Cândido Xavier de Almeida e Antônio Ferreira da Rocha, dos matemáticos Bento Sanches d’Orta e Francisco de Oliveira Barbosa e de um auxiliar de engenheiro, formado no Rio de Janeiro, Antônio Rodrigues Montesinho⁵⁶¹. A atuação destes homens em São Paulo ilustra bem como os mesmos já eram utilizados pela administração da Capitania – em aliança com grupos da elite local – no intuito de dinamizar a economia através da execução de obras públicas. Ferreira, como se viu, foi o responsável pela construção da famosa Calçada do Lorena, primeira estrada pavimentada em pedra ligando São Paulo a Cubatão⁵⁶². Juntamente com seu ajudante, Montesinho, elaborou um novo traçado para aquela via de comunicação, empregando uma

⁵⁶⁰ João da Costa Ferreira nasceu em Lisboa, em 1750, onde completou o curso de matemática da Real Academia Militar. Trabalhou por muitos anos na reedificação dessa cidade, tendo colaborado com o sargento-mor engenheiro José Monteiro de Carvalho. Em 1788, foi enviado a Capitania de São Paulo em companhia do recém-nomeado governador e capitão-general Bernardo José de Lorena. Para esta Capitania, levantou o mapa da costa, tombou as matas reservadas às construções reais, preparou o palacete, a alfândega e o hospital de Santos, além de ter sido o responsável pela construção da famosa calçada do Lorena, estrada pavimentada ligando a cidade de São Paulo a Cubatão. Por carta régia de 5 de novembro de 1808, foi incumbido pelo príncipe d. João de fazer o levantamento do plano dos campos de Guarapuava. Anos mais tarde, em 1815, lhe foi confiado o levantamento da carta corográfica e hidrográfica da costa do mar da capitania, seus portos e bacias com todos os rios que dimanam da serra geral para vir no conhecimento das madeiras de construção e determinar os rios que deviam ficar para os cortes reais. Segundo o coronel Laurênio Lago, sua carta era “tão perfeita que os ingleses mandaram estampar depois de terem examinado sua exatidão”. Muitos de seus trabalhos cartográficos encontram-se na Biblioteca Nacional, no Estado-Maior do Exército e no Museu Paulista. Faleceu na cidade de São Paulo, aos 25 de abril de 1822. [Ver Coronel Laurênio Lago. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1941, p. 59-61; ver também: Benedito Lima de Toledo. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo, destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981, 182p].

⁵⁶¹ Cf. Benedito Lima de Toledo. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo... Op. Cit.*, p. 99-100.

⁵⁶² Antes da construção da Calçada do Lorena, “melhoramentos” na antiga trilha utilizada para a comunicação entre Santos e São Paulo foram realizados durante o governo de Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), o que tornou possível o tráfego de animais por um caminho que antes era percorrido quase que exclusivamente pelos índios. Lima de Toledo lembra que já nesta época, a realização desses melhoramentos realizados no tempo de Lobo Saldanha, só foi possível graças a contribuição voluntária das Câmaras de vilas localizadas no “quadrilátero”, tais como Itu, Parnaíba, Sorocaba, Jundiaí, Moji-Mirim e Mogi-Guaçu. [Ver Benedito Lima de Toledo. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo... Op. Cit.*, p. 95-98]. Ainda sobre a Calçada do Lorena, vale destacar dissertação de mestrado defendida por Denise Mendes, em 1992, na qual a autora analisa as relações deste caminho com o comércio de açúcar paulista desde a restauração da Capitania até as primeiras décadas do Oitocentos. [Ver: Denise Mendes. *A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994].

“técnica desconhecida nas estradas da Capitania” até então: a pavimentação com pedras. Visava-se, sobretudo, alargar o caminho antigo possibilitando melhorar o tráfego das tropas de animais com destino ao porto de Santos, minimizando os estragos causados pelos elevados índices pluviométricos característicos desta porção da Serra do Mar⁵⁶³.

Anos mais tarde, em 1802, de modo similar ao que ocorrera com João da Costa Ferreira, Daniel Pedro Müller foi enviado a São Paulo juntamente com o novo capitão-general, Antônio José da Franca e Horta (1802-11). No entanto, Müller chega a capital paulista em um momento no qual a cultura canavieira para exportação encontrava-se praticamente consolidada, tendo sido nomeado especificamente como ajudante de ordens do governador paulista, sem qualquer incumbência fora da Capitania. Sua presença, portanto, se insere no âmbito do aprofundamento da crise geral do Antigo Regime, no qual, em razão da nova forma de articulação entre a Metrópole e as Colônias, a presença de naturalistas, mineralogistas, astrônomos e engenheiros militares na América ganha importância fulcral, a fim de que estes pudessem orientar as políticas reformistas que dariam maior centralidade ao Brasil, como bem apontou Kantor⁵⁶⁴. A atuação desses ilustrados – portugueses ou luso-americanos⁵⁶⁵ –, orientava-se, sobretudo, na tentativa de ampliar a produção de excedentes através do desenvolvimento da agricultura e de sua infraestrutura de produção, incrementando os lucros para manter equilibradas as contas da Metrópole, tal como idealizara d. Rodrigo de Souza Coutinho em sua *Memória sobre os melhoramentos dos domínios da América*⁵⁶⁶ (1797).

Nesse contexto, vê-se que a atuação de Daniel Pedro Müller nas duas primeiras décadas em que esteve em São Paulo, alinhava-se aos propósitos da política engendrada por Souza Coutinho. Em maio de 1804, por exemplo, Müller foi nomeado lente de uma “Aula de Desenho”, com o objetivo de formar alguns oficiais do corpo de artilharia da Capitania de São Paulo para que estes pudessem atuar como engenheiros militares, “com pequena despesa do Estado”, na construção de obras públicas ou no levantamento de cartas geográficas, como revela o trecho de uma carta

⁵⁶³ *Idem*, p. 105-110.

⁵⁶⁴ Cf. Iris Kantor. *Cultura cartográfica e gestão territorial na época da instalação da corte portuguesa... Op. Cit.*, p. 247.

⁵⁶⁵ Dentre os ilustrados luso-americanos enviados nesta mesma época a São Paulo para atuarem como agentes da Coroa portuguesa pode se destacar o caso de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844). Nascido em Santos, Martim Francisco matriculou-se no curso de matemática e filosofia natural na Universidade de Coimbra, onde se formou em 1798. De volta a São Paulo no ano seguinte, foi nomeado para assumir o cargo de diretor-geral das Minas de Ouro, Prata e Ferro da Capitania de São Paulo, com o objetivo de “modernizar as técnicas empregadas na extração mineral”. [Ver Alex Gonçalves Varela. Naturalista e homem público: a trajetória do ilustrado Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1796-1823). In: Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 181-191]. Outro caso não menos relevante é o do mineiro João Manso Pereira (c. 1750-1820), “encarregado de ‘descobrir’ nitreiras naturais na Capitania de São Paulo” e diretamente envolvido na produção de salitre. [Ver Márcia Helena Mendes Ferraz. A fabricação da pólvora e trabalhos sobre o salitre: Portugal e Brasil de finais do século XVIII às primeiras décadas do século XIX. In: Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 153-165].

⁵⁶⁶ Cf. Fernando Antônio Novais. O reformismo ilustrado luso brasileiro: alguns aspectos. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, 1984, p. 111,

enviada pelo governador Franca e Horta ao então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, João Rodrigues de Sá e Melo Soto-Maior, o Visconde de Anadia (1755-1809):

[...] Por estes estudos q. incessantemente hei de promover [matemática e filosofia], não só conseguirei ter Officiaes de Artilheria com os indispensáveis Conhecim.^{tos} q. lhe são próprios, mas ainda habilitar alguns com pequena despeza do Estado, para se formarem Officiaes Engenheiros, de q. há tanta precizaõ nesta Capitania, assim para a Construção de muitas obras publicas, como ainda p.^a levantar Cartas dela com a devida exaçaõ, evitando se a avultada despeza q. se faz em virem desse Reino; podendo segurar a V. Ex.^a q. alguns deles estão já em estado de bem trabalharem no Campo do dito Levantamento, porem faltaõ-lhe os Conhecimentos do Dezenho, de q. só agora posso estabelecer Aula, nomeando para Lente dela o meu ajudante de ordens Daniel Pedro Müller⁵⁶⁷ [...].

Convém destacar a iniciativa do governador Franca e Horta em estabelecer aulas de matemática e desenho na Capitania, ainda que estas fossem destinadas apenas a um grupo de poucos militares da brigada de artilharia de São Paulo. Decerto esta foi das primeiras vezes em que se logrou a formar, efetivamente, oficiais engenheiros na capital paulista. Casos, por exemplo, dos oficiais Rufino José Felizardo e José Marcelino Vasconcelos, cujos nomes constam na lista de alunos do dito curso e que, em março de 1805, foram examinados e aprovados por Daniel Pedro Müller para o exercício de suas funções⁵⁶⁸.

Após a saída de Antônio José da Franca e Horta do governo da Capitania, em 1811, Müller juntou-se oficialmente ao Corpo de Engenheiros. Como se viu no primeiro capítulo deste trabalho, além de ser designado ao levantamento cartográfico da capitania, passou também a dirigir diversas obras públicas em São Paulo, tais como a construção das pontes do Marechal e do Carmo, além da estrada do Piques (atual Rua da Consolação), uma das vias que comunicava a cidade de São Paulo com as vilas de Itu, Sorocaba e Porto Feliz, no “quadrilátero do açúcar”.

Em 1819, durante o governo de João Carlos Augusto de Oeynhausen (1819-21), Müller foi nomeado Inspetor Geral das Estradas, cargo no qual teve atuação destacada na manutenção de estradas militares, como a que seguia pela costa de Santa Catarina, bem como na conservação de estradas e pontes localizadas no interior da Capitania, tais como as de Franca, Batatais, Casa Branca, Campinas, Itu, Porto Feliz e a estrada que ligava Piracicaba a Jundiaí, com 14,5 léguas de comprimento⁵⁶⁹. Neste mesmo período, também foi responsável por classificar as principais vias provinciais visando melhorar a regulação e conservação das estradas paulistas⁵⁷⁰.

⁵⁶⁷ DIPHCSP, vol. 94, p. 123.

⁵⁶⁸ José Marcelino Vasconcelos, por exemplo, foi aprovado por Müller em primeiro lugar no curso de cálculo e, anos mais tarde, foi nomeado o primeiro diretor do Gabinete Topográfico de São Paulo. Já Rufino José Felizardo teve destacada atuação como engenheiro-militar da Capitania, sendo o autor da primeira planta de São Paulo, levantada em 1810. [Ver: DIPHCSP, vol. 95, p. 319-32].

⁵⁶⁹ Cf. Carlos Oberacker Jr. *O movimento autonomista no Brasil... Op. Cit.*, p. 35-38.

⁵⁷⁰ Com exceção de uma única estrada, todas tinham seu ponto de partida na capital. Segundo a classificação elaborada por Müller em 1819, as principais estradas de São Paulo eram: “A 1ª - à villa da Constituição [Piracicaba], com rumo de ONO e desenvolvimento de 180 kilometros, passando por Ytú e Porto Feliz. De Porto Feliz seguiam em canoas, pelo rio Tieté, os que se destinavam ao Matto-Grosso. A 2ª - À Franca do Imperador, passando por Jundiahy,

Nas primeiras décadas do Oitocentos, além de João da Costa Ferreira, Daniel Pedro Müller, José Marcelino Vasconcellos e Rufino José Felizardo e Costa, mencionados acima, outros engenheiros a serviço da Coroa na Capitania de São Paulo foram: o sargento-mor Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen, o segundo-tenente José Joaquim de Abreu, José Antônio de Teixeira Cabral, Francisco Pedro Darbués Moreira e Luiz José Monteiro⁵⁷¹.

6.2 O papel das *Barreiras* no desenvolvimento da rede viária paulista.

Após a Independência, com a mudança definitiva do centro político-administrativo de Lisboa para o Rio de Janeiro, o governo marcadamente centralizador de d. Pedro I impediu que os governos provinciais tivessem autonomia para legislar e tributar em suas respectivas regiões. Além disso, a ausência de recursos nos órgãos municipais⁵⁷², responsáveis pela conservação e construção das estradas neste período foi outro fator que contribuiu para explicar por que a Província de São Paulo não conseguiu organizar um plano racional para a rede viária provincial ou, ainda, uma escola capaz de formar engenheiros dentro da própria Província, plano que a administração paulista já tentava colocar em prática desde o princípio do século, como se destacou acima.

Em outubro de 1834, num discurso proferido diante do Conselho Geral da Província de São Paulo, o então presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar (1831-1835), descrevia o estado em que se encontravam as estradas provinciais em razão dos poucos recursos destinados à conservação das mesmas:

[...] Vós conheceis o estado das estradas da provincia, e quanto interessa o seu melhoramento tanto ao publico, como aos particulares; mas sendo limitado o rendimento destinado para taes melhoramentos, preciso é que se estabeleça um plano bem combinado de estradas, em que se marque aquellas, que se devem levar primeiramente ao estado de perfeição, circumscrevendo as outras aos concertos e reparos indispensaveis; porque com o método até agora seguido de applicarem-se pequenas quantias para cada uma, parece que

Campinas, Mogy-Mirim, Casa Branca e Batataes, com rumo de NO e desenvolvimento de 462 kilômetros. A 3ª – Às raias de Minas Geraes, passando por Juquery, Atibaia e Bragança, com rumo de N e desenvolvimento de 119 kilômetros. A 4ª – ao Bananal, passando por Mogy das Cruzes, Jacarehy, S. José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena e Areias, com rumo de NE e desenvolvimento de 390 kilômetros. A 5ª - A de Ubatuba, por Santos, S. Sebastião e Caraguatatuba, com desenvolvimento de 280 kilômetros. A 6ª – de Santos a Iguape, passando por Conceição de Itanhaen. A 7ª – ao [atual Estado do] Paraná, passando por Cutia, S. Roque, Sorocaba, Itapetininga e Faxina [Itapeva].” [Ver Adolpho Augusto Pinto. *História da Viação Pública de São Paulo*. 2ª edição. Introdução e notas de Célio Debes. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. 19].

⁵⁷¹ Cf. Manoel da Cunha de Azeredo Sousa Chichorro. Memoria em que se mostra o estado econômico, militar e político da capitania geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o Ilm. e Exm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma do Conselho de S. A. Real e do de sua real fazenda. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 36, parte 1, 1873, p. 207-208; Ver também: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e Desígnio... Op. Cit.*, p. 336.

⁵⁷² Cf. Miriam Dolnikoff. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 158-159. Para maiores informações sobre aplicação dos tributos durante o período imperial [ver Guilherme Devesa. Política tributária no período imperial. In: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. 3ª ed., t. II, v. 4: declínio e queda do Império, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 60-84].

tarde teremos uma em termos, e haverá sempre motivo para se julgar, que ha mais disposição a favor duma, que doutra⁵⁷³.

Do trecho destacado acima chama atenção como ainda não se havia estabelecido um plano racional para o desenvolvimento das estradas provinciais apesar de as mesmas serem consideradas essenciais para o desenvolvimento paulista desde o último quartel do século XVIII. Também merece menção a percepção da administração provincial, expressa no discurso do presidente, da necessidade de se criar tal plano a fim de garantir maior eficiência na aplicação dos recursos disponíveis na conservação, ao menos, das estradas consideradas mais importantes⁵⁷⁴.

Com a abdicação de d. Pedro I, em 1831, os deputados da Assembleia-Geral, juntamente com os senadores, passaram a discutir a reforma de uma série de artigos da Constituição visando, sobretudo, limitar o poder moderador e conceder maior autonomia aos poderes locais⁵⁷⁵. Assim, no âmbito das reformas constitucionais promovidas pelo Ato Adicional de 1834, a criação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo (1835), conferiu certa autonomia a uma elite local que vinha ocupando os espaços de poder provincial desde o princípio da década de 1820, como se demonstrou no segundo capítulo deste trabalho. A partir deste momento os próprios membros da elite paulista – eleitos por seus pares como deputados provinciais – eram os responsáveis diretos pela elaboração e aprovação do orçamento provincial e pela criação de novos tributos, desde que os mesmos não prejudicassem “as imposições geraes do Estado⁵⁷⁶”.

Segundo Dolhnikoff, os impostos que passaram a ser de competência provincial eram justamente aqueles que taxavam atividades internas, de difícil cobrança pelo governo central⁵⁷⁷. Deste modo, a autonomia tributária conquistada pelas elites locais com a criação das Assembleias Provinciais significava a capacidade desse aparelho de Estado de arrecadar tributos que ele próprio instituía e de reinvesti-los nas rubricas que fossem identificadas como prioritárias para o desenvolvimento de cada Província⁵⁷⁸.

⁵⁷³ Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo. Período Monarchico: 1822-1889*. São Paulo: Secção de Obras D’ O Estado de S. Paulo, 1926, p. 51-52.

⁵⁷⁴ Anos mais tarde, em 1837, o próprio Daniel Pedro Müller chegou a propor “algumas ideias conducentes” ao melhoramento das estradas provinciais em sua estatística. Ali sugeria um método de centralização, na qual todas as ramificações das estradas principais deveriam convergir para a estrada de Santos, que seria o eixo principal do sistema que ele estava propondo. No entanto, nenhum plano para as estradas foi adotado pela administração provincial até a criação da Diretoria de Obras Públicas, em 1844, como se verá mais adiante. [Ver Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op.Cit.*, p. 102-113].

⁵⁷⁵ No entanto, a Constituição vigente impedia que aqueles parlamentares realizassem emendas na Constituição por não terem sido eleitos com tais poderes. Destarte, os deputados e senadores daquela legislatura realizaram os debates e estabeleceram as alterações que deveriam ser realizadas na Constituição, determinando que as mesmas fossem sancionadas pela legislatura seguinte, em 1834.

⁵⁷⁶ BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e addições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: *Coleccção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p. 17.

⁵⁷⁷ A taxação do comércio externo, bem mais rentável e fácil de recolher nas alfândegas, continuou sob a responsabilidade do governo central. [Ver Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial... Op. Cit.*, p. 107].

⁵⁷⁸ *Idem*, p. 156-159.

Em São Paulo, uma das prioridades era a elaboração de uma política econômica orientada ao investimento na expansão e modernização da rede viária. Em discurso proferido em fevereiro de 1835, por ocasião da abertura dos trabalhos da recém-instituída Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar já apontava aos deputados a importância do “melhoramento das estradas” para a “prosperidade da província”:

[...] Vós não ignoreis que um dos objetos que toca mais de perto a prosperidade da província é o melhoramento das estradas, porquanto sem meio fácil, e barato de transporte, debalde a natureza nos mimoseou com as terras mais fecundas, e todas as produções equinociaes, pois que estas virão a perecer nos celeiros, e o agricultor a abandonar sua fabrica com perda de utensílios, deslocação de capitaes e um novo tirocinio em outro qualquer emprego, e sempre em prejuizo da prosperidade publica. Isto nota-se na producção do assucar, porque tendo-se exportado em 1831, segundo os mappas da administração do Cubatão, 559.420 arrobas, tem diminuído para mais de 80 mil arrobas [...] e por isso espero que o reparo das existentes e abertura de novas merecerão certamente vossa particular attenção⁵⁷⁹.

Para Tobias de Aguiar, o péssimo estado de conservação das estradas em 1835 era o responsável direto pela diminuição de mais de 80 mil arrobas nas exportações de açúcar pelo porto de Santos em relação a produção de quatro anos antes, em 1831. Com base em tais indicadores e diante das novas competências atribuídas aos deputados provinciais, o então presidente da Província dizia contar com o auxílio dos mesmos para “o reparo das [estradas] existentes e a abertura de novas”. Não é coincidência, portanto, que já nos primeiros meses de funcionamento da Assembleia Legislativa os deputados discutiram e aprovaram a Lei nº 11, de 24 de março de 1835, sancionando a criação de *Barreiras* nas estradas paulistas. Segundo o artigo 1º dessa Lei ficava estabelecido que:

[...] em todas as estradas existentes ou que de novo se abrirem atravessando a serra do mar nesta Província, ou seguindo para a Província do Rio de Janeiro, haverão barreiras onde se pague uma taxa para as obras da estrada respectiva, e das suas ramificações; e em nenhum caso o rendimento de uma estrada será applicado para outra, nem para outro algum objeto⁵⁸⁰.

Convém observar, entretanto, que as taxas cobradas nas Barreiras não devem ser confundidas com os *Registros*, tributo existente desde os tempos coloniais. Como bem apontou Hernani Maia Costa, diferentemente destes últimos, as Barreiras não tinham a função de registrar ou cobrar impostos, direitos de saídas ou dízimos, uma vez que sua tributação não recaia sobre a mercadoria. A função das Barreiras enquanto posto fiscal era o de cobrar taxas que deveriam incidir sobre carros, animais ou pessoas, independente da mercadoria que se estivesse transportando.

⁵⁷⁹ Cf. *Anais da ALPSP*, 1835, p. 17-18.

⁵⁸⁰ SÃO PAULO (Província). Lei nº 11, de 24 de março de 1835. *Determina o estabelecimento de barreiras em todas as estradas existentes ou que de novo se abrirem, atravessando a Serra do Mar nesta Província, ou seguindo para o Rio de Janeiro, para cobrança da taxa que deverá ser aplicada às obras das mesmas estradas*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.11,%20de%2024.03.1835.pdf>>. Acesso em 01 fev. 2012. [Ver a transcrição na íntegra deste documento na sessão de anexos desta dissertação].

Portanto, as Barreiras devem ser compreendidas como taxas itinerantes, algo similar aos pedágios, passagens de rios ou direitos de portagem⁵⁸¹.

A forma e os valores a serem cobrados pelos arrecadadores nos postos fiscais eram regulados pelo Artigo 2º da lei das Barreiras, que estabelecia que as taxas fossem cobradas a cada vez que nela passavam pessoas ou animais, tanto na ida quanto na volta. Os valores a serem cobrados deveriam ser:

Quadro 18: Valores das taxas cobrados nas Barreiras das estradas provinciais de São Paulo em 1835.

Tipo de usuário	Taxa
Animal vaccum desocupado, ou puxando carro de eixo móvel.	300\$
Animal vaccum puxando carro, ou outro qualquer transporte de eixo fixo.	200\$
Cada animal muar, cavalar, jumento ou porco.	200\$
Qualquer outro quadrúpede.	100\$
Pessoa a pé.	40\$

Fonte: Anais da ALPSP, 1835, p. 209-210.

A título de comparação, em 1836 os preços praticados para a arroba (15 kg) do “assucar branco” transportado pelas estradas provinciais variavam da seguinte forma: nas vilas produtoras de açúcar, como Constituição (Piracicaba), o preço era de 1\$180 réis; em vilas localizadas em regiões intermediárias, isto é, entre a zona produtora e a exportadora, o valor era de 2\$000 réis; por fim, o preço cobrado pela arroba do açúcar diretamente nos portos de embarque era de 3\$300 réis⁵⁸².

Embora a criação das Barreiras tenha levado alguns tropeiros a desviar o curso de suas tropas por caminhos mais longos e que não contassem com esses postos fiscais ou, até mesmo, pelo meio de propriedades privadas – gerando reclamações de seus proprietários – o custo dessas taxas em relação aos preços praticados para a arroba do açúcar era bastante baixo. Considerando-se que as tropas de mulas cargueiras utilizadas no transporte de açúcar desde as regiões produtoras até o porto de Santos eram compostas por cerca de quarenta a oitenta bestas, podendo carregar, cada animal, até cento e cinquenta quilos (dez arrobas), o custo médio das taxas cobradas nas Barreiras por arroba de açúcar transportado girava em torno de 20\$ réis a arroba, o que equivaleria a menos de 2% em relação ao valor do açúcar transportado por cada tropa⁵⁸³.

⁵⁸¹ Cf. Hernani Maia Costa. *As barreiras de São Paulo: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX*. São Paulo, 1984. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 15-16.

⁵⁸² Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Provincia de São Paulo... Op. Cit.*, p. 122.

⁵⁸³ Este cálculo diz respeito apenas ao custo estimado da taxa cobrada nas Barreiras por arroba de açúcar transportado pelas tropas de mulas cargueiras, que eram as mais utilizadas para este serviço. No entanto, considerando-se o custo total do transporte do açúcar desde as vilas produtoras até o porto de Santos, este era bem mais oneroso, podendo chegar a até um terço do valor de venda para o plantador. [Ver Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 141].

Se, por um lado, o custo das taxas de Barreira pode ser considerado baixo para o produtor, especialmente ao se levar em conta a determinação da lei de reinvestir os recursos arrecadados exclusivamente em melhorias na própria estrada onde se estabelece uma Barreira, por outro, para as finanças da administração provincial, os valores arrecadados nas Barreiras rapidamente se converteram em uma das principais rubricas dentre as receitas recolhidas pela administração provincial. Todavia, antes de se aprofundar na análise de como as Barreiras desempenharam importante papel no desenvolvimento da rede viária paulista, é necessário delinear quais eram as grandes regiões econômicas da Província a partir da instalação das primeiras Barreiras, em 1835, bem como apontar os principais eixos da infraestrutura de circulação mercantil intraprovincial.

6.2.1 Principais regiões econômicas da Província de São Paulo (1835-50).

Como já se destacou previamente, desde o último quartel do século XVIII a então Capitania de São Paulo passou por transformações econômicas que buscavam integrá-la ao mercado mundial através, principalmente, da exportação de produtos agrícolas de grande penetração na Europa. Já no princípio do século XIX, por volta de 1802, a economia paulista era marcada pela proeminência de um setor mercantil-exportador e, complementar a este, um setor produtor de alimentos ou de subsistência. Como bem apontou Maia Costa, estes setores da economia paulista coexistiram e se completaram no decorrer de praticamente toda a primeira metade do Oitocentos, de modo que “ao lado das grandes culturas destinadas ao mercado externo – café, açúcar, algodão – desenvolvem-se a produção de gêneros menores, alimentos⁵⁸⁴”.

Estes alimentos eram exportados para o abastecimento de diferentes centros urbanos, em especial, o Rio de Janeiro. De modo geral, a cultura dos gêneros de subsistência era realizada por pequenos produtores “em terras de posse”. Segundo Maria Theresa Petrone, os posseiros dependiam da Grande Lavoura, uma vez que sua cultura de subsistência se mantinha “nos interstícios das sesmarias enquanto dura o sistema sesmarial entre os grandes domínios organizados posteriormente e nas áreas de terras pobres onde a Grande Lavoura não tem interesse em se instalar⁵⁸⁵”. Assim, a cultura dos mantimentos ou a criação de gado ocupava pioneiramente um novo espaço, ainda que de modo precário, estabelecendo uma infraestrutura mínima para sua produção. Posteriormente, o caráter itinerante da lavoura de subsistência, que demandava terras virgens, aliado à “fome de terra” da lavoura mercantil, sempre em busca de ampliar a produção destinada à exportação, pressionava

⁵⁸⁴ Cf. Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 122.

⁵⁸⁵ Cf. Maria Theresa S. Petrone. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 16.

os posseiros a ocuparem novas áreas localizadas em regiões denominadas “desconhecidas”, onde encontrariam a resistência das populações indígenas que ali habitavam⁵⁸⁶.

Em meados da década de 1830, período em que são instaladas as primeiras Barreiras nas estradas paulistas, os principais portos de exportação da Província de São Paulo eram Santos, Ubatuba, Paranaguá e São Sebastião, comercializando, principalmente, o açúcar, o café, o fumo, o toucinho e a erva mate. O quadro abaixo detalha os valores e principais produtos comercializados através dos portos marítimos no ano financeiro de 1835-36.

Quadro 19: Principais portos de exportação da Província de São Paulo e valores exportados (1835-36)

Porto	Valores (em réis)	%	Principais produtos
Santos	1.714:300\$460	62,74	Açúcar, café, fumo e toucinho
Ubatuba	533:035\$760	19,51	Café e fumo
Paranaguá	197:900\$470	7,24	Erva mate, carne seca e arroz
São Sebastião	184:634\$540	6,76	Café e fumo
Iguape	98:126\$980	3,59	Arroz e moeda em cobre
Cananeia	4:307\$440	0,16	Arroz e farinha de mandioca
Totais	2.732:305\$650	100,00%	-

Fonte: Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo... Op. Cit.*, p. 226-235.

O porto de Santos, sozinho, era responsável por 62,74% de todos os produtos exportados da Província de São Paulo, sendo o açúcar produzido no “quadrilátero” o principal produto, correspondendo a quase 69% do valor exportado naquela praça (1.180:115\$514 réis).

Ao norte da Província, Ubatuba e São Sebastião exportavam o café produzido na região do chamado “Vale do Paraíba”, especialmente, nas vilas de Areias e Bananal. Por Ubatuba, saíram mais de 229 mil arrobas de café (512:245\$500 réis), enquanto por São Sebastião foram mais de 80 mil arrobas (168:398\$600 réis).

Por fim, na porção sul da Província, o porto de Paranaguá exportava a erva mate, que era produto nativo da região. Por aquele porto saíram 84.602 arrobas de erva mate, que renderam um total de 169:204\$000 réis. Convém lembrar, porém, que a principal atividade econômica na região Sul da Província era a criação de gado e o comércio de animais, em especial, os muares que trafegavam e invernavam pelo antigo caminho para o Sul e eram comercializados na feira de Sorocaba⁵⁸⁷.

A imagem a seguir traz um mapa localizando as principais áreas econômicas da Província de São Paulo entre 1835-50.

⁵⁸⁶ Cf. Pierre Mombeig. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* [1952]. São Paulo: Hucitec; Polis, 1998, p. 130-131.

⁵⁸⁷ Para ter-se uma ideia do volume do tráfego de muares no caminho do Sul, a historiadora Maria Theresa Petrone afirma que apenas nas primeiras décadas do século XIX o número de animais variava em torno de 15 e 20 mil animais no triênio 1820-1822, e entre 8 a 14 mil entre 1826-1829. [Ver Maria Theresa Schorer Petrone. Afluxo de gado a Sorocaba e a importância econômica do caminho do sul na década da Independência. In: Revista de História, 94, 2º trimestre de 1973, São Paulo, p. 393-397].

Mapa 26: Áreas econômicas da Província de São Paulo e seus principais produtos (1835-36).

Fonte: Mapa elaborado pelo autor sobre base cartográfica do IBGE: Estados de São Paulo e Paraná (2010), com informações extraídas de Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo...* Op. Cit., p. 124-130.

Além da região que a documentação denomina de “Marinha”, onde estavam localizados os portos que escoavam parte da produção provincial, o mapa acima evidencia a ocorrência de três grandes regiões econômicas: uma localizada a Leste, o chamado “Vale do Paraíba”; outra localizada ao Sul, também conhecida como Caminho do Sul; e a última localizada a Oeste, onde se localizava o “quadrilátero do açúcar”.

Embora a produção cafeeira já registrasse números importantes na região valeparaibana em meados da década de 1830 o açúcar ainda era o principal produto de exportação nos portos da Província de São Paulo. Segundo os dados coligidos por Daniel Pedro Müller, aproximadamente um milhão de arrobas foram escoadas para o porto de Santos no ano financeiro de 1835-36, enquanto a produção cafeeira registrou aproximadamente 390 mil arrobas em todos os portos⁵⁸⁸.

Embora se produzisse algum açúcar em vilas localizadas nas regiões Sul e na Marinha, 97% de toda a produção daquele ano provinha do “quadrilátero do açúcar”. A imagem a seguir traz um mapa localizando as principais vilas açucareiras da Província de São Paulo, indicando as quantidades exportadas ao porto de Santos naquele ano.

⁵⁸⁸ Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 226-235. Cabe registrar, como já apontado em outra parte deste trabalho, que a produção cafeeira do Vale do Paraíba era subsidiária ao Rio de Janeiro, sendo boa parte dela escoada pelos portos fluminenses, tais como Jurumirim, Mambucaba, Itanema e Ariró, todos localizados na vila de Angra dos Reis.

Mapa 27: Principais vilas produtoras de açúcar na Província de São Paulo (1835-36).

Fonte: Mapa elaborado pelo autor sobre base cartográfica do IBGE: Estados de São Paulo e Paraná (2010), com informações extraídas de Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo...* Op. Cit., p. 124-130.

Como se pode verificar, São Carlos (Campinas) e Constituição (Piracicaba) foram os distritos que mais produziram açúcar em 1835-36, com registros de 158.447 e 115.609 arrobas, respectivamente. Depois deles vieram os distritos de Itu (91.965), Porto Feliz (73.113), Capivari (52.193), Moji-Mirim (40.520) e Jundiá (11.800)⁵⁸⁹. Os preços, como já destacado, variavam de acordo com a praça onde o produto era comercializado. Em Piracicaba, a arroba era vendida a 1\$180 réis; já em vilas como Bragança ou Santa Isabel, nos arredores de São Paulo, não saía por menos de 2\$000 réis; enquanto o preço máximo era verificado nos portos de escoamento, aonde o produto custava até 3\$300 réis a arroba, quase três vezes o valor verificado na zona produtora.

Ao se analisar os preços do açúcar em conjunto com o valor cobrado para o transporte da mercadoria, pode-se ter uma ideia precisa do quanto este último onerava o preço do açúcar paulista, chegando até mesmo a inviabilizar sua produção a partir de uma determinada distância do porto.

Segundo dados coligidos por Hernani Maia Costa, o valor cobrado pelo transporte do açúcar entre a cidade de São Paulo e o porto de Santos era, em 1836, de 400\$ réis a arroba; para tropas que partissem da vila de Itu, o preço subia a 720\$ réis; de São Carlos (Campinas) ou Porto Feliz, a 800\$ réis; e da vila de Constituição, chegava a 960\$ réis⁵⁹⁰.

Vê-se, portanto, que o custo de transporte do açúcar das vilas produtoras localizadas na região do “quadrilátero” até o porto de Santos era bastante alto, podendo acrescentar até 81% ao preço mínimo do produto tal como este era comercializado nas vilas produtoras⁵⁹¹. Em boa medida, como já apontava Rafael Tobias de Aguiar em seu discurso ao Conselho da Província em 1834, boa parte desse custo estava relacionado à qualidade das estradas por onde trafegavam as tropas carregadas com o açúcar produzido no planalto. Sobre essas estradas, Daniel Pedro Müller dizia:

São ordinariamente n’esta Província as estradas desvios de charcos, que com alguma arte se poderiam atravessar; descidas rápidas quando nem-um obstáculo se oppoem à sua direção rectilinea; apartamentos para se evitar ou passar algum rio, ou para se irem buscar passagens que dem vão, ou para se aproveitarem de boas pastagens para os animaes de conducção; e muitas vezes o encanamento das enxurradas, que as profunda, tornando-as em escavaçoens de trabalhoso trânsito. Similhantes veredas traçadas sem prevenção e alargadas pelo uso servem ainda de estradas⁵⁹².

Somados às péssimas condições de conservação das estradas, o custo aumentava pela pouca quantidade de ranchos, que nada mais eram que locais de descanso, geralmente abrigados das

⁵⁸⁹ Nas demais regiões da Província, três vilas localizadas no Caminho do Sul produziram 8.930 arrobas (1,6% do total), com destaque para a produção da vila de Itapetininga (5.500 arrobas); já na região da Marinha o destaque ficou por conta da vila de São Sebastião, que produziu 4.955 arrobas de açúcar; por fim, no chamado Vale do Paraíba, a produção totalizou 3.724 arrobas, isto é, apenas 0,7% de toda a produção açucareira paulista. [Ver Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo. Op. Cit.*, p. 124-129].

⁵⁹⁰ Cf. Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 130-131.

⁵⁹¹ Este era o caso da vila de Constituição (Piracicaba), onde o açúcar era comercializado a 1\$180 réis, enquanto o custo de seu transporte, até o porto de Santos, era de 960\$.

⁵⁹² Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 102-103.

intempéries climáticas, onde pernoitavam as tropas após jornadas de dez a doze léguas⁵⁹³. Durante as estações mais chuvosas, a situação do transporte da produção para exportação piorava ainda mais, uma vez que as estradas transformavam-se em verdadeiros atoleiros de difícil trânsito, onde frequentemente se perdiam não apenas as cargas, totalmente encharcadas pelas chuvas, mas até mesmo alguns animais, o que resultava em grandes prejuízos aos produtores. Justamente por essa razão, Hernani Maia Costa afirma que a configuração da infraestrutura viária da Província de São Paulo na década de 1830 tornava antieconômica qualquer iniciativa voltada à produção de gêneros de exportação que fosse empreendida a Oeste de Piracicaba⁵⁹⁴.

A imagem a seguir traz um mapa relacionando os principais distritos produtores de açúcar da Província de São Paulo e suas respectivas distâncias do porto de Santos.

⁵⁹³ A pouca quantidade de ranchos nos caminhos era um dos responsáveis pela queda na qualidade do açúcar durante o transporte desde as zonas produtoras até o porto de Santos. Produto facilmente perecível quando atingido pelas chuvas tão comuns na região da Serra do Mar, o açúcar paulista gozava de uma reputação ruim em relação àquele produzido em outras Províncias, como o do Rio de Janeiro. [Ver Maria Thereza Schorer Petrone. Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado (1817-1829). In: *Revista de História*, vol. XXXVI, n.73, jan./mar. 1969, São Paulo, p.115-138].

⁵⁹⁴ Cf. Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 131.

Mapa 28: Principais distritos produtores de açúcar da Província de São Paulo e suas respectivas distâncias, através da rede viária da época, em relação ao porto de Santos (1835-36).

Fonte: Mapa elaborado pelo autor sobre base cartográfica do IBGE: Estados de São Paulo e Paraná (2010), com informações das distancias extraídas do “Itinerário das principais estradas da Província” de Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 244 A/B.

Até o final da década de 1830, com exceção de algumas vilas que começavam a produzir grandes quantidades de açúcar a algumas dezenas de quilômetros adiante da vila de Constituição – casos de Limeira e Rio Claro, por exemplo – muito pouco açúcar se produziu para além desses núcleos urbanos⁵⁹⁵. Neste período, esta região ainda encontrava-se ocupada pelos pequenos produtores dedicados à cultura de alimentos e a criação de gado.

No entanto, como se verá a seguir, mesmo com as imensas dificuldades verificadas no transporte da produção pelas estradas paulistas entre 1835-50, será justamente a viação ordinária a responsável por garantir à Província uma “infraestrutura viária razoável” até o surgimento das ferrovias, que passariam a escoar produções espalhadas por milhares de quilômetros pelo território paulista⁵⁹⁶. Mais que isso, segundo Maia Costa, a rede de estradas e caminhos desenvolvida no decorrer das primeiras décadas do século XIX foi a “grande orientadora da propagação da ‘onda verde’ pelo interior de São Paulo, balizando o deslocamento do centro geográfico das plantações de café”, sendo responsáveis, anos mais tarde, pelo transporte local ou regional da produção após a instalação da rede ferroviária, convergindo para os terminais das primeiras linhas férreas paulistas⁵⁹⁷.

6.2.2 Localizando as Barreiras paulistas

No final da década de 1970, José Jobson de Andrade Arruda já apontava como a documentação existente acerca das Barreiras paulistas são fontes seguras, com dados numéricos abundantes, que permitem uma gama variada de utilizações pelos estudiosos da História Social e Econômica, especialmente aqueles que se debruçam sobre o tema das estradas como elementos de integração e articulação de mercados regionais ou o estudo da circulação comercial⁵⁹⁸.

Ao se tomar como referência o quadro das principais regiões econômicas de São Paulo, demonstrados acima, compreende-se facilmente a razão que levou a administração provincial a escolher os locais onde se instalaram as Barreiras na Província de São Paulo entre 1835-50. Apenas no primeiro ano de vigência da lei, oito foram estabelecidas nas estradas paulistas, como mostra o quadro abaixo.

⁵⁹⁵ Segundo os dados arrolados por Müller para o ano de 1836, as vilas de Araraquara e Franca, distante cerca de 420 e 540 quilômetros do porto de Santos, respectivamente, registraram produções irrisórias. Enquanto a primeira produziu apenas 440 arrobas para exportação, a segunda foi responsável por quantidade ainda menor, isto é, 272 arrobas. [Ver Daniel Pedro Müller. *Ensaio d’um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 124-130].

⁵⁹⁶ Cf. José Jobson de Andrade Arruda. As Barreiras como fontes primárias para a história da província de São Paulo no século XIX (1835-1892). In: *Memórias da I Semana da História*, Franca, 1979, p. 19.

⁵⁹⁷ Cf. Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 121.

⁵⁹⁸ Cf. José Jobson de Andrade Arruda. As Barreiras de Cubatão, Caraguatatuba, Ubatuba e Cunha: limites e possibilidades da documentação. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1977/1978, tomo XXVIII, p. 82-85.

Quadro 20: Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo, em 1835.

#	Nome da Barreira	Período	Localização Geral
1	Cubatão	1835-1877	Vila de Santos, estrada São Paulo – Santos.
2	Caraguatatuba	1835-1891	Vila de São Sebastião, estrada da Marinha.
3	Ubatuba	1835-1877	Vila de Ubatuba, estrada da Marinha.
4	Taboão da Cunha	1835-1877	Vila de Cunha, estrada para Parati.
5	Banco de Arêas	1835-1878	Município de Bananal, estrada para o Rio de Janeiro.
6	Rio do Braço	1835-1890	Município do Bananal, estrada para o Rio de Janeiro.
7	Curitiba	1835-1854	Vila de Curitiba.
8	Arraial	1835-1849	Vila de Curitiba para Antonina – Morretes.

Fonte: Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, p. 103.

A localização das Barreiras é um ótimo indicador das principais vias por onde escoavam a produção, bem como das regiões economicamente mais ativas da Província. Assim, das oito Barreiras instaladas inicialmente na Província de São Paulo, cinco localizavam-se em estradas subsidiárias ao caminho do Rio de Janeiro, duas em estradas no Caminho do Sul, e uma na estrada de São Paulo – Santos, como indica o mapa a seguir.

Mapa 29: Localização das Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo em 1835.

Fonte: Destaques elaborados pelo autor sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A principal Barreira era a que se estabeleceu no Cubatão de Santos (1) para taxar o tráfego de toda a produção que circulava pelo chamado “Caminho do Mar”. A maior parte dos valores arrecadados decorria do transporte do açúcar produzido no “quadrilátero” e escoado por esta via até o porto de Santos. Em seguida, destacam-se as Barreiras de Caraguatatuba (2), Ubatuba (3) e Cunha (4), que visavam taxar, especialmente, o tráfego das tropas que carregavam o café produzido no Vale do Paraíba, descendo a serra por diferentes caminhos para ser exportado nos portos de São Sebastião, Ubatuba e Parati.

As Barreiras instaladas em Areias (5) e Rio do Braço (6), também estavam relacionadas à produção cafeeira valeparaibana, em especial à produção das vilas de Areias e Bananal, conduzidas por estradas e caminhos que levavam aos portos angrenses. Por fim, as Barreiras instaladas no sul da Província, em Curitiba (7) e Arraial (8), tinham o objetivo de taxar o tráfego de tropas que vinham pelo antigo Caminho do Sul em direção a Sorocaba e, também, o que descia a serra a fim de escoar a produção da região, em especial a erva mate, até o porto de Paranaguá.

Os valores arrecadados aos cofres provinciais pelas Barreiras já no primeiro ano de sua instalação podem ser auferidos através da lei do orçamento provincial do ano de 1835. Da receita total prevista, orçada em 243:700\$000 réis, o montante de 68:200\$000 réis correspondiam a valores provenientes da arrecadação nas Barreiras⁵⁹⁹. Tal soma representa quase 30% de toda a arrecadação provincial prevista para ser recolhida apenas a partir das taxas das Barreiras. O quadro abaixo detalha os valores recolhidos nas principais Barreiras de São Paulo em 1835.

Quadro 21: Valores arrecadados nas Barreiras mais rentáveis da Província de São Paulo, em 1835.

Estrada	1835
Santos	36:000\$000
Areias e Rio de Janeiro	12:000\$000
Bananal a Ilha Grande	4:000\$000
Curitiba a Morretes e Antonina	4:000\$000
São José dos Pinhais para Morretes	2:000\$000
Nova de São Sebastião	2:000\$000

Fonte: Anais da ALPSP, 1835, p. 232-234.

Dado o êxito da arrecadação com as primeiras Barreiras, a administração provincial decretou, no ano de 1836, o estabelecimento de dez novas Barreiras nas estradas paulistas: oito em estradas subsidiárias ao caminho do Sul, mais uma no caminho do Rio de Janeiro e outra na estrada que ia para Minas Gerais, tal como mostra o quadro a seguir.

⁵⁹⁹ Cf. Anais da ALPSP, 1835-1836, p. 222-224.

Quadro 22: Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo, em 1836.

#	Barreira	Período	Localização Geral
9	Ariró	1836-1877	Fronteira do Rio de Janeiro - São Paulo
10	Castro	1836-1853	Estrada do Sul
11	Guaratuba	1836-1853	Estrada para o litoral
12	Guarapuava	1836-1849	Oeste da estrada do sul, campos do mesmo nome
13	Paranaguá	1836-1854	Estrada de São José dos Pinhães
14	Príncipe	1836-1854	Estrada do Sul, em Vila do Príncipe (Lapa)
15	Rio Negro	1836-1854	Estrada do Sul, sobre o rio do mesmo nome
16	São José dos Pinhães	1836-1854	Estrada para o litoral, no Sul.
17	Sorocaba	1836-1851	Rio Sorocaba, na estrada do Sul
18	Juqueri	1836-1859	Rio Atibaia, estrada para Minas Gerais

. Fonte: Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 58.

Se em 1835 as barreiras foram instaladas preferencialmente na região do Vale do Paraíba, visando taxar o tráfego nos caminhos que levavam o café aos principais portos da região, em 1836 a preferência recaiu sobre o caminho do Sul, como mostra a imagem abaixo.

Mapa 30: Localização das Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo em 1836.

Fonte: Destaques elaborados pelo autor sobre o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo

Assim, em 1836, com a adição das novas localidades, a arrecadação prevista com as Barreiras aumentou para 71:600\$00 réis, em uma receita total orçada em 287:690\$000 réis⁶⁰⁰. Daniel Pedro Müller, ao concluir seu *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, em 1837, afirmava que àquela altura os recursos recolhidos através das Barreiras já estavam sendo investidos na construção de duas novas estradas, além da conservação das estradas já existentes:

Como actualmente já se pode contar com os rendimentos das Barreiras que se destina a ser empregado tanto nas estradas que vão ser construídas segundo todos os preceitos da arte como seja a da Serra do Cubatão, e outra para o interior (que julgo ser a de Jundiahy como tronco de outras principaes) [...] e assim também contar-se com as mencionadas rendas para auxiliar a conservação, e mais perfeição nas existentes, e assim irem-se obtendo umas já perfeitas, e outras transitáveis⁶⁰¹.

Portanto, desde os primeiros anos após sua instituição, as Barreiras se converteram em um dos principais instrumentos que “nortearam a reestruturação da política tributária da Província, significando, em alguns momentos, a maior das rendas do orçamento provincial⁶⁰²”. Prova disso é que, entre 1835-40, por exemplo, o valor arrecadado com as taxas de Barreiras esteve sempre entre as três maiores receitas provinciais. O quadro abaixo destaca as receitas que a administração previa arrecadar com o recolhimento de seus principais tributos entre os anos de 1835-40.

Quadro 23: Principais fontes de receitas provinciais previstas para os anos de 1835-40.

Receita / Ano	1835	1836	1837	1838	1839	1840
Estradas	68:200\$	71:600\$	70:800\$	62:600\$	77:000\$	74:800\$
Direito de Saída (Dízimos)	25:000\$	25:000\$	60:000\$	80:000\$	110:000\$	100:000\$
Animais no Registro do Rio Negro	66:000\$	96:000\$	83:000\$	80:000\$	120:000\$	80:738\$
Novo Imposto ou subsídio voluntário	19:600\$	12:000\$	-	-	-	-
Décima dos prédios urbanos	13:400\$	13:500\$	10:000\$	8:000\$	10:000\$	-
1600\$ por cada rês que se corta e do de 320 réis do subsídio literário	14:000\$	16:000\$	16:000\$	12:500\$	15:000\$	15:000\$
Novos impostos sobre os animais de Sorocaba	-	10:000\$	11:500\$	8:000\$	8:000\$	8:000\$
Meia Siza de Escravos	9:000\$	14:000\$	10:016\$	14:000\$	12:000\$	15:000\$

Fonte: Anais da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 1835-40.

No orçamento previsto para 1835, por exemplo, esperava-se que o recolhimento das Barreiras fosse a maior fonte de receita para o Tesouro Provincial e, nos anos seguintes (1836-37), a segunda maior, sendo inferior apenas aos valores arrecadados com o tributo sobre os animais que passavam pelo Registro do Rio Negro. Considerando-se os valores efetivamente arrecadados pelos cofres provinciais, as Barreiras chegaram a representar, em alguns anos, praticamente 40% de toda a arrecadação provincial, como demonstra o quadro comparativo destacado a seguir.

⁶⁰⁰ Cf. Anais da ALPSP, 1835-1836.

⁶⁰¹ Cf. Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 103-104.

⁶⁰² Cf. Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 225.

Quadro 24: Comparativo entre as receitas arrecadadas e a renda obtida com as taxas de Barreiras (1835-50).

Exercício	Receita Arrecadada	Renda com Barreiras	% Barreiras
1835-36	292:701\$350	-	-
1836-37	338:289\$390	132:236\$690	39%
1837-38	436:044\$150	141:515\$700	32%
1838-39	315:903\$550	67:688\$260	21%
1839-40	430:728\$160	115:325\$220	27%
1840-41	326:429\$780	23:263\$260	7%
1841-42	405:418\$870	129:076\$400	32%
1842-43	292:913\$820	-	-
1843-44	327:312\$140	-	-
1844-45	408:516\$050	71:102\$460	17%
1845-46	574:138\$540	182:718\$480	32%
1846-47	706:223\$320	181:883\$380	26%
1847-48	571:828\$130	151:461\$320	26%
1848-49	431:746\$030	109:313\$370	26%
1848-49	457:922\$430	161:035\$220	35%
Totais =====>	6.313:115\$710	1.466:619\$760	23%

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 177-207.

Grande parte do êxito de arrecadação deve-se, também, ao número considerável de Barreiras criadas nesses primeiros quinze anos desde que a lei entrou em vigor, em 1835. No entanto, se para a administração provincial as Barreiras garantiram recursos necessários para o investimento na ampliação da infraestrutura viária, a reação dos tropeiros em relação às taxas cobradas nos caminhos era, invariavelmente, de resistência, quer através de reclamações feitas diretamente à administração, quer por desvios das estradas que continham Barreiras.

É interessante observar que, quando havia alguma opção, as tropas seguiam por caminhos alternativos onde não haviam se estabelecido postos fiscais. Obviamente, o que se pretendia com tal procedimento era fugir do pagamento das taxas de Barreira, no intuito de economizar alguns milhares de réis, já que os produtores pagavam um preço fechado pelo frete. Na região da divisa entre as Províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, por exemplo, o governo havia instalado apenas cinco Barreiras em 1835. No entanto, a região era recortada por alguns caminhos alternativos que permitiam a burla dos postos fiscais. Atento às estratégias de fuga empreendidas pelos tropeiros, a administração multiplicou as Barreiras na região, como relatava o presidente Venâncio José Lisboa em seu discurso à Assembleia Legislativa Provincial a 7 de janeiro de 1839:

Mandei estabelecer barreiras nos Registros da Várzea Grande de Mambucaba, em Arêas; da Serra de Mambucaba, em Cunha; do Ariró e Serra da Carioca, no Bananal, por constar-me que as tropas procuram sempre passar por estes Registros, afim de subtraírem-se seus donos ao pagamento dos respectivos direitos da Barreira que se acha estabelecida no Banco de Arêa⁶⁰³.

⁶⁰³ Cf. Anais da ALPSP, 1838-1841, p. 240.

Justifica-se, desta forma, o estabelecimento de cinco das seis Barreiras criadas entre os anos de 1837-39 na região da divisa entre São Paulo e o Rio de Janeiro. Além dessas seis, outras nove barreiras foram criadas até o ano de 1850, totalizando as 33 Barreiras criadas no período, tal como mostra o quadro a seguir.

Quadro 25: Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo entre 1837-50.

#	Barreira	Período	Localização Geral
1	Cubatão	1835-1877	Vila de Santos, estrada São Paulo – Santos.
2	Caraguatatuba	1835-1891	Vila de São Sebastião, estrada da Marinha.
3	Ubatuba	1835-1877	Vila de Ubatuba, estrada da Marinha.
4	Taboão da Cunha	1835-1877	Vila de Cunha, estrada para Parati.
5	Banco de Arêas	1835-1878	Município de Bananal, estrada para o Rio de Janeiro.
6	Rio do Braço	1835-1890	Município do Bananal, estrada para o Rio de Janeiro.
7	Curitiba	1835-1854	Vila de Curitiba.
8	Arraial	1835-1849	Vila de Curitiba para Antonina – Morretes.
9	Ariró	1836-1877	Fronteira do Rio de Janeiro - São Paulo
10	Castro	1836-1853	Estrada do Sul
11	Guaratuba	1836-1853	Estrada para o litoral
12	Guarapuava	1836-1849	Oeste da estrada do sul, campos do mesmo nome
13	Paranaguá	1836-1854	Estrada de São José dos Pinhães
14	Príncipe	1836-1854	Estrada do Sul, em Vila do Príncipe (Lapa)
15	Rio Negro	1836-1854	Estrada do Sul, sobre o rio do mesmo nome
16	São José dos Pinhães	1836-1854	Estrada para o litoral, no Sul.
17	Sorocaba	1836-1851	Rio Sorocaba, na estrada do Sul
18	Juqueri	1836-1859	Rio Atibaia, estrada para Minas Gerais
19	Carioca	1837-1878	Serra da Carioca, estrada para o Rio de Janeiro
20	Ribeirão da Serra	1837-1877	Serra da Mambucaba, estrada para o Rio de Janeiro
21	Regato das Minhocas	1837-1841	Serra da Mambucaba, estrada para o Rio de Janeiro
22	São Vicente	1837-1847	Estrada do Litoral, para o Sul
23	Figueira	1839-1882	Vale do Paraíba, estrada de Guaratinguetá
24	Rio de Onça	1839-1870	Estrada São Paulo - Rio de Janeiro
25	Freguesia	1840-1866	Freguesia do Ó
26	Itanhaém	1841-1849	Estrada do Litoral, para o Sul
27	Villa Bela	1841-1862	Vila de São Sebastião, estrada da Marinha
28	Itoupava	1843-1854	Estrada do Sul
29	Guarulhos	1845-1857	Estrada para o Rio de Janeiro
30	Rio do Pinto	1845-1854	Estrada do Sul
31	Paranapanema	1847-1856	Rio Paranapanema
32	Xiririca	1847-1856	Estrada de Paranapanema a Xiririca (Eldorado)
33	Itapetininga	1849-1873	Rio Itapetininga, estrada do Sul

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Daniel Pedro Müller. *Ensajo d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, p. 103 e Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 58-60.

Dentre todas as Barreiras criadas no período, a localizada no Caminho do Mar era a mais rentável para o Tesouro Provincial, sendo a estrada que ligava a região do planalto ao porto de Santos, igualmente, a que mais demandava os recursos arrecadados para manutenção, melhorias e, até mesmo, a criação de uma nova estrada. Entre os anos de 1835-50, com exceção de algumas lacunas apresentadas pela documentação, a estrada de Santos demandou mais de 506 contos de réis, ou 40% de toda a arrecadação com as taxas de Barreiras no período, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 26: Comparativo das rendas arrecadadas com taxas de Barreira e as despesas realizadas com as estradas provinciais e a estrada de Santos no período de 1835-50.

Exercício	Renda com Barreiras	Despesas com Estradas de Barreira	Despesas autorizadas p/ estrada de Santos	% gasto na estrada de Santos
1835-36	-	-	-	-
1836-37	132.236,69	64.990,99	36.000,00	55%
1837-38	141.515,70	109.739,52	38.000,00	35%
1838-39	67.688,26	94.895,57	25.000,00	26%
1839-40	115.325,22	113.605,03	25.000,00	22%
1840-41	23.263,26	-	61.000,00	-
1841-42	129.076,40	149.114,30	70.000,00	47%
1842-43	-	-	-	-
1843-44	-	-	-	-
1844-45	171.102,46	151.553,01	60.000,00	40%
1845-46	182.718,48	172.625,92	100.000,00	58%
1846-47	181.883,38	179.896,09	91.000,00	51%
1847-48	151.461,32	139.869,06	-	-
1848-49	109.313,37	104.073,75	-	-
Totais:	1.305:584\$540	1.280:363\$240	506:000\$000	40%

. Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Anais da ALPSP, 1835-1850 e Hernani Maia Costa. *As Barreiras de São Paulo... Op. Cit.*, p. 177-207.

Assim, para facilitar a contabilidade dos valores arrecadados nas estradas de cada região da Província, as Barreiras paulistas do século XIX foram classificadas pelo Tesouro Provincial em *Barreiras do Norte*, instaladas na estrada que ia para o Rio de Janeiro e nas que iam para o litoral norte da Província; *Barreira da Marinha*, instalada no Cubatão de Santos; e *Barreiras do Sul*, instaladas nas estradas que iam para Minas Gerais, Goiás e Caminho do Sul e suas ramificações.

Destarte, considerando-se as 33 Barreiras instaladas entre 1835-50, pode-se distribuí-las segundo a classificação do Tesouro Provincial em treze Barreiras do Norte, uma Barreira da Marinha e dezenove Barreiras do Sul. O mapa a seguir traz a localização de todas as Barreiras instaladas na Província de São Paulo entre 1835-50, indicando a classificação das mesmas segundo o Tesouro Provincial paulista.

Mapa 31: Localização das Barreiras estabelecidas na Província de São Paulo entre 1835-50.

Fonte: Destaques elaborados pelo autor sobre o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Vê-se, portanto, como já indicava Daniel Pedro Müller em 1837, que as Barreiras permitiram à administração provincial adquirir rapidamente os meios para a obtenção de recursos que seriam revertidos na manutenção e crescimento da rede viária. Não é coincidência, como bem observou Dolhnikoff, que entre 1837-51 a malha viária paulista ampliou cerca de 70% de seu tamanho com a construção de 25 novas estradas e ramificações em apenas catorze anos⁶⁰⁴.

Desta maneira, o problema de recursos para investir na manutenção e ampliação da rede viária, destacado em 1834 por Rafael Tobias de Aguiar como um dos principais entraves ao desenvolvimento da Província, começou a se resolver efetivamente a partir da promulgação da Lei nº 11, de 1835, que instituiu as Barreiras. Faltava, contudo, solucionar outro problema intrinsicamente relacionado ao melhoramento da rede viária paulista: a carência de mão de obra para o planejamento e direção das obras públicas provinciais, isto é, os engenheiros que se responsabilizariam pela construção e manutenção das estradas, pontes e calçadas pela qual a administração tanto ansiava.

6.3 Gabinete Topográfico de São Paulo: uma vida efêmera e intermitente.

Antes de se iniciar a reconstituição da trajetória do Gabinete Topográfico da Imperial Cidade de São Paulo, convém recobrar, ainda que em breves traços, como se dava a formação de engenheiros militares em Portugal e na América portuguesa durante o período colonial.

Desde o século XVI e até boa parte do século XVIII, quando os jesuítas foram expulsos dos domínios portugueses (1759), coube justamente aos colégios da Companhia de Jesus o papel quase exclusivo de centros de ensino na Colônia. De modo geral, eram nesses colégios que os filhos dos colonos mais abastados recebiam aulas de gramática latina, retórica, filosofia e teologia⁶⁰⁵.

O ensino de disciplinas ligadas ao exercício da engenharia, especialmente a matemática, também esteve nas mãos dos jesuítas, bem como de alguns professores estrangeiros durante parte do período colonial⁶⁰⁶. Em Portugal, a primeira instituição voltada ao ensino da Arquitetura

⁶⁰⁴ Segundo Dolhnikoff, o resultado da política viária tocada pela administração provincial paulista a partir de 1835 pode ser aferida pela comparação entre a malha existente em 1837 e aquela de 1851: “No mapa viário elaborado por Daniel Pedro Müller, naquele ano de 1837, pode-se contar 36 estradas e ramificações. Já em 1851 o relatório sobre o estado das obras públicas, apresentado ao presidente da província pelo Conselho de Engenheiros do governo, menciona 25 novas estradas que não constam no mapa de Müller, o que significa ter o governo provincial [...] aumentado em aproximadamente 70% a rede viária paulista, num ritmo de crescimento médio anual de 5%, mantido por quase uma década e meia pelos recursos provinciais”. [Ver Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial... Op. Cit.*, p. 172].

⁶⁰⁵ Cf. Guilherme Pereira das Neves. *Aulas... Op. Cit.*, p. 55.

⁶⁰⁶ O General Lyra Tavares observa que os italianos, sobretudo, “conservaram o caráter cosmopolita da, então, ciência da Fortificação, sendo os jesuítas da Itália os que, em toda Península Ibérica, a ensinavam durante o século XVII”. [Ver Aurélio de Lyra Tavares. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p. 33].

Militar⁶⁰⁷ foi a Escola Particular de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira⁶⁰⁸ (1562/1568/1573), enquanto na América portuguesa, a referência mais antiga que se tem notícia é a contratação do holandês Miguel Timermans, “engenheiro de fogo”, que aqui esteve de 1648 a 1650, “encarregado de formar discípulos aptos para os trabalhos de fortificações e de ensinar sua arte e ciência⁶⁰⁹”.

Ainda no século XVII, verificou-se que o capitão Gregório Gomes Henriques veio a América no ano de 1694 incumbido de “ensinar aos condestáveis e artilheiros do Rio de Janeiro⁶¹⁰”. Cinco anos mais tarde, recebe o encargo de dirigir a “Aula de Fortificação” no Rio de Janeiro, aonde ensinava a “arte de desenhar e erigir fortificações” a pelo menos “três discípulos de partido”, ou “partidistas⁶¹¹”, como eram chamados.

No entanto, com a ascensão de d. José I ao trono português, em 1750, e de seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, teve início uma série de reformas que tiveram grande impacto no campo da educação tanto na metrópole quanto nas colônias⁶¹². Além da reforma educacional, é importante lembrar que nessa mesma época também houve uma grande reorganização militar em Portugal, aos cuidados de Wilhelm zu Schaumburg-Lippe, o Conde de Lippe⁶¹³. Segundo Lyra Tavares, foi a partir dessa reorganização que se criaram os regimentos das três Armas; que se reorganizou inteiramente a Artilharia e que se traduziu e adotou, no Exército, as ordenanças

⁶⁰⁷ Ao caracterizar o Engenheiro português, Beatriz Bueno destaca que “a melhor descrição do perfil desse profissional” foi feita por Manoel de Azevedo Fortes em seu tratado *O Engenheiro Portuguez*. Nele Azevedo Fortes refere-se à profissão do engenheiro utilizando a expressão *Architettura Militar*. Foi apenas na segunda metade do século XVIII que registrou-se o uso da expressão “engenharia militar”. [Ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e Desígnio... Op. Cit.*, p. 129].

⁶⁰⁸ Segundo Bueno: “essa instituição foi criada para a instrução do jovem rei D. Sebastião e de alguns poucos jovens nobres destinados a ocupar posições de mando no reino e nas conquistas”. Contudo, continua a autora, “esse ensino, restrito a uma elite, foi interrompido no tempo dos Felipes (1583) e reintroduzido por Luiz Serrão Pimentel (1613-1678) entre os anos de 1641 a 1647”. [Ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e Desígnio... Op. Cit.*, p. 131].

⁶⁰⁹ Cf. Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, p. 83-85. Beatriz Bueno também chama atenção para a contratação do engenheiro-militar holandês Miguel Timermans, descrevendo-a como uma “experiência esporádica de preparação de aprendizes na Conquista”, tendo sido este militar “incumbido de preparar 24 alunos para a função de engenheiro”. [Ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e desígnio... Op. Cit.*, p. 219]

⁶¹⁰ Cf. Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Engenharia no Brasil... Op. Cit.*, p. 83-85.

⁶¹¹ Os *partidistas* eram “jovens membros da estrutura do exército com especial talento para a profissão – que recebiam remuneração para tanto e eram anualmente examinados”. [Ver Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *Desenho e desígnio... Op. Cit.*, p. 220].

⁶¹² Além da expulsão dos inicianos dos domínios portugueses, em 1759, foram publicadas novas Instruções para os professores e criou-se o cargo de diretor-geral dos estudos, responsável pela aprovação dos novos livros didáticos e a realização de concursos para licenciar os mestres e provê-los nos lugares de gramática latina, grego e retórica, que acabavam de ser criados. As maiores modificações, no entanto, viriam a partir de 1768, quando foi criada a Real Mesa Censória e renovada a Universidade de Coimbra, além das “Aulas Régias” terem sido multiplicadas, com a introdução das cadeiras de ler e escrever e o estabelecimento de um tributo específico para financiar o empreendimento, o subsídio literário. [Ver Guilherme Pereira das Neves. *Aulas... Op. Cit.*, p. 55-58].

⁶¹³ Wilhelm Friedrich Ernst zu Schaumburg-Lippe, nascido em Londres aos 9 de janeiro de 1724, foi um militar e político de origem germânica a serviço do exército português. Encarregado de realizar uma reorganização militar no Exército português cuja primeira tarefa seria formar o Corpo de Engenheiros para libertar o exército da dependência de religiosos e estrangeiros, o que era considerado imperativo para a segurança do Estado. Faleceu em Wolpinghausen aos 10 de setembro de 1777.

prussianas, passando a Artilharia a ser uma Arma independente e científica em Portugal. Dessa forma, surgiram as aulas de Matemática e suas aplicações à profissão de Artilharia⁶¹⁴.

Em 1767, após todas essas reformas, a “Aula” que havia sido criada no começo do século no Rio de Janeiro passou a denominar-se “Aula do Regimento de Artilharia do Rio de Janeiro”, sendo ampliada, em 1774, para abranger a nova Cadeira de Arquitetura Militar⁶¹⁵. A partir de então, a Coroa passa a enviar oficiais formados em academias portuguesas de modo mais constante, visando ensinar “aulistas” pré-selecionados pelo vice-rei a fim de aumentar o número de oficiais engenheiros a serviço na Colônia⁶¹⁶.

Com a morte de d. José I (1777) e a consequente queda do Marquês de Pombal, no entanto, houve uma nova reforma no Ensino Militar em Portugal. Dentre as principais modificações destacam-se a instalação da Academia Real de Marinha no antigo Real Colégio dos Nobres e a obrigatoriedade deste curso não só aos candidatos à Marinha, mas também aos oficiais engenheiros. Para tanto, a grade curricular passou a abranger disciplinas como: Aritmética, Geometria, Trigonometria Plana, Cálculo e suas aplicações à Estática, Hidráulica e Ótica.

Ao que parece, a reforma não surtiu os efeitos esperados quanto à preparação dos oficiais engenheiros, uma vez que em janeiro de 1790, d. Maria I já ordenava “a criação da Academia Real de Fortificação e Desenho, para restabelecer e promover a instrução de um corpo tão essencial ao Exército⁶¹⁷”. Dois anos mais tarde, no Rio de Janeiro, cria-se uma instituição congênere à portuguesa: a Real Academia de Fortificação e Desenho.

No âmbito da difusão da cultura científica, outras instituições tiveram importância destacada. Em 1779, a Academia Real das Ciências de Lisboa é fundada, sendo que em 1787 ela inaugura seu próprio Observatório Astronômico, instalado no Castelo de São Jorge⁶¹⁸. Em 1798, criou-se a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares, por iniciativa de d. Rodrigo de Souza Coutinho. Segundo Kantor, era a primeira vez que a Coroa portuguesa estabelecia uma política oficial de impressão e comercialização de mapas em seus domínios⁶¹⁹.

A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro ajudou a consolidar esse processo de modernização do Estado segundo as premissas iluministas, cujo início remonta ao

⁶¹⁴ Cf. Aurélio de Lyra Tavares. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil... Op. Cit.*, p. 33-34.

⁶¹⁵ Cf. Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Engenharia no Brasil... Op. Cit.*, p. 86.

⁶¹⁶ Cf. Aurélio de Lyra Tavares. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil... Op. Cit.*, p. 50-51.

⁶¹⁷ Por este decreto eram transferidos ao Real Corpo de Engenheiros todos os oficiais que serviam na Academia Real de Fortificação e Desenho que, assim, passariam a compor um novo corpo, denominado Corpo de Oficiais Engenheiros. [Ver Aurélio de Lyra Tavares. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil... Op. Cit.*, p. 53].

⁶¹⁸ Cf. Iris Kantor. *Cultura cartográfica e gestão territorial... Op. Cit.*, p. 242.

⁶¹⁹ Idem, p. 240.

período pombalino (1750-77)⁶²⁰. No que se refere ao plano das instituições científicas, acadêmicas e culturais, a Imprensa Régia desembarcou junto com a Corte e, além dos atos Governo, passou a publicar livros, manuais e folhetos de diversos autores nacionais e estrangeiros, tornando mais fácil o acesso a alguns livros, especialmente na área da Economia Política, como os de Adam Smith e José da Silva Lisboa, traduções de obras francesas e inglesas na área das ciências exatas; ou ainda, manuais franceses que seriam utilizados no curso da Academia Militar⁶²¹. Ainda naquele ano, foi criado o Arquivo Real Militar, cuja missão era produzir uma nova cartografia para a Colônia e dois anos mais tarde, em 1810, graças aos esforços pessoais de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, criava-se a Academia Militar do Rio de Janeiro, destinada ao “ensino de oficiais artilheiros e engenheiros geógrafos e topógrafos a serem aproveitados na direção dos trabalhos de minas e obras públicas⁶²²”.

O currículo escolar completo da Academia Real Militar tinha duração de sete anos, sendo que os oficiais de engenharia e artilharia deveriam cumpri-lo integralmente, inclusive um ano de curso de *ponts e chaussées*, para que fossem dotados de “habilidade para construir a infraestrutura comunicacional então desejada e integrar militar e comercialmente as diversas capitânicas do Brasil⁶²³”. A inclusão das matérias de engenharia civil em uma Academia Militar visava, sobretudo, a formação de um quadro técnico apto a dirigir a construção das obras públicas, em especial, das estradas, pontes, canais e calçadas.

Após a Independência, a Academia Real Militar muda seu nome para Academia Imperial Militar e, em 1831, teve anexada à sua escola a Academia de Marinha, passando a adotar o nome de Academia Militar e de Marinha. Segundo Silvana Pettinato Lúcio, foi a partir deste momento que se tentou instalar, além do curso militar, cursos de Matemática, Pontes e Calçadas e Construção Naval, o que acabaria se caracterizando como a primeira tentativa de ensino da Engenharia Civil independente da Engenharia Militar e no primeiro curso de engenharia especializada no Brasil. No entanto, nenhum dos cursos foi instalado. Em 1839 o nome da escola foi novamente alterado, dessa

⁶²⁰ Cf. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. As ciências e a construção do território do Brasil. In: Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 195,

⁶²¹ Rubens Borba de Moraes aponta o importante papel da Imprensa Régia na divulgação das ciências e no auxílio que prestou ao ensino superior: “A criação de uma série de estabelecimentos de ensino científico no Rio, logo nos primeiros meses após a chegada da Corte, inaugura no Brasil a aplicação e a divulgação das ciências. [...] Na Academia Real Militar as matérias ensinadas eram matemática, física, química, astronomia, ótica, mineralogia e ciências naturais. [...] Mas não bastava criar a Academia e nomear os lentes; era preciso ter livros para os alunos. Surgia no Brasil o problema do livro didático. Para resolvê-lo a Imprensa Régia publicou uma série de manuais franceses para uso dos alunos. [...] O empenho do governo em resolver o problema é tão patente, que em 1809, antes mesmo de fundar a Academia Militar, já se providenciara a abertura das chapas para as gravuras dos *Elementos de Geometria* e se publicara o *Tratado de Trigonometria*, ambas as obras de Legendre. Os livros usados pelos alunos da Academia eram os mais modernos; alguns tinham aparecido em França poucos anos antes”. [Ver Rubens Borba de Moraes. A Imprensa Régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: Ana Maria de Almeida Camargo; Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp; Kosmos, 1993, v.1, p. XXIII-XXV].

⁶²² Cf. Aurélio de Lyra Tavares. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil... Op. Cit.*, p. 69-70.

⁶²³ Cf. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. *As ciências e a construção do território do Brasil... Op. Cit.*, p. 198.

vez para Escola Militar da Corte e três anos mais tarde, após nova reformulação, o curso da Escola Militar passou a conter disciplinas da Engenharia Civil⁶²⁴.

6.3.1 Na Capitania de São Paulo (1765-1822)

Há poucas notícias a respeito do ensino de matemática, geometria, astronomia e da formação de engenheiros em São Paulo no período que antecede a restauração da Capitania, em 1765. Sabe-se apenas que os jesuítas eram responsáveis por preparar os jovens que iriam dar prosseguimento a seus estudos na Europa.

Segundo Aluísio de Almeida, pseudônimo do Monsenhor Luís Castanho de Almeida, após a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, em 1759, e com a restauração da Capitania de São Paulo, seis anos mais tarde, os franciscanos assumiram um papel educacional mais ativo e passaram a dar aulas públicas de Geometria em seu convento, localizado na capital paulista⁶²⁵.

Além desta iniciativa, sabe-se que o mesmo Morgado de Mateus, em 1770, tentou estabelecer uma “Aula de Geometria” na capital destinada apenas aos soldados paulistas. No entanto, um ano mais tarde, como não obteve candidatos a frequentar a dita aula, tentou estimular as matrículas oferecendo isenção do alistamento como soldados pagos contra a sua vontade a todos que se candidatassem. Mais que isso, estendeu o público do curso a “todos os estudantes e pessoas conhecidamente curiosas”. Mesmo assim o governador não teve êxito em seu intento, uma vez que tal “Aula de Geometria” não foi mencionada no arrazoado elaborado anos mais tarde pelo Capitão General Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça a respeito do ensino público na Capitania de São Paulo no final do século XVIII⁶²⁶.

Nos primeiros anos do século XIX, porém, verificou-se a existência de um curso destinado aos oficiais da “Brigada de Artilheria”, que até contava com um “Lente” designado para dar as aulas das respectivas matérias. Tal curso, ao que parece, foi criado pelo governador Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça (1798-1802), mas que segundo informações do capitão-general que o sucedeu, Franca e Horta, havia sido abandonado pelo professor, “ficando todos os Discípulos em estado q. nem Arithmética sabião⁶²⁷”. Como destacado previamente, Antônio José da

⁶²⁴ Cf. Silvana Maria Tercila Pettinato Lúcio. Um Interlúdio Progressista: a Repartição das Obras Públicas da Província de Pernambuco Organizada Segundo o Sistema do *Corps des Ponts et Chaussées* (1842 – 1846). In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 11, 2010, Vitória-ES, *Anais...*, Vitória: UFES, 2010. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1310>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

⁶²⁵ Aluísio de Almeida faz referência a umas aulas de geometria lecionadas pelo Frei José do Amor Divino Mariano a pedido do Morgado de Mateus. [Ver Monsenhor Luís Castanho de Almeida. São Paulo: formosa sem dote? In: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.). Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2013, p. 46].

⁶²⁶ Cf. Heloísa Liberalli Bellotto. *Autoridade e conflito no Brasil colonial... Op. Cit.*, p. 211-212.

⁶²⁷ DIPHCSP, vol. 94, p. 123.

Franca e Horta restabeleceu este curso, designando seu ajudante de ordens, Daniel Pedro Müller, para “Lente da Aula de Desenho”. Deste curso, como se viu, saíram alguns dos oficiais engenheiros que ainda trabalharam na Capitania de São Paulo a serviço de d. João VI, tais como Rufino José Felizardo e José Marcelino de Vasconcellos.

Após este período e até a organização do Gabinete Topográfico de São Paulo, em 1835, mais nenhuma referência se encontrou a respeito do estabelecimento de “Aulas” ou outras instituições voltadas à formação de quadros técnicos para dirigir as obras públicas da Capitania, depois Província de São Paulo.

6.3.2 O Gabinete Topográfico de São Paulo: primeira fase (1835-38)

A viabilização da criação de uma escola destinada a formar, na própria Província, engenheiros aptos a dirigirem a manutenção e construção de novas estradas está diretamente relacionada às transformações políticas, no âmbito nacional, que determinaram a criação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, em 1835. Com a relativa autonomia política e tributária determinada pelo Ato Adicional de 1834, as elites locais, na figura dos deputados provinciais, puderam instituir e recolher tributos, além de planejar o orçamento, priorizando os investimentos que ela própria julgasse mais relevantes para o desenvolvimento da Província.

Neste cenário, como se buscou demonstrar, a conservação e ampliação da rede viária paulista foram alvos da atenção da administração, sendo um dos principais focos de investimento das receitas arrecadadas pelo Tesouro Provincial. Para tanto, já nos primeiros meses de funcionamento da Assembleia os deputados determinaram a criação das Barreiras, cuja arrecadação seria integralmente revertida na conservação e desenvolvimento da infraestrutura viária.

Assim, resolvido inicialmente o problema dos recursos a serem investidos na construção das obras públicas, cabia ainda solucionar a questão da carência de mão-de-obra especializada para o planejamento e direção dessas obras, isto é, a falta de engenheiros. Até então, os profissionais a serviço da administração provincial haviam sido formados em academias europeias, como Daniel Pedro Müller, ou, quando muito, no Rio de Janeiro, como Antônio Rodrigues Montesinho. Os poucos oficiais que haviam se formado em “Aulas” realizadas na própria capital paulista, como se viu, eram frutos de experiências pontuais tentadas por diferentes capitães-generais no decorrer das primeiras décadas do século XIX.

No entanto, além das já mencionadas autonomia política e tributária, o Ato Adicional de 1834, em seu artigo 10º, estabeleceu que às novas Assembleias Legislativas Provinciais também se responsabilizariam por legislar “sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-

la⁶²⁸”, abrindo a possibilidade das administrações provinciais criarem estabelecimentos de formação profissional segundo suas necessidades e prioridades. A criação do Gabinete Topográfico da Província de São Paulo se insere justamente neste contexto.

Aos 30 de janeiro de 1835, em uma das salas do antigo palácio do Governo, os deputados eleitos para a primeira legislatura da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo deram início à primeira sessão preparatória, inaugurando aquela casa legislativa⁶²⁹. Na sessão seguinte, elegeram a primeira mesa diretora da casa, dando a presidência da mesa diretora a Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, e as secretarias a Manoel Dias de Toledo e Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. Tal escolha indica o prestígio que gozava, àquela altura, o grupo liderado pelo próprio Vergueiro, Rafael Tobias de Aguiar, Diogo Feijó e Paula Sousa, dentre outros, e que posteriormente ficou conhecido como “Partido Paulista” ou, muitos anos mais tarde, de “Partido Liberal”.

Após a composição da mesa diretora, a Assembleia passaria a realizar as sessões ordinárias nas quais seriam discutidas e promulgadas as novas leis provinciais. Logo nos primeiros dias de trabalho, durante a 17ª sessão ordinária da Assembleia, realizada em 25 de fevereiro de 1835, o presidente da casa, Nicolau de Campos Vergueiro, apresentou a seus pares o projeto nº 17, que previa a criação do Gabinete Topográfico⁶³⁰. Tendo o projeto sido aprovado nas três discussões regimentais, dias mais tarde, na 32ª sessão ordinária, que discutia o orçamento para o ano, o deputado Francisco de Paula Souza e Mello, representante da Comissão da Fazenda, determinou que para aquele ano de 1835 já fosse destinado o valor de 2:000\$000 réis para a organização e instalação do Gabinete Topográfico⁶³¹.

Destarte, coube a Rafael Tobias de Aguiar, então presidente da Província, sancionar a Lei número 10, de 24 de março de 1835, que previa a criação do Gabinete Topográfico⁶³². Segundo o texto original do primeiro artigo dessa lei:

- Art. 1º. Haverá na capital da província um gabinete topografico, contendo:
- 1º Um diretor;
 - 2º Uma escola para estradas;
 - 3º Os instrumentos necessarios para trabalhos geodésicos;
 - 4º A collecção de todos os documentos topograficos da província, que se puder obter;
 - 5º Uma bibliotheca analoga ao estabellecimento⁶³³.

⁶²⁸ BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1834, p. 17.

⁶²⁹ *Anais da ALPSP*, 1835, p. 30-34.

⁶³⁰ *Anais da ALPSP*, 1835, p. 77-79.

⁶³¹ *Anais da ALPSP*, 1835, p. 127. O valor de 2:000\$000 aparece previsto no orçamento de 1835 sob a rubrica “Estação encarregada das Rendas Provinciais e da exação das mesmas”. Nos dois anos seguintes, já aparecerá sob “Instrucção Pública”.

⁶³² SÃO PAULO (Província). Lei nº 10, de 24 de março de 1835. *Cria nesta capital um gabinete topográfico*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.10.%20de%2024.03.1835.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2012. Este documento encontra-se integralmente transcrito no Anexo H desta dissertação.

⁶³³ *Idem*, p. 207.

Observa-se já pelo primeiro artigo da Lei que o Gabinete Topográfico proposto pelos deputados deveria ser mais do que uma “escola para estradas”. A ideia era criar uma repartição provincial de obras públicas que, dentre outros equipamentos previstos em sua estrutura, mantivesse uma escola para a formação de engenheiros construtores de estradas⁶³⁴.

No encerramento dos trabalhos da Assembleia Legislativa para o ano de 1835, o presidente da casa, Nicolau de Campos Vergueiro, fez o discurso congratulando seus pares pelo trabalho realizado. Ao resumir as leis mais importantes que haviam acabado de aprovar, não deixa de mencionar aquela que previa a criação do Gabinete Topográfico e o fim que os deputados esperavam que esse estabelecimento cumprisse:

[...] para se executarem com acerto os muitos trabalhos de estradas a emprehender, criou-se um Gabinete Topográfico, onde se reunirão todas as observações, e se abra uma escola de instrução prática⁶³⁵.

No entanto, ainda que os deputados tivessem determinado a criação do Gabinete assim que a casa começou a funcionar, foi necessário mais de um ano para que este estabelecimento entrasse em funcionamento. Na abertura dos trabalhos do segundo ano da primeira legislatura da Assembleia, em janeiro de 1836, como o Gabinete ainda não havia se instalado, o novo presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro (1835-1836), justificava em seu discurso aos deputados que “o governo esperava installal-o [Gabinete Topográfico] brevemente, e já não o fôra por falta de uma sala conveniente⁶³⁶”.

Assim, a fim de que finalmente se providenciasse a organização, instalação e abertura do Gabinete Topográfico, a administração provincial nomeou um diretor para o estabelecimento, o tenente coronel José Marcelino de Vasconcelos, como demonstra ofício datado de 14 de julho de 1836 que o próprio Vasconcelos enviou ao presidente da Província aceitando sua nomeação:

Recebi a portaria datada ao 1º. do corrente, com que V. Exa. me honrou nomeando me Diretor do Gabinete Topographico criado em virtude da lei provincial de 14 de março do anno passado Nº. 13, e aceitando-a com satisfação, espero prehencher a expectação de V. Exa. quanto as minhas fracas forças e meios permitirem⁶³⁷.

Seguramente, pela formação e experiência de Daniel Pedro Müller, ele teria sido o profissional mais indicado para dirigir o Gabinete Topográfico naquele momento. Porém, entre os anos de 1836 e 1837, Müller estava completamente envolvido com as atividades de direção e

⁶³⁴ O texto do Projeto de Lei que previa a criação do Gabinete Topográfico era mais explícito em relação a isso. Os artigos 1º e 2º diziam: “Haverá na Capital da Província um Gabinete Topographico bem provido dos Instrumentos próprios para tirar plantas, e nivelamentos para estrada. N’elle se arquivarão todos os mappas, observações e memorias Topographicas da Província e haverá mais uma Bibliotheca análoga ao estabelecimento. Será anexa a este Gabinete uma escola em que se ensinem as regras práticas e indispensáveis para levantar plantas, tirar nivelamentos e construir estradas”. [Ver *Anais da ALPSP*, 1835, p. 77-78].

⁶³⁵ *Anais da ALPSP*, 1835, p. 194.

⁶³⁶ Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo... Op. Cit.*, p. 59.

⁶³⁷ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 179.

preparação da estatística provincial, bem como do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, destacados nos capítulos anteriores desse trabalho, além da elaboração dos planos de uma estrada carroçável entre Cubatão e as vilas do planalto paulista.

Não obstante, mesmo não tendo sido nomeado diretor desta primeira fase do Gabinete Topográfico, Daniel Pedro Müller desempenhou um papel importante em sua organização. Ao se analisar os ofícios trocados entre ele, José Marcelino de Vasconcellos e o então presidente da Província, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto (1836-38), logo se vê a destacada atuação do marechal para o estabelecimento do Gabinete.

Em ofício datado de 09 de abril de 1836, por exemplo, Müller transmite ao presidente da Província uma relação de instrumentos e livros que ele julgava necessários para o Gabinete Topográfico, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 27: Relação de livros e instrumentos sugeridos por Daniel Pedro Müller para equipar o Gabinete Topográfico de São Paulo (1836).

#	Instrumento	Qtd.
1	Estojo de instrumentos matemáticos	1
2	Chronometro de algibeira	1
3	Theodolito	1
4	Nível de cheri	1
5	Barômetro completo	1
6	Thermometros	2
7	Sextantes de 12 polegadas de raio	2
8	Horizontes artificiais da última invenção	2
9	Pranchetas completas	2
10	Bússolas com ?idades	4
11	Níveis de bolhas de ar	4
12	Pedômetros de relógio	2
13	Jogo de barras magnéticas	1
14	Círculo repetidor de Borda de 12 a 16 pollegadas de diâmetro.	1
15	Telescópios achromatico de 2 pés de foco para as observações astronômicas.	2
#	Livros	Qtd.
1	O grande dictionário das artes com 21 volumes e seu caderno de estampas	-
2	Obras, de Navier sobre pontes, e calçadas	-
3	Obras, de Gauthai [Ganthei]	-
4	Curso de construcção por Inganzin	-
5	Applicação de Geometria e Mechanica, à marinha, e pontes e calçadas por Dupin.	-
6	Taboas de mudança Riva	-

Fonte: APESP, *Registro de Officios Diversos*, ordem 876, cx. 81, pasta 1, doc. 46.

Neste mesmo ofício, Müller sugeria ainda que os itens relacionados fossem comprados pelo Cel. João Florêncio Preat, “conhecedor dos fins scientificos para os quaes se empregam”,

recomendando que a resposta a seu ofício fosse breve, pois Prean estava de partida em uma comissão para a Filadélfia e outros países estrangeiros, onde poderia fazer a compra indicada⁶³⁸.

Além disso, enquanto ainda dirigia os trabalhos da Comissão de Estatística, Müller elaborou os compêndios que seriam utilizados pelos alunos do Gabinete Topográfico. Ao menos é o que ele informa a Gavião Peixoto, em ofício datado de 26 de dezembro de 1836:

[...] Além desses trabalhos [relacionados à estatística], eu compuz os esboços dos compêndios para os pilotos, ou medidores de campos, e o de construções de pontes e estradas applicaveis a esta Província, para instrucção dos alumnos do Gabinete Topographico, enquanto não me vinhão à mão os esclarecimentos para a Estatística, e não os terem proporcionado os anseios para a execução das estradas que se projectarão, parece que de alguma maneira tenho satisfeito ao que havia me sido proposto⁶³⁹.

Pelo trecho destacado, observa-se que Müller foi o responsável pela elaboração dos compêndios relativos às aulas de “medidores de campo”, isto é, agrimensura, além do de construção de pontes e estradas, com adaptações, ao que parece, às condições da Província de São Paulo.

Quanto ao tenente José Marcelino de Vasconcellos, encontraram-se poucas referências a seu respeito. Sabe-se que ele sentou praça aos 20 de setembro de 1801 e foi promovido a Artífice de Fogo em 6 de outubro daquele mesmo ano, tendo o cargo confirmado apenas três anos mais tarde⁶⁴⁰. Em 1805, seu nome consta na lista dos alunos do “Curso de Artilharia⁶⁴¹”, tendo sido examinado e aprovado em primeiro lugar como aluno do curso de cálculo, já sendo solicitada sua promoção para segundo tenente da segunda artilharia a pé. Em dezembro de 1806, foi mencionado em uma carta do capitão-general Franca e Horta dirigida ao então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o Visconde de Anadia, solicitando uma vez mais sua promoção de Sargento para 2º Tenente da 2ª Brigada de Artilharia da Legião de Voluntários Reais da Cidade de São Paulo⁶⁴². Dentre suas obras encontrou-se apenas uma planta da estrada que ligava as cidades de São Paulo e Santos, levantada em 1832, encomendada por Rafael Tobias de Aguiar, então presidente da Província de São Paulo⁶⁴³.

⁶³⁸ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 46. Há outro ofício em que Müller informa ao presidente da Província a quantia que dispunha para a compra dos instrumentos e livros indicados. [Ver APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx 78, pasta 1, doc. 179].

⁶³⁹ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 107.

⁶⁴⁰ DIPHCSP, vol. 95, p. 42 e 127.

⁶⁴¹ Trata-se do curso de artilharia e da aula de desenho instituída pelo capitão-general Franca e Horta na qual Daniel Pedro Müller era o professor e um dos examinadores a aprovar Vasconcellos. [Ver DIPHCSP, vol. 95, p. 319-320].

⁶⁴² DIPHCSP, vol. 95, p. 239.

⁶⁴³ Localizou-se o original manuscrito dessa planta no acervo cartográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. [Ver: José Marcelino Vasconcelos. *Planta da estrada entre as cidades de S. Paulo e Santos levantada de Ordem do Ilmo e Ex. Sr. Rafael Tobias de Aguiar presidente da Prov. no anno de 1832*. [S.l.: s.n.], [183?]. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 56 x 81cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514913/cart514913.jpg>. Acesso em: 19 abr. 2015].

Dois anos mais tarde, em dezembro de 1834, elegeu-se deputado para a primeira legislatura da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-37), sendo escolhido como um dos membros da Comissão de Comércio, Indústria, Estradas e Obras Públicas daquela legislatura⁶⁴⁴.

Uma das primeiras providências tomadas por Vasconcellos, apenas dois dias após ter aceitado sua posição no Gabinete Topográfico, foi a de encontrar um local capaz de sediar o estabelecimento. Este local precisaria dispor de uma sala onde seriam ministradas as aulas do curso de engenheiros, outra sala para a biblioteca e mais uma para a guarda dos mapas, plantas e demais documentos, além dos instrumentos de medição topográfica. Talvez pela falta de recursos provinciais para a construção de um edifício próprio ou o aluguel de uma casa mais apropriada, o local escolhido acabou sendo uma sala localizada no próprio Palácio do Governo, que teve de ser adaptada para a instalação do Gabinete Topográfico, como se vê no ofício enviado por Vasconcelos ao então presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro, em 16 de julho de 1836:

Para dar começo aos trabalhos do Gabinete Topographico, tenho escolhido a sala que serve de depozito dos cofres, e quarto fronteiro, mas como taes praças estão por hora ocupadas, parece-me poderá mui bem servir no entanto a sala onde esteve a Tipografia, fazendo-se n'ela uma parede ligeira de taboas com porta em ordem a formar um quarto para n'ele se guardarem o que convier de livros e instrumentos (...) Estando pronto tudo, poderei no ultimo deste fazer a abertura e por em andamento este estabelecimento⁶⁴⁵.

Pelo que se depreende do ofício, havia certa urgência em colocar o Gabinete Topográfico em funcionamento, o que acabou determinando que o mesmo se instalasse em uma única sala adaptada com divisórias de madeiras. Assim, apenas quinze dias após ter escolhido a sala que abrigaria o Gabinete Topográfico, Vasconcellos enviou novo ofício ao presidente informando que o estabelecimento finalmente havia começado a funcionar, em 1º de Agosto de 1836⁶⁴⁶.

No discurso que abriu os trabalhos da Assembleia Legislativa em 1837, o presidente Bernardo José Pinto Gavião Peixoto dava a boa nova aos deputados provinciais, informando que o Gabinete Topográfico já estava em funcionamento “desde o dia 1º de Agosto do anno passado [e] que tem sido frequentado por 14 alumnos a tres dos quaes mandei contar gratificação⁶⁴⁷”.

⁶⁴⁴ No primeiro ano da legislatura, 1835, a comissão tinha o nome de Comissão de Comércio, Indústria e Trabalhos Públicos. Nos dois anos seguintes, foi renomeada para Comissão de Comércio, Indústria, Estradas e Obras Públicas. [Ver *Anais da ALPSP*, 1835, p. 37-38; 1836, p.278-281; 1837, p. 6]. Já no último ano da mesma legislatura, em 1837, Vasconcelos também foi escolhido, juntamente com os deputados Carlos Carneiro de Campos e o Padre Manuel de Faria Dória, membro da Comissão de Estatística que havia sido encomendada a Daniel Pedro Müller. [Ver *Anais da ALPSP*, 1837, p.6].

⁶⁴⁵ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx 78, pasta 1, doc. 180.

⁶⁴⁶ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 181.

⁶⁴⁷ Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo... Op. Cit.*, p. 64.

A dotação destinada pelo governo provincial ao Gabinete Topográfico para o ano de 1836 foi de 3:200\$000 réis, dos quais 600\$000 réis para o diretor; 438\$000 réis para gratificações; 2:000\$000 réis para a compra de livros e instrumentos; e 162\$000 réis para seu expediente⁶⁴⁸.

É interessante observar que embora o Gabinete Topográfico tenha sido criado mais como uma espécie de repartição de obras públicas provinciais, os valores destinados pela Assembleia a este estabelecimento entre 1835-37 estavam previstos sob a rubrica “Instrução Pública”. Igualmente, nos discursos dos presidentes da Província, o Gabinete Topográfico era mencionado durante a descrição das providências tomadas no âmbito da instrução pública. O quadro abaixo mostra a rubrica e os valores aprovados pelos deputados para o Gabinete Topográfico no período⁶⁴⁹.

Quadro 28: Previsão orçamentária das despesas da Assembleia Provincial com o Gabinete Topográfico (1835-37).

Ano	Rubrica do Orçamento	Valor
1835	Estação encarregada das Rendas Provinciais e da exação das mesmas	2:000\$000
1836	Instrução Pública	3:200\$000
1837	Instrução Pública	1:188\$000

Fonte: *Anais da ALPSP*, 1835-1837.

Já quanto aos alunos, seus nomes foram relacionados por Vasconcellos em ofício enviado ao presidente da Província em 1º de outubro de 1836, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 29: Relação dos alunos matriculados no primeiro ano do Gabinete Topográfico (1836).

#	Nome	Idade	Pai	Naturalidade
1	José Porfirio de Lima	26	Joze da Silva M???	São Paulo
2	Francisco Joaquim de Borja	26	Incógnitos	São Paulo
3	Joaquim Anacleto da Fonseca	21	Cap. Joaquim Joze da Fonseca	São Pedro do Sul
4	Fortunato José da Silva	20	Joze Mariano d'Assunção Bastos	São Paulo
5	José Homem Guedes Portilho	19	Ten. Cel. João Anastácio da Silva	Rio de Janeiro
6	Francisco de Freitas Dias Josnier	19	D'Outro	São Paulo
7	Augusto Cezar da Silva	18	Ten. Cel. Domingos Anacleto da Silva	São Paulo
8	Antonio Rodrigues de Oliveira Neto	17	Cel. Joze Rodrigues de Oliveira Neto	Rio de Janeiro
9	João Carlos Augusto Bordini	16	Major Antonio Joze Bordini	São Paulo
10	Carlos Maximiliano Julio Boulte?	16	Diendonni Boulte Dellon?	Nanci (França)
11	Augusto Maria Machado Bueno	16	Major Diogo João Machado	São Paulo
12	Paulo Antonio do Vale	14	Cap. Luis Antonio do Vale	São Paulo
13	Eleutério José Moreira	14	Cap. Candido Caetano Moreira	São José do Uruguay
14	Gabriel José Marques	13	Cap. Martinho Joze Marques	São Paulo

Fonte: APESP. *Registro de Ofícios Diversos*. Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 184.

⁶⁴⁸ Em termos comparativos, em 1836, um lente proprietário da Academia de Direito de São Paulo recebia a remuneração de 1:200\$000, enquanto um substituto recebia o valor de 800\$000 anuais. [Ver Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo... Op. Cit.*, p. 256-261]. Já um lente efetivo da Academia Militar do Rio de Janeiro recebia, em 1835, remuneração de 1:000\$000. [Ver Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Engenharia no Brasil... Op. Cit.*, p. 102].

⁶⁴⁹ Foi somente em 1844 que os orçamentos provinciais e discursos dos presidentes passaram a prever os gastos do Gabinete Topográfico junto às despesas de obras públicas da Província.

Variando de 13 a 26 anos de idade, a maior parte dos alunos (9/14) era composta por filhos de militares, sendo a maioria dos alunos naturais de São Paulo (64,2%). Além disso, conforme previa o Artigo 4º da Lei que criou o Gabinete Topográfico, “Dentre os alumnos, [...] poderá o Presidente da Província arbitrar e mandar pagar a seis uma gratificação módica. Todos, e especialmente estes, são obrigados a todo o serviço do gabinete, ao estudo da escola, e aos exercícios práticos, até obterem a aprovação e a carta do director⁶⁵⁰”. Dessa primeira turma, apenas três alunos foram indicados para receber a gratificação: José Homem Guedes Portilho, Augusto Cezar da Silva e Eleutério José Moreira⁶⁵¹.

Com apenas 2:000\$000 réis destinados à compra de instrumentos e livros para equipar o Gabinete Topográfico, Vasconcellos não pode adquirir boa parte dos principais itens que haviam sido sugeridos por Müller. Em 1838, os instrumentos adquiridos pelo estabelecimento foram inventariados por José Marcelino de Vasconcellos, que enviou a relação ao presidente da Província em um ofício datado de 14 de fevereiro de 1838. O quadro a seguir traz a relação desses instrumentos inventariados por Vasconcellos.

Quadro 30: Relação dos instrumentos pertencentes ao Gabinete Topográfico elaborada por seu diretor, José Marcelino de Vasconcellos (1838).

#	Instrumento	Qtd.
1	Cronômetro de caixa de prata N.2033 em caixa de madeira com uma chave	1
2	Barômetros centígrados em caixa de metal dentro de outra de madeira	1
3	Bússola com seu tropico e óculo acromático	1
4	Prancheta com seu tropico, declinatório e óculo acromático	1
5	Bússola denom. compasso azimutal	1
6	Compasso de redução	1
7	Bússola solar com dois níveis em caixa de pele	1
8	Nível circular em caixa de madeira	1
9	Níveis de bolhas d'ar em latão	4
10	Termômetros centígrados	2
11	Horizonte artificial em caixa de madeira	1
12	Trenas de 6 e 7 braças	1
13	Trenas de 9 braças	2
14	Trenas de 12 braças	2
15	Estojos de matemática simples, sendo 3 com escalas de madeira e 3 de escalas de marfim	6

Fonte: APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, ordem 876, cx. 81, pasta 1, doc. 111.

Se comparados à relação feita por Müller em 1836, vê-se que instrumentos fundamentais para o curso não foram adquiridos, tais como o teodolito, o sextante, os pedômetros, o jogo de barras magnéticas, o círculo repetidor ou o telescópio. Quanto aos livros, ainda que a lista sugerida

⁶⁵⁰ SÃO PAULO (Província). Lei nº 10, de 24 de março de 1835. *Cria nesta capital um gabinete topográfico*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.10,%20de%2024.03.1835.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

⁶⁵¹ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc., 187. Se o governo liberou de fato o valor previsto em orçamento para as gratificações dos alunos (438\$000), então cada um dos indicados deve ter recebido a quantia de 146\$000 réis pela frequência nos primeiros cinco meses das aulas do Gabinete Topográfico, em 1836.

por Müller constasse de poucos títulos, alguns também não foram comprados, como se pode depreender da relação dos livros adquiridos pelo Gabinete Topográfico e inventariados por José Marcelino Vasconcellos, mostrada no quadro a seguir.

Quadro 31: Relação dos livros pertencentes ao Gabinete Topográfico, elaborada por seu diretor, José Marcelino de Vasconcelos (1838).

#	Livro	Autor	Vols.	Encadernação	Observação
1	Dicionário tecnológico	-	22	Encadernado em 8a.	Estampas avulsas
2	Dicionário francês da Academia	-	3	Encadernado em 4a.	
3	Faben(?)	Berlin	3	Meia brochura em 8a.	
4	Astronomia física	Biel	3	Encadernado em 8a.	
5	Geodesia	Puissant	2	Encadernado em 4a.	
6	Topografia	Puissant	1	Encadernado em 4a.	
7	Taboas logarítmicas	Callet	-	Encadernado em 8a.	
8	Arquitetura hidráulica	Belidor	4	Encadernado em 4a.	
9	Obras	Magalhaens	1	Meia brochura em 4a.	
10	Livro de construção	G.M. Navier	1	Encadernado em 8a.	
11	Taboas das cordas	Baudusson	1	Encadernado em 16a.	
12	Arte de pintar a óleo	Bendivel	1	Brochura em 16a.	
13	-	Perronet	-	-	Emprestado a Fábrica de Ferro S. João de Ipanema
14	-	Rondelet	-	-	Emprestado a Fábrica de Ferro S. João de Ipanema
15	Tratado de mecânica aplicado as artes	Borgnis	-	-	Lyceo de Taubaté solicita livro do extinto Gabinete

Fonte: APESP, *Registro de Offícios Diversos*, ordem 876, cx. 81, pasta 1, doc. 111.

Vê-se que o “Grande Dicionário das Artes com 21 volumes e seu caderno de estampas”, bastante recomendado por Müller, não consta da lista, assim como o livro de Geometria e Mecânica aplicadas à construção de pontes e calçadas, de Dupin; o “Curso de Construção”, de Inganzin e as “Taboas de Mudanças”, de Riva. Ainda assim, como era de se esperar, os livros adquiridos indicam uma orientação do curso à preparação dos alunos para o levantamento de cartas e a construção de obras públicas. Também se destaca a proeminência dos autores franceses em detrimento de ingleses ou germânicos⁶⁵².

Entretanto, com o fim da primeira legislatura da Assembleia Provincial, em 1837, as eleições para a nova legislatura refletiram o novo momento vivido pelo país, descrito pela historiografia como “regresso conservador”. Como resultado, viu-se a formação de uma nova maioria composta por deputados do grupo que se contrapunha aos projetos de Nicolau Vergueiro, Tobias de Aguiar e Paula Sousa, cujos mandatos eram previstos para os anos de 1838-39. Formavam o grupo conhecido pelos periódicos da época como “Partido da Ordem”.

⁶⁵² Embora esta tenha sido a única relação encontrada na documentação com os livros que efetivamente compunham a biblioteca do Gabinete Topográfico, acredita-se que esta seja uma relação parcial, uma vez que a mesma não traz, por exemplo, os compêndios elaborados por Daniel Pedro Müller e José Marcelino de Vasconcellos contendo as traduções e sínteses de textos de diversos autores visando facilitar a transmissão de conteúdos a alunos que não tivessem familiaridade com outros idiomas, especialmente o francês.

Iniciados os trabalhos de 1838, o deputado Fernando Pacheco Jordão (c. 1800-1858), representante da nova maioria, apresentou para votação um Projeto de Lei que previa a suspensão do Gabinete Topográfico⁶⁵³. Durante as sessões ordinárias em que o projeto foi discutido e aprovado houve grande controvérsia entre os deputados e tomando a palavra, Carlos Carneiro de Campos, o Visconde de Caravelas (1805-1878), fez um discurso em defesa do projeto de Jordão, justificando da seguinte maneira a suspensão do estabelecimento:

(...) Não é fácil, senhores, em um país nascente, e pouco conhecido; e em que, portanto, tudo é novo, e tudo escasso, proceder com presteza e êxito seguro nos melhoramentos que se empreendam. (...) A ignorância da topografia do país, a falta de conhecimentos profissionais, (...) a carência de braços idôneos (...) tudo obriga a proceder com pausa e prudência, e a contentar-mos com os melhoramentos menos difíceis e custosos⁶⁵⁴.

Alguns deputados, porém, argumentavam que antes de se decidirem deveriam receber esclarecimentos circunstanciados do diretor do Gabinete Topográfico sobre as razões que estariam tornando o estabelecimento “infrutífero”. Em fevereiro de 1838, a Assembleia chamou José Marcelino de Vasconcellos a prestar os ditos esclarecimentos e, em resposta a esta convocação, Vasconcellos envia um ofício de três páginas, datado do dia 20 daquele mês, no qual discorda que o estabelecimento estivesse se tornando infrutífero:

(...) infrutífero se teria tornado se estivesse com as portas fechadas nos dias e horas próprios; infrutífero se teria tornado se não fosse frequentado por alumnos; infrutífero se teria tornado se estes alumnos ali não achassem quem lhes passassem e tomassem as lições; infrutífero se teria tornado se V. Ex^{as}. ali não achassem levantadores e copistas para todos os Mappas, Plantas, Figurinos, Planos que ali tem V. Ex^{as}. mandado fazer copiar e reduzir; infrutífero se teria tornado em fim se passados os dois anos do curso nem hum alumno sahisse pronto para o serviço de Engenheiro de Estrada. Não se pode pois sem injustiça, por não dizer outra coisa, chamar infrutífero um estabelecimento com Professor, com Alumnos que frequentam e que fazem alguma coisa e que dão esperança de fazer mais com o tempo, digo, com o tempo sem o que não há colheitas⁶⁵⁵.

Em seguida, o diretor do Gabinete Topográfico critica aquela legislatura que, em pleno andamento do curso de engenheiros, teria espalhado um boato já afirmando a extinção do estabelecimento e a demissão de seu diretor. Apontava ainda o efeito negativo que tais notícias incutiram no ânimo dos alunos, bem como de seus pais, em sua maior parte, militares a serviço da Província. Não deixou de mencionar a importância do curso de engenheiros em contraponto ao pouco valor que alguns deputados davam a seus alunos, defendendo o talento da mocidade de São Paulo, atacada por alguns deputados. Por fim, conclui seu ofício demonstrando toda sua insatisfação com o Projeto de Pacheco Jordão, informando, porém, que acataria a decisão da suspensão do Gabinete com a “obediência de um soldado velho”, se esta fosse a vontade dos deputados.

⁶⁵³ *Anais da ALPSP*, 1838, p. 146-155.

⁶⁵⁴ *Anais da ALPSP*, 1841, p. 495-497.

⁶⁵⁵ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 876, cx. 81, pasta 1, doc., 114.

[...] Com tudo se a Assembleia Provincial julgar em sua sabedoria esperanças nos engenheiros de Londres que este estabelecimento já criado, e com que se tem feito já alguma despesa seja derribada antes de começar a produzir fructos; neste caso, forte de minha consciência e com a obediência de um soldado velho, feixarei a porta com a mesma satisfação com que a abri em Agosto de 1836; nem lastimarei ter perdido o meu tempo nos arranjos de compendios próprios – que foram aprovados pelo meu Mestre o Exmo. Snr. Muller – para em dois anos conseguir o que outros não podem em menos de cinco, nem lastimarei as quatro horas por dia que empregava em lições do Compendio e Desenho enquanto não tinha quem não me suprisse nesta Aula – Desenho – parte essencialíssima para expressão e esclarecimento de qualquer idea ou projeto⁶⁵⁶.

Chama atenção a referência que Vasconcellos faz aos “engenheiros de Londres”. Ao que tudo indica, esteja se referindo especialmente ao engenheiro Alfredo Mornay, contratado por Frederico Fomm, um prussiano radicado em São Paulo, ligado ao comércio de açúcar através do porto de Santos e representante dos interesses da companhia inglesa *Platt & Reid*⁶⁵⁷. Para Vasconcellos, a suspensão do Gabinete Topográfico estava relacionada a uma Lei recém-aprovada pelos deputados, que concedia privilégio exclusivo às companhias Aguiar, Viúva e Filhos e *Platt & Reid*, para a construção de uma estrada de ferro ligando Santos a São Paulo, podendo estender-se às vilas de São Carlos, Constituição, Itu, e Porto Feliz⁶⁵⁸.

Ainda assim, mesmo após prestar os esclarecimentos requeridos pelos deputados e justificar que, malgrado algumas deficiências, o Gabinete Topográfico conseguia formar um engenheiro de estradas em apenas dois anos, feito que outras academias só conseguiam em cinco, Vasconcellos foi destituído de seu cargo após a Assembleia ter aprovado a Lei nº 29, de 31 de março de 1838, suspendendo o Gabinete Topográfico⁶⁵⁹.

No discurso de encerramento dos trabalhos da Assembleia Legislativa, proferido aos 7 de março de 1838, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, presidente da casa, fez as seguintes considerações sobre a Lei que suspendera o Gabinete Topográfico:

⁶⁵⁶ APESP, *Registro de Offícios Diversos*, Ordem 876, cx. 81, pasta 1, doc., 114.

⁶⁵⁷ Segundo Arlete Assunção Monteiro, os interesses ingleses em empreendimentos na Província de São Paulo eram representados pela Casa Aguiar, Viúva e Filhos, com sede na vila de Santos. Em 1832, um dos sócios desta firma, Frederico Fomm, contratou o engenheiro Alfredo Mornay para a elaboração de um levantamento topográfico da região São Paulo – Santos, incluindo a Serra do Mar. O objetivo era preparar uma proposta para a construção de uma estrada de ferro ligando o porto de Santos à região de planalto. Em 1838, o projeto foi aprovado pelos deputados paulistas, no entanto, Fomm não conseguiu levantar os capitais necessários para a realização do empreendimento junto aos ingleses, levando sua firma à falência. O projeto da estrada de ferro, então, acabou relegado a um segundo plano até ser retomado por Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, que utilizou os estudos de Mornay para a construção da São Paulo Railway. [Ver Arlete Assunção Monteiro. Os imigrantes ao longo dos trilhos da The São Paulo Railway. In: Encontro Anual da ANPOCS, 21, 1997, Caxambú. *Anais...* São Paulo: ANPOCS, 1997. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5287&Itemid=360>. Acesso em: 18 abr. 2015].

⁶⁵⁸ SÃO PAULO (Província). Lei nº 24, de 30 de março de 1838. *Autoriza o presidente da Província a conceder carta de privilégio exclusivo a Companhia Aguiar, Viúva e Filhos e Companhia Platt e Reid para a factura de uma Estrada de Ferro*. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1838/lei%20n.24,%20de%2030.03.1838.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.

⁶⁵⁹ SÃO PAULO (Província). Lei n. 29, de 31 de março de 1838. *Suspende a execução da Lei de 24 de Março de 1835, que criou o Gabinete Topográfico*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1838/lei-29-31.03.1838.html>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

Tres estabelecimentos para a propagação das Luzes, Instrução e Industria, a Typographia Provincial, a Fazenda Normal, ainda em sua infância, e o Gabinete Topographico, davão certo verniz de adeantamento intellectual á Província, e havião creado, talvez erradamente no Povo Paulistano, hum nobre orgulho de superioridade, vós os encarastes, diversamente vistes-los como dispendiosos, julgastes-los impraticáveis, e por tanto inúteis, ou pela natureza das Leis de suas creações, ou por circumstancias particulares á Província, que as tornavão inexequíveis; abolistes os dois primeiros e suspendestes o ultimo. Respeito a vossa decisão, não discuto a vossa competência e a pureza de vossas intenções, como juízes. Comtudo em minha humilde opinião vossa nomeada passaria mais segura á posteridade, se a não embaraçasseis em ruínas; e não proferísseis o exercício da força, que só basta para destruir aos esforços da intelligencia creadora e reparadora, rival do grande Demiourgos⁶⁶⁰.

Assim, apenas dois anos após sua instalação, o Gabinete Topográfico foi suspenso sem deixar registro de que algum de seus catorze alunos tenham logrado obter a carta de “engenheiros construtores de estradas”, tal como havia sido previsto quando fora criado.

6.3.3 A segunda fase do Gabinete Topográfico (1840-49)

A terceira legislatura da Assembleia Legislativa de São Paulo (1840-41) teve uma composição bastante equilibrada entre os representantes dos grupos que disputavam o poder provincial. Após a falência da companhia representada por Frederico Fomm, e o consequente malogro do projeto de construção da estrada de ferro ligando Santos às vilas açucareiras do “quadrilátero”, os deputados aprovaram a Lei nº 12, de 12 de março de 1840, determinando o restabelecimento do Gabinete Topográfico apenas dois anos após sua suspensão⁶⁶¹.

No entanto, a despeito dos livros, instrumentos e objetos de expediente terem se mantido no Palácio do Governo, na mesma sala onde o Gabinete Topográfico havia funcionado anos atrás, ainda levou algum tempo até que o mesmo pudesse voltar a funcionar. Em janeiro de 1841, Rafael Tobias de Aguiar, novamente presidente da Província, justificava aos deputados a razão da demora:

[...] não pode principiar seus trabalhos apezar de haver já um director nomeado, o qual, por seus conhecimentos profissionaes, e outras excellentes qualidades, é um seguro fiador dos bons resultados e progressos d’este estabellecimento. Pelo regulamento do 1º de Agosto do mesmo anno, dado por meu antecessor, criavão-se mais dois empregos no Gabinete, o de Ajudante do Director, e um Servente, com obrigações determinadas, e gratificações pagas pelos cofres da Província; os quaes o Marechal Müller, director nomeado, julga indispensáveis para a regularidade dos trabalhos do Gabinete; e conquanto eu esteja concorde sobre a necessidade de taes empregados, para que a instituição possa chegar ao ponto de perfeição de que é susceptível, não me julguei habilitado para fazer observar n’esta parte o regulamento, visto que penso que o governo não pode criar novos empregos com gratificações não marcadas em lei⁶⁶².

⁶⁶⁰ *Anais da ALPSP*, 1838, p. 164-165.

⁶⁶¹ SÃO PAULO (Província). Lei n. 12, de 12 de março de 1840. *Restabelece o Gabinete Topográfico*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1840/lei-12-12.03.1840.html>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

⁶⁶² SÃO PAULO (Província). *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Raphael Tobias de Aguiar, no dia 07 de janeiro de 1841 por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial*. São Paulo: Typografia da Costa Silveira, 1841, p. 6-7. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1083/000001.html>>. Acesso em 02 de março de 2013.

Malgrado o fato de ainda não ter se instalado, o Gabinete Topográfico já contava com um diretor nomeado para reorganizá-lo: Daniel Pedro Müller. Este, porém, jamais chegou a exercer a função com o estabelecimento em funcionamento, já que faleceu antes da reabertura do mesmo.

Entretanto, pouco antes de sua morte Müller trabalhava com afinco na reorganização do Gabinete Topográfico. Em ofício datado de outubro de 1840, por exemplo, o marechal dizia ao presidente da Província ser impossível organizar o estabelecimento como convinha sem uma reforma no texto da Lei que o havia restabelecido. Neste ofício, Müller solicita uma conferência com o presidente, na qual apresentaria o que lhe parecia conveniente adicionar à lei e ao dito regulamento. Para Müller, a organização do Gabinete Topográfico deveria seguir os estatutos da Escola dos Engenheiros Medidores de Niterói, pelo fato desta haver correspondido na prática às expectativas que se tinha dela⁶⁶³.

Desta forma, o próprio marechal Müller foi o responsável por redigir o texto da lei que restabelecia o Gabinete Topográfico, da qual se destaca o trecho abaixo:

Art. 1: Fica creado na capital da Província hum Gabinete Topographico comprehendendo:
§ 1: Hum curso theórico-practico de dous annos, para instrucção de Engenheiros Civiz.
§ 2: Os instrumentos necessários para os trabalhos geodesios, e huma bibliotheca análoga ao estabelecimento.
§ 3: A collecção de todos os documentos topographicos que se puderem obter e archivar⁶⁶⁴.

Diferentemente da Lei de 1835, que previa a formação de “engenheiros construtores de estrada”, o texto da nova lei previa que o Gabinete Topográfico formaria “Engenheiros Civiz” a partir de um “curso theórico-practico” de dois anos. Os estatutos do estabelecimento também não deixam qualquer dúvida quanto ao seu principal objetivo: a formação de engenheiros civis:

Título 1º: dos fins, e objetivos do Gabinete:
Art. 1º: O Gabinete Topographico tem por fim:
§ 1º: formar Engenheiros Civiz pelo ensino dos preceitos theoricos, para isso indispensarios, e pela pratica dentro, ou fora das Aulas, das regras, e preceitos que mais concorram para desenvolvimento d’esses princípios⁶⁶⁵.

Contudo, a morte de Müller em agosto de 1841 acabou por retardar ainda mais o restabelecimento do Gabinete Topográfico. Na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, em 1842, o mesmo ainda não estava em funcionamento, fazendo com que o então presidente da Província, Miguel de Souza Mello e Alvim, lembrasse aos deputados a carência de engenheiros trabalhando nas obras públicas e a importância de se restaurar o Gabinete Topográfico a fim de suprir essa necessidade:

⁶⁶³ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 879, cx. 84, pasta 2, doc. 36.

⁶⁶⁴ AH-ALESP. IP41.011, cx. 429. *Regulamento para o Gabinete Topográfico*. Ofício (1841).

⁶⁶⁵ *Idem*, *ibidem*.

Meo antecessor fez instantes representações ao Governo Imperial, pedindo a remessa de dois officiaes Subalternos do Corpo d'Engenheiros para empregar na inspecção e direcção das obras públicas, e o Governo, apreciando devidamente as poderosas razões que forão expendidas em favor deste pedido, atenden-o logo, mandando para cá dois officiaes do referido corpo, que achão-se actualmente em diversas, commissões; mas vós sabeis que são tantas as obras públicas começadas, e as que ainda se necessitam emprender, e em lugares tão distantes que é impossível que dois Engenheiros possam inspecional-as, ou dar planos adequados, por isso estou persuadido que não vos esqueceréis de remediar essa falta, providenciando a restauração do Gabinete Topographico⁶⁶⁶.

O teor da justificativa empregada por Mello e Alvim para o restabelecimento do Gabinete Topográfico deixa claro o uso instrumental que a administração pretendia dar à instituição ao empregar os egressos do curso na direcção das obras públicas provinciais.

Enquanto o Gabinete não era restabelecido, um oficial engenheiro vindo da corte, o então “1º Tenente do Imperial Corpo de Engenheiros”, José Jacques da Costa Ourique (1815-1853), foi nomeado para substituir Müller como diretor do mesmo, incumbindo-se de zelar pelos instrumentos e demais objetos do estabelecimento enquanto este não fosse restabelecido⁶⁶⁷. Em março de 1842, Ourique oficiou ao presidente da Província uma proposta contendo novas alterações na Lei de criação e estatutos do estabelecimento, expondo algumas adaptações que julgava necessárias no plano de estudos elaborado por Müller. O quadro a seguir destaca o plano de estudos após as modificações sugeridas por Ourique:

Quadro 32: Plano de Estudos para as aulas do curso de engenheiros do Gabinete Topográfico segundo as modificações sugeridas por José Jacques da Costa Ourique (1842).

Anno 1º	1ª Parte	Arithmetica comprehendendo o uso dos logarithmos para servir em trigonometria. Algebra ate a resolução dos problemas à muitas equações. Geometria comprehendendo as diversas figuras resultantes das secções cônicas e discripção de suas principais propriedades. - Trigonometria plana. segundas, quartas e sextas.
	2ª Parte Desenho	Explicação dos signaes de convenção em desenho - Desenho geométrico com exercício do Topographico. - terças e sábados
	Férias	Exercícios d'instrumentos em lugar que o diretor designar – Plantas – Nivelamentos – Arruamentos. Terças e Sábados.
Anno 2º	1ª Parte	Noções de Geometria Descriptiva – Noções de Mecanica em suas principaes partes. – Noções sobre construcção de pontes e calçadas. – Breves ideas de Fisica. – Ditos de Chimica para o conhecimento dos reagentes afim de conhecerem-se os differentes elementos de construcção como o cal, o ferro. segundas, quartas e sextas.
	2ª Parte	Cópias dos exercícios topographicos. – desenho de projetos d'obras – arruamento e calçamento da cidade. - Terças e Sábados
	Férias	Práctica d'instrumentos

Fonte: APESP, *Registro de Offícios Diversos*, Ordem 883, cx. 88, pasta 1, doc., 32.

⁶⁶⁶ SÃO PAULO (Província). *Discurso recitado pelo Exmo. Presidente Miguel de Souza Mello e Alvim no dia 7 de janeiro de 1842 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo*. São Paulo: Typographia Imparcial de Silva Sobral, 1842, p. 6-7. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/976/000007.html>>. Acessado em 02 mar. 2013.

⁶⁶⁷ *Idem*, ibidem.

Pelo currículo acima, pode se dizer que o papel dos engenheiros foi ampliado em relação à primeira fase do Gabinete Topográfico. Com a inclusão de disciplinas como “Noções sobre construção de pontes e calçadas” e “desenho de projectos d’obras”, por exemplo, os alunos também passariam a ser preparados para desempenharem algumas tarefas burocráticas, além de realizarem a contabilidade das obras públicas provinciais.

Três dias após sugerir o novo plano de estudos, Ourique envia novo ofício informando o arranjo que considerava adequado para as novas matérias do Gabinete. Este arranjo privilegiava matérias teóricas que visavam formar “o pratico de Estradas”. A respeito dos exercícios práticos que deveriam ser executados pelos alunos, Ourique sugeria:

(...) nas férias os exercícios que estabilleci em todos os dias uteis do anno inteiro para que pudesse encumbir os discípulos de vários pedaços, que reunidos deverião formar um exercício completo; para o que eu pedi então a V. Exa. que visto não haver quem cuide immediatamente do arruamento, e calçamento da cidade commuta-la ao Gabinete. V. Exa. bem sente que os discípulos lucrarão bastante com esta pratica⁶⁶⁸.

Quanto aos alunos que se matricularam em 1843 para a segunda turma do Gabinete Topográfico – primeira após seu restabelecimento –, em seu discurso por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa naquele ano, o presidente da Província, José Carlos Pereira d’Almeida Torres, relacionou os nomes de quinze estudantes, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 33: Relação dos alunos do Gabinete Topográfico habilitados para seguirem a aula de álgebra onde se acham matriculados.

#	Nomes	Aproveitamento	Faltas	Observações
1	Antonio Alexandrino dos Passos	Muito	7	Recebe gratificação de 8\$000
2	João José Soares	Idem	2	Idem
3	Saturnino Francisco de Freitas Villalva	Idem	10	Idem
4	Gil Florindo de Moraes	Idem	1	Idem
5	Hygino José Xavier	Idem	4	Idem
6	Antonio Francisco Legner	Regular	18	
7	Joaquim Maria Coelho	Idem	12	
8	Antonio José Vaz	Idem	2	
9	Firmino Antonio de Campos Penteado	Idem	2	
10	Francisco Delfim de Vasconcellos Machado	Idem	10	
11	Manoel José Vaz	Idem	14	Sempre doente
12	João Baptista Borba	Pouco	15	
13	Candido Crispim Borba	Nenhum	6	
14	Francisco de Assis Rodrigues	Idem	18	
15	Luiz Ferreira d'Abreu	Idem	14	

Fonte: SÃO PAULO (Província) *Discurso recitado pelo Exmo. Presidente José Carlos Pereira d’Almeida Torres no dia 7 de janeiro de 1843 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Governo, 1843, mappa nº 7. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/977/000039.html>>. Acesso em 02 mar. 2013.

⁶⁶⁸ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 883, cx. 88, pasta 1, doc., 32.

Um ano mais tarde, em 1844, oito novos alunos se matricularam totalizando vinte e três estudantes nos dois anos do curso⁶⁶⁹. Ao fim daquele ano, dos quinze alunos matriculados no período anterior, apenas sete se habilitaram a fazer o exame para a obtenção das cartas de engenheiros de estrada. O quadro abaixo relaciona os nomes dos alunos aprovados segundo a ordem de merecimento, tal como indicada no relatório apresentado pelo presidente da Província a Assembleia Provincial, em 1845.

Quadro 34: Relação dos Alunos aprovados nos exames do Gabinete Topográfico e que concluíram o curso de Engenheiros de Estradas (1844).

#	Nomes	Matrículas	Natural.	Approvação	Frequência	Matérias que se habilitaram
1º	Antonio Alexandrino dos Passos	08/01/1844	S. Paulo	Plena	Bastante frequência. Muita habilidade e desenvolvimento para a Sciencia bem como disposição para dezenho.	Geometria Descriptiva
2º	João José Soares	Idem	Idem	Idem	Idem idem idem	Estática
3º	Saturnino Francisco de Freitas Villalva	Idem	Idem	Idem	Idem idem idem	Dynamica Hydraulica
4º	Gil Florindo de Moraes	Idem	Idem	Idem	Idem idem idem	Pneumática
5º	Antonio José Vaz	Idem	Idem	Idem	Idem idem idem	Resistência das Construções
6º	Fermino Antonio de Campos Penteado	Idem	Idem	Idem	Bastante frequência. Mais habilidade para dezenho do que para Sciencias.	Máquinas
7º	Francisco Delfino de Vasconcellos	Idem	Idem	Idem	Idem idem idem	Noções gerais de Chimica; Dezenho de perfis de Estrada e de construcções em geral

N. B. Forão julgados dignos de premio João José Soares, e Antonio Alexandrino dos Passos.

S. Paulo, 12 de dezembro de 1844. - José Jacques da Costa Ourique, Engenheiro Director.

Secretaria do Governo de S. Paulo - 7 de janeiro de 1845. - Manuel Joaquim Henriques de Paiva, Secretário.

Fonte: SÃO PAULO (Província). *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Exmo. Presidente Manoel da Fonseca Lima e Silva no dia 07 de janeiro de 1845 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de São Paulo*. São Paulo: Typographia de Silva Sobral, 1845. Mappa n. 16. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/979/000085.html>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

⁶⁶⁹ Os novos alunos eram: Joaquim da Silva Cruz, Joaquim Roberto da Silva Marques, Francisco de Assis Carvalho, Antonio Mariano dos Santos, Francisco de Castro Moreira, Rafael Tobias de Oliveira e Pedro Ismendes Moreira. [Ver SÃO PAULO (Província). *Discurso recitado pelo Exmo. Presidente Manoel Felisardo de Souza e Mello no dia 7 de janeiro de 1844 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Governo, 1844, mappa n. 10. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/978/000074.html>>. Acesso em 02 mar. 2013].

Assim, conforme previa o regulamento do Gabinete Topográfico, os egressos do curso receberiam uma “Carta de Engenheiros”, que os habilitavam a “exercer o emprego de Engenheiro Civil na Província”. Essa carta, além de ser assinada pelo diretor do estabelecimento e por seu ajudante, ainda deveria conter o selo do Gabinete Topográfico. A imagem a seguir traz a “Fórmula da Carta de Engenheiros Civis”, tal como aparece descrita no documento que contém o regulamento e estatuto do Gabinete Topográfico elaborado por Daniel Pedro Müller, em 1841.

Imagem 6: “Fórmula” da Carta de Engenheiros Civis expedida pelo Gabinete Topográfico (1841).

Eu F[ulano], Director do Gabinete Topographico da Imperial Cidade de Sam Paulo: Faço saber que:

F[ulano], natural de Filho de F[ulano], de idade, havendo Frequentado as aulas do dicto Gabinete, e sendo competentemente examinado nas matérias do Segundo e Último anno do Curso, foi approvado, ficando por isso habilitado para Exercer o Emprego de Engenheiro Civil nesta Província de São Paulo, em virtude da Lei Provincial de de de 18.... Pelo que lhe mandei passar a prezente Carta, que vai por mim assignada, e Sellada com o Sello do Gabinete, na mesma Imperial Cidade de São Paulo, aos de do anno de, e eu F[ulano]. Ajudante do Director, servindo de Secretário a subscrevi.

L. S.

F[ulano]. Director

Registrada a fl..... do Livro de Registro das Cartas.

São Paulo, de de 18.....

F[ulano]. Ajudante do Director servindo de Secretario

Fonte: AH-ALESP. IP41.011, cx. 429. *Regulamento para o Gabinete Topográfico*. Ofício (1841).

Interessante observar que o documento mencionava especificamente que os egressos do curso estavam habilitados a exercerem o emprego de “Engenheiro Civil”, o que não era muito comum no cenário nacional, ainda marcado pela formação militar dos engenheiros⁶⁷⁰. Segundo os estatutos do Gabinete Topográfico, o aluno que concluísse os dois anos do curso e fosse aprovado no exame, seria empregado imediatamente pelo governo e passaria a receber uma “gratificação provincial”. Depois de um ano de serviço, receberiam suas cartas de engenheiros e poderiam começar a participar de “reuniões scientificas e nacionaes”, a usar um “vestuário próprio” e passar a

⁶⁷⁰ Apenas após a fundação da Escola Central (1858), no Rio de Janeiro, é que uma escola de engenharia passou a separar o ensino civil do militar, tendo um curso exclusivamente dedicado à Engenharia civil.

receber gratificações mensais independente das relacionadas ao trabalho⁶⁷¹. O artigo 9º do estatuto detalhava o “vestuário próprio” a que os novos engenheiros d’estrada poderiam usar:

Art. 9º. Os alumnos poderão usar depois de haverem obtido seo diploma, uma casaca verde militar com gola de veludo negro, onde haverá bordada uma esphera montada sobre esquadro e compaço, sendo tudo sustentado por duas palmas, devendo usar chapeo armado, e trazer por arma um florete surtido por um telim azul⁶⁷².

Para o arquiteto Eudes Campos Júnior, porém, o curso oferecido pelo Gabinete Topográfico não seria capaz de habilitar o profissional nele formado com a mesma aptidão de um engenheiro. Segundo este autor, após a conclusão do curso, seus egressos estariam mais próximos aos “agrimensores”, ou ainda, a “engenheiros práticos”, que no desenvolvimento de suas vidas profissionais se deparavam com “todo tipo de trabalho ligado à engenharia, correspondendo às expectativas na medida da capacidade de cada um para o autodidatismo⁶⁷³”. Em contrapartida, para o engenheiro Pedro Carlos da Silva Telles, o Gabinete Topográfico era uma “verdadeira escola de engenharia” criada com “a modesta denominação de Gabinete Topográfico⁶⁷⁴”.

Ao se levar em conta o plano de estudos teórico-prático proposto por Müller/Ourique, os livros e instrumentos utilizados pelos alunos no decorrer do curso, em conjunto com uma análise da atuação profissional dos engenheiros formados por este estabelecimento, como se verá mais adiante, defende-se aqui que o Gabinete Topográfico funcionou, de fato, como uma escola de engenheiros civis, formando profissionais aptos para a direção de obras públicas na Província de São Paulo e contribuindo inegavelmente para o desenvolvimento da infraestrutura viária provincial.

Em 1844, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei que criou uma Diretoria de Obras Públicas na Província, anexando a escola do Gabinete Topográfico à estrutura dessa diretoria⁶⁷⁵. Para Eudes Campos, a Diretoria de Obras Públicas foi uma repartição de estrutura muito ambiciosa para sua época e, por esta razão, teve duração efêmera⁶⁷⁶. Muito numerosa, a diretoria acabou não sendo muito eficiente, pois mantinha seus engenheiros concentrados na Capital. Por conta disso, em 1845 a Assembleia resolveu aprovar uma lei dividindo a Província em quatro seções de obras públicas e, no ano seguinte, aprovou outra lei reduzindo a estrutura da diretoria, determinando que

⁶⁷¹ AH-ALESP. CJ44.015, cx. 358. *Comunicado sobre o projeto de reforma de estatutos do gabinete do 2º tenente, diretor do Gabinete Topográfico*. Ofício (1844). Cabe lembrar que com a reforma do estatuto do Gabinete Topográfico realizada em 1844 por José Jacques da Costa Ourique, os engenheiros formados pelo estabelecimento voltaram a ser denominados “Engenheiros d’Estradas” e não mais “Engenheiros Civis”, como proposto Müller.

⁶⁷² AH-ALESP. IP41.011, cx. 429. *Regulamento para o Gabinete Topográfico*. Ofício (1841).

⁶⁷³ Cf. Eudes de Mello Campos Jr. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, vol. 1, p. 73.

⁶⁷⁴ Cf. Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Engenharia no Brasil... Op. Cit.*, p. 113.

⁶⁷⁵ SÃO PAULO (Província). Lei n. 36, de 15 de março de 1844. *Cria uma diretoria de obras públicas e autoriza o presidente da província a fazer os regulamentos necessários*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1844/lei%20n.36,%20de%2015.03.1844.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

⁶⁷⁶ Cf. Eudes de Mello Campos Jr. *Arquitetura paulistana sob o Império... Op. Cit.*, p. 70-71.

os alunos da escola não pudessem mais receber qualquer gratificação ou ser aproveitados em trabalhos da diretoria. Tal determinação foi determinante para desestimular os alunos do Gabinete Topográfico e decretar o seu fim.

Em 1846, anexo ao discurso do presidente da Província por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, há uma lista dos vinte e sete alunos que haviam se matriculado no curso do Gabinete Topográfico. No final do ano letivo em que a Assembleia decidiu acabar com as gratificações, onze já não haviam concluído o curso, dos quais cinco se retiraram ao curso da Academia Jurídica⁶⁷⁷. Dois anos mais tarde, em 1848, a lista dos alunos matriculados era composta apenas por três alunos: “Francisco Gonsalves Gomide, Pedro Ismendes Moreira e Mathias Lex”. Em relatório apresentado a Vicente Pires da Motta por ocasião da entrega da presidência, Domiciano Leite Ribeiro explica por que o Gabinete Topográfico encontrava-se abandonado:

[...] Quanto as aulas da Capital só mencionarei as do Gabinete Topographico que é frequentada por tres alumnos unicamente: esta circunstancia que não pode ser attribuida nem a incapacidade do Lente, nem à inutilidade das matérias, nasce indubitavelmente do abandono, em que tem estado seos alumnos, desempregados, e forçados a procurar outros meios de vida. Felizmente a Assembléa acaba de atender à sua sorte: dous já se acham por mim empregados, e estou certo que V. Exa. procurará animar á esses moços, dando assim vida a um estabelecimento, que não pode deixar de ser vantajoso á uma Província, onde tantas obras públicas se acham em andamento⁶⁷⁸.

Ao contrário do que esperava Leite Ribeiro, o Gabinete Topográfico foi extinto durante a presidência de Vicente Pires da Motta (1848-51), pela Lei nº 27, de 23 de abril de 1849, em cujo artigo 24º pode se ler: “Fica supprimido o gabinete topographico, revogada a lei de sua criação⁶⁷⁹”. Quanto a seu diretor, José Jacques Ourique, o artigo 18º da dita lei determinava que o mesmo optasse por lecionar na cadeira de geometria e mecânica do liceu de Taubaté ou de Curitiba, ou ainda, empregar-se na inspeção de obras públicas⁶⁸⁰.

Mais de um ano após ter sido extinto, em julho de 1850, alguns alunos que haviam concluído o curso do Gabinete Topográfico e ainda não tinham recebido suas cartas de engenheiro, solicitavam a Assembleia Legislativa Provincial que as mesmas fossem emitidas. Depois da deliberação dos deputados, foi decretada a Lei nº 23, de 22 de junho de 1850, na qual o presidente

⁶⁷⁷ SÃO PAULO (Província). *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo exmo presidente da mesma provincia, Manoel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1846*. São Paulo: Typographia de Silva Sobral, 1846, mappa n. 7. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/980/000025.html>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

⁶⁷⁸ SÃO PAULO (Província). *Relatório apresentado ao Exm. e Rvm. Sr. Dr. Vicente Pires da Motta pelo Exm. Sr. Dr. Domiciano Leite Ribeiro ao entregar a presidência*. São Paulo: Typographia do Governo, 1848, p. 6. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1085/000006.html>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

⁶⁷⁹ SÃO PAULO (Província). Lei n. 27, de 23 de abril de 1849. *Marca a receita e fixa a despesa provincial para o ano financeiro de 1849 a 1850*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1849/lei%20n.27,%20de%2023.04.1849.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

⁶⁸⁰ Idem, ibidem.

da Província autorizava a emissão das cartas de engenheiros aos alunos que tivessem sido devidamente habilitados como previa o regulamento do estabelecimento⁶⁸¹.

Muitos anos mais tarde, na oração inaugural da Escola Politécnica de São Paulo, em 1894, Antônio Francisco de Paula Souza, organizador e primeiro diretor da faculdade, fez menção honrosa aos criadores do Gabinete Topográfico:

A Victoria hoje alcançada, foi em lucta porfianda; porque a Idea que hoje venceu não é nova – Nossos avós já a tinham, tentaram realisá-la. – Elles bem avaliavam as grandes vantagens que a esta região adviria da divulgação de conhecimentos mathematicos – Crearam, por isso, uma escola de Engenheiros constructores de Estradas, que modestamente denominaram “Gabinete Topographico”⁶⁸².

De fato a ideia não era nova e, ao lembrá-la, Paula Souza considera o Gabinete Topográfico uma espécie de precursor da Escola Politécnica na formação de engenheiros em São Paulo, antecedendo-a em quase meio século.

Embora já se tenha afirmado que a formação dos profissionais daquele estabelecimento não fosse propriamente a de engenheiros, mas sim a de agrimensores ou engenheiros práticos, ainda assim é inegável a contribuição do Gabinete Topográfico não apenas para o ensino de engenharia na Província, mas também para a expansão da rede viária paulista. Prova disso é que em princípios de 1861, os quatro cargos de engenheiros provinciais eram ocupados por engenheiros civis formados justamente no curso do Gabinete Topográfico: José Porfírio de Lima, Gil Florindo de Moraes, Antônio José Vaz e Francisco Gonçalves Gomide, como se passará a destacar a seguir.

6.3.4 A atuação dos engenheiros civis formados pelo Gabinete Topográfico em São Paulo.

Dos anos em que funcionou o Gabinete Topográfico em São Paulo, tanto na primeira quanto na segunda fase, muitos alunos passaram por suas cadeiras, alguns dos quais chegaram a atuar como engenheiros civis na Província, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento viário de São Paulo.

A seguir se passará a destacar traços biográficos de alguns dos engenheiros formados pelo Gabinete Topográfico de São Paulo, que tiveram destacada atuação profissional no decorrer da segunda metade do século XIX.

⁶⁸¹ AH-ALESP. PR50.020, cx. 552. *Autorização para transferir aos alunos do Gabinete Topográfico das cartas impressas em pergaminho (Projeto 52)*. Decreto (1850).

⁶⁸² Cf. Ernesto de Souza Campos. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 7.

José Porfírio de Lima (c. 1810-1887)

José Porfírio de Lima foi aluno da primeira fase do Gabinete Topográfico (1836-38). Após ter concluído o curso, recebeu uma bolsa de 600\$000 réis anuais da Assembleia Legislativa Provincial para cursar a Aula de Arquitetos Medidores na Província do Rio de Janeiro⁶⁸³. No discurso de encerramento dos trabalhos legislativos em 1840, o então presidente da Assembleia Legislativa, Antônio Maria de Moura, lembrou com as seguintes palavras a aprovação dessa lei: “animastes [deputados da Assembleia] o talento consignando quantias suficientes a um brasileiro de esperanças, para que vá adquirir na Escola dos Architectos Medidores, creada na Capital da Província do Rio de Janeiro [sic], conhecimentos que possam ser úteis ao seu Paiz natal⁶⁸⁴”.

Um ano mais tarde os deputados voltariam a discutir sobre a bolsa concedida a José Porfírio de Lima, uma vez que este acabou solicitando que dobrassem a quantia que lhe foi assignada, pois os 600\$000 réis anuais “não chegam para sua subsistência⁶⁸⁵”.

De volta a São Paulo em 1843, vê-se que a Lei do Orçamento Provincial de 23 de março de 1844, destinava 1:600\$000 “ao architecto medidor José Porfírio de Lima, enquanto servir d’Inspector de Obras Públicas ou d’Engenheiro da Província”, da recém-criada Diretoria de Obras Públicas⁶⁸⁶.

Serviu a administração provincial por muitas décadas. Em 1854, por exemplo, propôs um projeto de pavimentação das ruas de São Paulo, tendo seu plano sido negado pela câmara por esta se declarar desprovida de conhecimento técnico necessário para executá-la⁶⁸⁷. Anos mais tarde ainda exercia o cargo de engenheiro da Câmara da Capital, no qual se aposentou em 1879⁶⁸⁸.

Francisco Gonçalves Gomide

Da segunda fase do Gabinete Topográfico, mais longa, temos uma série de engenheiros civis que passaram a trabalhar nas obras públicas provinciais. Francisco Gonçalves Gomide, por exemplo, era membro do conselho de engenheiros chefes da Diretoria de Obras Públicas de São

⁶⁸³ *Anais da ALPSP*, 1840, p. 199.

⁶⁸⁴ *Anais da ALPSP*, 1840, p. 232.

⁶⁸⁵ Tendo cursado o primeiro ano e sido aprovado plenamente no curso, a comissão de fazenda deu parecer favorável para que o valor fosse aumentado a 1:000\$000 réis anuais. [Ver *Anais da ALPSP*, 1841, p. 341-342].

⁶⁸⁶ *Anais da ALPSP*, 1844, p. 582. A título de comparação, a mesma Assembleia Legislativa Provincial, apenas três anos antes, havia proposto a remuneração de 1:000\$000 aos professores do Gabinete Topográfico e 1:400\$000 ao diretor do estabelecimento. [Ver *Anais da ALPSP*, 1841, p. 487-488].

⁶⁸⁷ Cf. Carlos Augusto Mattei Faggin. *Arquitetos de São Paulo: dicionário de artífices, carpinteiros, mestres-de-obras, engenheiros militares, engenheiros civis e arquitetos nos primeiros 350 anos contados da fundação da cidade*. São Paulo: FAUUSP, 2009, p. 117.

⁶⁸⁸ Cf. Eudes de Mello Campos Jr. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos: obras públicas e arquiteturas vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datados do período de 1862-1863. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova Série, v. 15, n. 1, jan.-jun./2007, p. 71.

Paulo, em 1852. Anos mais tarde, em 1858, substituiu o engenheiro inglês William Elliot na direção da estrada mais importante da Província, isto é, aquela que interligava a Capital a Santos⁶⁸⁹. Assim como Porfírio de Lima, Gonçalves Gomide também chegou a realizar alguns projetos para a Câmara Municipal da cidade de São Paulo, sendo um deles a elaboração de um plano para a reforma do Palácio do Governo⁶⁹⁰.

Gil Florindo de Moraes

Outro aluno da segunda fase do Gabinete Topográfico que passou a exercer a função de engenheiro civil para a Província quase que imediatamente após ter concluído o curso do Gabinete. De sua atuação como engenheiro, pode se destacar, por exemplo, que em janeiro de 1855 estava a cargo dos “concertos e reparos” a serem realizados em todas as estradas que conectavam povoações ao noroeste da Província⁶⁹¹. Além disso, também teve a seu cargo o reparo das estradas da Penha e também da de Jundiaí. Em 1859, foi cedido da Província para a Câmara Municipal de São Paulo para realizar uma análise da construção do paredão do Carmo, destinada a servir de muro de arrimo à Igreja do Carmo⁶⁹². Anos mais tarde, Florindo de Moraes foi enviado a Taubaté a fim de verificar as condições para a realização de obras em uma estrada localizada em São Bento do Sapucaí Mirim. O objetivo da administração era substituir os antigos caminhos que levavam a Tremembé e Quererim. Tendo dado o parecer de que tal obra custaria aos cofres provinciais a importância de 40:000\$000 réis, Moraes era favorável que se reparasse estrada que passava pela capela de Tremembé⁶⁹³.

Antônio Alexandrino dos Passos Ourique (1819-1850)

Paulistano, “filho de uma senhora pobre⁶⁹⁴”, Antônio Alexandrino dos Passos Ourique foi um dos alunos premiados da segunda fase do Gabinete Topográfico. Antes de ingressar no Gabinete, trabalhou como cartorário da tesouraria geral da Província enquanto ainda estudava no

⁶⁸⁹ Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo... Op. Cit.*, p. 265.

⁶⁹⁰ Cf. Odair Aparecido de Paula. 2011. *Os caminhos da Educação e a Educação para os caminhos: a formação de engenheiros em São Paulo (1835-1850)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP, p. 108.

⁶⁹¹ Dentre as estradas contidas no relatório, por exemplo, constavam as que ligavam de Itu à cidade de Campinas; de Campinas à vila de Constituição (Piracicaba), passando por Santa Bárbara; de Constituição à vila de Limeira; de Limeira à freguesia de Pirassununga; de Pirassununga à vila de São João do Ribeirão Claro; da vila de Constituição à freguesia de Brotas; da vila de Curuçá (Pirapora) à vila de Porto Feliz; de Porto Feliz à cidade de Itu; de Itu à vila de São João de Capivari. [Ver APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 902, cx. 107, pasta, 12, doc. 4].

⁶⁹² Cf. Odair Aparecido de Paula. *Os caminhos da Educação e a Educação para os caminhos... Op. Cit.*, p. 106.

⁶⁹³ Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo... Op. Cit.*, p. 265.

⁶⁹⁴ Cf. O POLICHINELLO. Ed. Fac-similar. São Paulo: IMESP/DAESP, 1981. Anno 1, 10 de dezembro de 1876, n. 35, p. 7.

curso preparatório da Academia de Direito de São Paulo⁶⁹⁵. Contudo, seu interesse pela matemática e a necessidade urgente de uma profissão fizeram com que Passos Ourique preterisse a carreira jurídica, mais longa e dispendiosa, e se matriculasse, em 1843, no curso que dava carta de engenheiros civis, cuja duração era de apenas dois anos. Após concluir o curso com destaque, Ourique recebeu sua carta de engenheiro e rapidamente foi contratado pela Câmara Municipal como primeiro engenheiro⁶⁹⁶.

Em 1846, foi agraciado pelo imperador D. Pedro II com a Ordem da Rosa em reconhecimento por seu pórtico de oito colunas toscanas, pintado por Jorge Vedras, erguido entre o Largo da Liberdade e o de São Gonçalo, para comemorar a visita imperial à cidade de São Paulo⁶⁹⁷. Teve como um de seus principais trabalhos, a construção daquele que ficou conhecido como o primeiro anel viário da cidade de São Paulo, passando pelas ruas 25 de março e a antiga rua da Santa Casa, atual Riachuelo⁶⁹⁸. Outra obra que ficou a cargo de Antônio Alexandrino dos Passos, foi o projeto da “futura Rua Municipal, cuja abertura ficou a cargo de Antônio Manuel Teixeira⁶⁹⁹”. Em 1851, porém, contraiu a febre amarela no Rio de Janeiro, tendo falecido aos 21 de maio daquele ano, contando apenas 31 anos de idade⁷⁰⁰.

João José Soares (1822-1876)

Mais um aluno da segunda fase do Gabinete Topográfico. Sobre este engenheiro, sabe-se que em 1849, tal como ocorrera com seu colega Antônio Alexandrino Passos Ourique, foi contratado pela Câmara Municipal, onde trabalhou entre os anos de 1849-53. Para a Câmara realizou os projetos de arruamento das ruas do Ouvidor, do Capim, de São Bento e do Pátio de São Francisco, em São Paulo⁷⁰¹. Anos mais tarde foi encarregado pela Província de examinar a estrada Taubaté-Ubatuba a fim de organizar o orçamento das despesas prováveis para a construção de uma nova estrada de rodagem entre aquelas duas cidades⁷⁰².

⁶⁹⁵ Cf. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883, v. 1, p. 101.

⁶⁹⁶ Cf. Eudes de Mello Campos Jr. *A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos...* Op. Cit., 2007, p. 79.

⁶⁹⁷ Cf. *O POLICHINELLO...* Op. Cit., p. 7.

⁶⁹⁸ Cf. Odair Aparecido de Paula. *Os caminhos da Educação e a Educação para os caminhos...* Op. Cit., p. 105-106.

⁶⁹⁹ Cf. Eudes Campos Júnior. *A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos...* Op. Cit., p. 55, jan.-jun./2007.

⁷⁰⁰ *O POLICHINELLO...* Op. Cit., p. 7.

⁷⁰¹ Cf. Odair Aparecido de Paula. *Os caminhos da Educação e a Educação para os caminhos...* Op. Cit., p. 106.

⁷⁰² Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo...* Op. Cit., p. 266.

Saturnino Francisco de Freitas Villalva (1821-1896)

Filho do capitão Luís de Freitas Villalva e Mariana Umbelina do Espírito Santo, nasceu em Guarulhos, em 1821. Ingressou no curso do Gabinete Topográfico em 1843, quando contava 22 anos de idade. Destacou-se rapidamente entre os alunos, tendo sido empregado como engenheiro da Diretoria de Obras Públicas da Província assim que concluiu o curso. Em julho de 1848, o engenheiro polonês Cristino Wyzenski, solicitava que Villalva, ainda ligado ao Gabinete Topográfico, fosse admitido como seu ajudante em operações geodésicas, em substituição ao colega Antônio Alexandrino dos Passos Ourique, que passara a trabalhar para a Câmara Municipal⁷⁰³.

Como engenheiro construtor de estradas, foi responsável pela direção da antiga estrada do Vergueiro, na cidade de São Paulo. Com o desmembramento da Província do Paraná do território de São Paulo, em 1853, Saturnino Francisco de Freitas Villalva radicou-se no Paraná, onde foi o responsável pela direção da construção da estrada da Graciosa, iniciada em 1854. Villalva esteve a frente das obras até o ano de 1860, quando foi afastado do cargo, sendo substituído pelo engenheiro Antônio Rebouças, que alterou o traçado original feito por Villalva. A obra foi concluída em 1873, tendo à frente um terceiro engenheiro, Antônio Mourinho⁷⁰⁴.

Antônio José Vaz (?-1877)

Por fim, o engenheiro civil Antônio José Vaz, outro aluno da segunda fase do Gabinete Topográfico, foi mais um dos indicados por Cristino Wyzenski, ainda enquanto estava ligado ao Gabinete Topográfico, para trabalhar como ajudante dos estudos na Estrada da Maioridade do Cubatão de Santos, justificando sua contratação afirmando se tratar de uma “proposta indispensável, à vista da constante necessidade de outro homem mais inteligente para acompanhar os trabalhos⁷⁰⁵”. No entanto, apenas dois meses depois, em dezembro de 1848, o próprio Wyzenski solicita a demissão de Vaz do cargo para o qual havia recomendado.

Malgrado seu desentendimento com Wyzenski, é possível encontrar Vaz trabalhando como engenheiro civil para a Província de São Paulo um ano mais tarde, em 1849, na direção das obras da estrada que ligava a Capital até Cotia⁷⁰⁶. Em janeiro de 1853, em ofício trocado entre o inspetor de estradas, Hipólito José Soares de Souza e o então presidente da Província, Josino do Nascimento e Silva, verifica-se que Antônio José Vaz já era engenheiro chefe da 5ª sessão da Diretoria de Obras

⁷⁰³ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 891, cx. 95, pasta 2, doc. 95.

⁷⁰⁴ Cf. *Os caminhos da Educação e a Educação para os caminhos...* Op. Cit., p. 108.

⁷⁰⁵ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 891, cx. 95, pasta 3, doc. 15.

⁷⁰⁶ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 891, cx. 96, pasta 4, doc. 15.

Públicas e enviara ofício ao inspetor de estradas reportando a necessidade de reparo que ele havia verificado nas estradas de Sorocaba, Santana e Anastácio, que estavam sob sua responsabilidade⁷⁰⁷.

Cinco anos mais tarde, em 1858, o mesmo Vaz foi encarregado dos reparos das pontes grande e pequena no aterrado de Sant'Anna⁷⁰⁸. Ainda em agosto daquele ano, foi responsável por examinar e averiguar o local mais apropriado para a construção de uma ponte com cabeceiras de pedra sobre o rio Piracicaba na cidade de Constituição, tendo escolhido o local, realizado o plano e orçado a obra em 18.614\$670 réis⁷⁰⁹. Segundo Eudes Campos, o engenheiro Antônio José Vaz tornou-se empreiteiro na construção de estradas em São Paulo⁷¹⁰.

6.4 Uma escola de engenheiros como instrumento de governo da administração provincial.

A partir do último quartel do século XVIII, a crescente necessidade de construir e conservar estradas para o escoamento do açúcar até o porto de Santos se tornou uma das principais forças a demandar a maior presença de engenheiros em São Paulo. Embora as autoridades tivessem planos de instituir “Aulas” para a formação de oficiais engenheiros na Capitania desde, pelo menos, o último quartel do século XVIII, a viabilização de um estabelecimento com este fim só se deu, de fato, a partir de 1835, após a conquista da relativa autonomia legislativa e tributária com a criação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo.

Em um contexto de expansão da produção de açúcar e o desenvolvimento da cultura cafeeira, quanto mais essas lavouras se expandiam para o interior da Província, maior era a necessidade da ampliação da rede viária para o melhor escoamento da produção e, consequentemente, maior a necessidade de pessoal apto a construir estradas. Assim, a criação de uma escola de engenheiros construtores de estradas, destinada a suprir, em alguma medida, a demanda por esse tipo de profissional na Província, caracteriza o uso deste estabelecimento como instrumento de governo a serviço da administração provincial e das elites paulistas.

Após destacar brevemente a atuação profissional de alguns dos engenheiros civis formados pelo Gabinete Topográfico, buscou-se evidenciar como a própria escola de engenheiros era pensada pela administração provincial como um instrumento governativo na medida em que seu principal objetivo era fornecer quadros para a construção e conservação de obras públicas na Província, em especial, as tão reivindicadas estradas. Convém recordar que se a manutenção e criação de novas vias favoreciam os produtores de açúcar para exportação, possibilitando maiores lucros ao diminuir

⁷⁰⁷ APESP, *Registro de Ofícios Diversos*, Ordem 897, pasta 1, doc. 21a.

⁷⁰⁸ Cf. Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo...* Op. Cit., p. 269.

⁷⁰⁹ *Idem*, p. 275.

⁷¹⁰ Cf. Eudes Campos Júnior. *A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos...* Op. Cit., p. 20.

o custo do transporte desde a região de planalto até o porto de Santos, ela também beneficiava o Tesouro Provincial, uma vez que maiores circulações pelas estradas provinciais implicavam em maiores arrecadações com as taxas de Barreiras.

O expressivo desenvolvimento da infraestrutura viária provincial entre os anos de 1837-51 é um indicador seguro da presença e atividade de uma quantidade de profissionais aptos a dirigir as obras nas estradas provinciais. Sabe-se que neste período a administração não só contratou engenheiros civis no exterior, mas também solicitou o envio de oficiais militares do Rio de Janeiro a fim de atender essa demanda⁷¹¹. Contudo, a compreensão dessa expansão ficaria incompleta se não somássemos a essas iniciativas a criação e instalação do Gabinete Topográfico na capital paulista entre os anos de 1836-49.

Por fim, outro aspecto importante a se destacar é o papel desempenhado pelo Gabinete Topográfico como elo na transição da engenharia militar para a engenharia civil em São Paulo. Antes de seu estabelecimento, praticamente todos os engenheiros a serviço da Província, excetuando-se os estrangeiros, eram oficiais militares. A partir da formação dos primeiros alunos do curso, a administração provincial passou a contar com uma quantidade de engenheiros civis formados na própria capital que passaram a atuar em conjunto com os engenheiros formados na Corte e fora do país. Portanto, entende-se não ser exagero afirmar que o Gabinete Topográfico, juntamente com a Escola de Arquitetos Medidores da Província do Rio de Janeiro⁷¹², teve um papel pioneiro ao antecipar em pelo menos quinze anos a separação curricular entre engenharia militar e civil promovida pela Escola Central do Rio de Janeiro, em 1858.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde as primeiras linhas dessa pesquisa, trabalhou-se com a hipótese de que, tomados como objetos de estudo, a reconstituição dos contextos de produção, impressão e circulação do *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de São Paulo* e do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, permitiriam estabelecer nexos entre esses artefatos e a sociedade que os

⁷¹¹ Cf. Ivone Salgado. Profissionais das obras públicas na província de São Paulo na primeira metade do século XIX: atuação no campo da engenharia civil. In: *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, n. 41, ano 6, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia03/texto03.pdf>>. Acesso em 19 abr. 2015.

⁷¹² Estabelecida em Niterói sob a direção de Pedro de Alcântara Niemeyer Bellegarde (1807-1864), essa escola foi criada por lei em 1836 e inaugurada em 1837. Seu curso, teórico-prático tinha duração de três anos e, no curto período em que existiu, formou vinte e cinco alunos até ser extinta, em 1844. [RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. Centenário do falecimento do marechal-de-campo e conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 265, out/dez 1964, p. 194-226].

produziu e utilizou pela primeira vez, ampliando a compreensão da dinâmica política, econômica e social da Província paulista da primeira metade do Oitocentos.

Após a investigação minuciosa desses documentos concluiu-se que o *Ensaio d'um quadro Estatístico da Província de São Paulo*, mais do que uma ferramenta auxiliar pensada por grupos da elite local para a gestão da administração provincial, também pode ser entendido como um instrumento de poder que visava, sobretudo, a construção territorial da Província segundo os interesses e desígnios desses grupos. Da mesma forma, verificou-se que o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* traz em si, ou melhor, em algumas de suas representações e por trás de alguns de seus aspectos técnicos, esses mesmos interesses e desígnios. Pretendia-se, sobretudo, controlar o território não apenas a partir da administração do mesmo, mas também através da produção e circulação do conhecimento geográfico que se detinha sobre aquele território.

Não por acaso a administração paulista preocupou-se em imprimir e colocar, pela primeira vez, diversos exemplares da estatística e do mapa em circulação. Desejava-se que o conhecimento geográfico contido naquelas representações fosse difundido para além dos usuais políticos e agentes a serviço da Província. O cuidado na definição de alguns aspectos da elaboração destes artefatos, como a escolha de um engenheiro-militar de vasta experiência e reconhecida erudição ou, no caso da carta, suas grandes dimensões e a decisão de se imprimi-la em um dos principais centros mundiais de produção cartográfica, sugerem que era do interesse da administração provincial que tais representações fossem tidos como as mais precisas a se realizar da Província até então. Tudo isso, como se apontou no decorrer da pesquisa, revela uma intencionalidade no estabelecimento de padrões de representação do território paulista que pudessem ser reproduzidos por engenheiros-militares, cartógrafos, geógrafos, litógrafos, editores de mapas ou viajantes, dentre outros, nas obras que estes viessem a produzir a partir de então. De fato, a representação criada por Müller continuou repercutindo na obra de outros cartógrafos no decorrer de toda a segunda metade do século XIX, como se buscou demonstrar especialmente no capítulo quatro.

Na parte final deste trabalho buscou-se exemplificar como a administração provincial paulista efetivamente utilizou mapa e estatística como instrumentos de governo e artefatos de poder. Ao discutir a ideia de “sertão” e propor uma interpretação para a representação de uma vasta área na porção Oeste do território paulista como “Sertão desconhecido”, evidenciou-se como a administração provincial utilizou o *Mappa Chorographico da Província de São Paulo* para difundir um padrão de representação territorial que reforça uma concepção de assimilação das diversas populações indígenas que habitavam um vasto espaço identificado como “Sertão desconhecido”.

Segundo essa ideia, uma vez desembaraçados da presença desses índios e a partir da incorporação de suas terras ao Estado, seria possível “civilizar os sertões”, propósito caríssimo às diferentes esferas administrativas, quer nacional, quer provincial, já que legitimava o processo de

transformação dos “fundos territoriais” em “territórios usados”, configurando um processo de expansão territorial “para dentro”.

Propósitos, aliás, que também eram caríssimos aos interesses dos grandes proprietários e posseiros paulistas na expropriação das terras, tanto dos índios aldeados, quanto das populações indígenas que viviam nos sertões, especialmente ao se considerar a dinâmica que impulsionava a expansão da lavoura açucareira para exportação durante as primeiras décadas do século XIX e que valorizou sobremaneira as terras na região onde aquela cultura havia se instalado.

Por fim, não se pode deixar de mencionar a escola de engenheiros que o marechal Daniel Pedro Müller ajudou a organizar e que também foi utilizada pela administração provincial como instrumento governativo, atendendo às demandas de setores da elite paulista, em especial, a mercantil-exportadora. A reconstituição da trajetória do Gabinete Topográfico, no último capítulo desta dissertação, procurou demonstrar como, em um contexto marcado pela expansão da produção de açúcar e o começo do crescimento da cultura do café, quanto mais essas lavouras se expandiam para o interior da Província, maior era a necessidade da ampliação da rede viária para o melhor escoamento da produção e, conseqüentemente, maior a necessidade de pessoal apto a construir estradas. Juntamente com a instituição das Barreiras, que buscavam suprir os Cofres Provinciais com recursos para o investimento na construção e manutenção das estradas, a criação do Gabinete Topográfico, também em 1835, voltava-se a atender, em alguma medida, a demanda por esse tipo de profissional na Província. Evidencia-se, assim, o uso deste estabelecimento a serviço da administração provincial e das elites paulistas, interessadas em estradas próximas – mas não dentro de suas fazendas – para o barateamento do escoamento de sua produção até o porto de Santos.

Assim, a interpretação que se propôs à representação da Província de São Paulo engendrada pela obra de Daniel Pedro Müller a serviço da Assembleia Legislativa Provincial, bem como a organização de uma escola de engenheiros construtores de estrada, é de que as mesmas são frutos da perspectiva social, política e econômica de grupos da elite paulista, em especial, o mercantil-exportador, que passou a ter relativa autonomia política e tributária através da atuação de seus representantes como deputados da Assembleia Legislativa Provincial. Não menos importante, a circulação dessa representação construída por esses homens foi parte de uma estratégia que visava, não apenas o controle do território e de sua população, mas também de como este espaço deveria ser visto, especialmente, por outros grupos que detinham alguma parcela de poder, quer no âmbito provincial, quer no nacional.

FONTES

Fontes Manuscritas

ACERVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (AH-ALESP).

EE42.022, cx. 396. *Mapa corográfico da Província*. Ofício (1842).

EE43.014, cx. 396. *Compra de mapa corográfico da Província*. Parecer (1843).

IP41.011, cx. 429. *Regulamento para o Gabinete Topográfico*. Ofício (1841)

CJ44.015, cx. 358. *Comunicado sobre o projeto de reforma de estatutos do gabinete do 2º tenente, diretor do Gabinete Topográfico*. Ofício (1844).

PR50.020, cx. 552. *Autorização para transferir aos alunos do Gabinete Topográfico das cartas impressas em pergaminho (Projeto 52)*. Decreto (1850).

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR, LISBOA. (AHM)

Cx. 693, D-1-6-38. Livros mestres.

Cx. 693, D-1-7-45-48. Livros mestres.

Cx. 693, D-1-7-9-5. Livros mestres.

Maço 1, processo 58. Processo do ex-aluno da Escola do Exército, Daniel Pedro Müller.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, LISBOA (AHU).

AHU_ACL_CU_023-01, cx. 51, doc. 3962. *CARTA do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), Antônio José da Franca e Horta, para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), visconde de Anadia (João Rodrigues de Sá e Melo Soto-Maior), informando que chegou ao porto de Santos, no dia 18 de novembro de (1802), tendo feito boa viagem. Informa, também, que se demorava naquela vila até ser avisado de que a sua residência se encontrava desocupada*. Santos, 22-11-1802.

AHU_ACL_CU_23-01, cx. 51, doc. 3967. *OFÍCIO do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), Antônio José da Franca e Horta para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos), João Rodrigues de Sá e Melo Soto-Maior, visconde de Anadia, comunicando ter chegado à capital a 6 de dezembro tomando posse daquele Governo no dia 10. À 30 recebeu instruções do antecessor (Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça), que ainda não tem fixado o dia de partida. Em vista do curto espaço de tempo que decorreu desde a posse, nada há memorável a participar*. São Paulo, 31-12-1802.

AHU_ACL_CU_023-01, cx. 59, doc. 4484. *DECRETO pelo qual o (Príncipe Regente D. João) promove o ajudante de ordens do Governo da capitania de São Paulo, Daniel Pedro Müller, a sargento-mor de Infantaria, continuando no exercício que tem atualmente*. Palácio de Queluz, 13-05-1806.

AHU_ACL_CU_ 23-01, cx. 61, doc. 4610. *REQUERIMENTO de José Marcelino de Vasconcelos (Andrade), sargento da 1ª Companhia da Brigada de Artilharia da Legião de Voluntários Reais, da cidade de São Paulo, por seu procurador Alexandre Pereira Dinis, ao (Príncipe Regente D. João), pedindo Aviso para poder continuar os estudos de Matemática, de que já tem o 2º ano, como prova pelo atestado e informação juntos. Tendo sido proposto para o lugar de 2º tenente da mesma Brigada, e desejando frequentar a Universidade de Coimbra pede, lhe seja concedido o soldo compatível com a patente em que estiver confirmado.* [ca. 1806].

AHU_ACL_CU_ 23-01, cx. 62, doc. 4752. *REQUERIMENTO do ajudante de Ordens do Governo de São Paulo, Daniel Pedro Müller por seu procurador, João Guilherme Cristiano Müller, ao (Príncipe Regente D. João) pedindo que se digne mandar expedir um aviso ao secretário das mercês e outro ao chanceler-mor para que se possa registrar a sua patente do posto de sargento-mor, em virtude de ter passado o prazo para tal estabelecido.* 10-07-1807.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT).

Livro 67, fol. 100. *Carta Patente de 30 de agosto de 1802.* Chancelaria de D. Maria I.

Livros 48, 59, 62 e 81. *Colégio dos Nobres.* 1766-1837.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (ANRJ).

Caixa 169, Licenças, pacote 1, documento 17. *Catálogo dos livros pertencentes a D. P. Müller, que lhes são remetidos de Lisboa para São Paulo em 9 caixões.* Mesa do Desembargo do Paço. Catálogo (05-1818).

Caixa 171, pasta 2. *Parecer de José da Silva Lisboa.* Mesa do Desembargo do Paço. Parecer (04-05-1818).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (APESP).

Série: Listas Nominativas

Listas Nominativas de Habitantes da Cidade de São Paulo, 1802-1831.

Série: Obras Públicas

Ordem 5151, cx. 14, pasta 3, doc. 93A. *Relatório geral das obras publicas apresentado pelo Conselho d'Engenheiros, em 20 de março de 1852 em cumprimento ao § 3º do Art 3º do Regulamento de 04 de Outubro de 1851.* Relatório. (20-03-1852).

Série: Registro de Ofícios Diversos

Ordem 241, caixa 14, pasta 1, doc. 16. Daniel Pedro Müller. *[Remete a planta para a construção da estrada, pirâmide e chafariz do Piques, explicando como devem ser feitas as obras e indicando a localização do terreno a ser adquirido pelo Governo para a realização do projeto].* Ofício (17-10-1814).

Ordem 241, caixa 26, pasta 1, doc. 31. Daniel Pedro Müller. *[Apresenta ao capitão-general seu Mapa Histórico, Político e Geographico de S. Paulo].* Ofício (25-08-1815).

Ordem 241, caixa 14, pasta 1, doc. 32. João da Costa Ferreira. *[Apresenta ao capitão-general sua Carta Topographica de parte das terras pertencentes à Fazenda do Cubatam, que foi dos extintos jezuitas para semostrar as paragens em que sequerem estabelecer os quatro cazais de Ilheos]*. Ofício (30-06-1816).

Ordem 241, caixa 14, pasta 1, doc. 37. Daniel Pedro Müller. *[Apresenta uma relação dos casais de Ilhéus que se estabelecerão na Capitania e os lugares que estes escolheram para sua residência]*. Ofício (04-09-1817).

Cx. 70, pasta 1, doc. 74. José Arouche de Toledo Rendon. *Acusa o recebimento de ofício que o nomeia presidente da Comissão de Estatística e informa que aceita o cargo*. Ofício (25-08-1826),

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 46. Daniel Pedro Müller. *Transmite ao presidente da província a relação inclusa de instrumentos e livros necessários para andamento das operações às quais se dedicam os empregados no Gabinete Topográfico da província de São Paulo*. Ofício (09-04-1836).

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 107. Daniel Pedro Müller. *Informa o estado do expediente da Comissão de Estatística da província de São Paulo. Diz quais trabalhos já estão prontos e quais estão por fazer, pedindo que seja desonerado da tal comissão devido ao seu estado de saúde*. Ofício (26-12-1836).

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 179. José Marcellino de Vasconcellos. *Aceita a nomeação para Diretor do Gabinete Topográfico, criado em virtude da Lei provincial de 24 de Março de 1835*. Ofício (14-07-1836).

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 180. *Informa qual sala escolheu para o trabalho no Gabinete Topográfico, indicando as modificações estruturais que pensa em fazer. Diz também quais móveis e materias necessita*. Ofício (16-07-1836).

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 181. José Marcellino de Vasconcellos. *Pede ao Presidente da Província para que envie ao Gabinete Topográfico alguns livros e outros objetos que se encontram na Estatística*. Ofício (01-08-1836).

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 184. José Marcellino de Vasconcellos. *Envia a lista de alunos matriculados, explicando que ainda não está em condições de fornecer as informações sobre a capacidade, aplicação e aproveitamento*. Ofício (01-10-1836).

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 187. José Marcellino de Vasconcellos. *Em virtude da frequência dos primeiros cinco meses do ano letivo, pede ao Presidente da Província a gratificação dos seguintes alunos do Gabinete Topográfico: José Homem Guedes Portilho, Augusto Cezar da Silva e Eleuterio José Moreira*. Ofício (14-12-1836).

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 188. Daniel Pedro Müller. *Informa sobre o recebimento de ofício, no qual lhe confia a formação dos Planos das Estradas para carros, de Cubatão de Santos para o interior, e o Quadro Estatístico da Província. Indica nomes de oficiais militares para o ajudarem*. Ofício (30-12-1835).

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 189. Daniel Pedro Müller. *Informa sobre o início das Conferências do qual fazem parte ele e mais três oficiais. Comunica que o Coronel Prean e o Tenente Coronel Cabral passam a trabalhar na Estatística, conforme as ordens do Presidente da Província. Informa também sobre o andamento dos trabalhos do Tenente Coronel José Marcelino. Por fim, pede para*

que seja entregue no Quartel do Oficial Arquivista os gêneros para escrituração, mencionados na nota junta. Ofício (02-01-1836).

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 190. Daniel Pedro Müller. *Informa que a Conferência semanal ocorreu no dia 9 do corrente mês. Pede que seja enviada uma Circular aos Municípios e Juizes de Paz para que estes forneçam as informações necessárias para o trabalho da Estatística. Pede também a entrega do papel relativo à requisição inclusa. Por fim, requisita dois oficiais engenheiros para concluírem os reconhecimentos dos terrenos por onde passarão as estradas, indicando o Capitão Engenheiro Antonio Manoel de Mello para um dos cargos.. Ofício (11-01-1836).*

Ordem 873, cx. 78, pasta 1, doc. 191. Daniel Pedro Müller. *Envia a relação das gratificações dos oficiais empregados na Estatística da Província, vencidas no mês de Janeiro de 1836, a ser aprovada pelo Presidente da Província e, portanto, paga pela Tesouraria da Província. Ofício (02-02-1836).*

Ordem 874, cx. 79, pasta 2, doc. 67. Joaquim Floriano de Toledo. *Acusa recepção de Ofício e informa que cumprirá as ordens de litografar o Mapa cartográfico da Província. Comunica sobre a dificuldade de encontrar local que imprima um mapa do tamanho desejado e sugere uma redução no tamanho destes mapas. Ofício (24-08-1837).*

Ordem 875, cx. 80, pasta 1, doc. 97. Daniel Pedro Müller. *Listagem elecando dois complementos que se deram aos artigos da "Estatística". Ofício (28-06-1837).*

Ordem 876, cx. 81, pasta 1, doc. 111. Daniel Pedro Müller. *Envia a Relação de Livros e Instrumentos que estão em posse do Gabinete Topográfico, o qual não faz menção das obras de Perronet e Rondelet, que estão por empréstimo da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Ofício (14-02-1838).*

Ordem 876, cx. 81, pasta 1, doc. 114. José Marcellino de Vasconcellos. *Esclarece a Assembleia Legislativa a respeito dos obstáculos que tem tornado infrutífero o Gabinete Topográfico, defendendo veementemente que não é infrutífero. Critica a Legislação, que fez uma Lei contendo o Projeto nº 3, derrubando o referido Estabelecimento, fato que, se não teve efeito prático, ajudou a espalhar boatos do fechamento do Gabinete e abalou a credibilidade do mesmo. Fala da importância do curso de Engenharia contrapondo o pouco valor que se dá aos seus alunos. Defende o talento da mocidade de São Paulo. Fala da carência de livros e instrumentos. Trata do quanto se empenhou e acredita no trabalho que faz. Ofício (20-02-1838).*

Ordem 877, cx. 82, pasta 1, doc. 18. Daniel Pedro Müller. *Remete segunda parte da Estatística e comunica acerca de quantias que necessitam ser pagas. Ofício (29-01-1838).*

Ordem 879, cx. 84, pasta 2, doc. 36. Daniel Pedro Müller. *Diz que não se poderá organizar o Gabinete Topográfico como convém sem uma reforma à atual Lei Provincial e pede encontro para se tratar disso, indicando como norma o que se segue na Escola de Medidores de Niterói. Ofício (20-10-1840).*

Ordem 879, cx. 84, pasta 2, doc. 85. Daniel Pedro Müller. *Envia apontamentos sobre o Gabinete Topográfico, dando indicações de como deve ser montado, quanto ao edifício, quantidade de cômodos, localização, ordenado do ajudante e do servente e anúncios para as matrículas. Ofício (21-08-1840).*

Ordem 880, cx. 85, pasta 3, doc. 10. Daniel Pedro Müller. *Informa que, quando Presidente, solicitou a impressão de um mapa da província, tendo inclusive remetido-o para França a fim de ser gravado em cobre.* Ofício (25-06-1840).

Ordem 883, cx. 88, pasta 1, doc. 31. *Informa quanto ao arranjo que considera adequado para as novas materias do Gabinete Topográfico.* Ofício (13-03-1842).

Ordem 883, cx. 88, pasta 1, doc. 32. *Propõe algumas alterações para a Lei de Criação do Gabinete Topográfico. Expõe algumas adaptações que julga necessárias no plano de estudos do gabinete.* Ofício (10-03-1842).

Ordem 889, cx. 88, pasta 1, doc. 36. *Informa que o gabinete Topográfico instalou-se em sua nova sede, já tendo providenciado a matrícula de novos alunos e retomado as aulas.* Ofício (14-04-1842).

Ordem 885, cx. 90, pasta 3, doc. 72. *Envia a relação de alunos do Gabinete Topográfico com suas habilitações.* Ofício (30-03-1843).

Ordem 885, cx. 90, pasta 4, doc. 13. *Envia a relação dos alunos do Gabinete Topográfico e seus aproveitamentos e frequência.* Ofício (12-10-1843).

Ordem 885, cx. 90, pasta 4, doc. 30. *Informa o resultado dos exames do primeiro ano do Gabinete Topográfico e que estes se encontram dedicados aos exercícios práticos trabalhando nas estradas que vão da capital ao rio dos Pinheiros e da capital à Freguesia da Penha. Informa que esses trabalhos devem estar prontos no começo de Janeiro.* Ofício (28-11-1843).

Ordem 887, cx. 92, pasta 1, doc. 82. *Pede que lhe seja entregue um Mapa Corográfico da Província por estar a Diretoria Geral dos Correios precisando, de acordo com o que representou no ofício enviado ao administrador. Informa que a administração arcará com a despesa. Consta o recibo do mapa assinado pelo administrador Benedicto Antonio da Luz.* Ofício (27-06-1845).

Ordem 891, cx. 95, pasta 2, doc. 95. *Solicita que o senhor Saturnino Francisco de Freitas Villalva, aluno do Gabinete Topográfico, seja admitido como seu ajudante em operações Geodésicas, substituindo assim o senhor Antonio Alexandrino. Solicita que se ordene para que o pagamento do novo ajudante se inicie em outubro.* Ofício (28-07-1848).

Ordem 891, cx. 95, pasta 3, doc. 15. *Indica para o cargo de Ajudante dos Estudos na Estrada da Maioridade do Cubatão o cidadão Antonio José Vaz.* Ofício (06-10-1848).

Ordem 891, cx. 96, pasta 2, doc. 80. *Solicita que o tratado de mecânica aplicada às artes, que se encontra no arquivo do extinto Gabinete Topográfico, passe para o arquivo do Liceu de Taubaté a fim de que possa servir no ensino.* Ofício (27-04-1849).

Ordem 891, cx. 96, pasta 4, doc. 15. *Remete fêria das despesas com a obra da estrada que segue da Capital até Cotia.* Ofício (09-08-1849).

Caixa 100, pasta 1, doc. 13. *Em observância à proposta do engenheiro José Jacques da Costa Ourique, solicita uma carta chorográfica da província, a fim de cada Seção de Obras Públicas conheça seu terreno.* Ofício (12-01-1852).

Ordem 897, pasta 1, doc. 21. *Informa sobre o incluso ofício do engenheiro chefe da 5ª Seção, Antônio José Vaz, que trata da necessidade de alguns reparos nas estradas de Sorocaba, Santana e*

Anastácio. *E pede para que os pagamentos não sejam confundidos com despesas*. Ofício (31-01-1853).

Ordem 902, cx. 107, pasta 12, doc. 4. *Encaminha o relatório e mapa das estradas que comunicam as diferentes povoações e as necessidades das mesmas para as melhorias da província*. Ofício (11-01-1855).

Atlas, Mapas e Plantas.

ESCHWEGE, Wilhelm von. *Mappa da Capitania de São Paulo ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Snr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para o uso próprio do Tenente Coronel de Engº Guilherme, Barão de Eschwege*. 1817. 1 mapa, ms: 51,9 x 72, 8 cm.

[MÜLLER, Daniel Pedro]. *[Planta contendo os projetos de construção da estrada, pirâmide e chafariz do Piques]*. [1814]. 1 mapa, ms: 22,5 x 39,5 cm . Arquivo Público do Estado de São Paulo.

[FERREIRA, João da Costa]. *Carta Topographica de parte das terras pertencentes à Fazenda do Cubatam, que foi dos extintos jesuitas para semostrar as paragens em que sequerem estabelecer os quatro cazais de Ilheos*. [1817]. 1 mapa, ms: 50 x 39 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (BNRJ).

Cartas, decretos, fés de ofício, solicitações, códices.

C318-5, n. 2. *Carta da regência concedendo mercê de tença anual de 300\$000 a Daniel Pedro Müller correspondente ao posto de Brigadeiro*. Rio de Janeiro, 14-02-1833.

C318-5, n. 17. *Decreto do Príncipe Regente concedendo o Hábito da Ordem de Cristo a Daniel Pedro Müller*. Rio de Janeiro, 22-08-1808.

C318-5, n. 5. *Decreto do Príncipe Regente concedendo o Hábito da Ordem de Cristo a Daniel Pedro Müller*. Rio de Janeiro, 22-08-1808.

C318-14, n. 14. *Solicitação de Daniel Pedro Müller para renunciar a Mercê de Cavalheiro da Ordem de Cristo na pessoa do Capitão de Milícias Manuel Pereira de Sousa*. 25-05-1825.

C318-14, n. 13. *Fé de Ofício de Daniel Pedro Müller*. Rio de Janeiro, 21-01-1831.

DOC. II – 36, 29, 3. *Carta ao Visconde de São Leopoldo [José Feliciano Fernandes Pinheiro] enviando pelo Brigue São Domingos Eneas dois colonos franceses*. Montevidéu, 06-01-1827.

I-3, 11, 27. *Carta do presidente da Província de São Paulo, Miguel de Souza Mello e Alvim, ao Conego Januário da Cunha Barbosa, oferecendo o Mappa Chorographico da Província de São Paulo ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. São Paulo, 05-10-1841. Coleção José Carlos Rodrigues.

I-3, 11, 59. *Carta de Felisardo Pinheiro de Campos ao Conego Januário da Cunha Barbosa, oferecendo os novos cathecismos de sua pequena encyclopedia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Santa Catarina, 17-08-1841. Coleção José Carlos Rodrigues.

Loc. 12, 02, 012. *Trata-se de um códice com 30 páginas contendo a narração feita por Manuel Joaquim de Amaral Gurgel, à pedido de Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, sobre os acontecimentos políticos de São Paulo em 1823/1824 em virtude da Bernarda de Francisco Inácio.* São Paulo, 12-08-1864.

Atlas, Mapas e Plantas.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e Territórios cor[...]*. [c. 1815]. 1 mapa, ms: 42,5 x 49 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

VASCONCELLOS, José Marcelino de. *Planta da estrada entre as cidades de S. Paulo e Santos levantada de Ordem do Ilmo e Ex. Sr. Rafael Tobias de Aguiar presidente da Prov. no anno de 1832.* [S.l.: s.n.], [183?]. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 56 x 81cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart514913/cart514913.jpg>. Acesso em: 19 mar. 2015.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, RJ (IHGB)

Lata 545. Doc. 6. *Atestados passados por Daniel Pedro Müller, Brigadeiro do Corpo de Engenheiros e Governador da Praça de Montevideú e pelo Comandante Francisco Xavier da Cunha, declarando que na fortificação e defesa da Ilha de Martin Garcia, por sua capacidade profissional e espírito combativo, prestou relevantes serviços o Capitão Adolfo Antônio Frederico de Seweloh, do Imperial Corpo de Engenheiros.* Montevideú, 12-07-1826. Coleção Instituto Histórico.

Lata 141. Pasta 69. *Carta de Daniel Pedro Müller apresentando ao Instituto Histórico uma memória sobre os Campos de Guarapuava.* São Paulo, 01-04-1840. Coleção Instituto Histórico.

Lata 192, pasta 11. *Notas sobre a “Aritmética Política” ou “Estatística”,* por José Bonifácio de Andrada e Silva.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)

Atlas e Mapas

[CARDOSO, Ângelo dos Santos]. *[O prim.ro mais ajustado, que lá appareceo até/aquele tempo, e o menos distante da verdade da destrebuiação desta Comarca,/e seos Arrayaes, mostrando o caminho, que vem da Vila de Santos a esta Capi-/tal, e daqui ao Cuyabá, Mato Groso, Rio da madeira, té o das Amazonas]*. [1750]. 1 mapa, ms: 62 x 50 cm. Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

MONTESINHO, Antonio Rodrigues. *Mapa Corographico da Capitnia de S. Paulo que por Ordem do Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor Bernardo Jozé de Lorena, Governador e Capitão General da mesma Capitania Levantou o Ajudante Engenheiro Antonio Roiz Montezinho, conforme suas observações feitas em 1791 e 1792.* 1 mapa, ms: 163 x 149 cm.

Fontes Impressas

LIVROS, PERIÓDICOS, RELATÓRIOS E LEGISLAÇÕES.

ABREU, Manoel Cardoso. Divertimento admirável para os historiadores observarem as machinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas de Cuyabá e Matto Grosso. In: Ernani Silva Bruno. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 53-88.

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Memória sobre a estatística ou análise dos verdadeiros princípios dessa ciência e sua aplicação à riqueza, artes e poder do Brasil. In: VARELA, Alex Gonçalves. Um manuscrito inédito do naturalista e político Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, p.973-990, jul.-set. 2007.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Notas sobre a “Aritmética Política” ou “Estatística”. In: *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro: IBGE, v. 7, n. 25, p. 119-121, jan./mar. 1946.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de; ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. Viagem Mineralógica na Província de São Paulo (1820). In: FALCÃO, Edgard Cerqueira de (Org.) *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. Santos: Revista dos Tribunais, 1963.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Annaes: 1919-20*. Vol. 61-62, Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1925, p. 315-316.

BIELFELD, Jakob Friedrich von. *The elements of universal erudition, containing an analytical abridgement of the sciences, polite arts, and belles lettres*. Translated from the last edition printed at Berlin by W. Hooper. London: G. Scott, for J. Robson & B. Law, 1770. 3v. Disponível em: <<http://catalog.hathitrust.org/Record/008679793>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

BRASIL. Lei de 20 de outubro de 1823 que dá forma aos Governos das Províncias, creando para cada uma delas um Presidente e um Conselho. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1823*. Parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 10-15.

BRASIL. Lei de 12 de outubro de 1832. Ordena que os eleitores para deputados da seguinte Legislatura, lhes confirmam nas procurações, faculdade para reformarem alguns artigos na Constituição. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*. Parte Primeira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 106-107.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e addições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: *Coleção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866, p. 15-23.

CABRAL, José Antônio Teixeira Cabral. *A Estatística da Imperial Província de São Paulo: com várias anotações do tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística, Tomo I, 1827*. São Paulo: Edusp, 2009.

CARTA de Pero Vaz de Caminha. In: CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*. Lisboa: 1994, p. 127-141.

CHICHORRO, Manoel da Cunha de Azeredo Sousa. Memoria em que se mostra o estado economico, militar e politico da capitania geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o Ilm. e Exm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma do Conselho de S. A. Real e do de sua real fazenda. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 36, parte 1, 1873, p. 197-267.

CLETO, Marcelino Pereira. Dissertação sobre a capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. In: Ernani Silva Bruno. *Roteiros e notícias de São Paulo colonial: 1751-1804*. Introdução e notas de Ernani Silva Bruno. São Paulo: Governo do Estado, 1977, p. 11-52.

CONSTITUIÇÃO Política do Império do Brasil (25 de Março de 1824). In: BONAVIDES, Paulo Amaral Roberto (org.). *Textos políticos da história do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2002, vol. 8, p. 199-222.

DEUS, Frei Gaspar da Madre de. *Memória da Capitania de São Vicente, hoje chamada de S. Paulo do Estado do Brasil*. Lisboa: Typographia da Academia, 1797, 247p. Disponível em: <<https://archive.org/download/memoriasparahist00gasp/memoriasparahist00gasp.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

DINIZ, Firmo de Albuquerque. *Notas de Viagem* [1882]. São Paulo: Governo do Estado, 1978, 134p. (Coleção Paulística; v. 5).

DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e os Costumes de São Paulo. Vol. 73. Ofícios do Capitão General d. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Matheus (1765-1766). São Paulo: Secretaria da Educação/Arquivo do Estado, 1952, 219p.

DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e os Costumes de São Paulo. Vol. 86. Atas do Conselho da Presidência da Província de São Paulo (anos 1824-1829). São Paulo: Secretaria da Educação/Arquivo do Estado, 1961.

DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e Costumes de São Paulo. Vol. 94. Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros 1802-1808. São Paulo: Unesp, 1990, 262p.

DOCUMENTOS INTERESSANTES para a História e costumes de São Paulo. Vol. 95. Ofícios do General Horta aos Vice-Reis e Ministros 1802-1807. São Paulo: Unesp, 1990, 392p.

ESCHWEGE, Wilhelm von. *Pluto Brasiliensis*. Berlim: Reimer, 1833, 633p.

EGAS, Eugenio; MELLO, Oscar Motta (orgs.). *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo: reconstituição desde 1835 a 1861. 30 volumes originais*. São Paulo: Secção de Obras d' "O Estado de S.Paulo", 1926.

_____. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889*. São Paulo: Secção de obras d' "O Estado de S.Paulo", v.1, 1926.

ITINERÁRIO feito desde os confins septentrionais da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, até a cidade de São Paulo, no qual se marcão os pontos de divisão de uma e outra capitania, e os Rios que atravessão o caminho geral da primeira para a segunda, trabalho enviado pelo governador daquella capitania [Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara]. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. XXI, 1858, p. 309-315.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo* [1845]. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. Brasília: Senado Federal, 2001, 320p.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1907-1912, 9v.

LIMA, Francisco das Chagas. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava, escrita pelo Padre Francisco das Chagas Lima, 1º Capelão da Expedição em 1809 e Vigário Collado da Freguezia de N. S. do Belem. In: *Revista Trimensal de História e Geografia*, t. 4, n. 13, 1842, p. 43-63.

LISBOA, José da Silva. *Estudos do bem-comum e economia política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional e prosperidade do Estado (parte 1, 2 e 3, seção 1)*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819, 360p. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/03878110>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837* [1838]. 2ª ed. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1923, 265p.

_____. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837* [1838]. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, 266p.

NOGUEIRA, José Luiz Almeida. *A Academia de São Paulo. Tradições e reminiscências: Estudantes, estudantões, estudantadas*. São Paulo: Typographia Vanorden & Co, 1907-1912, 9v.

OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira. *Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo* [1822]. 2ª edição. Prefácio e Notas de Antônio Barreto do Amaral. São Paulo: Governo do Estado, 1978, 108p. (Coleção Paulística, vol. 6).

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, vol. 5, 1899-1900, p. 388.

ROLIM [de Moura Tavares], d. Antônio. Relação da viagem, que fez o Conde de Azambuja, d. Antônio Rolim, da cidade de S. Paulo para a vila de Cuiabá em 1751. In: TAUNAY, Affonso d'E. *Relatos Monçoeiros*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, p. 182-202.

SÁ E FARIA, José Custódio de. Diário da viagem que fez o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de São Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi (1774-1775). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 39, parte I, 1876, p. 217-291.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Uruguai* [1851]. Tradução e prefácio de Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Livraria Martins, 1940, 381p.

SÃO PAULO (Província). Lei nº 10, de 24 de março de 1835. *Cria nesta capital um gabinete topográfico*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.10,%20de%2024.03.1835.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

_____. Lei nº 11, de 24 de março de 1835. *Determina o estabelecimento de barreiras em todas as estradas existentes ou que de novo se abrirem, atravessando a Serra do Mar nesta Província, ou seguindo para o Rio de Janeiro, para cobrança da taxa que deverá ser aplicada às obras das mesmas estradas*. Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.11,%20de%2024.03.1835.pdf>>. Acesso em 01 fev. 2012.

_____. Lei nº 16, de 11 de abril de 1835. *Autoriza o governo a despende o que for necessário para a redação e impressão da estatística da província.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei%20n.16,%20de%2011.04.1835.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

SÃO PAULO (Província). Lei nº. 5, de 19 de fevereiro de 1836. *Estabelece a maneira de proceder-se ao arrolamento de todas as pessoas existentes nessa Província.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1836/lei%20n.5,%20de%2019.02.1836.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2015.

SÃO PAULO (Província). Lei nº. 14, de 10 de março de 1837. *Marca a receita e fixa a despesa provincial para o ano financeiro de 1º de julho de 1837, ao último de junho de 1838.* Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1837/lei%20n.14,%20de%2010.03.1837.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2015.

_____. Lei nº 24, de 30 de março de 1838. *Autoriza o presidente da Província a conceder carta de privilégio exclusivo a Companhia Aguiar, Viúva e Filhos e a Companhia Platt e Reid para a factura de uma Estrada de Ferro.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1838/lei%20n.24,%20de%2030.03.1838.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. Lei n. 29, de 31 de março de 1838. *Suspende a execução da Lei de 24 de Março de 1835, que criou o Gabinete Topográfico.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1838/lei-29-31.03.1838.html>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. Lei n. 12, de 12 de março de 1840. *Restabelece o Gabinete Topográfico.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1840/lei-12-12.03.1840.html>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

_____. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Raphael Tobias de Aguiar, no dia 07 de janeiro de 1841 por ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial.* São Paulo: Typografia da Costa Silveira, 1841, p. 6-7. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1083/000001.html>>. Acesso em 02 de março de 2013.

_____. *Discurso recitado pelo Exmo. Presidente Miguel de Souza Mello e Alvim no dia 7 de janeiro de 1842 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo.* São Paulo: Typographia Imparcial de Silva Sobral, 1842, p. 6-7. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/976/000007.html>>. Acessado em 02 mar. 2013.

_____. *Discurso recitado pelo Exmo. Presidente José Carlos Pereira d'Almeida Torres no dia 7 de janeiro de 1843 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo.* São Paulo: Typographia do Governo, 1843, mappa n. 7. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/977/000039.html>>. Acessado em 02 mar. 2013.

_____. *Discurso recitado pelo Exmo. Presidente Manoel Felisardo de Souza e Mello no dia 7 de janeiro de 1844 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo.* São Paulo: Typographia do Governo, 1844, mappa n. 10. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/978/000074.html>>. Acessado em 02 mar. 2013.

_____. *Lei n. 36, de 15 de março de 1844. Cria uma diretoria de obras públicas e autoriza o presidente da província a fazer os regulamentos necessários.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1844/lei%20n.36,%20de%2015.03.1844.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. *Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo Exmo. Presidente Manoel da Fonseca Lima e Silva no dia 07 de janeiro de 1845 por ocasião da abertura da Assembléa Legislativa da Província de São Paulo.* São Paulo: Typographia de Silva Sobral, 1845. Mappa n. 16. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/979/000085.html>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

_____. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo exmo presidente da mesma provincia, Manoel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1846.* São Paulo: Typographia de Silva Sobral, 1846, mappa n. 7. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/980/000025.html>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

_____. *Relatório apresentado ao Exm. e Rym. Sr. Dr. Vicente Pires da Motta pelo Exm. Sr. Dr. Domiciano Leite Ribeiro ao entregar a presidência.* São Paulo: Typographia do Governo, 1848, p. 6. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1085/000006.html>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

_____. *Lei n. 27, de 23 de abril de 1849. Marca a receita e fixa a despesa provincial para o ano financeiro de 1849 a 1850.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1849/lei%20n.27,%20de%2023.04.1849.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

SERQUEIRA, Thomaz José Pinto. Elogio histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro anno social. In: *Revista Trimensal de História e Geografia*, Rio de Janeiro, v. 3, t. 3, 1841, p. 542-543.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philippe von. *Travels in Brazil in the year 1817-1820 undertaken by command of His Majesty the King of Bavaria.* London: Longman, Hurst, Rees, Ormes, Brown, and Green, 1824. Disponível em: <<https://archive.org/download/travelsinbrazili00spix/travelsinbrazili00spix.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

ATLAS E MAPAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias : dedicado a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II.* Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomatico, 1868. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179473>>. Acesso em: 16. Jan. 2015.

[BRESSER, Karl Abraham]. *Planta da Imperial Cidade de São Paulo: levantada em 1810 pelo capitão de engenheiros Rufino Jº Felizardo e Costa e copiada em 1841 com todas as alterações.* 1841. 1 planta, impr. 23,5 x 29,8 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart537144/cart537144.jpg>. Acesso em: 19 fev. 2015.

CARVALHO, Claudio Lomellino de. *Província de São Paulo*. [Rio de Janeiro]: Lith. de Angelo & Robin, 1879. 1 mapa impr., 33 x 47cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168295/cart168295.html>. Acesso em: 16 jan. 2015.

DIEUDONNÉ-JOSEPH. Emmanuel-Augustin. Conde de Las Cases. *Atlas Histórico, Genealógico, Cronológico, Geográfico y Estadístico de Lesage escrito por el Conde de Las Casas, traducido, corregido y aumentado por un Español Americano*. Paris: Librería Hispano-Francesa de Padre Bossange, 1826. Disponível em <http://www.bibliotecanacional.gov.co/recursos_user/digitalizados/sala1a_15377.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

DUVOTENAY, Thunot. *Mappa da Provincia de San Pedro: publicado segundo uma carta manuscripta levantada debaxo da direcção do Illmo. e Exmo. Snr. Visconde de S. Leopoldo por Joze Pedro Cezar, Cor[onel] de Milicias; por Th. Duvotenay, Geografo; Gravé par Alexis Orgiazzi*. Paris: Depôt General de la Guerre, 1839. 1 mapa, impr.: 54,2 x 68,00 cm. Disponível em: <<http://purl.pt/3994/3/>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

ESCHWEGE, Wilhelm von. Carte des Golddistrictes Eines Theils der Provinz S. Paulo nebst einem Theile der angrenzender Provinz von Minas Geraes von W. v. Eschwege. 1 mapa, impr: 23,,1 x 32,1 cm In: Wilhelm von Eschwege. *Pluto Brasiliensis*. Berlim: Reimer, 1833, prancha 1.

FERREIRA, João da Costa. *Mappa Chorographico da Capitania de São Paulo*. In: MUSEU PAULISTA. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

FERREIRA, João da Costa; MONTESINHO, Antônio Rodrigues. Carta Corographica e Hydrographica de toda a costa do mar da Capitania de S. Paulo. In: *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo: desenhado por Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros, Segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmitidos*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 102,4 x 151,6 cm. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

_____. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo: desenhado por Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros, Segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmitidos*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 110 x 119 cm. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.

_____. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo: desenhado por Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros, Segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmitidos*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

_____. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo: desenhado por Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros, Segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmitidos*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 105 x 157 cm. Disponível em: <<http://hdl.huntington.org/cdm/ref/collection/p15150coll4/id/7150>>. Acesso em: 05 mar 2013.

_____. “Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo: desenhado por Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros, Segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmitidos”. In: MUSEU PAULISTA. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

VILLIERS DE L'ILE-ADAM, J de. *Carta Topographica da Província de São Paulo: gravada na Litographia Imperial de V. Larée*. Rio de Janeiro: Firmin Didot Irmaos, Belin Le Prieur et Morizot, 1847. 1 mapa, litografia: 49,5 x 62 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925_10.jpg>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. [*Cartas topographicas e administrativas das provincias do Brasil*]. Rio de Janeiro: Garnier, [1852]. 1 atlas, 16 mapas col. (2 dobrados), 72cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2015.

Obras de Referência

AMARAL, Antônio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo* [1969]. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006. (Coleção Paulística; v. 19).

BITARD, Adolphe. *Dictionnaire général de biographie contemporaine française et étrangère: contenant les noms et pseudonymes de tous les personnages célèbres du temps présent*. Paris: Maurice Dreyfuss, 1878. 1198p. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1133866>>. Acesso em: 02 mai. 2015.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902, 7 vols.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712–1728, 7v.

EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889*. São Paulo: Secção de obras d' “O Estado de S.Paulo”, v.1, 1926.

FAGGIN, Carlos Augusto Mattei. *Arquitetos de São Paulo: dicionário de artífices, carpinteiros, mestres de obra, engenheiros militares, engenheiros civis e arquitetos nos primeiros 350 anos contados da fundação da cidade*. São Paulo: FAUUSP, 2009, 240p.

FARIA, Eduardo de. *Novo diccionario da lingua portugueza. O mais exacto e mais completo de todos os dictionarios ate hoje publicados, contendo todas as vozes da lingua portugueza, antigas ou modernas, com as suas varias acceções, accentuadas conforme à melhor pronuncia, e com a indicação dos termos antiquados, latinos, barbaros ou viciosos; os nomes proprios da geographia antiga e moderna; todos os termos proprios das sciencias, artes e officios, etc., e a sua definição analytica; seguido de um diccionario de synonymos*. 2ª ed. Lisboa: Typographia Lisbonense de J. C. d'Aguiar Vianna, 1850, v.2, 1430p.

GALVÃO, Ramiz (org.). *Catálogo da Exposição de História do Brasil* [1881]. Introdução de José Honório Rodrigues. Ed. Fac-similar. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. Tomo III, p. 1634.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. *Municípios e Distritos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo, 1995, 208p.

LAGO, Laurenio. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil: dados biográficos (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1941, 162p.

NEVES, Guilherme Pereira das. Aulas. In: VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 55-58.

OLIVEIRA, Céurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980, 448p.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SANTOS, Cel. Horácio Madureira dos. Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby. *Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 5 (Reinado de D. Maria I) – 2ª. Parte: janeiro de 1794 a dezembro de 1806. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1965, p. 425 e 548.

VAINFAS, Ronaldo (dir). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, 600p.

Periódicos

DIARIO DO RIO DE JANEIRO

NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 30 ago. 1841, p. 2.

O ESTADO DE S. PAULO

TOLEDO, Benedito Lima de. A Memória sobreviverá? Ou a ingrata missão de ser monumento em São Paulo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 12 mar. 1972. Suplemento Literário, p. 4-5.

O POLICHINELLO

O POLICHINELLO. Ed. fac-similar. Introdução de Ana Maria de Almeida Camargo. São Paulo: Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 1981, Anno 1, São Paulo, 10 de dezembro de 1876, n. 35, p. 7-8.

JORNAL DO COMMERCIO

O VERDADEIRO Progressista. Correspondência. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 24 jan. 1837.

BIBLIOGRAFIA

Teses de livre-docência, doutorado e dissertações de mestrado.

CAMPOS JÚNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. 814 f. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CAVENAGHI, Airton José. *Olhos do barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)*. 2004. 313 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CORRÊA, Dora Shellard. *Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)*. 1997. 337 f. Tese (doutoramento). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

COSTA, Hernani Maia. *As barreiras de São Paulo: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX*. 1984. 243 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Caminhos da conciliação: o poder provincial paulista (1835-1850)*. 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MENDES, Denise. *A Calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista*. 1994. 210 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e indigenismo*. 2001. 235 f. Tese (Livre-docência em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos Conselhos Provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. 2010. 387 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PAULA, Odair Aparecido. *Os caminhos da Educação e a Educação para os caminhos: a formação de engenheiros em São Paulo (1835-1850)*. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

POZO, Gilmar de Paiva dos Santos. *Imigrantes irlandeses no Rio de Janeiro: cotidiano e revolta no primeiro reinado*. 2011. Dissertação (Mestrado), 189 f. Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVA, Francisco Alves da. *Diversificação e concentração no mercado interno paulista (1780-1870)*. 2003, 258 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

VERAZANI, Katiane Soares. *Assenhorar-se de terras indígenas: Barueri – sécs. XVI-XIX*. 2010, 121 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

Livros, capítulos e artigos publicados em periódicos acadêmicos.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, 164p.

ALMEIDA, Monsenhor Luís Castanho de. São Paulo: formosa sem dote? In: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações* [1998]. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2013, p. 9-75.

AMARAL, Antonio Barreto do. *O bairro de Pinheiros* [1969]. 3ª ed. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, 1985, 144p. (História dos Bairros de São Paulo; 2).

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2006, 223p. (Estudos Históricos; 61).

ARRUDA, José Jobson de Andrade. As Barreiras de Cubatão, Caraguatatuba, Ubatuba e Cunha: limites e possibilidades da documentação. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1977/1978, tomo XXVIII, p. 77-100.

_____. As Barreiras como fontes primárias para a história da Província de São Paulo no século XIX (1835-1892). In: *Memórias da I Semana da História*, Franca, 1979, p. 17-26.

_____. O sentido da colônia: revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In: José Tengarrinha. *História de Portugal*. 2ª ed. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2001, 452p.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da Terra: família e sistema sucessório entre senhores de engenho do Oeste Paulista (1765-1855)*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997, 219p. (Coleção Campiniana, vol. 13).

_____. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001, 274p.

BARROS, Fausto Ribeiro de. *Padre Claro Monteiro do Amaral: trucidado pelos índios “caingangos” nos sertões do Rio Feio*. São Paulo: Ind. Graf. José Magalhães, 1950.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª edição revista. São Paulo: Alameda, 2007 [1979], 342p.

BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Tradução: Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005, 424p.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz; tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 160p.

BORELLI, Silvia Helena Simões. Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: John Manuel Monteiro; et al. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu, 1984, p. 45-82.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011, 456p.

_____. A produção de um território chamado Brasil. In: BUENO, Beatriz et al (Ed.). *Laboratório do mundo: ideias e saberes do século XVIII*. São Paulo: Pinacoteca/Imprensa Oficial, 2004, p. 229-244.

_____. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 251-294.

_____. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 111-153

_____. As ciências e a construção do território do Brasil. In: Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 195-206.

CALDEIRA, Jorge. Introdução. In: _____. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: 34, 1999, p. 11-41.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo* [1954]. 2ª ed. fac-similar. São Paulo: Edusp, 2004, 589p.

CAMPOS JÚNIOR, Eudes de Mello. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos: obras públicas e arquiteturas vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datados do período de 1862-1863. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova Série, v. 15, n. 1, p. 11-114, jan.-jun./2007.

_____. Os Pais de Barros e a Imperial cidade de São Paulo. In: *Informativo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis*, São Paulo, vol. 3, n. 16, jan.-fev. 2008, p. 1-37.

_____. O antigo beco da Lapa e o Grande Hotel. In: *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano 4, n. 24, Mai.-Jun. 2009. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info24/i-logra.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

CAVENAGHI, Airton José. Uma leitura cartográfica da História: a formação territorial da Província de São Paulo durante o século XIX. *Projeto História*. São Paulo, v. 26, jun. 2003, p. 285-303.

_____. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 1, Jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Jan. 2015.

CINTRA, Jorge Pimentel. A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica. In: Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 3, 2009, Ouro Preto-MG. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 14p. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/cintra_a-cartografia-digital-como-ferramenta-para-a-cartografia-historica.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e Ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis; Campinas: Vozes; Unicamp, 1979, 316p.

CORTESÃO, Jaime. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil* [1922]. Lisboa: 1994, p. 127-141.

_____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* [1952]. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006, tomo 1, 480p.

COSTA, Antônio Gilberto. Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império. In: Antônio Gilberto Costa (org.) *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, 255p.

COSTA, Emilia Viotti da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos* [1977]. 9ª ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 178.

COSTA, Hernani Maia. *As barreiras de São Paulo: estudo histórico das barreiras paulistas no século XIX*. São Paulo, 1984. 243 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil* [1992]. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, 616p.

_____. Política indigenista nos século XIX. In: _____. *Índios no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 54-97.

CUNHA, Manuela Carneiro da; LUZ, Mara Manzonni; MOISÉS, Beatriz-Perrone (orgs). *Legislação indigenista no século XIX. Uma compilação (1808-1889)*. São Paulo: Comissão Pró-Índio; Edusp, 1992, 362p.

DEAECTO, Marisa Midori. *O Império dos Livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011, 448p.

DEVEZA, Guilherme. Política tributária no período imperial. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira* [1960]. 3ª ed., t. II, v. 4: declínio e queda do Império, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 60-84.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos* [1968]. 2ª edição. São Paulo: Alameda, 2009, p. 39-126.

_____. A interiorização da metrópole. In: _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos* [1972]. São Paulo: Alameda, 2009, p. 7-37.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, 336p.

_____. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun./ago. 2003.

_____. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 344p.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009, 440p.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, jul./dez. 2009, p. 237-250.

_____. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010, 268p.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A fabricação da pólvora e trabalhos sobre o salitre: Portugal e Brasil de finais do século XVIII às primeiras décadas do século XIX. In: Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 153-165.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 2001, 392p. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra. Introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. São Paulo: Edusp; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, 282p.

FERRO, João Pedro Ferro. Intelectuais alemães em Portugal: Johann Wilhelm Christian Müller (1752-1814). In: *Portugal-Alemanha-África*. Lisboa: Edições Colibri, 1996, p. 309-341.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)* [2004]. Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008, 575p. (Coleção Tópicos).

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil* [1974]. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, 128p.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*. São Paulo, ano 3, n. 5, p. 28-31, jan./jun. 1939.

GALVÃO-TELLES, João Bernardo. Relação dos alunos do Colégio dos Nobres de Lisboa (1766-1837). In: *Revista do Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto*. N.º. 1, Ano 1, Novembro de 2006, p. 57-118.

GESTEIRA, Heloísa. Instrumentos matemáticos e a construção do território: a missão de Diogo Soares e Domingos Capassi ao Brasil. In: : Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 207-224.

GLEZER, Raquel. Chão de Terra. In: _____. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, p. 17-134.

GOFFART, Walter. *Historical Atlases: The First Three Hundred Years (1570-1870)*. Chicago: Chicago Press, 2005, 626p.

HARLEY, John Brian. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas. In: *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005, p.59-78.

_____. Mapas, conocimiento y poder. In: *La Nueva Naturaleza de los Mapas: ensayos sobre La historia de la cartografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 79-112.

_____. Silencios y secretos: la agenda oculta de la cartografía en los albores de la Europa moderna. In: _____. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005, p.113-140.

HEINZ, Flávio. Flávio Heinz. “O historiador e as elites – à guisa de introdução”. In: _____. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 7-16.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira* [1960]. 2ª edição. Tomo II, vol. 1. São Paulo: Difel, 1965, p. 9-39.

_____. História: movimentos da população em São Paulo no século XVIII. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 1, p. 55-111, dez. 1966. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45622>>. Acesso em: 10 Nov. 2014.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira* [1960]. 3ª ed., t. II, v. 4: declínio e queda do Império, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 392p.

_____. Caminhos do extremo oeste. In: _____. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 25-87.

HÖRNER, Erik. A luta já não é hoje a mesma: as articulações políticas no cenário provincial paulista, 1838-1842. In: *Almanack Brasiliense*, n. 5, mai. 2007, p. 67-85.

_____. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. In: Izabel Andrade Marson; Cecília H. L. de Salles Oliveira. *Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 213-240.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Daniel Pedro Müller. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 289-291, abr./jun. 1940.

KANTOR, Iris. Legislação indigenista, reordenamento territorial e auto-representação das elites (1759-1822). In: KOERNER, Andrei (org.). *História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises*. São Paulo: IBCCRIM, 2006, p. 29-38.

_____. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 23, n. 27, 2007, p 70-80.

_____. Impasses e repercussões do reformismo ilustrado na segunda metade do século XVIII. In: Cecília Helena de Salles Oliveira; Vera Lúcia Nagib Bittencourt; Wilma Peres Costa (orgs).

Soberania e conflito: configurações do Estado nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010, p. 64-77.

_____. Cultura cartográfica e gestão territorial na época da instalação da corte portuguesa. In: Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 239-250.

KATZENSTEIN, Heinrich. Notas genealógicas acerca de algumas das mais antigas famílias de origem germânica fixadas na Estremadura Portuguesa. [I]. Separata de *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, nº 18, Lisboa, s.d. [1949], p. 8-19.

_____. Notas genealógicas acerca de algumas das mais antigas famílias de origem germânica fixadas na Estremadura Portuguesa. [II]. Separata de *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, nº 19, Lisboa, s.d. [1949], p. 21-35.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo; Belo Horizonte : Alameda; PUC-Minas, 2009, 355p.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil. A etnografia do IHGB entre as décadas de 1840-1860*. Rio de Janeiro: Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009, 336p.

KOK, Gloria. *O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004, 278p. (Estudos históricos; 56).

LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra* [1976]. Campinas: Papirus, 1988, 264p.

LATOUR, Bruno. *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções*. In: BARATIN, Marc. JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 21-44.

LEITE, Rosângela Ferreira. *Nos limites da exclusão: ocupação territorial, organização econômica e populações livres pobres (Guarapuava, 1808-1878)*. São Paulo: Alameda, 2010, 384p.

LOUREIRO, Francisco Vilardebó. Relação dos primeiros alunos do Colégio Militar em Lisboa. In: *Raízes e Memórias*. Nº. 15, Outubro-1999, Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia, p. 155-204.

LOVE, Joseph L. *A locomotiva: São Paulo na Federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982, 471p.

LOVE Joseph L. BERT, J. Barickman. Elites regionais. In: Flávio Heinz (org.) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 77-97.

LÚCIO, Silvana Maria Tercila Pettinato. Um Interlúdio Progressista: a Repartição das Obras Públicas da Província de Pernambuco Organizada Segundo o Sistema do *Corps des Ponts et Chaussées* (1842 – 1846). In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 11, 2010, Vitória-ES, *Anais...*, Vitória: UFES, 2010, 14p. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1310>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005, 280p.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população. 1750-1850*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973, 220 p. (Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros).

_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, 222p. (Estudos Brasileiros; 36)

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876 [1879]*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, 2v.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2015.

MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo (1554-1910) [1912]*. São Paulo: Paz & Terra, 2003. (Coleção São Paulo; v. 4).

MARTINS, José de Souza. O Imaginário Poético da Independência num Manuscrito de 1827. In: José Antônio Teixeira CABRAL. *A Estatística da Imperial Província de São Paulo: com várias anotações do tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística, Tomo I, 1827*. São Paulo: Edusp, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro. In: CARBÓ, Eulalia Ribera; VARGAS, Héctor Mendoza; MARTÍN, Pere Sunyer. *La integración del territorio en una idea de Estado. Mexico y Brasil, 1821-1946*. Mexico: UNAM-Instituto de Geografia; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2007, p. 589-608.

MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a ideia do Império luso-brasileiro. In: _____. *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999, p. 157-207.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Rumo a uma “História visual”. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia. *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005, p. 33-56.

METCALF, Alida C. Vila, reino e sertão no São Paulo colonial. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; MONTEIRO, John Manuel (orgs.). *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão e Cultura; Edusp, 1996, p. 419-437. (América: raízes e trajetórias; v. 5).

MOMBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo [1952]*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1998, 396p.

MONTEIRO, Arlete. Os imigrantes ao longo dos trilhos da “The São Paulo Railway”. In: Encontro Anual da ANPOCS, 21, 1997, Caxambú-MG. *Anais...*, São Paulo: ANPOCS, 5p. Disponível em:

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5287&Itemid=360>. Acesso em: 18 abr. 2015.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, 312p.

MORAES, Rubens Borba de. A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: Ana Maria de Almeida Camargo; Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp; Kosmos, 1993, v.1, p. XVII-XXXII.

_____. *O bibliófilo aprendiz: prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras antigas ou modernas* [1965]. 4ª ed. Brasília; Rio de Janeiro: Briquet de Lemos; Casa da Palavra, 2005, 208p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 15.

_____. O Sertão: um outro geográfico. In: *Terra Brasilis* [Online], v. 4-5, 2003, 6p. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/341>. Acesso em: 28/05/2015.

_____. Território, região e formação colonial. Apontamentos em torno da Geografia Histórica da Independência Brasileira. In: CARBÓ, Eulalia Ribera; VARGAS, Hector Mendoza; MARTÍN, Pere Sunyer (coords). *La integración del territorio en una idea de Estado. Mexico y Brasil, 1821-1946*. Mexico: UNAM-Instituto de Geografia; Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 2007, p. 497-505.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. *O Visconde de Guaratinguetá: Um Fazendeiro de Café no Vale do Paraíba* [1976]. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Studio Nobel, 2002. 295p.

MUSEU DE ARTES DE SÃO PAULO (MASP). *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979, 277p.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Luzes nas bibliotecas de Francisco Agostinho Gomes e Daniel Pedro Müller, dois intelectuais luso-brasileiros. In Congresso Internacional: o Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades, 2008, Lisboa. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Biblioteca Digital Camões, 2008, v. 1, p. 1-15.

_____. São Paulo e a Independência. In: Maria Beatriz Nizza da Silva (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 275-318.

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* [1979]. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 2011, 420p. (Coleção Estudos Históricos; 1).

_____. O reformismo ilustrado luso brasileiro: alguns aspectos. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, 1984, p. 105-118.

OBERACKER JR., João Carlos H. *A Província de São Paulo de 1819 a 1823*. In: _____. *O movimento autonomista no Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1977, p. 15-279.

OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de. Tramas políticas, redes de negócios. In: JANCSÓ, István (org). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Unijuí, 2003, p. 389-406. (Coleção Estudos Históricos; 50).

PERALTA, Inez Garbui Peralta. *O Caminho do Mar: subsídios para a história de Cubatão*. São Bernardo do Campo: Bandeirante, 1973, 96p.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio 1765-1851*. São Paulo: Difel, 1968, 248p.

_____. Afluxo de gado a Sorocaba e a importância econômica do caminho do sul na década da Independência. In: *Revista de História*, 94, 2º trimestre de 1973, São Paulo, p. 383-406.

_____. Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado (1817-1829). In: *Revista de História*, vol. XXXVI, n.73, jan./mar. 1969, São Paulo, p.115-138.

_____. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1982, 89p. (Tudo é História; 38).

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995, 396p.

PETTY, William. Aritmética política. In: _____. *Obras econômicas*. Apresentação de Roberto Campos; tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos e Paulo de Almeida. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PINTO, Adolpho Augusto Pinto. *História da Viação Pública de São Paulo* [1903]. 2ª. Edição. Introdução e notas de Célio Debes. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978, 330p. (Coleção Paulística, vol. II).

PIZA, Antônio de Toledo Piza. O supplicio do Chaguinhas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 5 (1901), p. 3-47.

_____. A Bernarda de Francisco Ignácio – Suas causas e suas consequências. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 10 (1905), p. 126-177.

PRADO JÚNIOR, Caio. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. In: _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1969, p. 93-110.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo: vila, cidade, metrópole*. São Paulo: Bank Boston, 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/dephistoria/lap/carto.html>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. Centenário do falecimento do marechal-de-campo e conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 265, out/dez 1964, p. 194-226.

ROCHA, Antonio Penalves (Org.). *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo: 34, 2001, 336p. (Coleção Formadores do Brasil).

RUIZ, Juan Pro. A concepção política do território e a construção do Estado espanhol: cartografia, cadastro e administração. In: ALMEIDA, Pedro Tavares de; BRANCO, Rui Miguel C. *Burocracia, Estado e Território: Portugal e Espanha (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Horizonte, 2007, p. 183-202.

SALGADO, Ivone. Profissionais das obras públicas na província de São Paulo na primeira metade do século XIX: atuação no campo da engenharia civil. In: *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*. São Paulo, n. 41, abr. 2010. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia03/texto03.pdf>. Acesso em 19 abr. 2015.

SANT'ANNA, Nuto. *O obelisco do Piques*. In: *Metrópole*. (Vol. 2) São Paulo: Departamento de Cultura, 1952, p. 65-69.

SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética política e a administração do Estado português na segunda metade do século XVIII. In: Antonio Cesar de Almeida Santos; Andréa Carla Doré (orgs). *Temas setecentistas: governos e populações no Império Português*. Curitiba: UFPR-SCHLA; Fundação Araucária, 2009, p. 143-152.

_____. Aritmética política e governo no reinado de d. José I (Portugal, 1750-1777). In: Congresso Internacional de História, 6, 2013, Maringá-PR, *Anais...*, Maringá: UEM, 2013, 12p. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/132_trabalho.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2015.

SANTOS, Márcia Duarte dos; CINTRA, Jorge Pimentel; RENGGER, Friedrich Ewald Renger. Origem das longitudes e precisão das coordenadas geográficas dos mapas de Minas Gerais do período de 1767-1821. In: Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 5, 2013, Petrópolis-RJ. *Anais...* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Cartografia, 24p. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/76/74/santos-cintra-renger-10-09_1378845949.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* [1978]. 6ª edição. São Paulo: Hucitec; Edusp, 2004, 289p. (Coleção Milton Santos; 2).

SEMERARO, Cláudia Marino. *Início e desenvolvimento da tipografia no Brasil*. In: MASP. *História da Tipografia no Brasil*. São Paulo: Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, 1979, p. 5-21.

SENRA, Nelson. *O Saber e o Poder das Estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as Ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005, 330p.

_____. *História das Estatísticas Brasileiras. Vol. 1: Estatísticas Desejadas (1822-1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/liv31573/Historia%20das%20estatisticas%20brasileiras%20v01.pdf>. Acesso em 27 abr. 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). *História de São Paulo colonial*. São Paulo: Unesp, 2009, 352p.

SNYDER, John Parr. Map projections – a working manual. In: *U.S. Geological Survey Professional Paper 1395*. Washington: U.S. Government Printing Office, 1987, 385p.

SOBEL, Dava. *Longitude: a verdadeira história de um gênio solitário que resolveu o maior problema científico do século XVIII* [1995]. Tradução de Bazán Tecnologia e Linguística. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996, 144p.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2012, 292p.

SYLLOS, Honório. *Introdução*. In: MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da província de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p. VII-XXX.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Carta Corographica e Hydrographica de toda a costa do mar da Capitania de S. Paulo. In: *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 5.

_____. Carta Corographica da Capitania de S. Paulo. In: *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 6.

_____. Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo. In: *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922, p. 7.

_____. *Estudos de história paulista*. São Paulo: Diário Oficial, 1927.

_____. Um Patriarcha da Estatística no Brasil. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro, anno II, n. 21, Mai. 1936, p. 354-366.

TAVARES, Aurélio de Lyra Tavares. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil* [1965]. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, 218p. (Biblioteca do Exército; 694. Coleção General Benício, 362).

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Clavero, 1994, vol. 1, 510p.

TOLEDO, Benedito Lima de. *O real corpo de engenheiros na capitania de São Paulo, destacando-se a obra do Brigadeiro João da Costa Ferreira*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981, 182p.

TREVISAN, Amélia Franzolin. *Casa Branca, a povoação de ilhéus*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1982, 156 p. (Coleção Monografias; vol. 4).

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo* [1924]. 2ª ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro; Conselho Federal de Cultura, 1977, v. 1, 304p.

VARELA, Alex Gonçalves. Naturalista e homem público: a trajetória do ilustrado Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1796-1823). In: Lorelai Kury; Heloísa Gesteira (orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012, p. 181-191.

VIEIRA JÚNIOR, Wilson Vieira; SCHLEE, Andrey Rosenthal; BARBO, Leonora de Castro. Tosi Colombina, autor do primeiro mapa da capitania de Goiás? In: Congresso Brasileiro de Cartografia, 24, 2010, Aracaju. *Anais...*, Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Cartografia, p. 1944-1953.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Membros do Governo Provisório de São Paulo, aclamados por povo e tropa aquartelada na capital, em junho de 1821.

#	Membro do Governo	Posição	Origem socioeconômica
1	João Carlos de Augusto Oeynhausen	Presidente.	Membro da nobreza portuguesa; foi agente da Coroa na América, exercendo função de capitão-general no Ceará, em Mato Grosso e em São Paulo.
2	José Bonifácio de Andrada e Silva	Vice-presidente.	Doutor em Direito e Filosofia Natural; político; filho de rico negociante e arrematador de impostos santista.
3	Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Secretário da Fazenda; Secretário do Interior.	Doutor em Filosofia Natural; político; filho de rico negociante e arrematador de impostos santista.
4	Lázaro José Gonçalves	Secretário da Guerra.	Militar de origem portuguesa; agente da Coroa nas guerras movidas no Sul, tendo servido à Legião de S. Paulo.
5	Miguel José de Oliveira Pinto	Secretário da Marinha.	Militar de origem portuguesa; agente da Coroa sediado em Santos; membro do Governo Triunvirato provisório da Capitania de São Paulo (1813-14).
6	Felisberto Gomes Jardim	Deputado para os assuntos eclesiásticos.	Arcipreste da Sé, tinha origem portuguesa.
7	João Ferreira d'Oliveira Bueno	Deputado para os assuntos eclesiásticos.	Padre; grande proprietário de terras, senhor de engenhos.
8	Antônio Leite Pereira da Gama Lobo	Deputado para os assuntos militares.	Militar de origem portuguesa; transferiu-se a São Paulo com pouca idade. Casou-se com filha da família Arouche Rendon.
9	Daniel Pedro Müller	Deputado para os assuntos militares.	Militar de origem portuguesa; agente da Coroa na Capitania.
10	Francisco Inácio de Sousa Queirós	Deputado para os assuntos do comércio.	Negociante; grande proprietário de terras, senhor de engenhos.
11	Manoel Rodrigues Jordão	Deputado para os assuntos do comércio.	Negociante; grande proprietário de terras; senhor de engenhos.
12	Francisco de Paula Oliveira (padre Mimi).	Deputado para os assuntos de instrução pública.	Padre-mestre
13	André da Silva Gomes	Deputado para os assuntos de instrução pública.	Músico (mestre de capela); militar, professor régio.
14	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Deputado para os assuntos da agricultura.	Doutor em Direito; grande proprietário de terras; senhor de engenhos.
15	Antônio Maria Quartim	Deputado para os assuntos da agricultura.	Militar de origem espanhola; agente da Coroa portuguesa na Capitania.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Manoel Eufrásio de Azevedo Marques.

Apontamentos históricos... Op. Cit., v. 1, p. 301.

APÊNDICE B – Deputados paulistas eleitos para as Cortes constituintes reunidas em Lisboa, em 1821.

#	Deputado	Local de Origem	Ocupação
1	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	Santos	Doutor em Direito.
2	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Portugal	Bacharel em Direito.
3	José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada	Santos	Doutor em Direito.
4	Francisco de Paula Sousa e Mello	Itu	Político; grande proprietário de terras.
5	José Feliciano Fernandes Pinheiro	Santos	Doutor em Direito.
6	Diogo Antônio Feijó	São Paulo	Padre; senhor de engenho.
7	Antônio Manoel da Silva Bueno (Suplente)	Santos	Funcionário público
8	Antônio Pais de Barros (Suplente)	Itu	Negociante; grande proprietário de terras.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Manoel Eufrásio de Azevedo Marques.
Apontamentos históricos... Op. Cit., v. 2, p. 213.

APÊNDICE C – Deputados paulistas eleitos para a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa, de 1823.

#	Deputado	Origem	Ocupação
1	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	Portugal	Bacharel em Direito.
2	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	Santos	Doutor em Direito.
3	Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira	São Paulo	Doutor em Direito.
4	José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada	Santos	Doutor em Direito.
5	José Arouche de Toledo Rendon	São Paulo	Militar; doutor em Direito.
6	Francisco de Paula Sousa e Mello	Itu	Político; grande proprietário de terras.
7	Diogo de Toledo Lara Ordonhes	São Paulo	Doutor em Direito.
8	José Bonifácio de Andrada e Silva	Santos	Doutor em Direito e Filosofia Natural (Ciências)
9	José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo)	Santos	Doutor em Direito
10	Martim Francisco Ribeiro de Andrada	Santos	Doutor em Filosofia Natural (Ciências)
11	Manoel Joaquim de Ornellas	Portugal	Bacharel em Direito
12	José Correa Pacheco e Silva	Itu	Doutor em Direito
13	Manuel Martins do Couto Reis	Santos	Militar

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Manoel Eufrásio de Azevedo Marques.
Apontamentos históricos... Op. Cit., v. 2, p. 213-214.

APÊNDICE D – Relação dos Presidentes da Província de São Paulo entre 1824 e 1851.

#	Presidente	Nascimento	Local Origem	Período de Presidência	Duração (Meses)	Idade ao Assumir	Principal Ocupação
1	Lucas Antônio Monteiro de Barros	1768	MG	04/1824 – 04/1826	24	56	Magistrado
2	Tomás Xavier Garcia de Almeida	1792	RN	12/1827 – 04/1828	4	35	Magistrado
3	José Carlos Pereira de Almeida Torres	1799	BA	01/1829 – 03/1829	2	30	Magistrado
4	Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho	1800	RJ	01/1831 – 04/1831	3	31	Magistrado
5	Manuel Teodoro de Araújo Azambuja	1780	RJ	06/1831 – 11/1831	5	51	Militar
6	Rafael Tobias de Aguiar	1795	SP	11/1831 – 05/1835	43	36	Militar
7	José Cesário de Miranda Ribeiro	1792	MG	11/1835 – 04/1836	6	43	Magistrado
8	Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	1791	SP	08-1836 – 03/1838	20	45	Militar
9	Venâncio José Lisboa	1810	N/d	03/1838 – 07/1839	17	29	Magistrado
10	Manoel Machado Nunes	1799	RJ	07/1839 – 08/1840	14	40	Magistrado
11	Rafael Tobias de Aguiar	1795	SP	08/1840 – 07/1841	12	45	Negociante
12	Miguel de Souza Mello e Alvim	1784	Portugal	07/1841 – 01/1842	7	57	Militar
13	José da Costa Carvalho	1796	BA	01/1842 – 08/1842	8	46	Negociante
14	José Carlos Pereira de Almeida Torres	1799	BA	08/1842 – 01/1843	6	43	Magistrado
15	Joaquim José Luiz de Souza	N/d	N/d	01/1843 – 11/1843	11	N/d	Militar
16	Manoel Felizardo de Souza e Mello	1805	RJ	11/1843 – 04/1844	6	38	Militar
17	Manoel da Fonseca Lima e Silva	1793	RJ	06/1844 – 11/1847	42	51	Militar
18	Domiciano Leite Ribeiro	1812	MG	05/1848 – 10/1848	6	36	Magistrado
19	Vicente Pires da Mota	1799	SP	10/1848 – 08/1851	35	49	Padre secular

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo. Período Monarchico: 1822-1889*. São Paulo: Secção de Obras D' O Estado de S. Paulo, 1926.

APÊNDICE E – Relação dos vice-presidentes que assumiram a presidência da Província de São Paulo entre 1824 e 1851.

Vice-Presidente	Presidência	Motivo	Entrada	Saída	Tempo (Meses)
Luiz Antônio Neves de Carvalho	Lucas Antônio Monteiro de Barros	Ausência	22/04/1826	22/09/1826	5
		Sucessão	05/04/1827	19/12/1827	8
Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade	Thomaz Xavier Garcia de Almeida	Sucessão	18/04/1828	05/10/1828	6
Manoel Joaquim de Ornellas	Thomaz Xavier Garcia de Almeida	Sucessão	05/10/1828	13/01/1829	3
Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade	José Carlos Pereira de Almeida Torres	Ausência	10/03/1829	10/08/1829	5
		Sucessão	15/04/1830	05/01/1831	9
Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade	Aureliano de Souza Oliveira Coutinho	Sucessão	17/04/1831	20/06/1831	2
Vicente Pires da Mota	Rafael Tobias de Aguiar	Ausência	28/05/1834	14/09/1834	3
Francisco Antônio de Souza Queiroz	Rafael Tobias de Aguiar	Sucessão	11/05/1835	25/11/1835	7
José Manoel de França	José Cesário de Miranda Ribeiro	Sucessão	30/04/1836	02/08/1836	3
Joaquim José Moraes de Abreu	Manoel Felizardo de Souza e Mello	Sucessão	22/04/1844	01/06/1844	1
Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	Manoel Fonseca Lima e Silva	Sucessão	05/11/1847	16/05/1848	6
Joaquim Floriano de Toledo	Manoel Fonseca Lima e Silva	Sucessão	16/05/1848	23/05/1848	1
Totais:	-	-	1826-1848		59

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Eugenio Egas. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo. Período Monarchico: 1822-1889*. São Paulo: Secção de Obras D' O Estado de S. Paulo, 1926, p. 934-935.

APÊNDICE F – Conselheiros eleitos para o Conselho da Província de São Paulo (1824-34).

#	Conselheiro	Período	Condição	Ocupações	Origem
1	Antônio Bernardo Bueno da Veiga	1824-1829	Suplente	Militar (Capitão); grande proprietário.	N/d
		1830-1833	Suplente		
2	Antônio José Vaz	1824-1829	Suplente	Negociante; grande proprietário; arrematador de impostos.	N/d
3	Antônio Mariano de Azevedo Marques	1830-1833	Suplente	Funcionário público; professor; rábula.	São Paulo
		1834	Suplente		
4	Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	1824-1829	Suplente	Militar (Brigadeiro)	São Paulo
		1830-1833	Suplente		
		1834	Suplente		
5	Cândido Xavier de Almeida e Souza	1824-1829	Efetivo	Militar	São Paulo
6	Diogo Antônio Feijó	1824-1829	Suplente	Padre; senhor de engenhos.	São Paulo; fazendas no quadrilátero.
		1830-1833	Efetivo		
		1834	Efetivo		
7	Francisco Alves Ferreira do Amaral	1830-1833	Suplente	Negociante; militar	São Paulo
8	Francisco Inácio de Sousa Queirós	1824-1829	Suplente	Negociante; grande proprietário; senhor de engenhos.	São Paulo; fazendas no quadrilátero.
9	Joaquim José dos Santos Silva (Barão de Itapetininga)	1834	Efetivo	Grande proprietário; empresário.	São Paulo
10	Joaquim José Moraes e Abreu	1830-1833	Suplente	Militar	Porto Feliz
		1834	Suplente		
11	Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda	1824-1829	Suplente	Negociante; grande proprietário; senhor de engenho; traficante de escravos; militar.	São Paulo; fazendas no quadrilátero.
12	José Arouche de Toledo Rendon	1824-1829	Suplente	Militar; doutor em Direito	São Paulo
		1830-1833	Suplente		
13	José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre)	1830-1833	Efetivo	Negociante; grande proprietário; senhor de engenhos.	Bahia; fazendas no quadrilátero.
14	José de Almeida Leme	1830-1833	Suplente	Militar; grande proprietário.	Sorocaba
15	José Gomes de Almeida	1830-1833	Suplente	Padre	N/d
16	José Joaquim César de Serqueira Leme	1824-1829	Suplente	Militar	N/d
17	José Manuel da Silva (Barão de Tietê)	1834	Efetivo	Negociante; grande proprietário; militar; capitalista.	Santo Amaro; negócios em São Paulo.
18	José Manuel de França	1830-1833	Suplente	Grande proprietário	Guaratinguetá
		1834	Efetivo		
19	José Manuel da Luz	1834	Suplente	Militar	N/d
20	José Matias Ferreira de Abreu	1830-1833	Suplente	Militar	São Paulo
21	José Pedro Galvão de Moura Lacerda	1824-1829	Suplente	Militar; grande proprietário.	São Paulo
		1830-1833	Suplente		

22	Lourenço Justiniano Ferreira	1830-1833	Suplente	Cônego; vigário capitular.	N/d
23	Lourenço Pinto de Sá Ribas	1824-1829	Suplente	Negociante; arrematador de impostos	Curitiba
24	Luís Antônio Neves de Carvalho	1824-1829	Efetivo	Militar	Portugal; radicado em Santos.
25	Manuel da Cunha de Azeredo Sousa Chichorro	1824-1829	Suplente	Doutor em Direito	Rio de Janeiro; radicado em São Paulo.
26	Manuel Inocêncio de Vasconcelos	1830-1833	Suplente	Militar; Funcionário público.	São Paulo
27	Manuel Joaquim de Ornellas	1824-1829	Efetivo	Bacharel em Direito	Portugal; radicado em São Paulo.
		1830-1833	Efetivo		
28	Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade	1824-1829	Efetivo	Bispo	Portugal; Bispo de São Paulo.
		1830-1833	Efetivo		
29	Manuel Rodrigues Jordão	1824-1829	Efetivo	Negociante; grande proprietário; senhor de engenhos.	São Paulo; fazendas no quadrilátero.
30	Manuel Joaquim de Amaral Gurgel	1830-1833	Suplente	Padre; Doutor em Direito.	São Paulo
		1834	Suplente		
31	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	1824-1829	Suplente	Negociante; grande proprietário; doutor em Direito.	Portugal; fazendas no quadrilátero.
		1830-1833	Efetivo		
32	Rafael Tobias de Aguiar	1824-1829	Efetivo	Negociante; grande proprietário; arrematador de impostos	Sorocaba
		1830-1833	Efetivo		
		1834	Efetivo		
33	Vicente Pires da Mota	1834	Efetivo	Padre; Doutor em Direito.	São Paulo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Manoel Eufrásio de Azevedo Marques.
Apontamentos históricas... Op. Cit., v. 1, p. 191-193.

APÊNDICE G – Conselheiros eleitos para o Conselho Geral da Província de São Paulo (1828-34).

#	Conselheiro	Período	Condição	Ocupações	Origem
1	Anastácio de Freitas Trancoso	1828-30	Efetivo	Militar (Coronel)	Paranaguá; radicado em São Paulo.
2	Antônio Bernardo Bueno da Veiga	1830-33	Efetivo	Militar (Capitão)	N/d
3	Antônio José de Macedo Sampaio	1828-30	Efetivo	Militar (Coronel); grande proprietário; arrematador de impostos	Cunha
4	Antônio Maria de Moura	1833-34	Efetivo	Bispo	Minas Gerais
5	Antônio Mariano de Azevedo Marques	1830-33	Efetivo	Funcionário público; professor; rábula.	São Paulo
		1833-34	Efetivo		
6	Antônio Martins dos Santos	1830-33	Suplente	Negociante; grande proprietário.	Santos
		1833-34	Efetivo		
7	Antônio Pais de Barros (Barão de Piracicaba)	1828-30	Efetivo	Negociante; grande proprietário; senhor de engenhos.	Itu; fazendas no quadrilátero.
		1830-33	Efetivo		
		1833-34	Efetivo		
8	Antônio Rodrigues de Campos Leite	1830-33	Suplente	Bacharel em Direito	Itu
		1833-34	Efetivo		
9	Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	1828-30	Efetivo	Militar (Brigadeiro)	São Paulo
		1830-33	Efetivo		
10	Cândido de Gonçalves Gomide	1828-30	Suplente	Médico (cirurgião)	Radicado em São Paulo.
		1830-33	Efetivo		
11	Carlos Carneiro de Campos (Visconde de Caravelas)	1833-34	Efetivo	Bacharel em direito	Bahia; radicado em São Paulo.
12	Cláudio José Machado	1828-30	Efetivo	Militar	Jacareí
		1830-33	Suplente		
13	Diogo Antônio Feijó	1828-30	Efetivo	Padre; grande proprietário; senhor de engenho.	São Paulo; fazendas no quadrilátero.
		1830-33	Efetivo		
14	Fernando Pacheco Jordão	1833-34	Efetivo	Bacharel em direito; grande proprietário.	Itu
15	Francisco Álvares Machado de Vasconcelos	1828-30	Suplente	Médico (cirurgião)	São Paulo
		1830-33	Efetivo		
		1833-34	Efetivo		
16	Francisco de Paula Sousa e Mello	1830-33	Efetivo	Grande proprietário; senhor de engenhos.	Itu; fazendas no quadrilátero.
		1833-34	Efetivo		
17	Francisco Inácio de Sousa Queirós	1828-30	Efetivo	Negociante; grande proprietário; senhor de engenhos	São Paulo; fazendas no quadrilátero.
		1830-33	Suplente		
18	Francisco de Paula Machado	1833-34	Efetivo	Militar	Jacareí
19	Inácio Marcondes de Oliveira Cabral	1828-30	Suplente	Padre	Taubaté
		1830-33	Efetivo		
20	João Batista da Silva Passos	1828-30	Efetivo	Militar	N/d
21	João Crisóstomo de Oliveira Salgado Bueno	1828-30	Efetivo	Padre	Iguape
		1830-33	Suplente		
22	João da Silva Machado (Barão de Antonina)	1830-33	Efetivo	Negociante; grande proprietário	Rio Grande de São Pedro
23	João Gonçalves Lima	1828-30	Efetivo	Padre	Curitiba
24	Joaquim José Moraes e Abreu	1828-30	Suplente	Militar (Brigadeiro)	Porto Feliz
		1830-33	Efetivo		
25	Joaquim José Pinto de Moraes Leme	1828-30	Efetivo	Militar (Brigadeiro)	São Paulo

26	Joaquim Pereira Barros	1830-33 1833-34	Suplente Efetivo	Padre; grande proprietário.	Taubaté
27	Joaquim Silvério de Castro Medronho	1830-33 1833-34	Suplente Efetivo	Militar; grande proprietário.	Minas Gerais; fazendas em Bananal.
28	José Antônio dos Reis	1830-33	Efetivo	Bispo	São Paulo; bispo de Cuiabá.
29	José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente)	1830-33 1833-34	Suplente Efetivo	Doutor em direito; grande proprietário.	São Paulo
30	José Correa Pacheco e Silva	1830-33	Efetivo	Doutor em direito; grande proprietário.	Itu
31	José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre)	1828-30 1830-33	Suplente Efetivo	Negociante; grande proprietário; senhor de engenhos	Bahia; radicado em São Paulo.
32	José Gonçalves da Silva	1828-30	Efetivo	Padre	N/d
33	José Inocêncio Alves Alvim	1830-33 1833-34	Efetivo Efetivo	Funcionário público	São Paulo
34	José Joaquim Fernandes Torres	1833-34	Efetivo	Doutor em direito	Minas Gerais
35	José Manuel da Fonseca	1833-34	Efetivo	Bacharel em Direito; grande proprietário	São Paulo
36	José Manuel da Luz	1828-30 1830-33	Suplente Efetivo	Militar (sargento-mor)	N/d
37	Lourenço Pinto de Sá Ribas	1828-30 1830-33	Efetivo Suplente	Negociante; arrematador de impostos	Curitiba
38	Luís Antônio Neves de Carvalho	1828-30	Efetivo	Militar (Coronel)	Portugal; radicado em Santos
39	Manuel Dias de Toledo	1830-33 1833-34	Suplente Efetivo	Doutor em direito	Porto Feliz
40	Manuel Joaquim de Ornellas	1828-30 1830-33	Efetivo Efetivo	Bacharel em direito	Portugal; radicado em São Paulo
41	Manuel Joaquim do Amaral Gurgel	1828-30 1830-33 1833-34	Efetivo Efetivo Efetivo	Padre	São Paulo
42	Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade	1828-30 1830-33 1833-34	Efetivo Suplente Efetivo	Bispo	Portugal; bispo de São Paulo
43	Manuel José da Costa	1828-30 1830-33	Efetivo Suplente	Militar (sargento-mor)	N/d
44	Manuel Rodrigues Jordão	1828-30	Efetivo	Negociante; grande proprietário; senhor de engenhos	São Paulo; fazendas no quadrilátero.
45	Rafael Tobias de Aguiar	1828-30 1830-33	Efetivo Efetivo	Negociante; arrematador de impostos; grande proprietário; senhor de engenhos	Sorocaba; exploração do Caminho do Sul.
46	Romualdo José Paes	1833-34	Efetivo	Padre	N/d
47	Valério de Alvarenga Ferreira	1828-30 1830-33	Efetivo Efetivo	Padre	São Sebastião; fazenda em Paraibuna.
48	Vicente Pires da Mota	1830-33	Efetivo	Padre	São Paulo

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Manoel Eufrásio de Azevedo Marques.
Apontamentos históricos... Op. Cit., v. 1, p. 194-195.

APÊNDICE H – Relação dos deputados eleitos para três ou mais legislaturas da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo (1834-49).

#	Deputados	Legislaturas	Ocupação	Origem
1	Manuel Joaquim do Amaral Gurgel	1, 2, 3, 4, 6, 7	Padre; doutor em Direito.	São Paulo
2	Francisco Antônio de Sousa Queirós (Barão de Sousa Queirós)	1, 2, 3, 4, 6, 7	Grande proprietário; senhor de engenhos.	São Paulo
3	Carlos Carneiro de Campos	1, 2, 3, 5, 7	Doutor em Direito.	Bahia
4	José Manuel de França	1, 3, 4, 6, 7	Grande proprietário.	Guaratinguetá
5	Manuel Dias de Toledo	1, 2, 3, 4, 6	Doutor em Direito; grande proprietário.	Porto Feliz
6	Nicolau Pereira de Campos Vergueiro	1, 2, 3, 4, 6	Negociante; grande proprietário; doutor em Direito.	Portugal
7	Rafael Tobias de Aguiar	2, 3, 4, 6, 7	Negociante; grande proprietário; arrematador de impostos, capitalista.	Sorocaba
8	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	2, 3, 4, 6	Doutor em Direito.	Santos
9	Antônio Clemente dos Santos	1, 4, 6, 7	Grande proprietário; militar.	Guaratinguetá
10	Antônio Manuel de Campos Melo	1, 3, 4, 6	Bacharel em Direito.	Porto Feliz
11	Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	1, 4, 6, 7	Militar (Brigadeiro).	São Paulo
12	Fernando Pacheco Jordão	1, 2, 3, 5	Doutor em Direito.	Itu
13	Francisco Álvares Machado de Vasconcelos	1, 2, 4, 6	Médico (cirurgião-mor).	São Paulo
14	Francisco de Paula Souza e Melo	1, 3, 4, 6	Grande proprietário; senhor de engenhos.	Itu
15	Gabriel José Rodrigues dos Santos	3, 4, 6, 7	Doutor em Direito.	São Paulo
16	Ildefonso Xavier Ferreira	1, 2, 3, 4	Padre; doutor em Direito.	Curitiba
17	João Chrispiniano Soares	2, 3, 4, 6	Doutor em Direito.	Guarulhos
18	Joaquim Floriano de Toledo	3, 4, 6, 7	Militar (tenente-coronel); funcionário público.	São Paulo
19	José de Almeida Leme	1, 2, 3, 5	Militar; grande proprietário.	Sorocaba
20	José Manoel da Silva (Barão de Tietê)	1, 2, 3, 5	Negociante; grande proprietário; militar.	Santo Amaro
21	Manoel de Faria Dória	1, 2, 3, 4	Padre.	São Sebastião
22	Martim Francisco Ribeiro de Andrada	2, 3, 4, 7	Doutor em Filosofia Natural (Ciências).	Santos
23	Rodrigo Antônio Monteiro de Barros	1, 2, 3, 5	Doutor em Direito; grande proprietário.	Minas Gerais
24	Antônio Mariano de Azevedo Marques	1, 2, 5	Rábula; professor; funcionário público.	São Paulo
25	Antônio Pais de Barros (Barão de Piracicaba).	1, 4, 6	Grande proprietário; senhor de engenhos.	Itu
26	Antônio Rodrigues de Campos Leite	1, 2, 4	Bacharel em Direito	Itu
27	Cândido Gonçalves Gomide	1, 3, 5	Médico (cirurgião-mor); militar (sargento-mor).	Radicado em São Paulo
28	Francisco José de Azevedo Jr.	4, 6, 7	Bacharel em Direito.	São Paulo
29	Francisco José de Lima	3, 5, 7	Bacharel em Direito.	Bahia; radicado em São Paulo
30	Inácio Marcondes de Oliveira Cabral	4, 6, 7	Padre; grande proprietário.	Taubaté
31	João da Silva Carrão	4, 6, 7	Doutor em Direito.	Curitiba

32	João da Silva Machado (Barão de Antonina)	1, 2, 4	Grande proprietário; negociante; militar.	Rio Grande do Sul
33	João Theodoro Xavier	2, 3, 5	Grande proprietário; negociante; militar.	Moji Mirim
34	Joaquim Antônio Pinto Júnior	4, 6, 7	Doutor em Direito; militar.	Montevideu
35	Joaquim Firmino Pereira Jorge	1, 3, 5	Bacharel em Direito.	São Sebastião
36	Joaquim José Pacheco	2, 5, 7	Doutor em Direito.	Bahia; radicado em São Paulo
37	Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade	3, 5, 7	Padre.	Portugal; radicado em São Paulo
38	Joaquim Octávio Nébias	2, 3, 5	Bacharel em Direito.	Santos
39	José Antônio Pimenta Bueno	1, 3, 4	Doutor em Direito.	Santos
40	José Inocêncio Alves Alvim	1, 2, 7	Funcionário público.	São Paulo
41	José Manuel da Fonseca	2, 3, 5	Bacharel em Direito; grande proprietário.	São Paulo
42	Tristão de Abreu Rangel	4, 6, 7	Militar; bacharel em Direito.	Itu
43	Vicente Pires da Motta	1, 2, 4	Padre; doutor em Direito.	São Paulo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de: AH-ALESP. *Deputados do período imperial*. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/base_de_dados/imperio/imperio_deputados.html>. Acesso em: 15/08/2013].

APÊNDICE I – Relação dos núcleos urbanos elevados à categoria de capelas, freguesias ou vilas na Província de São Paulo (1801-37).

#	Nome Atual	Nome Antigo	Tipo	Vila de Origem	Ano de Elevação	Representado no mapa?
1	Queluz	Purus ou São João Batista de Queluz	Freguesia	Lorena	1803	SIM
2	Lagoinha	Nossa Senhora da Conceição da Lagoinha	Capela	São Luiz do Paraitinga	1803	NÃO
3	Ilhabela	Vila Bela da Princesa	Vila	N/d	1805	SIM
4	Ibiúna	Nossa Senhora das Dores de Uma	Freguesia	São Roque	1811	SIM
5	Tietê	Pirapora do Curuçá ou Santíssima Trindade de Pirapora	Freguesia	Porto Feliz	1811	SIM
6	São Bernardo do Campo	Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem	Freguesia	São Paulo	1812	SIM
7	Caçapava	Nossa Senhora da Ajuda	Freguesia	Taubaté	1813	SIM
8	Casa Branca	Casa Branca	Freguesia	Mogi-Mirim	1814	SIM
9	Batatais	Senhor Bom Jesus de Batatais	Freguesia	Mogi-Mirim	1815	SIM
10	Areias	Santana da Paraíba Nova ou São Miguel das Areias	Vila	N/d	1816	SIM
11	Santa Bárbara d'Oeste	Santa Bárbara	Capela	Constituição (Piracicaba)	1818	SIM
12	Franca	Vila Franca d'El Rey	Vila	N/d	1821	SIM
13	Piracicaba	Nova Constituição	Vila	N/d	1821	SIM
14	Araçoiaba da Serra	Campo Largo	Freguesia	Sorocaba	1821	SIM
15	Tatuí	Nossa Senhora da Conceição de Tatuí	Freguesia	Itapetininga	1822	SIM
16	Amparo	Nossa Senhora do Amparo	Capela	Bragança	1824	SIM
17	Pirassununga	Bom Jesus dos Aflitos de Pirassununga	Capela	Mogi-Mirim	1828	SIM
18	Serra Negra	Nossa Senhora do Rosário de Serra Negra	Capela	Mogi-Mirim	1828	SIM
19	Socorro	Nossa Senhora da Conceição do Socorro do Rio do Peixe	Capela	Bragança	1829	SIM
20	Cabreúva	Nossa Senhora da Piedade	Freguesia	Itu	1830	SIM
21	Indaiatuba	Nossa Senhora da Candelária de Indaiatuba	Freguesia	Itu	1830	SIM
22	Iporanga	Iporanga	Freguesia	Apiaí	1830	SIM
23	Itatiba	Nossa Senhora do	Freguesia	Jundiaí	1830	SIM

		Belém de Jundiá				
24	Limeira	Nossa Senhora das Dores de Tatuíbi	Freguesia	Constituição (Piracicaba)	1830	SIM
25	Rio Claro	São João Batista de Rio Claro	Freguesia	Constituição (Piracicaba)	1830	SIM
26	Silveiras	Silveiras	Freguesia	Areias	1830	SIM
27	Araraquara	São Bento de Arraraquara	Vila	N/d	1832	SIM
28	Bananal	Senhor Bom Jesus do Livramento do Bananal	Vila	N/d	1832	SIM
29	Capivari	São João Batista de Capivari	Vila	N/d	1832	SIM
30	Paraibuna	Santo Antônio da Barra da Paraibuna	Vila	N/d	1832	SIM
31	Santa Isabel	Santa Isabel	Vila	N/d	1832	SIM
32	São Roque	São Roque	Vila	N/d	1832	SIM
33	Monte Mor	Nossa Senhora do Patrocínio do Capivari de Cima ou Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca	Freguesia	Itu	1832	SIM
34	São Bento do Sapucai	São Bento do Sapucai-Mirim	Freguesia	Pindamonhangaba	1832	SIM
35	Descalvado	Nossa Senhora do Belém do Descalvado (Descuberto)	Capela	Mogi-Mirim	1832	SIM
36	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista	Capela	Mogi-Mirim	1832	SIM
37	São José do Barreiro	São José do Barreiro	Capela	Areias	1833	SIM
38	Cajuru	São Bento do Cajuru	Capela	Casa Branca	1835	SIM
39	São Simão	São Simão	Capela	Casa Branca	1835	SIM
40	Piracaia	Santo Antônio da Cachoeira	Freguesia	Atibaia	1836	SIM

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir do catálogo *Municípios e Distritos do Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo, 2011, 111p.

APÊNDICE J – Relação de todos os estudantes que passaram pelo Gabinete Topográfico da Imperial Cidade de São Paulo (1836-1849).

#	Nome	Idade	Gratificação	Filho	Naturalidade	Fase
1	José Porfirio de Lima	26	Não	Joze da Silva M???	São Paulo	Primeira
2	Francisco Joaquim de Borja	26	Não	Incógnitos	São Paulo	Primeira
3	Joaquim Anacleto da Fonseca	21	Não	Cap. Joaquim Joze da Fonseca	São Pedro do Sul	Primeira
4	Fortunato José da Silva	20	Não	Joze Mariano d'Assunção Bastos	São Paulo	Primeira
5	José Homem Guedes Portilho	19	Sim	Ten. Cel. João Anastácio da Silva	Rio de Janeiro	Primeira
6	Francisco de Freitas Dias Josnier	19	Não	Outro	São Paulo	Primeira
7	Augusto Cezar da Silva	18	Sim	Ten. Cel. Domingos Anacleto da Silva	São Paulo	Primeira
8	Antonio Rodrigues de Oliveira Neto	17	Sim	Cel. Joze Rodrigues de Oliveira Neto	Rio de Janeiro	Primeira
9	João Carlos Augusto Bordini	16	Não	Major Antonio Joze Bordini	São Paulo	Primeira
10	Carlos Maximiliano Julio Boulte?	16	Não	Diendonni Boulte Dellon?	Nanci (França)	Primeira
11	Augusto Maria Machado Bueno	16	Não	Major Diogo João Machado	São Paulo	Primeira
12	Paulo Antonio do Vale	14	Não	Cap. Luis Antonio do Vale	São Paulo	Primeira
13	Eleutério José Moreira	14	Sim	Cap. Candido Caetano Moreira	São José do Uruguay	Primeira
14	Gabriel José Marques	13	Não	Cap. Martinho Joze Marques	São Paulo	Primeira
15	Joaquim Antonio Correia	N/C	Sim	N/C	N/C	Primeira
16	Antonio Alexandrino dos Passos Ourique	N/C	Sim	N/C	N/C	Segunda
17	João José Soares	N/C	Sim	N/C	São Paulo	Segunda
18	Saturnino Francisco de Freitas Villa'Alva	N/C	Sim	N/C	São Paulo	Segunda
19	Gil Florindo de Moraes	N/C	Sim	N/C	São Paulo	Segunda
20	Hygino José Xavier	N/C	Sim	N/C	N/C	Segunda
21	Antonio Francisco Lenher	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
22	Joaquim Maria Coelho	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
23	Antonio José Vaz	N/C	Não	N/C	São Paulo	Segunda
24	Firmino Antonio de Campos Penteado	N/C	Não	N/C	São Paulo	Segunda
25	Francisco Delphino de Vasconcelos Macedo	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
26	Manoel José Vaz	N/C	Não	N/C	São Paulo	Segunda
27	João Baptista Borba	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
28	Joaquim Roberto da Silva Marques	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
29	Francisco de Assis Rodrigues	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
30	Francisco de Assis Carvalho	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
31	Antonio Mariano dos Santos	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
32	Antonio do Triumpho e Campos	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda

33	Francisco de Castro Moreira	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
34	Luiz Ferreira de Abreu	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
35	Rafael Tobias de Oliveira	N/C	Não	N/C	N/c	Segunda
36	Joaquim Maria Gomide	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
37	Joaquim da Silva Cruz	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
38	Francisco Gonçalves Gomide	25	Não	N/C	São Paulo	Segunda
39	Candido Crispim Borba	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
40	Mathias Lex	20	Não	N/C	Berlim	Segunda
41	Manoel Eufrazio de Azevedo Marques	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
42	João Antono de Oliveira Campos	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
43	Modesto Antonio Coelho de Oliveira Plada	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
44	Carlos Canuto Malheiro	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
45	Francisco Ernesto Malheiro	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
46	Jeronymo José de Andrade	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
47	José Maria de Andrade	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
48	Antonio Rodrigues da Cunha	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
49	Antonio Joaquim de Lima	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
50	Manoel de Castro Moreira	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
51	Joaquim José Villalva	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
52	Pedro Esmendes Moreira	22	Não	N/C	Brasil	Segunda
53	Paulo Delfino da Fonseca	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
54	Francisco de Paula Ribeiro	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
55	Dionizio Amor	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
56	Sebastião Pinto de Carvalho	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
57	Nicoláo Tolentino da Silva	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
58	Pedro Taques de Almeida e Alvim Filho	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda
59	Antonio Carlos dos Santos Pinto	N/C	Não	N/C	N/C	Segunda

Fonte: Adaptado pelo autor a partir dos Anais da ALPSP, 1835-1849 e dos Discursos dos Presidentes da Província de São Paulo, 1835-1849.

ANEXOS

ANEXO A – Retrato de Daniel Pedro Müller (1785-1841)

Imagem 7: Daniel Pedro Müller. Retrato pintado a óleo por sua neta Elisa de Beaurepaire Rohan Aragão.

Fonte: Daniel Pedro Müller. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1923.

ANEXO B – Transcrição de Ofício enviado por Daniel Pedro Müller ao governo triunvirato provisório da Capitania de São Paulo em 17 de outubro de 1814, no qual anexou a planta para a construção da estrada, pirâmide e chafariz do Piques⁷¹³.

Ex^{mo}. e Il^{mos}. Snrs.

Encarregado por V. Ex^{cia}., E S.S.pela Portaria do 26 de Agosto do presente anno, da construção da Estrada do Piques, desta cidade, passo apresentar as seg^{tes}. refflexões.

Na planta junta se vê a falta de parallelismo que há naquella rua, e que o lado **AA** he muito mais alto que o **BB**; não há pois outro meio senão fazer duas ruas em differentes planos, sendo a mais baixa, como principal, a mais larga, encubriendo-se aquelle defeito: isto pode ser de dous modos.

1º. Fazendo-se a muralha na direcção **C,a,b,d**, colocando o xafariz em o; mas desta maneira se vê que a rua alta fica com os seus lados em direcções que hão de fazer um muito mal effeito, a praça do xafariz, e a rua maior, acanhadas; até mesmo hade parecer irrisório o formar-se huma muralha que só tem por fim sustentar os tres rediculos edificio, que mostra o mappa.

2º. Edificando-se a parede na direcção **e, f, g, h** com o xafariz em **R**, arrazando-se o terreno **f, g, h, i, l**, fica a obra a mais perfeita, que posso conceber nesse caso; porque o defeito do parallelismo que he mais perceptível em lugares estreitos, que nos largos, fica muito remediado, pois que na rua alta he perfeito, e na baixa disfarçado pela praça; resulta pois muita mais elegancia, e menos despesa; porque as paredes que se hão de construir são menores, e não há necessidade de conduzir terras (que no primeiro caso há de m^{tas}.) aproveitando-se as que se desmontão da parte elevada, particularidades estas, que certamente poupão, o que se hade gastar na compra de terreno.

Mas para se conseguir este segundo projecto, que necessariamente me parece se deve seguir, he necessário que V. Ex^{cia} e S.S. mandem proceder á avaliação do terreno **f, g, h, i, l**, pelo Senado desta cidade e que este se pague a seus dônos pelo cofre que deve fazer a despesa: ora, esta avaliação não pode montar a muito, as casas são de muito pouco valor, e os dônos podem aproveitar huma grande parte dos matteriais dellas; clausula que os avaliadores devem ter em vista.

Espero pois que V. Ex^{cia} e S.S. attendendo a esta minha representação, hajão de dar-me o mais breve possível decizão a este respeito conforme o prudente, e sábio juízo de V. Ex^{cia} e S.S. julgarem acertado; porque se deve aproveitar para principio daquelle trabalho, que se vai fazer em memoria do Gov^o de V. Ex^{cia} e S.S., o resto da estação secca deste anno.

S. Pl^o, 17 de 8^{bro} de 1814.

Sou com todo o resp^o
V. Ex^{cia} e S.S.
O mais reverente subd^o
Daniel Pedro Müller

⁷¹³ APESP. Registro de Ofícios Diversos. Ordem 241, cx. 14, pasta 1, doc. 16.

ANEXO C – Transcrição do Ofício enviado por Daniel Pedro Müller em 25 de agosto de 1815, apresentando ao Conde de Palma o Mapa Histórico, Político e Geographico de S. Paulo⁷¹⁴.

Il.^{mo} Ex.^{mo}. Snr.

Levo á presença de VEx.^{cia} o Mappa Histórico, Político e Geographico da Capitanía do que me encumbi com prazer debaixo da protecção de VEx.^{cia}: esforcei-me a fim de que um trabalho novo nesta Capitanía quando não seja perfeito, sirva ao menos de base, e auxilie ao que com mais capacidade emprender melhor: no entanto elle já offerece um sufficiente, e extenso conhecimento da Capitanía, ao primeiro golpe de vista, vantagem sempre resultante da História combinada com a Geographia; pois que hum livro a primeira leitura só appresenta impressoens confuzas, quando o mappa offerece salientes grupos, que são outros tantos pontos de reunião de memoria e juízo.

Na parte superior do Mappa se expõem as finanças, fazendo menção dos empregados, e seus vencimentos. O centro occupa a geographia da Capitania, nella estão traçadas com linhas de differentes cores as expedições emprendidas em diversos tempos, e descriptas à margem no artigo “Expediçoens”. Vão no mesmo notados dois limites com a Capitania de Minas Geraes, de que se dá a razão em nota sobre a questão de limites. Ao lado, mais abaixo, se vê um esboço, em que com um traço amarello se marca na costa a dadiva feita a Martim Affonso, e com outro encarnado se marcou a possessão de Pedro Lopes, que farião as primeiras posses da Capitania que foi depois dividida, formando as Capitancias differençadas com distinctas cores, como se vê no mesmo esboço, ficando ela limitada na cor azul: esses desmembramentos vão notados á margem methodica e chronologicamente. Na parte inferior se achão os cálculos de população, importação, exportação e produção, feitos sobre as relaçoens que se puderão obter dos comandantes das villas. Fechão, em fim, o Mappa pelo lado esquerdo a descripção phisica, e política da Capitania, e pelo direito sua história, aonde nada se ommitio de mais essencial.

Este trabalho foi muito bem delineado por VEx.^{cia}, mas faltando forças ao incumbido não pôde chegar a perfeição de que talvez he susceptível: mas supra a esta falta a obediência, com que mostro ser

D. VEx.^{cia}

Il.^{mo} e Ex.^{mo}. Snr.

Conde de Palma

Humilde e reverente súbdito

São Paulo, 25 de Agosto de 1815

Daniel Pedro Müller

⁷¹⁴ APESP. *Registro de Ofícios Diversos*. Ordem 241, Cx. 26, pasta 1, doc. 31.

ANEXO D – Transcrição da Necrologia de Daniel Pedro Müller publicada na edição de 30 de agosto de 1841 do Diário do Rio de Janeiro⁷¹⁵.

COMMUNICADO

NECROLOGIA DO MARECHAL DE CAMPO DANIEL PEDRO MULLER.

Quem teria dito, em os dias que precederão a coroação de S. M. o Imperador, quando o Sr. Marechal Muller, chegado da cidade de S. Paulo a essa corte, se [ilegível] contemplando a magnificencia e a sumptuosidade das decorações que se preparavão para esse grandioso acto, que d’ahi ha pouco teríamos de verter lágrimas pela sua desastrosa morte! Quem diria que aquelle mesmo que com prazer o acompanhava a todos os logares onde esses monumentos se erigião teria hoje de fazer lhe a necrologia! Ah! A Penna nos escapa; nosso coração, lacerado pela mais pungente dor, nossa alma, oppressa com o peso das mais enternecedoras saudades, perturbado por um dos maiores golpes que podia sofrer, nem deixão pagar este lúgubre tributo de gratidão à memória de um cidadão illustre por tantos títulos!!! Mas a verdadeira amizade exige de nós um sacrificio: é elle sua verdade o mais possível, embora...

O Sr. Marechal Muller, cujo nome só por si se recommenda ao amor, respeito e veneração de todos os Brasileiros, e de muitos illustrados estrangeiros, já não existe! A inexorável parca, ávida de optimos despojos, descarregou com o fatal gume sobre a teia de tão preciosa vida o tremendo golpe!

Assim, uma vida toda consagrada ao serviço público por uma serie de factos honrosos, uma existência toda de intelligencia e saber, eis quanto essa tyranna cortou sem piedade, sem esperança e sem retorno, no dia 1.º de agosto de 1841, pelas cinco horas da tarde na cidade de S. Paulo.

Esta província, pátria de tantos Brasileiros distinctos por seu valor e patriotismo, que o illustre marechal escolhera para acabar o resto de seus dias, depois de haver servido com a maior dedicação e zelo, sofreu perda irreparável na do seu filho de adopção: o luto e a consternação se apoderou de seus habitantes... Ah! Quem poderia conter a dor ao ouvir o som lúgubre dos sinos, as rogações do finado com que a igreja de Deus annuncia a perda de um filho fiel?!! Quem tão deshumano que não sentisse pesar-lhe sobre o coração todo o peso da saudade, quem não vertesse uma lagrima sincera sobre o corpo de um cidadão tão útil, de um tão bom pai de família, de um bom amigo, extremoso servidor do estado!

⁷¹⁵ Cf. NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Anno XX, 30 ago. 1841, n. 193, p. 2.

Sim, a lembrança dos serviços valiosos que durante o estado de trinta e cinco annos prestara a província este benemérito cidadão encendeu nos gratos Paulistas a mais vehemente saudade; elles o chorarão amargamente, e procurarão como que à porfia lançar rosas sobre o seu tumulo; e nós, que o apreciávamos e que applaudimos seu transcendente mérito, que lhe tributávamos verdadeira amizade, não acompanharemos os leaes paulistas?! Sim, falo-hemos: a noventa léguas de distancia não podemos dirigir tristes oblações às frias cinzas de um amigo, mas essa alma angélica, que vós a mansão dos justos, aceita como verdadeiro serviço de amigo o cuidado pio com que procuramos transmitir às gerações por vir um écho de seu nome, uma recordação de sua passagem brilhante n'este Valle de lagrimas!

Nasceu o Sr. Daniel Pedro Muller em Lisboa, a 26 de dezembro de 1786. Seu pai, o sábio João Guilherme Christiano Muller, sócio effectivo da academia real das sciencias de Lisboa e muitas academias da Europa, censor régio, nascido em Gothinga, da Illustre família dos Mullers de Augsbουργ, depois de haver dado uma educação desvelada, o applicou cedo ao estudo das mathematicas, assentando-lhe praça de cadete de artilharia, onde seguiu os postos até capitão com o curso de mathematica e fortificação no collegio dos nobres.

Seguiu então directamente de Lisboa para S. Paulo em 1805 no posto de major do estado maior e ajudante de ordens do capitão general Antonio José da Franca e Horta, em cuja companhia chegou a aquella cidade. Os talentos e educação do Sr. Muller principiarão logo a ser conhecido dos Paulistas, e sua beneficência resplandecia de tal sorte, que o povo deixava a maior das pretenções e negócios para apresentar na Semana Santa, que assim chamavão a em que elle estava de serviço ao capitão general.

Passou depois em tenente-coronel para o corpo de engenheiros, e a primeira das muitas construcções e trabalhos que dirigio foi a ponte do Carmo; seguiu-se depois a do Piques, logar que antes era intrasitavel. O caminho de Santos pelo Cubatão, que antes d'elle era tido por impossivel de se fazer, e que depois se tornou, digamol-o assim, a principal artéria da província, porque foi o meio mais fácil de communicar o litoral com o centro, facilitar as transações commerciaes, e abrir um vasto mercado às producções da província, foi feito sob seu plano e direccção. Na occasião em que fallecera a Sra. D. Maria I de Portugal, e que se devião celebrar as devidas exéquias na cathedral, o Sr. Muller teve a lembrança de dar um risco e executar um sumptuoso mausoléo, que attrahio a attenção e admiração dos nacionaes e estrangeiros.

Em 1825 foi para Monte-Vidéo de ajudante general (sendo já então brigadeiro.) Ali foi depois commandante da praça, emprego em que continuou a dar as mais enérgicas provas de probidade e illustração, a par de um character franco e generoso, que grangeou a estima de todo o exercito, até dos próprios habitantes de Monte Vidéo; e quando se retirou, logo depois de feita a paz

com Buenos Ayres, o Diario de Monte-Vidéo assim exprimio os sentimentos d'aquelle povo (que por certo não podia gostar dos brasileiros, principalmente de militares e governantes):

“Este amável chefe deu à vela a ... levando o apreço e a consideração de quantos o conhecerão. Felizes os povos que tem a fortuna de serem commandados por pessoas de seu character e sciencia. Felizes também os governos cujos chefes e magistrados deixão nos povos impressões tão doces como as que em Monte-Vidéo deixou o general Muller.”

Veio então commandar a fortaleza de Santa Cruz da barra d'esta corte, onde prestou muitos e bons serviços, principalmente na occasião da revolta dos irlandezes e allemães, época em que n'essa prisão se achando centenas de presos com uma insignificante guarnição.

Foi condecorado com a commenda da ordem de Avis, mercê que muito apreciou, mas de que não usou, pelo gênio philosophico de que era animado.

Em 1829 pedio e obteve sua reforma no posto de marechal de campo, sendo bem para notar o desinteresse com que elle sempre olhou para as honras (*), que, podendo obter a reforma em tenente general se se demorasse mais dois annos na effectividade, preferio recolher-se ao seu retiro na província de S. Paulo, no seio de sua família. Alheio a partidas e às intrigas políticas, o Sr. marechal Muller viveo sem conhecer um só inimigo, sem ter um desaffeioado. No seu honroso retiro emprehendeo a publicação de uma encyclopedia para instrucção da mocidade, empresa que, tendo elle pela sua parte concluído há dois annos, pois que teve promptos todos os manuscritos, todavia, pelas difficuldades de impressão, estampas, mappas e tabellas, a par da fallencia de avultados meios de sua parte, não chegou a vê-la publicada senão até o 7.º cathecismo de historia antiga. A este respeito cumpre-nos fazer mensão honrosa da animação que o governo imperial, no tempo de regência do Sr. Feijó (que reconhece o subido mérito d'este cidadão), procurara dar a sua produção, subscrevendo para cem exemplares, e de outros cidadãos que subscreverão, e cujos nomes serão opportunamente publicados.

* * * * *

(*) Muitas vezes lhe ouvimos repetir estes versos de Camões, poeta de que elle muito gostava:

Porque essas honras vãs, esse ouro puro,
Verdadeiro valor não dão a gente;
Melhor é merecel-os sem os ter.
Que possuil-os sem os merecer.

Foi sócio honorário do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, ao qual prestou alguns serviços, mandando-lhes mappas e memórias, e mostrando-se sempre muito affeioado a esta associação, sobre cuja utilidade freqüentes vezes fallava.

Foi director do gabinete topographico creado em S. Paulo pela assembléa provincial, e n'esta qualidade com o seu gênio creador fez esforços para montar este estabelecimento de tanta utilidade publica, pelo que mereceu de quasi todos os presidentes muitos agradecimentos e elogios.

Eis esboçado rapidamente o quadro da vida do illustre marechal Muller, que, no decurso de 38 annos, só se fez conhecer por actos meritórios, por uma intelligencia não vulgar, por uma probidade a toda a prova. Quer nas relações privadas, quer nas relações civis, quer nas relações políticas, o marechal Muller era o mesmo homem, cumpridor rígido de seus deveres, infatigável, amigo do seu amigo, bom pai, bom esposo, amigo da pátria e do monarcha. E aquelle que reunia tão bellas disposições, que devera ter uma duração eterna, já não existe! Sua alma, extreme da mais leve mancha, recebe o justo premio de tanta virtude. Seus amigos o chorão; seus filhos, que têm a maior gloria em possuir um pae adorável, passarão o resto de seus dias na mais intensa dor; mas o exemplo que o virtuoso Muller deixa aos vindouros não será perdido, seus netos o imitarão, e a gloria que cabe a esta illustre família jamais será eclipsada.

A providencia Divina, que vela sobre nós, e cujas obras são admiráveis, chamando o varão justo a gozar da eterna Bemaventurança, fal-o-há substituir na terra, decretando que essas vergonicas não desmintão ao copado tronco.

Deixou o Sr. Muller cinco filhas, das quaes quatro se achão casadas, e uma viúva: todas ellas são excellentes mães de família, e boas esposas. Deixou um filho e um enteado: este, dotado de extraordinários talentos, e educado por tão virtuoso padraсто, é outro Muller; acha-se já major de engenheiros e lente substituto da escola militar, e aquelle não deslustra a família a que pertence. Deixou dezesseis netos, todos menores.

Adeus, respeitável ancião, por quem a pátria adoptiva se sorria cheia de teus benefícios, por quem a pátria nativa se ufanava pelo teu nascimento. Adeus! Descança em paz!

A terra te seja leve!

ANEXO E – Transcrição da Lei n. 16, de 11 de Abril de 1835, que autoriza o Governo a despendar o que for necessário para a redacção e impressão da estatística da Província⁷¹⁶.

Raphael Tobias de Aguiar, Presidente da Provincia de S. Paulo. Faço saber a todos seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º. O Governo fica autorizado a despendar o que for necessário para a redacção e impressão da estatística da província, a qual deve conter o seguinte:

1º Numero total de habitantes da província com as especificações abaixo declaradas.

2º Numero de municípios, freguezias e capellas curadas; distancia dos limites de cada um; numero de habitantes livres e escravos de cada um, com a especificação de homens e mulheres, classificados segundo suas idades em secções de dez annos, e segundo seu estado de cazado, viúvo e solteiro, declarando-se quanto aos últimos os maiores de 30 annos, e menores desta idade; igualmente seu numero de fogos, e de estrangeiros naturalisados, ou não naturalisados, e das pessoas que sabendo ler e escrever, e tendo meios de honesta subsistência possam ser empregadas em cada um deles nos differentes cargos, que nos mesmos se faz necessario.

3º Numero de comarcas; extensão de cada uma; que teremos comprehende; e cada termo quantas villas, e freguesias contem; qual a distancia das villas entre si, e as suas freguesias, e capelas, calculada pelas estradas e trajecto por agoa; o numero de causas cíveis de quaesquer juízos que dá cada uma delas, igualmente os crimes perpetrados no ultimo anno em cada comarca, designando-se sua qualidade, quantidade, e numero de acusados, especificando-se destes, quanto os homens ou mulheres, livres ou escravos, absolvidos ou dondemnados.

4º Numero de nascimentos e óbitos em cada comarca no ultimo anno, designando-se o sexo, e se são pessoas livres ou escravas; igualmente o de cazamentos de cada um destes.

5º Numero de districtos de paz e quarteirões de cada villa, e da cidade, sua extensão, quantas pessoas livres e escravas comprehende; os logares determinados para as reuniões das juntas de paz, e quantos districtos comprehende cada juncta.

6º Numero de batalhões, esquadrões, companhias, e secções de guardas nacionais; força numérica de cada um; as villas, freguesias, e capelas curadas que os comprehendem.

7º Numero de guardas municipaes; sua actual organização, e vencimentos; e o emprego em que se occupão.

8º Numero de guardas policiaes de cada villa e freguesia, sua actual organização e emprego.

⁷¹⁶ Cf. *Anais da ALPSP*, 1835, p. 216-219.

9º Numero de soldados e officiaes de primeira linha empregados na província, e em que parte dela.

10º Numero de conventos, confrarias, recolhimentos, capelas, e quaesquer bens vinculados, seminários, collegios, e outros estabelecimentos de caridade e instrucção; numero de pessoas que residem em cada um deles; seus rendimentos provenientes de ordenados, fundos públicos, ou particulares, ou esmolos.

11º Numero de escolas primarias, e de quaesquer outras aulas, com declaração das que são á custa do thesouro, e dos particulares; dos lugares em que estão colocadas; e do numero de alumnos de cada uma.

12º Numero do clero secular; emprego de cada um; logar em que reside; ordenados, pensões, pagas, ou esmolos que por qualquer titulo receba em razão do seu estado.

13º O estado das fabricas e administração de todas as igrejas, seu rendimento, com declaração especificada dos objetos sobre que recahem a despeza que se faz e por ordem de quem.

14º Numero de fazendas de café e assucar, e quaesquer outros estabelecimentos de cultura e criação; numero de empregados em cada um delles e seu rendimento em objetos de sua producção.

15º Exportação e importação da província, declarando-se em que consiste uma e outra; qualidade e quantidade dos gêneros respectivos, e valor dos mesmos em reis.

16º Meios de conducção usados na província, declarando-se o numero de animaes de carga, carros e sua construcção, bois nelles empregados, e o preço medio dos transportes.

17º Rendas provinciaes e municipaes; a quanto monta cada uma e quaes as administradas e arrecadadas.

18º Estradas geraes da província, quantas, onde começam e terminão, seu comprimento em legoas, que rios ou ribeirões atravessão, aquellas em que existem barreiras, declarando-se quaes as suas ramificações.

19º Pontes em todas aquellas estradas, sua situação, construcção, e estado, e igualmente quaesquer outros meios de passagem.

20º Canaes da província, sua direção, dimensão, estado, e embarcações que nelle se empregão.

Art. 2º. Quando não seja possível, ou seja summamente difícil fazer-se a estatística abrangendo todos os objetos acima declarados, poderá fazer-se, contendo tão somente os mais importantes, e todos os indispensáveis.

Art. 3º. As pessoas que não quizerem satisfazer as exigências feitas para o desempenho desta lei, serão processadas como desobedientes; e se forem empregados, além disto serão suspensos de seus empregos, e vencimentos até os satisfazerem.

Art. 4º. O Governo remetterá para a secretaria da assembléa provincial 40 exemplares da estatística assim organizada; e igualmente 5 á câmara dos senadores, 10 á dos deputados da nação, 2 ao governo central, e 1 a cada uma das assembléas provinciaes do imperio.

Art. 5º. Ficão revogadas todas as disposições legislativas em contrario.

Mando portanto a todas ás auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nella se contém. O secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio do Governo de S. Paulo, aos onze dias do mez de Abril de mil oitocentos e trinta e cinco.

(L.S.)

Raphael Tobias de Aguiar.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, auctorisando o Governo a despende o que fôr necessário para a redacção e impressão da estatística da Provincia, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia a vêr.

Joaquim José de Andrade e Aquino, a fez

Publicada nesta Secretaria do Governo, em 11 de Abril de 1835.

Joaquim Floriano de Toledo.

Registrada nesta Secretaria do Governo no livro 1º de Leis a f. 14 v., em 11 de Abril de 1835.

Joaquim José de Andrade e Aquino.

ANEXO F – Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo

Fonte: Daniel Pedro Müller. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa, impr.: 66 x 96 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ANEXO G – Transcrição da Lei n. 11, de 24 de Março de 1835, que determina o estabelecimento de Barreiras em todas as estradas existentes, ou que de novo se abrirem, atravessando a serra do mar nesta Provincia, ou seguindo para o Rio de Janeiro, para cobrança de taxa que devera ser applicada às obras das mesmas estradas⁷¹⁷.

Raphael Tobias de Aguiar, Presidente da Província de S. Paulo. Faço saber a todos seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º. Em todas as estradas existentes, ou que de novo se abrirem, atravessando a serra do mar nesta Provincia, ou seguindo para a Provincia do Rio de Janeiro, haverão barreiras onde se pague uma taxa para as obras da estrada respectiva e das suas ramificações: e em nenhum caso o rendimento de uma estrada será applicado para outra, nem para nenhum outro objeto.

Art. 2º. A taxa será em cada barreira por cada vez que nella se passar, tando na ida, como na vinda, de trezentos réis por cada animal vaccum desocupado, ou puxando carro de eixo móvel; de duzentos réis puxando carro, ou outro qualquer transporte de eixo fixo; de duzentos réis por cada animal muar, cavallar, jumento ou porco; de cem réis por qualquer outro quadrupede, e de quarenta réis por cada pessoa a pé.

Art. 3º. Exceptua-se:

1.º Nas barreiras das estradas, que entram na Provincia do Rio de Janeiro, a taxa por cada animal de carga será só de metade, da que acima está designada sendo porém por inteiro a todos os mais respeitos.

2.º Os animaes, que passarem carregados na barreira e voltarem descarregados, ou pelo inverso, ou quando passarem descarregados com o destino de voltarem com carga, e por alguma eventualidade voltarem sem ella, só pagarão na primeira vez, que passarem, munindo-se de uma cautella por escripto para não pagarem na segunda.

Art. 4º. As taxas que actualmente se pagam nas barreiras das estradas ficam supprimidas, não sendo maiores, que as da presente Lei; se porém forem maiores, continuam não se pagando então as da presente Lei. Ficam igualmente supprimidas quaesquer taxas, ou multas que se cobrarem no transito das estradas em virtude de posturas municipaes.

⁷¹⁷ Cf. *Anais da ALPSP*, 1835, p. 209-212.

Art. 5º. Preenchido o objecto da renda de qualquer estrada, a taxa continuará a pagar-se até se acumular um capital, que empregado em fundos públicos, ou de outro modo vantajoso, produza renda sufficiente para a conservação das obras feitas: e accumulado que seja, abolir-se-ha a taxa levantando-se as barreiras.

Art. 6º. O Presidente da Provincia designará o local das barreiras, que elle poderá multiplicar, dando-se em tal caso uma cautella, por escripto a quem pagar em uma, para não ser obrigado a pagar em outras. O mesmo proverá na arrecadação das taxas das barreiras, e applicação de suas rendas.

Art. 7º. Os que passarem nas barreiras sem pagarem as taxas, sendo-lhes exigidas, serão multados pelos agentes da arrecadação no decuplo do que deviam pagar: e os mesmos agentes apprehenderão logo bens equivalentes para o pagamento, ou as proprias pessoas, em falta de bens, podendo deprecar a quaesquer autoridades a apprehensão, que não puderem fazer por si; procedendo-se em tudo administrativamente sem fórma judiciaria, com o recurso unicamente ao Presidente da Provincia.

Art. 8º. Os agentes da arrecadação são officiaes públicos: os que na execução das ordens leaes se lhes oppuzerem com força, ou ameaças, incorrem nas penas do codigo criminal, artigos cento e dezeseis, e cento e dezeseite, e eles podem repelir a força na fórma do do artigo cento e dezoito do mesmo codigo.

Art. 9º. Quando ocorrer duvida sobre o pagamento da taxa, a barreira não será franqueada sem a effetiva entrega da quantia exigida pelos agentes da arrecadação; ficando entretanto salvo o recurso ao Presidente da Provincia.

Art. 10º. Nenhuma pessoa é isenta do pagamento das taxas das barreiras; ellas são devidas mesmo pelos transportes do serviço publico, e das coisas publicas. Exceputam-se: 1º os moradores dentro de meia légua das barreiras, que nada pagarão por pessoa a pé, e só meia taxa por animaes empregados no serviço doméstico, ou no transporte do objecto de sua produção, ou para seu consumo; pagando porém a taxa inteira em todos os outros casos; 2º os empregados públicos, e seu trem indispensável, dirigindo-se a exercício de suas funções, quando não percebem soldo, gratificação, subsidio, ordenado ou emolumentos.

Art. 11º. Tendo-se de abrir alguma estrada ou reconstruir, ou concertar com brevidade maior, do que seus fundos permitem, a Assembleia Legislativa Provincial, achando a obra conveniente mandará fornecer a somma necessaria pelo capital accumulado de outra estrada, ou pelo cofre Provincial, por emprestimo a juros; ou autorisará semelhante

emprestimo com terceiro; em todos estes casos, debaixo da garantia e hypotheca das rendas das barreiras estabelecidas, ou que se houverem de estabelecer.

Art. 12º. As despesas das explorações para se conhecer, se é praticável e conveniente a abertura de uma estrada, ou de parte dela, serão feitas pelo cofre Provincial, o qual no caso de se realizar a estrada, será indemnizado em tempo pelas rendas da mesma.

Art. 13º. A Lei do orçamento fixará annualmente a somma, que do rendimento das barreiras o Presidente da Provincia deverá empregar no engajamento de trabalhadores estrangeiros, os quaes, depois de findo o ajuste, ficarão debaixo da proteção do Governo para se estabelecerem na Provincia.

Art. 14º. São conservadas todas as barreiras existentes em passagens de rios, continuando-se a pagar nellas as taxas actualmente existentes.

Art. 15º. A renda de cada barreira de rio é exclusivamente applicada a beneficio da passagem do mesmo rio, e ao concerto da estrada de um, e outro lado; o Presidente da Provincia marcará até onde deva estender-se esse concerto na estrada. Não se comprehende nesta disposição as taxas, ou impostos acima de oitenta réis, que se cobram em passagem de rios, que continuarão a ter o destino actual.

Art. 16º. Todas as disposições dos artigos cinco, seis, sete, oito, nove, dez e doze, são extensivas ás barreiras dos rios; porém nas pontes actualmente existentes, emquanto durarem, ou não forem deterioradas em mais de metade do seu valor, continuarão todas as isenções, que actualmetne existem, quanto ao pagamento das taxas.

Art. 17º. Cada estrada terá distincta escripturação de sua receita e despesa, e a totalidade delas formará uma classe separada de receita e despesa Provincial; seu balanço e orçamento, envolvidos no balanço e orçamento Provincial, serão annualmente presentes á Assembléa Legislativa Provincial, com a informação das obras feitas, ou a fazer, e planos do seu seguimento.

Art. 18º. O Presidente da Provincia fará entrar na caixa de cada estrada todas as quantias que della tenham sahido por empréstimo até o presente.

Art. 19º. Esta Lei começará a ter vigor do primeiro de Julho do corrente anno em diante.

Art. 20º. Ficam revogadas todas as disposições legislativas em contrário.

Mando portanto a todas ás auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nella se contém. O secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio do Governo de S. Paulo, aos vinte e quatro dias do mez de Março de mil oitocentos e trinta e cinco.

(L.S.)

Raphael Tobias de Aguiar.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, determinando o estabelecimento de barreiras em todas as estradas existentes, ou que de novo se abrirem atravessando a serra do mar nesta Provincia ou seguindo para o Rio de Janeiro, para a cobrança da taxa que deverá ser applicada para as obras das mesmas estradas, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia a vêr.

Joaquim José de Andrade e Aquino, a fez

Publicada nesta Secretaria do Governo, em 30 de Março de 1835.

Joaquim Floriano de Toledo.

Registrada nesta Secretaria do Governo no livro 1º de Leis a f. 5 v., em 30 de Março de 1835.

Joaquim José de Andrade e Aquino.

ANEXO H – Transcrição da Lei n. 10, de 24 de março de 1835, que cria nesta capital um Gabinete Topográfico⁷¹⁸.

Raphael Tobias de Aguiar, Presidente da Provincia de S. Paulo. Faço saber a todos seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º. Haverá na capital da província um gabinete topografico, contendo:

1º Um director.

2º Uma escola para estradas.

3º Os instrumentos necessarios para trabalhos geodesicos.

4º A collecção de todos os documentos topograficos da província, que se puder obter.

5º Uma bibliotheca analoga ao estabellecimento.

Art. 2º. O director será de livre nomeação e demissão do presidente da província; e vencerá mensalmente a gratificação de 50\$ rs.

Art. 3º. As attribuições do director são:

1º. Fazer inventariar, e sucessivamente lançar no inventário todos os instrumentos, livros, mappas e mais papéis do gabinete, conserval-os em boa ordem, e guarda.

2º. Fazer extrahir as copias necessárias, não deixando sahir do gabinete os originaes por motivo algum.

3º. Vedar a sahida dos instrumentos e das copias, sem que o recebedor assigne o recebimento com declaração do motivo, e ordem, ou requisição.

4º. Ensinar cuidadosamente aos alumnos, que concorrerem as regras praticas, e indispensáveis para levantar plantas de terrenos, e construir estradas; fazendo para esse fim quanto antes um compendio.

5º. Empregar-se com os alumnos no serviço, a que o ensino destes é destinado.

6º. Combinar todos os trabalhos topograficos para acomodal-os ao plano geral das estradas, que deve formar.

7º. Passar cartas de engenheiros de estradas aos alumnos, que o merecerem.

Art. 4º. Dentre os alumnos, que concorrerem, poderá o Presidente da província arbitrar, e mandar pagar a seis uma gratificação módica. Todos, e especialmente estes, são

⁷¹⁸ Cf. *Anais da ALPSP*, 1835, p. 207-209.

obrigados a todo o serviço do gabinete, ao estudo da escola, e aos exercícios práticos, até obterem a aprovação e a carta do director.

Art. 5º. Os engenheiros d'estradas serão empregados pelo Governo no levantamento de plantas, abertura, e concerto d'estradas, com ordenado convencionado, podendo ser despedidos, quando não servirem bem, e podendo elles retirar-se do serviço, contanto que participem ao Governo sua intenção tres mezes antes. Os que porem tiverem recebido gratificação, quando alumnos, são obrigados a servir dobrado tempo, recebendo o ordenado arbitrado na falta de convenção.

Art. 6º. Os engenheiros d'estradas serão empregados com preferencia, como pilotos nas medições de terras.

Art. 7º. Ficam revogadas todas as disposições legislativas que se oppuzerem á presente.

Mando portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio do Governo de S. Paulo, aos vinte e quatro dias do mez de Março de mil oitocentos e trinta e cinco.

(L.S.)

Raphael Tobias de Aguiar.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, creando nesta capital um gabinete topographico, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia a vêr.

Joaquim José de Andrade e Aquino, a fez

Publicada nesta Secretaria do Governo, em 30 de Março de 1835.

Joaquim Floriano de Toledo.

Registrada nesta Secretaria do Governo no livro 1º de Leis a f. 4 v., em 30 de Março de 1835.

Joaquim José de Andrade e Aquino.